

PROGRAMA INTERUNIVERSITÁRIO DE DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA:

Mudança e Continuidade num Mundo Global

**Universidade de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Universidade de Évora**

SALVAI (D)A RUÍNA:

patrimonialização de ruínas em Portugal e no Brasil, da ditadura à atualidade

VOLUME I

Anna Maria de Lira Pontes

Orientadores:

Professora Doutora Maria João Quintas Lopes Baptista Neto

Professor Doutor João Pedro de Paiva Gomes Cunha Ribeiro

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em História

PROGRAMA INTERUNIVERSITÁRIO DE DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA
Mudança e Continuidade num Mundo Global

Universidade de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Universidade de Évora

SALVAI (D)A RUÍNA:
patrimonialização de ruínas em Portugal e no Brasil, da ditadura à atualidade

VOLUME I

Anna Maria de Lira Pontes

Orientadores:

Professora Doutora Maria João Quintas Lopes Baptista Neto
Professor Doutor João Pedro de Paiva Gomes Cunha Ribeiro

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em História

Júri

Presidente:

- Doutor José Damião Soares Rodrigues, Professor Associado com Agregação e Diretor da Área de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;

Vogais:

- Doutor Mário Jorge Lopes Neto Barroca, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto;
- Doutor Paulo Simões Rodrigues, Professor Associado da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora;
- Doutor André Teixeira, Professor Associado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;
- Doutora Nélia Susana Dias, Professora Associada com Agregação do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa;
- Doutora Maria Alexandre Lopes Campanhã Lousada, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

À memória de Dona Lia, de Dona Liu e de Glauco Pontes.

RESUMO

A presente tese de doutoramento incide sobre a preservação e a valorização das ruínas patrimoniais, realizada de modo comparado, entre Brasil e Portugal, e de modo conjuntural, nos contextos de ditadura (1937-1945; 1964-1985, Brasil; 1933-1974, Portugal) e redemocratização (1946-1963; 1985-2016, Brasil; 1974-2016, Portugal). Centramos os nossos estudos nas ruínas patrimoniais, entendendo-as como o conjunto dos remanescentes de obras humanas, antigas ou recentes, cujos fragmentos – ou o próprio traço partido – aludem ao passado, mesmo que sem o uso ou a forma original. Tendo isto em consideração, cotejamos cinco estudos de caso: no Brasil, as Ruínas de São Miguel das Missões, em São Miguel das Missões, Rio Grande do Sul, as Ruínas do Convento de Santo Antônio do Paraguaçu, em Cachoeira, Bahia, e as Ruínas do Convento Carmelita de Cabo de Santo Agostinho, em Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco; e, em Portugal, as Ruínas do Carmo, em Lisboa, e o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, em Coimbra. Assim, ao longo deste trabalho, procuramos perscrutar o delinear da patrimonialização das ruínas supracitadas, a partir das suas origens, das causas do arruinamento e das formas de preservação e reuso. O nosso intuito é, com base neste material, identificar as particularidades reservadas às ruínas, no âmbito do património cultural, nos contextos brasileiro e português, nas conjunturas indicadas, assim como estabelecer um referencial teórico acerca das ruínas patrimoniais.

Palavras-Chave: Ruínas Patrimoniais; Memória; Património Cultural; Brasil; Portugal.

ABSTRACT

The present doctoral thesis focuses on the preservation and valorisation of heritage ruins, carried out in a comparative manner between Brazil and Portugal, and in a conjunctural manner within the contexts of dictatorship (1937-1945; 1964-1985, Brazil; 1933-1974, Portugal) and redemocratization (1946-1963; 1985-2016, Brazil; 1974-2016, Portugal). Our studies are centered on heritage ruins, understanding them as the remains of human constructions, ancient or recent, whose fragments - or the very broken trace - allude to the past, even if without their original use or form. Taking this into consideration, we collate five case studies: in Brazil, the Ruins of São Miguel das Missões in São Miguel das Missões, Rio Grande do Sul, the Ruins of the Convent of Santo Antônio do Paraguaçu in Cachoeira, Bahia, and the Ruins of the Carmelite Convent of Cabo de Santo Agostinho in Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco; and in Portugal, the Ruins of Carmo in Lisbon, and the Monastery of Santa Clara-a-Velha in Coimbra. Throughout this work, we seek to research the process of heritage recognition of the aforementioned ruins, starting from their origins, the causes of their deterioration, and the methods of preservation and reuse. Our intention is, with this study, to identify the specificities attributed to ruins within the scope of cultural heritage in the Brazilian and Portuguese contexts, within the indicated historical periods, as well as to establish a theoretical framework regarding heritage ruins.

Keywords: Heritage ruins; Memory; Cultural Heritage; Brazil; Portugal.

AGRADECIMENTOS

A tese aqui apresentada não foi solitária. Por isso, devo os meus agradecimentos a todos que contribuíram para que ela se desenvolvesse, em conformidade com o que propunha, num percurso nunca linear e cheio de pedras no caminho, das quais nunca me esquecerei, como nos versos de Carlos Drummond de Andrade. Início com o reconhecimento do apoio dado pelos meus Professores orientadores, Dra. Maria João Baptista Neto e Dr. João Pedro Cunha Ribeiro, agradeço os apontamentos e as recomendações concedidos ao longo da escrita da tese, desde o projeto, presencialmente ou à distância, cruciais para o alcance de uma proposta de conceito de ruínas e para o prosseguimento da tese.

Muito agradeço ao Programa Interuniversitário de Doutoramento em História (PIUDHist) e a todos os profissionais a ele vinculados, pela oportunidade concedida a um projeto de pesquisa ainda inédito e, inúmeras vezes, polémico. Neste mesmo espírito, acentuo a relevância das disciplinas frequentadas ao longo do curso, seja com o aprofundamento teórico decorrente das palestras e discussões historiográficas, com os professores titulares das disciplinas e com os professores por eles convidados, seja no acompanhamento da escrita da tese, com sugestões relevantes ao resultado aqui apresentado. Cabe também realçar os apontamentos desenvolvidos no momento da qualificação do projeto de tese, decorrido em Évora, pelos professores doutores Paulo Simões Rodrigues, Ângela Barreto Xavier e Maria Alexandre Lousada – esta última, a representar os meus orientadores.

Não conseguiria concluir esta tese sem o afastamento para estudos remunerado, atribuído pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará. Neste contexto, devo também sublinhar a força e a resistência vinda da escola pública cearense, dos meus antigos colegas de magistério e alunos, com quem compartilhei o luto e a luta em prol de uma vida digna na capital do Ceará, Fortaleza. A todos, devo o meu agradecimento por todo o encorajamento, especialmente nos anos da pandemia, em que tudo parecia votado à sorte ou ao desespero.

Os milhares de quilómetros percorridos – entre Lisboa e Coimbra, em Portugal, e Recife, Cachoeira, Salvador, Rio de Janeiro, São Miguel das Missões e Porto Alegre, no Brasil – não alterou a cordialidade, a disponibilidade e a qualidade no atendimento dos arquivos. Deixo aqui o meu reconhecimento e o meu agradecimento aos funcionários de todos os arquivos pesquisados: Arquivos da Direção Geral do Património Cultural do Centro e de Lisboa-Vale do Tejo, Arquivo do Patriarcado, Arquivo da ex-DGEMN - Forte Sacavém, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Noronha Santos (IPHAN), Arquivos da Superintendência Estadual do IPHAN em Pernambuco,

na Bahia e no Rio Grande do Sul, Escritórios Técnicos do IPHAN em Cachoeira, na Bahia, e em São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul.

A pesquisa nas fontes históricas contou com a ajuda de profissionais relevantes para a trajetória dos monumentos estudados, cujos comentários e explicações muito enriqueceram a tese, pelo que destaco a contribuição de Arthur Côrte-Real, Dr. Luis Antônio Bolcato Custódio e Adriana Almeida da Silva. Igualmente, agradeço o grande número de profissionais que, direta ou indiretamente, muito contribuíram para o desfecho final da tese, seja na universidade, nos institutos nacionais, nas bibliotecas e, entre outros, nas secções locais, destinadas à preservação das ruínas aqui estudadas.

Os eventos científicos frequentados foram primordiais para o andamento da escrita da tese, dentre os quais destaco as duas conferências do *Project Ruins*, promovidas pelo Interreg Central Europe (2018, 2020), a *Summer School Museums, Coleções e Património: Materialidades Globais*, pelo Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa (2019), a *Summer School Brazilian Studies*, pela Universidade Federal de Minas Gerais (2020), o *Simpósio Filarch - Filosofia e Arquitetura*, pela Ordem dos Arquitectos – Secção Norte (2020/2021) e o 31º *Simpósio Nacional de História*, da Associação Nacional de Professores de História (2021).

Lembro e reconheço a dedicação e o carinho do meu pai, Glauco Pontes, e da minha Vó D. Liu, Maria José Pontes, dois exemplos de luta, que guardo comigo. A minha amada Vó e Madrinha, D. Lia, Maria Barbosa de Brito Lira, foi o meu porto seguro e o meu caminho de volta, não importasse o destino. Deixo aqui a minha gratidão por cada abraço e pelos sorrisos que, vindos do meu pai e das minhas avós, sempre eram tão fáceis quanto naturais.

Não poderia deixar mencionar aqueles que fizeram a travessia da tese mais leve, nos despretenhosos momentos de conversa, na cumplicidade das partilhas de experiências, nos sorrisos, notados mesmo que por trás das máscaras. Agradeço à minha família, à família Tojo e aos meus amigos, estejam eles(as) em qualquer margem do Atlântico. E, ao Diogo, por me fazer transpor essas fronteiras.

Lista de siglas, abreviaturas e acrónimos

Geral

CIAM: Congresso Internacional da Arquitetura Moderna.

CL: Concurso Livre.

CP: Concurso Público.

CPI: Concurso Público Internacional.

CR: Coordenação Regional.

Cta.: Carta.

Cx.: Caixa.

D.: Dom ou Dona.

Doc., Docs.: Documento, Documentos.

Env.: Envelope.

Fl., Fls.: Fólio, Fólios.

ICCROM: International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property.

ICOMOS: International Council of Monuments and Sites.

Inf.: Informação.

Lda.: Limitada.

MERCOSUL: Mercado Comum do Sul.

MRE: Ministério de Relações Exteriores.

N.p.: Não paginado.

N. Sra.: Nossa Senhora.

OEA: Organização dos Estados Americanos.

Of.: Ofício.

OS: Ordem de Serviço.

P.: Pasta.

S.d.: Sem data.

S.l.: Sem localização institucional.

Séc.: Século.

S^{ta}., S^{to}., S.: Santa, Santo, São.

UE: União Europeia.

UNESCO: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

Vol., Vols.: Volume, Volumes.

WHL: World Heritage List.

WMF: World Monuments Fund.

WMW: World Monuments Watch.

Brasil

AETPHNM: Arquivo do Escritório Técnico do Parque Nacional das Missões.

AlBA: Academia Imperial de Belas Artes.

ANS: Arquivo Noronha Santos.

ASIBA: Arquivo da Superintendência do IPHAN na Bahia.

ASIPE: Arquivo da Superintendência do IPHAN em Pernambuco.

ASIRS: Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Sul.

BA: Bahia.

CC-IPHAN: Conselho Consultivo do IPHAN/DPHAN/SPHAN.

CECRE: Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos¹.

CNRC: Centro Nacional de Referência Cultural.

DEPAM: Departamento de Patrimônio Material de Fiscalização.

DET: Divisão de Estudos e Tombamento.

DIPER: Companhia de desenvolvimento industrial de Pernambuco.

DPHAN: Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

DOU. Diário Oficial da União.

DR: Diretoria Regional.

ETC: Escritório Técnico de Cachoeira.

ETPHNM: Escritório Técnico Parque Histórico Nacional das Missões.

FNPM: Fundação Nacional Pró-Memória.

IAB: Instituto dos Arquitetos do Brasil.

IAHGP: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

IBPC: Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural.

IHGB: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

MinC: Ministério da Cultura.

MPF: Ministério Público Federal.

PE: Pernambuco.

PMAHC: Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti.

R.IHGB: Revista do IHGB.

RS: Rio Grande do Sul.

SEI: Sistema Eletrônico de Informação.

SPHAN: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

SR: Superintendência Regional.

¹ Atualmente é o Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos (MP-CECRE), inserido na UFBA.

UFBA: Universidade Federal da Bahia.

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Portugal

AACP: Associação dos Arquitectos Civis Portugueses.

AAP: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

AD: Ajuste Direto.

AHPL: Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa.

ANTT: Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

CML: Câmara Municipal de Lisboa.

DG: Diário do Governo.

DR: Diário da República.

DGEMN: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

DGPC: Direcção Geral do Património Cultural.

DOCR: Divisão de Obras, Conservação e Restauro (IPPAR).

DR: Diário da República.

DRC: Direcção Regional de Cultura.

DRCC: Direcção Regional de Cultura do Centro.

FEDER: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

GNR: Guarda Nacional Republicana.

IGESPAR: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico.

IHRU: Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana.

IPA: Instituto Português de Arqueologia.

IPPAR: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.

IPPC: Instituto Português do Património Cultural.

IVA: Imposto sobre o valor acrescentado.

JNE: Junta Nacional de Educação.

LNEC: Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

MOP: Ministério de Obras Públicas.

MOPC: Ministério das Obras Públicas e Comunicações.

ML: Metropolitano de Lisboa.

PS: Partido Socialista.

RAACAP: Real Associação de Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses.

SIPA: Sistema de Informação para o Património Arquitectónico.

UNAVE: Associação para a formação profissional e investigação da Universidade de Aveiro.

ZEP: Zona Especial de Protecção (DGPC).

Índice

Introdução	15
Justificação da escolha do tema	15
Objetivos e estrutura da tese	17
Metodologia	20
Arquivos.....	23
Primeira Parte: Conjugações do “salvar”	25
Capítulo 01: Conceções de ruína e seu percurso histórico	25
1.1 As primeiras lições modernas das ruínas	26
1.2 O olhar científico para o passado e, nesse sentido, para as ruínas	27
1.3 O prazer pelas ruínas e o romantismo	30
1.4 Da destruição revolucionária ao monumento histórico	31
1.4.1 Viollet-le-Duc e a unidade do estilo.....	33
1.4.2 Ruskin e o Movimento Antirrestauro.....	34
1.4.3 Riegl, o valor de antiguidade, ruínas universais, ruínas mortas	36
1.5 As Grandes Guerras e a inquietude do século XX	37
1.6 «Os restauradores», as Cartas patrimoniais e as ruínas.....	39
1.7 A evolução do conceito de ruína na doutrina internacional	51
1.8 Conceito: é possível?	53
Capítulo 02: Entre governos, políticas públicas e sensibilidade patrimonial	59
2.1 Ruínas europeias: Portugal.....	60
2.1.1 Antecedentes: um brado a favor dos monumentos pátrios: os séculos XVIII e XIX	60
2.1.2 Os arquétipos gloriosos da nação e do passado nacional	68
2.1.3 A República e as suas ruínas	71
2.1.4 A DGEMN: do Estado Novo aos novos problemas	74
2.1.5 O património cultural legislado, a sensibilidade patrimonial e os restos	84
2.2 As ruínas americanas: Brasil.....	88
2.2.1 A história pátria, a ciência, as viagens: Brasil nos séculos XVIII e XIX.....	88
2.2.2 Os arquétipos modernos da nação e do passado nacional.....	95
2.2.3 SPHAN: tão heroico quanto salvar as ruínas	100
2.2.4 Mais ciência, novos institutos: o passado nacional em causa.....	104
2.2.5 Os novos horizontes do património brasileiro	108
2.3 Entre brados, heroísmo e ruínas, um objetivo	111
Segunda Parte: As ruínas patrimoniais no Brasil e em Portugal.....	117
Capítulo 03: A cidade e a ruína: «os Carmos» de Lisboa	117
3.1 Entre lendas e santos: as origens da Ordem do Carmo	118
3.1.1 O Carmo em Portugal: o Convento de Santa Maria do Monte do Carmo	120
3.2 O sismo, o fogo, a destruição.....	125
3.2.1 Ruínas ou não?	128

3.2.2 Novo uso e abandono <i>versus</i> Novo uso e valorização.....	130
3.2.3 A associação, o museu e as ruínas – não necessariamente nesta ordem	132
3.3 Sob a égide ditatorial.....	136
3.4 Caiu o Estado Novo, como também caem as pedras das Ruínas do Carmo	149
3.4.1 As obras do Metropolitano de Lisboa	153
3.4.2 Os anos 2000	157
3.4.3 A ambiência dos Terraços do Carmo	159
Síntese do capítulo.....	161

Capítulo 04: O Gótico mendicante, o Mondego, as ruínas: Mosteiro de Santa Clara-a-

Velha 165

4.1 Sobre as origens da mendicância franciscana	165
4.1.1 Os franciscanos.....	166
4.1.2 As Clarissas	167
4.1.3 O gótico mendicante escrito à fé e litígio em Santa Clara de Coimbra	170
4.1.4 A refundação e a obra de Santa Clara de Coimbra.....	172
4.2 O Mondego e o Mosteiro: da água fez-se o silêncio.....	174
4.3 O mosteiro sepultado na igreja	176
4.3.1 A valorização do que for visível	179
4.3.2 Restaurado, porém abandonado	183
4.3.3 Sobre as águas e o mosteiro	186
4.4 O processo de valorização do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha.....	191
4.4.1 Inopinadamente, o convento.....	192
4.4.2 A monumentalização do claustro	195
4.4.3 A valorização a seco do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha	199
4.4.4 Os reflexos da destruição: novamente, as águas.....	204
Síntese do capítulo.....	207

Capítulo 05: Pedras espirituais, pedras históricas: as Ruínas Jesuítico-Guarani de São

Miguel das Missões..... 211

5.1 «Totus mundus nostra habitatio fit»	212
5.1.1 <i>Paraquaria</i> : Guerra, Terra e Poder	215
5.1.2 A missão de São Miguel Arcanjo	217
5.2 A decadência, a natureza, a ruína	219
5.2.1 As crônicas do abandono.....	219
5.3 O « <i>heroísmo missioneiro</i> » e a propaganda nacional	222
5.3.1 O reconhecimento nacional	223
5.3.2 Novos arranjos, velhas inquietações	227
5.3.3 Sobre o restauro e a arqueologia nas missões	230
5.4 A globalização dos fragmentos históricos.....	232
5.4.1 A consagração mundial e transfronteiriça.....	235
5.4.2 O local, o regional e o global: as escolhas da gestão patrimonial.....	237
5.5 Pesquisa e celebração: os caminhos do património.....	240
5.5.1 Arqueologia Histórica Missioneira: Um por Sete, Sete por Um	240
5.5.2 Os 300 anos das Missões.....	241

5.5.3 Os 500 anos do Brasil.....	245
5.6 Novas propostas de valorização	246
5.6.1 Dos Itinerários Culturais ao <i>Patrimônio do Mercosul</i>	247
5.6.2 O Parque Histórico Nacional das Missões.....	249
5.6.3 «Tupi or not tupi, that's the question»	252
Síntese do capítulo.....	254
Capítulo 06: O fragmento franciscano: Ruínas do Convento de Santo António do Paraguaçu	260
6.1 Mais pedras franciscanas.....	261
6.1.1 Convento de Santo Antônio do Paraguaçu.....	263
6.2 O silêncio da queda: abandono e arruinamento	264
6.3 O monumento enquanto objeto de valorização	265
6.3.1 O tombamento e a avidez pelo restauro	265
6.3.2 As primeiras intervenções na igreja	269
6.4 Todas as ruínas precisam de pessoas: as críticas e as obras	270
6.4.1 A urgência da falta de manutenção	273
6.5 Entre religiosidade, turismo e responsabilidades.....	277
6.5.1 Um monumento ameaçado	280
6.5.2 As exigências da memória: a alteração judicial	282
Síntese do capítulo.....	287
Capítulo 07: As ruínas e a consolidação de estruturas: o Convento Carmelita de Cabo de Santo Agostinho.....	291
7.1 Entre o templo e os embates da colonização	291
7.2 O convento à deriva do tempo: abandono e arruinamento.....	295
7.3 Entre teoria e prática: a consolidação das estruturas	296
7.4 Mar à vista: o complexo portuário, o turismo e a valorização cultural	301
7.4.1 Coletar, pesquisar e salvar, ou somente investir?	302
7.4.2 A federação, as unidades federativas e o patrimônio	307
7.5 A preservação em tempos de democracia.....	314
Síntese do capítulo.....	321
Terceira Parte: Salvar a ruína ou salvar da ruína?	325
Balanco final e Perspetivas em aberto	325
As ruínas patrimoniais no Brasil e em Portugal	326
A alusão às origens nas ruínas patrimoniais estudadas.....	326
A causa do arruinamento e as suas relações com o monumento no presente	327
Formas de preservação e reuso	329
Perspetivas em aberto	335
Fontes e Referências Bibliográficas	337
Fontes.....	337
Referências Bibliográficas	346

*Sobre o tempo, sobre a taipa,
a chuva escorre. As paredes
que viram morrer os homens,
que viram fugir o ouro,
que viram finir-se o reino,
que viram, reviram, viram,
já não veem. Também morrem.*

*Assim plantadas no outeiro,
menos rudes que orgulhosas
na sua pobreza branca,
azul e rosa e zarcão,
ai, pareciam eternas!
Não eram. E cai a chuva
sobre rótula e portão.*

*Vai-se a rótula crivando
como a renda consumida
de um vestido funerário.
E ruindo se vai a porta.
Só a chuva monorrítmica
sobre a noite, sobre a história
goteja. Morrem as casas.*

*Morrem, severas. É tempo
de fatigar-se a matéria
por muito servir ao homem,
e de o barro dissolver-se.
Nem parecia, na serra,
que as coisas sempre cambiam
de si, em si. Hoje, vão-se.*

*O chão começa a chamar
as formas estruturadas
faz tanto tempo. Convoca-as
a serem terra outra vez.
Que se incorporem as árvores
hoje vigas! Volte o pó
a ser pó pelas estradas!
(...)*

*Carlos Drummond de Andrade,
Morte das casas de Ouro Preto
(Claro Enigma, 1951)*



Introdução

A presente tese, intitulada «Salvai (d)a ruína: patrimonialização de ruínas em Portugal e no Brasil, da ditadura à atualidade», inscreve-se no âmbito do Programa Interuniversitário de Doutoramento em História, da Faculdade de Letras, da Universidade de Lisboa. Esta, apresenta como mote central o estudo da preservação e da valorização das ruínas patrimoniais, de modo comparado, entre Brasil e Portugal, e conjuntural, nos contextos de ditadura (1937-1945; 1964-1985, Brasil; 1933-1974, Portugal) e redemocratização (1946-1963; 1985-2016, Brasil; 1974-2016, Portugal).

Procuramos cotejar cinco estudos de caso, relativamente à patrimonialização das Ruínas de São Miguel das Missões, em São Miguel das Missões, Rio Grande do Sul, das Ruínas do Convento de Santo Antônio do Paraguaçu, em Cachoeira, Bahia, das Ruínas do Convento Carmelita de Cabo de Santo Agostinho, em Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco, no Brasil e das Ruínas do Carmo, em Lisboa, e do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, em Coimbra, em Portugal. A partir da volumosa pesquisa comparada, tentamos compreender como elas foram preservadas nos dois países, no período proposto, assim como gizar – mais amplamente – um referencial teórico, a contribuir com o conceito e com a classificação das ruínas patrimoniais.

Justificação da escolha do tema

O percurso para a escolha de um tema invulgar e delongado, em quilómetros e na amplitude da pesquisa, contou com dois marcos: a) a necessidade de alargamento dos estudos ruínicos, antes realizados em território brasileiro, no âmbito dos estudos comparados, e b) a reunião de condições para se indicar um possível conceito de ruínas.

A presente tese prossegue uma trajetória académica voltada para os estudos ruínicos, iniciados ainda durante a graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba, por meio do Programa de Bolsas de Iniciação Científica² e da monografia de fim de curso³, prosseguidos no Mestrado em Arquitetura e Urbanismo⁴, pela mesma universidade. O intuito de continuar a pesquisa num estudo comparado teve como pressupostos básicos o amplo campo existente à frente, ainda por ser perscrutado.

² Pontes, Anna; Oliveira, Carla. *Patrimônio histórico e políticas de preservação patrimonial na Paraíba: o caso das Ruínas do Almagre* (1938-2004) - Relatório Final - 1º e 2º ano de pesquisa. João Pessoa: PIBIC/UFPB/CNPq; DH/CCHLA/UFPB, 2006. Trabalho não-publicado.

³ Pontes, Anna. *Por entre valor e destruição: as Ruínas da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré do Almagre* (1938-2007). João Pessoa: DH-UFPB, 2008 (Graduação em História).

⁴ Pontes, Anna. *Entre Fragmentos: os ditos e não ditos das ruínas patrimoniais*. Dissertação Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. João Pessoa: UFPB, 2010.

Deste modo, e destas inquietações, a investigação comparada com as ruínas portuguesas apresentou-se mais profícua devido à proximidade conjuntural, dado que os dois países atravessaram ditaduras em períodos semelhantes, com serviços de proteção de monumentos atuantes em cada regime.

O interesse pelo país europeu para o estudo comparado também foi suscitado por hipóteses que, caso comprovadas, enriqueceriam a pesquisa. A primeira, referente ao século XIX, concernia as possíveis trocas intelectuais entre D. Pedro II e personalidades portuguesas, como Alexandre Herculano, uma amizade sólida, mas da qual não foram encontradas até ao momento conversas ou medidas tangíveis relativamente ao património cultural e, mais especificamente, às ruínas. A segunda, as possíveis trocas e visitas de estudos entre arquitetos ou arqueólogos dos dois países, sempre facilitadas pela língua e pelas relações históricas, tal como o encontro entre Raul Lino e Lúcio Costa, descrito pelo primeiro em seu livro de relatos, *Auriverde Jornada*⁵. Essas trocas foram sobretudo livrescas, como F. Adolfo de Varnhagen, nos Oitocentos, mas também documentos comuns, como a *Carta de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada* (1995), e, entre outros, o contínuo intercâmbio de pesquisas.

É digna de nota a importância do movimento romântico para a conceção de ruína em cada país, o que comprovou a boa escolha para a análise comparada, mas também nos obrigou a um recuo temporal, reservando um espaço maior para a contextualização do século XIX.

Outras proximidades conjunturais relevantes para a pesquisa em questão aportam-se no simbolismo e na densa trajetória de valorização (e abandono) das Ruínas do Carmo e do Mosteiro de Santa-Clara-a-Velha, ambas com santos intrinsecamente ligados à sua história, São Nuno Álvares Pereira e Santa Isabel. A ruína de São Miguel das Missões, no Brasil, também está historicamente associada à Guerra Guaranítica, cujo herói, Sepé Tiarajú teve o pedido de processo de canonização autorizado em 2018. Ora, tratamos neste trabalho unicamente de ruínas religiosas. Com estes dados em mãos, seria possível identificar interpelações entre a preservação das ruínas e o caráter religioso dos fragmentos, realmente presente em Portugal, porém mais ligadas aos santos padroeiros.

Relativamente ao segundo ponto, a reunião de condições para se assinalar um possível conceito de ruínas, tentamos executar uma investigação transversal, que envolvesse os estudos de proteção em ruínas, atualmente difusos em diferentes áreas técnicas e do conhecimento, bem como sobrepostos em contextos e épocas dispersos. Não se pretende abarcar os trabalhos na totalidade, o que se pondera impossível, mas recolher material suficiente para que fosse possível estabelecer o referencial teórico, o conceito e a

⁵ Lino, *Auriverde jornada*.

classificação de ruínas patrimoniais, estudado desde a primeira parte da tese. Cumpre reforçar, mesmo que conscientes da complexidade do conceito e de nossa pequena contribuição, que aqui deixamos, para um tema que carece de maior atenção acadêmica.

Objetivos e estrutura da tese

A dialética da permanência e da valorização de ruínas nas sociedades faz-se para além da mera existência de construções degradadas⁶, habituais em cenários diversos, urbanos ou rurais. Estudaremos nesta tese as ruínas patrimoniais, que são aqui entendidas como o conjunto dos remanescentes de obras humanas, antigas ou recentes, destituídas de forma e uso originais, cujo traço deformado alude à obra anterior, sendo por isso preservadas. Não se pretende aqui estudar as ruínas efêmeras ou polissemias do termo «ruínas», que podem transitar em outros campos do conhecimento, como os estudos literários e da arte contemporânea, dada a já alargada extensão do tema.

Propomo-nos estudar as ruínas patrimoniais, em cinco estudos de caso, a partir das suas origens, das causas de arruinamento e das formas de preservação. Consideramos que somente a partir de uma contextualização múltipla conseguiremos compreender as ruínas patrimoniais, que possuem uma dupla existência, construção e ruína, no seu trajeto de valorização.

Partindo do entendimento de que as ruínas patrimoniais, distinguidas enquanto património cultural, estiveram sob a égide e o jugo de conjunturas e decisões diferentes, seja nos regimes políticos vigentes, seja nas influências internacionais, como com a publicação de estudos e, entre outros, as cartas patrimoniais, nossa pergunta central é: *como ocorreu a patrimonialização⁷ de ruínas em Portugal e no Brasil desde o início da ditadura?*

Por isso, o objetivo geral da tese é o estudo comparado sobre patrimonialização de ruínas em conjunturas ditatoriais e de redemocratização em dois contextos: brasileiro e português. Como demais objetivos específicos, procuramos:

⁶ A distinção das ruínas patrimoniais, os restos de arquitetura mantidos e valorizados no estado fragmentado em que se encontram, das demais estruturas degradadas, a que chamaremos ruínas efêmeras, torna-se essencial para clarificar e estudar um conceito assaz complexo e polissêmico no campo do património cultural. Considera-se a degradação inerente à própria existência das construções humanas, mas não implica a sua patrimonialização imediata, apenas por estarem em estado fragmentado. Em Portugal, o Instituto de Geografia e Ordenamento do Território/Universidade de Lisboa desenvolveu um projeto a estudá-las em conjunto com espaços vagos em cidades do país – Projeto *Novoid*: Ruínas e terrenos vagos nas cidades portuguesas. Mais informações, ver: <<http://www.ceg.ulisboa.pt/novoid/>>. Em Espanha, a ruína efêmera é regulada no código civil no que concerne à conservação das edificações, a resguardar a segurança, salubridade e ornamentação. Nestes termos, é dividida em quatro aspectos: ruína funcional, obra ruínosa, ruína administrativa e ruína civil, cf. Erviti, «La ruina edificatoria», 329. A distinção entre ruínas patrimoniais e efêmeras será detalhada no Capítulo 1.

⁷ Em tempo, consideramos o conceito de patrimonialização como o processo de constituição de um bem, qualquer que seja sua natureza, em património cultural.

Introdução

- a) relacionar as normativas e ações nacionais com diretrizes, convenções e recomendações internacionais;
- b) analisar a relação existente entre a construção de uma ideia de nação e a preservação de ruínas;
- c) investigar a apropriação socioeconómica e religiosa da ruína protegida nas áreas estudadas;
- d) estudar o avanço (ou não) do conhecimento técnico e teórico aplicados à conservação de ruínas no período;
- e) traçar referencial teórico do termo ruínas conforme as conjunturas estudadas.

Para tanto, a tese subdivide-se em três partes:

1. «Conjugações do “salvar”», capítulos 01 e 02, referentes aos objetivos específicos “a” e “b”;
2. «As ruínas patrimoniais no Brasil e em Portugal», capítulos 03 a 07, concernente aos objetivos específicos “b”, “c” e “d”;
3. «Salvar a ruína ou salvar da ruína?», um balanço final, a apresentar as conclusões da tese, numa tentativa de retomada dos objetivos listados, tendo como norte o objetivo específico “e”, juntamente com as perspectivas em aberto.

Na primeira parte, «Conjugações do “salvar”», composta pelos dois primeiros capítulos, consideramos primeiro a breve recolha das concepções de ruínas, considerando as tenazes sobreposições, ainda muito caras ao conceito e às interpretações da ruína. Tendo em apreço que o tema aqui estudado não pode fugir do campo de estudo do qual faz parte, o património cultural, enfatizamos dois momentos disruptivos para o assunto, o pós-Revolução Francesa e o pós-Segunda Guerra Mundial.

Com a preocupação de investigar como as ruínas foram protegidas, desde o século XIX, procuramos analisar como elas eram apresentadas nas teorias do restauro do século XIX-XX e no movimento antirrestauro do século XIX. Observamos que estes estudos estavam presentes nos documentos patrimoniais internacionais, com destaque para a Carta de Atenas, de 1931, e a Carta de Veneza, de 1964 – esta última muito influenciada pelo restauro científico. Imbuídos desse material, propomos um conceito de ruína patrimonial e uma classificação de ruínas, a partir de três pontos, que utilizamos para pesquisar as ruínas no segundo momento da tese: as origens, a causa de arruinamento, e as formas de preservação e reuso.

Com a preocupação de estabelecer um referencial teórico para Portugal e o Brasil, dedicamos um capítulo a estudar as principais concepções de ruínas desenvolvidas desde o século XIX, aquando das primeiras ideias traçadas e difundidas sobre o termo.

No segundo momento deste trabalho, «As ruínas patrimoniais no Brasil e em Portugal», mais extenso, apresentamos as ruínas patrimoniais investigadas a partir da classificação proposta na primeira parte, conforme a origem, a causa de arruinamento e as formas de preservação. Examinamos as origens das ordens religiosas e os contextos em que cada edifício foi construído, seguido pelo modo como foram arruinados. Para o terceiro ponto de análise, as formas de preservação, partimos do pressuposto que a ruína patrimonial é uma decisão de conservação e manutenção para a posteridade, dado que – salvo exceções, como os monumentos megalíticos – não é possível que uma ruína permaneça firme sem alguma intervenção.

Os capítulos 03 e 04 referem-se aos estudos de caso portugueses, de regiões distintas, Coimbra e Lisboa, todos eles góticos. As Ruínas do Carmo, Lisboa, relativas ao terceiro capítulo, aludem à Igreja do Convento de Santa Maria do Carmo, o segundo mosteiro desta Ordem implantado em Portugal, cuja primeira pedra data de 1389. Consideramos a invulgar trajetória da construção do templo gótico, que, tal como a Ordem Carmelita, da qual faz parte, se revestiu pelo viés mítico, seja pela fé mariana, seja pelas vitoriosas campanhas de guerra do fundador, o Condestável D. Nuno Álvares Pereira. A trágica causa do abandono também não deixa de imprimir marcas nas ruínas, posto que se tornassem o símbolo do Terramoto de Lisboa de 1755, pelo que analisamos o reerguimento parcial das estruturas pelos frades carmelitas em paralelo às reflexões posteriores, sobre se eram falsas ou não – uma controvérsia ainda atual.

Importa ponderar que a história da preservação das Ruínas do Carmo arrancou a partir da sua utilização enquanto sede da pujante Associação dos Architectos Civis Portugueses/Real Associação dos Architectos e Arqueólogos Portugueses/Associação dos Arqueólogos Portugueses, pelo que assumem um papel central no debate patrimonial português – classificadas desde 1907 e 1910 como monumento nacional.

O Mosteiro de Santa-Clara-a-Velha, assunto do quarto capítulo, é o cenóbio feminino franciscano fundado por D. Mor Dias (1286) e refundado por D. Isabel de Aragão (1330) – porém, que foi tomado pelas cheias do Mondego logo em 1331. As clarissas abandonaram o espaço em 1677, devido a essas inundações recorrentes. Assim como as Ruínas do Carmo, as causas de arruinamento do Mosteiro de Santa-Clara-a-Velha são naturais. Todavia, as cheias ditaram a história do mosteiro coimbrão e ainda são um ponto relevante de estudos quando se refere à preservação do monumento nacional, também classificado em 1910.

Os capítulos 05 a 07 são dedicados aos estudos de caso brasileiros, de monumentos que se situam em regiões distintas do país, o sul e o nordeste, todos eles coloniais. As Ruínas da Missão de São Miguel Arcanjo, da Província Jesuítica do Paraguai, que analisamos no quinto capítulo, remontam aos domínios espanhóis, posteriormente

transferidos para a posse portuguesa. A expulsão dos jesuítas dos domínios ibéricos (1759; 1767) deu início ao processo de arruinamento local, que foi acelerado devido às escavações à procura de tesouros, à incúria pública, à natureza e, entre outros, ao próprio abandono. O legado dos Sete e dos Trinta Povos das Missões, dos quais fez parte, e as diversas valências assumidas no espaço marcaram a sua trajetória de preservação, desde a classificação das Ruínas de S. Miguel das Missões enquanto monumento nacional, em 1938, e como *Património da Humanidade* (1983).

As Ruínas do Convento de Santo António do Paraguaçu, tema do sexto capítulo, são os restos do mosteiro franciscano construído a partir de 1658, voltado para o rio, em Santiago do Iguape, Cachoeira, embora também servisse a fins militares durante o período colonial. A sua decadência foi percebida na segunda metade do século XIX, permanecendo abandonado após a interrupção do seu uso religioso, no dealbar do século XX. O abandono provocou a ruína e permeou a sua história de preservação entre a religião, o turismo e a negligência no monumento nacional tombado desde 1941.

O Convento Carmelita de Cabo de Santo Agostinho, pormenorizado no capítulo 7, remonta ao convento edificado entre 1692 e 1731, ao lado da Igreja e na Vila já existentes que detinham, como nome, a mesma invocação, Nazaré ou Nazareth, como encontrado na documentação institucional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O convento não deixou de ser importante peça da Antiga Observância nas disputas internas da Vice-província de Pernambuco e da Bahia, estando o seu abandono intrinsecamente associado à decadência das ordens religiosas, consolidada no século XIX, mesmo com a manutenção da posse por parte da Ordem Carmelita de Pernambuco. Intervencionado antes mesmo do seu tombamento oficial, concluído em 1961, o monumento é uma das peças para se entender as propostas de exposição contextualizada das ruínas do promontório de Santo Agostinho e, especificamente, da Vila de Nazaré.

Na terceira parte, com o «Balanço final e Perspetivas em aberto», cotejamos as informações recolhidas nas duas partes anteriores, a fim de sistematizá-las em três frentes: de um modo geral, no conceito de ruína patrimonial, nas perceções do conceito de ruína em cada país e as perspetivas em aberto. Com a intenção de concluir a tese, examinamos as proximidades nas decisões de preservação e de reuso e, por fim, no desenvolvimento do debate em torno da valorização das ruínas patrimoniais, nos casos estudados.

No Volume II da tese, dispomos do apêndice gráfico e fotográfico.

Metodologia

O primeiro desafio da pesquisa é o da síntese, considerando as distintas conjunturas, a análise comparada e a necessidade de urdi-las no que se refere às ruínas, juntamente com temas tangentes, inerentes ao património cultural. Para tanto, consideramos que a

interdisciplinaridade do presente estudo, inerente aos estudos patrimoniais e comparados, deve ser considerada a partir dos 4As de Tim Ingold. Relativamente à interdisciplinaridade do trabalhar arte, antropologia, arquitetura e arqueologia, o antropólogo defende utilizá-las em *linhas de interesse comum*, no caso, a preservação de ruínas. A complexidade do objeto, portanto, exige que este trabalho seja feito em diálogo *com* outras áreas no que a interdisciplinaridade se torna parte intrínseca e um *modus operandi* da pesquisa – e não fator de dispersão⁸.

O estudo comparado desenvolveu-se sob a perspectiva da compreensão de uma questão, no caso a preservação de ruínas, a partir da investigação sistemática sobre «(...) como um mesmo problema atravessa duas ou mais realidades histórico-sociais distintas, duas estruturas situadas no espaço e no tempo (...)»⁹.

O estudo comparado apresentou-se como uma solução para a investigação em causa, por despontar um tema do património cultural ainda pouco pesquisado à luz da análise em duas circunstâncias dessemelhantes, porém entrecruzadas.

Importa clarificar algumas diferenças e intersecções relativamente à análise comparada. Primeiramente, em termos de organização política, pois o Brasil é um Estado federativo, já Portugal, um Estado unitário. Ademais, «Classificar» em Portugal é o ato oficial de proteção em que um bem é posto como monumento nacional, de interesse público ou de interesse municipal (antigo valor concelhio). «Tombamento», no Brasil, é o ato oficial de proteção de um bem. O nível desta proteção, num país federativo, ocorrerá via órgão nacional, estadual ou, em certos casos, municipal. Analisaremos apenas o nível nacional desta proteção institucional, em que o bem material é inscrito no Livro do Tombo (Histórico, das Belas Artes, das Artes Aplicadas e, por fim, Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico) e o bem imaterial é listado no Livro do Registro (dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão e dos Lugares).

Na gestão patrimonial, nomeadamente em relação à administração pública, os serviços passaram por alterações estruturais e de designações durante o recorte temporal proposto. Em Portugal, a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) foi criada em 1929, demarcando o início da nossa baliza temporal, sob o contexto da Ditadura Nacional, pouco antes do Estado Novo, consolidado na Constituição de 1933, sob a liderança de António Salazar. O Instituto Português do Património Cultural (IPPC) foi criado após a redemocratização, em 1980, paralelamente à DGEMN. Já em 1997, o IPPC torna-se Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR) e, depois, IPPAR II, pois a secção de arqueologia ganhou uma nova forma através do Instituto Português de

⁸ Ingold, *Making Anthropology, Archaeology, Art and Architecture*, 9–13.

⁹ Barros, «História comparada», 2007, 24. Relativamente ao tema, ver também: Barros, «História Comparada»; Barros, *História comparada*, 2014.

Arqueologia (IPA), entre 1997 e 2007. O Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR) substituiu o IPPAR II em 2007, mesmo ano em que a DGEMN foi extinta. Por fim, a Direção Geral do Património Cultural (DGPC) concentrou os serviços do património no país a partir de 2012.

No Brasil, por outro lado, o Serviço do Património Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi criado no romper do Estado Novo brasileiro, em 1937, mesmo que já estivesse em funcionamento desde o ano anterior. O Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937 regulamentou o trabalho do órgão e o tombamento dos monumentos, sendo ainda vigente como a lei do património histórico e artístico no Brasil. O Serviço, entretanto, transformou-se em Diretoria do Património Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) entre 1946 e 1970, com mais atribuições do que o serviço anterior. O Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) passa a funcionar entre 1970 e 1979, quando volta a chamar-se SPHAN. Por um breve período e sob críticas, foi intitulado Instituto Brasileiro do Património Cultural (IBPC), entre 1990 e 1994. Desde 1994, o instituto voltou a designar-se IPHAN.

Importa também referir a existência da uniformização de termos relativos ao património cultural com a *Carta de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada* (1995), apesar das críticas dirigidas ao documento¹⁰, bem como as convenções internacionais ratificadas nos dois países, como a *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural* (1972) e a *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* (2003).

A relação Estado-Igreja Católica, em Portugal, tem como momentos basilares o Decreto de 24 de maio de 1834, a Lei de Separação da Igreja do Estado de 20 de abril de 1911, e a Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa em 07 de maio de 1940. A extinção das ordens e a transferência dos bens para o Estado, desde 1834, não possui comparativo no outro lado do Atlântico, pelo que se pode perceber a diferença na posse das ruínas aqui estudadas, como veremos mais pormenorizadamente nas partes 2 e 3 desta tese. A maior distância temporal no corte das relações com a Igreja Católica também pode ter contribuído para um maior distanciamento simbólico dos fragmentos para com a religião, apesar disto ter sido deslocado para os “santos” de cada ruína.

No Brasil, o Estado é constitucionalmente laico desde 1891, num processo que demarca o fim da Monarquia e a implantação da República, em 1889. Neste contexto, todavia, não houve transmissão maciça de posses de bens da Igreja Católica para o Estado – tanto é que muitos monumentos de origem religiosa no Brasil continuam pertencentes à Igreja ou às arquidioceses, como o Convento Carmelita de Cabo de Santo Agostinho e o Convento de Santo Antônio do Paraguaçu.

¹⁰ Como, por exemplo, a crítica de Beatriz M. Kühl relativamente ao conceito de «restauro» descrito no documento, cf. Kühl, «Notas sobre a Carta de Veneza», 298–300.

As ruínas aqui investigadas são todas elas religiosas, provenientes de diferentes ordens. Não consideramos a seleção por invocações, mas as ruínas mais relevantes para a pesquisa, no âmbito do património cultural de cada país, mesmo que com diferentes níveis de investimento público na preservação. Como já dito antes, a relação entre os santos e as ruínas ou a conceção do espaço das ruínas como sagrado são dignas de nota, por isso, achamos necessário fazer também um estudo das ordens religiosas, da fundação à construção dos edifícios originais.

As ruínas selecionadas datam do período medieval (Portugal) e moderno/colonial (Brasil), cujas origens foram utilizadas para o reforço de uma nacionalidade durante os períodos da ditadura, nos dois países. São ruínas provocadas por motivos naturais ou pelo abandono, sem fraturas de guerra, o que não implica ruturas temporais, exceto para as Ruínas do Carmo. O Terramoto de Lisboa não deixa de ser uma causa natural, porém disruptiva, inclusive em âmbito europeu.

Para estudar estas ruínas patrimoniais, retomamos as quatro vertentes para se estudar a *Cripto-História da Arte*, como proposto por V. Serrão¹¹, das quais a *Reconstituição* é possivelmente a mais apta para as ruínas, enquanto recolha das informações dos sítios para uma análise posterior.

Ademais, recorreremos às palavras de Jacques Le Goff para refletirmos os cuidados da investigação em causa, tendo em consideração também os simbolismos dos fragmentos, em que pululam distintas interpretações. Ora, «O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa»¹².

Arquivos

A pesquisa arquivística concentrou-se nos arquivos dos serviços do património de cada país, para efeitos de simetria, dada a investigação comparada. São, portanto, os processos de proteção oficial e de ações de preservação, separados por milhares de quilómetros de distância, percorridos pela pesquisadora no decorrer da tese, porém interrompidos durante a crise sanitária mundial.

Em Portugal, concentramo-nos nos Arquivos da antiga DGEMN, tanto o digitalizado como o não digitalizado, dispostos no Forte de Sacavém, no Arquivo da Direção Regional de Cultura do Centro e no Arquivo da Salvaguarda, existente na DGPC.

¹¹ Serrão, *A Cripto-História de Arte*; Serrão, «Portugal Em Ruínas».

¹² Le Goff, «Documento/Monumento», 545.

Introdução

No Brasil, pesquisamos os processos de tombamento e demais séries do Arquivo Noronha Santos, com documentação sistematizada sobre os monumentos e demandas civis por preservação para toda a baliza temporal desta tese. Pesquisamos também os arquivos das Superintendências Estaduais na Bahia, em Pernambuco e no Rio Grande do Sul, como também, numa perspectiva local, o Arquivo do Escritório Técnico Parque Nacional Histórico das Missões e da Justiça Federal do Brasil (Ministério Público Federal da Bahia).

Ainda considerando um mosaico simétrico na pesquisa, examinamos os documentos internacionais (Cartas Patrimoniais), e a legislação de cada país relativa ao património cultural. Com caráter complementar, consultamos, em Portugal, o Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo. No Brasil, o Centro de Documentação *World Heritage List* – UNESCO, o Arquivo do Mercosul (Ministério das Relações Exteriores – Paraguai). Também cumpre realçar o estudo de periódicos, a fim de melhor compreender os nossos estudos de caso.



Primeira Parte: Conjugações do “salvar”

A presença de ruínas nas sociedades é tão comum quanto a própria fundação das edificações registada desde as primeiras construções humanas. Ora, «Tão logo o objeto individual, elaborado pelo homem ou pela natureza, esteja enformado, começa a atividade destruidora da própria natureza (...)»¹³. A forte assiduidade das ruínas no desenrolar da história do património cultural, ainda muito ocidental, tem muito em conta o debate suscitado a partir dessa existência inquietante.

O aprofundamento dos estudos ruinistas e dos estudos comparados nas conjunturas propostas entre Brasil e Portugal, no capítulo 02, serão antecidos pela investigação do decurso das conceções e das respetivas formas de valorização das ruínas, sobrepostas ao longo do tempo. Consideramos que este primeiro percurso investigativo é indispensável para, ainda no capítulo 01, propormos o conceito e a classificação das ruínas patrimoniais.



Capítulo 01: Conceções de ruína e seu percurso histórico

Se é sempre Outono o rir das Primaveras,
Castelos, um a um, deixa-os cair...
Que a vida é um constante derruir
De palácios do Reino das Quimeras!

E deixa sobre as ruínas crescer heras,
Deixa-as beijar as pedras e florir!
Que a vida é um contínuo destruir
De palácios do Reino das Quimeras!

Florbela Espanca (trecho de «Ruínas», *Livro de Soror Saudade*, 1923)

Procuraremos, neste capítulo, apresentar e investigar a ruína patrimonial, pelo que, antes, o nosso enfoque será dirigido para a distinção dos conceitos e/ou abordagens sobre ruínas, sobrepostos ao longo do tempo, em diferentes contextos socio-espaciais, mesmo que predominantemente em solo europeu, numa inter-relação entre a literatura científica e as diretrizes concernentes ao património cultural e, neste meio, às ruínas.

Tendo isso em consideração, destacamos duas grandes referências da proteção patrimonial de ruínas, o pós-Revolução Francesa e o pós-Segunda Guerra Mundial, por terem proporcionado a oficialização e a institucionalização dessa valorização. No primeiro

¹³ Riegl, *O culto moderno dos monumentos*, 51.

momento, o reconhecimento estatal da classificação e preservação dos monumentos nacionais no século XIX fez com que edifícios e obras destruídos fossem tanto produtos do contexto revolucionário quanto objetos de patrimonialização.

No segundo momento, o alto número de novas ruínas levou à ampliação das teorias, das intervenções e, dentre outros, da proteção de monumentos enquanto fragmentos: das antiguidades às ruínas industriais, e da conservação da ruína em termos simbólicos para a perpetuação da memória do acontecimento trágico.

De igual modo, foram momentos relevantes para todo o património cultural, com uma nova forma de entendimento da preservação institucional, a partir do modelo estatal/francês de proteção dos monumentos; e, no pós-1945, com a consolidação da doutrinação internacional e das redes, cada vez mais expandidas, de conhecimento técnico e teórico, no campo do restauro e salvaguarda de monumentos.

Atualmente, a imprescindibilidade de conservação das estruturas é uma condição para o conceito de ruína patrimonial, compreendidas enquanto património cultural e estudadas em diferentes áreas académicas – entre elas, os estudos históricos –, provenientes de temporalidades diversas, das antiguidades às ruínas industriais.

1.1 As primeiras lições modernas das ruínas

A ruína é tão antiga quanto a existência e queda das obras humanas¹⁴, mas foi entendida de formas distintas no mundo ocidental. Já se escavava – mesmo que aleatoriamente –, colecionava e se refletia sobre a Antiguidade Clássica durante o humanismo, em fins da Idade Média, na Península Itálica. Apesar da inexistência de um conceito, as ruínas foram continuamente apreciadas enquanto objetos de visita e de reflexão, além de temas em poesias, textos, pinturas e desenhos.

Pode-se dizer que elas exerceram uma função mediática moral, filosófica e histórica deste momento em diante. Francesco Petrarca (1304-1374), por exemplo, embora tenha descrito uma Roma desmembrada significando um castigo divino, fê-lo com fascínio pelo seu passado grandioso. As ruínas – descritas em textos, mas também na arte, como em iluminuras, pinturas e tapeçarias – eram associadas, principalmente, ao Apocalipse e às muralhas de Jericó e de Sodoma e Gomorra¹⁵. Sendo assim, Roma era, para os humanistas,

¹⁴ As percepções sobre ruínas nas civilizações antigas, por exemplo, foram objeto de estudo comparado por A. Schnapp. Sobre a matéria, o arqueólogo realça, «Du Proche-Orient à la Chine en passant par le monde gréco-romain, les stratégies d'appropriation du passé sont diverses, mais toutes reposent sur un équilibre entre mémoire et oubli, oralité et écriture, matérialité et immatérialité. (...) Comme les pyramides effondrées des Égyptiens, les murailles écroulées des Mésopotamiens ou les colonnes disjointes des temples d'Athènes ou de Rome, les papyrus mangés par la vermine, les inscriptions érodées ou les vases de bronze de Chine ancienne sont des ruines qui dans leur fragilité même illustrent l'immémorial combat entre forces du souvenir et puissances de l'oubli», cf. Schnapp, *Ruines*, 152.

¹⁵ Forero-Mendoza, *Le temps des ruines*, 17–46.

o símbolo da mudança do tempo das mentiras, ímpio, para o tempo da verdade, cristão¹⁶; e as ruínas, a prova material. Nesse sentido, «Os humanistas concebiam as estruturas da antigüidade como suportes de evocação da época clássica, não importando tanto suas características materiais - o dismantelamento, transporte e reaproveitamento de inúmeros edifícios romanos dessa época são reflexo disso»¹⁷.

A ação prática de mecenas, como Lorenzo de Medici (1449-1492), de estadistas e da Igreja Católica, sobressaiu-se nas construções antigas, entre destruição e preservação¹⁸, como decisões e estratégias que lhes atribuíam poder político e simbólico. Nesse contexto, surgiu a primeira escola de arqueologia em Florença¹⁹.

Não obstante, o Renascimento Cultural é visto como o marco ocidental de valorização das ruínas devido à mudança na percepção do tempo e à descontinuidade histórica²⁰.

La signification historique des ruines est donc redevable de la conception que les hommes se font du temps. Point de ruines donc avant la vision de la destinée humaine structurée en passé, présent et futur, telle qu'elle fut conçue à la Renaissance au départ de notre parcours²¹.

As ruínas da Antiguidade, que já eram percebidas como monumentais, morais e grandiosas, tornaram-se objeto de estudo da estrutura construtiva, de perspectiva e volumetria. Em alta consideração, as ruínas representavam a evidência das origens da arquitetura e o *Grand Gôut* greco-romano. Com esses mesmos fins, Roma transformou-se em destino turístico, num grande roteiro complementar dos estudos da elite europeia entre os séculos XVII e XVIII. As viagens eruditas, cujas intenções eram devotadas ao conhecimento da Antiguidade Clássica, chegaram também ao Egito e à Ásia Menor²².

1.2 O olhar científico para o passado e, nesse sentido, para as ruínas

O livro, enquanto fonte e objeto de admiração pelos humanistas, foi transposto pela cultura material dos eruditos, também chamados antiquaristas²³, que desconfiavam dos livros, especialmente gregos e latinos, enquanto os objetos eram as fontes originais desse

¹⁶ Foulquier, «Entre disparition et apparition», 30.

¹⁷ Langer, «As origens da Arqueologia Clássica», 1999, 97–98.

¹⁸ Choay, *A Alegoria do Patrimônio*, 56–57.

¹⁹ Langer, «As origens da Arqueologia Clássica», 1999, 97.

²⁰ Makarius, *Ruines*, 9–10; Hell e Schönle, «Introduction», 5; Forero-Mendoza, *Le temps des ruines*, 59.

²¹ Makarius, *Ruines*, 9.

²² Choay, *A Alegoria do Patrimônio*, 65.

²³ Françoise Choay utilizou o *Dictionnaire de l'Académie française* (1694) para conceituar os antiquários como uma pessoa que possui conhecimento e curiosidade sobre o período antigo. Dentre estes eruditos, destaca Bernard de Montfaucon, Barthélemy, Frederico Cesi, Francesco Branchini, além de artistas como Rubens e Piranesi, cf. Choay, 66–68.

passado²⁴. Nesse meio, os antiquaristas pesquisavam de objetos mínimos aos edifícios para os monumentos da arquitetura, dentre eles, as ruínas²⁵.

A busca por monumentos clássicos, antes bastante centrada na península itálica, foi alargada para outras nações europeias, motivada pela catalogação, estudo e proteção dos resquícios greco-romanos. Tais remanescentes também contribuíram para a afirmação da civilização ocidental nos contornos de cada país, através da tradição antiga. As chamadas “antiguidades nacionais”, monumentos antigos construídos nos países europeus antes e depois do colonato romano, sobressaíram por seu valor histórico, dado que os «tempos intermediários»²⁶ foram preteridos diante do clássico²⁷.

Os grupos de antiquários cresceram na Europa desde o século XVI, com o apoio de reis, nobres e altos membros do clero, a exemplo das inglesas *Elizabethan Society of Antiquaries* (1586-1607) e *Society of Antiquaries of London* (1707) e da francesa *Académie des Inscriptions et Belles-Lettres* (1633). Objetos móveis ou não, mesmo que voltados à acumulação, eram desenhados, inventariados e estudados nos gabinetes de curiosidades. Além dos monumentos antigos, cabe destacar o interesse dos antiquaristas pelos monumentos megalíticos, com maior destaque no Reino Unido. Stonehenge, por exemplo, tem seus primeiros desenhos em 1621, pelo antiquarista Inigo Jones. Em termos de preservação, importa ressaltar que os monumentos megalíticos não necessitavam de maiores esforços com fins de manutenção, tal como era quase obrigatório para aqueles da Antiguidade Clássica²⁸.

By the middle of the eighteenth century the vision of antiquity has enlarged itself: bit by bit it has come to include ancient Greece, and the monuments of the Near East, of the Maghreb, and soon those of Asia will become visible in fragmentary form. Scholars of antiquity discover Europe's prehistoric and medieval ruins. Enlightenment culture finds itself facing vast chronological expanses, prompting philosophical discussion no less than antiquarian study. A conception of ruins emerges that seeks to systematize kinds of knowledge and sensibility that had been active since the Renaissance²⁹.

Essa metodização do conhecimento levada a cabo pelos antiquários, pelos autores da *Encyclopédie*, Denis Diderot (1713-1784) e Jean le Rond D'Alembert (1717-1783)³⁰, com

²⁴ Choay, 66.

²⁵ Choay, 66–69.

²⁶ Choay, 71.

²⁷ Choay, 70–72. Um exemplo da valorização das Antiguidades Nacionais, em Portugal, foi a valorização das inscrições de Conímbriga, em Coimbra, pelo rei D. Manuel, desde 1519.

²⁸ Thompson, *Ruins Reused*, 4.

²⁹ Schnapp, «What Is a Ruin?», 156.

³⁰ Schnapp destaca a *Encyclopédie* como ponto inicial para a definição universal de ruínas, com a definição de «Débris, décombres, ruines» por d'Alembert, em que os dois primeiros seriam aplicados apenas para construções, enquanto as ruínas, para edifícios de grande escala destruídos. Outra definição geral de ruínas na *Encyclopédie*, assinada pelo chevalier de Jaucourt, coloca-as como os materiais desordenados de construções que foram diminuídas pela passagem do tempo. Ao contrário da definição anterior, segundo

os estudos de Johann J. Winckelmann (1717-1768) e, entre outros, pelas descobertas e escavações em Pompeia e Herculano (1738, 1748) distinguiu o olhar sobre o passado. A continuidade dos trabalhos direcionados às ruínas habilitou a possibilidade de documentação e, de modo indireto, a conjectura para a concepção científica de ruína e a sua proteção.

O restauro arqueológico, nesse contexto, foi desenvolvido em Itália com ações limitadas em monumentos antigos, a exemplo do trabalho de Raffaele Stern (1774-1820) e de Giuseppe Valadier (1762-1839) no Coliseu de Roma e no Arco de Tito nas três primeiras décadas dos Oitocentos. O restauro arqueológico apresentava como mote central a conservação das edificações antigas, pelo que se possibilitava a escavação sistemática, a consolidação, a recomposição de partes originais do edifício, por meio da anastilose, e, entre outros, as adições distinguidas do original³¹.

Em paralelo, Quatremère de Quincy (1755-1849) referia-se aos conceitos de *ruine*, *ruines*, *ruiner* e *ruineaux/ruineuse* (1832), justificando a sua relevância enquanto estrutura material para o estudo da arquitetura e para a pesquisa na história, teoria das artes e pintura. A ruína consolidada, sem possibilidade de retorno ao original, teria de ser escrita no plural, ruínas, pois no singular significaria apenas uma degradação. Apesar da existência das ruínas modernas, segundo o arqueólogo e teórico da arquitetura, o interesse geral era manifestado àquelas da Antiguidade – portanto, quanto mais velha a ruína, maior a estima por ela. De modo pioneiro, Q. de Quincy também propôs uma classificação de ruínas, organizado por épocas, nações e escolas estéticas³².

Ce mot, au singulier et dans son sens ordinaire, exprime l'état de dépérissement et de destruction dans lequel se trouve ou dont est menacé un bâtiment. On dit qu'un édifice menace *ruine*; on prévoit la *ruine* prochaine d'une maison. On use donc plus volontiers de ce mot au singulier dans les cas cités, et plus souvent au pluriel pour signifier l'état de *ruine* consommé. La raison en est que ce dernier état présentant la dissolution des parties d'un édifice, le pluriel offre mieux l'image de la réalité. (...) S'il s'agit surtout des restes nombreux de monumens, si l'on parle de ces grands débris de villes antiques dont le temps n'a pu encore effacer les vestiges, on dira les ruines de Palmyre, de Spalatro. De même s'il s'agit d'un vaste édifice ruiné dont il reste ou des fragmens considérables, ou des matériaux épars. Ainsi dira-t-on, interroger les ruines du Colysée à Rome, visiter les ruines du Parthenon à Athènes³³.

o arqueólogo, esta última limita as ruínas à arquitetura antiga, mas também expande a geografia destas para além de Grécia e Roma, como antes fizeram os antiquários, cf. Schnapp, 156–59.

³¹ Salcedo, «Teoria e métodos na restauração arquitetônica», 26–27.

³² Quincy, «Dictionnaire historique de l'architecture comprenant dans son plan les notions historiques, descriptives, archéologiques, biographiques, théoriques, didactiques et pratiques de cet art», 397–99.

³³ Quincy, 397-98. Beatriz M. Kühl destaca o papel de Q. de Quincy no alargamento do debate sobre restauração, apesar de ainda associá-la à repriminção, pelo que cita, entre outros, a defesa da manutenção constante para se evitar a ruína, o questionamento sobre os limites das integrações, a possibilidade de preservação da pátina e a defesa, em alguns casos, da permanência do estado de ruína, cf. Kühl, «Quatremère de Quincy e os verbetes Restauração, Restaurar, Restituição e Ruína de sua Encyclopédie méthodique», 105–6.

1.3 O prazer pelas ruínas e o romantismo

O prazer, fascínio ou melancolia pela observação contemplativa de monumentos e edifícios em ruínas, ou *Ruinenlust*, estava presente em obras do século XVIII, do texto à tela. Sobre o período, Huyssen aponta «(...) the "authentic ruin" of modernity in the eighteenth century, and I will suggest that this earlier imaginary of ruins still haunts our discourse about the ruins of modernity in general»³⁴.

Destacamos as publicações de Denis Diderot, Conde de Volney (1757-1820) e François-René Chateaubriand (1768-1848), escritas num período contextualizado pela fruição greco-romana, manifestada a partir dos achados arqueológicos, antiquários e, dentre outros, do *Grand Tour* por um lado e, por outro, pelas guerras e revoluções. Com obras consagradas, é inegável a influência exercida pelos três no entendimento sobre ruínas.

Numa admiração por Hubert Robert, o iluminista Denis Diderot escreveu sobre as ruínas de modo indireto, uma vez que as analisava a partir das pinturas, e não *in situ*³⁵, ressaltando a poética da ruína alegórica como componente para pensar a arte³⁶, e questionando «Si le peintre de ruines ne me ramène pas aux vicissitudes de la vie et à la vanité des travaux de l'homme, il n'a fait qu'un amas informe de pierres»³⁷.

Por sua vez, Conde de Volney invocou a ruína pedagógica ao meditar sobre suas lições, em que Palmira, na Síria, por exemplo, jazia como uma mansão solitária de mortos e esquecidos, e cujas tumbas seriam emblemas da morte. Caberia aos humanos aprenderem as lições das ruínas, que se mantiveram para nos acusar sobre os impérios e as suas respectivas quedas.

How long will man importune heaven with unjust complaint? How long, with vain clamors, will he accuse Fate as the author of his calamities? Will he forever shut his eyes to the light, and his heart to the admonitions of truth and reason? The light of truth meets him everywhere; yet he sees it not! The voice of reason strikes his ear; and he hears it not! Unjust man! if for a moment thou canst suspend the delusion which fascinates thy senses, if thy heart can comprehend the language of reason, interrogate these ruins! Read the lessons which they present to thee! And you, evidences of twenty centuries, holy temples! venerable tombs! walls once so glorious, appear in the cause of nature herself! Approach the tribunal of sound reason, and bear testimony against unjust accusations! Come and confound the declamations of a false wisdom or hypocritical piety, and avenge the heavens and the earth of man who calumniates them both!³⁸

³⁴ Huyssen, «Nostalgia for Ruins», 10.

³⁵ Forero-Mendoza, *Le temps des ruines*, 12.

³⁶ Diderot afirmava que as ruínas tinham poesia própria, segundo Macaulay, *Pleasure of Ruins*, 23. Ele dissertou sobre o tema em obras como *Pensées Détachées sur la peinture, la sculpture, l'architecture e Ruines et paysages*, em que analisa pinturas com ruínas, como as de Hubert Robert. Vide: Diderot, *Ruines et Paysages [Salons de 1767]*; Diderot, *Oeuvres complètes de Diderot*.

³⁷ Diderot, *Oeuvres complètes de Diderot*, 12: 88.

³⁸ Volney, *The Ruins*. Retirado de <<https://www.gutenberg.org/files/1397/1397-h/1397-h.htm>> (ebook), sendo a citação o 2º parágrafo do capítulo III. A obra foi primeiro publicada em 1791.

O Conde de Volney assinalou a passagem entre a apologia do passado glorioso e a sua reflexão, colocando a ruína como um espaço despedaçado e de meditação, que deve ser respeitado, e o vislumbre da decadência das civilizações. Volney, de acordo com Lacroix, concebe uma nova concepção de ruína, em que «Elle consiste à accepter la ruine dans sa réalité de chose amoindrie, voire mutilée, ce qui suppose que ce moindre être soit intégré, accepté; elle devient l'indice d'une situation de crise qui incite à questionner les raisons de la destruction»³⁹.

François-René Chateaubriand, o escritor e diplomata pré-romântico considerava a existência de dois tipos de ruínas: as provocadas pelo tempo (ou pela natureza) e as provocadas pelo homem. As primeiras não seriam desagradáveis, porque eram um efeito do próprio tempo, já as últimas, das depredações, não teriam a possibilidade restaurativa. Ora, «Les destructions des hommes sont d'ailleurs plus violentes et plus complètes que celles des âges: le second minent, les premiers renversent»⁴⁰.

Chateaubriand considerou as ruínas como provas, nos monumentos, da rapidez e da fragilidade de nossa existência e, por isso, elas eram detentoras de uma atração secreta, tendo um papel moral quando situadas em meio à natureza⁴¹.

Com o romantismo, as ruínas foram representadas, discutidas, visitadas e debatidas em livros, salões de arte, e no seio da crítica ao abandono dos monumentos, como em Portugal⁴². O fascínio pelo fragmento foi associado ao ato criativo e construtivo. O gosto pelo pitoresco era, por exemplo, atendido na produção de falsas ruínas em jardins⁴³. A ruína melancólica do romantismo mesclava-se na composição dos cenários, na paisagem e suas interpretações, a partir do entendimento do esquecimento. Desse modo, «Sua melancolia reside no fato de ter-se ela tornado um monumento da significação perdida. Sonhar nas ruínas é sentir que nossa existência cessa de nos pertencer e já se une ao imenso esquecimento»⁴⁴.

1.4 Da destruição revolucionária ao monumento histórico

A Revolução Francesa, nesse sentido, tornou-se paradoxal pela contradição entre a destruição revolucionária e a manutenção de monumentos históricos de interesse nacional;

³⁹ Lacroix, «Le pouvoir de poétisation et la fonction critique des ruines», 39.

⁴⁰ Chateaubriand, *Génie du Christianisme*, II: 41. A obra foi originalmente publicada em 1802.

⁴¹ Chateaubriand, II: 40.

⁴² Como veremos a seguir, no capítulo 02.

⁴³ A construção de obras decorativas com uma aparência arruinada, as chamadas falsas ruínas, tomadas pelo pitoresco, em jardins e parques, foi característica do romantismo na Europa. Esta tese não abordará as falsas ruínas, apesar de considerarmos que sejam um interessante tema de pesquisa. Relativamente às falsas ruínas (ou ruínas fingidas) em Portugal, ver: Santos e Braga, «As Falsas Ruínas do Romantismo em Portugal»; Rosas, «Monumentos pátrios», 1995, 56.

⁴⁴ Starobinski, «A Melancolia das Ruínas», 202.

sendo posteriormente consolidada como a génese da salvaguarda oficial e estatal do património em França e, em seguida, no mundo ocidental.

As comissões revolucionárias concentraram-se na salvaguarda de monumentos entendidos como nacionais, na transferência dos bens do clero, da Coroa e dos emigrantes para a nação – um dos atos da Constituinte de 2 de outubro de 1789 – e na própria destruição de uma parte destes bens, desde 1792. O reacionarismo destruidor, portanto, transformou-se em uso político do passado e, neste, do património nacional⁴⁵; algo que não pode ser dissociado da ideia de rutura cronológica, no que se acreditava estar a passar da história «do estado» ou «do príncipe» para a história da nação⁴⁶.

Este antes e depois são apenas lugares históricos neutros: se a Revolução institui uma espécie de ponto zero a partir do qual tudo começa, ou pode começar, é porque morre também um mundo inteiro, que não merecia continuar. Dito por outras palavras, há corte na trama da história, mas entre bem e mal. Atrás do discurso histórico, existe um discurso moral⁴⁷.

Os monumentos foram considerados riquezas nacionais, sendo este o valor que legitimou todos os demais no dealbar do estabelecimento do património enquanto léxico, em França⁴⁸. A patrimonialização, inicialmente ensaiada para as antiguidades nacionais, abarcou os monumentos medievais, graças à institucionalização do património nacional francês. Nesse contexto, alguns bens nacionais (antigos) permaneceriam em ruínas, enquanto outros (medievais) seriam reconstruídos ou recompostos enquanto monumentos idealizados por arquitetos restauradores.

A Comissão de Monumentos Nacionais (1790) foi criada para classificar em categorias os monumentos recuperados em França, identificando-os em móveis e imóveis. Com a cultura material francesa sob ameaça, Ludovic Vitet (1802-1873) promoveu o restauro, estudo, registo histórico e documental de monumentos, principalmente os medievais, junto à Inspetoria Geral dos Monumentos (1830-1835) e, a seguir, à Comissão Nacional dos Monumentos (1835-1848)⁴⁹. Prosper Mérimée (1803-1870), sucessor de Vitet, manteve a postura de restauração aos monumentos antigos e medievais. Nas duas gestões, houve intervenções em ruínas com a opção recorrente pela recuperação completa da obra segundo um determinado momento histórico-artístico, ou seja, a unidade do estilo.

⁴⁵ Choay, *A Alegoria do Patrimônio*, 103–10.

⁴⁶ Furet, *Ensaio sobre a Revolução Francesa*, 134.

⁴⁷ Furet, 134.

⁴⁸ Choay, *A Alegoria do Patrimônio*, 119.

⁴⁹ As instituições de defesa do património na França influenciaram a forma de preservação de monumentos na Europa, com a institucionalização e o restauro enquanto iniciativas estatais e o monumento nacional, uma nova bandeira. Nesses termos, as decisões ainda eram ambivalentes, alguns lugares foram valorizados, a exemplo de Reims e sua difundida origem mítica de Remus, fundador de Roma. Outros, destruídos, cf. Foulquier, «Entre disparition et apparition», 33.

1.4.1 Viollet-le-Duc e a unidade do estilo

No campo dos estudos sobre restauro e conservação, os nomes de John Ruskin e Eugène-Emmanuel Viollet-le-Duc – à frente, respetivamente, do antirrestauro e da unidade de estilo – são nomes indispensáveis ao se ponderar a proteção e restauro da ruína, nomeadamente a decisão entre o salvar a ruína e o salvar da ruína.

Viollet-le-Duc (1814-1879) tornou-se o símbolo do restauro estilístico e influenciou intervenções em monumentos desde o século XIX. O arquiteto defendeu que o restauro pudesse recuperar a unidade de estilo e, se possível, o modelo ideal da edificação após estudos aprofundados e de acordo com uma atitude racional, segundo uma linha de pensamento positivista. Ao contrário de Quincy, Viollet-le-Duc não conceituou a ruína em seu *Le dictionnaire d'architecture*. Entretanto, é possível interpretar o verbete *restauro* como um meio para se evitar ou mesmo resgatar a ruína do monumento, em suas palavras: «Le mot et la chose sont modernes. Restaurer un édifice, ce n'est pas l'entretenir, le réparer ou le refaire, c'est le rétablir dans un état complet qui peut n'avoir jamais existé à un moment donné»⁵⁰.

A preocupação de restauração não envolveria o olhar ao passado, mas a realização de um projeto a partir de um modelo ideal. O restauro arquitetónico seria uma criação do presente e que poderia nunca ter existido, já a ruína, assinalaria o momento de início dos trabalhos de restauro. Esta última deveria ser pesquisada exaustivamente e, a seguir, restabelecida com a utilização de materiais modernos – se possível. Nesses termos, o arquiteto restabelece a obra de modo que a autenticidade do monumento esteja menos para a sua história do que para o seu estilo.

For him [Viollet-le-Duc], returning ruined structures to full order was not simply a case of bright detective completing a jigsaw puzzle. Rather, he had remarkably detailed knowledge of history and a wonderfully intuitive imagination with which he peopled these monuments and envisioned them in use. He was not, then, either facile or ignorant in his reconstitutions. The flaw, if one must be attributed, was in second-guessing the medieval builders and imputing to them his own systematic interpretation of the intentions behind medieval architecture⁵¹.

Sob o contexto nacionalista já descrito, após as destruições revolucionárias, a guerra napoleónica e a degradação de monumentos, Viollet-le-Duc participou de restauros na Comissão de Monumentos Históricos, como o da Igreja de Vézelay (1840-1843), o da Igreja de Notre Dame de Paris (1845 - 1864) e o emblemático Castelo arruinado de Pierrefonds (1857-1879; Ouradou, 1879-1885). Com tantas alterações ao original, o Castelo é um dos maiores exemplos da teoria de Viollet-le-Duc⁵².

⁵⁰ Viollet-le-Duc, *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XIe au XVIe siècle*, 8:14.

⁵¹ Hearn, *The Architectural Theory of Viollet-Le-Duc*, 6-7.

⁵² Relativamente ao tema, ver: Viollet-le-Duc, *Description du château de Pierrefonds*.

Importa aqui sublinhar, todavia, uma concepção diferente de ruína no pensamento do arquiteto francês, aquando da descrição das ruínas americanas, a partir das fotografias de Charnay em *Cités et Ruines Americaines*⁵³. No texto *Ruines de Mitla*⁵⁴, Viollet-Le-Duc descreveu os elementos arquitetónicos nas ruínas fotografadas por Charnay, no México, com pormenores descritivos em comparação com elementos gregos, romanos, egípcios e, quanto ao género, com a Índia e o Japão. O restauro não foi sequer mencionado, sobressaindo a arqueologia.

1.4.2 Ruskin e o Movimento Antirrestauro

Os dois momentos de produção de ruínas em Inglaterra, segundo Thompson (1981), foram o século V, com o fim do Império Romano britânico, e os séculos XVI e XVII, com a dissolução dos monastérios e a Guerra Civil, que por sua vez, também favoreceram o abandono de castelos⁵⁵. Foram estes os dois momentos responsáveis pela promoção de uma consciência do passado e da atividade histórica, em que «The landscape held a series of signposts to the destroyed monastic era, and they led to nostalgia and poetry, as well as to antiquarianism and history. From this time on, the ruins of the monasteries entered into English consciousness of the past»⁵⁶.

A proteção oficial de monumentos em Inglaterra, segundo Thompson (2006), teria começado pelas ruínas, legalmente designadas enquanto monumentos antigos, através do *Ancient Monuments Act* (1882)⁵⁷. Pitt-Rivers, arqueólogo e primeiro inspetor inglês dos monumentos, valorizou inicialmente as ruínas neolíticas – sucedido, posteriormente, por Peers (1890). Para além dos inspetores e da *National Trust*, os estudos de arquitetura e arqueologia das obras de Thomas Rickman, Robert Willis e William St. John Hope colaboraram para o avanço dos estudos ruinistas, pois «(...) in case of ruins, where guardianship was contemplated, the information as to how the fragmentary ruins then fitted in to the general plan was of incalculable value. Indeed the dated plan has become the *sine qua non* of monuments in care and their guidebooks»⁵⁸.

Entretanto, tornou-se mais conhecido o movimento, em Inglaterra, que negou qualquer intervenção em edifícios e, conseqüentemente, em ruínas: o restauro romântico. John Ruskin (1819-1900) liderou o Movimento Antirrestauro e, juntamente com o seu

⁵³ Charnay, *Cités et ruines américaines*.

⁵⁴ Viollet-le-Duc, «Ruines de Mitla», 74–104.

⁵⁵ Thompson, *Ruins*, 13.

⁵⁶ Aston, «English Ruins and English History», 232.

⁵⁷ Na Irlanda, um pouco mais cedo, com o *Irish Church Act* (1869) e o desmantelamento da Igreja. Contudo, diferentemente do reinado de Henrique VIII, o Ato provinha a preservação de estruturas arruinadas ou sem uso a serem preservadas enquanto monumentos nacionais.

⁵⁸ Thompson, *Ruins Reused*, 34.

seguidor William Morris, criou o Movimento *Arts and Crafts*, numa linha de pensamento antipositivista e crítica da máquina e da indústria.

Com o respeito à trajetória do monumento – ou com a sua «fidelidade ao passado»⁵⁹ – Ruskin associou arquitetura e religião, considerando a primeira sagrada pelos traços deixados pelos seus construtores e, por isso, era um sacrilégio restaurá-la. Dever-se-ia respeitar a autenticidade do monumento, pelo que o destino final de cada edificação só poderia ser a ruína⁶⁰.

A conceção do edifício como um ser vivo⁶¹, com nascimento e morte, permeou a tese de John Ruskin, num sectarismo antirrestauro. A ruína poderia ser, então, percebida através do pitoresco, durante o processo de queda do monumento, expondo no trajeto a sua pátina e a sua idade. Um dos papéis da arquitetura nacional era tornar histórica a arquitetura do presente, segundo Ruskin, assim como manter as obras do passado, pois a idade do edifício era a sua maior glória. Ora, juntamente com a poesia, a arquitetura era uma conquistadora do esquecimento. Nesse meio, a ruína é testemunha duradoura contra os seres humanos no seu caráter transitório. A beleza nos efeitos – ou marcas – do tempo pertencem ao edifício, nada pode repô-los⁶². O pitoresco, conclui, expressa a ruína:

(...) the picturesque is therefore sought in ruin, and supposed to consist in decay. Whereas, even when so sought, it consists in the mere sublimity of the rents, or fractures or stains, or vegetation, which assimilate the architecture with the work of Nature (...) it [picturesque] is an exponent of age, of that in which, as has been said, the greatest glory of the building consists; and, therefore, the external signs of this glory, having power and purpose greater than any belonging to their mere sensible beauty, may be considered as taking rank among pure and essential characters (...) ⁶³.

O paradigma ruína e natureza é recorrente, não pertence apenas ao domínio dos românticos. O sociólogo alemão Georg Simmel ressalta as ruínas enquanto trabalho humano tomado pela natureza, que a transforma em sua própria expressão. O estético torna-se metafísico ao passo que «The ruin reverses this order: what was raised by the spirit becomes the object of the same forces which form the contour of the mountain and the bank of the river»⁶⁴. Neste antagonismo, matéria e natureza, o valor estético da ruína surge por mostrar a limitação da obra de arte. O caráter da ruína como passado é o que revela sua paz.

William Morris (1834-1896) deu seguimento e trouxe as ideias ruskinianas à prática, lançou o *Manifesto Athenoeum* contra o restauro e, entre outros, criou com Phillip Webb a

⁵⁹ Makarius, *Ruines*, 202.

⁶⁰ Choay, *A Alegoria do Patrimônio*, 159–60.

⁶¹ Ruskin, *The Stones of Venice*, I:346.

⁶² Ruskin, *The Seven Lamps of Architecture*, 178–93.

⁶³ Ruskin, 193.

⁶⁴ Simmel, «Two Essays», 381.

Society for the protection of Ancient Buildings (1877), a defender a permanência do traço e da idade – ou decadência – dos monumentos. Nesta associação, «The first mention of a ruin, Kirkistall Abbey, came up and continued the next and following years. The Society had few remedies to suggest except waterproofing. (...) By 1895 ruins were featuring regularly in the report and owners were offered advice (...)»⁶⁵.

Viollet-le-Duc e Ruskin são vistos como extremos opostos até aos dias de hoje. Decerto, Ruskin e Morris eram ferrenhos críticos do arquiteto francês, mas também tinham divergências de pensamento em seu país, na Inglaterra. O mesmo vale para Viollet-le-Duc, a exemplo das críticas de Adolphe-Napoléon Didron aos seus restauros. Françoise Choay destaca que, de modo geral, a doutrina de cada um, o restauro estilístico e o antirrestauro, angariou mais espaço nos países natais correspondentes⁶⁶. Mas, numa expansão para o continente: «O que podiam a tese sentimental do deixar envelhecer (e perecer), e as suas complexas considerações acerca da consolidação, contra o projecto racionalizado e espectacular dos arquitectos e dos historiadores intervencionistas? A Europa inteira estava prestes a aderir às ideias de Viollet-le-Duc»⁶⁷.

1.4.3 Riegl, o valor de antiguidade, ruínas universais, ruínas mortas

Alöis Riegl (1858-1905) distingue os monumentos históricos de rememoração (valor histórico, de antiguidade e volível da memória) e contemporâneos (valor artístico e de uso). O valor de antiguidade (*Alterswert*) é o campo da ruína, pelo que o tempo e a pátina degradada são os elementos que mais a caracterizam. Por isso, «Em contraposição com o tempo presente, a antiguidade revela-se como algo incompleto, à qual falta coerência, por certa tendência à dissolução da forma e da cor, que constituem características claramente opostas às do objeto moderno, ou seja, criações recentes»⁶⁸.

Esses sinais expostos do tempo assumem uma demanda universal, pois o efeito da memória é mais intenso via ruína, justamente pela idade que é exposta na pátina, em que, quanto maior a degradação, mais pitoresca é a ruína. É possível, por outro lado, que existam problemas quanto à utilização do monumento. Ora, uso e função são termos presentes no próprio conceito de ruína, por estarem no cerne do arruinamento e dos debates sobre conservação e reutilização contemporânea. Sobre o assunto, o historiador de arte defende o culto da ruína como um vínculo evolutivo entre passado e presente⁶⁹ – sem necessariamente implicar retornos.

⁶⁵ Thompson, *Ruins Reused*, 30.

⁶⁶ Choay, *A Alegoria do Patrimônio*, 163–66.

⁶⁷ Choay, 166. Relativamente aos dois teóricos, ver também: Meneguello, *Da ruína ao edifício*, 223–38.

⁶⁸ Riegl, *O Culto Moderno Dos Monumentos*, 50.

⁶⁹ Riegl, 48.

A relação entre passado e presente tem alta relevância para a determinação da apresentação da ruína. Ora, a designação da salvaguarda da ruína é também uma escolha de conservação. Contudo, cada governo, através dos seus institutos de património cultural, ou sociedades particulares acabam por expor a ruína na sua pátina desejada. A simbologia que as pedras caídas despertam são inúmeras. Nesse contexto, desenvolveu-se o pensamento de que as ruínas, uma vez protegidas, não possuiriam outro uso que não o contemplativo – mortas.

A cessação do uso original foi estudada por Louis Cloquet (1848-1920), que, por sua vez, defendeu que os monumentos deveriam ser distinguidos e classificados em mortos ou vivos. Os mortos: aqueles que se tornaram lembranças de tempos extintos e documentos de arte, como as ruínas greco-romanas; aqueles de civilizações já desaparecidas sem possibilidade de retorno ao uso original, a exemplo dos castelos e edifícios religiosos medievais. Relíquias do passado, expostas ao assalto destruidor do tempo, encanto dos amantes do pitoresco⁷⁰.

Louis Cloquet apontou dois inimigos das ruínas: os seres humanos, a explorá-las e a copiá-las; e a natureza. Relativamente ao restauro de ruínas, o engenheiro civil admitiu apenas reparações e restituições, desde que com matérias e peças originais. A fim de reiterar suas teses, ele resgatou o arqueólogo Adolphe-Napoléon Didron (1806-1867) e a sua célebre frase nos *Annales Archéologiques*⁷¹ sobre monumentos antigos, ponderando as ruínas como monumentos mortos e antigos: «Quand il s'agit des monuments morts, il faut, dirons-nous, plutôt consolider que réparer, plutôt réparer que restaurer; et quand il s'agit des monuments vivants, plutôt restaurer que refaire, plutôt refaire qu'embellir»⁷².

Atentamos ao fato de que os termos *monumentos antigos*, *monumentos mortos* e *ruínas* foram utilizados como sinónimos em publicações posteriores, corroborando a influência intelectual de Cloquet e, ainda mais, de Didron.

1.5 As Grandes Guerras e a inquietude do século XX

O fascínio ou «culto» pelas ruínas permaneceu com o advento do século XX. Os antecedentes da guerra, os seus nacionalismos, o clima de tensão e a gestão de vestígios degradados, ocasionados pela Primeira Guerra Mundial, exigiram novas soluções perante uma cultura material rapidamente fragmentada e abundante.

⁷⁰ Cloquet, «La restauration des monuments anciens», 1901, 498–99.

⁷¹ «En fait de monuments anciens, il vaut mieux consolider que réparer, mieux réparer que restaurer, mieux restaurer que refaire, mieux refaire qu'embellir; en aucun cas, il ne faut rien ajouter, surtout rien retrancher», Didron, «Réparation de la cathédrale de Paris», 123. *Grifo nosso*.

⁷² Cloquet, «La restauration des monuments anciens», 1901, 503.

As primeiras ruínas de guerra levaram as instituições patrimoniais a decidirem o que fazer, da reconstrução à musealização. Em França, a *Proposition de loi relative au classement et à la conservation des ruines historiques [Renvoyée à la Commission des dommages de la guerre]*, já em 1915, recomendava a preservação das ruínas de guerra após as destruições de 1914. O projeto de lei *Le Breton*, como ficou conhecido⁷³, apresentava como justificativa para preservação o caráter memorial e pedagógico dessas ruínas históricas⁷⁴.

Após a Segunda Guerra Mundial, o debate patrimonial foi alargado devido às possibilidades de atuação nos monumentos, em que ações distintas e, inclusive, opostas eram atribuídas a cada caso. Além do mais, também foi um momento para se refletir a relação entre ruínas e grandes impérios, enquanto arquitetura do poder e dos extremismos.

This fascination with the beauty of ruins became a leitmotif of twentieth-century cultural politics, even surfacing in regimes supposedly dedicated to radical modernization and social engineering. Nowhere was this more evident than in Albert Speer's 'ruin theory of value', in which Hitler's architect was keen to create buildings designed to be fetching ruins for onlookers in a thousand years' time⁷⁵.

Albert Speer, o arquiteto do III Reich, desenvolveu a chamada *Teoria do valor da ruína* a partir das suas considerações e do deslumbramento perante as ruínas greco-romanas. Essa estética pretensamente épica enquadrar-se-ia enquanto estratégia para que as obras nazis fossem notadas no futuro, a partir das suas ruínas.

Utilizando materiais de tipo especial e aplicando certos princípios estéticos, devíamos ser capazes de construir estruturas que, mesmo arruinadas, após centenas ou milhares de anos (tais eram os nossos cálculos) pudessem assemelhar-se mais ou menos aos modelos romanos. A fim de ilustrar devidamente as minhas ideias, fiz um desenho romântico, que mostrava o aspecto de que, mais tarde, o monumento do Campo Zepelim se revestiria após gerações de abandono, todo recoberto de hera, com as colunas tombadas, as paredes a desmoronar-se aqui e além, mas com as linhas gerais ainda claramente reconhecíveis. Para o círculo de Hitler, tal desenho representava uma verdadeira blasfémia. Que eu pudesse conceber um período de declínio, após um Reich refundido e destinado a durar mil anos, parecia a uma grande parte dos sequazes e íntimos de Hitler um pensamento ultrajante. Mas ele achou as minhas ideias tão lógicas como esclarecedoras e deu as suas ordens para que, daí para o futuro, os monumentos importantes do Reich fossem erigidos de acordo com os princípios dessa «lei das ruínas»⁷⁶.

Então, por meio da teoria do valor da ruína, diligenciava-se a continuidade da relação interpretativa entre império e ruína – a força de um pela celebração futura da outra. De acordo com J. Hell, a fundação de um império foi teorizada a partir das ruínas, numa articulação

⁷³ Devido ao nome do seu criador: Jules-Louis Le Breton.

⁷⁴ Viltart, «Naissance d'un patrimoine», par. 5–8.

⁷⁵ Betts e Ross, «Modern Historical Preservation», 11.

⁷⁶ Speer, *O III Reich por dentro*, 102.

entre criação e destruição. Vale lembrar que, por outro lado, essas construções foram abreviadas a destroços (e não ruínas gloriosas) pelas forças aliadas na Segunda Guerra⁷⁷.

1.6 «Os restauradores», as Cartas patrimoniais e as ruínas

O impacto político e económico na Europa em guerra provocou, após as primeiras ruínas do conflito, iniciativas sobre as intervenções de manutenção e conservação ou, por outro lado, as reconstruções. Para as primeiras, a *Carta de Atenas* (1931)⁷⁸ tornaram-se uma referência internacional⁷⁹. Em paralelo, a teoria e as ações de preservação – relacionadas com os monumentos antigos e medievais – ampliavam-se e criavam uma rede de doutrinação internacional a partir das teses de arquitetos, historiadores e, entre outros, de técnicos dos monumentos históricos.

Camilo Boito (1836-1918), uma opção mais moderada face a Ruskin e a Viollet-le-Duc, abalou esta hegemonia amparando-se nos avanços da arqueologia e da história da arte⁸⁰. Aos restauradores, o arquiteto e historiador ponderou:

(...) essa recente virtude nos torna maravilhosamente adaptados para completar as obras de todos os séculos passados, as quais nos chegaram mutiladas, alteradas ou arruinadas, a única coisa sábia que, salvo raros casos, nos resta a fazer é esta: deixá-las em paz, ou, quando oportuno, libertá-las das mais ou menos velhas ou mais ou menos más restaurações⁸¹.

Boito acautelou a sua conceção de restauro na noção de autenticidade, devedora da teoria ruskiniana, mas considerando o restauro legítimo e um ato do tempo presente. Ele defendeu a importância documental do monumento, pelo que o respeito às suas fases construtivas, inclusive os acrescentos, era revelado na defesa da mínima ação de restauro e das adições distinguidas, caso necessárias. Boito dividiu o restauro em três tipos, conforme o estilo e a idade do edifício: o restauro arqueológico, para os monumentos antigos, o restauro pitoresco, para os monumentos góticos e o restauro arquitetónico, para os monumentos clássicos e barrocos⁸².

O reconhecimento do seu trabalho ocorreu através da apresentação dos seus princípios no *III Congresso de Arquitetos e Engenheiros Cívicos* (Roma, 1883), da sistematização da sua obra por Gustavo Giovannoni – e o Restauro Científico – e, entre outros, da *Carta de Restauro de Atenas* (1931).

⁷⁷ Hell, «Imperial Ruin Gazers, or Why Did Scipio Weep?», 185–88.

⁷⁸ Conclusões da Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos, Serviço Internacional de Museus, Sociedade da Nações.

⁷⁹ Jokkilehto, «A History of Architectural Conservation», 412.

⁸⁰ Choay, *A Alegoria do Patrimônio*, 166.

⁸¹ Boito, *Os Restauradores*, 37.

⁸² Choay, *A Alegoria do Patrimônio*, 167–69.

Entretanto, a teoria e a prática no restauro nem sempre corresponderam à realidade das intervenções realizadas, a exemplo do restauro histórico e a incoerência no uso das fontes. Luca Beltrami (1854-1933), aluno de Boito, defendia cada intervenção como única, a busca da correspondência com o original através do uso de plantas, desenhos e fontes diversas. Este rigor do restauro histórico perante o uso das fontes não correspondeu, todavia, ao aplicado em campo – a exemplo do Castelo dos Sforza, em Milão. A subjetividade e a má interpretação das fontes contribuíram para o fracasso desse seguimento teórico⁸³.

Sobre a ruína, Beltrami admitiu a possibilidade de recomposição da mesma, mas apenas no cumprimento da intenção arqueológica, com a reconstituição de estruturas, sem a repristinação de trechos decorativos, desde que se obtivesse o conhecimento suficiente sobre o sítio e sobre os materiais a serem utilizados na edificação, fossem eles antigos ou coevos.

Infatti, si potrà ricomporre un tempio greco, di cui si abbiano frammenti bastevoli a precisarne le linee d'assieme ed i particolari architettonici e decorativi, raggiungendo l'intento archeologico quand'anche non risulti possibile lo scrupoloso impiego degli stessi materiali originari e l'adozione dei medesimi procedimenti costruttivi: e si potrà altresì restaurare un rudere di epoca romana, limitando solo l'opera di ricostituzione alle masse in laterizio che ne formano la struttura, e rinunciando al troppo arduo ripristino della parte decorativa in marmo; ma, per la ricostruzione di un edificio militare del medioevo, le esigenze sono d'altra natura, pur non essendo minori: e nel caso della torre principale del Castello Sforzesco, il risultato che si intende di raggiungere col ripristino, non può certo essere determinato dallo scopo di arrivare alla materiale e scrupolosa esattezza dell'originaria struttura, giacché l'eventuale divario di qualche metro nell'altezza complessiva, o di qualche decimetro nelle dimensioni dei particolari, non potrebbe per sè stesso cagionare un deprezzamento nell'opera del ripristino, il cui significato e la cui efficacia si affidano essenzialmente alla linea d'assieme, ed al movimento generale delle masse⁸⁴.

Gustavo Giovannoni (1873-1947), discípulo de Boito, destacou-se no restauro científico e no desenvolvimento da arquitetura em Itália, a exemplo da criação da *Escola de Arquitetura de Roma* (1920). O engenheiro entendeu o restauro como a consolidação, o reparo do tempo e a recondução a uma nova função aplicada a «(...) testemunhos construtivos e artísticos do passado»⁸⁵. Para tanto, existiam duas operações necessárias: o restauro e a escavação. Com relação às ruínas, Giovannoni retomou o paradigma do monumento vivo *versus* monumento morto⁸⁶: os monumentos vivos, palácios e igrejas, deveriam ser reconduzidos a uma função que não fosse muito distinta da original; já os

⁸³ Neto, *Memória, propaganda e poder*, 2001, 47.

⁸⁴ Beltrami, *Indagini e documenti riguardanti la Torre principale del Castello di Milano*, 66.

⁸⁵ Giovannoni, *Gustavo Giovannoni: Textos Escolhidos*, 191.

⁸⁶ Já apresentado por Cloquet (1901).

monumentos mortos, da Antiguidade, deveriam ver recusado o seu uso – que há tempos findara – a fim de manter-se a ruína, tendo somente acréscimos essenciais⁸⁷.

Com a teoria apresentada na *Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos* (1931), Giovannoni foi central na produção da *Carta de Atenas* (1931) e da *Carta Italiana do Restauro* (1932). O documento final com as conclusões gerais do encontro do Serviço Internacional dos Museus, da Sociedade das Nações/*1º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos*, ou *Carta de Atenas* (1931), apresentou a defesa da manutenção regular e permanente com o objetivo de assegurar a conservação dos monumentos, o respeito à obra histórica ou artística, tanto no uso do monumento como nos casos em que o restauro seja indispensável. O apagamento de estilos (repristinação) foi desaconselhado, algo recorrente nas cartas patrimoniais a seguir.

Quando se trata de ruínas impõe-se uma conservação escrupulosa, recolocando no seu lugar os elementos originais encontrados (anastilose) sempre que o caso o permita; os materiais novos necessários a este efeito deverão ser sempre identificáveis. (...) Deve dizer-se que a técnica e a conservação de uma escavação impõem a colaboração estreita do arqueólogo e do arquitecto⁸⁸.

Em caso de impossibilidade de conservação da ruína, foi sugerido o novo enterramento como forma de proteção, com texto sobre o restauro do Pártenon⁸⁹. Os breves princípios da *Carta de Atenas* (1931) surgiram, dessa forma, como uma referência aos trabalhos em monumentos, internacionalizando-os.

O Conselho Superior de Antiguidades e Belas Artes defendeu igualmente a consolidação de ruínas – ou monumentos antigos, longe dos usos e da civilização presente – na *Carta Italiana do Restauro* (1932)⁹⁰. A estabilização e/ou anastilose das ruínas admitia os estudos anatómicos dos edifícios, considerados relevantes para o conhecimento da arte do edifício e da História de Arte, e a permanência *in situ* das estruturas, segundo o documento. Nesses trabalhos, a ajuda de várias ciências deveria contribuir para os casos minuciosos e complexos de conservação de ruínas, em que o empírico deveria ceder ao procedimento científico⁹¹.

⁸⁷ Giovannoni, *Gustavo Giovannoni: Textos Escolhidos*, 196.

⁸⁸ Sociedade das Nações, *Carta de Atenas* 1931, 3-4.

⁸⁹ Com destaque para a cooperação internacional do governo grego, principalmente através do trabalho em monumentos, colaboração de arqueólogos e especialistas internacionais.

⁹⁰ *Norme per il restauro dei monumenti*, do Consiglio Superiore Per Le Antichità e Belle Arti. As Cartas Italianas do Restauro (1932, 1972) são reconhecidas internacionalmente como referência para os trabalhos de restauro, consolidação e manutenção de monumentos.

⁹¹ Neste trecho, há o anúncio indireto da fragilidade da ruína e como deve ser tratada com planeamento perfeito, controlo contínuo e seguro. Ora, qualquer ação fora do planeado pode levar à destruição total. Na *Carta de Atenas*, esta preocupação foi demonstrada apenas resumidamente, a indicar o novo enterramento.

Che nei monumenti lontani ormai dai nostri usi e dalla nostra civiltà, come sono i monumenti antichi, debba ordinariamente escludersi ogni completamento, e solo sia da considerarsi la anastilosi, cioè la ricomposizione di esistenti parti smembrate con l'aggiunta eventuale di quegli elementi neutri che rappresentino il minimo necessario per integrare la linea e assicurare le condizioni di conservazione⁹².

As ruínas são apontadas em duas formas: na qualidade de monumentos antigos e na de monumentos mortos, uma possível influência de G. Giovannoni. Sobre os monumentos mortos, além da defesa geral da documentação e do acompanhamento dos trabalhos, defende-se, especificamente, o trabalho metódico nas escavações e explorações, com o trabalho de libertação seguido pelo arranjo das ruínas e a proteção estável das obras de arte encontradas a serem preservadas no sítio ou não⁹³.

A relação entre a população e o monumento, anunciada em 1931 e destacada na *Resolução da Sociedade das Nações* sobre a conservação de monumentos históricos e de obras de arte (1932), foi distinguida na *Carta de Atenas* (1933)⁹⁴ através dos valores arquitetónico, histórico e sentimental. Era preciso reconhecer e selecionar os testemunhos do passado que ainda resistiam na cidade, considerar as possibilidades de modificação parcial e, raramente, a deslocação: «A morte, que não poupa nenhum ser vivo, atinge também as obras dos homens. É necessário saber reconhecer e discriminar nos testemunhos do passado aquelas que ainda estão bem vivas. Nem tudo o que é passado tem, por definição, direito à perenidade; convém escolher com sabedoria o que deve ser respeitado»⁹⁵. O culto do pitoresco, portanto, não deveria prevalecer diante das condições de salubridade e bem-estar.

Com a Segunda Guerra Mundial, as ruínas acumularam-se nos países atingidos, sendo um exemplo emblemático a *miasto ruin* Varsóvia⁹⁶, pelo que se fazia necessário o debate sobre a presença, manutenção, restauro, reconstrução e reuso das ruínas. Apesar do fim da guerra, os espólios da destruição tornaram-se o quotidiano de cidades, de modo geral, até à sua remoção ou reuso. As decisões acerca dessas novas ruínas, as ruínas da guerra, ainda assim não deixavam de concernir ao património cultural.

A transformação e a modernização urbana foram paralelas às decisões tomadas sobre as ruínas: opções de reconstrução (como Dresden, Saint-Malo e Varsóvia); memorial

⁹² Itália 1932, 2.

⁹³ Atualmente, Itália possui um Ministério do Património Cultural e, no que se refere à atuação do arquiteto ou arqueólogo perante às ruínas, prioriza as antiguidades. A especificidade das ruínas é similarmente refletida em projetos e órgãos de património, a aprimorar a atuação nas dificuldades e limitações estruturais, cf. Calò, Malè, e Tamburrino, «Developed Legal and Regulatory Framework for Protection of Medieval Ruins», 9–22.

⁹⁴ Assembleia do CIAM, *Congresso Internacional de Arquitetura Moderna* 1933.

⁹⁵ CIAM, *Carta de Atenas* 1933, 25-26.

⁹⁶ Uma cidade ruína. Varsóvia, ao final da guerra, estava 75% destruída, com 95% dos edifícios históricos perdidos, cf. Jokilehto, «A History of Architectural Conservation», 409.

(como o *Domo de Genbaku*, em Hiroshima); adequações mais subtis (como Paris); e intervenções diversas com a manutenção – ou não – da aparência de ruína. Neste último ponto, a Igreja Memorial Kaiser Wilhelm relembra os bombardeamentos da Segunda Guerra⁹⁷, tendo se tornado um ponto turístico de Berlim, Alemanha. Os espólios da guerra adequaram-se conforme decisões sociopolíticas, com um *corpus* de ruínas que exigiam novos posicionamentos, diferentes daqueles antes dirigidos às ruínas antigas.

A compreensão de cultura material transformou-se, e abarcou um novo conjunto de monumentos a salvar, da indústria e da guerra principalmente, valorizados pela trágica história recente que representavam, assim como testemunhos históricos. A visita às ruínas não deixou de existir⁹⁸, mas não podemos deixar de mencionar as novas interpretações – sentimentais e, entre outras, críticas – dos escombros.

Reconstruir, restaurar, substituir e musealizar não eram termos invulgares – o que possibilitou novos modos de conceber e investigar as ruínas. A segunda metade do século XX tornou-se um período de ampliação dos estudos ruinistas, tanto no conhecimento técnico sobre conservação e restauro, como em outras áreas do conhecimento, da filosofia à geografia urbana.

Mais, c'est le cours de l'Histoire qui va marquer durablement l'évolution du paradigme ruiniste. La violence sans égale des destructions d'après-guerre a conduit les historiens, les philosophes, les écrivains à s'interroger sur le sentiment de sidération et de déréluction lié à la dévastation de l'Europe. L'accumulation des destructions, la découvert de camps d'extermination ont signifié la fin d'une société, la perte de ses valeurs morales, politiques, esthétiques⁹⁹.

O fim das Grandes Guerras não apagou as suas reminiscências nas cidades. O luto dos mortos e desaparecidos não cessou outra guerra. Apesar de ser uma guerra dita *fria*, os bombardeamentos continuaram, em países periféricos e estratégicos, a produzir ruínas e transmiti-las pela comunicação social. Cumpre lembrar as independências em Ásia e África e as novas ruínas desses conflitos. Em paralelo, a decadência económica originava novas ruínas industriais e cidades-arruinadas¹⁰⁰.

⁹⁷ Sobre a igreja, John B. Jackson afirma: «One of the most impressive modern monuments is the ruined church which stands in the center of the busiest part of West Berlin. It is an enormous ruin, without grace or picturesqueness, but for that very reason it provides a startling reminder of World War II, and is a monument whose message is not easy to forget», Jackson, «The Necessity for Ruins», 91.

⁹⁸ Cumpre realçar, como refletido por Meneguello, escudada por Carlos Fortuna, que o turismo realizado nas ruínas não é o mesmo daquele praticado no século XIX, em que «(...) aquele comportamento reverente que o espectador assumia perante as ruínas cede aos modos do turista, que as visita, fala alto, fotografa e lancha em seus arredores, consumindo-as como a qualquer outro bem cultural», cf. Meneguello, *Da Ruína ao Edifício*, 265.

⁹⁹ Hyppolite, «Préface», 13.

¹⁰⁰ Neste sentido, pode-se expandir o conceito às chamadas cidades-fantasmas, arruinadas, principalmente no que se refere às cidades mineradoras, tais como Rhyolite, Nevada e Ballarat, Califórnia, EUA, e às cidades industriais, como a Fordlândia, no Brasil, e Tkvarcheli, na Abecásia, com fábrica de energia

Houve continuidades no que se refere a produção, reconstrução, restauro, conservação e reuso de ruínas¹⁰¹, era preciso debater os procedimentos diante de tantos espólios. Desta forma, a realidade do pós-guerra foi marcada pelo alargamento do pensamento sobre ruínas, da doutrinação e do conhecimento técnico, científico e utilitário sobre as condutas diante da cultura material fragmentada.

As ruínas recentes, principalmente as industriais, foram em parte destinadas a manter o seu funcionamento como museus, institutos de preservação ou, entre outros usos, destinados ao turismo, com os galardoados benefícios económicos, postos ao lado dos riscos de falseamentos e higienizações. Estas ruínas recentes passaram a valer-se enquanto espaço turístico e agradável na medida em que garantia historicidade aos visitantes, mesmo que com interpretações distintas das que antes eram atribuídas às ruínas antigas no *Grand Tour*. Nesse plano de fundo, as ruínas recentes de Detroit, EUA, são agora exemplo da aliança dos cenários fragmentados das ruínas com o turismo e a fotografia.

A teoria e a proteção das ruínas foram alargadas juntamente com as mudanças de visão de mundo e as novas realidades políticas e económicas. Os países, principalmente os europeus, buscaram soluções conjuntas para os seus fragmentos, inicialmente com o restauro crítico e a *Carta de Atenas* (1931). Perante isso, as instituições consultoras e gestoras de monumentos, através de novos congressos e cartas patrimoniais, converteram-se em órgãos de influência global na matéria.

Na segunda metade do século XX, a teoria do restauro crítico firmou-se a mais influente na Europa e consolidou a prática restritiva de grandes intervenções em monumentos históricos. Cesare Brandi (1906-1988) classificou as ações de restauro em duas instâncias: estética e histórica. O valor da ruína, para Brandi, existe em associação com o passado, como assim é em todos aqueles que se debruçam sobre ruínas, especificamente, na qualidade de testemunho ou vestígio. Ao refletir sobre as ruínas, designou-as, portanto, enquanto testemunho da história humana, expresso numa condição distinta da original, próxima do irreconhecível, cuja condição de existência é a decisão pela conservação¹⁰².

De acordo com C. Brandi, a atividade direta em ruína limita-se à manutenção de conservação e à consolidação da matéria; e a indireta, à manutenção do entorno¹⁰³. Ademais, «A legitimidade da conservação da ruína está, pois, no juízo histórico que dela se

destruída após guerra com a Geórgia. São espaços de ruínas, nem musealizados, nem preservados. Regista-se, contudo, o uso turístico.

¹⁰¹ Entretanto, é preciso distinguir as ruínas efêmeras e as patrimonializadas. As ruínas efêmeras, provocadas por guerras, acidentes, ou mesmo abandonadas por razões diversas, são temporárias e podem passar por obras e se transformarem, da reconstrução a uma nova edificação. Aquelas que se escolheram patrimonializar, não. Há de convir, todavia, que o acúmulo das primeiras levou a um conhecimento maior sobre aquelas a serem preservadas – antigas ou recentes.

¹⁰² Brandi, *Teoria do restauro*, 40.

¹⁰³ Brandi, 40-41.

faz, como testemunho mutilado, porém ainda reconhecível, de uma obra e de um evento humano»¹⁰⁴.

Cesare Brandi elaborou o conceito de ruína pela instância histórica, enquanto testemunho mutilado do passado; e pela instância estética, enquanto qualquer vestígio que não pode ser reconduzido à unidade potencial de obra de arte, sem que se torne uma falsificação¹⁰⁵. Assim, por qualquer das instâncias – histórica ou estética – conclui que a *ruína* deve ser tratada como *ruína*, ou seja, através de seus fragmentos; portanto, de modo conservativo e não integrativo¹⁰⁶.

O conjunto de arquitetos e historiadores do restauro crítico – Cesare Brandi, Roberto Pane, Renato Bonelli e Giulio Carlo Argan – censurou o restauro demasiadamente interventivo, a demolição de monumentos e/ou substituição. A produção de conhecimento dessa escola de restauro, em publicações e/ou participações em congressos científicos, contribuiu para a escrita das Cartas Patrimoniais, comentadas a seguir, como a Carta de Veneza (1964) e a Carta Italiana do Restauro (1972).

Num contexto pós-guerras, as Cartas Patrimoniais notabilizaram-se como instrumentos a unir demandas e a indicar conceitos, regras e procedimentos no campo do património cultural. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 1946), anunciada na Conferência das Nações Unidas (1945), assumiu um papel intergovernamental para com o património cultural no mundo. As ações e intervenções em monumentos tornaram-se globalizadas com esse e outros órgãos – governamentais ou não – criados em seguida. Cabe aqui também destacar a criação posterior de outras organizações supranacionais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA, 1948), o Conselho da Europa (1949), o Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais (ICCROM, 1956), e o Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS, 1964/65).

A legitimidade da ação de órgãos supranacionais deveu-se à inclusão de especialistas nos seus quadros e à organização de congressos específicos, pelo que a *Carta de Veneza sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios* (ICOMOS 1964)¹⁰⁷ tem de ser entendida como um todo, cujas considerações foram conscientemente formuladas por alguns dos maiores especialistas em património cultural e que passaram a

¹⁰⁴ Brandi, 43.

¹⁰⁵ Ao contrário do viés histórico, a ruína estética não possui obrigação conceptual. Uma dificuldade, entretanto, é sobre a sua integração num conjunto ou zona, devido à força que ela tem em individualizar o ambiente em que se situa e à negatividade de sua presença, cf. Brandi, 49-51.

¹⁰⁶ Brandi, 49–57.

¹⁰⁷ *II Congresso Internacional de Arquitetos e técnicos de Monumentos Históricos*, decorrida em maio de 1964. Cabe aqui ressaltar que, neste congreso, o ICOMOS foi anunciado enquanto organização não governamental. Atualmente, o ICOMOS possui escritórios em países como Brasil, Portugal e Polónia, além de atuar como órgão consultivo da UNESCO.

contar com uma validade universal para o património cultural no mundo¹⁰⁸. A *Carta de Veneza* (ICOMOS 1964), mesmo num desordenado contexto patrimonial europeu, sendo criticada pelo seu eurocentrismo¹⁰⁹, apresentou-se como um alargamento da *Carta de Atenas* (1931) – considerada, até ao momento, a maior referência para os princípios fundamentais de conservação e restauro.

Desde a preparação do II Congresso Internacional do Restauro – organizado por outra figura de grande prestígio, o historiador da arte Bruno Molajoli (na época diretor geral para as Antiguidades e Belas Artes) – [Roberto] Pane decide promover, juntamente com o superintendente de Verona, Piero Gazzola, uma revisão da Carta italiana do restauro de 1932. Ao longo do Congresso, tal intenção se transformou na redação de uma verdadeira e própria Carta internacional do restauro, em substituição àquela redigida em Atenas em 1931, já superada pela experiência de reconstrução pós-bélica. Para tal trabalho, participaram 23 especialistas, dentre os quais o próprio Pane, P. Gazzola, P. Philippot, F. Sorlin e muitos outros nomes prestigiosos, como Raymond Lemaire, no papel de relator¹¹⁰.

O monumento, colocado como testemunha viva das tradições dos povos, portador de mensagem espiritual das gerações passadas¹¹¹, poderia ser um edifício arquitetónico isolado ou um sítio (rural ou urbano), desde que reconhecido como um lugar de testemunho de civilizações. O restauro deveria ser feito a título excepcional, precedido de estudos arqueológicos e históricos e, para a eventual necessidade de complementos ou acréscimos, que os novos elementos fossem assinalados como contemporâneos. Desse modo, assegurava-se o respeito pelas diversas fases do monumento. Já no que se refere às escavações e aos monumentos arqueológicos/arquitetónicos:

O ordenamento das ruínas e as medidas necessárias à conservação e à protecção permanente dos elementos arquitectónicos postos a descoberto serão assegurados. Além disso, todas as iniciativas serão tomadas no sentido de facilitar a compreensão do monumento sem nunca desvirtuar o seu significado. Todo o trabalho de reconstrução deverá, no entanto, ser excluído à partida; somente a anastilose (recomposição das partes existentes, mas desmembradas) poderá ser encarada¹¹².

¹⁰⁸ Jokkilehto, «A History of Architectural Conservation», 422.

¹⁰⁹ Pane, «Roberto Pane, entre história e restauro, arquitetura, cidade e paisagem», 106. O representante português, Luís Benavente, participou da redação final da Carta. Relativamente às Cartas Patrimoniais, F. Choay também analisou sobre como os primeiros debates internacionais sobre monumentos se restringiram aos limites europeus, tendo apontado o comparecimento exclusivo de países europeus na Conferência Internacional para a conservação de Monumentos Históricos, realizada em Atenas, 1931, e a presença maioritária de países do mesmo continente no segundo evento, realizado em Veneza, 1964, cf. Choay, *A Alegoria do Patrimônio*, 14; Choay, *Patrimônio e Mundialização*, 18.

¹¹⁰ Pane, 105.

¹¹¹ Numa tradição emotiva aplicada aos documentos internacionais de conservação e restauro posteriores à *Carta de Atenas* de 1933.

¹¹² ICOMOS, *Carta de Veneza*, 1964, 4.

A anastilose, recomendada em 1931, foi confirmada na *Carta de Veneza* com a aplicação reconhecida de materiais de reintegração, caso fossem necessários. Isso num contexto pós-guerra, que evidencia uma recomendação coletiva de salvaguardar as ruínas no seu aspecto desmembrado. Essa premissa, defendida no documento, aplicava-se a todos os monumentos no que dizia respeito à sua história e ao lugar onde se encontravam.

A problemática sobre a distinção entre monumentos vivos, com utilização, e monumentos mortos, sem a possibilidade de reutilização, foi assinalada nas atas do congresso originário da Carta de 1964¹¹³. Considerando a moral e a história de monumentos como Pompeia, o Fórum Romano, o Pártenon, entre outros, as ruínas são vivas desde que sejam apreciadas espiritualmente pelas sociedades. Uma divisão mais correta, portanto, poderia classificar os monumentos em «de uso» ou «de valor documental»¹¹⁴. O paradigma vivo/morto, antes discutido no artigo «*La restauration des monuments anciens*»¹¹⁵, já estava ultrapassado, dado que a utilidade das ruínas era, por vezes, maior do que os próprios monumentos completos¹¹⁶ – ou parecia estar.

As *Normas de Quito* (OEA, 1967)¹¹⁷ recomendaram a adoção da Carta de Veneza (1964) aos países americanos, considerando que as ruínas assumam o panorama arqueológico e o do risco da perda, relativamente à sua posição enquanto património monumental das Américas¹¹⁸.

É uma realidade evidente que a América, e em especial a América Ibérica, constitui uma região extraordinariamente rica em recursos monumentais. Aos grandiosos testemunhos das culturas pré-colombianas se agregam as expressões monumentais, arquitetônicas, artísticas e históricas do extenso período colonial, numa exuberante variedade de formas. Um acento próprio, produto do fenómeno da aculturação, contribui para imprimir aos estilos importados um sentido genuinamente americano de múltiplas manifestações locais que os caracteriza e distingue. Ruínas arqueológicas de capital importância, nem sempre acessíveis ou de todo exploradas, se alternam com surpreendentes sobrevivências do passado; complexos urbanos e povoados

¹¹³ Crespi, «Monumento vivo o morto», 1971; Gazzola e Pane, «Proposte per una carta internazionale del restauro».

¹¹⁴ Crespi, «Monumento vivo o morto», 1971, 136–39.

¹¹⁵ Cloquet, «*La restauration des monuments anciens*», 1901.

¹¹⁶ Gazzola e Pane, «Proposte per una carta internazionale del restauro», 14–19.

¹¹⁷ Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico, de 29 de novembro a 02 de dezembro de 1967.

¹¹⁸ Segundo a Norma de Quito, o património monumental da América, testemunho do passado e preocupação nacional, foi degradado pelo avanço da urbanização. Em termos económicos, o turismo – descrito como turismo cultural e turismo monumental – dá retorno ao investimento de revalorização do monumento e dinamiza a região em que se encontra. De outro modo, alertaram, o bem estaria abandonado. Apreciada a área do entorno do monumento, é defendido o interesse social do património monumental, ao qual dever-se-ia convidar a ação cívica e a colaboração particular. Ao estrangeiro, foi defendido: «Vincular a necessária revalorização do património monumental e artístico das nações da América a outros países extracontinentais e, de maneira muito especial, à Espanha e a Portugal, dada a participação histórica de ambos na formação desse património e a comunhão dos valores culturais que os mantêm unidos aos povos deste continente.», cf. OEA, *Normas de Quito*, 1967, p. 11. Neste sentido, era importante o acesso aos arquivos. Na Resolução de São Domingos (OEA, 1976) foi defendida a recolha de documentação de interesse monumental existente em Espanha e em Portugal.

inteiros são suscetíveis de se tomar centros de maior interesse e atração. É certo também que grande parte desse patrimônio se arruinou irremediavelmente no curso das últimas décadas ou se acha hoje em perigo iminente de perder-se¹¹⁹.

A *Carta do Restauro* (Itália, 1972)¹²⁰ intitulou a ruína ora enquanto monumento arquitetónico, ora arqueológico¹²¹. O aspecto que a caracteriza: estar fragmentada. Inserida no contexto de preservação dos monumentos, assim como nas outras cartas patrimoniais, o documento admite a operação de anastilose, recomposição de obras desmembradas e reconstrução de lacunas com pouca identidade, desde que distinguidas as modificações ou inserções com o objeto de sustentação de conservação de estruturas. Sempre com documentação a acompanhar. Sobre os monumentos arqueológicos, resgatam-se as notas da *Carta do Restauro* (1932) para assinalar, por exemplo, as prospecções de escavação (para descoberta das fundações) e a busca sobre informações e dados das fases do edifício. Alguns problemas peculiares das ruínas referem-se, no entanto, ao seu traço:

Constitui um problema peculiar dos monumentos arqueológicos a forma de cobrir os muros em ruínas, sobretudo nos em que é preciso manter a linha irregular do perfil da ruína; foi experimentada a aplicação de uma capa de argamassa de alvenaria que parece dar os melhores resultados, tanto do ponto de vista estético, como de sua resistência aos agentes atmosféricos¹²².

O trecho aponta o enquadramento da ruína enquanto monumento arqueológico, mas com usos e técnicas da arquitetura para a sua preservação. E, para o uso dos materiais arquitetónicos, deve-se evitar experimentações sem comprovações.

Uma sequência de documentos internacionais de âmbito arqueológico tratou direta ou indiretamente das ruínas. A *Recomendação de Nova Deli* (UNESCO, 1956)¹²³ marcou a orientação de atitudes para com os monumentos arqueológicos, entendidos num sentido lato. As ruínas, enquanto monumentos arqueológicos e arquitetónicos¹²⁴, entre outras áreas, são indiretamente anunciadas na descrição de “bens culturais” da *Recomendação de Paris sobre obras públicas ou privadas* (UNESCO, 1968)¹²⁵.

(...) sítios arqueológicos, históricos ou científicos, edificações ou outros elementos de valor histórico, científico, artístico ou arquitetónico, religiosos ou seculares, incluídos os conjuntos tradicionais, os bairros históricos das zonas

¹¹⁹ OEA, *Normas de Quito*, 1967, 2-3.

¹²⁰ Circular n.º 117, de 06 de abril de 1972, Ministério da Instrução Pública, Itália.

¹²¹ Também foi utilizado o termo monumento antigo, porém sem especificações sobre as características do mesmo.

¹²² Itália, *Carta do Restauro*, 1972, 8.

¹²³ Conferência Geral da Unesco, 9ª sessão, 05 de dezembro de 1956.

¹²⁴ O que faz valer a premissa desde a Carta de Atenas (1931), do trabalho conjunto entre arquitetura e arqueologia.

¹²⁵ Conferência Geral da Unesco, 15ª sessão, 19 de novembro de 1968.

urbanas e rurais e os vestígios de civilizações anteriores que possuam valor etnológico. Aplicar-se-á tanto aos imóveis do mesmo caráter que constituam ruínas ao nível do solo como aos vestígios arqueológicos ou históricos descobertos sob a superfície da Terra¹²⁶.

Os bens arqueológicos foram descritos de um modo genérico e apresentados como vestígios e indícios da obra humana, testemunhos e documentos científicos de épocas e civilizações na *Convenção do Património Arqueológico* (Conselho da Europa, 1969)¹²⁷. Com a revisão dessa última, em Malta (1992)¹²⁸, o património arqueológico surgiu como testemunho da história antiga, composto por, entre outros, sítios, estruturas, edifícios e conjuntos arquitetónicos encontrados no solo ou submersos. Percebe-se que a doutrinação internacional associou a discussão sobre ruínas a um conjunto maior, do património arqueológico, por sua própria característica, assim como arquitetónico, em respeito às origens e à situação do monumento no tempo presente.

A *Convenção de Paris* (1970) pode ser alinhada à possibilidade de entendimento das ruínas enquanto estruturas arqueológicas, pois incluem no seu conceito de património cultural «Os elementos ou estruturas de natureza arqueológica (...)»¹²⁹. A sua definição foi confirmada e alargada na *Convenção do Património Mundial* (1972): «Obras arquitetónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excecional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência»¹³⁰. O Património da Humanidade, ou Património Mundial, foi regulamentado por meio dessa carta de 1972, que amplia a influência da Unesco no mundo por proporcionar a visibilidade e o apoio institucional dos monumentos classificados, enquanto possuidores do *valor universal excepcional*, título almejado por governos e seus respectivos órgãos de património cultural¹³¹.

Mais adiante, na *Carta Internacional sobre a Proteção e a Gestão do Património Arqueológico* (ICOMOS, 1990)¹³², foi ressaltada a seleção dos critérios para a preservação desse conjunto de monumentos. A particularidade das estruturas arquitetónicas foi salientada como justificativa para o trabalho e a proteção ampliada, conforme a Carta de

¹²⁶ UNESCO, *Conferência Geral da Unesco*, 1968, 3.

¹²⁷ *Convenção Europeia para a Salvaguarda do Património Arqueológico*, Londres, 6 de maio de 1969.

¹²⁸ *Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico* (revista), La Valetta (Malta), 1992.

¹²⁹ UNESCO, *Convenção de Paris*, 1970, 2.

¹³⁰ UNESCO, *Convenção do Património Mundial* 1972, 2.

¹³¹ As ruínas eram passíveis de serem inscritas enquanto *Património da Humanidade*, como ocorreu com Palmira, Síria, em 1980; a zona arqueológica de Chan Chan, Peru, em 1986; Stonehenge, Avebury e sítios relacionados, Reino Unido, em 1986; e, entre outros, o Domo de Genbaku, Japão, em 1996. Uma das ruínas aqui estudadas foi classificada enquanto *Património da Humanidade*, em 1983: as Ruínas de São Miguel das Missões, no Brasil.

¹³² Preparada pelo *International Committee for the Management of Archeologic Heritage* (ICAHM) e aprovada pela 9ª Assembleia Geral de Lausanne, em 1990.

Veneza de 1964, mencionada no documento, em que apontamos também a sugestão de trabalho conjunto entre arqueólogo e arquiteto, desde a *Carta de Atenas* (1931).

A protecção deste património não pode ser apenas baseada na aplicação de técnicas arqueológicas. Ela requer uma base mais alargada de conhecimentos e de competências profissionais e científicas. Alguns elementos do património arqueológico são componentes de estruturas arquitectónicas e, nesses casos, devem ser protegidos de acordo com os critérios para a protecção de estruturas estabelecidos, em 1964, pela Carta de Veneza sobre a Conservação e o Restauro dos Monumentos e dos Sítios¹³³.

A conservação do património arqueológico, frágil e não renovável, tem como objetivo fundamental a manutenção de monumentos e sítios onde estes se localizam, juntamente com demais vestígios descobertos. Dessa forma, sublinha-se a necessidade de manutenção, conservação e gestão adequadas e a possibilidade de seleção de sítios por questões financeiras¹³⁴.

A *Historical Ruins Protection Charter* (ICOMOS, 2012)¹³⁵, escrita no âmbito da secção polaca do ICOMOS, apontou a influência de uma concepção oitocentista de ruínas para a definição de *ruína histórica*, enquanto «antiguidade nacional», visto que o documento excluiu as ruínas recentes, limitando o conceito de ruínas ao crivo dos séculos. A definição de ruína no documento abrange a relação entre o tempo e o sítio fragmentado, em que a autenticidade da ruína histórica se converte em condição para a sua preservação:

The historical ruin (shaped in the centuries-old destruction process) is a full-value form of the monument. Authenticity is the main architectural spatial, artistic value and historical feature of a historical ruin. Authentic substance protection and a form of a historical ruin is a condition for preserving its value as a historical document. The historical ruin has also value as permanent and a significant element of the cultural landscape¹³⁶.

As ruínas foram entendidas como um elemento da paisagem cultural, cujos valores deveriam ser vistos à escala regional ou doméstica. A preservação prevê, portanto, a necessidade de realizar inventário (histórico, de conservação, arqueológico e arquitetónico), consolidação e manutenção dos elementos históricos. Qualquer ato díspar deve ser exceção.

O turismo foi entendido como uma forma de proteção dos monumentos fragmentados, contudo, sem críticas ou ressalvas quanto ao uso massificado do turismo

¹³³ ICOMOS, *Carta Internacional sobre a Protecção e a Gestão do Património Arqueológico*, 1990, 2.

¹³⁴ ICOMOS, *Carta Internacional sobre a Protecção e a Gestão do Património Arqueológico*, 1990.

¹³⁵ Regras para a proteção de ruínas históricas adotadas pela Resolução da Assembleia Geral dos Membros do ICOMOS-Polónia em 4 de dezembro de 2012 [*Karta Ochrony Historycznych Ruin*].

¹³⁶ ICOMOS (Polónia), *Historical Ruins Protection Charter*, 2012, 1.

cultural, já presente noutros documentos patrimoniais¹³⁷. A carta confirmou o reuso da ruína e a importância do seu acesso ao público¹³⁸, promovendo uma proteção que leve à compreensão do sítio. Nos anexos da *Historical Ruins Protection Charter*, Jan Tajchma ressaltou a natureza pitoresca e o valor documental da ruína, cuja preservação deve envolver igualmente o seu entorno – como defendido na Carta de Veneza (1964).

1.7 A evolução do conceito de ruína na doutrina internacional

A segunda metade do século XX foi caracterizada pela globalização do modo de intervir e conceituar o património cultural, o que, no século XIX, era da responsabilidade dos institutos, sociedades e serviços de monumentos nacionais. A influência atual de teorias do restauro, congressos, publicações e doutrinação geral e conceitual também se propala nos organismos internacionais, principalmente através das cartas patrimoniais, dos quais destacamos o ICOMOS e a UNESCO. Com a *Convenção de Paris* (1972), os dois institutos reforçaram esse papel de destaque, respetivamente enquanto promotor/regulador e órgão consultivo, ao criar uma categoria de proteção: os *Patrimónios da Humanidade*.

A patrimonialização não se remeteu a um processo unitário, ou mesmo fechado, mas a envolver a construção social em torno de algo que passa a ser considerado um bem de todos – seja material ou imaterial – e que, portanto, denota classificação e preservação. A oficialização da proteção deveria ser seguida por estudos e ações dirigidas à preservação do monumento. A proteção oficial do monumento pressupõe uma designação sob a qual ele assume uma determinada esfera de assistência¹³⁹, associada a um grupo de bens¹⁴⁰.

A proteção institucional não deixa de estar ligada ao impacto social e comunitário do monumento e à formulação de propostas de valorização e/ou intervenções, muitas vezes exigidas por pressão social, podendo igualmente ser financiadas por instituições particulares,

¹³⁷ A relação entre património cultural e turismo já fora tratada em outras Cartas Patrimoniais do ICOMOS. Desde 1976, com a *Carta sobre Turismo Cultural*, já se destacava a influência positiva do turismo cultural para manutenção e proteção do monumento, vigilante, entretanto, ao uso massivo e sem controle. Alerta semelhante existente na *Declaração de Sofia* (1996), em que o turismo excessivo ou a supervalorização do turismo poderiam transformá-lo uma ameaça ao património. Posteriormente, na *Carta Internacional do Turismo Cultural* (México, 1999), são estabelecidos os princípios do *Turismo Cultural Internacional*, no que foi alertado a importância da sustentabilidade entre a atividade económica, os visitantes, a comunidade local e a conservação dos lugares de património.

¹³⁸ A questão do acesso aos monumentos foi similarmente colocada na *Carta Italiana do Restauro* (1972) e na *Convenção do Conselho da Europa sobre o Valor do Património Cultural para a sociedade* (2005).

¹³⁹ Como, por exemplo: a classificação como monumento nacional, de interesse público, interesse municipal [Portugal]; o tombamento como monumento nacional, estadual, municipal [Brasil].

¹⁴⁰ Como, por exemplo, o decreto português de 1910 dividia os monumentos por período, situação e função e, entre os monumentos romanos: a ruína. Como já mencionado na Introdução desta tese, no Brasil, o órgão nacional decreta o património material no *Livro do Tombo Histórico*, das Belas Artes, das Artes Aplicadas e, por fim, no livro *Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico*. O património imaterial é inscrito no *Livro de Registos dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão, dos lugares*.

o que é menos comum. A valorização do património imaterial e de base local contribuiu para o tema, em perspetivas nacionais e internacionais, junto da UNESCO.

No caso da ruína, os textos doutrinários internacionais poderiam homogeneizar as ações governamentais de países sem regras específicas, como Brasil e Portugal, além de apontar singularidades¹⁴¹. No entanto, também sistematizaram o conceito de ruína no âmbito da arquitetura e da arqueologia, em seguimento às teorias produzidas sobre o tema, que ainda assim permaneceu disperso em textos de diferentes naturezas, da filosofia às expressões artísticas, revelando a amplitude alargada do termo.

Atualmente, há consenso entre a teoria crítica do restauro e a doutrinação internacional quanto à limitação de ações: consolidação, estabilização de estruturas, manutenção e, por fim, anastilose, desde a *Carta de Atenas* (1931)¹⁴². O traço frágil¹⁴³ implica as ações de consolidação¹⁴⁴, necessidade de cuidado, teste e estudo prévio de estruturas e materiais – ações que deveriam ser executadas por uma equipa interdisciplinar¹⁴⁵ e/ou nomeadamente o arquiteto e o arqueólogo¹⁴⁶.

As ruínas foram concebidas como um monumento fora do uso original¹⁴⁷, a serem expostas em conjunto com o espaço do entorno¹⁴⁸ ou enquanto sítios destinados ao reuso turístico¹⁴⁹, sítios arqueológicos¹⁵⁰ e distantes do presente¹⁵¹. As ruínas foram moldadas pelo tempo¹⁵², mas antes de tudo, são colocadas na doutrinação internacional por terem subentendida a vontade de conservação do património cultural.

A documentação internacional não salvaguarda as ações realizadas em monumentos específicos e nem sempre determina em absoluto os procedimentos de conservação. A normativa internacional mantém-se consultiva e, por isso, cada caso se torna particular, com soluções únicas e, por vezes, desautorizadas no cenário internacional, a exemplo da própria reedificação das estruturas arruinadas. Ora defende-se a reconstrução, ora argumenta-se os

¹⁴¹ Relativamente, destacamos a existência de publicações governamentais sobre ruínas em outros países, como Ireland, *Ruins*.

¹⁴² A Carta de Atenas (1931) considerou a possibilidade de restauro, caso indispensável, a respeitar a obra histórica e artística. A Carta de Veneza (1964) apontou a reintegração apenas se necessária; a Carta de Ruínas Históricas (2012) considerou adições, desde que não afetem a paisagem e o ambiente.

¹⁴³ Tema presente nas Cartas de Atenas (1931), do Restauro (1932, 1972), Carta de Ruínas Históricas (2012). Na Carta Internacional, para proteção e gestão do património arqueológico (1990), a ruína, enquanto monumento arqueológico, é frágil e não renovável.

¹⁴⁴ Brandi, *Teoria do restauro*, 40.

¹⁴⁵ Carta do Restauro (1932, 1972), Carta Internacional para proteção e gestão do património arqueológico (1990).

¹⁴⁶ Cartas de Atenas (1931), Carta de Veneza (1964) quanto aos estudos.

¹⁴⁷ Carta do Restauro (1932).

¹⁴⁸ Carta de Veneza (1964), Carta de Ruínas Históricas (2012).

¹⁴⁹ Carta de Ruínas Históricas (2012).

¹⁵⁰ Cartas de Atenas (1931), Carta de Veneza (1964), Norma de Quinto (1967), além das Convenções de Paris de 1970 e 1972, com o uso do termo «estruturas arqueológicas».

¹⁵¹ Carta do Restauro (1932), Carta de Ruínas Históricas (2012).

¹⁵² Carta de Ruínas Históricas (2012).

casos em que ela é possível, como no pensamento de Cristinelli e Foramitti, em que «Exceptions can be only admitted when the destruction is recent and caused by dramatic events such as wars, earthquakes, fire, etc., and when the monument is strongly representative of the identity and the culture of a population»¹⁵³.

Casos recentes, como o Museu Nacional (Brasil), em setembro de 2018, e a Catedral de Notre Dame (França), em abril de 2019, indicam a pluralidade de possibilidades de intervenções. Com críticas por um lado e denso fundo monetário do outro, as duas serão reconstruídas, pois são concebidas e valorizadas como monumentos completos. Desse modo, estão em condição arruinada apenas por uma fase temporária, são ruínas efêmeras. O Campanário de São Marcos, Veneza, por exemplo, é utilizado por Marconi¹⁵⁴ para defender a reconstrução de monumentos conforme o original, o objeto arquitetônico perante a ruína.

Pedro Alarcão considera a ruína como «fragmento de arquitetura do passado»¹⁵⁵, cuja tríade vitruviana fraturou-se por ter perdido a *utilitas* e a *firmitas*, restando a *venustas*¹⁵⁶. A intervenção arquitetônica não deixa de ser um ato de construir na ruína, porém condicionada pelos conceitos de originalidade e autenticidade. O novo programa arquitetônico deve ser feito, desse modo, a partir da condição de ruína, pelo que o seu tratamento é uma tarefa tripartite, cabe à história, à arqueologia e à arquitetura¹⁵⁷.

Encontra-se na literatura sobre a reconstrução de monumentos, inclusive e especialmente de ruínas, argumentos e defesas distintas, mais alargados do que o binômio John Ruskin *versus* Viollet Le-Duc, apesar de que seja quase sempre evocado. As guerras (mundiais, regionais ou locais), os desastres naturais e, entre outros, a discussão internacional sobre os monumentos nacionais ou «da Humanidade» fizeram com que cada estudo de caso fosse singular – seja em suas soluções, seja em suas próprias idiossincrasias.

1.8 Conceito: é possível?

Não se sabe ao certo o momento em que as estruturas degradadas tornam-se ruínas. Escudados na teoria de Cesare Brandi, A. Rodrigues, Victor H. Mori e, em publicação conjunta, Ulisses P. de Mello Neto e Antônia da S. Mota¹⁵⁸ apontam a dificuldade de se identificar o limite entre o edifício degradado e a ruína, quando a unidade potencial da obra de arte é perdida.

¹⁵³ Cristinelli e Foramitti, «The “Restitution” of the Castle of Colloredo Di Monte Albano (Udine, Italy)», 86.

¹⁵⁴ Marconi, «La restauración arquitectónica en Italia, hoy», 9.

¹⁵⁵ Alarcão, *Construir na ruína*, 26.

¹⁵⁶ Alarcão, 26.

¹⁵⁷ Alarcão, 13–18.

¹⁵⁸ Mello Neto e Mota, *A Sedução das Ruínas*, 163.

Nas palavras de Rodrigues: «A intrincada e difícil constatação da perda da unidade potencial de uma edificação e a impossibilidade de reconstituí-la configuram o grande desafio do tratamento às ruínas: identificar e aceitar essa condição cujas características históricas e estéticas possam ser valorizadas»¹⁵⁹. V. H. Mori não encontrou respostas práticas para este exato momento de transmutação, mas referenciou uma outra diferença, entre os monumentos vivos e mortos: «(...) as edificações com forma e função (arquitetura) e aquelas desprovidas de função e cujas formas foram reduzidas a ruínas»¹⁶⁰.

O momento em que o edifício degradado se torna ruína não necessariamente encerra o seu arruinamento, este continua até a ação de conservação. A primeira situação é subjetiva, principalmente nos casos de abandono, já a segunda, pode ser datada e examinada dentro do contexto de políticas de preservação patrimonial. Nesse sentido, cabe sublinhar a proposição de Eric Hobsbawn sobre a *invenção das tradições*.

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado¹⁶¹.

A própria decisão de se manter ou reconstruir a ruína pode ser considerada uma tradição inventada, por ser uma decisão acerca do passado que se pretende manter e por ser uma decisão de conservação dos fragmentos. Por isso, considerando o conceito de ruínas patrimoniais, gizamos os limites no âmbito da valorização da obra disforme enquanto ruína, seja no âmbito científico, social ou cultural. Um ponto de largada para a presença das ruínas em sociedade é a vontade ou a decisão de conservação – por razões de ordem científica, social ou cultural. Este propósito de conservação é inerente à ruína, como já posto por Cesare Brandi¹⁶², pelo que complementados, inerente à ruína patrimonial.

Iniciamos a nossa tese a tentar propor o conceito de ruínas patrimoniais, dentro das nossas balizas teóricas e metodológicas, que procuramos minuciar neste capítulo, por meio de um breve histórico das concepções de ruínas sobrepostas ao longo dos séculos e, principalmente, por meio das normativas internacionais e da literatura científica recente sobre

¹⁵⁹ Rodrigues, «Ruína e patrimônio cultural no Brasil», 2017, 278.

¹⁶⁰ Mori, «Arqueologia e Restauração», 121.

¹⁶¹ Hobsbawn, «Introdução: a Invenção das Tradições», 9. As três categorias da *invenção das tradições* referem-se à coesão social, à legitimação de instituições, *status* ou autoridades, como a difusão de ideias e padrões de pensamento. Hobsbawn ressalta que o estudo das tradições inventadas deve ser acompanhado por uma investigação mais alargada, do contexto, realçando o quão importante foram para os nacionalismos e, entre outros, para o Estado Nacional, cf. Hobsbawn, 17–21.

¹⁶² Brandi, *Teoria do restauro*, 40.

o tema. As variadas concepções de ruínas contribuíram para a reflexão do seu conceito contemporâneo.

Por outro lado, a vasta abrangência dessas concepções e as suas sutis permanências históricas dificultaram a visibilidade de um conceito único, que alcance a complexidade das ruínas – especialmente quando patrimonializadas. Um dos maiores obstáculos para a visibilidade teórica das ruínas é a continuidade de algumas dessas concepções, existentes em contextos distintos, em propostas de classificação/tombamento, publicações e debates atuais sobre o património cultural. Por isso, apesar dessas concepções de ruínas terem sido essenciais para o momento atual do património cultural, elas correm o risco de serem utilizadas de modo descontextualizado e, principalmente, sem o respeito à complexidade das ruínas.

Tendo em conta que a necessidade de conservação se tornou um ponto-chave do debate contemporâneo de ruína, as estruturas disformes que não são valorizadas no contexto da preservação da memória (local, regional ou global) e as degradações efémeras devem ser aqui desconsideradas, visto que são mais uma fase temporária de construções diversas. Tratamos aqui das *ruínas patrimoniais*, testemunhas do tempo, monumentos a conservar e a valorizar como parte do património cultural nos âmbitos arqueológico, arquitetónico e histórico em cada país, assim como internacionalmente – a lembrar os *Patrimónios da Humanidade*.

A materialidade da ruína, com o seu traço fragilizado, implica a necessidade urgente de conservação e de reuso. O alinhamento entre a doutrinação internacional e as teorias de restauro indica a autenticidade da ruína como a principal justificativa para mantê-la nas configurações fragmentadas do presente. E esse é o ponto de partida para o conceito das ruínas aqui estudadas: a valorização. As ruínas que são tratadas pelos institutos e órgãos patrimoniais, classificadas e conservadas em cada país, possuem inerente a si o princípio da valorização. São, portanto, ruínas patrimoniais.

As menções às *ruínas arqueológicas* não são invulgares na literatura sobre património cultural, ora em publicações de diversas origens, ora direcionadas à divisão temporal (ruínas da Idade Antiga ou anteriores) ou ao estado de arruinamento (ruínas com alto grau de degradação). Contudo, importa ressaltar que a ruína, por conceito, é arqueológica. O uso desse adjetivo seria, a nosso ver, um pleonismo. Afinal, todos os remanescentes da obra humana podem ser considerados arqueológicos.

Dessa forma, as ruínas patrimoniais, recentes ou antigas, são os fragmentos que, apesar de destituídos da sua forma e do seu uso originais, representam a construção original ou o arruinamento, e são valorizados no seu aspecto desmembrado. As ruínas, para efeito

de classificação¹⁶³, podem ser divididas por período cronológico, por causa de arruinamento e por forma (ou inexistência) de preservação e reuso.

O período em que a construção se originou é um elemento essencial para o entendimento da ruína, pois circunscreve as características dos fragmentos em razões de ordem histórica e estética. Assim, consideramos necessário que as ruínas sejam distinguidas conforme o *período cronológico* em que foram construídas, podendo distinguir-se em: ruínas pré-históricas, antigas, medievais, modernas ou contemporâneas. Importa sublinhar que o título «contemporânea» ou «recente» não retira a historicidade da ruína.

O subtópico *colonial* cabe para os períodos moderno e contemporâneo, no entendimento de que existem fragmentos cuja representação permeia as colonizações iniciadas no século XVI ou no século XIX. Nestas referências transnacionais, a preservação é geralmente encoberta por nacionalismos¹⁶⁴, com grande debate atual na Academia, com os estudos decoloniais, e na política internacional, como com as negociações sobre o retorno ou não de espólios museológicos para os seus países de origem, antes colonizados.

O maior debate sobre as memórias expropriadas e a ascensão do património imaterial no dealbar deste século colaborou para o alargamento da valorização da cultura material de cada região, levando a maior visibilidade da obra e da resistência por parte dos povos locais ou outros grupos culturais e ao alargamento da preservação e dos estudos científicos sobre as ruínas coloniais. A proteção das Missões Jesuíticas Guaranis (1983-1984)¹⁶⁵ e das Missões Jesuíticas dos Chiquitos (1990)¹⁶⁶ pela Unesco enquanto Património da Humanidade são grandes exemplos, pois reconheceu a obra, a história e a resistência dos índios Guaranis, para o Brasil e a Argentina, e dos Chiquitos, para a Bolívia, juntamente com a cultura material missionária e jesuítica.

O estudo sobre as ruínas coloniais, de acordo com as publicações científicas relativas ao tema, pode ser subdividido em três vertentes: a) a preservação, destruição ou reconstrução de ruínas advindas da colonização do século XVI e/ou daquelas provenientes

¹⁶³ Existem outras propostas de classificação de ruínas, da quais destacamos François Goven (2015), Tuija Lind (2007) e Angela R. Rodrigues (2017). Ao sistematizar origens, causas e diferenciações entre ruínas preservadas, F. Goven destacou as ruínas: *românticas*, mantidas naturalmente; *antigas*, correspondentes à Antiguidade Clássica; *memoriais*, da conservação dos vestígios a partir da Primeira Guerra Mundial; *modernas*, dos vestígios da arquitetura do século XX; *coloniais*, que, segundo o autor, pontuam um delicado equilíbrio entre conservação e vegetação, cf. Goven, «Ruines et vestiges», 20–22. T. Lind resgata duas formas de ruína propostas por Chateaubriand, as ruínas *românticas*, causadas pelo tempo; e as ruínas *feitas pelo ser humano* e adiciona: ruínas *arqueológicas*, emergidas via escavações; e as *falsas ruínas*, a possuir apenas o valor estético e cuidado constante, cf. Lind, «How to treat ruins?», 2–3. Rodrigues (2017) propõe a divisão em três tipos conforme o modo/causa de arruinamento: ruínas do tempo, da incúria, do incidente, cf. Rodrigues, «Ruína e património cultural no Brasil», 63.

¹⁶⁴ Betts e Ross, «Modern Historical Preservation», 14.

¹⁶⁵ É possível aceder às informações sobre este *Património da Humanidade* em: <<http://whc.unesco.org/en/list/275>>.

¹⁶⁶ Para maiores esclarecimentos, consultar UNESCO, em <<http://whc.unesco.org/en/list/529>>.

da neocolonização do século XIX¹⁶⁷; b) a destruição ou proteção de ruínas em áreas durante um domínio colonial, promovidas por colonizadores ou não¹⁶⁸; c) trabalhos de catalogação de monumentos cujas origens remontam aos tempos de domínio colonial¹⁶⁹.

Além do critério cronológico, as ruínas podem ser classificadas conforme a *causa de arruinamento*, como as causas naturais, dentre as quais, os desastres naturais e o próprio abandono¹⁷⁰, os conflitos, a exemplo das guerras e seus bombardeios, e, entre outros, a destruição humana, como o mau uso ou as pilhagens. A causa não significa necessariamente um momento único na trajetória do monumento, mas o contexto em que a construção deformou-se. Enquanto as ruínas de conflitos podem ser provocadas nos breves segundos que distam o míssil e o alvo, outras podem levar décadas, como na demora por ações de conservação. Essas causas não só fazem parte da história do monumento, como muitas vezes são exemplos das conjunturas de uma determinada época.

O estudo, a preservação e a reutilização das ruínas devem ter em conta a trajetória da obra, das origens ao presente disforme. O percurso da ruína indica o que houve e qual valor lhe foi atribuído ao longo do tempo. Por isso, o *tratamento* ou a *forma de preservação* e o *reuso* dados à ruína compõem o nosso último elemento de classificação, que envolve, caso ocorram, as estratégias de preservação, a existência ou não de intervenções de preservação e o novo uso. A inexistência de atitudes para com a ruína, vale ressaltar, é igualmente um indicativo do seu tratamento, mesmo que negativo.

Nesses termos, importa o que foi feito com a ruína no momento de análise: sem intervenção, alterada, estruturalmente consolidada. Já quanto ao reuso, interessa observar a ruína como: musealizada, sem uso, destinada à visitação. Neste último ponto, não poderíamos deixar de realçar o caráter pedagógico das ruínas, tal como proposto na *Carta de Veneza* (1964) e na Carta de Cracóvia (2017), e o apelo turístico.

Cada elemento classificatório se interrelaciona um com o outro, de modo a proporcionar uma apreciação da trajetória e da configuração do monumento no presente, mas a partir de suas origens. Com isto, procuramos considerar a investigação e a preservação de ruínas em atenção às complexidades inerentes às mesmas.

¹⁶⁷ Ferreira, «Percurso da memória»; Pessoa, «Ruínas da Tradição».

¹⁶⁸ Ford, «The Inheritance of Empire and the Ruins of Rome in French Colonial Algeria»; Sengupta, «Culture-Keeping as State Action».

¹⁶⁹ A exemplo do projeto *Património de Origem Portuguesa no Mundo: arquitetura e urbanismo*, promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian, sob a direção de José Mattoso e direção adjunta de Mafalda Soares Cunha, ocorrido entre 2007 e 2012. Os índices podem ser vistos em: Barata et al. *Património de Origem Portuguesa no Mundo*.

¹⁷⁰ Sobre o tema, Chris How distingue causas humanas (negligência, extração de pedras ou roubo, fogo, falhas estruturais, vandalismo e guerra, inadequações de design); e naturais (chuva e a ação da água, tremores de terra, tensões térmicas e gelo, vegetação e danos causados por raiz, roedores, erosão provocada pelo vento) How, «Stability and Survival», 11–12.

Manter, valorizar e estudar esses fragmentos, desde as iniciativas esparsas, contribuiu para o desenvolvimento de políticas patrimoniais no Ocidente, desde as ruínas megalíticas, como Stonehenge, até às mais recentes, das Grandes Guerras ou de conflitos geopolíticos posteriores. Ao longo dos séculos, a ruína tornou-se espiritual, monumental, patrimonial e, entre outros, universal. O estudo da preservação de ruínas, como já dito, tem suas balizas no património cultural, mesmo em fragmentos. Desse modo, devem ser entendidas à luz da situação paradoxal em que se apresentam.



Capítulo 02: Entre governos, políticas públicas e sensibilidade patrimonial

De todos os ângulos do reino se alevantam brados de homens generosos, que lamentam a ruína dos velhos edifícios, a profanação das sepulturas, a destruição de todas as memórias da arte e da história.

Alexandre Herculano, 1838

E se perguntares a essas ruínas quem lhes causou tão lastimosos estragos, nos responderão em echos essas arruinadas paredes e medonhas fornalhas dos engenhos: que lhes procedeu da soberba e demasiada ambição.

Francisco A. de Varnhagen, 1877

A história da preservação de monumentos está relacionada, desde a Revolução Francesa, com a ideia do salvamento ou mesmo do avivamento das glórias e memórias nacionais: as pedras que caíram eram simbólicas e, no mesmo sentido, indesejadas. Os remanescentes mais longevos, as antiguidades nacionais, contaram com o apelo de uma historicidade satisfatoriamente aceite – o valor de antiguidade¹⁷¹. Mas o mesmo nem sempre ocorreu com os monumentos emoldurados nas origens das nações, como os monumentos coloniais, no Brasil, ou os medievais, em Portugal.

O vislumbre da perda, uma herança romântica, desenrolou-se na crítica ao abandono, à negligência e/ou às más intervenções, em construções históricas socialmente valoradas, ajustando-se consoante a utilização político-económica do passado, que não deixou de ser negociado e enquadrado¹⁷², seja entoado em forma de brados, políticas públicas ou leis, cujas ações práticas foram dissipadas, quase na totalidade, ao longo dos séculos XX e XXI.

Sem querer alcançar um levantamento exaustivo acerca da proteção do património cultural em Portugal e no Brasil, julgamos interessante investigar o desenvolvimento das conceções de ruínas no âmbito das políticas patrimoniais nos dois países, procurando pormenorizá-las a partir da pesquisa bibliográfica e arquivística. Dessa forma, o capítulo divide-se em duas partes, as ruínas europeias, portuguesas, e as ruínas americanas, brasileiras.

¹⁷¹ Riegl, *O culto moderno dos monumentos*, 50.

¹⁷² Pollak, «Memória, Esquecimento, Silêncio», 9–10.

2.1 Ruínas europeias: Portugal

2.1.1 Antecedentes: um brado a favor dos monumentos pátrios: os séculos XVIII e XIX

A criação da Academia Real de História Portuguesa (1720) e do Alvará régio de 20 de agosto de 1721 (D. João V)¹⁷³ assinalaram uma preocupação oficial acerca do património nacional já na primeira metade do século XVIII, em concordância com o contexto academicista europeu. A primeira foi criada a fim de exaltar a história nacional; o segundo, a fim de impedir a sua destruição, uma vez que determinava a proibição da destruição total ou parcial de «(...) qualquer edifício, que mostre ser d'aquelles tempos (assim designados: Phenices, Gregos, Persos, Romanos, Godos e Arabios) ainda que *em parte esteja arruinado* (...)»¹⁷⁴. O impedimento da destruição das estruturas antigas anunciada no documento régio, ratificada em 1804¹⁷⁵, não deixava de ser fruto do seu tempo.

De modo único, a destruição causada pelo Terramoto de 1755 delimitou a sensibilidade patrimonial portuguesa. O grande sismo extinguiu acervos documentais, como o da Academia Real de História e provocou ruínas, assolando principalmente, Lisboa, revelando parte de Olisipo até então encoberta¹⁷⁶. Estas ruínas, em sua maioria, efémeras, tornaram-se o ponto de partida do plano de modernização da cidade sob a liderança de Marquês de Pombal (1699-1782).

Dois terços das ruas ficaram inabitáveis, ou só três mil casas das vinte mil existentes, após o incêndio. Das quarenta igrejas paroquiais, trinta e cinco desmoronaram-se, arderam, ou ficaram em ruínas, só onze conventos dos sessenta e cinco existentes ficaram habitáveis, embora com danos, nenhum dos seis hospitais se salvaram do fogo e trinta e três residências das principais famílias da corte ficaram destruídas¹⁷⁷.

A reconstrução da área devastada de Lisboa com um traçado planeado e moderno, do qual participaram três gerações de arquitetos militares, Eugénio dos Santos, Carlos Mardel e Manuel da Maia, foi possível, de acordo com José-Augusto França, graças à

¹⁷³ Publicado oito dias depois na Chancelaria-mor da Corte e Reino.

¹⁷⁴ Alvará régio de 20 de agosto de 1721 *apud* Ortigão, *O culto da arte em Portugal*, par. 155. Grifo nosso. Paulo Ramos apontou sete pontos pelos quais o Alvará régio tornara-se de relevância nacional e internacional, dos quais realçamos a crítica à incúria e à ignorância no cuidado com os monumentos; a apresentação de uma noção tipológica alargada de património, que incluía edifícios, mármores, estátuas, medalhas, moedas, chapas, lâminas, marcos miliários ou colunas com inscrições, entre outros; a designação de um período-fim (reinado de D. Sebastião) para os monumentos antigos; e, entre outros, a disposição de um fundo e de medidas punitivas diante de possíveis infrações aos monumentos, cf. Ramos, «O alvará régio de 20 de Agosto de 1721 e D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses, o 1º Marquês de Abrantes», 93–95.

¹⁷⁵ O Alvará de 04 de fevereiro de 1804 ratificou a interdição mencionada e transferiu a responsabilidade atribuída à Academia Real de História Portuguesa para a Biblioteca Pública.

¹⁷⁶ Destas ruínas reveladas, um grande exemplo é o atual Museu do Teatro Romano.

¹⁷⁷ França, *A Reconstrução de Lisboa e a Arquitectura Pombalina*, 11–12. Relativamente ao assunto, ver também: França, *Lisboa*.

legislação, que uniu o urbano e o político, bem como pelo entendimento da cidade. Neste último, «Entender a cidade como um todo foi a razão de ser do fenómeno sócio-cultural pombalino, num processo de prática colectiva ligada ao passado tanto quanto ao futuro, à tradição tanto quanto à modernidade, necessários ambos para a definição dum discurso ideológico coerente»¹⁷⁸.

A restauração do Convento do Carmo de Lisboa, nesse sentido, chegou a ser iniciada, mas, por razões diversas, foi interrompida e não voltou a ter seguimento no pós-1834, tornando-o uma exceção à política pombalina e um símbolo do desastre natural¹⁷⁹.

As catástrofes – como o incêndio de Londres (1666), para a Inglaterra, e o terramoto de Lisboa (1755), para Portugal – representaram ocasiões para atualizar o património imóvel e, para os tempos seguintes, uma forma de pensar os desastres, suas implicações no espaço urbano e métodos construtivos precaucionais – de acordo com Lima e Neto. Nesse sentido, «Recordar a ruína, pensar a cidade e insistir na salvaguarda do construído vem desviando a tónica do campo das práticas e das atitudes de recuperação do património»¹⁸⁰.

Em Lisboa, o uso demasiado do termo *ruína* nos inquéritos sobre o estado das edificações, memórias paroquiais e publicações¹⁸¹ pós-1755, investigado por Maria Lima (2013), assinalava a existência de um sentimento patrimonial de desolação diante dos remanescentes da tragédia natural, em que *ruína* ou outros termos semelhantes eram utilizados em referência ao que estava descaído e/ou deteriorado, à exceção dos remanescentes antigos, sacralizados.

Aliás, o estado de ruína de tais objetos [arquitecturas antigas] não surge censurado nas fontes que apreciamos, onde se assume até que os imóveis nessa condição estão «servindo de despertador a nossa lembrança», na expressão lapidar do pároco São Nicolau, em Lisboa [memórias paroquiais de Lisboa], que bem atesta as capacidades rememorativas do contemplado. Mas, na verdade, o poder histórico-evocativo da ruína acaba por se manifestar poucas vezes na documentação que analisamos, onde a circunstância decadente é maioritariamente referida sem a companhia de elucubrações acerca do noticiado¹⁸².

O início do século XIX representou um período de destruição massiva dos monumentos em Portugal. As invasões francesas (1807-1811), a difusão da própria teoria revolucionária, desenvolvida desde os primórdios da Revolução Francesa, e o desconforto do domínio inglês (1810-1820) viabilizaram questionamentos e alterações na conjuntura

¹⁷⁸ França, *A Reconstrução de Lisboa e a Arquitectura Pombalina*, 91.

¹⁷⁹ Como veremos no terceiro capítulo desta tese.

¹⁸⁰ Lima e Neto, «Duas catástrofes históricas: o Grande Incêndio de Londres e o Terramoto de Lisboa de 1755», 40.

¹⁸¹ Destacamos uma dessas obras, de Manuel Portal (1756), «História da ruína da cidade de Lisboa», citado por Lima, «Conceitos e atitudes de intervenção arquitectónica em Portugal (1755-1834)», 2013, 83.

¹⁸² Lima, 103.

política portuguesa. A consciência nacionalista, conforme Matos (2008), surgiu em contestação à presença francesa e ao poderio britânico, bem como, desde fins de 1808, percebeu-se no uso do termo *nação*, uma alteração perante os termos anteriores *reino* ou *monarquia*. Ora, «O conceito surge já num sentido de colectivo singular («a massa da Nação» que «empunha as armas»), entidade dotada de vontade própria, autónoma em relação à figura do monarca que se encontrava longe do teatro europeu, embora a ele associada)»¹⁸³.

A fuga da família real para o Brasil (1807-1821), aquando das invasões francesas, o colapso do sistema colonial vigente entre as duas regiões (1815-1822) e a Revolução Liberal do Porto (1820) são marcas da conjuntura interna portuguesa, em que o liberalismo ascendeu, num primeiro momento, com o vintismo (1820-1823). O Regime Liberal (1820-1851) diligenciou a adequação – ou não – à Monarquia Constitucional, com a elevação ao poder de uma elite que acreditava na unidade da soberania originada na nação¹⁸⁴.

O conflito entre absolutistas e liberais, mesmo após o Tratado de Évoramonte (1834), assinalou um período agitado e oligárquico, marcado por dois golpes absolutistas (1823, 1824) e duas guerras civis (1832-1834 e 1846-1847), cujos efeitos foram sentidos também no património edificado, nomeadamente construções representativas do *Antigo regime*, ocupadas ou degradadas. Nesse contexto,

A nova sociedade resultava de rupturas profundas nas instituições e, mais do que isso, da necessidade de encontrar estruturas culturais correspondentes aos novos interesses e anseios da colectividade. Desse conjunto de problemas sobressaía em segundo plano a questão dos bens patrimoniais de valor histórico, artístico, literário e científico, que constituíam a presença da sociedade «demolida». Ora, como conservar e renovar a herança cultural?¹⁸⁵

No âmbito das reformas liberais, a sistematização de leis orientada por Mouzinho da Silveira (1780-1849) teve como um dos pontos mais relevantes a extinção das ordens religiosas e a incorporação dos bens da Igreja na Fazenda Nacional, com o Decreto de 28 de maio de 1834¹⁸⁶. O efeito dessas leis para o património móvel e construído da Igreja foi detalhado numa sequência numerosa de leis e portarias¹⁸⁷, a fim de organizar o conjunto

¹⁸³ Matos, «Nação», par. 8.

¹⁸⁴ Branco, «A Construção Nacional 1834-1890», 81–95.

¹⁸⁵ Custódio, «Salvaguarda do Património - Antecedentes Históricos», 36.

¹⁸⁶ Sobre a mesma matéria, Rui Branco argumenta que estas e outras leis de Mouzinho da Silveira (a exemplo: a extinção do dízimo, a garantia de propriedade individual, a eliminação das portagens e a atribuição dos julgamentos aos tribunais) não pretendiam apenas a superação do Antigo Regime, mas antes o desenvolvimento de uma política liberal e capitalista, cf. Branco, «A Construção Nacional 1834-1890», 98-99.

¹⁸⁷ Destacamos, para o ano de 1834, a portaria de 04 de junho, que apresentou as orientações para o procedimento da transferência dos bens religiosos; a portaria de 20 de junho, destinada ao Cardeal-Patriarca sobre a conservação dos conventos extintos; e, entre outras, a portaria de 18 de agosto, sobre o depósito das livrarias dos conventos. Neto, «A consciência do Património Artístico Nacional», 193.

material religioso integrado no Estado, num processo reformista iniciado em fins do governo de D. Pedro IV¹⁸⁸ e legalizado no reinado de D. Maria II¹⁸⁹.

Os monumentos conventuais excluídos do processo de alienação, autorizado na lei de 15 de abril de 1835, deveriam, portanto, ser levantados, inventariados, classificados como monumentos nacionais e preservados – conforme solicitado em circular de 19 de fevereiro de 1836¹⁹⁰. Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque (1792-1846), provedor da Casa da Moeda e autor do documento, inventariou os bens imóveis que estavam na posse do Estado¹⁹¹, dividindo-os em três classes: os monumentos de interesse nacional (3ª classe); os que poderiam ser reutilizados (2ª classe); e, por fim, as ruínas (1ª classe), edifícios sem valor enquanto património e sem uso.

Os edifícios considerados 1ª classe eram uma preocupação para o funcionário público, pois «(...) sua ruína presente ou futura contribuía para dar uma imagem degradada às povoações onde se situavam, mas a falta de utilidade ou o lastimável estado de conservação em que se encontravam não justificavam o dispêndio de qualquer verba, pelo que se aconselhava a sua venda imediata, mesmo que abaixo do seu valor de custo»¹⁹². Por conseguinte, as ruínas, até então lastimadas, foram preteridas por M. de Albuquerque em favor do reduzido investimento público¹⁹³.

É importante sublinhar a assimetria nas referências às ruínas, posto que elas caracterizavam o estado de um conjunto diverso de monumentos, em termos de origens e funções, que deve antes ser pormenorizado. O uso do termo nesse período, inclusive no relatório de Mouzinho de Albuquerque, era entendido principalmente a partir da ruína efémera, para os monumentos medievais e de outras épocas mais recentes.

De modo díspar, a ruína romana ou pré-romana era valorizada em contexto arqueológico, devido ao seu valor de antiguidade¹⁹⁴, um contexto semelhante ao que ocorrera em Lisboa no pós-terramoto. Nesse sentido, concordamos com a diferenciação proposta por Miguel Tomé, ao ordenar as ruínas consoante a cronologia e a sua função

¹⁸⁸ Ou D. Pedro I do Brasil.

¹⁸⁹ Neto, «A consciência do Património Artístico Nacional», 194.

¹⁹⁰ Neto, 196–97.

¹⁹¹ Mouzinho de Albuquerque tem uma biografia com vários cargos públicos, foi Ministro do Reino, dirigiu o restauro do Mosteiro da Batalha; governou a Madeira e foi, dentre outros, inspetor-geral das Obras Públicas. Enquanto membro da Academia de Ciências de Lisboa, em 1836, defendeu a classificação nacional de monumentos conforme data de fundação, importância histórica e/ou arquitetónica, cf. Rosas, «Monumentos pátrios», 1995, 111; 193-195.

¹⁹² Maia, *Património e restauro em Portugal 1825-1880*, 2007, 56.

¹⁹³ O Parlamento aprovou uma verba anual destinada à conservação de monumentos em fevereiro de 1838, obra compreendida como aquilo que evitasse a deterioração dos monumentos, cf. Neto, «A consciência do Património Artístico Nacional», 198–99. Por outro lado, o abandono e a venda [de edifícios ou apenas seu espólio arquitetónico] contribuíram para a destruição ou degradação de um alto número de monumentos em Portugal.

¹⁹⁴ Riegl, *O culto moderno dos monumentos*, 50.

arquitetónica, assumindo as diversas valências nelas retidas, separando-as em «(...) a ruína arqueológica – pré-histórica ou antiga (fonte de conhecimento científico e portadora de importante valor documental); e a ruína medieval, que se pode subdividir em religiosa, militar e civil»¹⁹⁵.

As ruínas de origem clássica ou pré-romana em Portugal, na sua maioria desprotegidas e sem intervenções ou uso, eram dignas de ressalvas desde os antiquários lusitanos, cujo colecionismo e estudos se notabilizaram por meio da atuação intelectual de humanistas. Muitos agrupamentos para a pesquisa em arqueologia portuguesa¹⁹⁶ surgiram no século XIX, inspirados na defesa, estudo e proteção destas ruínas, mesmo que estivessem soterradas ou envolvidas em construções contemporâneas. Dentre eles, realçamos a Sociedade Arqueológica Lusitana (1849)¹⁹⁷ e a Associação de Architectos Civis Portugueses/Real Associação de Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses (1863)¹⁹⁸, que viriam a obter apoio do rei consorte D. Fernando II (1849 e 1872), assim como o Instituto de Coimbra (1871), que executou pesquisas em Conímbriga¹⁹⁹, a Sociedade Martins Sarmento (1881)²⁰⁰ e, entre outros, a Sociedade Arqueológica Figueirense (1898)²⁰¹.

Importa destacar a atuação daqueles responsáveis pela criação dessas associações e, dentre outros, de figuras como José Leite Vasconcelos, com a fundação do Museu Etnográfico (atual Museu Nacional de Arqueologia) e da revista *O Arqueólogo Português* (1895), e de Estácio da Veiga, mentor da Carta Arqueológica do Algarve (1877).

¹⁹⁵ Tomé, *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*, 59.

¹⁹⁶ Relativamente a estas pesquisas, destacamos as escavações lideradas por Joaquim H. da Cunha Rivara (1809-1879) no Templo Romano de Évora (1845), os acrescentos do templo seriam retirados e a ruína romana exposta em 1870/1871, em que «Tratou-se de preparar as ruínas, sem qualquer intenção de reconstrução, para ornamentar o novo espaço urbano, assumindo o vestígio monumental do passado uma função de enobrecimento do lugar. Era uma iniciativa destinada à população, bem ao gosto da nova sensibilidade burguesa e liberal, preocupada com o bem público», cf. Fabião, *Uma História da Arqueologia Portuguesa*, 83. Além desse, ressaltamos, nos oitocentos, a ação do frei Manoel Cenáculo Villas-Boas (1724-1814), com trabalhos arqueológicos que colaboram para a formação do Museu Cenáculo Pacence (1791).

¹⁹⁷ A Sociedade idealizada pelo Padre Gama Xaro (1800-1870) e por João Carvalho, secretário, (1817-1897) teve o Duque de Palmela (e herdeiros seguintes) como presidente vitalício, cujo mote central envolvia pesquisa e musealização das Ruínas de Troia, então consideradas os remanescentes de Cetóbriga, cf. Caetano, «O Rei D. Fernando II e a Arqueologia Portuguesa», 55–57. Sobre o monumento, Caetano ressalta a «(...) verdadeira simbiose entre a arqueologia e a arquitetura presente nas molduras laterais que se prolongam até à base do diploma, onde ganchos, roldanas e cordas fazem descer pedras bem aparelhadas, tudo isto envolto em heras, ou seja, a perenidade da memória através dos seus vestígios reconstruídos», cf. Caetano, 57.

¹⁹⁸ A Associação de Architectos Civis Portugueses (1863), Real Associação de Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses (1872) e Associação dos Arquitectos Portugueses (1911), fundada por Joaquim Possidónio da Silva, cuja sede e museu obrou-se na Igreja gótica do Carmo desde 1864, como veremos pormenorizadamente no Capítulo 03.

¹⁹⁹ Vide Figuras 7 e 8 (Apêndice).

²⁰⁰ Na obra de Francisco Martins Sarmento (1833-1899), destacamos também a realização de pesquisas arqueológicas na Citânia dos Briteiros (1875) e a organização daquele que se convencionou chamar *Primeiro Congresso de Arqueologia Portuguesa* (1876), cf. Fabião, *Uma História da Arqueologia Portuguesa*, 128–36.

²⁰¹ Fundada pelo arqueólogo António dos Santos Rocha (1853-1910).

Deve assinalar-se que a denúncia da deterioração e do abandono dos monumentos no país, principalmente após a desamortização e venda dos bens da Igreja, colaborou com a divulgação e apoio patrimonial também no âmbito arquitetónico. As ruínas provocadas pelas lutas liberais, as ruínas dos símbolos da nacionalidade e o estado geral dos monumentos no país foram alvo de críticas, expressas em artigos, narrativas e ensaios publicados em periódicos e livros, sob a influência da instrução intelectual no estrangeiro, principalmente por exilados, assim como do movimento romântico. Desse modo, pode dizer-se que a valorização da política patrimonial tem o seu início marcado pela censura às ruínas.

No primeiro quartel do século XIX, a deportação²⁰² e o exílio²⁰³ de personalidades políticas contribuíram para os primeiros passos da imprensa portuguesa em Londres²⁰⁴. A formação académica ou a vida no estrangeiro não era algo invulgar entre o círculo de leitores, escritores e grupos associados ao património cultural. A defesa dos monumentos adquiria, entretanto, contornos limitados àqueles letrados, com a defesa de um conjunto de monumentos nacionais provenientes, principalmente, do período medieval ou de períodos mais antigos.

Personalidades caras ao regime e à teoria liberal assumiram uma postura de protesto e indignação perante a ruína ou a descaracterização de monumentos nacionais. Dentre as obras que consideraram a preservação de monumentos e a «denúncia» das ruínas, ao longo do século XIX, destacamos, na primeira geração de autores românticos, Almeida Garrett (1799-1854) e Alexandre Herculano (1810-1877). Com esses escritores, a valorização dos monumentos medievais²⁰⁵ e o apreço pelas ruínas, característico do romantismo, adquiriram novas configurações no país, como com o desalento e a crítica ao estado dos monumentos.

A crítica de Almeida Garrett fez-se em oposição a alterações, degradação e destruição dos monumentos, como é possível perceber na obra *Viagens na minha terra* (1846). A condenação do estado arruinado dos monumentos em Santarém – ou, ao que podemos inferir, em Portugal – é intercalada pelos relatos da viagem iniciada a 17 de julho de 1843 e as narrativas de Joaninha e Carlos. Uma apreciação igualmente do país e de si mesmo, conforme Clara Soares e Maria João Neto, dado que a Revolução de Setembro não correspondeu como deveria quanto à salvaguarda dos monumentos²⁰⁶.

²⁰² Prisões e deportações realizadas durante a Setembrizada, 1810.

²⁰³ Já após a conquista do poder dos liberais perante os absolutistas.

²⁰⁴ Questão apontada como decisiva para o «ambiente cultural de 1820 em Portugal», por Monteiro, «Liberal-Liberalismo», par. 7. Estas vivências no exílio também contribuíram para o desenvolvimento de uma nova consciência patrimonial, após a vitória dos liberais, cf. Maia, *Património e restauro em Portugal 1825-1880*, 2007, 14.

²⁰⁵ A valorização do gótico, cabe aqui ressaltar, era característica do continente europeu no período indicado.

²⁰⁶ Soares e Neto, *Almeida Garrett, a viagem e o Património*, 121.

A crise patrimonial, cara ao livro, envolvia o contexto que seguiu a extinção das ordens de 1834: as vendas, as alterações e depredações consideradas indevidas, o desmonte e o uso de materiais. O autor descreveu, por isso, a degradação e o consequente ressentimento para com o estado dos monumentos em Santarém, ao passo que «Não há ruas, não há caminhos, é um labirinto de ruínas feias e torpes»²⁰⁷.

Garrett refletia, ao sabor dos acontecimentos, os conflitos políticos à luz do ideal de nação e ao passado nacional pretendido²⁰⁸, sobre os quais as adições e as intervenções transformadoras em monumentos eram piores do que o próprio abandono ou o julgo destruidor revolucionário. No campo das ruínas, percebe-se a influência de Chateaubriand²⁰⁹ no conceito proposto por Garrett: «As ruínas do tempo são tristes mas belas, as que as revoluções trazem ficam marcadas com o cunho solene da história. Mas as brutas degradações e as mais brutas reparações da ignorância, os mesquinhos consertos da arte parasita, esses profanam, tiram todo o prestígio»²¹⁰.

A narrativa do esquecimento, constante nos oitocentos, tem como objeto central as ruínas. Garrett defende a continuidade da historicidade do monumento, mesmo que fragmentado, tal como antes defendido no Alvará régio de 1721. As alterações e adições executadas nas obras em monumentos eram consideradas destruidoras da história existente por trás das pedras, crítica igualmente presente em *Lyrice de João Minimo* (1829), publicada em Londres, sobre as alterações existentes no Mosteiro de Odivelas – numa alusão aos primórdios da defesa da “unidade de estilo” no restauro português²¹¹.

Alexandre Herculano escreveu sobre as Ruínas do Carmo logo no primeiro número da revista em que era editor, *O Panorama*. A valorização dos monumentos medievais como raízes nacionais²¹² foi central na obra desse escritor, associada à crítica do desaparecimento

²⁰⁷ Garrett, *Viagens na Minha Terra*, 133–34.

²⁰⁸ O desencantamento com a situação política da qual fez parte aparece em diversos trechos do livro, sublinhamos o corrente uso do termo ruínas para descrever a situação tanto em termos materiais (edificações degradadas) quanto no sentido metafórico: «Em Portugal não há religião de nenhuma espécie. Até a sua falsa sombra, que é a hipocrisia, desapareceu. Ficou o materialismo estúpido, alvar, ignorante, devasso e desfaçado, a fazer gala de sua hedionda nudez cínica no meio das ruínas profanadas de tudo o que elevava o espírito(...)», cf. Garrett, 201.

²⁰⁹ Apesar da obra mais conhecida de Chateaubriand, *Génie du Christianisme*, ter sido traduzida ao português por Camilo Castelo Branco em 1845, Garrett, que viveu em Paris, a ela elogiara desde 1824: «Engenhosíssima obra é o Génio do Cristianismo e meio persuadido me deixou», cf. Garrett, 1824 *apud* Maia, *Património e restauro em Portugal 1825-1880*, 2007, 19.

²¹⁰ Garrett, *Viagens na Minha Terra*, 141.

²¹¹ Soares e Neto, *Almeida Garrett, a viagem e o Património*, 120–26.

²¹² A tese da origem medieval da nacionalidade portuguesa não era única. Alguns arqueólogos defendiam a origem lusitana, como Francisco Martins Sarmento. Sobre o tema, Carlos Fabião, que não concorda com Sarmento, aponta o desinteresse da arqueologia portuguesa à época, ainda circunscrita na égide dos antiquários e das associações: «Num tempo em que a cultura dominante era fortemente nacionalista, o estudo das remotas eras tornava-se em mero exercício erudito, objectivamente não relevante, de um ponto de vista político e de reconhecimento social. Percebe-se, pois, por que razão, ao longo de toda a segunda metade do século XIX e da primeira metade do século XX, os arqueólogos portugueses insistiam tanto no que chamavam de o equívoco de Alexandre Herculano», cf. Fabião, *Uma História da Arqueologia Portuguesa*, 126.

de monumentos cuja origem remonta ao Medievo. Na condenação do estado dos monumentos portugueses, Herculano lamentou a fúria iconoclasta, o abandono e os maus reparos²¹³, num julgamento estreitado principalmente aos edifícios que, segundo ele, estavam associados às origens da nacionalidade: «Em nosso paiz os monumentos de estylo gothico teem sido assaz despresados, e até a barbaridade e ignorancia lhes tem feito uma guerra cruel»²¹⁴.

O vandalismo contra os monumentos, antes criticado por Victor Hugo, nomeadamente em *Notre-Dame de Paris*²¹⁵ e *Guerre aux demolisseurs*²¹⁶, foi constante na obra de Herculano, pelo que culpava a «índole destruidora» e a falta de visão de economia política daqueles a quem chamava «homens do camartello»²¹⁷ ou «adoradores do camartello»²¹⁸. As lutas liberais foram o plano de fundo da censura de Herculano, entendendo as destruições contra os monumentos como intencionais. A ação desses «modernos hunos»²¹⁹ seria, para ele, pior do que as destruições anteriores, causadas pela ignorância. Para tanto, defendeu a criação de uma Associação a fim de denunciar a demolição de monumentos: a Sociedade Conservadora dos Monumentos Nacionais (1840), rapidamente malograda²²⁰.

Abandonar os monumentos seria renegar o passado nacional. Afinal, a historicidade desses edifícios não pertencia apenas às municipalidades, mas à nação. Sobre as inglorias que poderiam continuar, brada por atenção aos monumentos «(...) em quanto uma lei sobre os monumentos não quebra por uma vez as picaretas e alviões, que tantas esculpturas tem roçado, tantas columnas partido, tantas torres e curucheus derrubado»²²¹. Santarém era, como também alertado por Garrett, um exemplo relevante desse abandono – ou, como dito, vandalismo²²².

A crítica aos governantes, aos políticos e aos pares evidencia uma preocupação institucional para a preservação do passado, assim como acontecia nos países europeus, com o pedido por leis e associação específicos. No âmbito mais prático, Herculano criticava

²¹³ Herculano, «Mais um Brado a Favor dos Monumentos (I)», 44.

²¹⁴ Herculano, «A arquitetura gótica», 6 de maio de 1837, 2.

²¹⁵ Hugo, *Notre-Dame de Paris*.

²¹⁶ Hugo, «Guerre aux démolisseurs». Como Ramalho Ortigão defendeu no *Culto da Arte em Portugal*, o romantismo foi introduzido em Portugal através de Chateaubriand e Victor Hugo. A escolha do tema dos monumentos e, nestes, as ruínas, está contextualizado com as produções e discussões científicas à época, a mesma que, como escrito em capítulo anterior, presenciou a génese da gestão e o restauro sistematizado dos ditos monumentos nacionais. Ortigão, *O culto da arte em Portugal*, par. 23.

²¹⁷ Herculano, «Os Monumentos (II)», 277.

²¹⁸ Herculano, *Opúsculos*, II:32.

²¹⁹ Herculano, «Os Monumentos», 268; Herculano, *Opúsculos*, II:16.

²²⁰ Herculano também atuou em favor dos monumentos nacionais enquanto deputado eleito, como com a aprovação de verbas para o Castelo de Santa Maria da Feira, cf. Custódio, «Salvaguarda do Património - Antecedentes Históricos», 41.

²²¹ Herculano, «Mais um Brado a Favor dos Monumentos (I)», 45.

²²² Herculano, «Mais um Brado a Favor dos Monumentos (II)», 50.

os reformadores e o que considerava como os maus reparos, segundo ele, um outro modo eficiente de destruir os monumentos nacionais. Com pensamento semelhante ao de Garrett, Herculano acreditava na destruição causada por renovações, apagamentos e transformações dos edifícios por profissionais restauradores contemporâneos – contestação que foi ratificada por outros intelectuais, como Joaquim da Costa Cascaes (1815-1898), e respaldada na Geração de 70.

Apesar da «demolimania», nas palavras de Joaquim da Costa Cascaes, ter perdido força em Portugal, ainda na primeira metade do século XIX, o processo de conservação deveria ter à frente pessoas com conhecimentos artísticos e arqueológicos, pois seria possível a realização de intervenções que não resultassem em mutilações arquitetónicas²²³. Ora, «As ruínas de um monumento, não mutilado, podem muitas vezes enriquecer os tesouros da arte; as parvoíces architectonicas nunca»²²⁴. O escritor desenvolveu a proposta de F. A. Varnhagen sobre a criação de sociedades de conservação de monumentos, defendendo a ampliação da formação de profissionais e a popularização dos conhecimentos arqueológicos²²⁵ no país, com a participação do clero e com o uso da obra de Didron, *Librarie Archaeologique*, enquanto referência. Uma comissão das artes e monumentos seria essencial, com a classificação dos monumentos nacionais como primeira responsabilidade²²⁶.

2.1.2 Os arquétipos gloriosos da nação e do passado nacional

No último quartel do século XIX, num contexto já influenciado pelos intelectuais da Geração de 70, foi criada a Comissão para reformar os estatutos das Belas-Artes, organizar museus e ações de proteção e reparação de monumentos históricos e objetos arqueológicos por meio do decreto de 10 de novembro de 1875²²⁷. Destacamos duas publicações que surgiram no âmbito dessa Comissão: *Observações sobre o estado atual do ensino das artes em Portugal*²²⁸ e *Relatório dirigido ao Illustrissimo (...)*²²⁹.

²²³ Para maiores detalhes sobre o texto, ver: Chalante, «“Demolimania”, a Real Associação de Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses e a “cruzada de honra e brio” (1866-1880)».

²²⁴ Cascaes, «Monumentos», 210.

²²⁵ Para tanto, uma das propostas do autor é a criação de uma Comissão das Artes e dos Monumentos, que ficaria incumbida da classificação dos monumentos nacionais.

²²⁶ Cascaes, «Monumentos», 211–12.

²²⁷ Comissão retomada com as mesmas responsabilidades da extinta comissão convocada em 1870, através da portaria de 22 de março de 1870.

²²⁸ Holstein, *Observações sobre o Actual Estado do Ensino das Artes em Portugal, a Organização dos Museus e o Serviço de Monumentos Historicos e da Archeologia*, 1875.

²²⁹ Cordeiro, *Relatório dirigido ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretário d’Estado dos Negócios do Reino pela Comissão nomeada por Decreto de 10 de novembro de 1875 para propor a reforma do ensino artístico e a organização do serviço de museus, monumentos históricos e arqueologia*.

A preocupação com os monumentos arruinados levou a uma reflexão que, como visto, não era então invulgar²³⁰. A secção destinada à descrição dos monumentos em Portugal apresentava o lamento sobre o contexto em que estes se encontravam, nomeadamente castelos e igrejas: «Nem ao menos foram salvos da destruição ou da ruína os castellos que as memorias gloriosas do passado ajuntavam a belleza de uma situação pittoresca e grandiosa»²³¹. A conceituação de monumentos históricos nacionais, proposta no relatório apresentado por Luciano Cordeiro (1876) à Comissão de 1875, mencionava as ruínas distintas para a história do país enquanto monumentos históricos nacionais²³².

Relativo à preservação dos monumentos, o inventário do património nacional foi oficialmente solicitado à RAACAP por meio da Portaria 24 de outubro de 1880²³³, concluído sob o título *Relatório e Mappa acerca dos edifícios que devem ser classificados monumentos nacionais, apresentados ao governo pela Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (...)*²³⁴. Joaquim Possidónio da Silva foi, no ano seguinte, nomeado por Hintze Ribeiro para realizar o levantamento técnico e descritivo sobre o estado dos monumentos previamente inventariados na Comissão dos Monumentos Nacionais²³⁵, promovendo o registo dos monumentos em excursões artísticas e arqueológicas pelo país, inclusive com ressalvas sobre a sua ruína²³⁶.

A Comissão de Monumentos Nacionais operou de modo contínuo entre 1882 e 1894, sendo reestruturada em 1894²³⁷, foi presidida por J. P. da Silva e, após o seu falecimento,

²³⁰ Sobre a matéria, Sousa Holstein ressalta o descuido português com os monumentos nacionais, em que a situação apresentava monumentos desaparecidos ou em iminente ruína - exceto o Mosteiro da Batalha e Templo Romano de Évora, cf. Holstein, *Observações sobre o Actual Estado do Ensino das Artes em Portugal, a Organização dos Museus e o Serviço de Monumentos Historicos e da Archeologia*, 1875, 41.

²³¹ Holstein, 42.

²³² «São considerados monumentos historicos nacionaes todos os edificios, construções, ruinas, objectos artisticos de caracter distinctamente typico do trabalho, usos, costumes, progressos, estado industrial, influências sociaes e modo de ser intelectual, moral e material da sociedade portugueza nas diversas evoluções do seu desenvolvimento historico, bem como os que representem ou memorem os feitos mais distinctos da historia nacional», cf. Cordeiro, *Relatório dirigido ao Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios do Reino pela Comissão nomeada por Decreto de 10 de novembro de 1875 para propor a reforma do ensino artístico e a organização do serviço de museus, monumentos históricos e archeologia*, 12.

²³³ Neste mesmo ano, foi realizado um parecer sobre os imóveis e objetos de arte dos conventos para que fossem postos à venda, documento este que confirma, mais uma vez, o estado degradante em que os monumentos se encontravam.

²³⁴ Apresentado ao Governo pela Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses em conformidade da portaria do Ministério das Obras Publicas de 24/10/1880, publicado no Diário do Governo, n.º 62 e Boletim da RAACAP, Tomo III, 1881, 83-87 (continuado em números seguintes).

²³⁵ Conforme determinado pela Portaria de 29 de dezembro de 1881, incumbência semelhante àquela inconclusa da Portaria de 27 de outubro de 1858, que indicava a realização de um estudo técnico de monumentos nacionais, igualmente sob a responsabilidade de J. P. N. da Silva.

²³⁶ Como na critica ao estado de ruína da igreja Sé Velha de Coimbra por J. P. da Silva, cf. Silva, «Monumentos Nacionaes», 156.

²³⁷ A reestruturação da Comissão dos Monumentos Nacionais foi iniciada após a indigitação de novos vogais em maio-outubro de 1893, a mudança das reuniões, do Museu do Carmo para a sala do Conselho de Obras Públicas e Minas e, entre outros, finda com o *Regulamento para a Comissão de Monumentos Nacionais*, de 27 de fevereiro de 1894, escrito por Luciano Cordeiro. Hierarquicamente, a comissão estava

em 1896, pelo então vice-presidente, Luciano Cordeiro. A influência da primeira geração liberal nessa Comissão pode ser vista na escolha pela designação de monumentos nacionais, ao invés de apenas históricos ou antigos²³⁸, como também na periodização da nacionalidade portuguesa – como disposto no Regulamento para a Comissão em questão, onde foi proposto um conceito de monumento:

a) Que importem à história do modo de ser intelectual, moral e material da nação nas diversas evoluções e influencias do seu desenvolvimento; b) Que testemunhem e comemorem factos notáveis da história nacional; c) Os megalíticos, e em geral os que constituam vestígios dos povos e civilizações anteriores à formação da nacionalidade, quando existentes ou encontrados em território português²³⁹.

O Ministério de Obras Públicas, Comércio e Indústria ordenou a publicação do Decreto de 10 de janeiro de 1907, com quatorze monumentos portugueses considerados monumentos nacionais. Dessa breve lista, duas ruínas: as Ruínas do Templo Romano de Évora e as Ruínas do Carmo²⁴⁰. O Decreto de 16 de junho de 1910²⁴¹ classificou um número bem maior de monumentos, um único dentro da categoria «ruínas», as Ruínas de São João do Campo, Arraiolos, Évora²⁴². Vários outros detinham a menção ao estado arruinado²⁴³. Apesar da classificação conter um número expressivo de referências a ruínas, percebemos a distinção por período de origem, as ruínas antigas, romanas ou de período anterior,

na égide do Ministério de Obras Públicas, Comércio e Indústria, cf. Custódio, «“Renascença” Artística e Práticas de Conservação e Restauro Arquitectónico em Portugal, durante a 1ª República», 2008, 265; 278–79.

²³⁸ Rodrigues, «O longo tempo do património. Os antecedentes da República (1721-1910)», 20.

²³⁹ Portaria de 27 de fevereiro de 1894, do Ministério de Obras Públicas, Comércio e Indústria: Regulamento para a Comissão de Monumentos Nacionais, art. 1º disponível em: <<http://legislacao.regia.parlamento.pt/V/1/80/117/p130>>, acedido a 10 de junho de 2020.

²⁴⁰ Decreto de 10 de janeiro de 1907, publicado no DG n.º 14, a 17 de janeiro de 1907. O documento está disponível em: Rodrigues, «O longo tempo do património», 28. Os demais monumentos nacionais contemplados no decreto foram as Sés da Guarda, de Lisboa, de Évora e a Sé Velha de Coimbra; os Mosteiros da Batalha, dos Jerónimos, de Alcobaça; os Conventos de Cristo e de Mafra, a Igreja de Santa Cruz de Coimbra, a Basílica do Coração de Jesus em Lisboa e, por fim, a Torre de S. Vicente em Belém. O Castelo de Elvas (27/09/1906) e o Castelo de Guimarães (27/08/1908) foram igualmente classificados como monumentos nacionais.

²⁴¹ Decreto de 16 de junho de 1910, publicado no DG n.º 136, 2163-2166, a 23 de junho de 1910, disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/decsmaria/Decreto23_06_1910.pdf>, acedido a 15 de junho de 2020.

²⁴² Vide Figuras 5 e 6 (Apêndice).

²⁴³ Os monumentos lusitanos e luso-romanos apresentavam ruínas classificadas enquanto castros [Citânia dos Briteiros e Citânia do Sabroso]; povoação [Ruínas de Conímbriga; Ruínas ditas de Nabância; Ruínas de Troia; Ruínas de Estoi]; templo [Templo Romano de Évora]; e ruínas [Ruínas de São João do Campo]. Os monumentos medievais, do Renascimento e Modernos, conforme a divisão por épocas proposta no Decreto de 1910, tinham ruínas enquanto mosteiro [Mosteiro de Santa Clara primitivo (ruínas)]; igreja [Igreja do Carmo (ruínas), Igreja de Flor da Rosa (ruínas), compreendendo o túmulo de D. Alves Gonçalves Pereira]; castelos [Castelo de Braga (restos), designadamente a Torre de Menagem, Castelo de Carrazeda (ruínas), Castelo de Penela (ruínas), Castelo de Vide (ruínas), Castelo de Portel (ruínas)]; e enquanto paços reais [Paço dos Duques de Bragança (ruínas), de Barcelos e Guimarães]. Note-se a diferença nas descrições entre as duas secções destacadas e a existência de ruínas antigas que não carecem do uso do termo aqui trabalhado, como o Templo Romano de Évora.

sacralizadas como ruína desde o título (ex. «Ruínas de Conímbriga»); já as medievais, aparecem com a referência à ruína entre parêntesis, como se fosse um estado temporário (ex. «Igreja do Carmo (ruínas)»).

A influência de teóricos reconhecidos internacionalmente, como John Ruskin e Viollet-le-Duc, esteve presente nestas últimas décadas do século XIX e início do XX. Podemos mencionar a presença do arquiteto francês como membro estrangeiro da RAACAP ou a influência do teórico inglês n' *O Culto da Arte em Portugal*, de Ramalho Ortigão²⁴⁴.

Um outro vogal e, posteriormente, presidente da Comissão Nacional dos Monumentos e grande defensor da classificação destes, juntamente com Cordeiro e Ortigão²⁴⁵, Gabriel Pereira criticou a visão de Eugène Viollet-le-Duc, pois, segundo ele, nenhuma civilização entendia o restauro como o estabelecimento de um estado completo, enquanto ponderou sobre *As Sete Lâmpadas da Arquitetura*, de Ruskin²⁴⁶. Sob possível influência de C. Boito, por ele citado, realçou importância dos estudos das manifestações artísticas e a necessidade de distinção entre o novo e o antigo no restauro. Ademais, «Nada de destruir o que está, salvar da ruína apenas, amparar, limpar, tirar raízes, tapar fendas, lavar com água; e quando fôr indispensável mexer ou alterar, tirar antes da obra photographias, plantas, alçados, todas as representações graphicas possíveis»²⁴⁷.

O arranque da proteção oficial dos monumentos nacionais contou, portanto, com a influência de Almeida Garrett, de Alexandre Herculano e da Geração de 70, embebidos nas influências teóricas europeias. Nesse momento, as ruínas foram balizadas temporalmente, na Antiguidade Clássica, e simbolicamente, na crítica ao estado dos monumentos. As ruínas medievais, muito caras para as origens/história/consciência da nação, não poderiam, à partida, permanecerem de modo fragmentado, como bradado desde a primeira metade do século. A única exceção, talvez, poderia ser a simbólica Igreja arruinada do Carmo de Lisboa, marco do Terramoto de 1755, ainda assim, sem consenso – a exemplo de A. Herculano.

2.1.3 A República e as suas ruínas

Após os assassinatos de D. Carlos e de seu filho e herdeiro e o breve reinado de D. Manuel II (1908-1910), a República portuguesa foi proclamada a 05 de outubro de 1910 – uma forma de governo ainda invulgar à época, na Europa. A primeira norma patrimonial, o Decreto de 19 de novembro de 1910²⁴⁸, continha a descrição dos momentos de destruição

²⁴⁴ Custódio, «“Renascença” Artística e Práticas de Conservação e Restauro Architectónico em Portugal, durante a 1ª República», 2008, 148.

²⁴⁵ Custódio, 266.

²⁴⁶ Pereira, *Monumentos nacionaes*, 15–17.

²⁴⁷ Pereira, 16–17.

²⁴⁸ Publicada no DG n.º 41, Série I, em 22 de novembro de 1910, p. 514-515, disponível em: <<https://dre.pt/application/conteudo/450398>>, acedido a 01 de fevereiro de 2020.

do património português, nomeadamente o terramoto de 1755, a invasão francesa e a supressão dos bens religiosos pós-1834, citados na qualidade de argumentos para a constatação da falta de proteção dos monumentos no país. Cumpre sublinhar que o decreto preconizou os monumentos móveis, com as designações de obras de arte e os objetos arqueológicos²⁴⁹. A doutrinação sobre monumentos pelo Estado ratificou as recentes classificações provenientes do já referido Decreto monárquico de 16 de junho de 1910²⁵⁰.

No campo da arte, da arqueologia e do património cultural, as novas alterações foram primeiro decorrentes da *Reorganização dos Serviços Artísticos e Arqueológicos e das Escolas de Belas-Artes de Lisboa e do Porto*, regulada nos Decretos n.º 1 e n.º 2, de 26 de maio²⁵¹, pelo que destacamos a extinção da Comissão de Monumentos Nacionais. Em junho do mesmo ano, eram criadas as Comissões de Arte e Arqueologia nas circunscrições de Lisboa²⁵², Coimbra²⁵³ e Porto²⁵⁴, que controlaram e superintenderam em maior ou menor escala o património artístico, arquitetónico e arqueológico no país entre 1911 e 1932²⁵⁵.

A Lei de Separação da Igreja do Estado (1911)²⁵⁶ e, antes, a de 1834, avolumaram o poderio material e económico do Estado. A laicização do Estado, um tema caro à propaganda republicana veio, aos poucos, fazendo valer alguns decretos e atos anticlericais. Os monumentos religiosos – entre os quais se sobressaem catedrais, igrejas, capelas, bens imobiliários e mobiliários, salvo aqueles de propriedade particular ou com individualidade jurídica – passaram para as mãos do Estado²⁵⁷, que não tinha mais a religião católica como

²⁴⁹ Definidos, no art. 1.º do Decreto de 19 de novembro de 1910, como «(...) as esculturas, pinturas, gravuras, desenhos, móveis, peças de porcelana, de faiança e de ourivesaria, vidros, esmaltes, tapetes, arrases, tecidos, trajes, armas, peças de ferro forjado, bronzes, joias, leques, instrumentos musicos, manuscritos iluminados, medalhas, moedas, inscrições, e, de um modo geral, todos os objetos que possam constituir modelo ou representar ensinamento para os artistas, ou sejam dignos de figurar em museus públicos de arte, e todos aqueles que, pelo seu valor documental ou pelas recordações ou tradições que lhes andem ligadas, mereçam o qualificativo de *históricos*».

²⁵⁰ A defesa do património arqueológico foi contemplada nas listas de classificação dos monumentos nacionais, concluindo o processo iniciado no âmbito da RAACAP, cf. Raposo, «As origens da arqueologia científica portuguesa no século XIX», 56. Houve um empenho legislativo e reformulador, iniciado durante o governo provisório, continuado nos anos seguintes, com os serviços artísticos e arqueológicos sob a égide do Ministério da Instrução Pública, cf. Custódio, «A obra patrimonial da Primeira República (1910-1932)», 85–86.

²⁵¹ Decretos n.º 1 e n.º 2, publicados no DG n.º 124, de 29 de maio de 1911, 2245-2247; 2247-2250, disponível em: <<https://dre.pt/application/conteudo/1971>>, acedido a 01 de março de 2020. Importa referir que, no Decreto n.º 1, de 26 de maio, as ruínas foram citadas sob a preocupação da conservação da fonte histórica, como no art. 51, que previa a suspensão de trabalhos ou escavações caso fossem encontrados «(...) monumentos, ruínas, inscrições ou objetos que interessem a história, a arqueologia ou a arte (...)», cf. Decreto n.º 1, 2246-7.

²⁵² Referente aos distritos de Lisboa, Santarém, Portalegre, Beja, Faro e ilhas adjacentes.

²⁵³ Referentes aos distritos de Coimbra, Viseu, Leiria, Guarda e Castelo Branco.

²⁵⁴ Referente aos distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto, Vila Real e Bragança.

²⁵⁵ Custódio, «“Renascença” Artística e Práticas de Conservação e Restauro Arquitectónico em Portugal, durante a 1ª República», 2008, 734-35.

²⁵⁶ Decreto-Lei de 20 de abril de 1911 (conhecimento como Lei de Separação do Estado da Igreja), publicada no DG n.º 92, Série I de 21 de abril de 1911, 1619-1624, disponível em: <<https://dre.pt/application/conteudo/205606>>, acedido a 05 de março de 2020.

²⁵⁷ Idem, art. 62º.

oficial. Sete anos depois, Sidónio Pais cedeu e satisfaz algumas demandas católicas nos assuntos de culto, porém sem o restabelecimento dos imóveis religiosos²⁵⁸.

As complexidades do período foram o pano de fundo da criação da Administração-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais²⁵⁹, vinculada ao Ministério das Obras Públicas²⁶⁰ e voltada para os monumentos nacionais, cuja duplicidade de competências levou a uma indecisão entre a atuação da Administração-Geral e das Comissões de Arte e Arqueologia²⁶¹. Cabe ainda citar um outro Conselho do Património Artístico, dessa vez vinculado ao Ministério das Finanças, em 1919, composto por profissionais de Arte, História e Arqueologia com funções consultivas relativas à distribuição, à apropriação, ao destino, à reconstituição e ao restauro de bens móveis e imóveis, conforme o art. 1º do Decreto n.º 6184, de 1919²⁶².

A revisão da legislação sobre os Conselhos de Arte e Arqueologia, bem como o Conselho Superior de Belas-Artes, ocorreram primeiro pela Lei n.º 1700, de 1924²⁶³, que concentrou a proteção dos monumentos e palácios nacionais junto do Ministério da Instrução Pública, com um órgão técnico de consulta, o Conselho Superior de Belas-Artes²⁶⁴.

Quanto aos monumentos arqueológicos, admitiu-se a expropriação para casos como monólitos, castros, monumentos megalíticos e outros de natureza semelhante cuja superfície dependesse de conservação; para achados de ruínas, entre outros bens, assumiu-se o aviso imediato às autoridades, tomando as providências para evitar a sua destruição, com o reconhecimento do local por técnicos e a possibilidade de indemnizações por perdas e danos, conforme os artigos 49º, 71º e 72º da supracitada Lei 1700. O imbróglio que se seguiu

²⁵⁸ A revisão posterior da lei de Separação do Estado da Igreja foi confirmada através do Decreto-Lei n.º 3856, publicado no DG n.º 34, Série I de 23 de fevereiro de 1918, 127-131, disponível em: <<https://dre.pt/application/conteudo/405102>>, acedido a 05 de março de 2020.

²⁵⁹ Órgão originado no Decreto n.º 7038, de 17 de outubro de 1920, publicado no DG n.º 209, Série I de 17 de outubro de 1920, 1391-1396, disponível em: <<https://dre.pt/application/conteudo/391817>>. A retificação deste decreto foi publicada no DG n.º 214, Série I de 22 de outubro de 1920, 1442, disponível em: <<https://dre.pt/application/conteudo/393843>>, acedido a 01 de março de 2020.

²⁶⁰ A recém-criada Administração-Geral, com dois serviços externos no Porto e em Lisboa (representando o Norte e o Sul), teria o crivo final sobre os projetos em monumentos nacionais, para o qual seria consultado o Conselho Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, conforme os artigos 7º e 10º do Decreto n.º 7038/1920.

²⁶¹ Neto, *Memória, propaganda e poder*, 2001, 94–97.

²⁶² Decreto n.º 6184, de 29 de outubro de 1919, publicado no DG n.º 220, Série I de 29 de outubro de 1919, p. 2193-2194, <disponível em: <https://dre.pt/application/file/349857>>, acedido a 30 de março de 2020.

²⁶³ Lei 1700, de 18 de dezembro de 1924, publicado no DG n.º 281, Série I de 18 de dezembro de 1924, 1858-1863, disponível em: <<https://dre.pt/application/conteudo/562631>>, acedido a 01 de abril de 2020). Cabe aqui realçar que o Decreto n.º 10711 de 23 de abril de 1925 – publicado no DG n.º 88, Série I de 23 de abril de 1925 – atentou à indisponibilidade de verbas para destino aos monumentos nacionais, conforme art. 79º da Lei n.º 1700.

²⁶⁴ Os três Conselhos de Arte e Arqueologia (com sedes em Lisboa, Coimbra, Porto) foram mantidos e tornaram-se responsáveis pelas funções das Academias de Belas-Artes de Lisboa e do Porto (art. 26º), além da responsabilidade dos serviços práticos por parte da 3ª Repartição da Direcção Geral das Belas-Artes (art. 44º do supracitado Decreto n.º 1700).

à aplicação da lei deixaria os Ministérios da Instrução Pública e das Obras Públicas em suspenso até maio de 1926²⁶⁵.

2.1.4 A DGEMN: do Estado Novo aos novos problemas

A Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) foi fundada em abril de 1929, inserida no Ministério do Comércio e Telecomunicações, no intuito de ser dirigida por um engenheiro, com o auxílio de um arquiteto como diretor dos monumentos nacionais. O novo órgão público surgiu como uma forma de sistematização da preservação dos monumentos²⁶⁶. Quatro anos mais tarde, a Constituição de 1933, na génese do Estado Novo em Portugal, firmava a obrigação estatal em preservar, defender e valorizar o património cultural²⁶⁷, responsabilidade assumida na qualidade de cruzada em nome do passado nacional glorioso, porém arruinado.

O primeiro número do *Boletim da DGEMN* (1935) anunciava os valores que seriam seguidos pela direção, a enaltecer a nacionalidade portuguesa, apesar da destruição promovida pelo tempo e por pessoas disfarçadas de «benfeitores»²⁶⁸. A mesma publicação continha as orientações técnicas para a conservação e o restauro, um texto assinado pelo então Diretor Geral da DGEMN, o engenheiro Henrique Gomes da Silva. Os acrescentos e mutilações – advindos, segundo Silva, do tempo ou do «vandalismo dos homens» – deveriam ceder espaço à beleza primitiva dos monumentos. A desolação existente antes de 1929 diante dos desabamentos e ruínas, tornou «(...) urgente iniciar a obra de salvação»²⁶⁹. O enfoque da atuação do órgão foi anunciado, sem maiores delongas, para a reintegração estilística²⁷⁰, em que a repristinação – a reparação de acréscimos ou de alterações causadas pelo tempo ou pela ação humana – seria a palavra de ordem.

O discurso de António Oliveira Salazar perante os deputados a 23 de abril de 1933 apresentou o seu mote de atuação relativamente aos monumentos, no país. Entre oratória e ação, a reconstrução nacional era moral e material, como seria o progresso português²⁷¹.

A ruína, nesse sentido, deveria ser evitada e, sobretudo, reconstruída.

²⁶⁵ A aplicação da Lei n.º 1700 deu seguimento a uma crise jurídica entre os ministérios da Instrução Pública e das Obras Públicas, resultando numa sequência de leis que, ao final, levaram à suspensão desta primeira, até que fosse regulada através do Decreto n.º 11445, de 13 de fevereiro de 1926, cf. Neto, *Memória, propaganda e poder*, 2001, 101.

²⁶⁶ Criação confirmada através do Decreto n.º 16791 de 30 de abril de 1929, publicado no DG n.º 97, Série I de 30 de abril de 1929, 1055-1057, disponível em: <<https://dre.pt/application/file/356206>>, acedido a 30 de março de 2020.

²⁶⁷ Questão mantida na Constituição de 1976.

²⁶⁸ DGEMN, «O Boletim dos Monumentos Nacionais», 1935, 6.

²⁶⁹ Silva, «Monumentos Nacionais Orientações a seguir no seu restauro», 1935, 10. *Grifo nosso*.

²⁷⁰ Conforme a teoria de Viollet-le-Duc.

²⁷¹ ANTT, Arquivo Salazar, PC-3C, cx. 599/capilha 14.

Restauração material, restauração moral, restauração nacional; não me acode ao espírito nenhum outro exemplo mais expressivo que a dessa magnífica peça arquitetural – hoje a Biblioteca e Arquivo de Braga – há setenta anos incendiada, em destroços, aguardando através de dois regimes diferentes e de muitos governos contrários que nós a restaurássemos, restituíssemos à pureza das suas nobres linhas e no sossego das suas salas déssemos guarida às mais altas manifestações do espírito e aos velhos documentos que viram nascer Portugal²⁷².

A história da pátria dividir-se-ia em duas eras: a da restauração e a do engrandecimento, do qual os portugueses colheriam os louros do desenvolvimento, do Estado Corporativo e de sua valorização, anunciava o presidente do Conselho de Ministros ao lembrar o título de um cartaz visto dias antes em Braga: a *Revolução Contínua*²⁷³. A máxima salazarista sobre a restauração da nação a partir das suas ruínas, que começaria pelo setor financeiro, foi frequente e paralela à divulgação ideológica do regime²⁷⁴. Para tanto, apontava-se um referencial entre o antes e o depois, segundo M. J. Neto, «(...) com a adopção da Revolução de 28 de Maio de 1926, como o ponto de charneira, tal como “iconizaram” os artistas na série de quadros intitulados “A lição de Salazar”»²⁷⁵.

Os sete cartazes «didáticos» nomeados *A Lição de Salazar* foram divulgados pelo Ministério da Educação ao ensino primário e às instituições escolares enquanto comemoração do 10º aniversário de Salazar como ministro das Finanças. Conforme Maria M. Remédio, o objetivo por trás dos, aproximadamente, 84.000 cartazes envolvia o enaltecimento de Salazar e a formação da população conforme os ideais do regime. Nesses cartazes, notabiliza-se o predomínio das cores da bandeira portuguesa, vermelho e verde, assim como a discrepância entre o *antes*, da desorganizada e atrasada Primeira República, e o *depois* moderno e ordeiro do Estado Novo²⁷⁶.

Os sete cartazes tratavam de diferentes temas, frequentes nos seus discursos: a restauração financeira (n.º 1), a urbanização e as estradas (n.º 2), as estruturas portuárias (n.º 3), as obras públicas em monumentos e municípios (n.º 4), a força aérea e a marinha portuguesa (n.º 5), o Estado Novo corporativo (n.º 6) e, num compêndio dessas ideias, o cartaz n.º 7 anunciava o propósito do regime, trino: «Deus, Pátria, Família». O quadro A

²⁷² Salazar, *Discursos e notas políticas*, 1945, II:146–47.

²⁷³ Discurso «Era de restauração Era de engrandecimento», durante a inauguração da exposição dos dez anos da revolução de maio de 1926, no Parque Eduardo VII, cf. Salazar, II:146–48.

²⁷⁴ Conforme discurso no Coliseu dos Recreios para a Comissão da União Nacional, em 27 de maio de 1933, «Mas é esta a revolução que esperávamos ou havemos de aguardar outra? Há ainda a miséria na terra, há ainda injustiça entre os homens, há ainda deficiências, atritos, desarmonias e intranquilidade... – Sem dúvida, porque nem tudo o que se há-de fazer está feito, nem podia tê-lo sido sobre as ruínas materiais e morais dum povo que perdera a alegria de viver e parecia a muitos não ter mesmo já possibilidade de salvar-se», Salazar, *Discursos e notas políticas*, 1945, I:226. O assunto foi recorrente em outros discursos de Salazar, como é de igual modo possível constatar em Salazar, *Discursos e notas políticas*, 1945, Vols. I-V.

²⁷⁵ Neto, *Memória, propaganda e poder*, 2001, 141.

²⁷⁶ Remédio, «A lição de Salazar e a iconografia do Estado Novo», 124–39.

Lição de Salazar n.º 04 (Obras Públicas)²⁷⁷ confirma a importância atribuída pelo regime às obras públicas e, nestas, ao restauro de monumentos enquanto resgate dos valores da Nação. As ruínas eram, portanto, a representação inglória e ingrata do passado. A ordenação e a modernização do país, logo, passavam antes pela valorização das glórias de outrora – reintegrada em suas formas primitivas, na pretensa «pureza» da linha estilística original que, como Viollet-le-Duc anunciara, poderia nunca ter existido.

Da mesma forma, a ação da DGEMN acompanhou a máxima salazarista com a implementação de restauros por todo o país, cuja divulgação era prontamente remetida ao seu Boletim institucional: o *Boletim da DGEMN*. Segundo análise de Miguel Tomé, os projetos realizados pela direção contavam com aspectos comuns. Eram eles: a presença de profissionais sem diploma académico; o apoio de historiadores, como Aguiar Barreiros e Sousa Louro; a consultoria de investigadores especializados, como Gomez Moreno e D. José Pessanha; a realização de viagens de estudo; a divulgação na imprensa, entre outros pontos mais específicos de cada intervenção de restauro²⁷⁸.

A ambiguidade na preservação de ruínas e no uso de uma designação para tratar de monumentos degradados em Portugal não permitiu uma definição do termo, mas um conjunto de conceções, aplicadas consoante os interesses de quem as profere e o contexto em que era utilizado. Das diversas qualificações atribuídas às ruínas, destacamos a descrição destas enquanto edificações completas degradadas, terrenos desocupados, e sítios arqueológicos.

Da mesma forma, confundiu-se ou esqueceu-se de pormenorizar os remanescentes arquitetónicos desenterrados ou em solo, os achados arqueológicos, que, por sua vez, continuaram salvaguardados na legislação patrimonial unicamente quando associados à arqueologia. Isso ocorreu nos decretos de 1911 e de 1924²⁷⁹, como também no Decreto n.º 20.985, de 7 de março de 1932²⁸⁰, art. 48º:

Quando forem encontrados em terreno público ou particular, *por virtude de escavações ou outros trabalhos*, monumentos, *ruínas*, inscrições, moedas, medalhas ou quaisquer outros objectos que tenham valor histórico, arqueológico ou artístico ou houver notícia de que se trata de se substituir ou danificar os conhecidos, o respectivo administrador do concelho ou quem suas vezes fizer providenciará imediatamente, mandando no primeiro caso suspender os trabalhos o no segundo impedir a destruição²⁸¹.

²⁷⁷ Vide figura 1 no Apêndice desta tese.

²⁷⁸ Tomé, *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*, 53.

²⁷⁹ Decretos n.º 1, de 26 de maio de 1911, e n.º 1.700, de 18 de dezembro de 1924.

²⁸⁰ Decreto n.º 20.985, de 7 de março de 1932, publicado no DG n.º 56, Série I de 07 de março de 1932, 431-436, disponível em: <<https://dre.pt/application/file/522951>>, acedido a 10 de março de 2020.

²⁸¹ Idem. Grifo nosso.

A compreensão das ruínas antigas e pré-históricas, enquanto sítios arqueológicos, não significou o incentivo para pesquisas ou trabalhos de proteção sistematizados, a não ser através de associações, como acontecia desde o século XIX. A restauração de Conímbriga, em Condeixa-a-Velha, Coimbra, por outro lado, foi um exemplo da intervenção em sítios arqueológicos, amparada na monumentalidade romana dos fragmentos.

2.1.4.1 O Duplo Centenário

O Comissariado do Desemprego foi criado em 1932²⁸², sob a alçada do Ministério das Obras Públicas, amparado numa política em que «não se dão esmolas, procura dar-se trabalho», nas palavras de Duarte Pacheco, então recém-empossado ministro das Obras Públicas. O fundo de desemprego, dotado pelo Comissariado, sustentou as verbas orçamentais das obras públicas, inclusive do restauro de monumentos nacionais, destinadas para a mão de obra, desde que fossem contratados os desempregados inscritos no programa²⁸³.

De uma só vez, o governo provia recursos aos patamares económicos e sociais, desenvolvendo projetos de melhoramentos urbanos e rurais e favorecendo os desempregados²⁸⁴, sob os auspícios dos pretensos ideais morais do regime que, por sua vez, precisava de mão de obra barata não apenas para recuperar da ainda presente crise de 1929, como também para realizar os seus projetos²⁸⁵. Ao longo dos anos, as obras no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, por exemplo, foram financiadas tanto pelo fundo como pelo orçamento do Estado, em que Maria João Neto destaca a elevada taxa de apoios entre 1937 e 1945 em Portugal, face ao contexto internacional de guerras (Guerra Civil Espanhola, 1936-1939; e Segunda Guerra Mundial, 1939-1945), bem com as celebrações nacionais dos *Centenários*²⁸⁶.

O calendário das comemorações do *Duplo Centenário* português – Independência (1139/1143) e Restauração da independência (1640) – coincidiu com o elevado número de intervenções em monumentos pelo país, amparado na disponibilidade de verbas. Nem mesmo a II Guerra Mundial, na qual Portugal, assim como Espanha, se mantiveram neutros, foi impeditiva para as festas.

Essas celebrações avançaram como a *salvação*, ou seja, a reconstrução de monumentos pelo país, mormente os de origem medieval, dos quais destacamos cinco que

²⁸² Decreto n.º 21.699, de 19 de setembro de 1932, publicada no DG n.º 230, Série I de 30 de setembro de 1932, 1975-86, disponível em <<https://files.dre.pt/1s/1932/09/23000/19751986.pdf>>, acedido a 10 de março de 2020.

²⁸³ Alho, «Não se dão esmolas; procura dar-se trabalho», 49; Neto, *Memória, propaganda e poder*, 2001, 165.

²⁸⁴ Neto, *Memória, propaganda e poder*, 2001, 165.

²⁸⁵ Alho, «Não se dão esmolas; procura dar-se trabalho», 46–49.

²⁸⁶ Neto, *Memória, propaganda e poder*, 2001, 166.

estavam em situação de ruínas, conforme escrito nos seus títulos, entre parêntesis, aquando da classificação dos monumentos nacionais de 1910. Eram eles: Ruínas do Castelo de Penela, em Coimbra; Mosteiro de Santa Maria de Flor da Rosa, em Portalegre; Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães; Castelo de Vila Viçosa e Castelo de Portel, em Évora²⁸⁷.

Antes mesmo da celebração dupla, em janeiro de 1931, o Convento de Flor da Rosa já chamava a atenção da DGEMN devido ao que foi percebido pelo órgão como *vandalismo* e como utilização do espaço para «fins menos próprios», dada a situação degradada do monumento²⁸⁸. A administração de Portalegre, criticada pela DGEMN, acionou a Guarda Nacional Republicana (GNR), assim como o cantoneiro, cuja área de atuação não envolvia o Mosteiro. Em 1934, já estavam autorizadas as obras de intervenção²⁸⁹ previstas para o ano seguinte²⁹⁰, prolongando-se pela década vigente. A igreja passou por novas obras para reparos na cobertura (1979) e para a adaptação a uma pousada em fins do século XX²⁹¹, empreendimento inaugurado em 1995²⁹².

O Castelo de Penela²⁹³ foi mais uma das obras agilizadas a fim de que fosse «(...) restaurado e a tempo de ali poder realizar-se a solenização daquelas gloriosas datas»²⁹⁴, em que o *Duplo Centenário* era mencionado face à sua situação de abandono desde 1939²⁹⁵. Nesse sentido, as obras no castelo foram aprovadas e incluídas no ano económico de 1940, sendo iniciadas no ano seguinte e com novos pedidos de intervenções em 1947²⁹⁶ e em 1953²⁹⁷.

²⁸⁷ O Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, que veremos mais profundamente no capítulo 4 desta tese, também se encaixa nesses parâmetros, tendo a igreja conventual sido ripristinada. Porém isso, o Mosteiro coimbrão não perdeu a sua feição abandonada, ao contrário dos cinco monumentos citados.

²⁸⁸ DGEMN (SIPA), TXT.01081696. Consideramos uma descrição mais direta das fontes históricas neste capítulo. Optamos pela pormenorização das mesmas, com tema e data, nos capítulos relativos aos estudos de caso (capítulos 3-7).

²⁸⁹ As obras no Mosteiro da Flor da Rosa foram autorizadas a 19 de novembro de 1934, consideradas as «obras mais urgentes», a fim de evitar o desaparecimento do monumento, que contaram com a ajuda civil, nomeadamente dos Acionistas da Fábrica de Cal de Coimbra (Moagem de Crato), que disponibilizaram 10.000 quilos de cal hidráulica (1935). DGEMN (SIPA), TXT.01081713; 01081722.

²⁹⁰ A grandiosa e histórica ruína, cuja situação no momento não permitia reintegração, apenas consolidação de partes. O Memorial da Obra, de 06 de junho de 1934, amparava-se na narrativa do impedimento do seu desaparecimento, em que «(...) afasta-se o perigo de ver desaparecer totalmente este raro exemplar de arquitectura militar, que ainda que não completo actualmente deixa ajuizar bem o alto poder militar das ordens religiosas do período medievo em Portugal». DGEMN (SIPA), TXT.01081707-8 (ou TXT.00594406-7).

²⁹¹ Relativamente à adaptação do Mosteiro da Flor da Rosa em pousada, ver: Ferreira, «A ruína de hoje», 105–14.

²⁹² Vide figura 4 (Apêndice).

²⁹³ Vide figuras 2 e 3 (Apêndice).

²⁹⁴ DGEMN (SIPA), TXT.01590931.

²⁹⁵ DGEMN (SIPA), TXT.01590934.

²⁹⁶ Solicitação realizada sob a alegação da cessão de obras em 1945. DGEMN (SIPA), TXT.0183587.

²⁹⁷ DGEMN (SIPA), TXT.0183594-99.

O seguimento das obras encontrou dificuldades na relação entre o monumento e o município, devido ao uso próximo de explosivos para extração de saibro²⁹⁸, antes extraído por picagem; à instalação de um depósito de água, cujo melhor local deveria ser o castelo, como assim o foi²⁹⁹; e à colocação, seguida da retirada, de uma cruz luminosa no cimo da torre no castelo³⁰⁰. O restauro envolveu a reconstrução e a consolidação de trechos da muralha, construção e assentamento de ameias, rebaixamento de pisos térreos, construção de calçada e regularização do terreno junto à igreja, além da demolição de trechos e estruturas em alvenaria. Para a população, representou a chegada de investimentos para a vila, graças ao abastecimento de água.

No Alentejo, o abandono e a ruína seriam razão para a urgência na reparação do Castelo de Portel, pelo que a Câmara Municipal de Portel solicitou inspeção e reparações a 04 de junho de 1938, caso contrário, tornar-se-ia «(...) um montão de ruínas, o que é, deveras, para lamentar»³⁰¹. Apesar da recomendação de que «Aquilo é uma ruína e de ruína não tem de passar»³⁰² por parte da Direção de Monumentos Nacionais, a Câmara de Portel insistiu em verba para restaurar o monumento, ou, pelo menos, na quantia necessária para *salvá-lo da ruína*³⁰³. Na mesma região, foram iniciadas as obras no Castelo de Vila Viçosa (1939), estendidas às décadas seguintes.

Na região norte, o Paço dos Duques de Bragança (Guimarães) foi palco de obra de restauro pelo arquiteto Rogério de Azevedo, considerada «difícil» e «melindrosa», dado que se tratava de «exemplar único na Península»³⁰⁴. Os estudos feitos para o restauro e a reconstrução do monumento basearam-se em bens semelhantes em Portugal e no estrangeiro³⁰⁵, e constituíram uma feição estilística monumental. As obras (1937-1959) foram seguidas pela inauguração do monumento como Palácio Nacional – tornando-se também residência oficial do Presidente da República.

A existência, por todo o país, de monumentos degradados em processos de restauro reforçava a ideia una da nação que marchava pelo progresso material e moral, nas palavras da propaganda salazarista. Mesmo que classificados sem a alusão ao estado arruinado à época, eram as *pedras sagradas*, aos poucos recuperadas, que despertavam um sentimento celebrativo, emotivo e nacionalista, respaldado na comunicação social – como anunciado *n'O Século Ilustrado*.

²⁹⁸ DGEMN (SIPA), TXT.001851-73; 00183579-80.

²⁹⁹ DGEMN (SIPA), TXT.0183642-50.

³⁰⁰ DGEMN (SIPA), TXT.183682-84.

³⁰¹ DGEMN (SIPA), TXT.01618123.

³⁰² DGEMN (SIPA), TXT.01618131, Transcrição do parecer de Raul Lino sobre as Obras no Castelo de Portel, de 29 de julho de 1939, também disponível em: Neto, *Memória, propaganda e poder*, 2001, 326.

³⁰³ DGEMN (SIPA), TXT.01618140.

³⁰⁴ DGEMN, «IV - Obras de restauro», 1960, 25.

³⁰⁵ DGEMN, 25.

Montes de ruínas gloriosas, durante séculos choraram, por esse país fora, um desleixo e uma pobreza que eram os estigmas da nossa paisagem. Pode dizer-se que um castelo em ruínas era o 'ex-libris' de Portugal o símbolo da decadência, a saudade de épocas de esplendor, de poderio e de vitória. Ao pensar-se em 1940, na celebração dos Centenários da Fundação e da Independência, o Ministério das Obras Públicas continuando na sua obra formidável da salvação dos monumentos nacionais, obra que fala por si, sem adjectivos nem publicidades desnecessárias, enfrentou o problema. (...) Que castelos se vão arranjar ou estão em obras? Muitos. O de Leiria, sobressai. Mas temos o de Palmela, o da célebre Flôr da Rosa, o brinquedo clássico de Almourol, o de Belmonte, o de Vila Viçosa, o de Bragança, o da Giela, o da Feira, os de Celorico e Trancoso, o de Pombal, que viu a agonia do Marquês desterrado, o de Tomar, Melgaço, Valença, Óbidos, Monção, etc., um nunca acabar de pedras erguidas e limpas de entulho de séculos. (...) É essa uma obra do mais puro, mais elevado, mais sagrado nacionalismo que nestas páginas arquivamos com emoção onde cabe a exaltação duma política de ressurgimento que, hoje, nenhum português deixará de reconhecer no governo de Salazar³⁰⁶.

No mesmo período, a Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa foi assinada pelo Papa Pio XII e pela presidência portuguesa, a 07 de maio de 1940³⁰⁷. O documento garantia o retorno de templos, paços episcopais, residências paroquiais e outros bens religiosos à Igreja, exceto aqueles ocupados com órgãos públicos e/ou classificados como «monumentos nacionais» ou como «imóveis de interesse público». Além disso, entre outros, firmara o compromisso estatal com a conservação, reparação e restauração dos monumentos, conforme o art. 6º da Concordata. A aliança com a Igreja reforçava a estrutura de poder do governo através, mais uma vez, da conceção da restauração moral³⁰⁸. O discurso mantinha-se contrário às ruínas, nos sentidos conotativo e denotativo.

2.1.4.2 As ruínas e a DGEMN

Passadas em revista as intenções centrais do Estado Novo no que respeita às ruínas, é a vez de tratarmos dos desafios impostos ao cumprimento dessas políticas nos quadros da DEGMN. A formação académica e profissional dos técnicos foi a principal causa de

³⁰⁶ Trecho de *As Pedras Sagradas de Portugal*, de 27 de maio de 1939, *O Século Ilustrado* apud Correia, «Monumentos, Território e Identidade no Estado Novo», 588–89.

³⁰⁷ Documento disponível em: <<https://www.verbojuridico.net/legisl/outros/concordata.html>>, acedido a 15 de março de 2020.

³⁰⁸ A Conferência episcopal em Braga e de Lisboa (1932) regulou, no art. 35, a possibilidade de «7º edificar, reedificar, acrescentar e restaurar igrejas ou capelas ou ainda edifícios anexos». AHPL, PAT14-SP, D-01/01, Cx. 21, 013. Todavia, a responsabilidade material nas mãos do Estado foi confirmada em pesquisa no Fundo Cerejeira do Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa (AHPL), com a identificação da participação da Igreja em obras contemporâneas, como o planeamento para a construção de igrejas em bairros chamados económicos (Madre Deus, Campolide e Encarnação, por exemplo). AHPL, PAT14-SP, C-06/01, Cx. 18. Encontramos apenas uma menção sobre bens antigos, dois monólitos da Igreja de S. João das Lampas, Sintra foram solicitados pela Junta Nacional de Educação inicialmente para serem recolhidos no Museu Etnológico, posteriormente direcionados para o Museu Municipal (Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas). AHPL, PAT14-SP, C-03/01, 079.

embates com a direção central do órgão, pelo que citamos o papel de Raul Lino (1879-1974)³⁰⁹.

Nessas balizas teóricas, ele refletiu e escreveu sobre o espírito, a tradição e o nacionalismo existentes nas obras arquitetônicas, especialmente nas habitações portuguesas³¹⁰, desde o seu retorno a Portugal (1897), com ampla repercussão no país. Ora, «Teve enorme impacto ao nível da pedagogia por ter sustentado a ideologia da ‘casa portuguesa’ como símbolo da identidade nacional. Os seus livros foram festejados como *best-sellers* da arquitectura portuguesa da época e sobressaíram como exposições teóricas sobre concepção arquitectónica da habitação»³¹¹.

O convite do Instituto dos Arquitetos do Brasil³¹² levou o arquiteto ao nordeste e sudeste brasileiro (1935)³¹³, proferindo conferências em defesa do *Espírito da Arquitetura*, além de visitas e excursões. Os relatos da viagem foram compilados em *Auriverde Jornada*³¹⁴, narrada desde o trajeto em navio. Neste livro, R. Lino descreveu em detalhe o encontro com Lúcio Costa e Ângelo Bruhns (1896-1975), no Jockey Club, sobre o espírito das obras arquitetônicas que, segundo ele, era ausente no estilo moderno. Já L. Costa alertava que «Há tumulto, incompreensão, demolição sumária de tudo que precedeu; negação intransigente de pouco que vai surgindo – iconoclastas e iconólatras degladiam-se»³¹⁵, enquanto isso, havia pouco espaço para novas formas de arquitetura.

A defesa do arquiteto moderno centrava-se na aprendizagem com as novas técnicas, pois havia beleza também no presente. Seus argumentos foram prontamente refutados por Raul Lino, apontando que o novo ritmo – das máquinas – transformara a arquitetura num produto do capitalismo desenfreado, do racionalismo, do liberalismo e do ceticismo. Discordaram sobre um conceito caro para os dois: tradição. Para Lino, importava a alma e o espírito diante da herança material; Costa já acreditava que a herança também oprimia³¹⁶.

³⁰⁹ O arquiteto, com formação alemã pela Escola de Artes decorativas de Hannover e pelo atelier de Albrecht Haupt, foi influenciado pelo Movimento *Arts and Crafts*, assim como pelo pensamento de John Ruskin.

³¹⁰ Assunto central em publicações do arquiteto, como: *A Nossa Casa*. Apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples (1918); *A Casa Portuguesa* (1929); *Casas Portuguesas*. Alguns apontamentos sobre o architectar das casas simples (1933); *L'évolution de l'architecture domestique au Portugal* (1937).

³¹¹ Matos e Ramos, «Um encontro, um desencontro», 13.

³¹² Juntamente com Instituto Paulista de Arquitetos, Sociedade Brasileira de Belas-Artes e Instituto Histórico de Ouro Preto.

³¹³ Foram eles: Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

³¹⁴ Lino, *Auriverde jornada*.

³¹⁵ Lino, 91–92.

³¹⁶ Lino, 95–96. O respeito manteve-se, como foi possível constatar no Pavilhão brasileiro na Exposição do Mundo Português (1940), projetado por Lino, com destaque às colunas que poderiam ser alusivas aos pilotis, em formato de palmeiras; aliando-as a uma estrutura monumental, cf. Soeiro, «Espírito na arquitectura», 115–30.

A defesa de Raul Lino sobre a preservação dos monumentos nos moldes do restauro romântico coincidiu com o período de sua atuação na DGEMN. O arquiteto iniciou a atividade profissional neste órgão a partir da Repartição de Estudos e Obras de Monumentos (1936). Apesar de contrário às perspectivas da direção da DGEMN sobre as reintegrações estilísticas, Raul Lino foi designado Superintendente Artístico dos Palácios Nacionais (1939) e diretor do Serviço de Monumentos (1949).

Raul Lino comunga da perspectiva ruskiana da valorização da ruína, do seu carácter pitoresco, do valor estético da paisagem ou urbe envolvente, da alma do monumento traduzida na sua função original, para a qual foi concebido, e na sua vivência temporal. Opõe o conceito de *conservação* ao conceito de *restauro*, que considera deturpador dos valores enunciados e da verdade histórica³¹⁷.

A defesa do monumento enquanto documento foi comprovada nas palavras já aqui citadas do arquiteto, sobre as obras no Castelo de Portel «(...) julgo louvável que se trate apenas de conservar e não de restaurar no sentido comum. Aquilo é uma ruína e de ruína não tem que passar»³¹⁸. A recomendação da conservação das ruínas e da cautela nos reparos foram constantes no trabalho de Lino na DGEMN, e a sua autoria é atribuída à publicação comemorativa dos 15 anos de obras públicas da DGEMN³¹⁹. No livro, o cuidado dos monumentos, uma preocupação nacional, foi alinhado entre as preocupações histórico-científicas e a apreciação da Arte. Por isso, o documento continha críticas ao restauro estilístico de Viollet Le-Duc, recomendando a leitura de John Ruskin sobre conservação³²⁰.

Artisticamente, os monumentos são joias engastadas na paisagem ou nos centros urbanos; documentalmente, são focos de interesse que guardam os arcanos da História. – Menosprezar estes testemunhos do passado, seria ter a noção mesquinha de que o presente é um momento desligado das épocas que nos antecederam, seria encarar com uma indiferença animalesca as gerações que atrás de nós não de vir³²¹.

Raul Lino promoveu, igualmente, a circular sobre «Conservação de Monumento», com princípios sobre conservação teorizados pelo Prof. Dr. Linus Birchler na DGEMN, em julho de 1949. O documento registava a importância da ruína histórica, pois «Por vezes objectos destituídos de interesse artístico podem ter extraordinária importância histórica,

³¹⁷ Neto, *Memória, propaganda e poder*, 2001, 269–70.

³¹⁸ DGEMN (SIPA), TXT.01618131, Transcrição do parecer de Raul Lino sobre as Obras no Castelo de Portel, 29 de julho de 1939, também disponível em Neto, *Memória, propaganda e poder*, 2001, 326.

³¹⁹ Os textos «A propósito da Sé de Funchal» (1941) e «15 anos de Obras Públicas 1932-1947» (DGEMN, 1948), são atribuídos à Raul Lino por Neto, *Memória, propaganda e poder*, 2001, 238. O segundo texto foi replicado por Gomes da Silva no «Livro de Ouro dos 15 anos de Obras Públicas 1932-47», cf. Neto, *Memória, propaganda e poder*, 2001, 238–39. Para este texto, mencionamos uma réplica anterior, no *Boletim da DGEMN* n.º 24.

³²⁰ DGEMN, *15 anos de Obras Públicas*, 7–8.

³²¹ DGEMN, 8.

devendo por isso ser poupados custe o que custar»³²². Os embates ideológicos sobre a matéria mantiveram-se na DGEMN, ficando registados na bibliografia da época, entre críticas e questões, como é exemplo o texto do então diretor geral Henrique G. da Silva direcionado a Raul Lino no Boletim da instituição, em 1941.

De acordo com o engenheiro, havia quem defendesse a manutenção do monumento enquanto ruína e chamasse «fúria demolidora» à prática da DGEMN. Por isso, questiona-se «De que nos vale o pitoresco se, como tantas vezes tem acontecido, o desmoronamento das paredes, das muralhas, e das coberturas têm sido por vezes de tal natureza que só ruínas ficam restando da construção?»³²³. Os críticos deveriam, em sua visão, conhecer mais os monumentos portugueses, a fim de melhor orientarem o restauro. Considerou-se, portanto, uma conveniência pitoresca ou mera poesia o ato de sustentar os monumentos em ruínas, pois: «É, sem dúvida, muito interessante e de bom efeito a frase já corrente: deve-se “manter as ruínas”. Mas o que será «manter as ruínas» no nosso País? É deixar cair, arruinar, perder-se para sempre todo o Património Artístico da Nação?»³²⁴.

O embate percebido em publicações internas ou externas à DGEMN exemplifica a diversidade dos pensamentos existentes nessa repartição, em que cada processo de restauro pode ser considerado único, principalmente depois do âmbito das obras destinadas ao *Duplo Centenário*. A maior atenção aos estudos e às particularidades dos monumentos tornaram-se mais presentes ao longo da segunda metade do século, também motivada pela atuação conjunta entre direções distintas da administração pública e pelo papel dos técnicos da DGEMN, entre os quais Amoroso Lopes.

Por outro lado, a Guerra Colonial portuguesa (1961-1974) deu uma nova ordenação às finanças do país, sobrando à gestão de monumentos bem menos dinheiro do que era provido antes. Mesmo assim, as obras da igreja de Santa Engrácia foram concluídas em 1966, estando o monumento apto a tornar-se o Panteão Nacional³²⁵. A iniciativa foi mais um esforço do regime no que respeita ao mote da reconstrução nacional, utilizando-se de um dos símbolos da procrastinação que já existira no país, pois essa igreja quinhentista e inacabada era popularmente vista como a obra sem fim.

³²² Conservação de Monumentos, julho de 1949, em Neto, *Memória, propaganda e poder*, 2001, p. 328. O documento na íntegra está disponível em Neto, 2001, p. 327–29.

³²³ Silva, «A Reintegração dos Monumentos», II.

³²⁴ Silva, XIII.

³²⁵ A adaptação do monumento nacional a Panteão Nacional fora pensada desde a Corte Constituinte de 1837, pelo deputado Mariano Franzini, publicizado pela voz de Ramalho Ortigão (1896), com a elaboração de projeto para conclusão das obras no seio do Conselho Superior de Monumentos Nacionais (1906). Durante a República, a mesma proposta foi apresentada por Francisco Ramos da Costa no parlamento (1913), com a posterior publicação de lei sobre o tema, a 29 de abril de 1916. Ainda assim, a igreja permanecia inacabada, pelo que uma comissão foi criada em 1934, a fim de concluir o monumento – como conseguido em 1966, cf. Melo et al., *Obras de Santa Engrácia*, 80–84.

2.1.5 O património cultural legislado, a sensibilidade patrimonial e os restos

Após o 25 de abril (1974), a democracia que retornava ao país exigia uma nova constituição (1976), que confirmou o papel do Estado na defesa e na preservação dos monumentos. As transformações políticas contribuíram para a aceleração de um processo de desenvolvimento da gestão do património cultural no país, embora a classificação ainda fosse o maior instrumento protetivo utilizado³²⁶.

A Lei do Património Cultural Português n.º 13, de 1985³²⁷ regulou a gestão da memória nacional e foi, por si própria, um avanço ao propor legalmente a aplicação do conceito de «património cultural», composto por «(...) todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo»³²⁸.

Os bens imóveis poderiam ser classificados como monumentos, conjunto e/ou sítio, sob zonas especiais de proteção³²⁹. O património arqueológico também foi regulado, pelo que se deveria realizar anualmente um plano de trabalhos arqueológicos por parte do Ministério da Cultura, que refletisse sobre, entre outros, a conservação de sítios, monumentos, estações e espólios recuperados. As normas de proteção e pesquisa sobre o tema também foram reguladas para a atuação do, então, Instituto Português do Património Cultural (IPPC)³³⁰.

O património arqueológico desenvolveu-se nos anos 1980, de acordo com V. O. Jorge, com o aprimoramento da qualidade do ensino e da pesquisa em arqueologia na universidade portuguesa, como são exemplos as pesquisas no Gabinete da Área de Sines ou no Campo Arqueológico de Mértola; pelo crescimento no número de publicações, com uma maior qualidade gráfica das edições dos trabalhos arqueológicos, mesmo que em língua estrangeira. O surgimento de novos museus, o desenvolvimento de trabalhos de grande porte, de inventariação ou carta arqueológica, além da criação do IPPC (1980) e, neste, do Departamento de Arqueologia e dos Serviços Regionais de Arqueologia (1981) contribuíram para o avanço da ciência³³¹.

Rui Parreira destacou, no âmbito dos anos oitenta e das citadas mudanças institucionais, o aumento das intervenções de emergência e preventivas e da preservação do património arqueológico *in situ*. Nesse contexto, o Museu de Conímbriga foi central no campo da conservação e do restauro, na formação técnica e no incentivo à

³²⁶ Pereira, «Sob o signo de Sísifo», 261–63.

³²⁷ Lei do Património Cultural Português n.º 13, publicado no DR n.º 153, Série I, de 06 de julho de 1985, 1865-1874, disponível em: <<https://dre.pt/application/conteudo/182874>>, acedido a 20 de março de 2020.

³²⁸ Idem, p. 1865, art. 1º.

³²⁹ Idem, p. 1866-1868, artigos 7º, 8º e 22º.

³³⁰ Idem, p. 1870-1871, capítulo IV.

³³¹ Jorge, *Arqueologia, património e cultura*, 162–64.

interdisciplinaridade, com as aproximações entre a arqueologia e a arquitetura, a engenharia e a museologia. Também importa referir as ações de conservação de Tongobrida, em Marco dos Canavezes, que levaram à fundação do gabinete de gestão, investigação e valorização da Escola Profissional de Arqueologia do Freixo, e a parceria com as Secretarias do Estado do Turismo e da Cultura para o programa *Itinerários Arqueológicos do Alentejo e do Algarve*, para, entre outros, a investigação, as intervenções de conservação e restauro e a criação de estruturas de acolhimento e de interpretação³³².

Num âmbito transnacional e económico, a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, assinada a 12 de junho de 1985 por Mário Soares, repercutiu na gestão do património cultural português. Desde a inclusão lusitana no grupo económico, o país «(...) tem tido pleno acesso aos instrumentos financeiros que visam apoiar o desenvolvimento dos países e regiões mais desfavorecidos do território europeu»³³³, com recursos financiados pelo bloco votados à convergência com a Europa e à coerência interna, nos termos do desenvolvimento económico e da redução das disparidades socioeconómicas regionais³³⁴.

Desde os primeiros momentos, no meio de obras estruturais, como o Aeroporto de Ponta Delgada ou a conclusão da autoestrada A1, as construções financiadas pelos fundos europeus aproximavam o país dos seus vizinhos, como também revelavam as consequências do acordo económico firmado. Similarmente, traria implicações diretas nas políticas culturais, nomeadamente no financiamento e na regionalização dos projetos patrimoniais, que adotaram premissas modernas no campo das teorias do restauro.

Na «encruzilhada» da arqueologia na década de 1990, nas palavras de Oliveira Jorge, o IPPAR e as autarquias diversas contratavam arqueólogos e promoviam ações nessa área, registando um salto em termos de qualidade na profissão e no campo de trabalho³³⁵. As informações arqueológicas foram objeto de análise do IPPAR. Em 1995, foi lançado o *Endovellicus*, uma base de dados com os sítios arqueológicos classificados ou não classificados, desenvolvidos a partir do sistema integrado de informação do património arqueológico imóvel do IPPC, informatizado em 1989³³⁶.

Por outro lado, um dos momentos mais marcantes da atuação do IPPAR foi o escândalo provocado pela descoberta de gravuras rupestres paleolíticas singulares do Vale do Côa. A preservação das gravuras mobilizou a opinião pública e os arqueólogos portugueses em 1995, em prol da defesa do monumento, em repúdio à demora do IPPAR em informar sobre a existência destas – quando tinham sido descobertas pelo menos um

³³² Parreira, «A conservação e o restauro do património arqueológico imóvel em Portugal», 355–56.

³³³ Pires, «30 anos de Fundos Estruturais (1986-2015)», 19.

³³⁴ Pires, 22.

³³⁵ Jorge, *Arqueologia, património e cultura*, 166.

³³⁶ Leite, «O Inventário do Património Imóvel em Portugal», 342.

ano antes, em 1994 –, e contra a construção da barragem planeada para o local, que deixaria as gravuras submersas³³⁷. Do imbróglio, sucedeu a criação do Parque Arqueológico do Vale do Côa (1996) e a inscrição da 1998, da Arte Pré-histórica do Vale do Côa como *Património da Humanidade*.

A criação do Ministério da Cultura e a nova orientação para a arqueologia, segundo Jacinta Bugalhão, encetou um momento auspicioso para a arqueologia em Portugal, com a criação do Instituto Português de Arqueologia (IPA), em 1997, e a reforma do quadro legal e de regulamentação da matéria no país, em que se ratificou a Convenção de La Valleta (Malta), por exemplo³³⁸.

Entre 1997 e 2008, ter-se-á vivido a fase mais florescente, regulada e apoiada da história da Arqueologia portuguesa, não obstante os múltiplos e complexos problemas que permaneceram por resolver. O quadro jurídico estruturou-se e estabilizou-se. Esteve em funções o único (até hoje) organismo público tutelar autónomo e especializado em Arqueologia que, no quadro orgânico em que se inseria na estrutura do Estado (em que igualmente figuravam o IPPAR2 e o Instituto Português de Museus), concretizou o modelo mais adequado e eficaz de gestão da actividade arqueológica e do Património arqueológico, quer na perspectiva preventiva, quer nas perspectivas da investigação e da valorização. Numa situação até aí inédita, o IPA assumiu frontalmente o estatuto de organismo tutelar regulador e fiscalizador, sem objectivos de intervenção directa, separando as esferas de acção do Estado e da comunidade arqueológica em geral. Em paralelo, assumiu directamente a prioridade do apoio à investigação científica e da sua qualificação, apostando em sectores de vanguarda ou marginais, como a Arte e o Património Rupestre, a Arqueologia Náutica e Subaquática e as arqueociências³³⁹.

A atual *Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural*, a Lei n.º 107, de 2001³⁴⁰, surgiu como uma descrição mais detalhada sobre a composição do património arqueológico, descrito no texto como «(...) depósitos estratificados, estruturas, construções, agrupamentos arquitetónicos, sítios valorizados, bens móveis e monumentos de outra natureza, bem como o respetivo contexto, quer estejam localizados em meio rural ou urbano, no solo, subsolo ou em meio submerso, no mar territorial ou na plataforma continental»³⁴¹.

A proteção dos bens assenta na classificação e no inventário, cujos âmbitos de classificação subdividem-se em: monumentos nacionais, de interesse público, interesse municipal e *Patrimónios da Humanidade*. As estruturas de colaboração particular e civil

³³⁷ Relativamente ao imbróglio na preservação do Vale do Côa, ver Ribeiro e Zilhão, «O Escândalo do Côa».

³³⁸ Bugalhão, «A Arqueologia em Portugal entre o final do século XX e o início do século XXI (1970 – 2014)», 612–13.

³³⁹ Bugalhão, 622.

³⁴⁰ Lei n.º 107/01, publicada no Diário da República n.º 209, Série I-A, de 08 de setembro de 2001, p. 5808-5829, disponível em: <<https://dre.pt/application/conteudo/629790>>, acedido a 25 de março de 2020.

³⁴¹ Idem, p. 5821, art. 74º.

internacional foram asseguradas, assim como o direito à fruição, desde que resguardadas as questões de segurança, preservação, conservação e funcionalidade.

As ruínas, no texto da lei, foram citadas quanto à autorização de demolição, para casos em que os monumentos já estejam demasiado comprometidos estruturalmente³⁴², assim como no conceito de património arqueológico – mesmo que indiretamente.

1. Integram o património arqueológico e paleontológico todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução do planeta, da vida e dos seres humanos: a) Cuja preservação e estudo permitam traçar a história da vida e da humanidade e a sua relação com o ambiente; b) Cuja principal fonte de informação seja constituída por escavações, prospecções, descobertas ou outros métodos de pesquisa relacionados com o ser humano e o ambiente que o rodeia. 2. O património arqueológico integra depósitos estratificados, estruturas, construções, agrupamentos arquitectónicos, sítios valorizados, bens móveis e monumentos de outra natureza, bem como o respectivo contexto, quer estejam localizados em meio rural ou urbano, no solo, subsolo ou em meio submerso, no mar territorial ou na plataforma continental³⁴³.

Apesar da ausência de uma pormenorização sobre as ruínas, os avanços no campo do património arqueológico ampliaram as possibilidades de proteção, compreensão e uso das ruínas – principalmente a partir dos apontamentos da Carta de Veneza de 1964 e após a redemocratização do país. Ainda assim, não podemos esquecer que, como todo país, há questões por serem resolvidas e limadas no que se refere à consolidação e exposição de estruturas arruinadas, com ressalvas a programas de sucesso e a existência do debate e da contestação pública relativamente à gestão do património cultural.

O IPA foi descontinuado em 2007. No âmbito do património cultural, foi criado o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR) e cinco Direções Regionais de Cultura (do Norte, do Centro, de Lisboa e Vale do Tejo e do Alentejo e Algarve). Em 2012, foi substituído pela Direção Geral do Património Cultural (DGPC), representando uma significativa queda da presença da arqueologia no serviço público. Jacinta Bugalhão assinala o revés para a arqueologia no país devido à ausência de financiamento dirigido diretamente para a área, pelo que boa parte da atividade arqueológica permaneceu financiada pelos municípios³⁴⁴.

As ruínas ainda predominam enquanto património arquitetónico imóvel, ao invés do arqueológico (ou uma possível proposta dupla) no serviço do património português. A assertada atenção dada ao património arqueológico romano e anterior, entretanto, não impediu a visibilidade de ruínas medievais ou de outras épocas enquanto ruínas e, portanto, bens arqueológicos e arquitetónicos.

³⁴² Idem, p. 5816, art. 49º.

³⁴³ Idem, p. 5821, art. 74º.

³⁴⁴ Bugalhão, «A Arqueologia em Portugal entre o final do século XX e o início do século XXI (1970 – 2014)», 628–29.

O desenvolvimento e o aumento das pesquisas em arqueologia medieval foram registadas desde a década de 1980, sendo também divulgados em congressos, como *I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*, em Setúbal (1985), e a *IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*, em (1992), o *8º Congresso Internacional de Estelas Funerárias*, em Lisboa (2005) ou o *Al-Andalus, Espaço de Mudança*, em Mértola (2005)³⁴⁵.

O desejável cruzamento dos dados arqueológicos e das informações fornecidas pelas fontes escritas tem encontrado um campo de progressão favorável na arqueologia medieval cristã, sobretudo pela maior abundância de documentação face a anteriores cronologias. Ele tem sido contudo um recurso mais frequente para a contextualização e leitura de monumentos do que para a análise socio-política e económica. (...) Outro aspecto a realçar é o dos estudos integrados, no âmbito da recuperação, restauro e valorização de edifícios de valor patrimonial, grande parte deles enquadráveis no período medieval, que têm vindo a conhecer evoluções muito positivas. Neste contexto, é crucial o papel da arqueologia, a par da história da arte e da arquitectura. Um novo desafio se apresenta, nos dias de hoje, ao arqueólogo medievalista que acompanha projectos deste tipo: o da arqueologia da arquitectura, que vem ganhando adeptos em Espanha e que entre nós tem conhecido preliminares experiências, no âmbito das acções de reabilitação do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR)³⁴⁶.

Os avanços manifestados pelas pesquisas e escavações arqueológicas em Portugal vaticinam novos alargamentos da investigação e da preservação do passado português. Certamente, o trabalho nos monumentos é uma realidade assente na arqueologia urbana, a exemplo das duas ruínas que pormenorizaremos nos capítulos seguintes.

2.2 As ruínas americanas: Brasil

2.2.1 A história pátria, a ciência, as viagens: Brasil nos séculos XVIII e XIX

Não há indícios da proteção patrimonial no Brasil Colonial na bibliografia sobre o tema, apenas citações do direito português, nomeadamente do já mencionado Alvará régio de 20 de agosto de 1721, de D. João V, seguido pelo Alvará de 04 de agosto de 1802, de D. João, então príncipe regente. Apesar da inaplicabilidade desses documentos às colónias, Rodrigo Melo Franco de Andrade, defendeu a sua influência perante a salvaguarda de edificações no Brasil Colonial, que exemplifica com a carta do vice-rei do Brasil, Conde das Galveias, ao governador da Capitania de Pernambuco, em 1742³⁴⁷, sobre o arruinamento da memória dos acontecimentos da região, caso o Palácio das Duas Torres³⁴⁸ fosse destruído, como era previsto³⁴⁹.

³⁴⁵ Fernandes, «Arqueologia medieval em Portugal», 153–65.

³⁴⁶ Fernandes, 163–64.

³⁴⁷ Andrade, *Rodrigo e o SPHAN*, 66.

³⁴⁸ Obra encomendada por Maurício de Nassau aquando do domínio holandês no Brasil.

³⁴⁹ Miranda, *Tutela do Patrimônio Cultural Brasileiro*, 1.

No dealbar do Império Brasileiro, a Carta Magna foi outorgada por D. Pedro I³⁵⁰ a 25 de março de 1824, aquando da sua breve e autoritária administração imperial (1822-1831), a primeira da nação que era livre desde 07 de setembro de 1822³⁵¹. A Constituição de 1824, cuja redação final foi de José J. Carneiro de Campos, cerceou o poder político do imperador, dilatado com o poder moderador³⁵². Outras preocupações foram marginalizadas, entre as quais as ponderações sobre os monumentos ou sobre políticas nacionalistas, como o estímulo à promoção de uma identidade brasileira, comumente chamada de “brasilidade”.

Por outro lado, o Código Criminal brasileiro, publicado a 16 de dezembro de 1830, regulava os atos considerados prejudiciais aos monumentos, como: «Destruir, abater, mutilar, ou danificar monumentos, edifícios, bens públicos, ou quaisquer outros objetos destinados à utilidade, decoração, e recreio público»³⁵³. A medida punitiva assegurava a consciência da existência de edifícios notáveis e/ou entendidos enquanto monumentos, mas não é possível parametrizar os primeiros anos do Império, ou, d’antes, para a Colónia, a partir das ações esparsas votadas aos monumentos, ainda exordiais.

Após a abdicação de D. Pedro I, o conturbado período Regencial (1831-1840) levou à ascensão antecipada de D. Pedro II ao poder, aos quatorze anos, como mais um passo para a contenção dos conflitos regionais que se estavam a estender pelo país, como a Farroupilha, no Rio Grande do Sul (1835-1845) e a Balaiada, no Maranhão (1838-1841).

O Segundo Reinado (1840-1889) tornou-se um período paradoxalmente propenso à reflexão das ciências e da identidade nacional a partir do novo monarca, num país que ainda sustentava a infraestrutura colonial, da qual sublinhamos a monocultura, o latifúndio, a escravidão (até 1888) e a produção voltada para o mercado externo.

O passado nacional e o que se pretendia enquanto Brasil ganharam espaço em temas de debate e de estudo no governo de D. Pedro II, principalmente devido ao seu interesse pela pesquisa científica. O incentivo e a institucionalização das ciências foram estratégias utilizadas pelo monarca para a ilustração pessoal, em que sublinhamos o apoio facultado às artes, com a Academia Imperial de Belas-Artes (AIBA, 1816), apadrinhada pelo mesmo, à educação, com o Colégio D. Pedro II (1837) e, entre outros, à história, por meio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB, 1838)³⁵⁴.

³⁵⁰ Ou D. Pedro IV de Portugal.

³⁵¹ Logo, emancipando-se das amarras do *Reino Unido de Portugal, Algarve e do Brasil* (1815) e as demais obrigаторiedades com a antiga Metrópole

³⁵² Oliveira, «A ideia de império e a fundação da monarquia constitucional no Brasil», 59.

³⁵³ Código Criminal do Império do Brasil, de 16 de dezembro de 1830, art. 178º, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>, acedido a 10 de abril de 2020.

³⁵⁴ As três instituições – a AIBA, o Colégio D. Pedro II e o IHGB – foram listadas por Almir F. B. Oliveira como pontos-chave para a discussão da memória no país, cf. Oliveira, «Memória, História e Patrimônio Histórico», 53.

A AIBA foi fundada por meio de decreto em 1816, começando a funcionar uma década depois. A afirmação institucional da academia, cujo corpo docente era plurinacional, foi acentuada a partir das direções de Félix-Émile Taunay (1834-1851) e Manuel de Araújo Porto-Alegre³⁵⁵ (1854-1857). No Império, representou o projeto político para a formação de uma identidade cultural nacional pela produção artística, nomeadamente com retratos, pinturas e esculturas. Nestes dois últimos, a influência romântica é percebida na eleição das temáticas histórica e na idealização indígena, dos quais ressaltamos como exemplos *Batalha de Guararapes* e *Moema*, de Vitor Meireles³⁵⁶.

O Colégio D. Pedro II foi uma das balizas do ensino secundário e da formação de professores no país, mas que não deve ser compreendido como um modelo educacional do período, face às numerosas formas de ensino existentes à época, inclusive com a educação doméstica³⁵⁷. A sua contribuição na construção de uma identidade nacional, situou-se na educação propedêutica das elites imperiais, exemplificada, entre outros, pela criação da cadeira de *História Pátria* em 1850, comumente associada aos membros do IHGB. Esta última, pode ser utilizada como exemplo da associação entre a disciplina histórica e a promoção dos nacionalismos no Brasil³⁵⁸.

A construção da concepção de «nação» na elitista historiografia oitocentista brasileira não teve em suas bases a oposição à antiga metrópole, mas a sua continuidade, enquanto desenrolamento de uma civilização branca e europeia nos trópicos. Nesse contexto, o IHGB tornou-se a referência do projeto nacional identitário do Império, sob proteção e apoio financeiro régio³⁵⁹.

Escudado em José Honório Rodrigues, Temístocles Cezar coloca o momento da fundação do IHGB como equivalente aos primórdios da pesquisa histórica no país – uma história de cunho nacional e inserida no processo de construção da identidade da nação. As primeiras preocupações foram de ordem metodológica, relativamente ao fazer histórico, as fontes e a escrita do texto a partir do ponto de vista nacional. A história geral do Brasil seria pensada, deste modo, ao sabor da ideia de unificação da nação³⁶⁰.

O historiador despontava como um sacerdote, na análise de T. Cezar, pois, entre a ciência e o uso político da história, «Efetivamente, fazer a história da nação torna-se uma

³⁵⁵ Este, também era sócio do IHGB.

³⁵⁶ Pereira, «Revisão historiográfica da arte brasileira do século XIX», 95–97. É ainda digna de nota a representação da paisagem e da representação multirracial nas obras, temas menos presentes, mas que foram sensíveis à AIBA, ao menos em suas exposições anuais; como também a gravura e a fotografia. Pereira, 97–98.

³⁵⁷ Mendonça et al., «A criação do Colégio de Pedro II e seu impacto na constituição do magistério público secundário no Brasil», 987–92.

³⁵⁸ Souza, «Ensinando a ser brasileiro», 47–48.

³⁵⁹ Guimarães, «Nação e Civilização nos Trópicos», 6–9.

³⁶⁰ Cezar, «Lição sobre a escrita da história», 11–19.

missão sacerdotal»³⁶¹. O papel dos discursos e dos periódicos neste momento, como no caso português, foi essencial para a divulgação dessas ideias. Nesse sentido, a *Revista do IHGB* (R.IHGB) foi inicialmente publicada em 1839.

Nesse contexto, de modo pioneiro, o instituto lançou o concurso de texto que indagava sobre “Como se deve escrever a história do Brasil”, que foi vencido por Karl von Martius (1794-1868). O trabalho homônimo, divulgado pela R.IHGB, atentou para a ausência de conhecimento sobre os «habitantes primitivos do Brasil»³⁶², além das lacunas de informações sobre os seus monumentos visíveis ou mesmo uma proposta de periodização. Por isso, o botânico alemão especulou se não seriam os indígenas «ruínas de povos»³⁶³, em outras palavras, se não eram originários de outras civilizações americanas mais antigas – como no restante da América Latina.

Com vários pressupostos ainda por serem investigados, o cientista que chegou ao Brasil na comitiva da Imperatriz Leopoldina afirmou que «Não poderá o historiador brasileiro deixar de se perscrutar igualmente as ruínas de Papantla, México, Uxmal, Copan, Quito, Tiaguanaco, &c., se quiser formar um juízo geral sobre o passado dos povos americanos»³⁶⁴. Apesar de ainda não terem sido encontradas ruínas como essas no Brasil, concluía que isso não apontava para a sua inexistência, pelo que esse *status quo* solucionar-se-ia com a realização de pesquisas arqueológicas e de viagens a procurá-las.

O trabalho de Martius compôs o projeto historiográfico nacional, seguido editorialmente pela R.IHGB e corroborado por historiadores, como Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878). Os primeiros textos do periódico foram direcionados, principalmente, ao tema indígena³⁶⁵, às viagens e excursões científicas e à história regional. Cabe igualmente realçar a procura e localização das fontes no exterior, como em Portugal e em Espanha, e o incentivo exploratório pelo interior do país inserido numa tentativa de compilação de material científico para se produzir uma história nacional³⁶⁶.

A escassez da cultura material indígena, nomeadamente as estruturas arruinadas indígenas, à semelhança dos interesses de Martius, manteve-se. Não foram ostentados grandes achados arqueológicos no período, apesar da existência dos sambaquis. A inquietação em identificar resquícios grandiosos e monumentais, entretanto, é digna de nota. O património arqueológico das populações indígenas foi entendido, dessa forma, como

³⁶¹ Cezar, 24.

³⁶² Martius, «Como se deve escrever a história do Brasil», 384.

³⁶³ Martius, 385.

³⁶⁴ Martius, 388.

³⁶⁵ Os primeiros números do periódico confirmaram a atenção dada à época para a temática indígena, aos moldes do ideal romântico, vista a partir de questões sociais e culturais, das quais destacamos o estudo linguístico. Ainda assim, cabe lembrar que «(...) por meio do indianismo, realizava-se um velamento da colonização», cf. Schwarcz, *As Barbas do Imperador - D. Pedro II um monarca nos trópicos*, 148.

³⁶⁶ Guimarães, «Nação e Civilização nos Trópicos», 18–20.

«estagnado e inferior», pois não correspondia, por exemplo, ao passado do Oriente Próximo, o «berço da civilização»³⁶⁷.

Relíquias pré-históricas têm sido estudadas desde meados do século XIX devido a diversos fatores, e o não menos importante é a relevância atribuída pelas autoridades imperiais à modelagem de uma identidade nacional brasileira. Como a independência do Brasil não foi apenas pacífica, mas também liderada por nobres portugueses, as raízes indígenas foram utilizadas para forjar uma nova identidade, na maior parte do tempo superficial, mas, em todo caso, a corte no Rio de Janeiro foi sutil ao introduzir uma imagem nativa para a perspectiva do mundo europeu. O Imperador Pedro II, ele próprio um erudito, apoiava os movimentos realizados pelos intelectuais para sustentar a idealização. Nesse contexto, o Museu Nacional, na corte do Rio de Janeiro, incluía o patrimônio europeu e indígena de forma que a velha cidade do Rio de Janeiro, a capital de todo o Império Português por vários anos após a invasão de Portugal em 1808, nunca mais perderia sua ligação com um aspecto cosmopolita. A curadoria arqueológica era, assim, um projeto claro de estratégia imperial³⁶⁸.

De modo semelhante, as primeiras manifestações de história brasileira, oitocentista, também segregaram a herança indígena e africana, como analisado por A. Wehling relativamente à obra de F. A. Varnhagen³⁶⁹.

Era ponto pacífico para o autor que os povos sem escrita, como os indígenas ou os africanos, deveriam ser objeto da etnografia e não da história. A rigor, para ele como para os historiadores historicistas em geral, penetrados de hegelianismo, estes povos tinham apenas existência, não história. Os colonos portugueses, porém, tinham história e a trouxeram consigo ao atravessarem o oceano³⁷⁰.

Francisco A. Varnhagen defendeu o surgimento de uma consciência nacional a partir da literatura setecentista, que teve como marcos os poemas «O Uruguai» (Basílio da Gama, 1769) e «Caramuru» (Santa Rita Durão, 1781); por outro lado, defendia o aprisionamento e subjugo indígena e criticava a valorização e o enaltecimento românticos aos indígenas na mesma literatura nacional. Num dos trabalhos de Varnhagen, *História Geral do Brasil*, a apresentação do período colonial fez-se, nesse sentido, sem que o devido crédito histórico fosse atribuído às pluralidades internas existentes no Brasil³⁷¹.

O incentivo de D. Pedro II aos estudos sobre Arte e História no Brasil não reverberaram numa política patrimonial nacional. O único registo nesse tema foi um documento administrativo, o «Aviso de 13 de dezembro de 1855», do Conselheiro Luiz Pedreira de Couto Ferraz, Ministro do Império, aos Presidentes das Províncias e ao Diretor

³⁶⁷ Funari e Mourad, «Curadores do Império», 21.

³⁶⁸ Funari e Mourad, 26.

³⁶⁹ Um problema ainda atual a ser enfrentado pelas universidades brasileiras e estrangeiras, cabe aqui ressaltar.

³⁷⁰ Wehling, *Estado, história, memória*, 160.

³⁷¹ Wehling, 160–94.

de Obras Públicas da Corte, que discorria sobre os cuidados especiais a serem tomados na restauração de monumentos, nomeadamente a proteção de inscrições neles gravadas³⁷².

O discurso e a crítica do monarca contra o vandalismo aos monumentos ocorreram ao examinar o estrangeiro, sobretudo o Egito, durante suas viagens. O *imperador yankee*³⁷³ ou o monarca leitor, assíduo frequentador do IHGB e mecenas, viajou em três momentos para o exterior (1871/1872, 1876/1876 e 1887/1888) com caráter não oficial – o que não o impediu de ser recebido com honras de Estado ou de ter contactado intelectuais, cientistas e personalidades políticas em cada embarque realizado. A popularidade do Brasil no estrangeiro foi bem conseguida com estas viagens, assim como «Esta imagem civilizada, que o monarca tanto queria passar no exterior, era também divulgada e apreciada na corte brasileira, igualmente dada a estrangeirismo»³⁷⁴.

O interesse pela egiptologia levou D. Pedro II ao norte africano em 1871/1872 e 1876/1877. Logo na primeira viagem, o monarca tornou-se membro honorário do Instituto de Arqueologia do Egito, onde apresentou conferência científica em novembro de 1871³⁷⁵. A descrição pormenorizada dos lugares e monumentos visitados pode ser encontrada nos diários, roteiros de viagem, manuscritos avulsos e, entre outros, correspondências³⁷⁶ deixados pelo rei, com registos de pesquisa, descrição dos elementos arquitetónicos de monumentos e anotações diversas.

Dentre essas, muitas foram acompanhadas pelas críticas ao seu estado de degradação, como as Ruínas de Karnak, que D. Pedro II considerou «(...) impossível fazer compreensível descrição dessa babilônia em ruínas»³⁷⁷, e as Ruínas de Denderah e Abydos, antiga Thenis, em que o monarca regista que «(...) são flagrantes os vestígios de incrível vandalismo. O Quediva bem poderia gastar uma parte da soma, que prodigaliza com seus palácios, na conservação desses monumentos, tão interessantes para o estudo do Alto Egito»³⁷⁸.

A preocupação com a conservação do património egípcio por parte de D. Pedro II foi expressa em correspondência com o vice-rei Ismail, em que segundo o monarca, os monumentos femininos eram aqueles que mais sofriam o golpe do martelo³⁷⁹. Em uma segunda viagem, na companhia de pesquisadores e personalidades da egiptologia – como

³⁷² Miranda, *Tutela do Patrimônio Cultural Brasileiro*, 2.

³⁷³ Alcinha recebida por D. Pedro II aquando de sua visita aos Estados Unidos da América (1876).

³⁷⁴ Schwarcz, *As Barbas do Imperador*, 385.

³⁷⁵ Khatlab, *As viagens de D. Pedro II*, 37. As cidades de Alexandria, Suez, Ismaília, Port Said, Cairo, Mênfis, Sakkarah, assim como as pirâmides de Quéops, Quéfren e Miquerinos e a Esfinge de Gizé, foram os lugares visitados nessa primeira viagem ao país africano.

³⁷⁶ Cabe aqui realçar as cartas enviadas à Condessa de Barral, sempre com detalhes dos lugares visitados.

³⁷⁷ D. Pedro II *apud* Khatlab, *As viagens de D. Pedro II*, 278.

³⁷⁸ D. Pedro II *apud* Khatlab, 273.

³⁷⁹ Khatlab, 37; 273–74.

Auguste Marietti (1821-1881) – D. Pedro II proferiu uma palestra a 13 de janeiro de 1877 em que, segundo Debanné:

(...) sua alma de artista e de amigo das sciencias, indignada deante do abandono em que se achavam os monumentos do antigo Egypto, denunciou-nos esse crime de lesa-belleza e de lesa-ciencia, o chamou nossa atenção para o «Vandalismo dos viajantes»³⁸⁰.

Podemos inferir o uso do termo «vandalismo» à influência de Victor Hugo³⁸¹ ou de Alexandre Herculano³⁸², que foram amigos e correspondentes de D. Pedro II. O contato com intelectuais, cientistas e outras personalidades foi frequente, conforme o próprio D. Pedro II expunha em seus escritos, o que pode tê-lo aproximado de assuntos caros à política europeia³⁸³, como a proteção dos monumentos. Do mesmo modo, é possível que ele se tenha sensibilizado a partir das experiências vividas nas suas viagens.

As duas viagens seguintes do monarca teriam motivações distintas. O roteiro iniciado em 1876 abrangeu a América do Norte, com passagens pela Europa, Ásia Menor, Oriente Médio e, por fim, Egito e Núbia Sudanesa. Mais uma vez, as ruínas e o contato com pesquisadores foram marcantes, como a visita a Micenas, Corinto e outras ruínas gregas na companhia do arqueólogo Heinrich Schliemann, ou a contemplação das Ruínas de Baalbek³⁸⁴.

O tema das ruínas, como se pode inferir, esteve presente nas viagens, nas correspondências e nos contatos realizados – inclusive na perspectiva arqueológica. O conhecimento obtido a partir das experiências estrangeiras permitiu ao monarca uma argumentação sobre os monumentos degradados e «vandalizados», especialmente os egípcios, porém, o mesmo não ocorreu sobre o país em que ele era regente. Desse modo, a preservação patrimonial ficou relegada para o campo teórico na segunda metade do século

³⁸⁰ Debanné, «D. Pedro II no Egypto», 132.

³⁸¹ D. Pedro II homenageou *post mortem* Victor Hugo nas Hugonianas, cf. Souza, «A gênese de um processo tradutório: As Mil e Uma Noites de D. Pedro II», 34. A amizade entre Herculano e D. Pedro II fora registada em cartas e encontros, como as visitas à Quinta Vale dos Lobos em 1872 e 1877, cf. Arruda, O «fazendeiro» e o «rei filósofo»: Herculano e o Imperador do Brasil.

³⁸² No Museu Imperial de Petrópolis, Rio de Janeiro, há nove missivas que foram enviadas por Herculano ao D. Pedro II ao monarca brasileiro, que comprovam o estreito contato entre os dois, além do envio de publicações por parte do intelectual português, como *História de Portugal* e *Portugaliæ Monumenta Historica*, cf. Rodrigues, «D. Pedro II e Alexandre Herculano – aproximações», 497–98. Agradecemos ao Professor Dr. Leandro Garcia Rodrigues pelo envio do trabalho científico, então no prelo, e pela apresentação do tema.

³⁸³ Em 1872, o monarca visitou, por exemplo, o Museu do Carmo ao lado de Joaquim Possidônio da Silva. E, em troca de cartas com D. Fernando II (1879), descreveu sua viagem anterior à França, criticando as ruínas fingidas do parque Morceau, em Paris, e elogiando o restauro de Viollet-le-Duc, no Castelo de Pierrefonds, monumento visitado na companhia do polémico arquiteto, cf. Queirós, «Carta de D. Pedro II, Imperador do Brasil, ao Rei D. Fernando II», 224–27. A curiosidade por temas diversos das ciências e o amplo conhecimento geral e em línguas exibidos por D. Pedro II fazia dele uma personalidade peculiar e bastante conectada, a proximidade com os familiares portugueses no trono português também é digno de ressalva.

³⁸⁴ Khatlab, *As viagens de D. Pedro II*, 111–12; 128–29.

XIX, sendo secundário na produção científica do IHGB, apresentado em textos de diversa natureza. O campo prático da proteção e consagração de monumentos nacionais seria uma realidade, no Brasil, apenas no século seguinte.

A terceira e última viagem régia (1887) ocorreria não devido à sua curiosidade, mas ao seu historial médico. Contudo, o rei não escaparia à sátira em caricaturas como as de Angelo Agostini e Rafael Bordalo, exemplares da vulnerabilidade na qual a figura régia incorria, «(...) tendo se afastado da representação divina, convencia pouco como "monarca-cidadão" e menos ainda como o grande mecenas do romantismo brasileiro»³⁸⁵. Também não escapou à perda de apoio político à monarquia após a assinatura da abolição da escravatura pela princesa Isabel, que, juntamente com outros fatores, levou à proclamação da República a 15 de novembro de 1889.

2.2.2 Os arquétipos modernos da nação e do passado nacional

O advento da República no Brasil não representou, de imediato, uma quebra nas tradições político-económicas do país. A nação manteve a sua subsistência agrária, enquanto as oligarquias paulistas consolidavam tanto o poder económico quanto o político; sendo este último alternado com os políticos mineiros na cadeira presidencial, na chamada *Política do Café com Leite* – de 1894, com Prudente de Moraes, a 1930, até ao Golpe de 30, liderado por Getúlio Vargas. Da concentração de poder característica da República Velha, multiplicaram-se os investimentos na industrialização, como suporte à indústria do café, e à imigração, assim como o incentivo proporcionado às artes – estando esses benefícios concentrados principalmente no estado de São Paulo.

O passado cultural brasileiro foi revisitado por meio do estímulo e da preocupação artística que – como antropofagia – tentou absorver as convenções internacionais e edificar uma arte nacional moderna, unindo a busca de inovação artística à valorização nacional que se consolidava desde a *Semana de Arte Moderna* (1922). O movimento moderno, afirmando-se livre na estética, resgatou as raízes da cultura nacional de forma plural, imaterial e em pedra e cal – como no poema *Caetés*, publicado na *Revista de Antropofagia*.

Esta é de um sábio que cultiva em S. Paulo a sciencia e a blague:
— Pedirei, com devoção, ao Senhor de Bonfim, Santo bahiano que realizou o milagre de nunca fazer um discurso, que ressuscite os caetés, porque assim como devoraram o bispo Sardinha, que construiu a memoravel igreja que agora se quer destruir na Bahia, devorem o sr. Arcebispo, que a quer botar abaixo... Talvez os caetés — illuminados! — comeram Sardinha por ter erguido a santa igreja. Previam a heresia 1928 do antistite. Sabios videntes os nossos paes de tanga!³⁸⁶

³⁸⁵ Schwarcz, *As Barbas do Imperador*, 423.

³⁸⁶ Picchia, «Caetés», 4.

A contribuição de intelectuais para a preservação do patrimônio cultural juntou tradicionalistas e modernistas. As críticas ao abandono, aos maus reparos e à negligência para com o passado eram ilustradas pelas ruínas. «Acorrei, filhos ingratos desta Terra: vinde ouvir a lamentação das ruínas!»³⁸⁷, criticava Alceu de Amoroso Lima, ou Tristão de Ataíde (1893-1983). A ruína, que o escritor «escutava» progressivamente, era produto da ignorância e do tempo, já que os maus restauros poderiam destruir tanto quanto as demolições, e a tudo isso seria adequado chamar «vandalismo»³⁸⁸.

O passado nacional tornara-se um assunto caro para os escritores, porém a sua valorização não era consensual. O fazer artístico moderno buscou amparar-se nas origens do povo brasileiro, situando a memória no centro da militância literária e política. Nesse sentido, Mário de Andrade (1893-1945) conclamava a população a fim de que se encantassem com a Bahia ou Minas Gerais na *Revista do Brasil* (1920). As viagens de Mário de Andrade enquanto *Turista Aprendiz* revelavam a multiplicidade da cultura popular e, nesse contexto, do passado a ser preservado, seja ele material ou imaterial. As ruínas da Paraíba, rapidamente associadas ao colonial, não passaram despercebidas, «Ruínas pacientes dum bom gosto colonial (...) É pena! Adeus, lagartixinha de ruína!...»³⁸⁹.

O ato de conhecer as regiões brasileiras, ou suas próprias cidades, evidenciava o estado degradado dos monumentos pelo país. O *Guia prático, histórico e sentimental de Olinda*, de Gilberto Freyre, revelou o esquecimento na pátina dos edifícios da cidade, para o qual as ruínas serviam de testemunho e de espetáculo, apesar dos saques, incêndios e abandono por parte dos políticos e gestores. Assim, «Diante da cena de um passado agonizante, Olinda oferece ao turista o espetáculo “trágico” das ruínas urbanas, invadidas pelo mato»³⁹⁰. As Ruínas do Carmo, em Olinda (Pernambuco, Brasil) de origem colonial, assim como outras também encontradas na cidade, revelavam a grandiosidade apurada pelo tempo e tornaram-se narrativa da vingança, enquanto repúdio dos trópicos à anterior dominação estrangeira.

Diante delas se sente a luta entre o mato pagão e a pedra cristã. Entre a Mata e a Cidade. Entre a Europa e o Trópico. E o turista europeu nota que não está diante de ruínas líricas em que a natureza apenas refresque a tradição, mas de ruínas dramáticas e até trágicas: o trópico reagindo contra a intrusão européia – conventos, fortalezas, casas-grandes – com todos os seus ácidos; inundando tôdas essas massas de pedra e cal de uma água que corre por dentro das paredes como se fôsse pus vegetal; atacando-as a cupim; desfazendo suas traves em pó³⁹¹.

³⁸⁷ Lima, «Pelo Passado Nacional», 1.

³⁸⁸ Lima, 2–11.

³⁸⁹ Andrade, *O turista aprendiz*, 344.

³⁹⁰ Peixoto, «A cidade e seus duplos», 169.

³⁹¹ Freyre, *Olinda*, 69.

Se por um lado as ruínas desvelavam a crítica ao passado colonial brasileiro, por outro, a influência da valorização neocolonial nos círculos produtores e difusores de conhecimento tornou visível o mesmo passado, sob uma diferente perspectiva³⁹². Porém isso, era um «pseudoestilo», nas palavras de Lúcio Costa, numa crítica ao movimento neocolonial, que ele argumentava ser uma revivificação artificial do passado, ou mesmo um ruskinismo retardado, num momento já considerado, por ele, inadequado³⁹³.

A *Exposição Internacional do Centenário da Independência*, que decorreu entre 07 de setembro de 1922 e 24 de junho de 1923, enfatizou o neocolonial como um estilo nacional, «(...) definido como símbolo da emancipação artística nas comemorações da emancipação política»³⁹⁴. A defesa do neocolonial foi propagada por intelectuais na exposição, citada em publicações e nas arquiteturas citadinas³⁹⁵, no que destacamos o papel de Ricardo Severo (1869-1940), arqueólogo português exilado no Brasil. Defendia ele um nacionalismo brasileiro associado à tradição portuguesa, percebido em termos práticos, com a Companhia Iniciadora Predial (1908), voltada para a construção civil, da qual foi sócio com Francisco de Paula Ramos de Azevedo (1851-1928); e em termos teóricos, com a fundação e direção de revistas no Brasil e em Portugal, realização de palestras e, entre outros, incentivo ao movimento associativo luso-brasileiro³⁹⁶.

Para falar de tradições, de acordo com Severo, era preciso tratar de ruínas. Dessa forma, ele utilizou imagens de ruínas como exemplos da arquitetura tradicional portuguesa, inclusive com comparações com a arquitetura romana. Segundo o arqueólogo, a tradição era o meio de contato com os antepassados e «(...) só o culto do passado é que nos faz perceber a linguagem das ruínas, traduzir o encanto e a poesia dessas grosseiras fábricas de taipa, amassada com a própria terra que nos alimenta a vida e nos dilui a morte na perpétua alma do universo»³⁹⁷.

No Brasil, a modernidade e a tradição pautaram o ideário nacionalista na década de 1920 e seriam, pouco depois, responsáveis pelas ações de preservação de monumentos – uma característica particular do Brasil na história da defesa patrimonial³⁹⁸. Independentemente da concepção de passado, as ruínas foram utilizadas como símbolos do

³⁹² Cabe destacar que o discurso neocolonial não é aqui entendido como uma narrativa de oposição aos modernistas ou mesmo a outros movimentos artísticos, culturais ou literários.

³⁹³ Costa, *Registro de uma vivência*, 2018, 164.

³⁹⁴ Cavalcanti, «Modernistas, arquitetura e patrimônio», 183.

³⁹⁵ Importa sublinhar a existência de movimentos semelhantes em outros países americanos nesse mesmo período, como no Peru, México, Chile e EUA (Califórnia), cf. Kessel, «Estilo, Discurso, Poder», 66.

³⁹⁶ No Brasil, seu país de exílio, fundou e dirigiu a *Revista Portuguesa* (entre 1930 e 1937). Enquanto em terras lusitanas, o republicano buscou as origens do povo português por meio da fundação e direção da *Revista Portugália* (1899-1908) e da direção da *Revista de Sciencias naturaes e Sociaes* (entre 1890 e 1895), cf. Mello, *Ricardo Severo*, 2012, 24–56.

³⁹⁷ Severo, 1917, 403 *apud* Mello, *Ricardo Severo*, 2012, 159.

³⁹⁸ Chuva, *Arquitetos da Memória*, 91.

esquecimento, por razões relativas à própria apresentação despedaçada desses fragmentos, valorizados a partir da sua antiguidade e estética. O mote das críticas era dado pelo apagamento desses testemunhos, fosse pelo abandono, maus reparos, descaso ou por rejeição dos domínios anteriores. A ruína pode ter passado despercebida nas cidades, mas não nos textos: eram fontes de estudo e, ao mesmo tempo, de discursos.

As primeiras tentativas legislativas acerca dos monumentos na Primeira República (1889-1930) centraram-se na criação de instituições, como a *Inspetoria dos Monumentos Históricos*³⁹⁹, no trânsito de objetos de arte⁴⁰⁰, e em dois esboços a fim de organizar a proteção do património artístico nacional, em 1925⁴⁰¹ e 1930⁴⁰², estes últimos rejeitados por afetarem o direito de propriedade⁴⁰³. As primeiras institucionalizações surgiram em contexto estadual – autónomas graças à federação instituída na Constituição de 1891 –, com a criação de *Inspetorias de Monumentos* na Bahia (1927) e em Pernambuco (1928)⁴⁰⁴. Ação que ia de acordo com a defesa dos regionalismos e peculiaridades locais, como a ação de intelectuais e políticos mineiros e a promulgação de Ouro Preto enquanto Monumento Nacional (1934)⁴⁰⁵.

A institucionalização da memória, ambicionada pelos intelectuais, ganhou os seus primeiros contornos após o golpe de 1930 e a posse de Getúlio Vargas enquanto presidente do Brasil. A proteção do património histórico e artístico nacional foi centralizada junto ao Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro⁴⁰⁶, e no mesmo ano considerada responsabilidade da União, Estados e Municípios pela Constituição de 1934.

O anteprojeto de criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional⁴⁰⁷ foi criado a fim de lançar as bases do instituto patrimonial no âmbito nacional, elaborado por Mário de Andrade a pedido de Gustavo Capanema (vida: 1900-1985; ministro: 1934-1945), o então

³⁹⁹ O projeto n.º 350, de 03 de dezembro de 1923, de Luiz Cedro, legislava a criação da Inspetoria dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil, cujo principal objetivo seria conservar os imóveis públicos e privados com interesse histórico ou artístico para o país. O texto do projeto está disponível em IPHAN, *Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil*, 33–34.

⁴⁰⁰ Projeto n.º 181/1924, de Augusto de Lima, sobre a saída obras de arte para fora do Brasil.

⁴⁰¹ Esboço de anteprojeto de lei federal, do jurista Jair Lins, em 10 de julho de 1925, previa a catalogação do património de interesse coletivo por motivos artísticos ou históricos no país. O texto está disponível em IPHAN, 35–45.

⁴⁰² Projeto n.º 230/1930, de José Wanderley Pinho, sobre a proteção do património histórico e artístico nacional, disponível em IPHAN, 46–53.

⁴⁰³ Fonseca, *O Patrimônio em Processo*, 96.

⁴⁰⁴ Respetivamente, o decreto n.º 5.339, de 06 de dezembro de 1927, e a lei pernambucana n.º 1.918, de 24 de agosto de 1928.

⁴⁰⁵ Decreto n.º 22.928, de 12 de julho de 1933, publicado no Diário Oficial da União (DOU), Seção 1, de 17 de julho de 1933, 14153, disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22928-12-julho-1933-558869-norma-pe.html>>, acedido a 2 de agosto de 2019, ou em IPHAN, *Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil*, 54.

⁴⁰⁶ Decreto n.º 24.735, de 14 de julho de 1934, republicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 25 de julho de 1934, 15234 disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24735-14-julho-1934-498325-norma-pe.html>>, acedido a 2 de agosto de 2019.

⁴⁰⁷ Anteprojeto, de Mário de Andrade, de 24 de março de 1936, disponível em IPHAN, *Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil*, 55–68.

Ministro de Educação e Saúde. De acordo com o documento, as obras de arte entendidas como patrimônio e que deveriam ser determinadas, organizadas, conservadas, defendidas e propagadas pelo serviço dividir-se-iam em oito categorias: arte arqueológica, ameríndia, popular, histórica, erudita nacional; erudita estrangeira, aplicadas nacionais, aplicadas estrangeiras. As ruínas estavam inseridas na categoria de monumento de arte histórica, que também abrangia igrejas e solares, entre outros, enquanto representante de parte da história nacional, mas cujo valor artístico era diminuto. Por isso, as ruínas – como monumento de arte histórica – deveriam «(...) ser conservadas tais como estão, ou recompostas na sua imagem “histórica”»⁴⁰⁸.

O SPHAN começou a funcionar provisoriamente após despacho presidencial a 19 de abril de 1936. O Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937⁴⁰⁹, oficializou o órgão, com o país sob o regime do *Estado Novo*, comandado por Getúlio Vargas. O primeiro e ainda atual decreto-lei sobre o tema no país era inédito por regular os monumentos móveis e imóveis, considerados de interesse público «(...) quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico»⁴¹⁰, mas não havia menções às ruínas. Os monumentos nacionais seriam inscritos nos Livros do Tombo Histórico, do Tombo das Belas-Artes, do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e/ou do Tombo das Artes Aplicadas.

O documento que estabeleceu o SPHAN foi influenciado pelo Anteprojeto de Mário de Andrade. Todavia, o autor de «Macunaíma», de acordo com D. Sala, propusera um equilíbrio entre o popular e o erudito, o imaterial e o material, que não condizia com a unidade nacional pretendida pelo governo de Vargas, e com uma nação descentralizada pelo federalismo⁴¹¹.

Além da criação do órgão nacional para os monumentos nacionais, surgiram os institutos estaduais pelo país, em contextos regados à crítica e à reflexão acerca da destruição dos monumentos e do passado nacional. O assombro do descaído também acompanhou esses primeiros momentos das repartições estaduais do patrimônio cultural.

Em São Paulo, por exemplo, sob a alegação de que não se poderia mais tolerar os atos de destruição e vandalismo, Paulo Duarte escreveu no jornal *O Estado de São Paulo*⁴¹²

⁴⁰⁸ IPHAN, 58.

⁴⁰⁹ Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, publicado no Diário Oficial da União a 6 de dezembro de 1937, disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>, acedido a 1 de agosto de 2019.

⁴¹⁰ Idem, art. 1º.

⁴¹¹ Sala, «Mário de Andrade e o Anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional», 21–22.

⁴¹² O artigo, produto de viagem realizada a cidades paulistas de Carapicuíba, Cotia, Mboy (Embú das Artes) e São Miguel com Mário de Andrade. O comprovado estado de ruína de monumentos em Mboy e São Miguel evidenciava o desaparecimento dos bens culturais pelo que ele considerava abandono vandálico ou extermínio. A repercussão positiva da campanha levou à continuidade do uso do título do artigo em outros momentos e artigos do jornal.

«Contra o Vandalismo e Extermínio», matéria transformada em instrumento de luta pela cultura paulista, «(...) contra o vandalismo e o extermínio de suas joias [paulistas], vencendo definitivamente a barbaria de iconoclastas mercenários ou inconscientes»⁴¹³. A noção da destruição do passado material, para o político, deveria estimular novas ações e órgãos de defesa da memória.

Nada obstante, consideraremos em nossa análise apenas a gestão patrimonial no âmbito nacional, que, ainda sob a égide do federalismo, se organizou a considerar a extensão territorial do país e, com ela, a organização diferenciada em distritos e, atualmente, superintendências⁴¹⁴, como detalharemos a seguir.

2.2.3 SPHAN: tão heroico quanto salvar as ruínas

A primeira fase do SPHAN, comumente denominada *fase heroica*, marca os trinta anos de Rodrigo Melo Franco de Andrade (vida: 1898-1969; direção: 1937-1967) à frente da gestão do patrimônio cultural (1937-1967)⁴¹⁵, de uma ditadura, varguista, à outra, civil-militar. Os numerosos processos de tombamento do período foram concentrados, na sua maioria, nos bens arquitetônicos coloniais ou imperiais, principalmente do século XVIII, em espaços antes centrais aos ciclos econômicos, além de relativos a fatos históricos e/ou personalidades distintas, especialmente na Bahia, em Minas Gerais, em Pernambuco, em São Paulo e em Brasília⁴¹⁶, mesmo que a última cidade tenha sido inaugurada a 21 de abril de 1960.

O projeto de nacionalização do Estado Novo esteve intrinsecamente balizado pelo patrimônio mineiro colonial, consagrando-o e estabelecendo-o como um padrão de arte e de arquitetura. A presença de mineiros nos cargos de chefia do órgão ou em posições mais altas hierarquicamente assomava-se a este *status quo*. O então diretor, Rodrigo M. F. de Andrade, o ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, e o chefe de gabinete do anterior, Carlos Drummond de Andrade, consolidavam o sentimento identitário conhecido por *mineiridade*, que, por sua vez, atuavam como ícones que materializavam a identidade brasileira⁴¹⁷. O apelo à tradição, à autenticidade e ao caráter religioso dos monumentos tornaram-se valores incutidos no patrimônio nacional, no qual «(...) cada uma das peças dessa coleção adquire um valor de originalidade, exclusividade, como uma obra de arte única, que deve ser preservada da destruição, pois seria irremediável sua perda»⁴¹⁸.

⁴¹³ Duarte, «Contra o vandalismo e o extermínio», 5.

⁴¹⁴ Ao todo, são 27 superintendências, que correspondem atualmente aos estados e ao Distrito Federal.

⁴¹⁵ Relativamente ao tema, cabe aqui ressaltar, entre outros, Andrade, *Rodrigo e seus tempos*; Andrade, *Rodrigo e o SPHAN*; Fonseca, *O Patrimônio em Processo*; Chuva, *Arquitetos da Memória*.

⁴¹⁶ Rubino, «O mapa do Brasil passado», 97–104.

⁴¹⁷ Chuva, *Arquitetos da Memória*, 62–70.

⁴¹⁸ Chuva, 74.

A presença dos arquitetos modernistas na institucionalização do passado nacional, nos primeiros anos do SPHAN, foi paradoxal. O grupo que construía uma nova arquitetura e novos monumentos foi o mesmo que embasou a preservação do passado nacional, com a figura central e emblemática de Lúcio Costa⁴¹⁹. O arquiteto moderno, que também investigava o passado colonial, fora diretor da Escola Nacional de Belas-Artes e tornou-se funcionário da Divisão de Estudos e Tombamentos/SPHAN. Ele teve papel preponderante na salvaguarda das Ruínas de São Miguel das Missões (1937), do Recolhimento de Santa Teresa (1946)⁴²⁰ e do Convento São Bernardino de Sena (1947), tendo em consideração a condição fragmentada em que se encontravam⁴²¹.

Logo na visita à região dos Sete Povos das Missões, no mesmo ano em que o SPHAN foi criado, L. Costa deu seguimento ao projeto do Museu das Missões, instalado em 1940, com a proposta de contextualização da história dos Povos Jesuíticos Guaranis na Ruína de São Miguel das Missões. O projeto foi aclamado pelo seu respeito à *Carta de Atenas* (1931) e no cuidado com a contextualização e ambiência das ruínas – antes mesmo da *Carta de Veneza* (1964). Entretanto, cabe realçar a opção do arquiteto em reintegrar conforme o original outros monumentos, a exemplo da remoção do edifício da Alfândega de Salvador, em busca da pretensa unidade de estilo⁴²².

Além das ruínas de São Miguel das Missões, RS, tema central do quinto capítulo desta tese, foram tombadas pelo SPHAN, em um único ano (1938), as ruínas da Casa da Torre Garcia D'Ávila, Bahia⁴²³; da Fábrica de Ferro Patriótica, MG; de Forte Velho e da Igreja de N. Sra. de Nazaré, Paraíba⁴²⁴. As duas primeiras no Livro das Belas-Artes, as três últimas no Livro Histórico. O número elevado de tombamentos de monumentos intitulados «ruínas» vai ao encontro da ampla utilização do tombamento como instrumento de proteção no período, o que foi válido para todos os monumentos, não apenas as ruínas.

É impossível traçar uma linha de atuação comum para as ruínas durante a chamada *Fase Heroica*, mesmo com o número dos tombamentos, devido à brevidade dos primeiros processos relativos a essa valorização, que era justificada pela urgência na efetivação de medidas de proteção. Um paradoxo, dado que o abandono após o registro no Livro do Tombo

⁴¹⁹ Cavalcanti, «Modernistas, arquitetura e patrimônio», 185–86.

⁴²⁰ Vide Figuras 57-58 (Apêndice).

⁴²¹ ANS, Personalidade Lúcio Costa, Documentos de Trabalho, 01 ao 04, 1946-1947; ANS/Série Tombamento, Processos n.º 141-T-38; 365-T-46; 371-T. Atentamos que apenas o último tombamento foi inscrito no Livro Histórico, os dois primeiros pertencem ao Livro do Tombo de Belas-Artes.

⁴²² Cunha, «Restauração», 79.

⁴²³ Vide Figura 54 (Apêndice).

⁴²⁴ ANS, Série Tombamento, Processos n.ºs 141-T-38, 128-T-38, 31-T-38, 048-T-38, 41-T-38. Cabe aqui ressaltar que outro monumento foi classificado como monumento nacional sob o título de ruínas, a Casa da Pólvora, na Paraíba, apesar de apresentar-se um imóvel com degradações parciais em trechos de parede (ANS, Série Tombamento, Processo n.º 272-T-41).

foi um problema frequente. Dentre os monumentos citados para o ano de 1938, por exemplo, os dois últimos passaram por obras de consolidação e reparos apenas na década de 2000.

A rapidez na institucionalização da memória, característica da *Fase Heroica*, poderia estar no cerne de inquietações no próprio órgão sobre os procedimentos corretos de atuação no patrimônio cultural, posto que muitos tombamentos estivessem desacompanhados da documentação mencionada, ou mesmo de estudos iniciais sobre o tema. Mesmo já decorridos doze anos desde a criação do órgão, Lúcio Costa destacava a relevância de questões ainda incipientes à época, como a necessidade de documentação ampla (inventário de fotografia e plantas) e da especialização do trabalho para a atuação no patrimônio.

Ora, a colheita desse material [o inventário das obras, como plantas e fotografias] é tanto mais necessária e premente quanto sabemos que, devido ao estado ruinoso da maior parte dos monumentos e dos livros onde se contém a respectiva documentação – estado esse decorrente não só da ação natural do tempo como da falta de recursos e do desleixo das pessoas ou autoridades responsáveis pela sua guarda – ambos se acham permanentemente ameaçados: os monumentos, de destruição, mutilação ou desmantelo; os livros, de extravio ou deterioração⁴²⁵.

A inscrição de bens como sendo de valor nacional, de forma emergencial e acelerada, atendia à identidade nacional que surgia enquanto resposta à perda, ao risco iminente e/ou ao desaparecimento⁴²⁶. Nesse sentido, as ruínas tornavam-se matéria e narrativa – o objeto digno de preservação e a possibilidade da perda que, por sua vez, era justificativa da proteção na primeira metade do século XX. Sobre a atuação de Rodrigo M. F. de Andrade, por exemplo, «As palavras "destruição", "evasão", "ruína", "dispersão". "desaparecimento", "deformação" e substituição são usadas em seu discurso para descrever a perda dos monumentos e objetos históricos e artísticos»⁴²⁷. Um discurso ainda elitizado, que excluía a diversidade de monumentos no país em nome do salvamento.

A narrativa da perda foi utilizada para «salvar» o passado nacional. No contexto, em especial aquele colonial e imperial, e para a produção dos próprios monumentos, inclusive das décadas de 1930 e de 1940⁴²⁸. A menção à ruína era frequente na narrativa, mas não necessariamente no monumento, a exemplo do tombamento do Ministério da Educação e Saúde (Atual Palácio Gustavo Capanema) e a Igreja de S. Francisco de Assis (Capela da Pampulha, MG). Sobre esta última, Lúcio Costa defendeu o seu tombamento já em 1947, apenas quatro anos após a sua inauguração, «Considerando o estado de ruína precoce em

⁴²⁵ ANS, Personalidade Lúcio Costa, Documentos de Trabalho, 01-04, n.p. [Plano de Trabalho para a Divisão de Estudos e Tombamento da D.P.H.A.N., Rio de Janeiro, 1949, 2].

⁴²⁶ Gonçalves, *A Retórica da Perda*, 89–90.

⁴²⁷ Gonçalves, 92.

⁴²⁸ Rubino, «O mapa do Brasil passado», 104–5.

que se encontra (...), devido a certos defeitos de construção e ao abandono a que foi relegado esse edifício pelas autoridades municipais e eclesiásticas»⁴²⁹.

Relativamente às ações em ruínas, as primeiras intervenções promovidas pelo SPHAN foram direcionadas àquelas com maior apelo estético: a Casa da Torre Garcia D'Ávila, por exemplo, passou por obras na década de 1950⁴³⁰; já São Miguel das Missões, como veremos adiante, passou por obras mesmo antes da proteção nacional, em 1925, numa iniciativa estadual, e, entre 1938 e 1940, já sob tutela do SPHAN, que planeou intervenções no local antes do seu próprio tombamento⁴³¹. Ainda assim, as intervenções não eram corriqueiras, pelo que o tombamento mantinha-se como o principal instrumento de proteção. Apesar das muitas iniciativas práticas de preservação possuírem o aval positivo da direção ou dos setores técnicos do SPHAN, eram muitas vezes barradas por razões financeiras – como o ocorrido no Convento de Santo Antônio do Paraguaçu, em Cachoeira, na Bahia.

Consideramos que a priorização estética não foi apenas assente na escolha do Livro do Tombo, mas também no modo de descrever e perceber as ruínas, em sua monumentalidade. Há reconstruções, como a do Forte São Matheus, mas também o abandono e ausência de ações, outra idiossincrasia. No caso específico das ruínas, o abandono foi o recurso mais recorrente – exceto para as ruínas com maior visibilidade e apelo estético, como as aqui citadas. O incentivo à oficialização da proteção estatal do patrimônio histórico-cultural e, nele, das ruínas seguiu durante a *fase heroica*, principalmente através dos processos de tombamento⁴³². As ruínas tombadas do período que se estende do século XVI ao XIX⁴³³, foram, em sua maioria, de cunho religioso.

Cumpramos realçar o surgimento de associações e organizações da iniciativa civil, nomeadamente no Rio de Janeiro, em meados do século passado, como a Associação Brasileira de Pesquisas Arqueológicas (1958), o Instituto Brasileiro de Arqueologia (1961) e o Centro Brasileiro de Arqueologia⁴³⁴ (1961)⁴³⁵.

⁴²⁹ Pessôa, *Lúcio Costa*, 67.

⁴³⁰ Também na década de 1970, em fins do século XX e primórdios do XXI.

⁴³¹ Vide Capítulo 05.

⁴³² Outras ruínas tombadas no período foram as do Convento de Santo Antônio de Paraguaçu, junto com a igreja (Bahia, 1941); ruínas do sobrado anexo à Capela de Nossa Senhora da Pena (Bahia, 1946); ruínas do Convento de São Bernardino de Sena (Rio de Janeiro, 1947); ruínas de Tambaú (Paraíba, 1948); ruínas da Igreja do Rosário (Goiás, 1955); Recolhimento de Santa Teresa, remanescentes (Rio de Janeiro, 1955); Forte de São Matheus (Rio de Janeiro, 1956); ruínas do Convento Carmelita, anexo à Igreja de Nossa Senhora de Nazaré (Pernambuco, 1961); Engenho do Erasmos (São Paulo, 1963).

⁴³³ E, principalmente, dos séculos XVII/XVIII.

⁴³⁴ O Centro Brasileiro de Arqueologia é responsável pela *Revista Brasileira de Arqueologia* e procurou a Embaixada de Portugal com o intuito de solicitar o empréstimo de filmes, publicações, catálogos e outros elementos sobre pesquisas arqueológicas. ANTT, JNE, Livro 108, fl. 77-78. Entendemos que o contato como uma evidência de trocas científicas, facilitadas pela língua em comum.

⁴³⁵ Bueno, «Arqueologia, patrimônio e sociedade», 59–60.

A atenção a novas áreas de estudos foi um componente-chave para que o órgão patrimonial incluísse novos monumentos, que não aqueles já protegidos. A ampliação dos estudos arqueológicos e a necessidade de proteção dos sambaquis da costa brasileira tornaram-se o pano de fundo do desenvolvimento legislativo da proteção arqueológica no cenário nacional, expresso na lei n.º 3.924, de 26 de julho de 1961. Considerando a lei uma conquista, Saladino destaca o papel de Paulo Duarte, Loureiro Fernandes e Castro Faria para a criação da mesma, desde a década de 1930⁴³⁶.

A Lei do Sambaqui, ou Lei n.º 3.924, de 26 de julho de 1961⁴³⁷, ressaltou a herança indígena em associação aos monumentos arqueológicos e a importância da sua defesa⁴³⁸. Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos foram listados como:

a) as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos de cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias e quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico a juízo da autoridade competente. b) os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha; c) os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, "estações" e "cerâmios", nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico; d) as inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoameríndios⁴³⁹.

2.2.4 Mais ciência, novos institutos: o passado nacional em causa

A chamada *fase moderna* (1967-1985)⁴⁴⁰ do DPHAN e, posteriormente, do IPHAN, coincidiu com a ditadura civil-militar no Brasil, em que a exaltação do país persistiu na busca pela identidade nacional, pela história pátria. Ainda assim a área cultural, à revelia, se diversificou desde o final dos anos 1960.

As mudanças na noção de património cultural foram notórias, por razões nacionais e internacionais, apesar do retrocesso político, dado o contexto da ditadura civil-militar (1964-1985). Contribuíram para essas alterações na política patrimonial: a modernização tecnológica, a procura por consultoria internacional, o avanço da antropologia no campo patrimonial, a mudança de orientação dada aos monumentos excepcionais no âmbito da

⁴³⁶ Saladino, «Prospecções», 86.

⁴³⁷ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l3924.htm>, acedido a 10 de abril de 2020.

⁴³⁸ O Código Penal de 1940 já atribuíra penalidades (multa e/ou detenção de seis meses a dois anos) àqueles que destruíssem, deteriorassem ou inutilizassem os monumentos de valor artístico, arqueológico e histórico. Contudo, a existência da lei não impediu a destruição de jazidas arqueológicas, principalmente, como defendido por Luiz Castro Faria, os sambaquis.

⁴³⁹ Lei n.º 3.924, de 26 de julho de 1961, art. 2º.

⁴⁴⁰ Sobre a fase, foi marcada pela direção de Renato Soeiro (1967-1979), Aloísio Magalhães (1979-1982) e Marcos Vilaça (1982-1985).

escrita da história e da história da arte, bem como a inserção da democracia e dos direitos humanos em outros campos do conhecimento, muito em parte motivados pela descolonização de antigas colônias, principalmente na África, pela formação dos novos Estados Nacionais e pelas lutas sociais, como a mobilização racial estadunidense⁴⁴¹.

No campo prático do restauro, houve um incentivo maior às ações de restauro e reconstrução, como os casos das ruínas da Casa de Câmara e Cadeia e das ruínas do Engenho Cunhaú, tombadas com a promessa de reconstrução total⁴⁴². Os novos tombamentos exibiram inclinações distintas do período anterior, com uma maior presença da arquitetura civil e militar. O recorte temporal dos séculos XVII e XVIII continuou em destaque, com a priorização do Livro Histórico⁴⁴³ e o tombamento duplo nos livros do Tombo de Belas-Artes e Histórico⁴⁴⁴. Além da opção por um novo livro, o Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico⁴⁴⁵, em seguimento ao avanço da arqueologia.

Politicamente, alguns problemas permaneciam, pois ainda era necessária a organização do trabalho nos monumentos. Lúcio Costa, nesse sentido, insistia na maior descentralização e na formação científica dos técnicos da repartição, com a recomendação da criação dos serviços do patrimônio pelos estados, estando eles vinculados às universidades. A situação com a qual o arquiteto se deparava alertava o contexto de incúria e da ausência de investimentos públicos no patrimônio cultural, como no *Compromisso de Brasília* (1970)⁴⁴⁶.

Um ano depois, o documento em questão foi reafirmado no *Compromisso de Salvador* (1971)⁴⁴⁷, com o seguimento das recomendações antes listadas, das quais destacamos a adoção de convênios entre o IPHAN e as universidades; da convocação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para o financiamento de pesquisas e formação especializada e, entre outros, a pormenorização em lei dos serviços patrimoniais, inclusive a fim de disciplinar os estudos e trabalhos arqueológicos.

⁴⁴¹ Fonseca, *O Patrimônio em Processo*, 169–73.

⁴⁴² ANS, Série Tombamento, Processos n.ºs 665-T-62 e 666-T-62.

⁴⁴³ Como ruínas Povos de São João, e São Lourenço (Rio Grande do Sul, 1970); o Sítio Trindade (Arraial velho do Bom Jesus) e o Arraial Novo Bom Jesus (Pernambuco; 1974, 1980); os remanescentes da Fazenda do Pombal (Minas Gerais, 1971), onde Tiradentes nasceu, cujo processo de tombamento encontra-se indisponível para pesquisas; Sítio do Físico (Maranhão, 1981); e o Engenho do Murucutu (Pará; 1981).

⁴⁴⁴ Ruínas do Convento de São Boaventura (Rio de Janeiro, 1980).

⁴⁴⁵ Como, por exemplo, os remanescentes do Povo de São Nicolau e do Forte Santa Tecla (RS, 1970).

⁴⁴⁶ ANS, Personalidade Lúcio Costa, Documentos de Trabalho, 01-04, n.p. [Compromisso de Brasília, 03 de abril de 1970].

⁴⁴⁷ II Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil, de outubro de 1971, disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20salvador%201971.pdf>>.

Apesar dos quadros do IPHAN estarem a par das diretrizes internacionais, estas nem sempre eram consideradas aquando das ações práticas nos monumentos. A visita de consultores da UNESCO, dentre os quais Michel Parent, entre as décadas de 1960 e 1970⁴⁴⁸, estiveram por trás dessa maior cooperação internacional, ampliada com a classificação de monumentos brasileiros enquanto *Patrimônio da Humanidade*, a partir da década de 1980⁴⁴⁹.

As decisões sobre as intervenções foram tomadas, em sua maioria, considerando a natureza emergencial das obras, numa forte permanência da narrativa da perda⁴⁵⁰, sem um alinhamento das concepções de intervenção, pois tanto se conservava ruínas como se restaurava à luz dos ideais de Viollet-le-Duc. Ademais, as soluções de tombamento e restauro eram entendidas, unicamente, como um problema de arquitetura⁴⁵¹ e o arquiteto, nesse âmbito, possuía o papel especializado hegemónico no órgão⁴⁵².

Após a publicação da Lei do Sambaqui, foi criada uma pasta de assuntos de arqueologia e, a seguir, a Divisão de Arqueologia (1978), quando a proteção das jazidas arqueológicas já estava incluída na Constituição de 1967. A pasta de arqueologia foi assumida pelo museólogo e bacharel em Direito Alfredo Theodoro Russins, um período em que o então IPHAN «(...) amplia a cooperação com arqueólogos, não se restringindo somente ao Museu Nacional»⁴⁵³. A chamada «Representação para assuntos de Arqueologia», com profissionais externos, surgiu para suprir a falta de profissionais no órgão público, perdendo força na década de 1980⁴⁵⁴.

A ampliação dos campos de atuação do IPHAN implicou novos quadros técnicos e abordagens praticadas. Apesar do predomínio – ainda atual – dos arquitetos no órgão, são inegáveis os deslocamentos institucionais a partir da década de 1970, na senda de novas atitudes diante do patrimônio cultural.

De acordo com Maria Cecília Fonseca, o esforço para a reformulação do órgão, no seguimento do envolvimento dos governos estaduais, dos avanços tecnológicos e da consultoria internacional, foi paralelo à organização da *Política Nacional de Cultura*, na esfera pública, e à criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), tendo como norte a pluralidade cultural, em 1975. O Programa Cidades Históricas (1973) também compunha o quadro. Aloísio Magalhães e o grupo da CNRC propunham outros paradigmas de

⁴⁴⁸ Relativamente ao tema, ver: Leal, *As Missões da Unesco no Brasil: Michel Parent*.

⁴⁴⁹ A cidade histórica de Ouro Preto, Minas Gerais foi o primeiro bem cultural brasileiro intitulado *da Humanidade*, em 1980, seguido pelo Centro Histórico de Olinda, em Pernambuco (1982), pelas Ruínas de São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul (1983), pelo Centro Histórico de Salvador, Bahia (1985), entre outros.

⁴⁵⁰ Conforme o conceito de Gonçalves, *A Retórica da Perda*.

⁴⁵¹ Cunha, «Restauração», 87.

⁴⁵² Chuva, *Arquitetos da Memória*, 45.

⁴⁵³ Barreto, «Da Gestão do Patrimônio Arqueológico, à gestão do território, com recurso a sistemas de informação geográfica no Brasil», 51.

⁴⁵⁴ Ferreira, «Um museu e seus sítios», 738–39.

desenvolvimento social e económico, aliado a uma representação mais ampla e diversa do património cultural, mais voltado às coletividades⁴⁵⁵.

A preservação do património nacional aliava, a partir da década de 1970, a defesa da memória nacional erudita, já há décadas sacralizada, e a memória popular, folclórica e dinâmica. Essa dupla proteção da memória encaixou-se bem nos discursos de segurança e desenvolvimento nacional, caros à ditadura civil-militar, ainda vigente à época, e que se alinhavam mais com os anseios dos movimentos sociais, que ganharam mais força a partir da Lei da Anistia de 1979⁴⁵⁶.

Com decurso breve, de apenas quatro anos, o CNRC foi incorporado no IPHAN, juntamente com o Programa Cidades Históricas. O IPHAN passou a intitular-se SPHAN⁴⁵⁷, transformado em Secretaria. A Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM) foi criada no mesmo ano, pela Lei n.º 6.757, de 17 de dezembro de 1979⁴⁵⁸, «(...) destinada a contribuir para o inventário, a classificação, a conservação, a proteção, a restauração e a revitalização dos bens de valor cultural e natural existentes no País»⁴⁵⁹. O órgão juntou-se ao SPHAN, passando a ser utilizada a sigla SPHAN/Pró-Memória.

O alargamento do campo das intervenções foi percebido com a musealização do Recolhimento de Santa Teresa e o Museu de Arqueologia de Itaipu (1977)⁴⁶⁰, em Niterói, Rio de Janeiro, e, na década de 1980, com a consolidação das ruínas do Convento de Nossa Senhora de Nazaré de Cabo do Santo Agostinho⁴⁶¹, em Pernambuco. Os dois processos de valorização destacaram-se pelo trabalho com a arqueologia pré-histórica local e pela proteção do Sambaqui da Duna Grande, no primeiro caso, e pela atenção às diretrizes internacionais nas práticas de restauro, no segundo exemplo.

Nesse ínterim, não podemos nos esquecer do papel político e articulador desempenhado por Aloísio Magalhães, à frente do CNRC, da FNPM e do SPHAN/Pró-Memória. Os obstáculos políticos da época decerto foram minorados pela habilidade política de Aloísio Magalhães, então crítico do culto à pedra e cal, imperante desde a *Fase Heroica*. A sua morte prematura, em 1982, enquanto exercia o cargo de Secretário de Cultura, travou o rápido desenvolvimento no campo do património cultural. Até 1990, a sigla SPHAN/Pró-Memória manteve-se frequente, sendo o SPHAN considerado um centro político-

⁴⁵⁵ Fonseca, *O Patrimônio em Processo*, 160–62.

⁴⁵⁶ Peregrino, «SPHAN/Pró-Memória», 88–90.

⁴⁵⁷ Decreto n.º 84.198, de 13 de novembro de 1979, publicado no DOU, Seção 1, de 14 de novembro de 1979, p. 16926, disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-84198-13-novembro-1979-433668-publicacaooriginal-1-pe.html>>, acedido a 20 de julho de 2020.

⁴⁵⁸ Lei n.º 6.757, de 17 de dezembro de 1979, disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6757.htm>, acedido a 30 de julho de 2020.

⁴⁵⁹ Idem, art. 1º.

⁴⁶⁰ Relativamente à musealização do Recolhimento de Santa Teresa, ver: Ferreira, «Percursos da memória»; Ferreira, «Um museu e seus sítios».

⁴⁶¹ Ver o Capítulo 07 desta tese.

administrativo, e o Pró-Memória, operacional⁴⁶². Com a extinção de ambos, foi criado o Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC), na qualidade de autarquia federal⁴⁶³.

A maior atenção ao patrimônio imaterial, o reforço da relação entre os monumentos e o turismo cultural, a maior participação da população relativamente à proteção dos monumentos, assim como a parceria do IPHAN com museus e universidades para a realização de pesquisas, congressos e intervenções em patrimônio foram pontos que contribuíram para um alargamento da visão de patrimônio cultural.

Ainda assim, as intervenções revelaram-se mais peculiares entre si do que institucionais. O Boletim do SPHAN n.º 14⁴⁶⁴ celebrava a reconstrução das Ruínas do engenho Cunhaú e das Ruínas da Casa de Câmara e Cadeia de Vila Flor, no Rio Grande do Norte como uma ressurreição, pois os monumentos teriam resistido como um fantasma ao abandono. Já o Boletim n.º 17⁴⁶⁵, continha, como um dos assuntos centrais, a consolidação das Ruínas de São Miguel das Missões, exatamente o oposto do que fora executado no estado nordestino.

2.2.5 Os novos horizontes do patrimônio brasileiro

A conduta prática evoluiu em fins do século XX, com a redução de obras em fachadas isoladas e degradadas e a valorização da contextualização do sítio, à luz da *Carta de Veneza* (1964), para o patrimônio material. Estas mudanças também estão amparadas em outros processos, como a classificação do Terreiro Casa Branca, Salvador (1986) ou das Cidades das Pedras, Andaraí (2000), ambos na Bahia, e a inserção gradual de novas campos científicos nos quadros do IPHAN, culminando em políticas mais amplas e democráticas, paulatinamente estendidas para além da pedra e cal colonial e barroca.

Nesse meio, o debate sobre a proteção das ruínas foi ampliado e levado por mais vezes ao Conselho Consultivo do IPHAN. Sobre a contratação de novos profissionais, por exemplo, o conselheiro Max Guedes advogou – com aprovação unânime – a contratação de um botânico-paisagista nas Ruínas do Engenho Murucutu, Pará, «(...) a fim de que seja sensível à manutenção do equilíbrio ruína-vegetação e, ao mesmo tempo, valorize o conjunto»⁴⁶⁶. Já sobre o entorno desses monumentos, Cyro Lyra investigou, no mesmo Conselho Consultivo, as propostas de loteamento da área do entorno da Casa da Torre Garcia D'Ávila, em que «(...) a análise aprofundada do assunto levou a equipe a considerar

⁴⁶² Rezende et al., «Secretaria e Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (verbete)».

⁴⁶³ Decreto n.º 99.492, de 03 de setembro de 1990, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99492.htm>, acedido a 25 de julho de 2020.

⁴⁶⁴ SPHAN/Pró-Memória, «Rio Grande do Norte Vila Flor, patrimônio em reconstituição», 1–3.

⁴⁶⁵ SPHAN/Pró-Memória, «Definidas as ações para a consolidação das ruínas de São Miguel», 2–4.

⁴⁶⁶ Ata de 10 de agosto de 1981. CC-IPHAN, 95ª Reunião Ordinária, fl. 03.

o edifício não isoladamente, mas imerso em um parque, no qual a relação das ruínas com o mar é historicamente essencial»⁴⁶⁷.

No campo da arqueologia, a criação do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico em 1997, vinculado ao Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos e ao Inventário Nacional de Coleções Arqueológicas, apontou novas formas de gerir os sítios arqueológicos no Brasil, assegurando a maior proteção desses bens, que foram reconsiderados pertencentes à União com a Constituição de 1988⁴⁶⁸. Na nova Carta Magna, advinda da redemocratização encetada em 1985, é notório o alargamento da noção de patrimônio no país.

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico⁴⁶⁹.

Após breve período de funcionamento do IBPC (1990-1994), o IPHAN retoma as atividades tendo como pano de fundo o aumento das possibilidades patrimoniais, para o qual se destaca a legislação sobre patrimônio imaterial, através do Decreto n.º 3.551, de 04 de agosto de 2000⁴⁷⁰.

As ruínas permaneceram um assunto frequente no Conselho Consultivo do IPHAN, com maior destaque nas últimas décadas, que marcaram a entrada de uma arqueóloga no círculo consultivo, Maria Beltrão. A defesa do tombamento das Ruínas do Forte do Buraco, Recife-PE⁴⁷¹, levantou a tese da ruína enquanto narrativa de denúncia, o que não deixa de fazer parte da retórica da perda⁴⁷².

O Forte, minimamente conhecido como do Buraco, na Cidade de Recife, Pernambuco, inscreve e simboliza, em si mesmo, o desatino contra a memória nacional. Desatino que insiste, persiste e não desiste, apesar de heroico brado

⁴⁶⁷ Ata de 12 de setembro de 1983. CC-IPHAN, 103ª Reunião Ordinária, fls. 11-12.

⁴⁶⁸ Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>, acedido a 20 de julho de 2020.

⁴⁶⁹ Idem, Seção II, Da Cultura, art. 216º.

⁴⁷⁰ Decreto n.º 3.551, de 04 de agosto de 2000, publicada a 07 de agosto de 2000 no DOU, Seção 1, 2, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm>, acedido a 10 de abril de 2020.

⁴⁷¹ O Forte do Buraco foi tombado enquanto edificação, em 1938, porém com a proteção cancelada em 1955, face às obras destinadas a uma base do 3º Distrito Naval do Recife, que, por sua vez, foi transferido para o Rio Grande do Norte em 1975. O novo tombamento, desta vez, como ruína, foi iniciado em 1995 e concluído no Conselho Consultivo de 08 de junho de 2000, cf. IPHAN, *Bens tombados e processos de tombamento em andamento*, 2016; Jesus, «A Patrimonialização e as Atribuições de Valor nos Processos de Tombamento do Forte do Buraco (Olinda-PE)», 11–14.

⁴⁷² Conforme o conceito de Gonçalves, *A Retórica da Perda*.

retumbante de alguns, ainda poucos. (...) Nem dique, nem forte, ruínas e nada mais. Em termos. Os “escombros”, como assim prefere denominar um douto parecer nos autos do processo em tela, ainda sangram. E exigem reconhecimento. Mutilado, o forte, através do que se deduz da iconografia disponível, ainda preserva a sua unidade potencial, onde o que conta é a qualificação da ruína e o seu entorno, e não sua quantificação. Os fragmentos, espalhados pela ação arbitrária do homem, testemunham as marcas do tempo e qualificam o lugar, ensejando uma estética, diferente do momento que antecedeu a violência, que hoje agrega-se as suas entranhas e complementa a sintaxe da sua história. Mais além do lugar, o istmo onde repousam as pedras descamadas, de indiscutível valor paisagístico, mais além da própria substância do que restou daquilo que um dia foi a inexpugnável fortaleza de Santo Antônio do Buraco, mais além da própria história do sítio e do monumento semidestruído, enquanto edificação militar, mais além da estética e além de tudo, a ruína pede passagem. Senhores conselheiros, a ruína é um monumento, se me permitem esse entendimento, a denunciar crimes semelhantes praticados no País e, na maioria dos casos, tal como este, usufruindo as glórias da impunidade⁴⁷³.

O aumento do número de pedidos de tombamento de ruínas indeferidos⁴⁷⁴ pode indicar uma diminuição deste apelo às narrativas da perda e da proteção emergencial, que também não deixam de ser críticas ao arruinamento ou à trajetória de existência do monumento – como no caso supracitado.

Os estudos acadêmicos também colaboraram para o alargamento do diálogo sobre os usos do patrimônio cultural. Nesse sentido, destacamos trabalhos como os de Ângelo Emílio Pessoa, que investigou o papel da família Garcia D'Ávilla na conquista territorial e na administração colonial, associando-o ao como isto foi traduzido na preservação das ruínas.

Tomemos a Casa da Torre como um dos exemplos mais marcantes do discurso da tradição das grandes famílias construtoras da Nação; a vasta bibliografia à respeito não deixa margem de dúvida que estamos diante de um verdadeiro ícone do patriarcalismo brasileiro. A Casa da Torre ocupa um lugar especial no imaginário de uma alegada nobreza brasileira, descendente direta das melhores casas reinantes e nobres da Europa e dotada de uma vasta folha de serviços prestados à causa da construção da Nação e da defesa da Pátria. Acrescente-se à importância da Casa da Torre a imponente das ruínas da sede do Morgado, em Tatuapara, que são notáveis pelas suas dimensões (...). Essas ruínas, que despertam uma forte impressão nos visitantes, já foram objeto de estudo de diversos autores e incendiaram a imaginação de muitos outros, que reproduziram ou acrescentaram detalhes ao imaginário que existem em torno da antiga construção. Entre lendas, fantasias e especulações que cercam o local, só muito recentemente iniciaram-se estudos arqueológicos mais consistentes sobre a construção e o seu entorno, de forma que talvez se torne possível visualizar com maior segurança os aspectos próprios da vida na sede dessa grande propriedade, cabeça dos empreendimentos da Casa da Torre⁴⁷⁵.

⁴⁷³ Relato do Conselheiro-relator Paulo Chaves Fernandes, 08 de junho de 2000. CC-IPHAN, 22ª Reunião Ordinária, fl. 40-42.

⁴⁷⁴ Como, por exemplo, das Ruínas da Casa de Pedra; MG (1950); Ruínas: quartel do Morro do Alecrim, MA (1954); Ruínas da Igreja da Lapa ou Conceição, MG (1962); Forte Arraial das Tesouras, Mozarlândia (ruínas), GO (1976); Ruínas da ponte dos Dois Arcos, RS (1998); Ruínas do Solar de Aramaré, BA (2009), Ruínas e entorno da Igreja de Bom Jesus de Vera Cruz, BA (2015) IPHAN, *Bens tombados e processos de tombamento em andamento*, 2016.

⁴⁷⁵ Pessoa, «Ruínas da Tradição», 49.

Pessoa demonstrou de modo pormenorizado como as ruínas eram utilizadas para, a partir dos fragmentos do passado, aludir às antigas glórias da família, da conquista e expansão económica da colónia, sendo utilizadas, enquanto *tradição inventada* da persistência do tempo e dos domínios dos D'Ávilla.

A criação de uma tabela de «Controle dos Bens Tombados»⁴⁷⁶ pelo Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM), no âmbito do IPHAN, discriminou as categorias para os bens culturais nela listados⁴⁷⁷, relacionada à forma de preservação. A categoria «ruína» aparece listada, porém separada dos sítios arqueológicos.

A maior participação local, a maior divulgação patrimonial, inclusive aliada ao turismo e, entre outros, o desenvolvimento e a reprodução mais descentralizada das técnicas aplicadas aos monumentos, mais alargadas do que o «fachadismo», podem ter como ponto de inflexão a Lei n.º 3.924, de 26 de julho de 1961, principalmente para com as ruínas, ou, pelo menos, a inclusão da disciplina nos quadros do IPHAN, de modo paulatino, mas continuado.

A ampliação da sensibilidade patrimonial, após a valorização dos monumentos imateriais (2000), também colaborou para novos olhares e novas propostas de valorização de ruínas com periodização mais recente – ligadas aos processos de trabalho, às vivências urbanas, aos vestígios industriais, entre outros. O tombamento das ruínas das locas de mineradores em Andaraí, na Bahia (2002), é um exemplo dos novos horizontes de valorização de fragmentos, enquanto ruína recente. A luta pelo reconhecimento dos remanescentes industriais de Fordlândia, no Pará, é outro indicativo.

2.3 Entre brados, heroísmo e ruínas, um objetivo

Durante o século XIX, a crítica ao abandono, ao vandalismo e aos maus reparos assinalou as primeiras reivindicações de cunho político e patrimonial ao longo das duas monarquias, pelo que foram entendidas como centrais na valorização do passado nacional, mesmo que voltadas para realidades díspares entre si.

Em Portugal, é inegável o desenvolvimento de uma sensibilidade patrimonial decorrente da destruição testemunhada desde o século XVIII, destacando-se o Terramoto de Lisboa de 1755, as invasões francesas e as revoltas liberais. Os escritores românticos do século XIX, dos quais realçamos as obras de Garrett e Herculano, contribuíram para a consolidação da reflexão e da crítica às ruínas, dado os seus escritos sobre a nação e a

⁴⁷⁶ IPHAN, *Bens tombados e processos de tombamento em andamento*, 2016.

⁴⁷⁷ Hilario F. P. Filho listou as 16 categorias existentes no DEPAM relativamente à classificação dos monumentos, eram elas: «Bem Paleontológico; Bens Móveis e Integrados; Coleções e Acervos; Coleções e Acervos Arqueológicos; Conjunto Arquitetônico; Conjunto Rural; Conjunto Urbano; Edificação; Edificação e Acervo; Equipamentos e Infraestrutura Urbana; Jardim Histórico; Paisagem; Quilombo; Ruína; Sítio Arqueológico; Terreiro», Filho, «Documento e patrimônio entre usos e reflexões», 308.

nacionalidade, lamentando-as a partir do estado degradado dos monumentos, nomeadamente os medievais, entendidos como os exemplares da origem da nação.

Dos escritos à prática, foram fundadas e financiadas associações de defesa e pesquisa, principalmente do passado romano e pré-romano. Estas tinham como objeto de estudo a origem pré-histórica portuguesa em paralelo à reafirmação da nação. As pesquisas nas estações pré-históricas de Briteiros, Citânia e Saboroso, no Minho, entre outras, deram ênfase a um passado nacional mais longo do que aquele aclamado como na origem da nacionalidade, o medieval. Assim, tínhamos um ponto de inflexão da discussão do património cultural português, pois as ruínas romanas ou anteriores eram valorizadas mesmo em fragmentos, apesar da falta de maiores investimentos financeiros nessa tarefa. Já as medievais, somente a reconstrução lhes bastava.

A preocupação dos intelectuais oitocentistas com os símbolos representativos das origens de Portugal não se restringiu ao contexto europeu, contudo. As proposições sobre ruínas, de cunho romântico, foram amparadas em textos que destacavam as ruínas como produto de múltiplas causas – pelo vandalismo, pelo abandono ou pelos maus reparos –, como Chateaubriand e Victor Hugo. E, nesse contexto, a crítica às ruínas cresceu enquanto contestação às desvirtuações das nações. No Brasil, sabe-se do contato do imperador brasileiro com personalidades portuguesas, como Herculano e D. Fernando II, e europeias, como Victor Hugo e Viollet-le-Duc. Mesmo assim, o repúdio ao vandalismo, a que aderiu o monarca, permaneceu limitado aos monumentos estrangeiros, nomeadamente os egípcios, e não àqueles do novo país, ainda indefinidos.

No Brasil do século XIX, o passado baralhava-se à ideia de futuro, posto que o jovem Império brasileiro ainda lidasse com o fim do regime colonial, além da construção da nação e da sua respetiva história. A procura por monumentos indígenas e os primeiros escritos historiográficos, no âmbito do IHGB, não deixavam de estar no centro da construção de uma identidade nacional, nunca amplamente conseguida durante o Império, nem mesmo com o monarca *yankee*. Não houve incentivos generalizados para a atividade intelectual sobre o património nacional ou mesmo para as políticas em prol da memória durante o Império Brasileiro, diferentemente do que ocorrera em outros campos científicos, como a própria história. Ainda assim, é possível falarmos das influências do período para a ideia de passado nacional no século seguinte e, consequentemente, para o que foi selecionado enquanto monumento representativo das origens nacionais.

Os escritores românticos, que dominavam o IHGB, descreveram e idealizaram os indígenas em outros aspectos, sendo eles linguísticos ou socioculturais. As reflexões sobre os monumentos postergaram-se, pois a pré-história brasileira não foi considerada monumental, devido à ausência de monumentos *grandiosos* e alusivos às grandes civilizações, como os encontrados em outras partes do continente americano.

A origem de cada construção – antes da ruína – e o seu respetivo período cronológico foram essenciais para as análises e críticas direcionadas a esses monumentos, em cada país. Em Portugal, o tratamento dado às ruínas romanas destoou do dado às medievais, centrais na crítica política ao estado dos monumentos desde o século XIX e, depois, nas obras públicas do Estado Novo. Houve momentos-chave, desde o século XVIII, para a reflexão sobre o restauro material de monumentos, que, no Estado Novo, se transformou em propaganda política – aliando pedra, nação e fé – e foi confundido com restauração moral do país. O verbo «restaurar» assumiu diversas valências ao longo do século XX, a maioria ligada à nacionalidade manifestada no Estado Novo, com a reintegração estilística de monumentos arruinados por todo o país.

Do mesmo modo, a procura malograda por ruínas monumentais indígenas no Brasil foi sucedida, posteriormente, pela consagração das ruínas coloniais como testemunhos das origens da nação, desde a criação oficial do SPHAN, em 1937, no Brasil estadonovista. Estas, inseriam-se numa política patrimonial votada mormente ao passado colonial e imperial, em que o elevado número de tombamentos do SPHAN (1937-1967) foi justificado pelo seu caráter emergencial e posteriormente nomeado «heroico». Os alertas das ruínas coloniais, da queda iminente de estruturas e da consequente redução da memória nacional foram fatores suficientes para a oficialização de proteção desses monumentos.

A atenção às ruínas medievais e coloniais ocorreu paralelamente à contestação à falta de ações suficientes para a recuperação do passado nacional, que, por sua vez, foi planeado em conformidade com os ideais políticos da primeira metade do século passado, em cada país. Os Estados salvaram os seus monumentos da ruína, salvaram as ruínas e salvaram-se da perda da memória nacional. Durante os regimes ditatoriais, um salvou-se ao reconstruir; o outro, ao tombar.

O Estado Novo português encontrou no restauro da ruína a narrativa política do ressurgimento da nação⁴⁷⁸. A ideia de restauração trina, material, moral e nacional, foi um tema frequente nos discursos de Salazar, cuja estética serviu como a materialização da ideologia estadonovista. Nesse sentido, a unidade de estilo da ruína medieval seria a glória pátria em sua integridade, distinção e exaltação nacionalista; e o restauro dos monumentos, uma narrativa de resgate das páginas esquecidas da história – preservada na pureza da linha estilística, proporcionada pela reintegração.

O «ressurgimento nacional» embasado na tríade máxima do regime, «Deus, Pátria, Família», era igualmente historiográfico. As ruínas medievais, antes lastimadas pelos escritores românticos, foram centrais nas ações interventivas do Estado Novo no património nacional, especialmente as de origem militar, como os castelos. Nesse sentido, as pedras

⁴⁷⁸ Conforme expressão utilizada pelo regime.

dispersas, quaisquer que fossem, não ostentavam bem a nação, para a ditadura. Por isso, salvava-se da ruína. A postura sobre ruínas em Portugal foi, nesse período, uma atitude sobre o restauro e/ou a encenação da monumentalidade, especialmente a ruína medieval, mas inclusive aquelas romanas, como Conímbriga, Coimbra, que foi parcialmente reconstruída.

No Brasil, a ruína colonial abandonada e tomada pela natureza fez reviver a melancolia romântica e a demanda por uma história de âmbito nacional, o mote crucial das primeiras décadas de atuação do SPHAN. O Estado Novo brasileiro salvou as ruínas registrando-as nos Livros do Tombo, integrando-as no Olimpo do passado nacional. A ação «salvadora» de Rodrigo Andrade e Gustavo Capanema elevou-os enquanto grandes nomes do património brasileiro, apesar das seleções e negociações que legitimaram apenas um segmento limitado da memória nacional. As ruínas distinguiram-se como instrumentos eficazes nas políticas nacionalistas, principalmente entre as décadas de 1930 e 1960, enquanto monumentos despedaçados a serem salvos – via tombamento.

A gestão de Renato Soeiro, durante a ditadura civil-militar, continuou a apostar nos tombamentos como política do órgão. Os deslocamentos registados na gestão dos monumentos no país ao longo das chefias de R. Soeiro e de A. Magalhães, reduziram o domínio da pedra e cal para a ampliação das formas de pensar o passado. As mudanças percebidas, ainda durante a ditadura civil-militar no Brasil, devem-se à atuação de serviços patrimoniais, como CNRC e FNPM, e de técnicos e à influência internacional, nomeadamente os consultores da UNESCO.

A inserção de novas ciências nos órgãos patrimoniais, das quais sublinhamos a antropologia e a arqueologia, decorreu em paralelo com a maior participação e atenção à população local, aliada aos estudos e pesquisas que tinham como base obras nacionais e estrangeiras, incentivadas pela participação dos profissionais desses órgãos em congressos internacionais. É também inegável a atuação profissional de certas personalidades, desde os regimes ditatoriais, muitas vezes divergentes da própria visão do órgão, como Raul Lino e Lúcio Costa.

Apesar das breves citações ou de textos produzidos por técnicos, não verificamos uma legislação ou um conjunto de normas específicos sobre ruínas nos quadros dos dois órgãos⁴⁷⁹. Decerto a produção legislativa foi mais extensa, no lado europeu do Atlântico, sendo também a lei do património alterada na passagem do regime ditatorial para o democrático. Todavia, convém lembrar a influência estrangeira em ambas as realidades, principalmente após ambos os países se tornarem signatários de convenções internacionais, como a de Paris, que rege o *Património da Humanidade* (1972) e, ainda mais, após a

⁴⁷⁹ Poucos países contam com estes documentos, na verdade, como a Itália, a Irlanda e a Polónia.

inclusão dos monumentos nesta lista mundial, um deles a Ruína de São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul, Brasil.

É possível que as proporções da crítica aos monumentos se ampliaram no Brasil e em Portugal, diferentemente de outros países, devido à ausência de ruínas causadas por guerras ou conflitos recentes, no que se destacavam as construções fragmentadas em decorrência de causas naturais ou do abandono de suas dependências após a perda ou desvio das funções originais. Nesses contextos, a percepção da negligência institucional alimentava essa amígdala narrativa da perda, presente desde as primeiras classificações/tombamentos de monumentos. É digno de nota, todavia, que essas mesmas críticas não foram dirigidas às reconstruções ou ao elevado número de tombamentos, exatamente o contrário.

A inexistência de restrições fixas, por outro lado, permitiu decisões paradoxais, como a proibição de reconstrução do Convento de Santo Antônio do Paraguaçu, na Bahia, permitida para as Ruínas do Engenho Cunhaú, no Rio Grande do Norte, mesmo que esse último não possuísse documentação arquitetônica necessária para uma recomposição histórica eficaz.

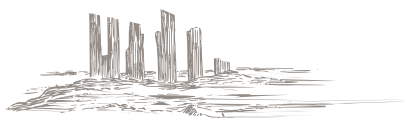
A preservação e a reutilização de ruínas foram alternativas alargadas como parte do processo de ampliação da noção de património cultural encetado nos meios institucionais, nos dois países. A inserção de novos profissionais nos quadros dos órgãos, a aprovação de novas leis ou normas, a influência das diretrizes e concepções teóricas internacionais e, no geral, a tomada de atitudes mais democráticas diante do património cultural contribuíram para esse novo *status quo*.

Além disso, as alterações nos regimes políticos nacionais, nos contextos brasileiro e português, foram pontos de viragem nas políticas patrimoniais e, nestas conjunturas, nos modos de se valorizar as ruínas. Na senda da democratização da gestão do passado nacional, que culminou na valorização do passado imaterial a partir dos anos 2000, as ruínas deixaram o *status* predominantemente estático que amargavam. A constante necessidade de manutenção ou de obras, principalmente em ruínas *grandiosas* e de destaque nacional, como as Ruínas de São Miguel das Missões e as Ruínas do Carmo, fez com que esses monumentos fossem elementos centrais nas alterações percebidas no património cultural.

Atualmente, IPHAN e DGPC contam com um alto número de ruínas a conservar, numa aliança crescente com os estudos arqueológicos que ocorreram, principalmente, após a redemocratização política e que apontam a valorização sob critérios rígidos, porém ainda particularizados a cada caso. As decisões permaneceram bastante plurais quanto à forma de preservação ou de reutilização das ruínas, do abandono institucional à musealização e adaptação turística. Esta última, bastante presente na argumentação para angariação de verbas para, especialmente, intervenções de manutenção e de consolidação.

A redemocratização e a valorização do património arqueológico trouxe uma nova forma de aperceber e contextualizar esses monumentos despedaçados, para além da apreciação estética. O respeito à manutenção do fragmento no âmbito arqueológico foi dilatado, pelo que destacamos a revalorização pedagógica e histórica das ruínas, enquanto documento a ser visitado, compreendido e estudado.

O nacionalismo, ainda presente, cedeu parcialmente o lugar à pesquisa e à musealização. Nesse meio, o património imaterial, a valorização de bens advindos de realidades distintas das galardoadas enquanto memória nacional e, entre outros, o estímulo à visita contextualizada nos dois países aqui estudados apontam a existência de transformações marcantes na conduta patrimonial diante das ruínas. Estas transformações não deixaram de estar inseridas nas modificações ocorridas no património cultural e não deixaram de afetar os monumentos ainda hoje alusivos às origens das nações, as ruínas medievais, para Portugal, e as ruínas coloniais⁴⁸⁰, para o Brasil.



⁴⁸⁰ Atualmente, em visível processo de reescrita histórica, graças aos estudos decoloniais.

Segunda Parte: As ruínas patrimoniais no Brasil e em Portugal

Vítor Serrão propôs um ramo transversal na História da Arte para se estudar as obras que não sobreviveram ao tempo, às alterações, às calamidades ou ao vandalismo humano, a *cripto-história da arte*. Para tanto, o historiador da arte dividiu-a em quatro vertentes, a *Cryptanalysis*, para obras destruídas de modo natural ou antrópico; a *Dedução*, relativamente às obras já desaparecidas; a *Reconstituição*: no que se refere à «análise do fragmento de um conjunto artístico nos nossos dias parcialmente inexistente, a fim de desvendar a sua possível estrutura inicial»⁴⁸¹; e a *Incriação*, para obras que ou foram parcialmente criadas ou não foram criadas de todo⁴⁸².

Nesta segunda parte da tese, listamos os estudos de caso portugueses⁴⁸³ e brasileiros⁴⁸⁴ nos capítulos seguintes, analisados a partir da *Cryptanalysis*, conforme proposta por V. Serrão, e a partir da nossa proposta de classificação das ruínas.

As ruínas patrimoniais podem ser fontes de estudo, mesmo a partir das ausências. Escrever sobre a ruína, portanto, é descrever o que a precedeu – suas origens e seu uso na qualidade de construção completa, os acontecimentos que levaram ao arruinamento e, por fim, todo o processo de valorização e conservação das estruturas fragmentadas. Sem esse historial, incorreríamos no anacronismo e na imprecisão dos factos históricos.



Capítulo 03: A cidade e a ruína: «os Carmos» de Lisboa

Ô malheureux mortels! Ô terre déplorable!
Ô de tous les mortels assemblage effroyable!
D'inutiles douleurs, éternel entretien!
Philosophes trompés qui criez: «Tout est bien»;
Accourez, contemplez ces ruines affreuses,
Ces débris, ces lambeaux, ces cendres malheureuses,
(...)
Dans l'horreur des tourments leurs lamentables jours!
(...)
Voltaire, 1877, Poème sur le désastre de Lisbonne

⁴⁸¹ Serrão, *A Cripto-História de Arte*, 12.

⁴⁸² Serrão, 11–12. Sobre a Cripto-História da Arte, ver também: Serrão, «Portugal Em Ruínas». Cumpre sublinhar que o texto recomendado prefacia o livro *Portugal em Ruínas*, de Gastão de Brito e Silva, cujas fotografias das ruínas foram divididas em património eclesiástico, militar, civil e industrial, todas elas em preto e branco, ver: Silva, *Portugal em Ruínas*.

⁴⁸³ Ruínas do Carmo, Lisboa, e o Mosteiro de Santa-Clara-a-Velha, Coimbra.

⁴⁸⁴ Ruínas de São Miguel das Missões, em São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul, as Ruínas do Convento de S^{to}. Antônio do Paraguaçu, Cachoeira, Bahia, e as Ruínas do Convento Carmelita de Cabo de S^{to}. Agostinho, do município homónimo, Pernambuco.

Neste terceiro capítulo, o primeiro da *Parte 2*, procuramos desentrançar a longa trajetória das Ruínas do Carmo e a sua relação com a cidade de Lisboa⁴⁸⁵, da qual é símbolo e onde sedia o museu mais antigo do país, o Museu Arqueológico do Carmo, mas não sem antes terem sido usadas como estrumeira do aquartelamento vizinho. Para tanto, pretendemos primeiro compreender a ordem religiosa e o contexto no qual a construção foi firmada e concluída, e posteriormente destruída, com o apoio da literatura científica⁴⁸⁶.

Imbuídos desse material científico, cotejaremos a preservação das Ruínas do Carmo em seus diversos vieses, museu, ruína e famigerado ponto de memória de Lisboa (do sismo, do Condestável D. Nuno Álvares Pereira e da cidade), da qual as ruínas são dos maiores cartões-postais. O robusto acervo documental para os séculos XX e XXI, nomeadamente no Arquivo da antiga DGEMN, obrigou-nos à síntese e ao registo do que seria necessário ao entendimento da conceção da ruína, tão cara à cidade. O Arquivo da Salvaguarda do DGPC também foi consultado.

3.1 Entre lendas e santos: as origens da Ordem do Carmo

As Cruzadas e as Peregrinações à Terra Santa são os dois fenómenos associados à história da Ordem do Carmo, pelo que não devemos esquecer a ação dos eremitas no norte da Palestina, nomeadamente no Monte Carmelo, ao longo dos séculos XI e XII. Por volta de 1210, parte desses religiosos procuraram organizar-se num grupo comum, sob uma liderança relativamente anónima, conhecida apenas pela sua primeira letra, B – possivelmente Brocardo⁴⁸⁷, como convencionado na historiografia do século XX, ou, em algumas referências, um ex-cruzado, o São Bertholdo⁴⁸⁸.

Os religiosos solicitaram a regra ao patriarca de Jerusalém, Alberto, que considerou, para tanto, a oração contínua, a pobreza, os trabalhos manuais e a importância da meditação⁴⁸⁹. A chamada Regra albertina foi essencial para que os carmelitas superassem a proibição da criação de novas ordens religiosas proposta no Concílio Lateranense IV (1215), dada a preexistência desse documento. Posteriormente, o Papa Honório III aprovou a «Forma de vida» carmelita a 30 de janeiro de 1226, sendo posteriormente confirmada pelo Papa Gregório IX em três documentos distintos a 05, 06 e 09 de abril de 1229⁴⁹⁰.

⁴⁸⁵ Vide Figura 9 (Apêndice).

⁴⁸⁶ Dentre os trabalhos consultados, destacamos: Bayón, «História da origem do Carmo em Portugal»; Bayón, «San Nuño Alvarez Pereira Frey Nuno de Santa Maria, Carmelita»; Sequeira, *O Carmo e a Trindade*, 1939, Vols. 1 e 2; Sequeira, *O Carmo e a Trindade*, 1941, Vol. 3; Brandão, *As ruínas do Carmo*; Pereira, *A Igreja e o Convento de Santa Maria do Carmo de Lisboa (1389-1755)*; Soares, «A Igreja de Santa Maria do Monte de Lisboa, vols. 1 e 2»; Pereira, «A Igreja e Convento do Carmo».

⁴⁸⁷ Bayón, «História da origem do Carmo em Portugal», 17–20.

⁴⁸⁸ Honor, «Cultura carmelita em ação», 4–5.

⁴⁸⁹ Bayón, «História da origem do Carmo em Portugal», 19–20.

⁴⁹⁰ Bayón, 20–23.

A continuidade da vida carmelita na região palestina tornou-se, entretanto, insustentável diante dos conflitos entre muçulmanos e cristãos, fazendo com que os religiosos voltassem aos seus locais de origem, na Europa, por volta de 1238. Dessa emigração, que foi facilitada pela Santa Sé, como visto na bula de Gregório IX, de 27 de julho de 1247, são exemplos fundações monasteriais no Chipre, em Messina (Sicília), em Aylesford e Hulne (Inglaterra) e em Aygalades (Provença)⁴⁹¹.

No mundo ocidental, a Regra albertina teve de ser adaptada à nova realidade com a qual os carmelitas se depararam. A Regra corrigida foi promulgada na bula *Quae ad Honorem Conditoris*, de 01 de outubro de 1247, que trouxe mudanças significativas para o futuro da Ordem, em especial, devido à retirada da exigência da fundação de mosteiros em desertos. Com isso, sugeriram novas fundações, como as de Cambridge (1247), Oxford (1253), Paris (1259) e Bolonha (1260), sendo os primeiros conventos espanhóis também situados em grandes cidades⁴⁹².

A fuga para o Ocidente modificou o modo de vida carmelita, do eremítico ao mendicante, segundo Boyce, pelo que se expandiram e se tornaram uma ordem internacional. Em 1281, já possuíam 10 províncias, em que a presença simultânea na Terra Santa e na Europa ocidental legou também a coexistência de elementos de cada parte, entre outros, no modo de vida dos religiosos. Cabe lembrar que os carmelitas já não estavam mais na Palestina em 1291⁴⁹³.

A associação mítica a Elias foi primeiro vista na *Rubrica Prima* anexada às Constituições Carmelitanas de Londres (1281), na qual as temporalidades misturam-se, do tempo bíblico ao dos escritores carmelitas. Isso ocorre, segundo Jane Ackerman, na estreita relação dos carmelitas com a contemplação e com o chamado profético, igualmente, na reinterpretação das passagens de Elias na Bíblia, a exemplo da sua imagem isolada e da presença de eremitas ao seu redor. Teríamos, portanto, uma visão de conjunto, ao invés de indivíduos (almas) isoladas, relacionando a trajetória eremítica de Elias àquela vivida pelos carmelitas⁴⁹⁴.

A conhecida lenda da origem eliana do Carmo, entre outras lendas que remontam à Baixa Idade Média nos conventos carmelitas, «(...) vieram a transmitir-se nos conventos carmelitas; em alguns ambientes consideram-se, quase até aos nossos dias, como história propriamente dita, e não faltaram rupturas, na hora de demarcar os campos e desmontar o aspecto lendário»⁴⁹⁵. O limiar entre o real e o lendário manteve-se presente no Carmo

⁴⁹¹ Bayón, 24–26.

⁴⁹² Bayón, 26–30.

⁴⁹³ Boyce, «The Medieval Carmelite Office Tradition», 120.

⁴⁹⁴ Ackerman, «Stories of Elijah and Medieval Carmelite Identity», 124–38.

⁴⁹⁵ Bayón, «História da origem do Carmo em Portugal», 17.

mesmo depois da reforma iniciada por Santa Teresa e da divisão dos carmelitas em calçados e descalços⁴⁹⁶. Exemplo disso foi a instalação da escultura de Santo Elias na Praça de São Pedro pelo Papa Benedito XII, em 1725, percebida por André Honor como uma confirmação do santo como fundador da ordem pelo Vaticano, em que «As duas províncias carmelitas, Calçada e Descalça, ratearam os custos da obra em um raro momento em que agiram de comum acordo»⁴⁹⁷.

3.1.1 O Carmo em Portugal: o Convento de Santa Maria do Monte do Carmo

O primeiro mosteiro carmelita português da Estrita Observância surgiu em Moura, mas a data certa da fundação é ainda desconhecida. Já o fundador, foi convencionado desde os escritos de Padre Luís da Apresentação, o nome de D. Afonso de la Cerda. Outros autores, como o Padre Manuel de Sá, defendem a possível fundação pelas ordens militares, como os Cavaleiros de Malta; ou, ainda, como Velasco Bayón considera, pela possível procedência de conventos ibéricos, tais como Huesca, Lérida, Valência, Saragoça, Barcelona, Palma de Maiorca, entre outros, ou mesmo de conventos franceses, onde havia mais carmelitas⁴⁹⁸.

Apesar de não indicar uma data exata, Velasco Bayón defende que o Mosteiro de Moura foi fundado sob a égide da Província de Espanha, então a única na Península Ibérica. Os conventos foram divididos, a partir de 1354, nas Províncias de Espanha (conventos de Valência, Saragoça, Huesca, Calatayud, Toledo, Requena, Gibrleão, Moura) e da Catalunha, ou da Catalunha e Baleares (conventos de Barcelona, Perpignan, Maiorca, Peralada, Girona, Camprodón, Manresa, Lérida, Valls). Posteriormente, foram fundados os conventos em Sevilha (1358), Ávila (1364) e Torresandino (1394), um número mais baixo decorrente do Cisma do Ocidente⁴⁹⁹.

Ao contrário do seu equivalente mourense, o Mosteiro de Santa Maria do Carmo ou Mosteiro de Nossa Senhora do Monte do Carmo, em Lisboa, tem um fundador incontestado, o Condestável D. Nuno Álvares Pereira.

A construção do convento não ficou livre do misticismo estimado pela Ordem do Carmo, em múltiplos âmbitos, como pela escolha da construção numa encosta defronte ao Rossio (anterior Valverde), dado o simbolismo das conquistas militares e do patriotismo associado à vocação religiosa do seu patrono. A «*geografia mítica e fundante*»⁵⁰⁰ do local de construção, portanto, lembrava o campo de batalha, mas também, como refletido pelo Frei

⁴⁹⁶ A Reforma Carmelita será aprofundada no Capítulo 7. Salientamos que as Ruínas do Carmo fizeram parte da Estrita Observância (carmelitas calçados).

⁴⁹⁷ Honor, «Cultura carmelita em ação», 2.

⁴⁹⁸ Bayón, «História da origem do Carmo em Portugal», 31–36.

⁴⁹⁹ Bayón, 36; Bayón, «San Nuño Alvarez Pereira Frey Nuno de Santa Maria, Carmelita», 60.

⁵⁰⁰ Pereira, «A Igreja e Convento do Carmo», 90.

José de Pereira Santa Ana, remetia-se ao Monte Carmelo e às origens da própria Ordem do Carmo⁵⁰¹.

A escolha da invocação do templo enquanto Nossa Senhora do Vencimento, possivelmente posterior ao de Santa Maria do Carmo⁵⁰², não deixou de considerar o contexto das batalhas nacionais, seja pelo nome, seja pela relação com o Mosteiro da Batalha, também em construção, devido ao voto de D. João I pela Batalha de Aljubarrota, cuja invocação era Santa Maria da Vitória⁵⁰³.

À volta desta fundação piedosa, entreteceu-se, a pouco e pouco, uma lenda que tentou um liame entre o intento religioso e o espírito patriótico. Foi dos seus primeiros períodos gestatórios que nasceu para o mosteiro, erquido na Pedreira a-par dos Paços do Almirante, o nome de «Nossa Senhora do Vencimento». (...) Porque alguns scribes, da linha dos Acenheiros e Brandões, atiraram a boa terra a semente de um voto feito por Nuno Álvares, em certa batalha, a cujo vencimento corresponderia tal fundação. E diziam uns que a batalha fôra a de Aljubarrota; outros que fôra a de Valverde⁵⁰⁴.

A autorização régia para a construção do convento foi seguida pela ajuda financeira. A permissão de Roma veio com a bula *Piis Fidélium Votis*, de 08 de dezembro de 1386. O Papa Urbano VI também aprovaria, mais tarde, a celebração de missas em qualquer momento após a meia-noite na igreja e no mosteiro, por meio da bula *Dilecto filio nobile viro Nuno Comite*, de 26 de novembro de 1387. A primeira pedra foi lançada possivelmente em julho de 1389 – no dia 16, acredita-se, por ser o dia consagrado a Nossa Senhora do Carmo⁵⁰⁵.

O primeiro projeto para a igreja do mosteiro do Carmo foi rejeitado, pois o plano era contra a praxe litúrgica, uma vez que a frontaria estava voltada para o Oriente, para a qual o acesso se dava pela escadaria dos baixos de Valverde. No novo plano, a frontaria voltou-se para Ocidente, como permanece até aos dias atuais. A obra foi, então, iniciada pela capela-mor, porém com novos reveses. O terreno de «areias mortas» impedia a estabilidade da construção, com relatos de vítimas nesse momento da empreitada, como apontado por Gustavo Sequeira⁵⁰⁶.

⁵⁰¹ Pereira, 90–91. A associação feita por Frei José Pereira de Santa Ana entre a encosta do Carmo, onde o Convento do Carmo seria erguido, também foi lembrada na pesquisa de Célia Pereira, *A Igreja e o Convento de Santa Maria do Carmo de Lisboa (1389-1755)*, 1:25.

⁵⁰² Paulo Pereira atenta para o papel da «imposição popular e oral» na consolidação dessa invocação, cf. Pereira, «A Igreja e Convento do Carmo», 92.

⁵⁰³ Barbosa, *Monumentos de Portugal*, 366; Leal, *As ruínas do Carmo*, 10; Brandão, *As Ruínas do Carmo*, 2–3.

⁵⁰⁴ Sequeira, *O Carmo e a Trindade*, 1939, 1:90.

⁵⁰⁵ Sequeira, 1:92.

⁵⁰⁶ Sequeira, 1:97.

Após duas tentativas falhadas, Nuno Álvares Pereira contratou os irmãos Anes para substituir os mestres de obras despedidos, eram eles: Afonso, Rodrigo e Gonçalo Anes⁵⁰⁷. As fundações foram enviesadas para que a construção se fixasse no terreno arenoso, com trabalhos até 1397, quando os muros da capela-mor e do cruzeiro foram iniciados, bem como os alicerces do corpo do templo e dos edifícios do mosteiro⁵⁰⁸. Essa primeira fase das obras, entre 1389 e 1397, conforme Célia Pereira, cessaria com a conclusão do transepto⁵⁰⁹.

Novos desafios assomaram-se após o soerguimento das paredes. A parede do frontispício teve uma fenda aberta de modo repentino, obrigando a inclusão de cinco arcobotantes na fachada lateral⁵¹⁰, com a colocação posterior de outros no lado do Norte. Posteriormente, os elementos arquitetónicos foram apeados e substituídos por pedestais dos arcos do claustro e pelo engrossamento de paredes. Estima-se que já constava a existência da capela-mor, do cruzeiro e das capelas absidais em fins do século XIV, pelo que os Carmelitas de Moura puderam habitar o Mosteiro, a convite do Condestável⁵¹¹.

A existência da inscrição «Gomez» no portal sul (ou porta travessa), entre outros lugares, leva-nos a crer na atuação de Gomes Martins como mestre de obras da igreja. A menção a duas direções de obra, os irmãos Anes e Gomes Martins, pode indicar a mudança de liderança algures os longos oito anos de obras decorridos, como defendido por Paulo Pereira, que também ventilou a possibilidade deste último ter escolhido a abóbada de berço quebrado em tijoleira, mais leve, para cobrir a nave lateral⁵¹². Cabe aqui também salientar a provável influência do estaleiro do Mosteiro da Batalha nas obras do Carmo, a exemplo da cabeceira com capelas escalonadas⁵¹³.

Na cabeceira, a *Capela-Mor*, saliente e de maior altura, acompanhada de *quatro absidiolos poligonais escalonados* - dois de cada lado -, o que constituía uma variante do modelo batalhinho. Variante ou não, o certo é que, em Portugal, apenas Santa Maria da Vitória e a Igreja do Carmo exibem esta estrutura complexa de cinco capelas de panos poligonais no topo. Tratava-se da evolução do modelo das mais importantes *igrejas do gótico mendicante* da região Centro e Sul do país⁵¹⁴.

⁵⁰⁷ Na equipa, os irmãos Anes contavam com os pedreiros reconhecidos em Lisboa, Lourenço Gonçalves, Estêvão Vasques, Lourenço Afonso, João Lourenço. Para a cal, Judas Accarron e Beijamim Lagar. Álvaro Pires trabalhou como «mandador» da obra e Pedro Gonçalves, como «pagador» Sequeira, 1:97–98.

⁵⁰⁸ Sequeira, 1:97-98.

⁵⁰⁹ Pereira, *A Igreja e o Convento de Santa Maria do Carmo de Lisboa (1389-1755)*, 1:25-26.

⁵¹⁰ Pereira, 1:26. Sequeira coloca quatro arcobotantes na parede Sul Sequeira, *O Carmo e a Trindade*, 1939, 1:98.

⁵¹¹ Sequeira, 1:98–102. Nuno Álvares Pereira convidou os Carmelitas de Moura para habitar o convento algures no fim do século XIV, o ano correto é desconhecido, com a sugestão de Gustavo Sequeira de que poderia ser o ano de 1397, cf. Sequeira, 1: 101-102.

⁵¹² Pereira, «A Igreja e Convento do Carmo», 96.

⁵¹³ Chicó, *A arquitectura gótica em Portugal*, 85; Pereira, *Arquitetura Portuguesa*, 200–201.

⁵¹⁴ Pereira, «A Igreja e Convento do Carmo», 96.

Nuno Álvares Pereira, o fundador, participou da conquista de Ceuta, em 1415, coetânea ao decorrer das obras, como Sequeira destaca, e abandonou o século apenas sete anos depois dessa incursão militar, em 1422, com as obras rematadas. Um ano depois, ele oficializava a doação do mosteiro à Ordem do Carmo a 06 de julho de 1423⁵¹⁵.

No que se refere à acção do Condestável durante a sua vida, há que atender àqueles aspectos que se prendem com a sua ligação à Ordem do Carmo, não apenas com o convento que ele fundara em Lisboa, como com aquele outro que já existia na vila de Moura. De facto, conhecemos ainda insuficientemente esta ordem religiosa no Portugal medieval. Novas investigações baseadas em documentação inédita que ainda se conserva nos nossos arquivos aclararão decerto outros problemas menos conhecidos da relação que Nun'Álvares manteve com os carmelitas⁵¹⁶.

O Condestável desfez-se dos bens materiais, doando-os, como o fez com o mosteiro. No ano seguinte, tornou-se Donato Carmelita, um semi-frater, Frei Nuno de Santa Maria, vivendo oito anos em clausura até 01 de novembro de 1431⁵¹⁷ ou 01 de abril de 1431⁵¹⁸, falecendo aos 71 anos.

A relação dual entre a espada e a oração estava presente desde as campanhas militares, o orar e o combater intercalavam-se na criação de uma personalidade santificada ainda em vida, cuja devoção à Maria e piedade davam-lhe «(...) uma fé indestrutível em si próprio, e ao mesmo tempo uma caridade inesgotável para com todos os homens: amigos, inimigos, portugueses, castelhanos»⁵¹⁹.

Os relatos míticos do Condestável não deixaram de fazer parte da história portuguesa e do Carmo, entre o eclesiástico, o mítico e o pátrio⁵²⁰. Ora, instalado no Convento do Carmo, em sua cela solitária, Nun'Álvares facilmente foi associado ao próprio profeta Elias⁵²¹ ou, por seu lado guerreiro, considerado o Galaaz português⁵²².

(...) Nun'Álvares é herói enquanto santo, é santo enquanto herói. A figura do guerreiro, cultuada pela Pátria terrestre, projecta a sombra de um santo que, na condição de guerreiro, era já possuído pela vocação de santidade, leigo sendo e não mais que leigo, ainda por cima comprometido numa arte que, tendo por fim a construção da paz exigia, no terreno da batalha, a morte do próximo. O fim da guerra consiste em obter a paz, sem dúvida, mas o trajecto da história humana comprova que a obtenção da paz mediante a guerra provoca a morte,

⁵¹⁵ Sequeira, *O Carmo e a Trindade*, 1939, 1:100; 130–32.

⁵¹⁶ Moitero, «Sobre Nun'Álvares Pereira...», 219–20.

⁵¹⁷ Sequeira, *O Carmo e a Trindade*, 1939, 1:130–36; Barbosa, *Monumentos de Portugal*, 369.

⁵¹⁸ Bayón, «História da origem do Carmo em Portugal», 54–57.

⁵¹⁹ Oliveira Martins, *A vida de Nun' Alvares*, 400.

⁵²⁰ Pinharanda Gomes ponderou N. A. Pereira como herói e santo, numa paridade que foi porventura unida entre o eclesial e o patrial, salientando que o seu culto ao Condestável, segundo o historiador, começou no âmbito popular. Gomes, «O Galaaz do Carmelo», 21–23.

⁵²¹ Oliveira Martins, *A vida de Nun' Alvares*, 424–25.

⁵²² Gomes, «O Galaaz do Carmelo», 23; Pereira, *Enigmas*, 170; Pereira, «A Igreja e Convento do Carmo», 88; Lachi, «Nuno Álvares Pereira», 46.

ainda quando a guerra é justa, quando o guerreiro é um Galaaz, ou um Elias, e quando a paz é um Graal. A dicotomia do culto alvarino apresenta-se constante, revestida de cariz mítico, como se uma das faces necessitasse da outra e vice-versa⁵²³.

Mesmo sem o seu «Padroeiro, de Provedor e de Administrador Geral perpétuo das suas rendas», é inegável que a associação do fundador ao convento persistiu para além da morte e ao longo do tempo, como comprovado pelo apoio régio recebido. Maria Rosa considera, inclusive, a existência de quatro grupos que geriram a memória de Nuno A. Pereira, uma vez ele morto: a Coroa, a Igreja, a Casa de Bragança e o povo⁵²⁴. Outro aspecto digno de lembrança foram os eventos realizados no local, que se tornou um espaço de festas e procissões, a exemplo das celebrações das canonizações de Santo André Corsino (1629), Santa Maria Madalena de Pazzi (1669) e São João da Cruz (1726)⁵²⁵.

O Convento do Carmo manteve-se sob a Província Carmelita. O aspecto exterior da Igreja do Carmo contou apenas com alterações ligeiras, como os janelões retangulares abertos para que uma maior claridade alcançasse as naves laterais e a porta lateral feita para suprir o entaipamento da porta do Cruzeiro em fins do século XVI. Já durante os séculos XVII e XVIII, houve um acrescento, a Capela do Santo Cristo Cativo, na passagem do lado Sul, que levava às escadas da Piedade, no século XVII, sendo a mesma ampliada em 1743⁵²⁶.

No interior da Igreja do Carmo, somavam-se facilmente 72 metros da nave central até ao retábulo, com a abóbada concluída em fins do século XVI, numa altura de 25 metros, com altos feixes de colunas. As naves laterais chegavam a 17 metros de altura, com 46 metros e 40 centímetros de comprimento até ao Cruzeiro. O recheio, a azulejaria e o trabalho na talha da mesma eram dignos de elogios de cronistas dos séculos XVII e XVIII. As naves eram divididas por balaústres, onde Frei Bento de Sampaio colocara seis confessionários em 1720, enquanto uma gradaria de pau santo separava as capelas nas naves laterais em obra de 1740, do Frei José da Natividade. No meio da nave central, um cemitério com 112 lajes fora encomendado em 1738 pelo Padre Frei Félix de Matos. Não deixemos de citar o arco triunfal da capela-mor, com abóbada caleada, e os arcos das capelas absidais⁵²⁷.

Tamanha realidade pode ter sido imposta pela quantidade de capelas acrescentadas à parte interna da igreja, onde mais existem relatos de alterações. Todas as capelas da Igreja

⁵²³ Gomes, «O Galaaz do Carmelo», 23.

⁵²⁴ Rosa, «A devoção de Nuno, a construção de São Nuno», 27.

⁵²⁵ Bayón, «História da origem do Carmo em Portugal», 383.

⁵²⁶ Sequeira, *O Carmo e a Trindade*, 1939, 2:329. Houve obras entre 1526 e 1527 relativas ao convento, enquanto as obras sebastianas de 1596 e 1597 consistiram em reparos e transformações, estando o mosteiro protegido pelos soberanos portugueses Sequeira, *O Carmo e a Trindade*, 1939, 1:360–61.

⁵²⁷ Sequeira, *O Carmo e a Trindade*, 1939, 2:328–32. Vide Figuras 11, 12 e 15 (Apêndice).

do Carmo dataram do século XVII e possuíram semelhanças na proporção e arquitetura do retábulo dourado e lavrado de talha, exceto a capela do Santo Cristo Cativo⁵²⁸.

A Capela de Nossa Sra. do Carmo situava-se na capela-mor, enquanto a Capela de N. Sra. da Encarnação (ou Capela de N. Sra. dos Prazeres ou Capela de Santa Ana e São Joaquim) e a Capela de N. Sra. da Boa Morte (ou Capela dos Fiéis de Deus) encontravam-se nos 1º e 2º absidiolos do lado do Evangelho. A Capela da N. Sra. da Piedade e a Capela dos Santos Reis Magos (ou Capela de N. Sra. da Conceição) localizava-se no lado da Epístola⁵²⁹.

Na nave do lado do Evangelho, tínhamos a Capela da Encarnação e da Cruz; a Capela de S^{ta}. Ana (ou Capela de N. Sra. dos Remédios ou Capela de N. Sra. do Socorro); a Capela de S^{ta}. Luzia; a Capela de S. Alberto; a Capela de Jesus, Maria, José; a Capela de S. João Evangelista; a Capela de S. Miguel e Almas; a Capela de S^{ta}. Catarina (antes Capela de S^{to}. Ildefonso ou Capela de N. Sra. da Paz) e a Capela de S. Roque. Já no lado da Epístola, a Capela do Santíssimo Sacramento; a Capela de S^{to}. Cristo Cativo (ou Capela do Espírito Santo); a Capela de S. Simão Stoch; a Capela de S^{to}. Ângelo; a Capela de N. Sra. da Vida; a Capela de S. Pedro; a Capela de S^{ta}. Teresa de Jesus; a Capela de S^{ta}. Maria Madalena de Pazzi e a Capela de S. João Batista. Célia Pereira destaca a existência de uma pequena capela exterior, ou um possível altar, próximo ao portal lateral sul, de N. Sra. da Piedade⁵³⁰.

3.2 O sismo, o fogo, a destruição

Em Lisboa, às 9h40 da manhã de um domingo de feriado católico, no primeiro dia de novembro, dia de todos santos, de 1755, iniciava-se um abalo sísmico a oeste de Gibraltar, no Oceano Atlântico⁵³¹, que durou entre 3 e 6 minutos, e cuja magnitude se aproximou do nível 9 da escala de Richter. Do rio Tejo, cerca de 40 minutos depois um maremoto atingiu Lisboa, seguido por uma série de incêndios que perdurariam dias a arrasar a cidade⁵³², que

⁵²⁸ Deste modo, «As primitivas quatro arcarias de cada lado, correspondentes aos tramos formados pelos cinco feixes de colunas das naves, dentro das quais se aninharam os primeiros retábulos, viram-se, a pouco e pouco, ladeados de altares, dada a afluência de instituidores devotos (...)», cf. Sequeira, 2:362–63.

⁵²⁹ Pereira, *A Igreja e o Convento de Santa Maria do Carmo de Lisboa (1389-1755)*, 1:40.

⁵³⁰ Pereira, 1:40. Consideramos que a pesquisa pormenorizada do recheio ou das capelas da Igreja do Carmo excede os limites metodológicos da tese, por isso nos concentraremos apenas em citá-las, a fim de vislumbrarmos tamanhas as alterações implementadas no Carmo, não apenas cotidianamente, na relação com os devotos e nas missas rezadas, mas principalmente na organização estrutural da igreja em questão. Talvez por isso Sequeira tenha se indagado «Se o donato Frei Nuno de Santa Maria pudesse ver a igreja nas vésperas do 1.º de Novembro de 1755 não a reconheceria talvez», cf. Sequeira, *O Carmo e a Trindade*, 1939, 2:329.

⁵³¹ O terramoto foi sentido em partes da Europa, norte da África e nas Américas, tendo devastado também regiões litorâneas, como o Algarve, os Açores e o sudoeste espanhol, também foram atingidos pelo desastre natural, Kozák e Čermák, «Great Lisbon Earthquake of 1755», 131–32; França, *Lisboa*, 37. Para a presente tese, nos concentraremos nas suas consequências apenas em Lisboa, a cidade mais destruída.

⁵³² Kozák e Čermák, «Great Lisbon Earthquake of 1755», 131–32. Vide Figura 10 (Apêndice).

já contava com um quarto de milhão de habitantes. Os números variam, de acordo com os interlocutores, mas estima-se que dez mil pessoas faleceram na tragédia ou por efeito dela⁵³³.

As repercussões do desastre natural subdividiram-se em áreas distintas, com notória atenção dada às questões religiosas, como no conhecido poema de Voltaire apresentado na epígrafe do capítulo, que – quase como Petrarca séculos antes – atribuiu a ruína de Lisboa a um castigo divino. Entretanto, as respostas e o pensamento de Rousseau e Kant inauguraram um maior debate científico em diversos campos, da filosofia à geologia. Alexander Regier destaca o carácter disruptivo do evento para a secularização e para a modernização das ciências e das humanidades no continente. A marca da Europa moderna foi apresentada no terramoto a partir de uma visão menos otimista da vida e na reflexão com base na análise das causas naturais⁵³⁴.

O cataclisma – um terremoto, seguido por um maremoto e incêndios pela cidade – ocorreu num domingo de feriado religioso; numa capital europeia já conectada com as demais, pelo que reuniu condições notáveis, que agudizaram o acontecimento, como listados por António B. de Almeida: a intensidade da tragédia, as suas tipologias (terramoto e maremoto), a devastação provocada e pelas próprias condições em que ela ocorreu, no dia 01 de novembro, ao que se soma o sobressalto religioso. A rápida resposta pombalina nos aspectos humanitários, na segurança pública e no planeamento da reconstrução da cidade também foram singulares⁵³⁵.

O Convento do Carmo não escapou à catástrofe, cujos prejuízos também foram decorrentes dos incêndios, pois arderam os dormitórios, as celas, o cartório, entre outros. A área conventual registou perdas, como a queda de 3 lanços do claustro e da torre sineira. O prejuízo nas capelas também foi considerável, porém maiores foram as perdas humanas, tendo falecido 15 religiosos⁵³⁶.

Do corpo da igreja, permaneceram em pé somente a zona da cabeceira, porém sem o teto da Capela-Mor, alguns trechos das paredes Norte e Sul e a fachada principal, cuja parte atingida foi apenas a superior. O elogiado recheio artístico da edificação foi perdido com o incêndio⁵³⁷. O «Extracto da consideravel perda que tiveram os religiosos de Nossa Senhora do Carmo na sua magnifica Egreja e Convento de Lisboa em o primeiro de Novembro de 1755», transcrito por Cunha Brandão⁵³⁸, relatou tamanha destruição, iniciada

⁵³³ França, *A Reconstrução de Lisboa e a Architectura Pombalina*, 9–12.

⁵³⁴ Regier, «Foundational Ruins», 357–58.

⁵³⁵ Almeida, «Um Terramoto em Lisboa (1755)», 14.

⁵³⁶ Sequeira, *O Carmo e a Trindade*, 1941, 3:12–13.

⁵³⁷ Pereira, *A Igreja e o Convento de Santa Maria do Carmo de Lisboa (1389-1755)*, 1:81.

⁵³⁸ O documento disponível no maço n.º 10 do Cartório do Carmo, ANTT, apresentou o inventário das perdas pós-sismo, transcrito na íntegra em Brandão, *As ruínas do carmo*, 43–53.

no terremoto, com a queda do corpo da igreja, e concluída com o incêndio, que consumiu a custódia da Capela-Mor, o túmulo de N. A. Pereira, várias capelas e boa parte do recheio da igreja.

O convento de D. Nuno Álvares Pereira padeceu ruína completa. A abóbada do cruzeiro abateu ao primeiro abalo; a do corpo da igreja logo a seguir, e depois a da Capela-mor. (...) Ateado o incêndio alastrou rápido, e as talhas dos retábulos, a madeira das imagens e dos castiçais, os tecidos das ornamentações e paramentos, formaram o grande brazeiro que estalou as cantarias das paredes, dos pilares das naves e dos arcos dos altares. A torre veio abaixo. Os merlões do ameado das ábsídes, os coroamentos de todo o vasto edifício, deslocaram-se e caíram. As próprias paredes das naves sofreram ruína, abrindo-se nuns pontos e desmoronando-se noutros, e as da Capela-mor aluíram também com a queda da abóbada, só ficando de pé a parte inferior com a fiada do primeiro andar dos janelões de iluminação. (...) Só os quatro absídiolos e a parte inferior da frontaria, sôbre o adro, ficaram de pé⁵³⁹.

Após o cataclisma, os carmelitas estabeleceram-se em barracas no Campo Grande e, depois, nas Amoreiras – onde ordenaram a construção de uma capela junto das Águas Livres usada até 1758, quando retornam à sede em cortejo solene a 02 de julho do mesmo ano. Em paralelo, iniciaram o processo de reconstrução do conjunto religioso. Também construíram uma pequena igreja interina entre duas portas do convento, face ao Largo do Carmo, onde foram lecionadas aulas de Instrução Primária e onde decorreram alguns concertos⁵⁴⁰.

De acordo com Vilhena Barbosa, faltaram o ânimo e o dinheiro aos religiosos do Carmo⁵⁴¹, em oposição ao que foi refletido por Pereira, «O empenho dos frades carmelitas em reerguer o seu templo foi notável, recorrendo assiduamente junto de várias irmandades, confrarias e particulares que, consoante as suas posses, iam fazendo os seus donativos ou concedendo empréstimos a juro»⁵⁴².

Existe pouco escrito sobre a reconstrução do Convento do Carmo pós-sismo. Sabe-se que as obras já estavam a decorrer em 1757, tendo os religiosos tomado empréstimos para a empreitada entre 1757 e 1758⁵⁴³, com as obras interrompidas em 1833. É inegável que tiveram dificuldades para reunir os valores necessários para a reconstrução, tendo procurado empréstimos a corporações e indivíduos, chegando a fundir a prata de capelas

⁵³⁹ Sequeira, *O Carmo e a Trindade*, 1941, 3:11–12.

⁵⁴⁰ Brandão, *As Ruínas do Carmo*, 53; Soares, «A Igreja de Santa Maria do Monte de Lisboa», 1: 76.

⁵⁴¹ Barbosa, *Monumentos de Portugal*, 380.

⁵⁴² Pereira, *A Igreja e o Convento de Santa Maria do Carmo de Lisboa (1389-1755)*, 1:81.

⁵⁴³ Frei José Pereira de Santana era o Provincial do Carmo à época – falecido em 1759, foi substituído por Frei António de Almeida. Já o Padre Frei Patrício José, era o superintendente da obra pós-sismo, Sequeira, *O Carmo e a Trindade*, 1941, 3:71–75.

para que os custos fossem cobertos⁵⁴⁴, sendo as obras também custeadas com os rendimentos do convento e com as esmolas recebidas dos fiéis⁵⁴⁵.

A disponibilidade dos recursos económicos cerceou a realização das obras, um paradoxo, se considerarmos a anterior pujança do convento alvarino. Célia Pereira pontuou, inclusive, a decadência na vida claustral, devido aos poucos meios financeiros nas décadas seguintes ao cataclisma, notadamente a partir de 1821, com a proibição da entrada de noviços e, de modo mais agravado, com o aproveitamento dos edifícios conventuais para um novo uso institucional, como quartelamentos e tribunais. No Convento do Carmo de Lisboa, em particular, a autora destacou o uso do espaço conventual para a reunião do Conselho de Guerra no Convento do Carmo para o julgamento do Tenente-rei da Praça de Almeida (1810), para a instalação do Batalhão de atiradores (1814), assim como o aluguer do mesmo para Instituto Ameliano (1834)⁵⁴⁶.

3.2.1 Ruínas ou não?

A reconstrução conventual liderada pelos carmelitas ainda hoje desperta reflexões sobre se o edifício, nomeadamente a igreja, é uma falsa ruína ou qualquer outra denominação possível.

Muitos lisboetas ainda, menos enfronhados em arte e em arqueologia, supõem que as ruínas do Carmo são o que resta do antigo templo de Nuno Álvares, derrubado violentamente em 1755. Puro engano. Esses arcos que se curvam cortando o espaço, essas colunas erguidas para a atmosfera, essas paredes negras que se entroncam num desalinho pitoresco, são apenas obras inacabadas dos frades que tentaram reconstruir a velha igreja Carmelita. (...) Quem as planeou e quem as dirigiu não se sabe ao certo. A antiga estrutura do templo foi desprezada. Fêz-se gótico novo e mau. Do velho edifício ficou apenas a fachada sobre o largo do Carmo, vestígios da parede do norte onde se conhecem as janelas primitivas num plano mais baixo do que as actuais, as quatro capelas absidiais e os dois terços inferiores da Capela-mor. O terço superior, a abóbada de telhado e as janelas da segunda linha, são todas do período da reconstrução, como todo o resto do templo, incluindo a parede sul, os feixes de colunas e os arcos⁵⁴⁷.

Em possível concordância com Gustavo Sequeira, Santos e Braga colocam que «Não tendo sido edificadas como falsas ruínas, pois o objectivo seria reconstruir a igreja, as estruturas remanescentes não são, porém, vistas como uma obra inacabada, mas sim como ruínas de algo que sucedeu, tendo-se assim convertido em “falsas ruínas”»⁵⁴⁸.

Na análise de Alexandre Herculano:

⁵⁴⁴ Sequeira, 3:71–75.

⁵⁴⁵ Brandão, *As Ruínas do Carmo*, 53.

⁵⁴⁶ Pereira, *A Igreja e o Convento de Santa Maria do Carmo de Lisboa (1389-1755)*, 1:82–83.

⁵⁴⁷ Sequeira, *O Carmo e a Trindade*, 1941, 3:71–72.

⁵⁴⁸ Santos e Braga, «As Falsas Ruínas do Romantismo em Portugal», 60.

Os restos deste edifício que ainda hoje vemos, não são unicamente as ruínas que ficaram depois do Terremoto de 1755. A' excepção dos muros externos, parece que tudo se derrocou por essa ocasião, e o estado actual das columnas que dividem as naves, mostram que de novo se tentou reedifica-lo. Houve com tudo o bom juízo de conservar a unidade da architectura: e em quanto pelas sés do reino a ignorancia do clero secular ía e vai destruindo os formosos monumentos da era christã e nacional, os frades mostravam que o gosto e o siso se acolhêra aos claustros, não destruindo a harmonia do desenho, nem a sublimidade da architectura religiosa⁵⁴⁹.

Cumprir a reflexão sobre o que é ruína, há que se fazer igualmente a associação entre a existência de ruínas enquanto uma decisão social, que envolve, muitas vezes, medidas de conservação da matéria fragmentada e a adequação destas ao tempo presente, seja para a mobilidade, para a compreensão pedagógica ou para a adaptação ao ritmo do espaço em que se encontra. Não se sabe até que ponto é possível estipular os títulos, ruína, falso histórico ou nova construção, pelo que a autenticidade possivelmente é o fator preponderante.

In reality, the problem is not solely the correspondence to the original form: even when philologically correct, the reconstruction of something that no longer exists is, to a certain extent, a fake. Or, if we want to stay away from any theoretical consideration, the problem is that the more a ruin is restored, the more it loses its authenticity; the more its evocative power is diluted, the more its archaeological truth is blurred⁵⁵⁰.

Consideramos aqui que são ruínas com uma trajetória bastante particular, dupla, as Ruínas do Carmo narram a religiosidade do seu fundador e do Carmelo em Portugal, como também gritam o cataclisma de 1755.

Decerto, segundo Paulo Pereira, as colunas da igreja, os arcos divisórios da nave, frestas ou janelas, capelas diante das arcadas cegas são obras do século XVIII⁵⁵¹. A intenção revivalista dos freires carmelitas foi centrada no restabelecimento da dignidade gótica do convento em alusão à figura do Condestável. Para tanto, recorreu-se a um possível arquiteto tardo-barroco que ainda estivesse disponível no contexto de pós-terramoto e de reconstrução da cidade, que resultou num «(...) gótico falso ou pseudo-neo-gótico sem consistência arqueológica (...)»⁵⁵², mas também «(...) um dos casos mais curiosos e precoces (ou “experimentais”) de revivalismo avant la lettre»⁵⁵³.

A ações de restauro lideradas pelos frades carmelitas não fugiram das vicissitudes da época, pois era sempre uma nova cidade que estava a ser reconstruída, e mantêm-se

⁵⁴⁹ Herculano, «A arquitetura gótica», 6 de maio de 1837, 4.

⁵⁵⁰ Ashurst, *Conservation of Ruins*, XXI.

⁵⁵¹ Pereira, «A Igreja e Convento do Carmo», 108.

⁵⁵² Pereira, 110.

⁵⁵³ Pereira, «O Convento e Igreja de Santa Maria do Carmo», 143.

difíceis de serem trabalhadas na atualidade, dada a documentação limitada sobre o tema⁵⁵⁴. As dificuldades encontradas pelos religiosos, mesmo que não saibamos de todas elas ao certo, também fazem parte da trajetória do monumento, seja em termos práticos, na procura por profissionais ou nas questões financeiras, seja em termos teóricos, no propósito revivalista, centrado na personalidade do fundador, quase que transformado num mito originário, do qual o gótico fazia parte.

Vários são os simbolismos revestidos nas ruínas, muitos votados para a autenticidade dos fragmentos, dado que são documentos da arqueologia/monumentos, notáveis pelo amparo da história e/ou pela ênfase da perda via pátina degradada. Nesse sentido, os bens culturais, associados ao passado, são reunidos e valorizados a fim de se criar as identidades nacionais, pelo que José R. Gonçalves defende:

Os monumentos são considerados parte orgânica do passado, na medida em que os possuímos ou os olhamos, estabelecemos, por seu intermédio, uma relação de continuidade com esse passado. (...) A autenticidade do património nacional é identificada com a suposta existência da nação como uma unidade real, autónoma, dotada de uma identidade, carácter, memória etc. Em outras palavras, a crença nacionalista na "realidade" da nação é retoricamente possibilitada pela crença na autenticidade do seu património. Não importa que os conteúdos das definições de património, autenticidade e nação possam variar bastante em termos históricos e sociais⁵⁵⁵.

Não podemos concluir que as Ruínas do Carmo não são ruínas porque foram parcialmente restauradas no pós-Terramoto de 1755. Ora, a preservação de uma ruína não necessariamente compete apenas ao seu epílogo, mas à sua trajetória de existência e inquietação na sociedade. Cumpre sublinhar a sugestão de J. R. Gonçalves sobre a autenticidade dos monumentos, geralmente diferenciados entre inautênticos ou autênticos. O cientista social sugere a sua substituição pelo uso dos termos auráticos e não auráticos, lembrando que os monumentos podem conter os dois em simultâneo⁵⁵⁶, mesmo que assimétricos.

3.2.2 Novo uso e abandono *versus* Novo uso e valorização

A Junta do Exame do Estado Actual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares, fundada a 14 de dezembro de 1833 recebeu a aprovação para realizar o inventário do Convento do Carmo logo no ano seguinte, numa portaria de 03 abril, com os trabalhos iniciados apenas cinco dias depois. O recheio lá existente era comprovadamente rico, com espólio enviado para o Banco de Lisboa. Já a parte edificada, o espaço conventual

⁵⁵⁴ A pouca documentação sobre a restauração da Igreja do Carmo foi mencionada em Sequeira, *O Carmo e a Trindade*, 1941, 3:71–72.

⁵⁵⁵ Gonçalves, «Autenticidade, memória e ideologias nacionais», 268.

⁵⁵⁶ Gonçalves, 273.

e a igreja temporária foram avaliados em 10.000\$00 reis, enquanto as Ruínas do Carmo, apenas 800\$00⁵⁵⁷.

No âmbito da extinção das ordens religiosas (1834) e dos novos usos dos espaços conventuais, Sequeira pondera «O Convento de Santa Maria do Carmo, acabara. O seu espólio, reduzido ao mínimo, dispersara-se ao soprar do vento liberal. O que ficara era a carcaça, metade ruína, metade armazém, a que havia de dar-se destino»⁵⁵⁸. A área conventual foi alvo de constantes obras para adequação às novas funções de Tribunal do Juízo do Direito do 3º Distrito, em 1835 e, a partir do ano seguinte, para as funções militares, com a 1ª e a 2ª Companhias de Infantaria da Guarda Municipal (1836) e o 1º Esquadrão da Infantaria (1845). O espaço tornava-se o Quartel-General da Guarda Municipal (hoje GNR) e a Secretaria da Guarda, a 23 de abril de 1845. A igreja do Carmo, por sua vez, foi arrendada, funcionando como uma estância de madeira desde junho de 1835⁵⁵⁹.

Percebe-se que, ao contrário do espaço conventual, reutilizado enquanto aquartelamento, as Ruínas do Carmo, a antiga igreja, manteve-se relegada ao segundo plano, um paradoxo se considerarmos o inventário dos bens móveis que estavam na posse do Estado.

Mais outro capítulo de accusação contra o nosso beduíno Thesouro. A egreja do Carmo de Lisboa que não só é preciosa pelo fundador que teve, por ser memoria do que é, mas tambem por ser um dos mais bellos typos do gothico puro (ou assim ditto) – aluga-se todos os anos por não sei quanto; e aquellas reliquias que deviam ter sentinelas á vista para se lhes não tocar, arrendam-se, digo, por uma somma que decerto hade cumular o deficit do nosso orçamento em muitos poucos anos: - creio que são dôze mil réis! – Que brilhante operação de finanças! So excedida pela do serrador de madeira que alli habita e trabalha, e que a ferro e fogo de tal modo degradou ja o interior da egreja, que está quasi na altura das ideas modernas⁵⁶⁰.

A seguir ao uso enquanto serralheria, o antigo templo foi utilizado enquanto estrumeira e vazadouro público, o que agudizou a revolta em muitos sobre a degradação do local e de tudo o que ele simbolizava.

Mas as ruinas d'este famoso templo (...) foram em nossos dias totalmente desamparadas, e entregues ao vandalismo de uma estrumeira. E o que é mais, foi a camara municipal, que as destinou para vasadoiro de limpeza das ruas! Essas ruinas magestosas, que os estrangeiros admiram, e que metade de Lisboa tem defronte dos olhos, sobre uma das mais vistas collinas da cidade, estão sendo uma accusação constante da nossa decadencia artistica, e um altivo protesto contra a nossa indiferença imbecil, pelas reliquias venerandas das nossas glorias passadas!⁵⁶¹

⁵⁵⁷ Sequeira, *O Carmo e a Trindade*, 1941, 3:94–97; Soares, «A Igreja de Santa Maria do Monte de Lisboa», 1: 83.

⁵⁵⁸ Sequeira, *O Carmo e a Trindade*, 1941, 3:102.

⁵⁵⁹ Sequeira, 3:103–6; Soares, «A Igreja de Santa Maria do Monte de Lisboa», 1: 83–84.

⁵⁶⁰ Garrett, *Camões*, I:218–19.

⁵⁶¹ Leal, *As ruínas do Carmo*, 12.

Ainda assim, houve propostas de reutilização que também pareciam desconectadas da realidade, como a sugestão ouvida na Câmara Municipal de Lisboa, a 16 de janeiro de 1860, de que o espaço fosse utilizado para banhos públicos, «um balneário-belvedere»⁵⁶². Apesar dos exórdios da sensibilização patrimonial já terem se lançado à época, as propostas ainda eram demasiado divergentes.

3.2.3 A associação, o museu e as ruínas – não necessariamente nesta ordem

Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806-1896) e um grupo composto por professores de arquitetura da Academia Real das Belas-Artes de Lisboa, João Pires da Fonte, José da Costa Sequeira, e de arquitetos da Repartição Ministerial de Obras Públicas, Feliciano de Sousa Correia, Manuel José de Oliveira Cruz, Paulo José Ferreira da Costa, Veríssimo José da Costa e Valentim José Correia, fundaram a Associação dos Architectos Civis Portugueses (AACP) a 22 de novembro de 1863, recebendo no ano seguinte, a 15 de fevereiro, o seu alvará e a cedência das Ruínas do Carmo para lá estabelecer a sede e o museu.

Ana Ribeiro destaca a criação do Museu Arqueológico e da Biblioteca como ações sólidas a partir da sede, beneficiada por seus associados, bem como de instituições estrangeiras⁵⁶³. Já em 1864, J. P. N. da Silva requereu um projeto de adaptação das ruínas para sala de exposições, possivelmente ventilando a instalação do museu, cuja coleção arqueológica assentava em 1866, no intuito de «salvar» de arte antiga do vandalismo. O projeto expositivo do museu assemelhava-se ao proposto por Alexandre Lenoir, possivelmente decorrente da estada de Joaquim Possidónio da Silva em Paris, segundo M. Soares⁵⁶⁴.

A AACP, sob proteção real⁵⁶⁵, passou a designar-se Real Associação de Architectos Civis e Archeologos Portugueses (RAACAP) a 14 de novembro de 1872, consagrando-se nacionalmente no âmbito científico, cujo direcionamento para a arqueologia é digno de nota, com publicações, participação em eventos internacionais, cursos, palestras, e no trabalho de

⁵⁶² Sequeira, *O Carmo e a Trindade*, 1941, 3:108.

⁵⁶³ Ribeiro, «Arquitectos portugueses», 6; 10. Relativamente ao Museu Arqueológico do Carmo, ver: Arnaud, «Museu Arqueológico do Carmo».

⁵⁶⁴ Soares, «A Igreja de Santa Maria do Monte de Lisboa», 1: 128–29.

⁵⁶⁵ Tais como D. Luís, D. Fernando II, que se tornou Presidente Honorário e Protetor Oficial da RAACAP e D. Carlos I, que recebeu o título do seu antecessor. Soares salienta a produtividade da RAACAP aquando da proteção de D. Fernando II (1864-1886). Soares, 1: 130.

campo⁵⁶⁶, numa aliança entre os interesses nacionalistas dos estudos arqueológicos oitocentistas, seja em Portugal ou na Europa⁵⁶⁷.

É impossível dissociarmos a entrega das *venerandas* ruínas – conforme o termo de Cunha Brandão⁵⁶⁸ – à AACP sem enquadrá-la numa política de salvaguarda dos monumentos nacionais daquele momento, que foi facilitada pela gestão regeneradora⁵⁶⁹. Do mesmo modo, o contexto político, a ascensão liberal e a construção de uma consciência nacionalista de meados do século XIX, após as guerras civis⁵⁷⁰, insuflaram o cenário sociocultural no qual a associação se notabilizaria. Nesse sentido, o Museu Arqueológico do Carmo e a RAACAP foram também muito bem recebidos pela opinião pública, o que pode ser expresso pelo registo de visitantes, com 1408 pessoas entre dezembro de 1875 e janeiro de 1876, com entradas às quintas-feiras e domingos⁵⁷¹. Ora, «O museu honra a capital e o paiz, e as venerandas ruínas da igreja são defendidas com inteligente solícitude pela digna associação»⁵⁷².

De acordo com José M. Arnaud, a presença de Joaquim P. N. da Silva estava estreitamente associada à projeção social sentida pela AAP no século XIX, da qual faziam parte grandes nomes da aristocracia liberal portuguesa, entre eles, «(...) os Duques de Saldanha, Palmela, Loulé, os Marqueses de Pombal, Fronteira, Tomar, e Sá da Bandeira, os Condes de Farrobo e S. Januário, ou os Viscondes de Valmor, Castilho e Santarém. Entre os seus sócios mais ilustres podem ainda citar-se figuras de referência, como Alexandre Herculano ou José Leite Vasconcelos»⁵⁷³.

O avanço da arqueologia ocorreu em paralelo ao da RAACAP, seja com a maior produção científica, com a formação de novas Sociedades de Arqueologia pelo país, como em Faro, Guimarães e Braga, e com a Universidade, a começar pela disciplina de Antropologia, Paleontologia Humana e Arqueologia Pré-Histórica da Universidade de Coimbra (1885). Já a RAACAP em específico, foi consultada pelo Ministério do Reino relativamente ao restauro da Sé de Coimbra e das Ruínas de Cetóbriga, pelo Ministério de Obras Públicas, Comércio e Indústria sobre o Castelo de Abrantes e a igreja do Mosteiro dos Jerónimos, até que «Em 1880 a Real Associação atinge o auge deste processo de obtenção

⁵⁶⁶ Dentre os quais realçamos os periódicos *Jornal da Associação dos Architectos Portuguezes* (1865-1867) e o *Boletim de Architectura e Archeologia* (1874-1876; 1877-1909), a medalha de bronze conquistada pela RAACAP na Exposição Internacional da Filadélfia (1876), entre outros proveitosos trabalhos da fecunda década de 1870, cf. Martins, «Entre a metamorfose e a adaptação», 23–24.

⁵⁶⁷ Martins, «Estudos pré-históricos e nacionalismo», 62–63.

⁵⁶⁸ Brandão, *As Ruínas do Carmo*, 55.

⁵⁶⁹ Soares, «A Igreja de Santa Maria do Monte de Lisboa», 1: 118.

⁵⁷⁰ Vide Capítulo 02.

⁵⁷¹ Leal, *As ruínas do Carmo*, 23.

⁵⁷² Brandão, *As Ruínas do Carmo*, 55.

⁵⁷³ Arnaud, «Associação dos Arqueólogos Portuguezes/Museu Arqueológico do Carmo», 20.

por parte dos órgãos do Estado como uma instituição com preocupações específicas, teóricas e práticas, no que diz respeito ao património arquitectónico nacional»⁵⁷⁴.

A confluência entre o interesse governamental na salvaguarda patrimonial e a realização, em Lisboa, do 9º *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques* contribuiu para o contato posterior da RAACAP, acerca de uma listagem das estruturas passíveis de tornarem-se monumentos nacionais, prontamente concluída. Do documento, seria criada a Comissão Nacional dos Monumentos Nacionais (1881), já aqui discutida⁵⁷⁵, cujos membros eram, em sua maioria, associados da RAACAP⁵⁷⁶.

A área das naves até ao Cruzeiro das Ruínas do Carmo foi destinada para a então AACP a 21 de julho de 1864, pois as absides ainda serviam enquanto estrumeira do Quartel-General situado ao lado. As áreas de uso de cada instituição passaram a ser delimitadas por tapumes após a visita de funcionários da Câmara Municipal ao local, a 04 de agosto. Como se o prestígio do antigo templo voltasse, D. Luiz custeou caixilhos e vidraças (1865) e os terraços foram intervencionados (1866). A primeira sessão da recente associação fundada e liderada por Joaquim Possidónio da Silva ocorreu numa das capelas absidais a 13 de julho de 1865⁵⁷⁷.

Houve pedidos atendidos para obras no local, como em 1889, 1893, 1897, 1898, com apenas algumas delas concluídas em fins do século, como alguns arcos e abóbadas consolidados, reparos no Arquivo e na casa do Guarda, e uma passadeira de pedra ao longo da nave. Dentre os pedidos feitos estavam a sacristia, que era do Quartel-General, e uma passagem para os terraços do Carmo⁵⁷⁸.

O revés finissecular da RAACAP fez-se pela morte de dois nomes caros à mesma, D. Fernando II, em 1886, e J. P. N. da Silva, em 1896. Em 1902, a RAACAP passa a chamar-se Real Associação dos Arqueólogos Portugueses, já com o novo presidente, o Conde de S. Januário⁵⁷⁹, que se retirou do cargo no advento da República. Dentre outras mudanças institucionais, o adjetivo monárquico foi perdido, restando a Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP).

Durante a Primeira República, a «Geração de 1913» enfatizou a importância das Ruínas do Carmo, pelo que a presença da AAP na Comissão dos Monumentos da 1ª Circunscrição Artística (1911-1926) foi robusta, com o destaque para a participação de um

⁵⁷⁴ Soares, «A Igreja de Santa Maria do Monte de Lisboa», 1: 133.

⁵⁷⁵ Vide Capítulo 02.

⁵⁷⁶ Martins, «Entre a metamorfose e a adaptação», 26–27.

⁵⁷⁷ Sequeira, *O Carmo e a Trindade*, 1941, 3:108–9.

⁵⁷⁸ Sequeira, 3:112.

⁵⁷⁹ Sobre a atuação do Conde de S. Januário na AAP, ver: Cardoso, «O General Conde de S. Januário (1827-1901)», 145–64.

dos seus sócios, Rosendo Carvalheira, seguido por José Queiroz, Felix Alves Pereira, Francisco Garcês Teixeira⁵⁸⁰.

Relativamente às ruínas do Carmo, a gestão de D. José Pessanha promoveu obras em dois momentos, 1910-1912 e 1914-1916, no intento de conservação do edifício e do seu uso enquanto museu, pelo que procuraram consolidar os arcos da nave e abóbadas das capelas absidais, direcionando as águas pluviais para as naves e para o transepto, e intervir nos pavimentos das capelas⁵⁸¹. As intervenções nas ruínas estiveram a cargo de Leonel Gaia (1871-1941)⁵⁸².

Sobre as vozes a favor e contra novas intervenções nas Ruínas do Carmo, a AAP, em todas as suas siglas, foi um espaço central e profícuo, como era de se esperar, no campo patrimonial, a considerar a presença de intelectuais articuladores do tema, o papel na Comissão dos Monumentos Nacionais e a influência sempre presente nos eventos e debates arqueológicos nacionais e internacionais. Desse modo, houve vozes favoráveis ao restauro da ruína e o contraponto, como Gustavo de Matos Sequeira, que repudiava destes que consideravam «(...) que as ruínas eram realmente ruínas e não fantasiosa reconstrução dos frades, depois de 1755»⁵⁸³.

Joaquim da Costa Cascaes propôs a reconstrução do templo primitivo a 04 de abril de 1867, na sessão dos arquitetos. Em 1904, o assunto foi ventilado nos jornais, e a resposta da AAP veio com os protestos do Conde de Sabugosa, sendo o projeto de restauração, entretanto, de outro sócio da mesma associação, o coronel de engenharia Salustiano Monteiro de Lima. A imprensa acabou por apoiar a AAP. Em 1916, o padre Dr. Santos Farinha defendeu o restauro do templo num artigo de 27 de outubro, no jornal *A Voz*⁵⁸⁴.

O templo do Carmo é impossível de restaurar porque dêle o que existe é pouco mais do que coisa alguma, e fazer arcarias góticas novas não interessa nem aos portugueses de hoje nem à memória do Condestável.

Deixem-no estar como está. Cento e cinquenta anos, entretiveram-se a revestir de poesia os fustes, os arcos e as fantasias arquitecturais de Frei José Pereira de Santana e de Frei Patrício José. As obras inacabadas dos Carmelitas criaram já uma tradição de pitoresco.

Não as perturbem... que as estragam⁵⁸⁵

As alterações na ambiência das Ruínas do Carmo assinalaram o século XIX. A muralha de suporte no declive, por exemplo, transformou a fisionomia do espaço, estando ela no âmbito do projeto «Reedificação da Cidade», com o custo de 18.886\$242 réis. A CML

⁵⁸⁰ Arnaud, *Memória e intervenção*, 2013, 41–43; 49.

⁵⁸¹ Arnaud, 49–50.

⁵⁸² Custódio, «“Renascença” Artística e Práticas de Conservação e Restauro Arquitectónico em Portugal, durante a 1ª República», 2008, 1208.

⁵⁸³ Sequeira, *O Carmo e a Trindade*, 1941, 3:119.

⁵⁸⁴ Sequeira, 3:119.

⁵⁸⁵ Sequeira, 3:119.

reparou a muralha já em 1839, custeando os 277\$845 réis gastos na empreitada, tendo problemas com o Quartel dois anos depois, devido à compra da área superior da Muralha do Carmo, ordenando que fosse rebocada. Uma outra alteração próxima foi a construção do Elevador de Santa Justa, projetado por Raul Mesnier, com o lançamento da ponte sobre a Rua do Carmo em 1902⁵⁸⁶.

3.3 Sob a égide ditatorial

O advento da DGEMN não significou o incentivo financeiro imediato para as obras e a manutenção das Ruínas do Carmo, apesar de espaços próximos, como as Muralhas do Carmo e a Igreja da Venerável Ordem Terceira, terem recebido verbas ligeiras de manutenção. A libertação de verbas para as Ruínas do Carmo no âmbito da DGEMN ocorreu primeiro em 1933, a partir de um orçamento anterior à Direção, de 1928, estimado em 31.589\$00⁵⁸⁷.

Da herança documental aos primeiros reparos de maio de 1934, os trabalhos de cantaria do cabouqueiro Abel dos Santos custaram 3.565\$80⁵⁸⁸ e foram seguidos pelos reparos no portão da fachada principal, nas retretes, nos guarda-ventos grandes da fachada das capelas e nos terraços das capelas por 15.000\$00⁵⁸⁹, que foram concluídos ainda em junho de 1934 por Artur Rodrigues Maia⁵⁹⁰.

Essas primeiras obras tiveram caráter diverso, possivelmente emergencial e, também, insuficiente. Nesse sentido, o presidente da Comissão de Reparações do Carmo, Conde de Tovar⁵⁹¹, enviou à DGEMN o texto «Obras que conviria realizar no Museu do Carmo», a 26 de julho de 1934⁵⁹². As sete intervenções foram sugeridas pelo Dr. Luís Farias

⁵⁸⁶ Sequeira, 3:121–27.

⁵⁸⁷ Conforme mencionado na autorização das dotações, que perfaziam 20.000\$00, dos quais 5.000\$00 do orçamento do Estado e 15.000\$00 pelo Fundo do Desemprego. Of. n.º 864, de 20 de outubro; Of. n.º 279, de 03 de novembro de 1933. DGEMN (SIPA), TXT.00403015; TXT.00403073. Foi solicitada a inclusão da requisição de 279\$00 para as Obras de Reparações do Carmo, possivelmente para os jornais. Of. n.º 395, de 15 de dezembro de 1933. DGEMN (SIPA), TXT.00403018.

⁵⁸⁸ Proposta de Abel dos Santos, de 14 de maio de 1934; Ficha 1, Processo n.º 7. DGEMN (SIPA), TXT.00403020-21. O entulho foi removido para vazadouro por Daniel Ferreira, por 300\$00. Proposta de Daniel Ferreira, de 22 de maio de 1934; Ficha n.º 2, Processo n.º 7. DGEMN (SIPA), TXT.00403025-26.

⁵⁸⁹ Os trabalhos centraram-se na retrete (reparação e limpeza do telhado, conduta de ventilação, pinturas das portas e beirais, lavagem dos azulejos, consertos e caiação de paredes); no portão da fachada principal (remoção de tinta antiga, novo betume e pintura de 3 demãos, reparação e assentamento das ferragens e fechaduras); nos guarda-ventos da fachada das capelas (consolidação e reparo de madeiras e ferragens, aparelhamento e betume, pintura com 3 demãos após a retirada da tinta antiga, com o mesmo trabalho na fachada lateral); nos terraços (limpeza e betume das juntas). O tarefeiro teve a sua proposta de levantamento e substituição de pavimento de betonilha por 275\$20 aprovada a 30 de junho de 1934. Proposta de Arthur Rodrigues Maia, de 6 de junho e de 28 de junho de 1934. DGEMN (SIPA), TXT.01251832.

⁵⁹⁰ Of. n.º 224, de 30 de junho de 1934. DGEMN (SIPA), TXT.00402982-83.

⁵⁹¹ Comissão criada a 28 de junho de 1934 para dar o seu parecer quanto às obras nas Ruínas do Carmo, conforme registado na reunião de 17 de maio de 1935. DGEMN (SIPA), TXT.01251842.

⁵⁹² Obras que conviria realizar no Museu do Carmo», a 26 de julho de 1934. DGEMN (SIPA), TXT. 01251834

da Costa, eram elas: a reintegração da sacristia, então nas dependências da GNR, caso ela o permitisse; o isolamento entre o Carmo e o edifício contíguo do lado do Rossio no máximo possível; a execução de escavações na área do edifício; a limpeza das paredes da capela-mor e das capelas laterais, removendo cuidadosamente a sujidade; o desentulhamento das janelas das capelas, com o uso de vidros apropriados; o desentulhamento das ogivas das portas que dão acesso à capela-mor; o aproveitamento dos vãos das antigas capelas no corpo da igreja, lá dispondo as pedras do museu⁵⁹³.

A Comissão reuniu-se novamente a 17 de maio de 1935⁵⁹⁴, a fim de ordenar as decisões do orçamento de quinze contos, disponibilizados pela DGEMN para as sete obras sugeridas no ano anterior⁵⁹⁵. A quantia, segundo eles, era inapta para tudo o que fora planeado. Por isso, estabeleceram como prioritárias: a) as obras de beneficiação e de consolidação dos terraços; b) a abertura das janelas da abside grande, seguida pela limpeza das paredes da capela-mor e, por fim, c) a desobstrução das ogivas das portas de acesso às capelas laterais⁵⁹⁶.

Os trabalhos foram autorizados respeitando a ordem proposta, apressadamente, dando início à consolidação dos terraços da abóbada com uma placa de revestimento de betão armado em superfície de 40m², liquidado entre 15 e 19 de junho de 1935⁵⁹⁷, e uma de 190 m², encetada pouco depois pelo tarefeiro Ernesto Augusto Costa⁵⁹⁸.

As dotações e compartições somaram 20.000\$00 em 1935 e, nesta mesma proporção, em 1936⁵⁹⁹, ventilando uma preservação continuada das Ruínas do Carmo, contudo, tendo em conta a proximidade das festividades do Centenário. Nesse contexto, o

⁵⁹³ Idem.

⁵⁹⁴ A reunião da Comissão contou também com a participação do arquiteto, António Couto, e do secretário-geral da AAP, António Machado de Faria.

⁵⁹⁵ Foram solicitados 5.000\$00 ao MOPC, com a dispensa de concurso público e a mesma quantia ao Fundo de Desemprego. Of. n.º 696, de 19 de novembro; Of. n.º 862, de 28 de novembro de 1934. DGEMN (SIPA), TXT.00403036; DGEMN (SIPA), TXT.00403083. Segundo a Comissão, o governo teria concedido mais 5.000\$00, somando 10.000\$00.

⁵⁹⁶ Acta de reunião de 17 de maio de 1935, Comissão de Reparações do Carmo. DGEMN (SIPA), TXT. 01251842-43. Esse documento foi enviado à DGEMN a 1 de junho de 1935, pelo Of. n.º 408. DGEMN (SIPA), TXT.01251844.

⁵⁹⁷ O tarefeiro apresentou duas propostas de 5.000\$00 a 5 de junho de 1935, uma para a mão de obra para a construção de uma placa de revestimento em betão armado nos terraços das abobadas (num total de 40m²), com o levantamento dos andaimes, e outra para o fornecimento do material, que foram aprovadas dois dias depois. Curiosamente, os andaimes já estavam a ser colocados na mesma data da proposta, 5 de junho, o que nos leva a crer na urgência com que esses trabalhos foram desempenhados. OS n.º 3131, de 3 de junho; Of. n.º 338, de 5 de junho; Proposta de Ernesto Augusto Costa 1 e 2, 5 de junho; Ficha n.º 1 e, processo n.º 7 (1934 1935); Relação n.º 406, de 15 de junho; Of. n.º 379 e Of. n.º 386, de 20 de junho de 1935. DGEMN (SIPA), TXT.01251845-48; TXT.00403043; TXT.00402988; TXT.00402990; TXT.01251849-50.

⁵⁹⁸ Os trabalhos foram liquidados a 30 de novembro de 1935 com o custo de 13.412\$00, dos quais 5.700\$00 foram pagos pelo Fundo do Desemprego e 7.712\$00, pela verba do capítulo. Documentos sem referência ou data; Proposta de Ernesto Augusto Costa, 8 de novembro; Of. 759, de 15 de novembro de 1935; Fichas n.º 2 e n.º 3 (1935). DGEMN (SIPA), TXT.00403047-8; TXT.00403051; TXT.00403054; TXT.01251851-52.

⁵⁹⁹ Of. n.º 89, de 28 de fevereiro de 1936. DGEMN (SIPA), TXT.00403087.

tarefeiro Joaquim Pereira Ramos fez diversos trabalhos de manutenção⁶⁰⁰ em agosto⁶⁰¹, sendo seguido pelos serviços estruturais de cantaria pelo tarefeiro António Domingues Esteves, que tiveram lugar em dezembro de 1936⁶⁰², e cujos custos iriam «(...) até ao total das dotações concedidas no actual ano económico»⁶⁰³.

Acreditamos que o custo total dos últimos serviços cobrados por m² ou m³ poderiam rondar os 4.378\$25⁶⁰⁴, contudo, a falta de movimento (ou documentação) sobre a obra fizeram com que o Comissariado do Desemprego questionasse a DGEMN se os saldos das verbas – de 4.300\$00 e 10.000\$00 – poderiam ser anulados, pelo que a Direção Geral insistiu na sua retenção⁶⁰⁵. O saldo foi devolvido para o Comissariado do Desemprego em 1939⁶⁰⁶, comprovando o período sem obras e o contraditório marasmo institucional para com o monumento no dealbar das celebrações centuriais.

Após o hiato persistente, a visita de Baltazar de Castro, então Diretor Geral da DGEMN⁶⁰⁷, foi bem recebida pela AAP. Contudo, foi necessário quase um semestre para as reparações na cobertura do Museu do Carmo em 1945, com o arranjo das nervuras da abobada do primeiro absidíolo direito, com a reconstrução e a vedação dos terraços com asfalto por José de Sousa Camarinha, até à quantia de 7.745\$30⁶⁰⁸.

A continuação da insatisfação da AAP com o estado de preservação das Ruínas do Carmo pode ser percebida no documento contundente enviado ao gabinete do Ministro de Obras Públicas e Comércio (1945)⁶⁰⁹, a exigir medidas tão logo se aproximava o oitavo Centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros. Segundo o documento, o Estado deveria

⁶⁰⁰ Como o tarefeiro lista na proposta: complemento dos lambriz e bancos das janelas, remate e ampliação nos armários, arranjos na porta, no telefone e nos estores, além de mão de obra e materiais de estofador, pintura, pedreiro, estucador, eletricidade, trabalho em caixotes armar reparar e encerar os estiradores, quatro puxadores em metal niquelado e pau-santo. Proposta de Joaquim Pereira Ramos, de 20 de agosto de 1936. DGEMN (SIPA), TXT.00403091.

⁶⁰¹ OS n.º 6271, de 25 de agosto; Of. n.º 1045, de 31 de agosto de 1936. DGEMN (SIPA), TXT.00403093-94.

⁶⁰² Para os trabalhos de construção de paredes de cantaria silharada assente em argamassa hidráulica; limpeza de paramentos de cantaria com a substituição de pedras quebradas e tomadas de juntas; remoção de entulhos – os valores foram descritos por m³ ou m². Proposta de António Domingues Esteves, de 27 de dezembro de 1936. DGEMN (SIPA), TXT.00403095.

⁶⁰³ Of. n.º 1784, de 29 de dezembro de 1936. DGEMN (SIPA), TXT.00403096.

⁶⁰⁴ Como consta na relação n.º 131, presente no Of. n.º 1805, de 31 de dezembro de 1936. DGEMN (SIPA), TXT.00403098.

⁶⁰⁵ Of. n.º 5410 e n.º 5411, de 19 de julho; Of. n.º 1281, de 21 de julho; Of. n.º 4217, de 26 de julho de 1937. DGEMN (SIPA), TXT.01251869-72.

⁶⁰⁶ OS n.º 02241, 15 de abril de 1939. DGEMN (SIPA), TXT.00103102.

⁶⁰⁷ Of. n.º 59, AAP, de 25 de janeiro de 1945. DGEMN (SIPA), TXT.01249339.

⁶⁰⁸ A proposta também incluía a colocação de andaimes e a remoção de entulhos. A metade do valor de pagamento, 3.872\$65, foi compartilhado pelo Fundo do Desemprego. Proposta de José de Sousa Camarinha, 31 de julho; Of. n.º 2214, de 1 de agosto; OS n.º 5564, de 3 de agosto de 1945. DGEMN (SIPA), TXT.00403111-14.

⁶⁰⁹ Of. sem referências, AAP, documento n.º 13109 de entrada no Gabinete do Ministro, em 3 de dezembro de 1945, 1-5. DGEMN (SIPA), TXT.01249347-51.

auxiliar a entidade que habitava as ruínas, pois ela tem sido «(...) guarda fiel e respeitosa de um templo que recorda a mais gloriosa personagem da epopeia portuguesa»⁶¹⁰.

Faltava a realização de obras essenciais para a habitação e para que o monumento não representasse um perigo para os visitantes ou para os objetos lá zelados, além da organização das grandes peças do museu conforme o plano da AAP. «Assim, se terão melhorado as condições e aspecto de um monumento *que não é restaurável* e de um museu que precisa arrumação»⁶¹¹.

A assertiva reivindicação da AAP pode ter colaborado para um fecundo quadriénio, em termos de obras, porém estas bastante interventivas. As obras iniciaram-se uma vez com os recursos disponíveis⁶¹².

O tarefeiro J. de S. Camarinha executou trabalhos diversos de manutenção estrutural por ajuste particular, principalmente em janelas e paredes desde maio, com o custo de 31.840\$00⁶¹³, além da escavação de 0,3m de profundidade da ala do transepto em junho, por 5.000\$00⁶¹⁴, e de novos trabalhos estruturais do Museu em julho, orçados em 91.220\$00⁶¹⁵. Esta última, abrangia a construção e o assentamento de caixilho circular de casquinha, incluindo vidros, ferragens e pintura; o rasgo de cinco vãos de janela até à altura dos peitoris, com a abertura de roços para os vitrais; a demolição de paredes junto ao pavimento do transepto; a mudança de objetos arqueológicos, com a pesagem e a montagem dos dois fachos de cantaria no vão das janelas da nave; o corte da base de cantaria de uma estátua existente no transepto; o assentamento das paredes de alvenaria com argamassa de cal hidráulica e areia nas aberturas de dois absidiolos das colaterais; a mudança e assentamento em paredes novas de quatro tampas sepulcrais; o desmonte e o assentamento de quatorze painéis de azulejos, referentes à Via Sacra, incluindo o

⁶¹⁰ Idem, 4. DGEMN (SIPA), TXT.01249348.

⁶¹¹ Idem, 5. *Grifo nosso*. DGEMN (SIPA), TXT.01249347.

⁶¹² As dotações de 1946 votadas para as Ruínas do Carmo dividiam-se na autorização de 6.250\$00, para administração e fiscalização, de 118.750\$00, para obras nas «Murallas do Carmo» a 9 de abril, de 75.000\$00, pelo Fundo do Desemprego também em abril, reforçada em 20.000\$00 em outubro. Salientamos que, apesar de estar escrito «Murallas do Carmo» na nota informativa, as obras foram votadas para as Ruínas da Igreja do Carmo. Of. n.º 1331, de 10 de maio; Of. n.º 3802, de 29 de outubro de 1946. DGEMN (SIPA), TXT.00403115-16; TXT.00403121; TXT.00403168.

⁶¹³ A proposta, aprovada no dia seguinte ao seu envio, tratava do desmonte do caixilho da capela-mor, construção de parede de alvenaria conforme a existente, montagem de uma janela de cantaria ornamentada com cintas de betão, desmonte dos caixilhos das frestas da capela-mor (com o auxílio de andaimes); fornecimento do aro de casquinha com vidro para uma janela. Proposta de José de Sousa Camarinha, de 14 de maio; Of. n.º 1409, de 15 de maio de 1946. DGEMN (SIPA), TXT.00403126-28.

⁶¹⁴ A proposta, aprovada a 18 de junho, incluía a remoção de entulhos. Proposta de ajuste particular de José de Sousa Camarinha, 14 de junho; OS n.º 5327, de 18 de junho de 1946. DGEMN (SIPA), TXT.00403137, TXT.00403141.

⁶¹⁵ A proposta, aprovada a 31 de julho, que envolvia também o entulhamento da caixa de ar, a construção do massame de brita e cimento e do pavimento de tijolo de Alcobaça, o desmonte e o reassentamento de uma janela de canto. Proposta de ajuste particular de José de Sousa Camarinha, de 24 de julho; OS n.º 0810, de 31 de julho de 1946. DGEMN (SIPA), TXT.00403143-48.

apeamento dos brasões onde seriam assentes; o levantamento do pavimento de madeira da capela-mor e dos dois absidiolos⁶¹⁶.

O assentamento de cinco novos vitrais no Museu do Carmo ficou a cargo da Vitrais e Mosaicos D'Arte Ricardo Leone, também responsável pela execução dos mesmos, por 10.500\$00⁶¹⁷.

Essa turgidez nas demandas do monumento, a nosso ver, tinha respaldo na escassez anterior, que culminou na devolução de verbas concedidas. Cumpre enfatizar, porém, as decisões por trás das medidas anunciadas, amparadas nos critérios de intervenção da DGEMN, tendo Baltazar da Silva Castro à frente do Serviço de Monumentos entre 1936 e 1948, um período configurado heroico da salvaguarda dos monumentos, segundo Miguel Tomé intensificada sob a atenção de Duarte Pacheco e no âmbito das Comemorações Centenárias de 1940⁶¹⁸, com projetos excessivamente interventivos.

Ainda em 1946, José de S. Camarinha executou novos trabalhos diversos de manutenção e escavação iniciados em outubro, pelo que destacamos o entaipamento de duas capelas laterais com parede de alvenaria, com a colocação de peças do museu e a escavação em duas capelas laterais, além da colocação de um pavimento novo⁶¹⁹. Os trabalhos diversos encetados em novembro pelo mesmo tarefeiro continuaram o processo de embelezamento e reforço estrutural do Museu do Carmo, com o desmonte e a montagem de quatro túmulos, de três arcos e de paredes de alvenaria, assim como o assentamento de várias peças de cantaria, mísulas, lápides e brasões⁶²⁰. Em janeiro de 1947, as obras foram suspensas por esgotamento das verbas⁶²¹.

Os primeiros trabalhos de 1947 pontuaram diversas solicitações no Museu do Carmo, em divisões diferentes, assim como trabalhos estruturais⁶²². Houve um segundo orçamento,

⁶¹⁶ Idem.

⁶¹⁷ Proposta de Ricardo Leone (Vitrais e Mosaicos D'Arte Ricardo Leone), 3 de agosto; OS n.º 7033, de 7 de agosto de 1946. DGEMN (SIPA), TXT.00403149-53

⁶¹⁸ Tomé, «Baltazar da Silva Castro (1891-1967)», 207.

⁶¹⁹ Além destes trabalhos, foram propostos, com aprovação a 19 de outubro, desmonte de 13 caixilhos de madeira no alto da capela-mor, com o alargamento dos rasgos e abertura da fenda para os vitrais, serviços em peitoris de cantaria em 4 vãos de frestas e abertura de 2 vãos de janela e a roça da alvenaria no fundo dos arcos laterais. Proposta de Ajuste Particular de José de Sousa Camarinha, de 14 de outubro; OS 8882, de 19 de outubro de 1946. DGEMN (SIPA), TXT.00403160-64.

⁶²⁰ A proposta, aprovada a 12 de novembro de 1946, também garantia a remoção dos entulhos. Proposta de ajuste particular de José de Sousa Camarinha, de 8 de novembro; OS 9545, de 12 de novembro de 1946. DGEMN (SIPA), TXT.00403172-75.

⁶²¹ Of. n.º 36 de 03 de janeiro de 1947. DGEMN (SIPA), TXT.01249430. Compreendemos que o documento suspende os novos pedidos de obras, com a continuidade das obras já contratadas, pois consta o registo de pedidos de ferro galvanizado para a continuidade das obras, solicitadas por José de Sousa Camarinha em fins de janeiro, somente entregues no mês seguinte. Comunicação n.º 29, de 22 de janeiro; Guia de Receita n.º 530, de 28 de fevereiro de 1947. DGEMN (SIPA), TXT.00403184; TXT.00403189.

⁶²² Constava na proposta, aprovada a 19 de maio, a construção da rede de canalização do esgoto em tubos de grés, com as caixas de limpeza, e o pavimento de tijolo em espinha em três espaços: WC, arrecadação e absidiolos o assentamento e fornecimento de louças sanitárias; instalação elétrica nas retretes; fornecimento e assentamento de dois mainéis de cantaria para as frestas de um absidiolo. Proposta de

também em maio, sobretudo para o trabalho de alvenarias⁶²³ e outro, em julho, no mesmo mote, para o assentamento de estruturas distintas⁶²⁴.

A nova disponibilidade de verbas dotadas e comparticipadas e utilizadas demonstram a proficuidade do período⁶²⁵, embora o título do processo continuasse a vir com a referência às Muralhas do Carmo, ao invés de menção às ruínas, para a qual eram destinadas. Houve o uso robusto de soluções em alvenarias.

Em julho de 1947, os trabalhos centraram-se na organização, na funcionalidade e no embelezamento do espaço, com o assentamento de peças arqueológicas, o fornecimento de pedra britada para a calçada e a finalização da canalização de regas⁶²⁶. As obras posteriores, orçadas em novembro, complementaram as anteriores, com construção e assentamento de quatro bases de colunas para suporte de peças arqueológicas e assentamento da base do túmulo de Machado de Castro, com os ornatos, e transporte⁶²⁷. Apesar da distinguida atenção dada às Ruínas do Carmo no ano de 1947, não deixa de ser um paradoxo, após tantas dotações, faltar verba para que se alterasse o contador de água do monumento no início de dezembro, no custo de 12.008\$50 para a Companhia das Águas⁶²⁸.

Após os ajustes nas dotações e nos pagamentos⁶²⁹, os trabalhos de manutenção na rede elétrica no monumento decorreram entre julho e agosto de 1948, por Alberto B.

Ajuste Particular de José de Sousa Camarinha, de 15 de maio; OS 4278, de 19 de maio de 1947. DGEMN (SIPA), TXT.00403196-200.

⁶²³ Trabalhos orçados em 45.800\$00, aprovados a 24 de maio, para a demolição de alvenaria, escavação e remoção de entulhos; construção de placas de betão; paredes de alvenaria hidráulica de 60m³; desmontagem dos modelos de gesso, com o transporte e arrumação no Mosteiro dos Jerónimos. Proposta de José de Sousa Camarinha, de 22 de maio; OS n.º 4530, de 24 de maio de 1947. DGEMN (SIPA), TXT.00403202; TXT.00403207.

⁶²⁴ Os trabalhos consistiam na construção e no assentamento de caixilhos e portas para a casa do guarda e retretes, no pavimento de madeira de pinho na casa do guarda, com lanço de escada, nos degraus de cantaria, assentes em escadas e, por fim, no assentamento de peças arqueológicas, com mudança de túmulo incluída. Proposta de ajuste particular de José de Sousa Camarinha, de 6 de junho; OS n.º 5250, de 14 de junho de 1947. DGEMN (SIPA), TXT.00403212; TXT.00403217.

⁶²⁵ Foram 130.000\$00 concedidos por verbas dos capítulos e 10.000\$00 comparticipado pelo Fundo do Desemprego 100.000\$00 foram liberados em maio, já os 30.000\$00 foram solicitados a 7 de novembro de 1947 Despacho de José Frederico Ulrich, 6 de maio; Of. n.º 1551, de 10 de maio; Of. n.º 23762 (Comissariado do Desemprego), 9 de junho de 1947. TXT.00403194-95; TXT.00403981; TXT.00403215

⁶²⁶ A proposta também respeitou a remoção dos entulhos da obra de calçamento. Os trabalhos foram orçados em 43.200\$00, aprovados a 18 de julho. Proposta de José de Sousa Camarinha, de 9 de julho; OS n.º 6425, de 18 de julho de 1947. DGEMN (SIPA), TXT.00403227-30.

⁶²⁷ Proposta orçada em 18.700\$00, aprovada a 4 de dezembro para ser concluída até ao fim do ano. Proposta José de Sousa Camarinha, 22 de novembro; OS n.º 9776, de 4 de dezembro de 1947. DGEMN (SIPA), TXT.00403234; TXT.00403238.

⁶²⁸ Comunicação n.º 2084, de 9 de dezembro; Of. n.º 14162, de 18 de dezembro de 1947. DGEMN (SIPA), TXT.00403985; TXT.01252034.

⁶²⁹ Após a primeira concessão de 80.000\$00, do orçamento do Estado e do Fundo do Desemprego, foram logo realizados dois pagamentos para tarefeiros já conhecidos, J. de S. Camarinha e R. Leone. Pagamentos de 11.448\$00 e 8.460\$00, respectivamente. Relação n.º 30, de 8 de maio de 1948. DGEMN (SIPA), TXT.00403248.

Borges⁶³⁰. Ainda neste ano, novas obras foram adjudicadas a J. de S. Camarinha, os serviços diversos e nas peças arqueológicas nas Ruínas do Carmo entre julho e agosto⁶³¹, reparações diversas e o assentamento dos poços arqueológicos sobre a cantaria em outubro⁶³², além de outros serviços de manutenção, como o de a construção de uma estrada de casquinha destinada a sessões do Museu Arqueológico, em dezembro de 1948⁶³³.

O ano seguinte iniciou com novos trabalhos, votados, entre outros, para a reparação do telhado da casa do guarda⁶³⁴. Entretanto, as exigências ainda eram numerosas, situação que inspirou um novo pedido oficial de atenção da AAP, relativamente aos problemas ainda encontrados nas instalações elétricas no pavilhão esquerdo da entrada, visto como perigoso, pelo que a associação requeria a sua conclusão, alertando também para a entrada de água pelas janelas laterais da capela-mor e para as obras inconclusas ou por fazer, a exemplo da compostura da porta de entrada, a substituição e recolocação das colunas de pedra do pórtico, a colocação de betume nos vitrais e, entre outros, os arranjos do interior dos pavilhões⁶³⁵.

Abre-se concurso de tomada de preços para a construção de um guarda-vento em madeira de casquinha, entre outros trabalhos em 1949⁶³⁶, no qual foi selecionada a proposta de J. de S. Camarinha pelo custo de 11.573\$00⁶³⁷. A AAP também recebeu resposta da DGEMN; que a informou sobre o andamento dessas novas obras, reconhecendo as tarefas urgentes mencionadas⁶³⁸.

⁶³⁰ Proposta de Alberto Barreto Borges, de 16 de julho; OS n.º 4762, de 27 de julho; Relação n.º 125, de 03 de agosto; Relação n.º 28, de agosto de 1948. DGEMN (SIPA), TXT.00403259-62; TXT.00403264-65.

⁶³¹ Trabalhos, aprovados a 03 de junho, de entaipamento de um rasgo na altura de 10m, com cantaria no interior; mudança de duas peças arqueológicas, com desmontagem e montagem de uma ardósia, retirada de duas portas, com alargamento e reboco nos enxalços, reparação de duas mesas (uma em pau santo e outra em macacaúba). Proposta de José de Sousa Camarinha, de 20 de maio; OS n.º 3675, de 3 de junho; Relação n.º 51, de 09 de junho; Relação n.º 11, de 21 de junho de 1948. DGEMN (SIPA), TXT.00403249; TXT.00403255; TXT.00403257-58.

⁶³² Os trabalhos também envolviam a reparação de uma mesa cujo tampo era de vidro, com 3 cadeiras de macacaúba; a ligação da canalização da água à rede pública; o entaipamento dos rasgos da instalação elétrica; a colocação de suportes para lâmpadas. Proposta de José de Sousa Camarinha, de 14 de agosto; OS 6228, de 6 de outubro; Relação n.º 57, de 15 de outubro de 1948. DGEMN (SIPA), TXT.00403267; TXT.00403278; TXT.00403280.

⁶³³ Os trabalhos propostos para execução até alcançarem a quantia de 3.000\$00: a mão de obra de assentamento de duas portas em estantes, abertura e vedação de roços para a instalação elétrica do Museu. Proposta de José de Sousa Camarinha, de 30 de dezembro; OS n.º 8828, de 31 de dezembro; Relação n.º 107, de 31 de dezembro de 1948. DGEMN (SIPA), TXT.00403286-91. Vide Figura 16 (Apêndice).

⁶³⁴ Reparação do telhado da casa do guarda e remoção dos entulhos existentes na casa fronteira por 8.426\$10. Proposta de José de Sousa Camarinha, de 24 de maio; OS n.º 2635, de 28 de maio; Relação n.º 62, de 15 de junho de 1949. DGEMN (SIPA), TXT.00403300-05.

⁶³⁵ Of. n.º 170, AAP, de 17 de agosto de 1949. DGEMN (SIPA), TXT.01251889-90.

⁶³⁶ Também, duas portas incluindo o assentamento, ferragens e pintura a óleo, reparações gerais da instalação elétrica, incluindo as alterações da instalação nas retretes e mudança do quadro, além do betume e da pintura os vitrais.

⁶³⁷ Proposta de José de Sousa Camarinha de 29 de agosto; OS n.º 4505, de 31 de agosto de 1949. DGEMN (SIPA), TXT.00403311-12; TXT.00404029.

⁶³⁸ Of. n.º 3533, de 30 de agosto de 1949. DGEMN (SIPA), TXT.01251891-93.

Pode-se inferir a grande demanda por obras no monumento e, nada obstante, o olhar próximo da AAP. As inúmeras obras, operadas até ao esgotamento ou ao esquecimento das dotações, contribuíram para a preservação das Ruínas do Carmo a partir de um reforço estrutural mais sólido, que alterou a sua ambiência e imagem. Por outro lado, agiu como que de modo paliativo, mantendo em funcionamento um espaço visitável, mas sem reverter o quadro diminuto que se infere ter existido relativamente à consolidação das estruturas, mormente das coberturas, das paredes e colunas e das janelas, além da preocupação recorrente com as instalações elétricas.

O quadriénio 1946-1950 foi um exemplo dessa trajetória ondular das Ruínas do Carmo, principalmente se considerarmos a continuidade dos trabalhos, que seguiam até ao esgotamento das verbas. É preciso ter em conta as mudanças na liderança dos quadros da DGEMN, de B. de Castro para Raul Lino, e, disto, inferimos o papel central destes nos destinos de cada monumento português.

A AAP apresentou uma lista das obras por serem feitas no monumento em 1949⁶³⁹, recebendo a concordância nos quadros da DGEMN⁶⁴⁰. No ano seguinte foram considerados, por outro lado, serviços de reparação da instalação elétrica e de construção de um guarda-vento, por J. de S. Camarinha, por 10.000\$00, encetada a 24 de abril⁶⁴¹. Mais tarde, entre julho e agosto de 1950, encomendou-se novos serviços de reparos na canalização da água e na instalação elétrica, além da limpeza do telhado da casa do guarda, atendendo parcialmente ao pedido da AAP. Os serviços custavam 9.000\$00, sendo suspensos em setembro por esgotamento de verbas⁶⁴². Por fim, ainda no mesmo ano, procedeu-se à consolidação de um arco em ogiva com escoramento, adjudicada pelo mesmo tarefeiro, por 8.505\$00, encetada em dezembro⁶⁴³.

⁶³⁹ No último ano da década de 40, a AAP remeteu uma na nova lista de obras sugeridas à DGEMN pela associação para o ano económico seguinte, que comprovam a situação ainda por ser resolvida: a «1-Substituição dos caixilhos das janelas superiores da capela-mor (...) 2-Iluminação elétrica das naves; 3-Arranjo do telhado da casa do porteiro; 4-Arranjo interior dos dois pavilhões da entrada; 5-Arranjo da porta principal, em parte apodrecida; 6-Colocação dos colunelos que faltam no pórtico principal e substituição dos que ameaçam ruína; 7-Arranjo do patamar da escadaria principal, por estar gasto e nele empoçarem as águas; 8-Compostura do gradeamento que veda a escada lateral, para a passagem do elevador; 9-Desentupimento do esgoto do átrio lateral». Of. n.º 180, AAP, de 8 de novembro de 1949. DGEMN (SIPA), TXT.01251896.

⁶⁴⁰ OS n.º 5770, de 17 de novembro de 1949. DGEMN (SIPA), TXT.00404052.

⁶⁴¹ Estas obras não foram comparticipadas pelo fundo do desemprego. Proposta de José de Sousa Camarinha, 28 de março; Of. n.º 1177, de 1 de abril; Relação n.º 39, de 27 de abril; Of. n.º 1956, de 17 de maio de 1950. DGEMN (SIPA), TXT.01251912-16.

⁶⁴² Também previa a. Proposta de J. de S. Camarinha, 19 de julho; Of. n.º 4105, de 26 de julho; Relação n.º 152, de 24 de agosto; Comunicação n.º 1094, de 6 de setembro de 1950. DGEMN (SIPA), TXT.00403329-35.

⁶⁴³ Proposta de José de Sousa Camarinha, 15 de dezembro; Of. 5633, 18 de dezembro; Relação n.º 429, de 30 de dezembro de 1950. DGEMN (SIPA), TXT.01251931-2; TXT.01251935.

É digno de nota um pedido da Juventude Católica, que solicitou neste ano o espaço das ruínas para uma recepção após um cortejo ou procissão que levaria as relíquias de Nuno A. Pereira, inclusive a requerer o conserto da porta, para o qual já não havia mais verbas⁶⁴⁴.

Em mais um alerta, foi comunicado à DGEMN, a queda de elementos pétreos para o arruamento utilizado como passagem para o elevador de Santa Justa a 01 de dezembro de 1952, em torno das 9 da manhã. Os bombeiros foram acionados e dirigiram-se ao monumento, retirando as pedras com risco de queda iminente pelo vento⁶⁴⁵. A Secção de arquitetura iniciou os trabalhos de consolidação do arco da janela do transepto das Ruínas da Igreja do Carmo, porém desprovida da verba para o trabalho que era urgente⁶⁴⁶. Ainda assim, dado o perigo, as obras foram aprovadas a 17 de dezembro do mesmo ano, por J. de S. Camarinha, custeadas em 10.000\$00⁶⁴⁷.

As ameaças de desprendimentos e/ou deslocamentos de pedras em mau estado surgiram novamente no ano seguinte⁶⁴⁸. Todavia, enquanto as pedras caídas em 1952 foram prontamente intervencionadas, num intervalo de aproximadamente duas semanas, o perigo iminente de 1953 depara-se com a indisponibilidade orçamental⁶⁴⁹. O arco da nave central, a janela do transepto esquerdo e do vão inferior e a porta principal foram intervencionados apenas em 1954⁶⁵⁰, após a aprovação da proposta de Cândido Patuleia, por 24.200\$00⁶⁵¹.

A consolidação das Ruínas do Carmo prosseguiu em 1955, organizada em duas novas propostas de intervenção. A primeira, voltada para as obras de consolidação e conservação, das quais destacamos a impermeabilização do terraço, juntamente com vários arranjos em portas, caixilharia e azulejaria, por C. Patuleia em julho, por 29.100\$00⁶⁵². O

⁶⁴⁴ Of. n.º 269, Juventude Católica, 6 de outubro; Doc n.º 10218, de 16 de outubro de 1950. DGEMN (SIPA), TXT.01251924-26.

⁶⁴⁵ Of. n.º 9020, Companhia Carris de Ferro de Lisboa, de 3 de dezembro de 1952. DGEMN (SIPA), TXT.01249552.

⁶⁴⁶ Comunicação n.º 1495, de 4 de dezembro de 1952. DGEMN (SIPA), TXT.00404124.

⁶⁴⁷ OS n.º 8406, de 17 de dezembro de 1952. DGEMN (SIPA), TXT.00403352.

⁶⁴⁸ Of. n.º 220, AAP, de 19 de agosto de 1953. DGEMN (SIPA), TXT.00404131.

⁶⁴⁹ Of. n.º 220, AAP, de 19 de agosto; Comunicação n.º 1103, de 19 de setembro; OS n.º 6625, de 14 de outubro de 1953. DGEMN (SIPA), TXT.00404131; TXT.00404134-36.

⁶⁵⁰ Vide Figuras 17-19 (Apêndice).

⁶⁵¹ A proposta de Cândido Patuleia foi aprovada a 25 de março de 1954, com a dotação de 24.200\$00 pelo Orçamento do Estado e pelo Fundo do Desemprego. Consolidação das Ruínas Igreja do Carmo. Mapa de Trabalhos, 10 de fevereiro; OS n.º 1401, de 25 de março de 1954. Comunicação n.º 114, de 15 de fevereiro; Of. n.º 2227, 23 de fevereiro de 1954. DGEMN (SIPA), TXT.00403360; TXT.00403378; TXT.00403356; TXT.00403376. A reparação do telhado da habitação do guarda, solicitada pela AAP desde 1949, e do telhado do Arquivo também seriam descortinadas em fins de 1954, pelo mesmo tarefeiro, C. Patuleia, por 4.136\$00 e 5.500\$00, respectivamente, cf. Proposta Cândido Patuleia, 16 de novembro e 15 de dezembro; Of. n.º 8180, de 29 de novembro; OS n.º 9033, de 22 de dezembro de 1954. DGEMN (SIPA), TXT.00403401; TXT.00403414; TXT.00403406; TXT.00403418.

⁶⁵² Os trabalhos da «Igreja do Carmo – Lisboa – obras de conservação e consolidação», que deveriam começar a 25 de julho de 1955 consistiam na impermeabilização do terraço, na reparação de caixilharias das janelas da Capela-Mor, em trabalhos vários de rebocos e caições na casa do guarda e no arquivo, na construção de guarda de ferro para a escada do arquivo, em pequenas reparações elétricas, em pequenos arranjos dos guarnecimentos dos vãos e retoques nos lambris de azulejos dos sanitários, nas pinturas das caixilharias e das portas, limpeza geral das ervas existentes nas juntas de cantaria das ruínas da igreja. Os

segundo conjunto de trabalhos foi, mais uma vez, de cunho emergencial, dado o contexto perigoso reportado pela GNR e Polícia de Segurança Pública de Lisboa, juntamente com o Batalhão de Inspeção de incêndios da zona sul.

Uma pedra da cornija ou da rosácea desprende-se devido ao mau tempo, caindo na via pública a 07 de novembro de 1955, tendo os bombeiros apeado outras pedras que porventura poderiam cair, conforme o contato da GNR⁶⁵³. Apenas uma semana depois, o Batalhão de Sapadores Bombeiros, a 14 de novembro, «(...) utilizaram a auto-escada N.º C F 21-23 e com uns arames guarneceram algumas pedras que ameaçavam cair, não tendo havido desastres pessoais nem prejuízos materiais»⁶⁵⁴.

Os novos trabalhos consistiam no apeamento e recolocação de pedras deslocadas, na colocação de uma cruz de cantaria que estava de momento deslocada, na consolidação da porta lateral, cintagem das paredes e, entre outros, no refechamento das juntas⁶⁵⁵. Os serviços foram adjudicados a António Ferreira de Almeida em novembro de 1955 por 120.760\$00⁶⁵⁶.

Pouco antes da visita de acompanhamento das obras, em janeiro de 1956, um novo aviso da GNR ainda alertava sobre o perigo de novas quedas, pois num dos vãos do Museu do Carmo, na face Rossio, as pedras estavam a desagregar-se⁶⁵⁷. E, em fins de 1956, foram verificadas novas ameaças de desagregação de paredes, decorrentes da má consolidação dos seus coroamentos. Por isso, precisava-se de novas obras para a consolidação geral das ruínas, com a cintagem geral das paredes e arcos de cantaria, refechamento de juntas, picagem de rebocos em desagregação e vista geral aos terraços das abóbadas⁶⁵⁸. Os

trabalhos descritos no orçamento foram estimados em 31.525\$00, pelo que a proposta de Cândido Patuleia ficou abaixo, por 29.100\$00, dotados pelo Orçamento do Estado. Orçamento e Memória descritiva, de 21 de junho; OS n.º 6608, de 14 de julho; Comunicação n.º 934, de 19 de julho de 1955. DGEMN (SIPA), TXT.00403421-30; TXT.00403433; TXT.00403436.

⁶⁵³ Comunicação n.º 1456, de 7 de novembro; Of. n.º 5144, GNR, de 8 de novembro de 1955. DGEMN (SIPA), TXT.00404154-55.

⁶⁵⁴ Correspondência Polícia de segurança Pública de Lisboa, 1.ª Divisão, 8.ª Esquadra (Teatro Nacional), de 14 de novembro de 1955. DGEMN (SIPA), TXT.00404161. A queda foi relatada também em DGEMN (SIPA), TXT.00404158 e TXT.00404160.

⁶⁵⁵ Também estavam previstos a limpeza de arbustos e a reparação de portas. As obras foram custeadas pelo Orçamento do Estado. Orçamento e Memória Descritiva, de 17 de novembro de 1955. DGEMN (SIPA), TXT.00403439-44.

⁶⁵⁶ Proposta de António Ferreira de Almeida, de 19 de novembro; Of. n.º 7034, de 22 de novembro; Of. n.º 13454, de 14 de dezembro de 1955. DGEMN (SIPA), TXT.00403447-51.

⁶⁵⁷ Of. n.º 76, GNR, de 24 de janeiro de 1956. DGEMN (SIPA), TXT.00404169. As obras seguiam bem, estando a fachada principal concluída na face interior no momento, já com os andaimes em montagem na nave central, sentido longitudinal, pois todos os arcos seriam consolidados. Em junho do mesmo ano, a zona interior do Museu faltava ser concluída. Relatório Visita às obras Igreja do Carmo de Alberto Ferreira Cosme, de 28 de janeiro de 1956. DGEMN (SIPA), TXT.00404171-9.

⁶⁵⁸ Orçamento, Medições e Memória descritiva, de 22 de novembro de 1956. DGEMN (SIPA), TXT.00403460-64.

trabalhos foram iniciados ainda nesse ano, por António Ferreira de Almeida, com o custo total de 44.995\$,00⁶⁵⁹.

No ano seguinte, em julho de 1957, novos serviços foram contratados para os trabalhos já mencionados no ano anterior – o que pode indicar o uso de materiais inadequados, o serviço desditoso ou, provavelmente, o esgotamento das verbas sem a necessária conclusão das obras. Os novos trabalhos previam a cintagem geral das paredes e dos arcos de cantaria, picagem dos rebocos, desagregação e vistoria geral dos terraços das abóbadas⁶⁶⁰, executados novamente por A. F. de Almeida por 40.000\$00⁶⁶¹.

Decerto houve uma mobilização geral para a consolidação das ruínas, que trouxeram algum alívio a quem lá passava, mas não havia saldos para a instalação elétrica, que apresentava perigo de curto-circuito em 1958, um paradoxo. Mesmo consolidadas, as ruínas ofereciam risco⁶⁶².

Ainda mais, se considerarmos que, em 1959, houve novos relatos de queda de pequenas pedras e caliças em novembro e dezembro pelo Comando Geral⁶⁶³. Para tanto, foram necessários trabalhos para arranjar as pedras e a caliça que teriam caído da abside das ruínas do Carmo, assim como os pequenos desmoronamentos no interior do monumento e para as infiltrações de águas pluviais por C. Patuleia, em fins de 1959⁶⁶⁴.

Os reveses da manutenção das ruínas repetiam-se, mas com o alerta da queda de estruturas. O quadriénio 1955-1959, nesse sentido, foi intercalado pela queda de elementos pétreos e de caliça, a instalação elétrica e, por fim, o escoamento das águas.

Nesse contexto, em 1963, ano do Centenário da AAP, houve duas intervenções nas Ruínas do Carmo. A primeira, devido ao desprendimento de mais elementos de cantaria, provavelmente decorrentes dos últimos temporais. A zona com maior risco de queda era a cornija da abside, realçando o mau estado dos caixilhos desta e das demais cornijas das ruínas, que teriam de ser substituídos ou reparados⁶⁶⁵. Os trabalhos foram adjudicados para

⁶⁵⁹ Tratava-se de um trabalho urgente, por isso, foi pedida uma rápida adjudicação, dotação pelo Orçamento do Estado (29.946\$80) e do Fundo do Desemprego (15.048\$20). Proposta de António Ferreira de Almeida, de 26 de novembro; Comunicação n.º 1344, e 26 de novembro; Of. n.º 78827, de 20 de dezembro; OS n.º 15902, de 22 de dezembro; Auto de vistoria e medição, de 31 de dezembro de 1956. DGEMN (SIPA), TXT.00403466-76.

⁶⁶⁰ Orçamento e Memória Descritiva, de 28 de maio de 1957. DGEMN (SIPA), TXT.00403487-89.

⁶⁶¹ Proposta de António Ferreira de Almeida, de 11 de junho; OS n.º 8737, de 13 de julho de 1957. DGEMN (SIPA), TXT.00403492-97.

⁶⁶² O custo de reparo do cabo avariado era possivelmente de 9.800\$00, sendo as despesas registadas para primeira consideração, pois não havia saldo Of. n.º 12, AAP, de 2 de janeiro; Of. n.º 1476, de 7 de março; OS n.º 6670, de 30 de abril de 1958. DGEMN (SIPA), TXT.01251939; TXT.01251941-44.

⁶⁶³ Of. n.º 900, Carta Comando Geral STO, de 23 de novembro; Of. n.º 975, Comando Geral STO, de 10 de dezembro de 1959. DGEMN (SIPA), TXT.00404216.

⁶⁶⁴ Com o dispêndio de 5.000\$00 pelo Orçamento do Estado. Comunicação n.º 1574, de 28 de novembro; Proposta de Cândido Patuleia, de 22 de dezembro; OS n.º 19014, de 28 de dezembro; Boletim de informação, de 31 de dezembro de 1959. DGEMN (SIPA); TXT.00404218; TXT.00403507-16.

⁶⁶⁵ Memória Descritiva, de 29 de abril de 1963. DGEMN (SIPA), TXT.00403543.

Camilo Amorim, com o custo de 10.800\$00 para a consolidação de elementos da cantaria, fornecimento e colocação de caixilho na capela-mor e reparação geral dos caixilhos e colocação de vidros⁶⁶⁶.

A própria documentação sublinhava a contradição entre a indispensabilidade das obras, mas de modo paulatino, a aguardar um plano mais alargado de obra⁶⁶⁷, que nunca existiu. Nesse âmbito, a segunda intervenção de 1963 era destinada às reparações gerais, com a pintura da porta principal e da porta da capela-mor, a fixação de uma campã existente à parede e a reparação geral das bases de cantaria para o suporte de peças no relvado pelo custo de 6.000\$00, por Anselmo Costa⁶⁶⁸.

Após o curto-circuito no quadro elétrico das ruínas em janeiro de 1964, a insustentabilidade da instalação elétrica ainda perduraria até ao próximo plano económico, apesar da vistoria realizada a 21 de maio ter verificado a necessidade da substituição quase que total dos condutores e quadros⁶⁶⁹. A obra de «Beneficiação da instalação eléctrica da Associação dos Arqueólogos Portugueses» foi adjudicada a Antão Marques por 49.250\$00⁶⁷⁰.

A terceira premência enfrentada nas Ruínas do Carmo era o escoamento das águas pluviais acumuladas em pontos diversos do monumento. Em 1967, procedeu-se a obras para o desentupimento das gárgulas do telhado do Museu do Carmo, sob a responsabilidade de Cândido Patuleia, por 3.800\$00⁶⁷¹, após se ter tomado providências relativamente ao desentupimento dos esgotos na zona da cobertura do Museu do Carmo, em fevereiro do mesmo ano⁶⁷².

Mais dois programas de concurso iriam contemplar as fragilidades estruturais e os escoamentos das coberturas no ano de 1969. Após o abalo sísmico de 28 de fevereiro de

⁶⁶⁶ O ajuste direto também incluía a montagem e desmontagem de andaimes e de pinturas. As obras estavam previstas para iniciar a 30 de maio, pelo que as obras foram vistoriadas a 26 de junho de 1963. Idem, Proposta de Camilo de Amorim, de 10 de maio, Of. n.º 2985, de 16 de maio; Of. n.º 562, de 27 de maio; Auto de vistoria e medição, de 26 de junho de 1963. DGEMN (SIPA), TXT.00403548-50; TXT.00403554-57.

⁶⁶⁷ Memória Descritiva, de 9 de dezembro de 1963. DGEMN (SIPA), TXT.00403563

⁶⁶⁸ Os trabalhos de ajuste direto foram pagos com verba do Orçamento do Estado, já iniciadas a 23 de dezembro de 1963. Idem, Proposta de Anselmo Costa, de 14 de dezembro; Comunicação n.º 1439, de 23 de dezembro de 1963. DGEMN (SIPA), TXT.00403568-72.

⁶⁶⁹ Of. n.º 3242, de 21 de maio; OS n.º 1824, de 25 de maio de 1964. DGEMN (SIPA), TXT.00404337; TXT.01249698.

⁶⁷⁰ As obras previam a instalação elétrica, com a montagem, substituição e construção de estruturas realizada de modo que os elementos elétricos permaneçam escondidos, mesmo sem a possibilidade de abrir roços nas paredes de pedra, além de trabalhos na iluminação e nas tomadas do Museu do Carmo. Foi custeada pelo Orçamento do Estado. Memória Descritiva, de 2 de junho; Proposta de Antão Marques, Lda., de 11 de junho; Of. n.º 3657, de 21 de junho de 1965. DGEMN (SIPA), TXT.01250211-12; TXT.00403586-89.

⁶⁷¹ Obra custeada pelo Orçamento do Estado. Proposta de Cândido Patuleia, de 7 de abril; Comunicação n.º 415, de 29 de junho de 1967. DGEMN (SIPA), TXT.00403594-99.

⁶⁷² Of. n.º 49, de 1 de fevereiro de 1967. DGEMN (SIPA), TXT.00404447.

1969, o Museu do Carmo, assim como o convento aquartelado⁶⁷³, apresentou danos. A DGEMN ficou responsável pelos trabalhos mínimos, como os escoramentos, as cintas de betão armado, as alvenarias de pedra na zona dos fechos, o refechamento de juntas e remates. Porém, precisava-se de obras maiores, pelo que foi possível a inclusão de 40.000\$00 no plano de obras daquele ano, no âmbito da lista dos monumentos atingidos pelo sismo de 28 de fevereiro⁶⁷⁴. Os trabalhos de consolidação dos arcos de cantaria da nave principal foram liderados por Lourenço, Simões e Reis Lda., por 40.000\$00⁶⁷⁵.

As obras de reparação de coberturas foram adjudicadas à mesma firma, por 80.000\$00. Os trabalhos de reparação das coberturas sobre a secretaria de serviços do museu e da casa do guarda tinham o objetivo de interromper as infiltrações por águas pluviais⁶⁷⁶.

O dealbar da década de 70 representou um momento de viragem para o Museu do Carmo, com a entrega do espaço da sacristia para a AAP pela GNR a 03 de maio de 1970. Importa sublinhar que a posse da sacristia pela AAP fora estabelecida cinquenta anos antes, no Decreto n.º 8.630, de 09 de fevereiro de 1923⁶⁷⁷, que regia a associação, sob a condição de ser antes cedida pelo Ministério do Interior.

O espaço almejado pela associação foi alvo de trabalhos estruturais em 1971, para a adaptação da nova sala, recuperada em obras lideradas por João Laerte, com o custo de 52.615\$00⁶⁷⁸. Uma obra delongada, devido às alterações na cobertura, do vigamento de madeira para laje pré-fabricada, que, tal como o pavimento, foi postergada para o próximo plano económico⁶⁷⁹, conseguidas nas obras de 1972, custeadas em 73.000\$00 e adjudicadas ao mesmo tarefairo⁶⁸⁰.

⁶⁷³ Mapa dos trabalhos, de novembro de 1969. DGEMN, P. DREL-5152/1.

⁶⁷⁴ Of. n.º 994, de 12 de abril de 1969. DGEMN (SIPA), TXT.00404478.

⁶⁷⁵ Trabalhos diversos de montagem e desmontagem de torres metálicas, demolição dos capeamentos de alvenaria, cintas de betão armado em 3 arcos, refechamento de juntas, consolidação de alvenaria de pedra, apeamento do pináculo de cantaria, juntamente com o seu novo assentamento. Para tanto, custeados pelo capítulo. Memória descritiva, de 24 de julho; Proposta de Lourenço, Simões Reis Lda., de 8 de agosto; Of. n.º 2688, de 14 de agosto de 1969. DGEMN (SIPA), TXT.00403703; TXT.00403690.

⁶⁷⁶ As obras foram submetidas ao Auto de vistoria e medição a dia 17 de setembro de 1969. Memória descritiva, de 24 de julho; Of. n.º 2879, de 14 de agosto; Auto de vistoria e medição do dia 17 de setembro de 1969. DGEMN (SIPA), TXT.00403707-12.

⁶⁷⁷ Decreto n.º 8.630, de 9 de fevereiro de 1923, disponível em <<https://files.dre.pt/1s/1923/02/02800/01360137.pdf>>.

⁶⁷⁸ A obra, custeada pela disponibilidade do capítulo, consistiu na picagem e limpeza dos rebocos de lambris, apeamento da cantaria a ser removida para o museu, consolidação de diversas paredes de alvenaria, sondagens para cotejar o acesso à torre sineira, revisão da cobertura, fornecimento e assentamento de base de rodapé, polimento e enceramento dos pavimentos de madeira. Memória Descritiva, de 20 de março; Proposta n.º 185, de 20 de abril de 1971. DGEMN (SIPA), TXT.00403734; TXT.00403740-41.

⁶⁷⁹ Of. n.º 100, de 8 de março; Of. n.º 972, AAP, de 18 de março de 1972. DGEMN (SIPA), TXT.00404528; TXT.01249836.

⁶⁸⁰ Foram trabalhos de demolição de pavimento de madeira e de tijoleira, fornecimento e assentamento de estrutura de betão pré-esforçado em pavimento, fornecimento e assentamento de pavimento de tijoleira, abertura de roços em paredes para que a estrutura do pavimento fosse apoiada. A verba foi concedida pelo

A sacristia foi dada como concluída em fevereiro de 1973, pelo que a sala foi exaltada como um espaço valorizado⁶⁸¹. Com isto, os anos de 1973 e 1974 foram direcionados para os serviços estruturais, sobretudo, de alvenaria e de eletricidade.

Os serviços de construção consistiram na demolição de alvenaria hidráulica em paredes, construção de lintéis com vigas de ferro, construção de betão armado em dormentes de vigas metálicas, emboço e reboco em paredes com o uso da argamassa hidráulica, construção de alvenaria hidráulica de tijolo em tapamento de portas interiores, guarnecimento de paredes e tetos com o uso de pasta de cal e areia branca, entre outros trabalhos pelo custo de 260.000\$00⁶⁸².

O conjunto de obras de conclusão das instalações elétricas foram adjudicadas a Antão Marques, por 44.850\$00. Os serviços consistiram na execução de instalação elétrica e de iluminação numa sala no Museu, assim como substituição do quadro parcial e a montagem de uma porta de madeira⁶⁸³.

3.4 Caiu o Estado Novo, como também caem as pedras das Ruínas do Carmo

O advento da democracia em Portugal significou novos ares também para o património. Dentre as alterações ocorridas na AAP e no Museu do Carmo no pós-25 de abril, salientamos a estrutura financeira, pois a AAP sustentava-se das receitas das visitas e das quotas dos sócios, consideradas insuficientes por J. M. Arnaud. Possuíam um quadro de três funcionários, na verdade, um administrativo, um porteiro e um guarda residente, e dependiam dos subsídios provenientes da CML, dada a cedência do espaço para eventos, do Ministério da Educação e da Fundação Calouste Gulbenkian. Esses apoios cessam com a redemocratização, levando a difíceis anos 70 e 80⁶⁸⁴. A reestruturação da AAP foi liderada por Eduardo da Cunha Serrão, presidente da AAP entre 1987 e 1990, levando a uma maior

Orçamento do Estado. Memória Descritiva, de 16 de agosto; Proposta de João Laerte, de 26 de agosto, OS n.º 2658, de 12 de outubro de 1972. DGEMN (SIPA), TXT.00403754-5; TXT.00403759-63.

⁶⁸¹ Vide Figura 22 (Apêndice).

⁶⁸² Também estavam previstos a construção de betão simples para o enchimento dos roços para apoio do pavimento; caiação de paredes e tetos; pintura a tinta d'água nas paredes; limpeza de cantarias do forro das paredes; fornecimento e assentamento de estrutura de ferro em caixilharias, de vidraça nacional e de algerozes em chapa de zinco; envernizamento de caixilharia de madeira e pintura a tinta de óleo nas partes metálicas; remates de caixilharia junto à cantaria; limpeza e remate da cantaria nas portadas interiores; reparação de um urinol; substituição de vidros danificados das janelas; colocação de azulejos ausentes; limpeza das fezes dos pombos; bem como o alugar, montagem e desmontagem dos andaimes metálicos. As foram custeadas pelo Orçamento do Estado e Fundo do Desemprego. Memória Descritiva, de 2 de maio, Proposta de João Laerte, de 14 de maio; Proposta n.º 277, de 14 de maio; Of. n.º 1799, de 15 de junho de 1973. DGEMN (SIPA), TXT.00403778-86

⁶⁸³ Memória Descritiva, de 25 de junho de 1974 Proposta de Antão Marques, de 15 de julho de 1974 Auto de vistoria e medição, de 31 de dezembro de 1974. TXT.00403794-04.

⁶⁸⁴ Arnaud, *Memória e intervenção*, 2013, 79.

estabilidade financeira, com a reorganização funcional, expansão da biblioteca para a sacristia e regularização da agenda associativa, com reuniões mais regulares⁶⁸⁵.

Nas Ruínas do Carmo, a narrativa da conservação permanente continuou a decorrer não de modo preventivo, mas depois dos alertas manifestados principalmente pela GNR e pela AAP. Os dois programas de conservação de 1977 apresentaram-se como uma retomada dos trabalhos estruturais após os investimentos na sacristia, entre 1971 e 1974, assim como a continuidade da manutenção dos mesmos problemas da fragilidade estrutural da cantaria e do escoamento da água.

O novo programa de concurso de obras de conservação iniciou-se em março de 1977, votado principalmente para o reparo e assentamento do pavimento de tijoleira, entre outros serviços⁶⁸⁶, adjudicado à Alsifer, com proposta de 85.000\$00⁶⁸⁷. Outro programa de conservação foi adjudicado à mesma empresa, por 42.600\$00,⁶⁸⁸ para reparos diversos no telhado e, entre outros, na reposição dos vidros⁶⁸⁹, em continuação do programa anterior de conservação das ruínas e do museu.

O possível desprendimento de novas pedras prevenido pela AAP⁶⁹⁰, em 1978, redirecionou os trabalhos para a estabilização das estruturas. Os trabalhos de fixação e de reposição de pedras de cantaria no arco lateral foram encabeçados por Anselmo Costa ainda naquele ano, com o custo de 120.000\$00⁶⁹¹.

O escoamento das águas foi mais uma vez o tema principal entre 1978/1979, confirmando as necessidades mais gerais das Ruínas do Carmo, entre as questões estruturais de estabilização das estruturas e o escoamento das águas, e a ausência de uma

⁶⁸⁵ Arnaud, 79–80.

⁶⁸⁶ Estavam programados a demolição do pavimento de tijoleira partido ou desligado, a picagem e o aferroamento de rebocos velhos, o fornecimento e o assentamento de pavimento de tijoleira, a reparação das madeiras de uma janela, a substituição de vidros danificados, a retirada de uma coluna, com o seu respectivo acabamento, a colocação de rede zincada para a proteção dos vidros. Memória Descritiva, de 15 de março de 1977. DGEMN (SIPA), TXT.00403817.

⁶⁸⁷ As obras foram custeadas pelo Orçamento do Estado, com vistoria a 22 de junho de 1977. Proposta de Alsifer, de 23 de março; Of. n.º 616, de 2 de maio; Auto de vistoria e medição, de 22 de junho de 1977. DGEMN (SIPA), TXT.00403821-26.

⁶⁸⁸ As obras foram custeadas por verba reservada, com a vistoria da obra realizado a 12 de dezembro de 1977. Proposta de Alsifer, de 31 de outubro; Of. n.º 1880, de 16 de novembro; Auto de vistoria e medição, de 12 de dezembro de 1977. DGEMN (SIPA), TXT.00403838-43.

⁶⁸⁹ Reparação do telhado que cobre a capela-mor, fornecimento e assentamento de vidros, colocação de massa de vidraceiro, fornecimento e assentamento de rede zincada para 3 janelas, além da montagem e desmontagem de andaimes. Memória Descritiva, de 18 de outubro de 1977. DGEMN (SIPA), TXT.00403833.

⁶⁹⁰ Of. n.º 32/78, AAP, de 23 de janeiro de 1978. DGEMN (SIPA), TXT.01249876.

⁶⁹¹ Também estavam programados os trabalhos de pintura no portal do arco, construção de um troço da calçada à portuguesa, conserto do gradeamento, com o fornecimento e colocação de 7 balaustres pintados, construção e colocação de uma guarda de pedra de cantaria no acesso da escada principal. O adjudicatário teria de repor as peças que precisasse deslocar, além de fazer a remoção e limpeza do entulho. O custeio viria da verba do Orçamento do Estado. A vistoria da obra ocorreu a 26 de julho de 1978. Memória Descritiva, de 27 de abril, Proposta de Anselmo Costa, de 7 de maio, OS n.º 986, de 29 de maio, Auto de vistoria e medição, de 26 de julho de 1978. DGEMN (SIPA), TXT.00403850-51; TXT.00403855-58; TXT.00403861.

solução mais a longo prazo. Foram relatadas infiltrações numa das paredes da sacristia, como informado pela AAP⁶⁹², proveniente do entupimento dos algerozes da zona ocupada pelo quartel da GNR, que se prontificou a tomar providências⁶⁹³, na cobertura da casa do guarda e da secretaria, resultante da fase chuvosa⁶⁹⁴. Nesse sentido, as novas obras de conservação consideravam a reparação geral da cobertura da casa do guarda e da secretaria e, entre outros reparos, a impermeabilização dos terraços sobre a sacristia e salas anexas, iniciadas a 18 de abril de 1979⁶⁹⁵.

Três anos depois, a AAP solicitava a reparação urgente da rosácea da frontaria, problema reportado desde janeiro de 1982, quando ela foi danificada por um temporal, fazendo com que o Museu do Carmo permanecesse fechado, devido ao risco oferecido aos visitantes⁶⁹⁶. De modo a remover e resolver a questão da rosácea, foi lançado o concurso público em setembro de 1982, após visita técnica realizada em junho⁶⁹⁷. Os trabalhos de conservação abrangiam a retirada da rosácea, com o seu tapamento⁶⁹⁸, além do arranjo do telhado e algeroz na casa do guarda⁶⁹⁹.

Na visita técnica de 17 de junho de 1982 foi deliberada a continuação da escavação das tumulações encontradas, como também a remoção do material arqueológico⁷⁰⁰. Com a concordância da AAP, acreditavam que seria oportuno iniciarem as escavações dos túmulos, mas com uma vedação no espaço entre os dois absidiolos, para organizar a visitação do museu⁷⁰¹. O adiamento das pesquisas juntamente com o isolamento das capelas em que estavam o material arqueológico e as ossadas, por outro lado, fizeram com que a iniciativa fosse cancelada, com a recomposição do pavimento⁷⁰².

⁶⁹² Of. n.º 226/78, AAP, de 9 de dezembro de 1978. DGEMN (SIPA), TXT.01249896.

⁶⁹³ Inf. n.º 63, de 5 de fevereiro de 1979. DGEMN (SIPA), TXT.01249898.

⁶⁹⁴ Inf. n.º 62, de 5 de fevereiro de 1979. DGEMN (SIPA), TXT.01249901.

⁶⁹⁵ Com obras executadas pela Alsifer, com o custo de 199.900\$00. Dentre outros trabalhos, pinturas de paredes e de tetos com tinta plástica nas zonas com infiltrações, reparação geral e pintura de portas e caixilharias, substituição de peças podres, calçada à portuguesa (pois estava levantada em alguns trechos no interior), limpeza geral das paredes. As obras estavam previstas de ser custeadas pela verba do capítulo, com a vistoria realizada a 29 de maio de 1979. Memória Descritiva, de 15 de março; Proposta de Alsifer, de 23 de março; OS n.º 702, de 10 de abril; Auto de vistoria e medição, de 29 de maio de 1979 DGEMN (SIPA), TXT.00403872-79; TXT.00403882.

⁶⁹⁶ Of. n.º 22/82, AAP (para a DGEMN), 30 de março de 1982. DGEMN (SIPA), TXT.01249939.

⁶⁹⁷ Relatório de 30 de junho de 1982. DGEMN (SIPA), TXT.01249947-48.

⁶⁹⁸ Vide Figura 25 (Apêndice).

⁶⁹⁹ Memória Descritiva, de 29 de setembro de 1982. DGEMN (SIPA), TXT.00403890. As obras foram adjudicadas a Anselmo Costa, por 333.240\$00, cf. Proposta de Anselmo Costa, de 6 de outubro; Proposta n.º 1341, de outubro de 1982. DGEMN (SIPA), TXT.01250448-51.

⁷⁰⁰ Relatório de 30 de junho de 1982. DGEMN (SIPA), TXT.01249947-48.

⁷⁰¹ Of. n.º 47/82-B, AAP, de 14 de julho de 1982.

⁷⁰² Além da recomposição do pavimento, dever-se-ia devia se mudar uma cripta do centro da sala, algo que ainda não tinha sido feito. Por isso, pede deslocação de alguns túmulos, peneiração das terras que saíram das criptas, com a remoção do entulho e, por fim, recomposição do pavimento. Of. n.º 102 (CP), de 12 de março; Of. n.º 750 (CP), de 30 de setembro de 1983. DGEMN (SIPA), TXT.01249952-54.

O novo conjunto de reparações nas Ruínas do Carmo, em 1983, pressupunha o arranjo dos pavimentos que foram justamente levantados para prospecções arqueológicas, assim como o levantamento do restante do pavimento e fornecimento de tijoleira cerâmica para o mesmo. Os serviços foram adjudicados à firma Lourenço, Simões & Reis, Lda., por 244.200\$00⁷⁰³. O pavimento de uma sala em degradação foi intervencionado dois anos depois, em 1985, com o custo de 315.000\$00⁷⁰⁴. O tema foi analisado novamente, dada a necessidade de novas obras, pelo que se concluía:

Em duas zonas distintas na Capela-mor da antiga Igreja do Carmo, o pavimento, em tijoleira, encontra-se bastante danificado. É um fenómeno que já por outras vezes aconteceu, aqui e nas restantes capelas, resultante, provavelmente de pequenos movimentos do solo, aos quais o pavimento não resiste. Pensamos que a solução ideal seria levantar todo o pavimento nesta capela, reforçá-lo e voltar a assentar nova tijoleira. Porém, torna-se dispendioso. Assim a solução mais viável será a reparação sómente das áreas danificadas. Dado que o imóvel se encontra afecto ao IPPC, a quem segundo informação, também foi dado conhecimento dos danos, seria de solicitar os meios para se poder proceder com urgência à reparação uma vez que as zonas atingidas dificultam a circulação dos visitantes. Simultaneamente é solicitado, também, a reparação do pavimento e tecto, em estuque, num compartimento da Secretaria do Museu⁷⁰⁵.

Como descrito pelo arquiteto J. L. N. Seabra, apenas uma parte do pavimento foi intervencionada em 1987, pois não fora incluída no plano económico de 1986, mesmo após insistência por parte do diretor da AAP, Eduardo Cunha Serrão⁷⁰⁶. Em 1987, dois anos depois, os trabalhos de levantamento e deposição do pavimento de tijoleira, entre outros reparos⁷⁰⁷, foram intervencionados com recursos do IPPC (PIDDAC/87), por 999.973\$00 com impostos – todos pela mesma firma⁷⁰⁸.

⁷⁰³ Os trabalhos também previam a remoção dos entulhos Memória descritiva, de 21 de outubro, Proposta de Lourenço, Simões & Reis, Lda., de 25 de outubro; Proposta n.º 1316, de 25 de outubro de 1983. DGEMN (SIPA), Proposta n.º 1316, TXT.01249963-66.

⁷⁰⁴ Também estava prevista a limpeza de três sepulturas, a reparação da cobertura da residência do guarda, da Secretaria da AAP e de outros tetos. Foi solicitado o acompanhamento dos arqueólogos da AAP durante os arranjos do pavimento da sala e da limpeza das sepulturas. Memória Descritiva, de 30 de julho; Proposta de Lourenço, Simões & Reis, Lda., de 6 de agosto; Proposta n.º 959, de agosto de 1985. DGEMN (SIPA), TXT.01249971; TXT.01249982-85.

⁷⁰⁵ Inf. n.º 1032/ML [João Nunes Seabra], de 16 de setembro de 1986. DGPC, Arquivo da Salvaguarda, CS 5749, Vol I, n.p.

⁷⁰⁶ O diretor considerou o fechamento do museu devidos ao desgaste do pavimento. «A situação é grave pois com o pavimento em tais condições, os visitantes correm riscos, pelo que temos de encarar a hipótese de encerrar o Museu do Carmo, situação que, além de outros inconvenientes, nos virá a causar apreciável quebra de receitas inerentes às entradas dos visitantes, sendo esta a mais importante fonte dos nossos recursos». Doc. Entrada n.º 1747 293 (DSRML), de 23 de Agosto de 1986. DGPC, Arquivo da Salvaguarda, CS 5749, Vol I, n.p.

⁷⁰⁷ Reparação de portas e pintura, reparação e limpeza do telhado, demolição e reconstrução do teto, arranque de prateleiras de pedra. Memória Descritiva, de 26 de agosto de 1987. DGEMN (SIPA), TXT.01250020.

⁷⁰⁸ Proposta de Lourenço, Simões & Reis, de 04 de setembro; Doc. (entrada) 15588, de 18 de novembro de 1987. DGEMN (SIPA), TXT.01250026-28.

A Lourenço, Simões & Reis, Lda. ainda faria trabalhos estruturais de reboco e, entre outros, refechamento de juntas para a contenção das infiltrações com o custo de 1.699.075\$00 em 1992⁷⁰⁹, já solicitadas pela AAP, dois anos atrás⁷¹⁰.

3.4.1 As obras do Metropolitano de Lisboa

A implantação de mais uma linha do metro em Lisboa significou também a construção e a passagem de dois troços, o n.º 62 (Baixa/Chiado/Rossio) e n.º 60 (Baixa/Chiado/Restauradores)⁷¹¹, pelo Metropolitano de Lisboa sob as Ruínas do Carmo.

Após o início das obras do troço n.º 62, em junho de 1995, surgiram fraturas no portal Sul das Ruínas do Carmo, reportadas a 22 de junho pela AAP, que se ampliaram, com novos casos nas paredes interiores do Museu e na Biblioteca⁷¹². Face a estes problemas, foi convocada uma reunião a 02 de agosto, com elevada participação⁷¹³. Nela, os danos causados às ruínas foram relatados, pelo que o Metropolitano de Lisboa respondeu alegando que os estudos prévios da obra de execução do túnel sob o Convento do Carmo não apontavam alterações maiores e que motivassem a interrupção dos trabalhos⁷¹⁴.

Foram instalados instrumentos para a medição dos deslocamentos durante a obra, não havendo alterações significativas. Entretanto, relativamente ao portal Sul, foi colocado um fissuometro apenas após a abertura das fraturas, que aumentaram – pelo que se pôde ponderar pela realização de novos estudos e o levantamento geométrico. O segundo túnel (troço n.º 60), cabe sublinhar, estava previsto para março de 1996, portanto, a investigação também influenciaria essas obras. Com a proposta de José M. Arnaud, presidente da AAP, foi criada uma Comissão de Acompanhamento das obras, com representantes da DGEMN, do IPPAR, do Metropolitano de Lisboa, da CML, do LNEC e da AAP⁷¹⁵.

O contrato entre a AAP e o Metropolitano de Lisboa foi assinado a 09 de fevereiro de 1996, sob forte pressão pública⁷¹⁶, no que o segundo se responsabilizou pelos danos

⁷⁰⁹ As obras consistiam na Trabalhos de picagem de rebocos, limpeza e refechamento das juntas das alvenarias, substituição dos vitrais partidos e instalação de redes de proteção. Memória Descritiva Ruínas do Carmo. DGEMN(SIPA), TXT.01252218, Proposta de Lourenço, Simões & Reis, de 18 novembro; Of. n.º 871, de 19 de novembro de 1992. DGEMN (SIPA), TXT.01252270-4.

⁷¹⁰ Of. n.º 17, AAP, de 22 de fevereiro de 1990. DGEMN (SIPA), TXT.01250153.

⁷¹¹ Vide Figura 26 (Apêndice).

⁷¹² Of. n.º 145, AAP, de 27 de julho de 1995. DGPC (Salvaguarda), CS 5749, Vol I, n.p.

⁷¹³ Participaram os representantes: o Director Regional, o representante da Divisão de Projetos e Obras e do Departamento de Arqueologia do IPPAR, o presidente da AAP e os representantes Metropolitano de Lisboa (Prof. Maranha das Neves, consultor, Prof. Teixeira Trigo, consultor, Eng Rui Pina, director de construção, Eng Dias Fernandes, director de projecto, Eng Jesús Toro Alonso, director de engenharia).

⁷¹⁴ Acta da reunião de 02 de agosto de 1995. DGPC (Salvaguarda), CS 5749, Vol I, n.p.

⁷¹⁵ Idem.

⁷¹⁶ Importa sublinhar os títulos alarmantes dos jornais em fins de janeiro de 1996 mostravam a preocupação com a destruição do monumento, como: «Cai o Carmo», Expresso, de 20/01/1996; «Carmo vem abaixo», de A capital, 23/01/1996; «Siza Vieira prepara visita ao Convento do Carmo Gabinete do Chiado quer garantias do Metro», jornal A Capital, 24/01/1996. Reportagens disponíveis no DGPC, Arquivo da Salvaguarda, CS 5749, Vol I, n.p.

causados⁷¹⁷, iniciando um momento profícuo entre 1995 e 1996. Nesse contexto, o LNEC cotejou as obras necessárias e os seus graus de urgência, enviando o relatório em junho de 1996⁷¹⁸. A Nova Conservação baseou-se no levantamento gráfico, nas informações técnicas, assim como a definição dos graus de urgência e das tipologias de intervenção⁷¹⁹, utilizados para a elaboração da proposta enviada para apreciação a 22 de julho do mesmo ano⁷²⁰.

As escavações arqueológicas decorreram em dois lugares e momentos diferentes, sob a liderança de Fernando Rodrigues Ferreira, juntamente com Maria Cristina Neto e Luís Lopes (antropologia). As escavações da nave principal e do transepto ocorreram entre fevereiro e abril de 1996, para que os sensores pudessem ser implantados no subsolo, a fim de recolher os dados geológicos. As escavações nas capelas de cabeceira desenrolaram-se pouco depois, entre junho e agosto, para a posterior colocação das microestacas⁷²¹.

As escavações revelaram um rico material dos séculos XV ao XVIII, que pode ser parcialmente visto no relatório final do arqueólogo Fernando R. Ferreira. É de destacar a sepultura primitiva de D. Nuno Álvares Pereira entre os achados, assim como alguns ossos, possivelmente atribuíveis ao Condestável, segundo o Memorando da AAP, e o selo de uma bula papal de Bonifácio IX⁷²², os dois últimos atualmente em exposição no Museu.

O acervo do museu foi transferido para a sacristia em junho de 1996, para que as escavações pudessem ser realizadas nas áreas de consolidação do edifício, enquanto as

⁷¹⁷ O Metropolitano de Lisboa se comprometeu, em contrato, a: «1. Promover e financiar obras de consolidação e limpeza de todo o monumento; 2. Responsabilizar-se por quaisquer danos eventualmente resultantes das obras de construção e exploração dos dois túneis; 3. Compensar a Associação por perda de receitas durante o período de encerramento do Museu para obras; 4. Custear as escavações arqueológicas das áreas em que será necessário realizar perfurações para colocação de instrumentação, as quais decorreram de Fevereiro a Abril; 5. Custear o empacotamento e protecção *in loco* do espólio do Museu; 6. Aceitar um representante desta Associação na Comissão Técnica de Acompanhamento das Obras, tarefa de que foi incumbido o Eng. Monge Soares», Arnaud, Soares, e Muralha, «Relatório da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses Ano associativo de 1995/1996», 261.

⁷¹⁸ Of. n.º 852, Departamento de Geotecnia do LNEC, de 03 de junho de 1996. DGEMN (SIPA), TXT.01252298-309.

⁷¹⁹ Intitulada *Proposta Metodológica e orçamento para os trabalhos de âmbito estrutural, classificados como urgentes, a desenvolver no transepto e nas capelas das Ruínas da Igreja do Convento do Carmo* em Lisboa. Importa destacar as ações classificadas como de máxima urgência: «resolução dos problemas estruturais, reparação das juntas erodidas nos níveis superiores do monumento, reparação da argamassa do topo das paredes ou a sua substituição por solução mais apropriada, limpeza dos capitéis, das colunas e dos arcos no interior das naves, limpeza e conservação das partes mais elevadas da capela-mor e absidíolas, microestucagem de fissuras nos níveis superiores do monumento, limpeza da vegetação nos níveis mais elevados» LNEC, «Ruínas da Igreja do Convento do Carmo» 9. DGEMN (SIPA), TXT.01252299.

⁷²⁰ Fax n.º 5726/T, de 22 de julho de 1996, de 22 de julho de 1996. DGEMN (SIPA), TXT.01252322-4.

⁷²¹ Ferreira, «Escavações Arqueológicas da Igreja do Convento do Carmo», 73.

⁷²² Memorando sobre a situação das Ruínas do Carmo desde a visita de sua excelência o primeiro ministro realizada em 9 de fevereiro de 1996, 1-2, em Of. n.º 37/97, AAP, de 7 de julho de 1997, em; DGEMN, P. DSARH-010/125-1860/2, n.p. Importa sublinhar que o arqueólogo F. R. Ferreira recebeu a medalha de prata da AAP como distinção pelos serviços prestados nessa campanha arqueológica, pelo que se enfatizou o achado da primitiva sepultura do Condestável e os diferentes carneiros conservados desde o medievo, Gamito, «Homenagem aos membros desta Associação que mais se distinguiram na remodelação da Associação dos Arqueólogos Portugueses e do Museu Arqueológico do Carmo», 187–88.

164 (ou 167⁷²³ ou 134⁷²⁴) microestacas foram colocadas junto às paredes interiores e exteriores das capelas entre setembro e dezembro de 1996⁷²⁵. Esses trabalhos encabeçados pela Nova Conservação (contrato 05/97-ML) foram concluídos a 19 de junho de 1997, com auto de recepção provisória⁷²⁶. Contudo, havia outros trabalhos assumidos em contrato que estavam por fazer⁷²⁷, como enfatizado pela Comissão Técnica de Acompanhamento das Ruínas da Igreja do Carmo⁷²⁸.

O parecer dos técnicos da Ensitrans e do LNEC, que prestava consultoria para a ACE-Metro pressupunha um maior número de estudos antes que se instalasse novas microestacas. Houve uma produção robusta, com 22 relatórios técnicos e 64 desenhos, bem como ensaios geotécnicos, seja *in situ* ou no laboratório, já em agosto de 1997⁷²⁹. Destacamos também a atenção extramuros, pois as pesquisas para a Colina do Carmo, por exemplo⁷³⁰, eram imprescindíveis, tanto que foi criada uma comissão homônima⁷³¹.

Apesar da pujante produção acadêmica, a AAP sinalizou em setembro de 1997 a ausência de respostas por parte do Metropolitano de Lisboa, a despeito do interesse na reabertura do museu em maio de 1998, por ocasião da Expo 98⁷³², pela associação. Uma mudança de atitudes estava a ser gizada por parte do Metropolitano de Lisboa, fato atribuído, possivelmente, à alteração da coordenação dos trabalhos, que trouxe novas orientações, mais restritivas no que se refere às obras, posto que fossem cumpridas apenas aquelas assinadas em contrato com a AAP⁷³³.

(...) após a passagem, com sucesso, da segunda máquina escavadora em Agosto de 1996, houve considerável mudança de atitude do Metropolitano, que teve reflexo na não convocação de reuniões da “Comissão”, demora no início

⁷²³ Comunicação n.º 6075/T, ENSITRANS, de 1 de agosto de 1997, em DGEMN, P. DSEP-3076/12, n.p..

⁷²⁴ Inf. n.º 214/DSEP, de 24 de junho de 1998. DGEMN, P. DSEP-2374/1, n.p.

⁷²⁵ Memorando sobre a situação das Ruínas do Carmo desde a visita de sua excelência o Primeiro-ministro realizada em 9 de fevereiro de 1996, 1-2, em Of. n.º 37, AAP, de 7 de julho de 1997, em: DGEMN, P. DSARH-010/125-1860/2, n.p.

⁷²⁶ Comunicação n.º 6075/T, ENSITRANS, de 1 de agosto de 1997, em DGEMN, P. DSEP-3076/12, n.p.

⁷²⁷ Idem.

⁷²⁸ Em nome da Comissão, Rui Mascarenhas (IPPAR), Joel Vaz (DGEMN) e A. Monge Soares (AAP) enfatizaram os trabalhos concluídos pelo Metropolitano nas ruínas, mas que ainda nada tinha sido feito sobre o revestimento em zinco da cobertura das capelas, nem estruturas em madeira das janelas foram trocadas por metal, nem vidros partidos foram substituídos, as argamassas de proteção do topo das paredes também não estavam mais funcionais. Correspondência de Rui Mascarenhas (IPPAR), Joel Vaz (DGEMN) e A. Monge Soares (AAP) para Eng. Dias Fernandes, do Metropolitano de Lisboa, de 27 de junho de 1997. DGEMN (SIPA), TXT.00404732-34.

⁷²⁹ Nota interna n.º 6567/T, ENSITRANS, de 21 de agosto de 1997. DGEMN, P. DSEP-3076/12, n.p.

⁷³⁰ A ACE fez o documento «Projecto de Reforço da Colina do Carmo por baixo da fachada oriental das Ruínas do Carmo» (RT – 15.5-028), com o parecer do LNEC sobre as obras de reforço das fundações do convento. Metropolitano de Lisboa, E.P., Lote 1, Restauradores – Baixa/Chiado e Rossio-Baixa/Chiado-Cais do Sodré – Ruínas do Convento do Carmo - Revisão do Modelo tenso-deformacional para a avaliação dos esforços sobre as microestacas RT – 15.3 -0042 18 de agosto de 1997.

⁷³¹ A Comissão de Acompanhamento da Colina do Carmo foi criada na reunião de 12 de março de 1999.

⁷³² Of. n.º 55/97, AAP, de 15 de setembro de 1997. DGEMN/DSARH-010/125. P. 1860/2, n.p.

⁷³³ Inf. n.º 201, de 31 de outubro de 1997. DGEMN/DSEP, P.2374/1.

dos vários trabalhos previstos e lentidão de execução dos autorizados. Exemplar é a colocação de zincos na cobertura das Capelas, uma das primeiras obras a ser considerada, só em Setembro último [1997] foi solicitada à Companhia Asturiana de Minas, e deverá ter andamento em Dezembro, depois da Asturiana entregar obras quem tem para a Expo 98⁷³⁴.

As obras estavam estagnadas em 1998, nem mesmo uma limpeza foi feita para uma possível reabertura. Não foram executados os pavimentos exteriores em vidro, o pavimento em tijoleira, para as capelas, e em lajedo lioz, para a capela principal, a impermeabilização da cobertura da capela-mor, estando uma porta de acesso à arrecadação degradada. No exterior do monumento, faltava a conclusão dos pavimentos, paredes e socos⁷³⁵. As fendas foram colmatadas e as estruturas, consolidadas. Mas ainda faltava a maior parte das tarefas indicadas pelos consultores do Metropolitano de Lisboa, os professores Teixeira Trigo e Maranhã Neves, bem como o eng. Delgado Rodrigues do LNEC⁷³⁶. Nesse contexto, a AAP solicitou o apoio do Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território⁷³⁷.

Somente a 06 de julho de 1999 foi lançado o concurso público pela Direção Regional de Monumentos de Lisboa, «Convento do Carmo – Restauro e Reabilitação de pavimentos e coberturas», que seria custeado pelo Metropolitano de Lisboa⁷³⁸. A proposta de Lourenço, Simões & Reis, valorada em 66.306.240\$00 com os impostos, foi a vencedora para os trabalhos no pavimento da nave central, nos pavimentos e drenagens da capela-mor e capelas laterais, no capeamento das coberturas abobadas da capela-mor, capelas laterais, paredes periféricas e arcaria central, fechamento de juntas, entre outros trabalhos⁷³⁹. A impermeabilização e o coroamento das paredes seriam feitos por empresas especializadas⁷⁴⁰.

O contrato contou, entretanto, com o 1º e 2º suplemento, além de dois pedidos de prorrogação e uma suspensão⁷⁴¹. A motivação por trás das alterações nos trabalhos – uns a

⁷³⁴ Idem.

⁷³⁵ Inf. n.º 170 DSEP/DP, de 27 de maio de 1998. DGEMN, P. DSEP-2374/1.

⁷³⁶ Of. n.º 576/98, AAP, de 16 de novembro de 1998. DGEMN, P. DSARH-010/125-1860/2, n.p.

⁷³⁷ Idem.

⁷³⁸ Relatório de Apreciação das propostas, sem data; Inf. n.º 980/ML, de 10 de agosto; pasta 1603

⁷³⁹ Remoção de materiais degradados, limpeza de pedra, e implantação de sistema de proteção das coberturas nas coberturas e outros nas paredes e na arcaria central. Orçamento detalhado Lourenço, Simões & Reis, de 5 de julho de 1999. DGEMN, P. DRML-002-1603/26, n.p.

⁷⁴⁰ Memória descritiva, Lourenço, Simões & Reis, de 2 de julho de 1999. DGEMN, P. DRML-002-1603/26, n.p.

⁷⁴¹ O primeiro pedido de prorrogação, de 90 dias, foi processado a 7 de junho de 2000, o segundo pedido de prorrogação considerou 45 dias. Nesse intervalo, os trabalhos também foram suspensos a 7 de setembro de 2000, no aguardo de um novo contrato. Convento do Carmo – Restauro e reabilitação de pavimentos e coberturas, sem data; Inf. n.º 595/ML, de 7 de junho; Auto de suspensão dos trabalhos, de 8 de setembro de 2000. DGEMN, P. DRML-002-1603/26, n.p.

mais, outros a menos – centrou-se nos trabalhos a mais de rebaixamento da cota dos pavimentos das capelas laterais e da nave central.

De acordo com o arquiteto Victor Mestre, só foi possível identificar o suplemento no decorrer da empreitada, nomeadamente no levantamento de pavimento e desmonte de peças de grande porte que estavam expostas na nave central. Os trabalhos foram ajustados pela observação do terreno e do acompanhamento arqueológico, com trabalhos que eram de «extrema urgência»⁷⁴², como o recalçamento de pilares e de linhas de fundação das paredes, refechamento de fissuras nas paredes, assim como reposição de argamassas. O nível de rebaixamento de 45cm foi visto durante a obra, pelo que se optou por calçada portuguesa, em substituição das lajetas pré-fabricadas, tendo sido também preciso ajustar portas e silhares - trabalhos em sua maioria manuais, a fim de mitigar os danos⁷⁴³.

O contrato da empreitada atingiu o valor de 99.451.151\$00, com Auto de Recepção Provisória da empreitada Convento do Carmo a 27 de setembro de 2001⁷⁴⁴. Já a definitiva, foi assinada cinco anos depois, a 27 de setembro de 2006⁷⁴⁵. O Museu Arqueológico do Carmo retomou as atividades em junho 2001.

3.4.2 Os anos 2000

Desde maio de 1997, a AAP procurou o IPPAR para apreciação de um estudo prévio para a remodelação das torres Norte e Sul, junto à entrada do museu, planeadas no âmbito do gabinete «Recupero»⁷⁴⁶. A associação tinha demonstrado o interesse na posse das salas subjacentes à sacristia, no entanto, as solicitações feitas ao Governo e ao Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana falharam. Portanto, à procura de espaço, a AAP gizou essa remodelação para o aproveitamento máximo das duas torres⁷⁴⁷. A documentação que compôs o projeto foi enviada para o IPPAR a 02 de setembro de 1998, abordando a beneficiação da portaria, a instalação de plataformas elevatórias para o acesso de deficientes motores, e a remodelação as duas torres (Norte e Sul) com três pisos cada⁷⁴⁸.

O projeto foi posto em prática em 2001, quando a AAP recorreu aos fundos comunitários, ao Plano Operacional da Cultura. O projeto de remodelação *Dinacarmo*

⁷⁴² Memória Descritiva [Victor Mestre], de setembro de 2000, 1-2. DGEMN, P. DRML-002-1604/27, n.p.

⁷⁴³ Idem. Vide Figuras 28 e 29 (Apêndice).

⁷⁴⁴ Auto de Recepção Provisória da empreitada Convento do Carmo. DGEMN, P. DRML-002-1604/27, n.p.

⁷⁴⁵ Auto de Recepção Definitiva, aos 27 de setembro de 2006. DGEMN, P. DRML-002-1603/26, n.p.

⁷⁴⁶ Gabinete criado pela AAP, reunindo arquitetos de larga experiência, cujo mote era a elaboração de um estudo prévio da remodelação da entrada, das torres e das instalações sanitárias Arnaud, Domingos, e Bugalhão, «Relatório da Direção da Associação dos Arqueólogos Portugueses Ano associativo de 1996/1997», 273.

⁷⁴⁷ Doc. n.º 212 (entrada IPPAR), de 16 de junho de 1997. DGPC (Salvaguarda), CS 5749, Vol. I, n.p.

⁷⁴⁸ As plantas de localização, o projeto de execução e o levantamento fotográfico foram enviados em segunda via, pois a primeira remessa pode ter sido extraviada, já que fora enviada em maio. O projeto foi aprovado via despacho a 15 de setembro de 1998. Doc. (entrada IPPAR) n.º 2754, de 02 de setembro; Of. n.º 3231, de 21 de setembro de 1998. DGPC (Salvaguarda), CS 5749, Vol. I, n.p.

abrangeu, além da portaria e da remodelação das torres, o serviço especializado de limpeza, sinalização (com legendas em inglês e português), estudo, conservação e restauro do acervo do museu, a publicação do novo Roteiro do Museu e o projeto de iluminação, que possibilitou a visita noturna, desenvolvidos em 2002⁷⁴⁹.

A AAP conseguiu angariar benfeitorias para o museu, tendo como base o contato com outras instituições, como a GNR, selado num protocolo de cooperação assinado a 25 de abril de 2007⁷⁵⁰, e o projeto da Baixa-Chiado⁷⁵¹.

O período chuvoso evidenciou problemas de infiltrações e outros problemas de escoamento das águas pluviais nas Ruínas do Carmo em 2007 e 2008, pelo que o museu teve de ser encerrado temporariamente⁷⁵². Em 2008, a AAP recorreu ao mecenato e a empréstimos para contratar a empresa Monumenta, para a « (...) revisão funcional de coberturas das capelas laterais (2), conservação de vitrais e cantarias, para resolução de fenómenos de infiltração de águas pluviais, que afectam a construção e o seu pleno usufruto como museu arqueológico»⁷⁵³. A indisponibilidade de verbas por parte do IGESPAR não deixava de ser preocupante, mesmo que as tenham solicitado⁷⁵⁴. Desde 2001, percebe-se o aumento da proatividade da AAP relativamente às obras, na procura por outras formas de financiamento. Cumpre também realçar o papel da mesma enquanto parte de um conjunto

⁷⁴⁹ A remodelação contava com o projeto de musealização cedido pelo arquiteto Mário Varela Gomes e também alargou o quadro de pessoal do museu, com a disponibilização da vaga de conservador(a). Já em 2003, o projeto estava quase concluído, estando em falta a publicação do catálogo geral das coleções do museu, lançado em 2005. Arnaud, «Relatório de actividades da Direcção referente ao ano de 2002», 225–26; Arnaud, «Relatório de actividades da Direcção referente ao ano de 2003», 235–36; Arnaud, *Memória e intervenção*, 2013, 89–90; Arnaud, «Relatório da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses referente ao ano de 2005», 183.

⁷⁵⁰ Arnaud, «Relatório de Actividades da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses 2008», 230.

⁷⁵¹ A GNR cedeu um espaço fechado do edifício para que a AAP instalasse o seu arquivo, enquanto o projeto Baixa-Chiado, que trataremos mais a fundo, disponibilizou uma ligação provisória, enquanto decorrem as escavações arqueológicas, entre o Largo do Carmo e o elevador de Santa Justa, garantindo mais visitantes para o museu a 22 de dezembro de 2005, cf. Arnaud, «Relatório da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses referente ao ano de 2005», 182.

⁷⁵² Of. n.º D1064, AAP, de 18 de fevereiro de 2008. DGPC (Salvaguarda), CS 5749, Vol. I, n.p.

⁷⁵³ Proposta de intervenção: «Museu Arqueológico do Carmo, Igreja do Carmo – Capelas. Revisão de Coberturas, Conservação de Vitrais e Cantarias para Correção de Infiltrações», Monumenta Conservação e Restauro do Património Arquitectónico, Lda. DGPC (Salvaguarda), CS 5749, Vol. I, n.p. A proposta de trabalhos, por 63.752,00 € mais impostos, abrangeu a reparação dos sistemas de cobertura por limpeza e impermeabilização dos canais de escoamentos das águas, a colmatação da junta entre a parede e a cobertura de cobre, a reparação das gárgulas, a criação de canal oculto (furo) para escoamento emergencial, a limpeza e a remoção de materiais que comprometam estabilidade física e química dos elementos pétreos, como, por exemplo, o cimento portland, o tratamento de cantarias nas zonas de escorrência, reparação das janelas com vitrais e substituição daqueles partidos, a aplicação de biocida e de herbicida, seguida pela escovagem e a retirada da vegetação e a colocação escada vertical para acesso entre os patamares da capela-mor e capela lateral anexa, cf. Proposta de intervenção: «Museu Arqueológico do Carmo, Igreja do Carmo – Capelas. Revisão de Coberturas, Conservação de Vitrais e Cantarias para Correção de Infiltrações», Monumenta Conservação e Restauro do Património Arquitectónico, Lda. DGPC (Salvaguarda), CS 5749, Vol. I, n.p.

⁷⁵⁴ Inf. n.º 3/DPO/07, de 07 de julho de 2007. DGPC (Salvaguarda), CS 5749, Vol. I, n.p.

de instituições ligadas à arqueologia no país, como na defesa do Vale de Foz de Côa em 1994.

A liderança da luta pela defesa do complexo de Arte Rupestre do Côa, em 1994, reforçou o seu antigo prestígio e espírito de militância, que utilizou, logo no ano seguinte, em defesa da sua própria sede, o edifício histórico do Carmo, ameaçado pela construção de novas linhas do Metropolitano de Lisboa. Conseguiu-se assim, com o apoio da imprensa e da opinião pública, que fossem tomadas pelas entidades responsáveis todas as medidas necessárias à preservação e consolidação daquele monumento nacional, e à remontagem do museu nele instalado desde 1864.

Nas últimas duas décadas, a AAP tem prosseguido com firmeza e independência a sua missão de promotora da investigação arqueológica e da defesa, valorização e divulgação do património do país, através do diálogo com as entidades oficiais responsáveis pela sua gestão, da organização de reuniões científicas para apresentação dos resultados de investigações em curso, da realização de uma série de actividades destinadas a vários tipos de públicos, e da dinamização do Museu Arqueológico do Carmo (MAC), completamente renovado e reaberto ao público em 2001⁷⁵⁵.

O Museu do Carmo manteve-se, entre o passado e o presente, em concordância com os valores oitocentistas nos quais foi concebido, em que «(...) de uma ode ao esquecimento, passou a sedear uma das sociedades mais ilustres de oitocentos, enquanto rememorava o terramoto de 1755 e albergava os vestígios de passados que não se pretendia resguardar, por desconhecimento, incúria ou por simples desapego afectivo e *memorial*»⁷⁵⁶. Igualmente, como um centro científico, para os estudos patrimoniais e arqueológicos. A formação das comissões, as correspondências e as cobranças por medidas de proteção mantiveram o olhar institucional para as Ruínas do Carmo, mesmo com as indisponibilidades de verbas e/ou adiantamentos.

3.4.3 A ambiência dos Terraços do Carmo

O incêndio de 25 de agosto de 1988 deixou um rasto de edifícios ardidos ou danificados, provocando reações institucionais quase que imediatas, como o *Plano de reconstrução da área sinistrada do Chiado*, sob a coordenação de Álvaro Siza Vieira, a convite do então presidente da CML, Kruz Abecasis, e à revelia da AAP, que advogava um concurso de ideias. Siza Vieira coordenaria a equipa projetista e coligar-se-ia aos trabalhos do também recente *Gabinete do Chiado*, sob a direção do engenheiro Pessanha Viegas. O plano pormenor regularia o espaço público atingido pela catástrofe em seus múltiplos espaços, como os arruamentos e, entre outros, as fachadas dos edifícios⁷⁵⁷.

⁷⁵⁵ Arnaud, «Memória e intervenção», 18 de dezembro de 2013.

⁷⁵⁶ Martins, «A memória da ruína, ou a ruína da memória?», 121.

⁷⁵⁷ Lobo, «Estratégias de Reconstrução Urbana», 53–55.

A Baixa Pombalina decerto algurava maiores valorações no dealbar da nova centúria, como a campanha da CML, com a convocação de um grupo de trabalho⁷⁵⁸ em 2004 para a candidatura da Baixa Pombalina a *Património da Humanidade*, cuja preparação contou com vários serviços da CML, incluindo o Conselho Científico⁷⁵⁹. O dossier final, entretanto, não foi enviado à UNESCO à época, devido à ausência de um plano de gestão, apesar da candidatura de outros sítios, como Sintra, ter sido entregue sem o documento⁷⁶⁰. Nada obstante, a candidatura foi finalmente protocolada em 2017.

Importa também lembrar o pedido de classificação dos 62 quarteirões de traçado pombalino que se desenvolveram ao redor das Praças do Comércio e do Rossio, a Baixa pombalina, como Conjunto de Interesse Público, concluído em 2012⁷⁶¹.

Nesse contexto, o plano pós-incêndio de 1988 para o Chiado ganhou forma especificamente na zona em que as Ruínas do Carmo e o Elevador de Santa Justa estavam inseridos. Álvaro Siza Vieira e Carlos Castanheira conceberam o projeto de *Ligação Pedonal do Pátio B do Chiado ao Largo do Carmo e Terraços do Quartel do Carmo*, com propostas para a zona tardoz das ruínas, que faceava o elevador de Santa Justa (Terraços do Carmo) e Área envolvente Sul das Ruínas do Carmo fachada lateral Sul (intitulada Pátio B). Portanto, não deixava de ser uma obra concernente ao monumento, não apenas da zona de proteção especial.

O projeto de *Ligação Pedonal do Pátio B do Chiado ao Largo do Carmo e Terraços do Quartel do Carmo* estabelecia espaços de ligação entre espaços simbólicos para a cidade, permitindo uma maior circulação entre o Largo do Carmo, os monumentos nacionais (Ruínas do Carmo e Elevador de Santa Justa), os Terraços do Carmo e a Rua do Carmo, sendo revisto e alterado entre 2008 e 2011 e executado entre 2009 e 2015⁷⁶².

⁷⁵⁸ Convocação pela então vereadora de cultura Eduarda Napoleão, com o apoio do Presidente da Câmara Pedro Santana Lopes. O assessor João Mascarenhas Mateus foi o responsável pela preparação da candidatura e sua apresentação pública em 2005, cf. Silva, «A candidatura da Baixa Pombalina a Património da Humanidade», 309.

⁷⁵⁹ O Conselho era composto por Ana Tostões, José Sarmiento de Matos, José Monterroso Teixeira, Maria Helena Ribeiro dos Santos, Walter Rossa e presidido por Raquel Henriques Silva. Silva, 309.

⁷⁶⁰ Silva, 309–10.

⁷⁶¹ Classificação da Lisboa Pombalina ou Baixa Pombalina como Conjunto de Interesse Público, pela Portaria n.º 740-DV/2012, DR, 2ª série, nº 248, de 24 dezembro 2012, disponível em <<https://files.dre.pt/2s/2012/12/248000001/0008600087.pdf>>.

⁷⁶² Para tanto, a Memória Descritiva e Justificativa, de junho de 2009, dividia os trabalhos em duas fases. A primeira, voltava-se para a criação de uma ligação por rampa e por escadas do Pátio B ao portal sul das Ruínas do Carmo, os arranjos exteriores dessa ligação e o arranjo do patamar desse arruamento, além do arranjo do pátio à poente da porta principal das Ruínas do Carmo e o arranjo do patamar referente ao campo de jogos do Palácio de Valadares (antiga escola Veiga Beirão). A segunda fase previa a demolição de edifícios da GNR para permitir a ligação pedonal do patamar à porta sul das Ruínas do Carmo aos terraços e o estudo e criação de um acesso pedonal do Largo do Carmo até aos Terraços do Carmo, por meio da GNR ou das Ruínas do Carmo. A nova proposta apresentada ampliava a zona de qualificação do Pátio B com novas construções ou demolições parciais. Memória Descritiva e Justificativa, de junho de 2009. DGPC (Salvaguarda), CS 5749, Vol. III, n.p.

As sondagens arqueológicas foram coordenadas pelo Arqueólogo António Marques e equipa⁷⁶³, no âmbito da arqueologia preventiva⁷⁶⁴, iniciadas a 25 de março de 2008, com novas campanhas entre 2010 e 2011 e em 2013. Dentre os elementos postos a descoberto, destacamos o acervo osteológico, vestígios setecentistas, o pavimento de circulação quatrocentista, as fundações da própria cabeceira, e, entre outros, os remanescentes da capela de Santo Cristo Cativo (1603)⁷⁶⁵ dos quais se ponderaria se seriam preservados ou mantidos *in situ*⁷⁶⁶.

Essa ambiguidade manteve-se no projeto em andamento, motivo pelo qual o mesmo era aprovado com condicionantes⁷⁶⁷, inclusive no aditamento ao projeto, em 2014⁷⁶⁸. Ventilou-se um projeto de musealização dos vestígios da Capela do Espírito Santo Cativo em 2015, entretanto sem projeto ou orçamento, pelo que foi recomendado o seu aterramento provisório⁷⁶⁹.

O aditamento ao projeto considerou principalmente correções geométricas ou relativas à geografia ou à topologia, pelo que destacamos a iniciativa para que o lambrim em pedra que percorre toda a fachada sul fosse evidenciado⁷⁷⁰. A empreitada foi concluída em 2015, mesmo ano em que o projeto recebeu o Prémio Valmor e Municipal de Arquitetura.

Síntese do capítulo

A história mítica da fundação eliana, difundida já na Europa, a partir do convento londrino, não deixa de faulhar mais a sul. As aproximações entre o apelo ao fantástico dos carmelitas e o processo de mitificação de Nuno Álvares Pereira, em momentos diversos da história são consideráveis, principalmente a partir dos dois últimos séculos. Anarrita Gori destaca o culto de Nuno Álvares Pereira desenvolvido durante a Primeira Grande Guerra, porém encetado nas últimas duas décadas do século XIX, em que destaca o momento de viragem do nacionalismo em Portugal após o Ultimato Inglês de 1890. Deste modo, «A complexidade do processo de mitificação de Nun'Álvares Pereira reside pois neste facto de

⁷⁶³ A equipa era composta pela Dra. Margarida Bastos, Dra. Eva Leitão. Pedia-se um antropólogo para apoio em caso de achado osteológico, arqueólogo estagiário, pessoal servente, equipa de topografia. O material coletado seria depositado no Museu da Cidade.

⁷⁶⁴ Projecto de intervenção arqueológica. 20 de março de 2008. DGPC (Salvaguarda), CS 5749 Vol. I, n.p.

⁷⁶⁵ Marques e Bastos, «Subsídios arqueológicos para a história da Igreja do Convento do Carmo (Lisboa)». Relativamente à azularia encontrada, ver: Mimoso et al., «16th Century Azulejos Excavated in Lisbon».

⁷⁶⁶ Pátio B – área envolvente Sul da Igreja do Convento do Carmo. Plano de trabalhos arqueológicos 28 de maio de 2009. DGPC (Salvaguarda), CS 5749, Vol II, n.p.

⁷⁶⁷ Inf. n.º 2325/DSPAA/2014, de 30.09.2014. DGPC (Salvaguarda), C.S. 114422, 122142; 134899.

⁷⁶⁸ Memorando n.º 1107/DBC/2014, 28 de abril de 2014. DGPC (Salvaguarda), C.S. 114422, 122142; 134899.

⁷⁶⁹ Inf. n.º 458/DSPAA/2015, de 23 de fevereiro de 2015. DGPC (Salvaguarda), C.S. 114422, 122142; 134899.

⁷⁷⁰ Ligação pedonal do Pátio B da zona sinistrada do Chiado, Largo do Carmo e Terraços do Carmo. Memória Descritiva e Justificativa – Aditamento. Projecto de Arquitectura, de março de 2014. DGPC (Salvaguarda), C.S. 114422, 122142; 134899.

ser simultaneamente «patriota e santo», uma contradição encarada no século XX de modos diversos e originais, que deram lugar a confrontos de opiniões e a modificações na política respeitante à celebração da sua figura»⁷⁷¹.

A beatificação (23 de dezembro de 1918) e a santificação (26 de abril de 2009) de N. A. Pereira foram dois momentos de celebração, que contribuíram para a permanência do mesmo enquanto uma espécie de Galaaz português⁷⁷². Nesse sentido, as ruínas mantiveram-se utilizadas durante o Estado Novo em celebrações religiosas, como nos pedidos da Juventude Católica (1948, 1950) e da Juventude Operária Católica Feminina (1957). E, mesmo com a redemocratização, as ruínas mantiveram a associação simbólica à figura do seu fundador, demonstrado em variados âmbitos no monumento.

É imprescindível destacar o aspecto simbólico ainda presente nas Ruínas do Carmo, pelo que os restos da antiga igreja assumiram diversas valências, desde as origens carmelitas e, nestas, a associação ao seu fundador, enquanto um elogio em pedra ao Condestável, mas também relativamente à causa do arruinamento. As ruínas são o exemplo do Terramoto de 1755 e um contraponto entre o “como estava” e o que “se tornou” a Baixa Pombalina. Nada obstante, as ruínas verteram-se num dos símbolos da cidade de Lisboa.

O cataclisma demarcou exatamente o momento em que o edifício se transformou em ruína, caracterizando os restos como narrativas partidas, devido ao sismo, ao maremoto e aos incêndios que se assomaram no fatídico domingo de todos os santos de 1755. Os esforços carmelitas esbarraram na escassez de profissionais qualificados, num momento de trabalho em excesso, graças à reconstrução da moderna Baixa Pombalina, e nos poucos recursos, num contexto diferente do pré-terramoto, das ricas doações antes recebidas. A extinção das ordens religiosas selou as obras, já num momento de estagnação das mesmas. O fim do uso foi, neste momento, um outro «*arruinamento*», se considerarmos a altivez do templo religioso *situ* no alto da Colina do Carmo a ver o Rossio, transformado em serralheria e, posteriormente, em estrumeira da cavalaria do aquartelamento vizinho.

Nesses entremeios, entre uso/desuso e abandono, a AACP/RAACAP/AAP assumiu o espaço como sede, desde 1863, e museu, desde 1864, cujo funcionamento foi associado à adaptação das ruínas, necessárias para a reunião das mínimas condições de uso para encontros da associação ou para a própria exposição museológica.

As ruínas góticas, com os seus arcos soerguidos pelos carmelitas pós-sismo, suscitavam questões sobre se seriam ou não ruínas, assim como, e sobretudo, o que fazer nelas. A sua valorização era reclamada desde Herculano e Garrett, angariando uma posição central no debate patrimonial, sendo classificadas desde 1907 e 1910.

⁷⁷¹ Gori, «Festa da Pátria», 140–41.

⁷⁷² Gomes, «O Galaaz do Carmelo», 23; Pereira, *Enigmas*, 170; Pereira, «A Igreja e Convento do Carmo», 88; Lachi, «Nuno Álvares Pereira», 46.

A Comissão de Reparações do Carmo (1934) formada pela AAP, a fim de apontar as obras necessárias no monumento para a DGEMN, foi um exemplo do papel desenvolvido pela associação na proteção das Ruínas do Carmo, enquanto entidade que usa o espaço e enquanto mentora da sua preservação, apesar de não ter o poder de decisão final, que cabia aos quadros da DGEMN. A proximidade das Celebrações dos Centenários e a década de 1940 representaram um paradoxo para as ruínas, pois as novas obras sucederam-se apenas após um hiato institucional, resultando na devolução de verbas já previamente destinadas às Ruínas do Carmo.

Em 1945, onze anos depois da criação da Comissão de Reparações, a AAP novamente conclamaria por novas obras, que tiveram lugar no ano seguinte, com o uso de alvenaria como recurso, aos moldes do Estado Novo, atribuindo uma feição mais pesada ao monumento, se considerarmos, por exemplo, o entaipamento das capelas.

Os desencontros orçamentários fizeram parte da trajetória do monumento. O uso constante do Fundo do Desemprego e do Orçamento do Estado fazia com que um ano tivesse múltiplas empreitadas, enquanto se desconhecia verbas para assuntos corriqueiros, como o contador de água, em 1947. Além do mais, não poderiam ser suficientes, principalmente se considerarmos os avisos de suspensão dos serviços por esgotamento de verbas (1947, 1948, 1950) e a existência de uma lista de obras necessárias, enviada pela AAP, logo após vultuosos investimentos em 1949.

A repetição de obras em anos seguintes, como no intervalo entre 1956 e 1957, aponta a possibilidade de os serviços terem sido interrompidos por falta de verbas. Talvez por isso, os problemas estruturais permaneceram similares ao longo dos anos, dado a priorização de obras pontuais realizadas a cada plano económico em detrimento de um conjunto maciço de obras de consolidação. Por tais razões, os alertas para a queda de elementos pétreos foram frequentes (1952, 1953, 1955, 1956, 1959, 1963). A existência de curtos-circuitos em 1958 e 1964, com soluções adiadas nos dois momentos, também pode evidenciar uma indefinição das verbas.

Cumprе sublinhar, nesse contexto, além da AAP, a GNR como a mais frequente interlocutora nos relatos de quedas de pedras ou calíça, que, por sua vez, poderiam interferir no funcionamento do quartel, possível motivo pelo qual insistiam na pronta resolução desses impasses sazonais.

A cedência da sacristia por parte da GNR, em 1970, facilitou a organização do Museu do Carmo, com uma divisão já há tempos solicitada e reestruturada nos anos seguintes. Por outro lado, o 25 de abril representou, num primeiro momento, o corte nos subsídios recebidos pela AAP, mas que não implicou a continuidade de obras pela DGEMN. Em resposta, a AAP promoveu uma reforma financeira, a partir da qual conseguiu uma estabilidade nas contas,

além da reestruturação funcional, rearranjo da biblioteca para a sacristia e uma atividade associativa mais regular.

Os desafios na manutenção do monumento permaneceram os mesmos: a instabilidade estrutural e o escoamento das águas, com um maior despendimento de verbas por empreitada. As primeiras obras do fim do século concerniram mormente o pavimento, constantemente desgastado pelo movimento do subsolo, os reparos estruturais e de escoamento das águas.

A consolidação e o reuso são palavras-chave na preservação de ruínas, para os quais não se pode dissociar a prática da teoria. A conservação preventiva requer uma maior diligência, mas adequar-se-ia às necessidades cotidianas do monumento em questão, principalmente quando se trata de estruturas mais delicadas, muito presentes no gótico, como os vitrais, comumente partidos. A redemocratização, neste caso, não significou uma mudança de atitude relativamente à conservação preventiva, mas sim à valorização da arqueologia enquanto campo científico e prática de pesquisa.

A reincidência da queda de pedras em 1978 e, ainda mais grave, a ameaça de queda da rosácea em 1982, com o fechamento do museu até à tomada de precauções demonstram a continuidade de situações periclitantes.

Os últimos anos da década de 1990 foram acalorados nas Ruínas do Carmo, devido à ameaça de maiores abalos nas estruturas graças às obras do Metropolitano de Lisboa, nomeadamente os troços n.º 60 e n.º 62 da linha Baixa-Chiado.

Iniciava-se um momento de mais autonomia da AAP relativamente às obras, posterior às delongadas obras, desarticuladas e atrasadas após o profícuo biénio de 1995-1996. A partir de 1997, o Metropolitano de Lisboa reconhece-se dirimido das responsabilidades nas ruínas, apesar de não ter cumprido a totalidade das obras acordadas em contrato, ficando o museu fechado durante a *Exposição Mundial* de 1998, à revelia da AAP. As obras acordadas e em falta foram retomadas entre 1999 e 2001. Neste último ano, o museu passou por uma remodelação liderada pela própria AAP.

A maior circulação e o destaque dado ao urbanismo do Chiado pelo projeto *Ligação Pedonal do Pátio B do Chiado ao Largo do Carmo e Terraços do Quartel do Carmo*, concluído em 2015, evidenciou as ruínas enquanto parte essencial da memória da cidade de Lisboa, como a Baixa Pombalina, da qual faz parte. É um monumento vivo na cidade, cujas ruínas foram reutilizadas e musealizadas, tendo como elo as suas origens e a sua destruição, comprovando a singularidade na preservação de cada ruína.



Capítulo 04: O Gótico mendicante, o Mondego, as ruínas: Mosteiro de Santa Clara-a-Velha

Perante a dantesca e gélida desilusão que não sentimos nada... e não sabemos dizer porquê... apelaremos para a imagem do doente desiludido pelos médicos, mas que a família rodeia de carinhos e cuidados até ao último momento... e depois dele ainda, nas suas homenagens fúnebres.

Se não puder ser mais nada, seja assim para com o Convento de Santa Clara-a-Velha: Chamem os melhores médicos, para uma conferência, acarinhem-na até ao último momento e depois cerrem-lhe os olhos piedosamente, velem-lhe os despojos e façam-lhe um funeral condigno que toda a Coimbra estremeça de emoção.

Se não é possível fazer a reintegração total e completa, cuide-se ao menos da moldura das ruínas duplamente sagradas, criando uma zona de protecção, circundando-as de jardins e dando-lhe um acesso limpo.

Como estão, cercadas de quintalórios e pocilgas, é clamorosamente chocante para a nossa sensibilidade, corta o coração.

(...) Um pouco de compaixão pelas ruínas de Santa Clara-a-Velha!

Diário de Coimbra, 30 de agosto de 1952

Importa, neste capítulo, investigarmos a existência do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha⁷⁷³, em Coimbra, enquanto monumento e sítio arqueológico a partir das premissas desiguais e datadas, reveladores do contexto político a que pertencem, respaldadas na gestão dos institutos de património correspondentes. Para tanto, a nossa pesquisa foi principalmente centrada no Arquivo da Ex-DGEMN e no Arquivo da DRC-DGPC, aliando a robusta documentação encontrada às visitas técnicas realizadas, entre 2017 e 2021, e à análise bibliográfica acerca do monumento. Sobre essa última, cabe-nos destacar a relevância das pesquisas encabeçadas por António de Vasconcelos⁷⁷⁴ e, entre outros, mais recentemente, por Francisco Pato de Macedo⁷⁷⁵ e Artur Côrte-Real⁷⁷⁶.

4.1 Sobre as origens da mendicância franciscana

A Europa do século XIII foi um palco ativo de transformações nas cidades, no comércio e na circulação do dinheiro, assim como nas universidades, e, entre outros, na cristandade. O surgimento das ordens mendicantes, como os dominicanos e os franciscanos,

⁷⁷³ Vide Figura 31 (Apêndice).

⁷⁷⁴ Vasconcelos, *Dona Isabel de Aragão*, 1993, Vols 1 e 2; Vasconcelos, *História popular da Rainha Santa Isabel*.

⁷⁷⁵ Macedo, «A arquitectura gótica na bacia do Mondego nos séc. XIII e XIV», 1988; Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra*, 2015.

⁷⁷⁶ Côrte-Real, «Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra», 2001; Côrte-Real et al., *Olhares ocultos, olhares submersos*; Côrte-Real, «Valorização do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra», junho de 2009.

apontava novas práticas para a Igreja Católica, centradas no universo citadino, tanto na pregação quanto na prática litúrgica⁷⁷⁷, contexto diferente do surgimento dos beneditinos, no século anterior, ainda agrário⁷⁷⁸. Outrossim, o efeito da proposta mendicante, em termos da pobreza e da atenção e assistência aos leigos nas cidades, legou para a cristandade e para a própria Europa a reflexão e a crítica social no seio da fé cristã, visto que, a partir dessas novas ordens, «(...) nasce uma Europa da palavra, do sermão, que, laicizado, será a Europa do discurso, da tribuna, do discurso militante»⁷⁷⁹.

4.1.1 Os franciscanos

O movimento franciscano⁷⁸⁰ surgiu em concordância com a vida retirada, a pobreza e a renúncia das posses – a viver de esmolas – professada por São Francisco de Assis (1181 ou 1182-1226), canonizado dois anos após a sua morte pelo Papa Gregório IX. Inicialmente, os Irmãos Menores contavam com dois lugares de referência: as igrejas de São Damião e de Porciúncula, em Assis, em que a vida itinerante desses frades contrastava com o recolhimento inicial em eremitérios nas montanhas⁷⁸¹. Ora, apesar das origens e dos contatos eremitas, o fenómeno mendicante é urbano⁷⁸².

A institucionalização da ordem franciscana iniciou-se com a aprovação oral da Regra e da Forma de vida dos Frades Menores pelo Papa Inocêncio III (1209), ulteriormente oficializada pelo Papa Honório III (1223), consoante o desenvolvimento do legado mendicante de Francisco⁷⁸³. A expansão dos franciscanos pode ser percebida logo no século

⁷⁷⁷ Le Goff, *As raízes medievais da Europa*, 198.

⁷⁷⁸ Relativamente ao tema, ver Rosenwein e Little, «Social Meaning in the Monastic and Mendicant Spiritualities». Além dos beneditinos, podemos listar os agostinhos e os cistercienses como ordens mais relacionadas ao mundo rural, assim como mais confinados à vida monástica, cf. Andrade, «In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura», 2011, 59.

⁷⁷⁹ Le Goff, *As raízes medievais da Europa*, 201.

⁷⁸⁰ Utilizamos o termo «movimento» em concordância ao que F. Pato de Macedo defende, com apoio na obra de Mollat, no sentido de que S. Francisco não quis fundar uma ordem, mas um movimento – enquanto o Papa Inocêncio III tolheu-o aos moldes de uma ordem, cf. Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra*, 2015, 17.

⁷⁸¹ Le Goff, *As raízes medievais da Europa*, 200.

⁷⁸² Mattoso, «O enquadramento social e económico das primeiras instituições franciscanas em Portugal», 63.

⁷⁸³ O Papa Inocêncio III aprovou oralmente a primeira Regra, com reservas, em 12 de abril de 1209, no que seria aguardado o crescimento da Ordem. Nesse ínterim, o Papa confirma a aprovação atribuída aos franciscanos no IV Concílio de Latrão (1215), ainda que o encontro tenha decidido pela proibição da criação de novas Regras. Face ao avanço da Ordem, que realmente ocorreu, era necessária uma regra definitiva. Para tanto, Francisco de Assis escreve a Regra não bulada (1221), sem o consentimento papal. A Regra Bulada foi aprovada em 29 de novembro de 1223 na Bula Solet Annure, com texto elaborado a partir da regra anterior, reescrita; sendo utilizada até os dias atuais pelos Frades Menores, cf. Carvalho, «Francisco de Assis entre duas regras (1221-1223)», 12–25. Relativamente ao conceito de pobreza franciscana na normativa da Igreja Católica e da Ordem dos Frades Menores, consultar Aguiar, «A construção da norma no movimento franciscano».

XIII, com a fundação de conventos no norte francês, assim como na região do Midi – porém enfraquece no século XIV, nesse país⁷⁸⁴.

Em Portugal, estima-se que F. de Assis tenha visitado Bragança e Guimarães, enquanto peregrinava a Santiago de Compostela (1214), apesar de esta viagem não poder ser efetivamente asseverada em fontes. Há confirmação da presença do religioso em 1217, aquando do Capítulo Geral da Ordem⁷⁸⁵, período em que os primeiros mosteiros mendicantes são construídos⁷⁸⁶.

A Segunda Ordem, das clarissas, chegou a Portugal a partir da segunda metade do século XIII, em meio ao crescimento dos franciscanos no país, primeiramente em Lamego (1258). A Ordem Terceira ou secular ganha notoriedade no país no século XV, apesar de não se saber ao certo sobre suas primeiras origens⁷⁸⁷.

Sobre a instalação da fraternidade franciscana em Portugal no século XIII, Mattoso distingue 5 períodos: as fundações eremíticas; as instalações franciscanas que sofrem represálias eclesiásticas e senhoriais, a partir de 1230⁷⁸⁸, com duração de aproximadamente quinze anos; as primeiras construções nas cidades, de 1245 a 1266; a resolução de impasses e a realização de acordos com bispos, levando ao aumento de missões canónicas e à intensa edificação de igrejas e conventos, inclusive pelo interior, entre 1266 e 1286; e, a partir desse último ano, assentou-se «(...) a normalidade institucional, a inserção pacífica nas estruturas civis e eclesiásticas, a rápida diminuição no ritmo das fundações»⁷⁸⁹.

4.1.2 As Clarissas

A afirmação feminina na Igreja Católica – ainda hoje predominantemente masculina em termos de cargos e decisões políticas⁷⁹⁰ – tem um importante capítulo com a Segunda

⁷⁸⁴ Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra*, 2015, 31.

⁷⁸⁵ Teixeira, «Os Frades Menores em Portugal desde 1217», 161–62.

⁷⁸⁶ As primeiras fundações portuguesas foram possivelmente Alenquer (1216 ou 1217), Guimarães (1216 ou 1217), Lisboa (1217) e Coimbra (1217 ou 1218), seguidos por Évora (1224, data provável), Porto (1233), Leiria (1231-1233, possíveis datas), Covilhã (1235), assim como o segundo convento da Guarda (1235 ou 1236), Estremoz (1239), Santarém (1242), Portalegre (1266), Bragança (1271), Lamego (possivelmente entre 1271 e 1279), Beja (provavelmente entre 1272 e 1290) e um hospício em Braga (1273). Durante o século XIV, foram instalados os conventos de Tavira (1320), Loulé (1328), Ponte de Lima (1360), entre outros oratórios que posteriormente tornar-se-iam conventos, cf. Teixeira, 163–77. A partir de 1392, a ordem contou com duas tendências, a já existente Claustal e a da Observância, cf. Andrade, «In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura», 2011, 65.

⁷⁸⁷ Teixeira, «Os Frades Menores em Portugal desde 1217», 166-68.

⁷⁸⁸ Vale sublinhar que a instalação de conventos nos aglomerados urbanos portugueses enfrentou desafios e oposições, como em Braga (estabelecendo um hospício, apenas), Porto, Leiria, Guimarães, Estremoz – superadas pelos franciscanos, que, por sua vez, desestabilizaram o poder senhorial nos núcleos urbanos em que se instalaram, cf. Mattoso, «O enquadramento social e económico das primeiras instituições franciscanas em Portugal», 65.

⁷⁸⁹ Mattoso, 68.

⁷⁹⁰ Relativamente ao tema e nomeadamente sobre as clarissas, sugerimos Andrade, «Mulheres sob custódia», 2015. e Silva, «A construção da verdadeira religiosa no século XIII»; sobre os discursos e os silenciamentos em torno de Santa Clara, ver Jesus, «Do silêncio à palavra».

Ordem Franciscana, as Clarissas, e a sua precursora, Clara de Assis (1193 ou 1194-1253). Chiara Offreduccio⁷⁹¹ nasceu em Assis (Úmbria, Itália), no seio de uma família nobre. Em 1212, fugiu para Porciúncula após assistir à pregação de Francisco, desfazendo-se de uma vida de posses para abraçar a reclusão e a pobreza. Em concordância com os princípios franciscanos, Clara juntou-se a outras mulheres devotas e fundou a Ordem das Donas Pobres ou Ordem das Clarissas ou Segunda Ordem Franciscana ou, após 1263, Ordem de Santa Clara⁷⁹². As monjas mendicantes instalaram-se no eremitério de São Damião que fora restaurado por Francisco de Assis, onde Clara foi abadessa até ao seu falecimento.

Face ao contexto do ressurgimento das cidades, das tensões sociais e, no mundo espiritual, do maior registo de casos heréticos, a Igreja Católica enrijeceu a atenção aos movimentos religiosos, mormente os femininos. A proibição da criação de novas regras monásticas instituída no IV Concílio de Latrão (1215) era um meio de conter o avanço de novos movimentos, no que restaria às clarissas adotarem regras já vigentes⁷⁹³. O Mosteiro de São Damião adotou oficialmente a Regra de São Bento⁷⁹⁴, seguindo informalmente a constituição de F. de Assis, da qual se conhecem alguns princípios pelo testamento de Clara, dentre os quais a clausura, a pobreza e o vínculo aos menoritas franciscanos. Depois, foram escritas as normas hugolinianas (1218)⁷⁹⁵ e a Regra de 1247⁷⁹⁶.

Em franca oposição, Clara de Assis escreveu sua própria Regra⁷⁹⁷, com texto aprovado pelo Cardeal Reinaldo, em 1252⁷⁹⁸, e legitimado canonicamente pelo Papa Inocêncio IV apenas 2 dias antes da sua morte, ocorrida a 11 de agosto de 1253. No documento, elaborado a partir de textos anteriores como a «Formula Vitae»⁷⁹⁹ e o «Privilégio

⁷⁹¹ Ou Clara Offreduccio, em português.

⁷⁹² Clara de Assis foi canonizada em 1255, com o título de Santa Clara, dois anos após o seu falecimento, assim como Francisco. Contudo, marcamos o ano de 1263 devido à promulgação da Regra Urbanista, que uniu as irmãs clarissas sob o nome de «Ordem de Santa Clara», Andrade, «In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura», 2011, 69-70; Andrade, «Mulheres sob custódia», 2015, 36.

⁷⁹³ Aguiar, «Clara de Assis», 1–2. Relativamente ao IV Concílio de Latrão e às comunidades femininas, consultar: Andrade, «In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura», 2011, 51–52.

⁷⁹⁴ Desse modo, não transgrediram o Cãnone 13 do IV Concílio Lateranense.

⁷⁹⁵ O cardeal Hugolino se consagra Papa Gregório IX entre 1227 e 1241; data da promulgação da Regra Hugolina, cf. Pereira, Santa Clara de Assis, 226.

⁷⁹⁶ Também chamada Regra Inocenciana, segundo Pereira, 228. Esta regra colocava as clarissas aos cuidados dos menoritas e autorizava a posse de bens comunitários, sem menções à clausura, cf. Andrade, «In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura», 2011, 68–69.

⁷⁹⁷ A Regra de Santa Clara está disponível em Pereira, Santa Clara de Assis, 45–72.

⁷⁹⁸ O Cardeal Reinaldo foi nomeado protetor das clarissas desde 1248, em 16 de setembro de 1252 ele aprovou a Regra de Santa Clara.

⁷⁹⁹ Escrita por Francisco de Assis, a quem Clara chama de Pai S. Francisco, apontou a perseverança nos ensinamentos sobre a santa pobreza em seu testamento, Pereira, Santa Clara de Assis, 78.

da Pobreza»⁸⁰⁰, «(...) está presente o exemplo de Francisco e os princípios desde sempre reiterados, a clausura e a pobreza, como bases de uma vida contemplativa, dedicada à oração e ao jejum, nova forma de apostolado e de peregrinação interior»⁸⁰¹.

A Regra de Urbano IV (1263), publicada na *Bula Beata Clara*, a partir do texto por ela redigido, consolidou-se enquanto norma corrente nos mosteiros das clarissas. O documento resgatou os preceitos anteriormente escritos para legitimar os cuidados das clarissas ao Cardeal Protetor, a clausura severa, a eleição da abadessa e das outras oficiais do mosteiro e, entre outros, a permissão das posses comunitárias⁸⁰².

A expansão dos mosteiros das clarissas, como dos franciscanos, data do século XIII, em regiões como Flandres, Brabante, Renânia, Itália central e setentrional⁸⁰³, no que cabe lembrar que a escolha de muitas mulheres cidadinas para a vida cenobítica mendicante, ao invés dos beneditinos e agostinhos, devia-se bastante à liberdade nela experimentada. Numa comparação com os franciscanos, a escolha entre o ambiente rural e o urbano era menos relevante devido à reclusão das monjas, tendo em conta que «As fundações de clarissas, pelas características de clausura da própria Ordem, não diferem neste aspeto de beneditinas e cistercienses (...)»⁸⁰⁴.

Na Península Ibérica, os primeiros mosteiros surgiram nas regiões espanholas de Galiza e de Castelo. Os Conventos de Salamanca, Zamora, Ciudad Rodrigo, Allariz e Pamplona foram fundados em 1227, e o Convento de Saragoça, entre 1230 e 1234⁸⁰⁵. A estabilidade institucional e a autonomia das clarissas eram condições de vida religiosa consideradas interessantes na fundação dos mosteiros, promovidas tanto pela Igreja Católica, na figura do Papa, quanto nas instituições públicas, que, entre outros, protegiam os mosteiros⁸⁰⁶. O mecenato e o apoio régio foram marcantes na edificação franciscana, a exemplo da casa Aragão⁸⁰⁷. A via institucional, que antes anunciara barreiras à própria Regra monasterial feminina tornou-se um instrumento para o avanço da Ordem de S^{ta}. Clara.

O primeiro mosteiro português das clarissas foi fundado em Lamego (1258), apesar de ser transferido um ano depois para Santarém, seguido por Entre-ambos-os-rios (1258),

⁸⁰⁰ O «Privilégio da Pobreza» foi aprovado por Inocêncio III; o Papa Gregório IX, mais tarde, aprovou o texto com leves alterações, cf. Pereira, 201–2. É possível ler os textos nesta mesma obra, Pereira, 203–6.

⁸⁰¹ Andrade, «In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura», 2011, 69.

⁸⁰² Andrade, «In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura», 2011, 70; Andrade, «Mulheres sob custódia», 2015, 37.

⁸⁰³ Aguiar, «Clara de Assis», 1.

⁸⁰⁴ Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra*, 2015, 23.

⁸⁰⁵ Andrade, «In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura», 2011, 73–74; Andrade, «Mulheres sob custódia», 2015, 36.

⁸⁰⁶ Mendes, «As primeiras Clarissas portuguesas e suas vivências cotidianas», 70–71. A autora defende esta tese apoiada na obra de Frei Manoel da Esperança e José Garcia Oro.

⁸⁰⁷ Apoio e mecenato estes consolidados com D. Violante da Hungria e D. Constança, segundo Rebelo, «O apreço da Rainha Santa Isabel pela espiritualidade franciscana», 90.

redirecionado para o Porto em 1416, Santa Clara de Coimbra (1286) e Lisboa (1288). O século seguinte acompanhou um avanço nesse número, com os mosteiros de Vila do Conde (1314-1317), Santa Clara de Beja (1343-1345), Guarda (1344), e Portalegre (1370). O século XV marca apenas dois conventos, em Amarante (1425-1428) e Santa Clara de Évora (1458)⁸⁰⁸. Em termos de organização e dependência institucional, a administração continuava arraigada a Custódia de Santiago, estando a Província de Portugal organizada, no século XIV, entre as Custódias de Lisboa, Coimbra e Évora⁸⁰⁹.

A arquitetura mendicante portuguesa exprimiu em pedra os princípios da simplicidade e despojamento franciscanos. A ausência de uma homogeneidade construtiva impossibilitou o estabelecimento de regras gerais da arquitetura franciscana, evidenciando apenas características comuns entre os conventos. Por isso, a arquitetura mendicante situou-se num âmbito estilístico regionalizado ou mesmo nacional, desenvolvida principalmente nos séculos XIII e XIV, sem a influência de outros países ou de tipologias, como ocorreu também na Ordem de Cister⁸¹⁰.

Não obstante, a instalação dos mosteiros dedicados a S^{ta}. Clara, assim como os da Primeira Ordem de São Francisco, não foi de modo algum branda – como demonstraremos a partir de Santa Clara de Coimbra. O mosteiro aqui estudado registou uma história de luta entre o espírito e a matéria, desde a sua fundação até à sua existência a seco.

4.1.3 O gótico mendicante escrito à fé e litígio em Santa Clara de Coimbra

A história do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha é urbana, relativa ao próprio contexto em que as fraternidades mendicantes nascem e se disseminam, como voz cidadina de fé, e é, antes de tudo, feminina, seja por tudo o que S^{ta}. Clara representa para a afirmação das mulheres na Igreja Católica, seja pela história do próprio mosteiro.

A fundação de S^{ta}. Clara de Coimbra remonta à determinação de duas mulheres em prol do cenáculo mendicante, primeiro em 1286, resultado dos esforços de D. Mor Dias, e a partir de 1330, da rainha D. Isabel. Desde as suas origens, o mosteiro esteve sujeito às inundações do Mondego – um problema histórico da freguesia de Santa Clara e das monjas clarissas –, cujas águas presenciaram os reflexos drásticos da história coimbrã, como o amor trágico de D. Pedro e Inês de Castro, e depois afogaram o cenáculo em lodo e sedimento.

D. Mor Dias, que vinha de família nobre e de laços estreitos com a Igreja Católica⁸¹¹, ingressou como «*pannos securitates*» no Mosteiro de S. João das Donas de Coimbra,

⁸⁰⁸ Andrade, «In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura», 2011, 76.

⁸⁰⁹ Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra*, 2015, 21.

⁸¹⁰ Villamariz, «A Arquitectura das Ordens Mendicantes dos Séculos XIII e XIV», 1–5.

⁸¹¹ Filha de D. Boa Peres e D. Vicente Dias, que foi alcaide-mor de Coimbra e sobrejuíz régio. D. Mor Dias teve Joana Dias, Teresa Dias e Sancha Peres como irmãs; a segunda foi priora do Mosteiro de Santa Ana e a terceira também vivia em Santa Cruz. Sua família era parte da elite de Coimbra, pelo lado materno, e apresentava fortes laços e grandes doações, estendidas à Sé de Coimbra, ao

vinculado ao Mosteiro de Santa Cruz, em 1250⁸¹². Comungante dos valores franciscanos, ela decidiu fundar um mosteiro dedicado a Santa Isabel da Hungria e a Santa Clara, para onde foi acompanhada por D. Sancha Lourenço e D. Domingas Peres, da Santa Cruz⁸¹³.

A obra foi autorizada por D. João Martins de Soalhães (1283)⁸¹⁴, o vigário-geral da diocese, face a ausência do bispo. A primeira pedra foi benzida pelo mesmo religioso dois anos depois, na margem esquerda do Mondego, próximo ao mosteiro franciscano masculino e onde D. Mor Dias possuía terrenos. Pouco se sabe sobre a obra do antigo mosteiro, com referências apenas ao seu aspecto primitivo e despojado, no que deveriam existir a igreja, o dormitório e as oficinas⁸¹⁵ ou, mais simples, uma igreja breve, juntamente com o claustro e parte do dormitório⁸¹⁶.

O novo mosteiro mendicante notabilizaria a história das clarissas em Portugal, assim como a vida de D. Mor Dias, no que realçamos a relevância histórica e documental da sua singular alteração com os crúzios. Estes últimos relutaram em abdicar da herança de sua rica devota, posto que a consideravam dama professa e, por isso, dependente religiosa e economicamente da casa. Ora, o pano de segurança garantiria a sua alegada liberdade religiosa e financeira, bem como os testamentos⁸¹⁷ e declarações acerca da sua devoção franciscana, proferidos pela senhora coimbrã.

O litígio sobre a riqueza de D. Mor Dias prolongou-se por duas décadas da sua vida (1282-1302), sua excomunhão (1292)⁸¹⁸ e, inclusive, o seu pós-morte (1302-1311)⁸¹⁹. Falecida em 1302, foi sepultada em Santa Clara, como desejara. Todavia, os crúzios mantiveram a contenda, mesmo após a decisão favorável à clarissa, numa disputa que se

Mosteiro de Santa Cruz, à Santa Ana da Ponte e Celas de Guimarães – cf. Andrade, «In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura», 2011, 371–72. Relativamente à família de D. Mor Dias, é igualmente interessante consultar: Martins, O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média, 483–86; Santos, «A fundação do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra», 1: 57-61.

⁸¹² Nesses termos, D. Mor Dias considerava-se «livre e independente», enquanto os crúzios creditavam-na professa e, portanto, dependente – como esclarece Martins, O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média, 482.

⁸¹³ Martins, 478. Outra obra de destaque de D. Mor Dias foi um hospital em Ceira.

⁸¹⁴ A licença da construção está disponível em Santos, «A fundação do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra, Vol 02», 48–49.

⁸¹⁵ Pimentel, «Santa Clara-a-Velha de Coimbra», 5.

⁸¹⁶ Gonçalves, *Estudos de história da arte medieval*, 31.

⁸¹⁷ Num total de três testamentos, D. Mor Dias dedicava o seu sepultamento e parte considerável da sua herança para o Mosteiro de Santa Cruz (1268), descansava eternamente em Santa Clara, ainda libertando boa parte de sua herança para os crúzios (entre 1277 e 1283) e, por fim, no seu último testamento, sua fortuna era maioritariamente dedicada à Santa Clara, onde permaneceria sepultada (30 de janeiro de 1302), cf. Macedo, Santa Clara-a-Velha de Coimbra, 2015, 123.

⁸¹⁸ O Bispo D. Aimeric intimara D. Mor Dias a parar as obras já em 1290, sob a pena de excomunhão. A sentença chegou a 15 de agosto de 1292, durante o sermão do dia pelo mestre João, cônego de Santa Cruz, agindo a mando do Prior de sua casa. Os documentos podem ser vistos em: Santos, «A fundação do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra», 2: 61–63.

⁸¹⁹ Para uma síntese do litígio entre D. Mor Dias e os religiosos do Mosteiro de Santa Cruz (1278-1319), sugerimos consulta Martins, O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média, 471–97.

estendeu a Roma (1301)⁸²⁰. D. João M. de Soalhães⁸²¹, na qualidade de testamenteiro da dama, pôs fim à disputa com um acordo a 02 de dezembro de 1311: o mosteiro de Santa Clara estava extinto, com as suas construções transferidas para os menoritas, que rezariam pela senhora que descansara em suas novas terras, e as monjas lá instaladas deveriam retornar às suas antigas casas monásticas. O hospital de Ceira seria mantido; estando os demais bens de D. Mor Dias destinados à Santa Cruz⁸²².

Os crúzios alcançaram, enfim, a vitória. Não obstante, insistiram que o acordo não os favorecia, determinados no seu incumprimento. O assunto foi alvo de denúncias por parte de Soalhães (1312) e da intervenção de D. Dinis (1313), no intento de pôr um fim ao litígio. A intervenção da rainha S^{ta}. Isabel selou o destino da herança de D. Mor Dias, determinada a refundar o cenóbio, especialmente após a autorização para o efeito concedida pelo cardeal Arnaldo, a 10 de abril de 1314. A rainha demandou os bens da nobre senhora e assegurou a herança que havia sido destinada a outra clarissa, Domingas Peres⁸²³. O acordo entre a rainha e os crúzios sobre a herança em disputa foi concluído a 19 de maio de 1319⁸²⁴.

4.1.4 A refundação e a obra de Santa Clara de Coimbra

Um novo capítulo do Mosteiro de Santa Clara começou a ser escrito pela rainha S^{ta}. Isabel, cuja família já conservava uma religiosidade ligada às clarissas e à santidade, A exemplo da sua tia-avó, Isabel da Hungria, também a ela sagrado o mosteiro em questão⁸²⁵.

A segunda obra em S^{ta}. Clara de Coimbra foi aquela que vingou para a posteridade, uma obra maior em extensão e em financiamento régio⁸²⁶. O arquiteto da obra, Domingos

⁸²⁰ D. Dinis interveio para que fosse cumprido a determinação papal sobre o caso, em 28 de outubro de 1301, conforme Santos, «A fundação do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra, Vol 02», 120–21.

⁸²¹ Maria F. P. de C. Andrade realça o papel do religioso ao lado da rainha e provavelmente dos franciscanos em nome das clarissas em Coimbra. É digno de nota o contato entre Soalhães e a rainha já durante o fecho de todo o litígio por parte do testamenteiro, que levou à extinção do mosteiro, «(...) não podemos esquecer que, à época, já a rainha D. Isabel estava envolvida na contenda e esta resolução pode ter sido considerada, por ambos, a mais adequada para, definitivamente, instalar canonicamente um mosteiro de clarissas e acabar com uma querela que colocava em causa a estrutura eclesiástica do reino», cf. Andrade, «In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura», 2011, 401.

⁸²² Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra*, 2015, 125; Andrade, «In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura», 2011, 97.

⁸²³ Andrade, «In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura», 2011, 97–98.

⁸²⁴ Santos, «A fundação do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra», 2: 283–88. Relativamente à fundação e a contenda de D. Mor Dias com os crúzios, ver: Santos, 1: 79-128.

⁸²⁵ Os reis de Aragão, segundo Rebelo, frequentavam igrejas, atentavam às pregações e optaram por sepultamentos franciscanos, como D. Constança, que construiu uma capela no convento franciscano de Barcelona para lá ser sepultada num hábito de clarissa – como similarmente agiram os seus filhos, incluindo Isabel de Aragão, cf. Rebelo, «O apreço da Rainha Santa Isabel pela espiritualidade franciscana», 86-89. Cabe aqui realçar o contato próximo dos reis portugueses com os franciscanos, para confissão e aconselhamento espiritual – como foi recorrente na dinastia de Avis, por exemplo, cf. Abreu, Arruda, e Pereira, *História da Arte Portuguesa*, I:377.

⁸²⁶ É digno de nota os investimentos construtivos ocorridos durante o reinado de D. Dinis (1279-1325), esposo de D. Isabel, em arquitetura militar, como a Cerca de Trancoso e, entre outras fortificações, o

Domingues, destacou-se em trabalho anterior no claustro gótico do Mosteiro de Alcobaça. O contato com a igreja do local, também gótica, pode ter sido uma influência construtiva em Santa Clara, conforme refletido por Pedro Dias, que desvendou a sequência dos demais chefes da obra, possíveis familiares de Domingos Domingues: Estevão Domingues, após o falecimento do primeiro, e, no término das obras, Vicente Domingues⁸²⁷. As novas obras foram iniciadas em 1316, com o registo de monjas já no local no ano seguinte, quando houve, segundo Pedro Dias, o ingresso das possíveis filhas do então arquiteto da obra. Nesse mesmo ano, as monjas clarissas vindas de Zamora também se instalaram no mosteiro coimbrão⁸²⁸.

Outra periodização da obra foi proposta por Paulo Pereira, em que Domingos Domingues teria sido o mestre responsável entre 1316 e 1325, e Estevão Domingues entre 1325 e 1330, provavelmente este último o responsável pela cobertura abobadada da igreja – um sinal do alto patrocínio régio. O pós-1330 teria sido reservado a mestres desconhecidos⁸²⁹.

A igreja foi composta por três naves da mesma altura e sete tramos, com interior completamente abobado e cobertura em duas águas; uma, nas laterais. A iluminação, tão apreciada no gótico, flui pelas frestas laterais duplas e pelas três rosáceas – situadas nas fachadas e na parede lateral. A cabeceira da capela-mor acompanha duas capelas, a fachada nascente é menos larga se comparada com a fachada poente, o que foi entendido como possível inabilidade técnica aplicada à obra⁸³⁰.

As portas laterais possuem capitéis que apresentam motivos vegetais e zoomórficos. Há um campanário e contrafortes, ausentes os arcobotantes – um exemplo do despojamento mendicante⁸³¹, também percebido na sua ornamentação. O claustro maior era constituído por um tanque central, cercado por floreiras e decoração em azulejaria, com fontanários, pilares duplos e capiteis com a temática vegetal, e era contíguo às divisões do convento e ao claustro menor. Há poucas informações sobre o hospício e o paço régio.

Após a morte de D. Dinis (07 de janeiro de 1325), a rainha vestiu o hábito de Santa Clara, sem abdicar da sua liberdade religiosa e financeira, assim como D. Mor Dias o fez. O

Castelo de Sabugal, e na arquitetura religiosa, como a abadia de Alcobaça e, entre outros, dos mosteiros mendicantes de Santa Clara de Coimbra, São Francisco de Tavira, Santa Clara do Conde, cf. Pereira, *Decifrar a arte em Portugal*, II:11.

⁸²⁷ Dias, «Domingos Domingues», 2–5.

⁸²⁸ Dias, «Domingos Domingues», 4–6.

⁸²⁹ Pereira, *Arte Portuguesa*, 3:45; Abreu, Arruda, e Pereira, *História da Arte Portuguesa*, I:376.

⁸³⁰ Macedo, «A arquitetura gótica na bacia do Mondego nos séc. XIII e XIV», 1988, 36.

⁸³¹ Macedo, 38.

paço régio foi construído nesse contexto, que serviu como sua residência oficial na viuvez. O hospício e a cerca remataram a composição conventual de Santa Clara de Coimbra⁸³².

A igreja foi sagrada a 08 de junho de 1330, porém, inundada um ano depois pelo Mondego. A cheia de 18 de fevereiro de 1331 alcançou a igreja e o túmulo prometido à rainha S^{ta}. Isabel. Por esse motivo, foi construído um piso elevado entre a igreja e o coro, a fim de lá guardar a cripta régia, de modo a ser resguardada das águas⁸³³.

D. Isabel faleceu a 4 de julho de 1336, sendo posteriormente reconhecida como beata (1516) e santa (1625) pelo Vaticano. Além de D. Mor Dias e da rainha S^{ta}. Isabel, o convento ficou também foi conhecido pela história de amor entre o infante D. Pedro e Inês de Castro, que viveram no Paço de Santa Clara com os seus filhos. O homicídio de Inês (1355) tem o mosteiro como pano de fundo do fim da hoje aclamada história de amor, que originou a revolta de Pedro contra seu pai, D. Afonso IV, e a sua vingança contra os assassinos.

4.2 O Mondego e o Mosteiro: da água fez-se o silêncio

A vida penitente em Santa Clara tinha na água a sua sentença. As inundações do Mondego perseveraram, consoante o decisivo assoreamento do rio, problema este que era partilhado entre os mosteiros na margem esquerda do Mondego, como o de São Francisco e o de Santa Ana. Um pavimento intermédio foi construído entre 1612 e 1615, sob a ordem do bispo-conde D. Afonso de Castelo Branco⁸³⁴. A imprescindível transferência para um novo local começaria a ser traçada em 1649, com o lançamento da primeira pedra do Mosteiro de Santa Clara-a-Nova, por ordem do rei D. João IV⁸³⁵. As cheias encontravam-se de tal maneira que, em 16 de abril de 1665, o rei Afonso I escreveu à abadessa clarissa, em resposta ao seu apelo, sobre as cheias no convento⁸³⁶, enviando para lá um arquiteto que poderia acorrer à situação enquanto a transferência não era efetivada⁸³⁷.

Outras correspondências sugerem o mesmo contexto periclitante face à invasão das águas, vaticinando a antecipação da conclusão do novo mosteiro⁸³⁸, entregue em 1677, mesmo sem o término das obras. O antigo e desocupado convento de Santa Clara foi arrendado sob a administração das clarissas, cuja preocupação financeira não escapara à

⁸³² Andrade, «In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura», 2011, 99; Trindade et al., *Mosteiro de Santa Clara de Coimbra*, 24.

⁸³³ Trindade et al., 24-27. O túmulo régio fora construído possivelmente entre 1329 e 1330, após o testamento de 1327. Vairo propõe uma data antecipada, entre 1326 e 1327, já após a morte de D. Dinis, cf. Vairo, «O túmulo de Isabel de Aragão, rainha de Portugal: propostas para uma cronologia antecipada», 22.

⁸³⁴ Mourão, «Entre murmúrios e orações», 34.

⁸³⁵ Vasconcelos, *Dona Isabel de Aragão (a rainha santa)*, 02:235–36.

⁸³⁶ Vasconcelos, 02:242.

⁸³⁷ Vasconcelos, 02:242–43.

⁸³⁸ Vasconcelos, 02:243–44.

da manutenção da sua antiga casa, pelo que ponderaram a conservação do edifício e a disponibilidade para culto na igreja nos aforamentos⁸³⁹.

Mais tarde, a Câmara Municipal de Coimbra exigiu que a abadessa de Santa Clara demolisse o velho convento ou entulhasse a sua área interior, em 31 de janeiro de 1770⁸⁴⁰, quando se percebia o estado das águas e de abandono do extinto cenóbio. A notificação foi reiterada em documento posterior, a 02 de maio do mesmo ano⁸⁴¹. O envio desse novo documento pode indicar que a abadessa estava reticente quanto às ações a tomar no velho convento. A preocupação com o espaço certamente mantinha-se, como na escritura de aforamento, a 18 de julho de 1770, em que as clarissas solicitavam a continuação do tratamento da «(...) igreja com a decencia e decoro devido aos templos, e, se porventura um dia vier a ser demollida, precederem as licenças necessarias, e as solemnidades usuaes»⁸⁴².

O antigo convento foi adquirido por António Maria Osório, então também dono da Quinta das Lágrimas, em 1853. Nesse momento, o paço já estava arruinado e, talvez, também o hospício. Aos claustros, soterrados, assomava-se sempre a possibilidade de estarem alagados. O espaço modificou-se, decorrente do seu novo uso, que incluía a criação de animais, como uma quinta⁸⁴³.

Enquanto o abandono do mosteiro se consolidava, uma expedição invulgar desbravava suas águas entre os dias 12 e 14 de outubro de 1872⁸⁴⁴. Filipe Simões (1835-1884) organizou uma jornada exploratória, tendo como objetivo «Examinar estes espaços tenebrosos, buscar os ocultos restos da parte inferior da igreja primitiva, hoje subterrânea (...)»⁸⁴⁵, conforme descrito na publicação *Navegar em Ruínas* – o mesmo título de uma recente exposição de fotografia no mosteiro (2018)⁸⁴⁶.

A descrição do autor permitiu o conhecimento sobre o estado da igreja em fins do século XIX, com a igreja parcialmente inundada, a funcionar enquanto palheiro ou celeiro. Os vestígios artísticos eram poucos e concentrados nas abóbadas da secção meridional, consoante os efeitos da elevação do terreno. A parte inferior da igreja estava particularmente isolada, dado os seus acessos cobertos. A existência de pedras faceadas no meio da igreja impediram o avanço da excursão, prolongada em mais um dia para investigar a parte oriental

⁸³⁹ Vasconcelos, 02:282–84.

⁸⁴⁰ Vasconcelos, 02:358.

⁸⁴¹ Vasconcelos, 02:359.

⁸⁴² Vasconcelos, 02:360. O documento integral está disponível em Vasconcelos, 02:360–65.

⁸⁴³ Côrte-Real, «Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra», 2001, 21; Mourão, *Santa Clara-a-Velha*, 31–32. Vide Figuras 35 e 36 (Apêndice).

⁸⁴⁴ Relativamente ao aspecto do monumento em setembro de 1872, ver a Figura 35 (Apêndice).

⁸⁴⁵ Simões, «Navegar em Ruínas», 111.

⁸⁴⁶ A exposição de fotografias «Navegar em ruínas» esteve aberta ao público entre os dias 18 de abril a 31 de dezembro de 2018, realçando a história do monumento a partir das suas águas. Há uma exposição permanente homônima.

do imóvel, com janelas tapadas e, na nave meridional, uma bela ogiva de mármore «comparável às mais elegantes da Batalha»⁸⁴⁷.

4.3 O mosteiro sepultado na igreja

A degradação da igreja, convertida em armazém, tornou evidente a continuidade do processo de extinção do mosteiro. Nesse estado, o cenóbio foi classificado, em 1910, enquanto monumento nacional, na lista concebida pela *Comissão Nacional dos Monumentos*⁸⁴⁸. Classificado e abandonado como propriedade particular, o monumento passou por dificuldades e, inclusive, por incêndios, dada a sua atividade enquanto palheiro ou armazém ou mesmo devido ao uso pecuarista. O desconforto sobre o estado do monumento apresentava-se nos jornais do primeiro quartel do século passado, nos pedidos da extinção do pântano de Santa Clara⁸⁴⁹, ou como parte da excursão de estudos de escolas normais de Coimbra e de Lisboa⁸⁵⁰.

No entanto, o silêncio predominava. Exigia-se a preservação do antigo mosteiro, conhecido graças à história da rainha Isabel e do assassinato de D. Inês de Castro, pois era vergonhosa a transformação da igreja fundada pela padroeira da cidade em estábulos e estrumeiras. Afinal, «dele pouco resta ainda, mas nem por isso deixa de ser um monumento de grande valia para a Arte e para a História»⁸⁵¹.

Eram ruínas venerandas, prejudicadas pelas águas e pelos homens que a abandonaram – «pois, (...) que essas ruínas venerandas passem a ser um museu pequenino digno de ser visitado»⁸⁵². As denúncias do vandalismo ocorrido no pântano de Santa Clara expunham a incúria do monumento fora um caso de âmbito local e nacional⁸⁵³ ou como um atentado à arte nacional ou uma inconsciência artística⁸⁵⁴.

A partir de 1925, o Estado, representado pelo Conselho de Arte e Arqueologia da 2ª Circunscrição, propôs-se arrendar o antigo terreno conventual durante noventa e nove anos, cabendo-lhe a cedência de vinte contos para a construção de um barracão no local, a fim do proprietário lá deixar os seus pertences, confirmado na Lei n.º 1813, de 18 de agosto de

⁸⁴⁷ Simões, «Navegar em Ruínas», 116.

⁸⁴⁸ Como descrito no capítulo 2 desta tese.

⁸⁴⁹ Como na matéria «A Nossa Missão», da Gazeta de Coimbra, de 15 de novembro de 1911, que anunciava as demandas da cidade para o novo governo.

⁸⁵⁰ Gazeta de Coimbra, 12 de junho de 1912, «Excursão de Estudo».

⁸⁵¹ Gazeta de Coimbra, 10 de maio de 1913, «Antigo Mosteiro de Santa Clara».

⁸⁵² Gazeta de Coimbra, 27 de janeiro de 1925, «Santa Clara-a-Velha».

⁸⁵³ Gazeta de Coimbra, 12 de fevereiro de 1925, «Reflexos...», assinada por Raul de Miranda.

⁸⁵⁴ Gazeta de Coimbra, 19 de fevereiro e 14 de março de 1925, «Cartas: de: Santa Clara», assinada por José Lemos; Gazeta de Coimbra, 12 de fevereiro de 1925, «Reflexos...», assinada por Raul de Miranda.

1925⁸⁵⁵. Entretanto, as críticas quanto à morosidade da aplicação dessa lei⁸⁵⁶ ganharam novos contornos após o incêndio ocorrido na igreja, em março do ano seguinte, enquanto o monumento ainda funcionava como palheiro. A situação do mosteiro, neste sentido, continuava a ser repudiada na comunicação social, como uma *vergonha* para Coimbra⁸⁵⁷.

A apresentação emotiva de Tomás da Fonseca na Universidade de Lisboa, em 29 de junho de 1926, admitiu o longo processo para a libertação das verbas destinadas à construção de um barracão no monumento que era, segundo ele, uma «necrópole veneranda»⁸⁵⁸. Lavou as mãos do Conselho de Arte e Arqueologia de Coimbra, que, segundo ele, «(...) tanto fez para salvar da ruína total, da morte sempiterna»⁸⁵⁹.

Bem sei que todo ele, fora e dentro, a mão dos ímpios vai apagando a vida, que era a arte, e acumulando o entulho, para lhe dar a morte. O santuário profanou-se. Como nas ruínas de Palmira, tão celebradas por Volney, também ali a fera se recolhe. Todo o dia o boi muge, o porco foça, além do mais que por lá vive, igualmente foçando e conspurcando, sem esquecer o coelho, sem esquecer o coelho, o pato e o galo que, todavia, canta. E, contudo, ninguém tinha direito de fazer isto. Ou já não é sagrada a vontade dos mortos?⁸⁶⁰.

O escritor anticlerical anunciou, na mesma apresentação, as suas premissas para a valorização do mosteiro⁸⁶¹, que pressupunham, primeiro, a limpeza dos entulhos e a demolição dos enxaiméis e das paredes divisórias, seguidas pela consolidação dos pontos

⁸⁵⁵ Lei publicada no Diário do Governo, I Série, n.º 182, 1652. O anúncio do arrendamento fora realizado na comunicação social desde março do mesmo ano, como na Gazeta de Coimbra, 10 de março de 1925, «A Igreja velha de Santa Clara».

⁸⁵⁶ Gazeta de Coimbra, 9 de março de 1926, «Quando acabará o estado vergonhoso em que se encontra o antigo convento de Santa Clara?».

⁸⁵⁷ A Gazeta de Coimbra noticia o incêndio a 13 de março de 1926, com a matéria «No velho mosteiro de Santa Clara, que a rainha Santa escolheu para dele fazer depósito do seu venerando corpo, manifestou-se ontem um grande incêndio, que teve o seu início em palheiros ali existentes». As críticas posteriores ocorrem a 18 de março de 1926, na matéria «A Incúria Nacional – ainda o incêndio no velho Mosteiro de Santa Clara – A indignação pública – Os justíssimos protestos e reclamações»; a 27 de março de 1926, na reportagem «Urge reparar o mosteiro de Santa Clara, que continua ao abandono. Quando acabará esta vergonha?». Já em 29 de março de 1928, «Igreja Velha de Santa Clara», noticiam que ainda não havia obras no local, facto confirmado no local. As críticas ao abandono do antigo cenóbio foram mantidas, em 14 de janeiro de 1930, com a nota «A relíquia», e novamente em 1º de fevereiro de 1930, noticiando a sua inundação pelo Mondego.

⁸⁵⁸ Fonseca, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra*, 1926, 38.

⁸⁵⁹ Fonseca, 62.

⁸⁶⁰ Fonseca, 38.

⁸⁶¹ Sobre o tema, Torgal, que realçou a elevação do Mosteiro por Fonseca como um dos espaços mais santos de Portugal, assim como sua atuação enquanto vice-presidente e presidente do Conselho de Arte e Arqueologia de Coimbra, assim como no contexto da Universidade Livre de Coimbra, em que ele «(...) foi um dos primeiros a defender, de forma porfiada, a urgência de o Estado adquirir e restaurar o então «soterrado», «devastado», «conspurcado» e desprezado Mosteiro de Santa Clara-a-Velha», Torgal, «Tomás da Fonseca (1877-1968)», 304. A defesa do monumento na perspectiva de Fonseca, segundo Côrte-Real, envolveu justamente a possibilidade de solução do problema das águas do Mondego e a imprescindibilidade da sua valorização histórica e artística, seguida por sua abertura ao público, Côrte-Real, «Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra», 2001, 33.

de ruína e das abóbadas. Outras ações somavam-se: a repristinação das janelas, o conserto do telhado, a conclusão do círculo da rosácea, uma claraboia na abóbada de tijolo, demolições, decorações complementares e escavações. Estas últimas serviriam para o rebaixamento do nível das águas em um 1,5 ou 2 metros, e com as terras ajuntadas seria construído um dique que obstruísse o avanço das águas, de lodos e detritos. Ora, segundo Tomás da Fonseca «o esgotamento das águas e extracção dos lodos não são problemas insolúveis»⁸⁶², apesar do grande dispêndio económico para se alcançar o pavimento primitivo. A sugestão de um barco à porta do monumento apontava a importância de sua visita⁸⁶³.

O anúncio do despacho do Ministro da Instrução a fim de cumprir a lei n.º 1813, ocorreu ainda durante a exposição de Fonseca, a 29 de junho de 1926, com a liberação de 20.000\$00 para a construção do barracão no mosteiro⁸⁶⁴. D. Miguel Osório de Alarcão, subscreveu o compromisso previamente firmado com o Conselho de Arte e Arqueologia da 2ª Circunscrição em 13 de julho de 1926. Paralelamente, relutou a abdicar da agricultura no local, visto que, no ano seguinte, ainda mantinha as instalações agrícolas, como estábulos, alfaias agrícolas e, entre outros, materiais de construção. Apesar do compromisso com a retirada dos materiais do pavimento da igreja declarado a Tomás da Fonseca, em março de 1927, o proprietário reiterava o interesse em manter o celeiro para colheitas futuras⁸⁶⁵.

As primeiras intervenções sucederam-se pelas mãos do tarefeiro Augusto Lopes, cuja proposta para reparos no telhado e no terraço junto à torre foi aprovada em 7 de fevereiro de 1928 pelo arquiteto diretor da 3ª *Repartição da Direcção Geral de Belas Artes*, Adões Bermudes⁸⁶⁶. O mesmo tarefeiro apresentou mais três propostas entre março e junho de 1928, votadas à colocação de arames nas telhas, demolição de claraboia e chaminé e

⁸⁶² Fonseca, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra*, 1926, 59.

⁸⁶³ As visitas subterrâneas poderiam realizar-se entre maio e setembro, pelo menos, cf. Fonseca, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra*, 1926, 59.

⁸⁶⁴ Relativamente à liberação da verba, a crítica de Tomás da Fonseca, como nos jornais, envolvia a lentidão com que os órgãos competentes tratavam a instalação de um barracão. No parlamento, a proposta de lei que autorizava o arrendamento tramitou celeremente, desde a primeira menção em 13 de julho de 1925, pelo Ministro do Comércio, Gaspar de Lemos, à aprovação no Senado, em 15 de julho do mesmo ano. O que demorou mais, como anunciado, foi a indenização para o proprietário do monumento, na ordem dos vinte mil escudos, ocorrida em 4 de março de 1926, ainda assim sem aplicação até o despacho ministerial, cf. Parlamento, Sessão legislativa 04, n.º 98, da Câmara dos Deputados, 13 de julho de 1925, 1, 7, 9; Sessão legislativa 04, n.º 99, de 14 de julho de 1925, 17; Sessão legislativa 03, n.º 56, do Senado da República, 15 de julho de 1925, 2; Sessão legislativa 03, n.º 61, do Senado da República, 31 de julho de 1925, 7; Sessão Legislativa 01, n.º 46, da Câmara dos Deputados, 4 de março de 1926, 3, disponíveis em: <<https://debates.parlamento.pt/catalogo/r1/cs/01/06/03>> e <<https://debates.parlamento.pt/catalogo/r1/cd/01/06/04>>.

⁸⁶⁵ Correspondência Tomás da Fonseca, 28 de março de 1927. DGEMN, P. 2597 (060316/002), n.p.

⁸⁶⁶ A proposta de Augusto Lopes, de 28 de janeiro de 1928, aprovada no mês seguinte, apresentava os serviços citados, juntamente com o material necessário, nomeadamente cimento e telhas, no valor de 55.00\$00. DGEMN, P. 2597 (060316/002), n.p.

levantamento do telhado (proposta de 5 de março); desaterro e remoção de entulhos do pavimento da igreja (proposta de 25 de maio e de 8 de junho); e demolição e remoção de paredes⁸⁶⁷. A existência de propostas temporalmente tão próximas indica a possível averiguação de novos encargos aquando da execução das intervenções. Uma nova proposta do mesmo tarefairo, mais distante, de 22 de maio de 1929, para demolição, desaterro e remoção de entulhos⁸⁶⁸, poderia apontar o prosseguimento dos contatos e das ações no local. Contudo, não encontramos documentos que confirmem a aprovação dessas ações.

4.3.1 A valorização do que for visível

O único elemento visível do antigo mosteiro, entre o século XVIII e meados do século XX, era a *igreja conventual*⁸⁶⁹, juntamente com o troço de uma parede arruinada do paço régio, raramente mencionado na documentação. Nesses termos, a igreja foi empregue para se referir ao todo, o mosteiro, na documentação escrita e visual do período de atividade da DGEMN⁸⁷⁰, enquanto elemento sobrevivente – e parcialmente soterrado – de Santa Clara-a-Velha. O mesmo pensamento pode ser disposto quanto às intervenções, principalmente entre os anos de 1932 e 1940 (alargando-se a 1942), concentradas no restabelecimento do antigo palheiro à condição de igreja primitiva.

António de Vasconcelos (1860-1941), Vergílio Correia (1888-1944) e Baltazar da Silva Castro (1891-1967) reuniram-se, em janeiro de 1932, a fim de perscrutar o antigo mosteiro, ainda recentemente arrendado ao Estado, e traçar os possíveis parâmetros da sua preservação. A expedição ocorreu no seguimento da correspondência de Henrique Gomes da Silva⁸⁷¹, sobre o estado de S^{ta}. Clara-a-Velha. O documento poderia sugerir a eleição do local para intervenções futuras, recomendadas por Baltazar Castro no âmbito do levantamento da maior parte do pavimento, compreendendo a inevitabilidade da entrada da água; além da «(...) reconstrução das janelas geminadas, reparação das absidíolas, reconstrução da rosácea principal, demolição de vários anexos e outras pequenas obras»⁸⁷². O orçamento solicitado pelo arquiteto, de modo que se cumprisse o texto mencionado⁸⁷³, permaneceu inexistente até 29 de dezembro de 1933.

⁸⁶⁷ As propostas foram orçadas, cronologicamente, em: 700\$00; 1.600\$00, 2.200\$00. DGEMN, P. 2597 (060316/002), n.p.

⁸⁶⁸ O orçamento da proposta de 1929 chegou a 2.000\$00. DGEMN, P. 2597 (060316/002), n.p.

⁸⁶⁹ Of. n.º 18, de 4 de janeiro de 1932. DGEMN (SIPA), TXT.00128181.

⁸⁷⁰ Documentação localizada para o período no Arquivo da ex-DGEMN (SIPA), da qual destacamos as pastas DSARH-010, 079-0112; DSARH-010, 079-0113; DSID-001, 006-0486.

⁸⁷¹ Of. n.º 18, de 4 de janeiro de 1932. DGEMN (SIPA), TXT.00128181.

⁸⁷² Of. n.º 1679/DMNN, datado de 10 de janeiro de 1932. DGEMN (SIPA), TXT.00128182.

⁸⁷³ OS n.º 119/DGEMN, de 13 de janeiro de 1932. DGEMN (SIPA), TXT.00128184.

O respaldo de António de Vasconcelos para com o planeamento das obras no mosteiro remonta à sua investigação sobre a rainha S^{ta}. Isabel⁸⁷⁴ e o desempenho do conjunto da sua obra para o despertar do conhecimento científico e memorial sobre o mosteiro⁸⁷⁵. Os estudos do intelectual incentivaram os pedidos pela conservação desde 1894 por meio da divulgação da história do mosteiro, descrito em sua intrínseca relação com a rainha, nos moldes do espírito romântico de Alexandre Herculano⁸⁷⁶.

A presença do professor e então diretor do Museu Machado de Castro, Vergílio Correia também foi relevante na primeira expedição supracitada e nas intervenções vindouras. Estas consistiram no restabelecimento do monumento ao modelo primitivo, fortemente amparado no restauro estilístico. As premissas das intervenções executadas ao longo das décadas de 1930 e 1940 procuraram alcançar a visibilidade e o restabelecimento do seu interior e exterior, com a remoção de adições instaladas ao longo dos séculos e a reconstrução de trechos estruturais e daqueles considerados notáveis.

Ano	Portaria	Origem orçamentária	Verba
1932	12 de agosto	Orçamento do Estado	20.000\$00
1933	15 de março	Fundo do desemprego	15.000\$00
	24 de outubro	Fundo do desemprego	30.000\$00
1934	07 de abril	Fundo do desemprego	10.000\$00
	19 de novembro	Orçamento do Estado	25.000\$00
	19 de novembro	Fundo do desemprego	25.000\$00
1935	05 de agosto	Orçamento do Estado	15.000\$00
	12 de agosto	Fundo do desemprego	15.000\$00
1936	17 de fevereiro	Orçamento do Estado	10.000\$00
	17 de fevereiro	Fundo do desemprego	10.000\$00
1937	07 de abril	Fundo do desemprego	10.000\$00
	10 de setembro	Anulação de verba	- 7.000\$00
1938	26 de janeiro	Orçamento do Estado	20.000\$00
	26 de janeiro	Fundo do desemprego	15.000\$00
1939	7 de fevereiro	Orçamento do Estado	40.000\$00
1940	30 de março	Orçamento do Estado	20.000\$00
1941	-	-	-
1942	9 de fevereiro	Orçamento do Estado	5.000\$00
	31 de março	Fundo do desemprego	5 000\$00

Quadro 1: Verbas concedidas entre 1932 e 1942.

⁸⁷⁴ Vasconcelos, *Dona Isabel de Aragão (a rainha santa)*; Vasconcelos, *História popular da Rainha Santa Isabel: protectora de Coimbra*.

⁸⁷⁵ O tema é explorado em Côrte-Real, «Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra», 2001, 28–30; Macedo, «Santa Clara-a-Velha de Coimbra», 2015, 168–73.

⁸⁷⁶ Mourão, «Entre murmúrios e orações», 37.

A aquisição de verbas para a segunda metade de 1932, ainda no ano económico vigente, deu início às intervenções, mesmo sem o documento orçamentário requerido por Baltazar de Castro. Os primeiros trabalhos – entendidos como urgentes ou de segurança estrutural – envolveram o levantamento da abóbada e a substituição de cantarias danificadas, além da libertação do entulho produzido⁸⁷⁷.

Após a comparticipação do Fundo do desemprego, em 1932, e da realização da listagem prévia para o orçamento⁸⁷⁸, em 1933, o arremate da repristinação da igreja de Santa Clara-a-Velha, em 1934, foi apresentado em orçamentos e memória descritiva audazes, no valor total de 184.090\$00. Registavam a continuação da escavação e da remoção de terras, do material demolido e dos entulhos, além da possibilidade de demolição do pavimento de tijolo, das paredes exteriores de alvenaria argamassada e do telhado, de modo que a igreja primitiva despontasse. Previam-se a reconstrução da capela-mor e das janelas geminadas, como também de trechos de paredes, de cornija moldurada e modilhões em cantaria⁸⁷⁹. Todavia, os documentos eram mais um guião para as ações futuras no monumento do que uma ordem para o cumprimento de tudo o que foi requerido.

A visibilidade do monumento originou exaltações e críticas aos reparos executados⁸⁸⁰. Vergílio Correia confirmara o seu apoio às intervenções na descrição do prosseguimento das obras em Santa Clara-a-Velha, na condição de testemunha das demolições, inclusive do pavimento intermédio, de outras remoções no interior da igreja, do destelhamento para recuperação da abóbada e do seguimento das obras de restauro no interior e exterior do monumento. O fechamento da fase inicial (1932-1934) das obras indicadas no texto jornalístico de 08 de maio de 1934, assinado pelo mesmo, celebrou o encerramento do «(...) confuso estado ruinoso que tem mostrado, para a precisão estilística, ganhando em imponência, dentro da moderada altura a que a subida do terreno circundante o reduziu»⁸⁸¹.

⁸⁷⁷ Proposta António Simões Mizarela, de 21 de setembro de 1932. DGEMN (SIPA), TXT.01043015. A proposta do tarefeiro foi prontamente aprovada pela DGEMN, em apenas três dias, apontando uma celeridade no trato com o monumento, uma vez a verba liberada. A verba aprovada de 20.000\$00, pelo Orçamento do Estado, foi liberada para o ano corrente, sujeita ao ajuste particular. Posteriormente confirmado junto à 8ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública. OS n.º 400, em 18 de agosto; Despacho de 24 de setembro; Of. n.º 387/MOPC/Serviço da República, de 12 de agosto de 1932. DGEMN (SIPA), TXT.01043012; TXT.01043014; TXT.01043017.

⁸⁷⁸ «Obras de restauração da Igreja de Santa Clara-a-Velha, de Coimbra. Monumento Nacional», de 29 de dezembro de 1933. DGEMN (SIPA), TXT.00128196-99.

⁸⁷⁹ Também estavam previstas a a limpeza, a lavagem e a tomada de juntas dos interiores das abóbadas. Orçamento e Memória Descritiva e Orçamento, entre 29 de dezembro de 1933 e 6 de janeiro de 1934. DGEMN (SIPA), TXT.01043029-42. Nesses contornos, a proposta a preços unitários do tarefeiro António Domingues Esteves foi aprovada, em fins de 1934, para reconstruções das paredes de cantaria; dos pilares e dos colunelos, bases e capiteis; das cornijas e modilhões estilizados, como também a remoção de entulhos e lodos, cf. Tarefa operária de mão d'obra a executar na Igreja de Santa Clara a Velha de Coimbra, de 8 de novembro de 1934. DGEMN (SIPA), TXT.01043065.

⁸⁸⁰ Vide Figura 37 (Apêndice).

⁸⁸¹ Vergílio Correia, «A Restauração de Santa Clara», Gazeta de Coimbra, 8 de maio de 1934.

Um ano depois da celebração jornalística, o deputado Pacheco Amorim confirmava, por um lado, a relevância das obras, tal como Correia; por outro lado, protestou contra as falhas executadas na cobertura, vistas como a causa da fragilidade do monumento durante as chuvas⁸⁸². A exaltação das obras foi, aos poucos, cedendo espaço aos protestos, pois o monumento, mesmo repristinado, enfrentava os mesmos problemas de outrora, nomeadamente as cheias, permanecendo sem visitação, aparentemente abandonado.

Na segunda metade da década de 1930, o monumento passou a ser afetado   Direção dos Monumentos do Centro⁸⁸³, com o prosseguimento das intervenções em Santa Clara-a-Velha, de modo a que a repristinação da igreja seguisse conforme as verbas disponibilizadas pelo Comissariado do Desemprego e pela DGEMN. A diluição do orçamento proposto nas dotações orçamentárias de cada ano econ mico indica os esgotamentos das verbas concedidas, ou o grande número de obras necessárias.

Portanto, existiram mais propostas de intervenções na cantaria ornamentada, na rosácea maior e no campan rio⁸⁸⁴ entre 1935 e 1936;  l m de trabalhos diversos em cantaria das portadas, janelas e, entre outros, dos pilares⁸⁸⁵, aplicáveis até o fim das verbas disponíveis, em 1937⁸⁸⁶. O prosseguimento das intervenções entre os anos de 1938 e 1942⁸⁸⁷ concentrou-se sobretudo na execução da cobertura da abóbada, na reconstrução de

⁸⁸² Sessão Legislativa 1, n.é 46S3, Estado Novo, I Legislatura, de 13 de maio de 1935, 6, disponível em <<https://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/dan/01/01/01/046S3/1935-05-13/6>>; n.é 45, de 9 de abril de 1935, 961, disponível em <<https://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/dan/01/01/01/045/1935-04-09/961>>; n.  16, de 20 de fevereiro de 1935, 318, disponível em <<https://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/dan/01/01/01/016/1935-02-20/318>>.

⁸⁸³ Decreto n.  26117, de 23 de novembro de 1935.

⁸⁸⁴ Memorandum de 24 de agosto de 1935, por Manuel Jesus Cardoso. DGEMN (SIPA), TXT.01043086.

⁸⁸⁵ Proposta de ajuste particular de Manuel Jesus Cardoso, em 30 de dezembro de 1936. DGEMN (SIPA), TXT.01043102.

⁸⁸⁶ Of. n.  1/DGEMN, de 4 de janeiro de 1937. DGEMN (SIPA), TXT.01043104. O planeamento das verbas de 1937 foi atribulado, pois uma verba de 10.000\$00 foi anulada a 30 de janeiro, enquanto o mesmo valor é aprovado três meses depois, juntamente com um novo orçamento proposto para 90.000\$00. A memória descritiva previa, entre outros, a cobertura exterior das abóbadas, a restauração dos doze feixes de colunas das naves, a reconstrução de paredes de silhares junto à fachada sul, a restauração da abóbada de cantaria da abside, cujo orçamento total alcançou 198.030\$00. Entretanto, a anulação de 7.000\$00 foi posta em causa, devido às obras paradas, posteriormente subtraída das verbas. No mesmo ano, mais uma proposta de Manuel Jesus Cardoso para trabalhos diversos em cantaria até o valor de 20.000\$00 foi aprovada. Memória descritiva, de 22 de abril; Doc. n.é 5390, de 19 de julho de 1937. DGEMN (SIPA), TXT.01043135-7; TXT.01043108-12; TXT.01043124; TXT.01043129-31.

⁸⁸⁷ 1938: Como a proposta de lavagem de cantarias, tomadas de juntas, reparação e substituição de cantaria,  l m da remoção de entulhos até ao valor de seis mil escudos por Adão Pinto dos Reis, aprovado em 17 de setembro de 1938. DGEMN (SIPA), TXT.01043193-6. J  nos meados de 1938, uma proposta do tarefeiro Manuel de Jesus Cardoso para as mesmas ações anteriores, no valor de 2.622\$86 também é aprovada em 29 de novembro. DGEMN (SIPA), TXT.01043141-43. 1939: A proposta de Saul de Oliveira Esteves em regime de ajuste particular até o valor de quarenta mil escudos pressupunha obras de restauração completa de cantaria moldurada, reconstrução das paredes de cantaria de silhares, cobertura das abóbadas com telha nacional dupla,  l m da lavagem de cantaria e tomadas das juntas e da remoção dos entulhos. Considerada a mais favorável, foi aceite em 29 de abril de 1939. DGEMN (SIPA), TXT.01043215-19. 1940: A proposta de Manuel Jesus

trechos de paredes e nos trabalhos em componentes de cantaria da igreja. Realçamos a possibilidade de algumas ações planeadas não terem sido concretizadas, como Côte-Real sugere, para a intervenção na rosácea do alçado sul⁸⁸⁸.

O hiato na sequência de intervenções em S^{ta}. Clara-a-Velha teve início em 1943, até à década seguinte (1950), período marcado pela saída de Baltazar de Castro dos quadros da DGEMN (1947). A redução das intervenções pode ter ocorrido pelo avanço dos trabalhos de reintegração estilística, possivelmente considerados satisfatórios.

4.3.2 Restaurado, porém abandonado

A freguesia de Santa Clara, onde o monumento se localiza, era – e continua a ser – um espaço densamente habitado e com alta circulação de pessoas, que observavam e valorizavam o monumento à distância ou em pequenas excursões, como para as brincadeiras infantojuvenis, os passeios de barco, as subidas ao coro alto ou mesmo as laranjas nas águas⁸⁸⁹. O monumento era visível apenas na parte superior da igreja que, apesar das obras executadas, permanecia ora entre a vegetação alta, ora alagado. A aparência de abandono permanecia, mesmo com os reparos, sem nenhum outro uso que não a contemplação⁸⁹⁰.

Diante disso, duas cartas iniciaram uma sequência de críticas e averiguação das condições para as novas intervenções no monumento, em 1952. A primeira foi enviada ao Ministro das Obras Públicas por Augusto S. Conceição, a fim de atentar para a continuação do restauro do monumento, dado o seu valor artístico e histórico, estando ele fechado ao público⁸⁹¹. Já a segunda carta, de Mário Ribeiro para o Presidente do Conselho, alertava Salazar sobre o monumento, anexando um artigo seu, publicado no *Diário de Coimbra*, sobre a matéria citada na epígrafe deste capítulo⁸⁹².

Nota-se que, aquando da primeira carta, o monumento já fora destinado ao armazenamento do fogo de artifício destinado às comemorações do XXV aniversário da

Cardoso, em regime de ajuste particular até a quantia de vinte mil escudos, envolvia a reconstrução de paredes de cantaria em silhares, a cobertura da abóbada com telha nacional e na remoção dos entulhos, aprovada em 24 de maio de 1940. DGEMN (SIPA), TXT.01043225-29. 1941: Não registamos ações no período. 1942: Mais uma vez, a proposta de ajuste particular até o valor de dez mil escudos, de Manuel Jesus Cardoso, foi considerada a mais vantajosa em maio de 1942, no que ajustava bons custos para trabalhos em cantaria em cilhares aparelhada à picola miúda, incluindo roços e assentamento, caleiras em cantaria aparelhada a picola miúda, incluindo roços e assentamento, isolamento com reboco hidráulico sobre abobadas, além da remoção dos entulhos. DGEMN (SIPA), TXT.01043236-40.

⁸⁸⁸ Côte-Real, «Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra», 2001, 42–43.

⁸⁸⁹ Como brevemente descrito por Pedro Dias, em Martins, Azevedo, e Dias, Convento de Santa Clara-a-Velha em Coimbra: tempo submerso, 11–15.

⁸⁹⁰ Vide Figuras 38-41 (Apêndice).

⁸⁹¹ Carta de Augusto S. Conceição, de 12 de maio de 1952. DGEMN (SIPA), TXT.01043262-66.

⁸⁹² Carta de Mário Ribeiro, de 31 de setembro de 1952. DGEMN (SIPA), TXT.01043276 ou TXT.00128678.

Revolução Nacional, a pedido da Comissão das Festas do 28 de maio⁸⁹³, um uso arriscado para o monumento e, ainda assim, autorizado.

A suspensão das obras por um intervalo já maior do que seis anos era denunciado n'A *Comarca de Arganil*, a 02 de fevereiro de 1953, ainda sem o vislumbre da completa restauração. Dois meses depois, numa nova carta endereçada a Salazar, o Sr. Augusto dos Santos Conceição solicitou 200 contos para a zona de proteção ao monumento, para que as ruínas tivessem a sua moldura, com os muros de suporte e acesso limpo, de modo que os galinheiros, as pocilgas e as casas de cães sumissem. «Quando se porá termo a semelhante vergonha?», indagava a matéria do *Correio de Coimbra* anexa à carta⁸⁹⁴. No ano seguinte, o oficial do exército publicou o livro «Santa Clara de Coimbra: na História, na Arte, na Lenda, na Poesia», pela Gráfica de Coimbra.

Havia uma incompreendida fome por restauro, pois mesmo após os esforços para que o monumento voltasse a um ideal primitivo e original, ainda carecia de atenção, de novas e maiores formas de preservação. Nas palavras da Sra. Maria Angelina Ródo, em carta destinada à DGEMN (1954), sentia-se mágoa ao ver que o mosteiro jazia no abandono⁸⁹⁵.

É inegável o impacto das cartas na comunicação interna da DGEMN. A resposta aos remetentes realçava a possibilidade de uma vedação em estacaria metálica – dispendiosa –, a intenção de contratação de um guarda⁸⁹⁶, a necessidade de limpeza e de uma arborização ou um ajardinamento rústico. A realização das obras precedentes, que resguardaram o monumento, e a indisponibilidade de verbas para o ano económico vigente surgiram como possíveis «explicações» para a desatenção ao monumento, cuja solução mais definitiva passava pela confirmação do vultuoso investimento que seria a vedação hidráulica⁸⁹⁷.

É possível que a disponibilização de uma nova verba em 1954 tivesse relação com as comunicações internas derivadas das críticas apresentadas contra o «abandono» do monumento, mesmo que recentemente restaurado. Nesse ano, foram executadas a limpeza e a composição do acesso, a construção de uma escada e de um passadiço, acrescidas de reparos na cobertura e na cantaria, permitidos pela concessão de 40.000\$00⁸⁹⁸. Dois anos

⁸⁹³ OS n.º 3408/DGEMN, de 20 de abril de 1952. DGEMN (SIPA), TXT.01061393-98. Também é possível acompanhar a negociação em: TXT.00128653-56.

⁸⁹⁴ Transcrição da carta e da reportagem do *Correio de Coimbra*, datadas de 25 de março de 1953, registadas no Gabinete do Ministro das Obras Públicas sob o n.º 1149. DGEMN, P. 2597 (060316/002), n.p.

⁸⁹⁵ Transcrição da carta de Maria Angelina Conde Ródo, de 13 de março de 1954. DGEMN, P. 2597 (060316/002), n.p.

⁸⁹⁶ Registamos em documento a presença de um guarda já em 1954, falecido em 1963. É possível que a vaga tenha permanecido desocupada, motivo pelo qual o assunto é retomado nas décadas seguintes, Of. n.º 313, de 15 de junho de 1954; Of. n.º 227, de 27 de março de 1963. Arquivo da DGEMN, P. 2597 (060316/002), n.p.

⁸⁹⁷ Of. n.º 5372, de 3 de outubro de 1952. DGEMN (SIPA), TXT.01043278.

⁸⁹⁸ Of. n.º 69, de 6 de janeiro; Propostas dos tarefeiros; Inf. n.º 178, de 16 de dezembro e Doc. n.º 16553, de 16 de dezembro de 1954. DGEMN (SIPA), TXT.01043288-96.

depois, o mesmo tarefeiro, Manuel Jesus Cardoso, executou ligeiras obras de limpeza e regularização das terras do mosteiro⁸⁹⁹.

Na década seguinte, em 1962, mais um orçamento foi feito, com a listagem da construção da passadeira e da escada em madeira de pinho e com a limpeza do terreno, num total de 7.700\$00. A repetição das obras pode apontar intervenções anteriores incompletas, porém salientadas nesse ano dada a proximidade da festa da rainha Santa, ocasião na qual o monumento era mais visitado, apesar de desvinculado da festividade⁹⁰⁰. O arranjo e a limpeza do monumento foram realizados nesse ano⁹⁰¹, com outros serviços de limpeza e arranque de ervas nos anos pares subsequentes, com beneficiamentos adicionais, até 1970 e 1971⁹⁰².

A manutenção da igreja, mesmo em ações espaçadas em cada década, não escapou às críticas na comunicação social, reticentes quanto às obras e exigentes por novas intervenções que viessem a retirar o aspecto abandonado do monumento. Não é possível relacionar os textos às dotações de verbas, aos estudos ou às intervenções. Porém sublinhamos a atenção forçosamente suscitada ao monumento dentro dos quadros dos serviços de património num momento rarefeito de investimentos – suscitado pelo contexto internacional e pela condição nacional de guerra contra a independência das colónias.

O tom jornalístico acompanhou a excitação das novas obras diante da crítica e da vergonha do abandono. Na década de 1960, questionava-se «Quem olha pelo que se passa nas ruínas do Convento de Santa Clara-a-Velha?» (16 de fevereiro de 1960, *Diário de Coimbra*). Somente no ano de 1966, por exemplo, circularam nas comunicações internas da DGEMN matérias como «O restauro e a defesa do mosteiro de Santa Clara-a-Velha mantém-se nas preocupações do Ministro das Obras Públicas», no jornal *Diário de Coimbra* (10 de janeiro), «As águas de Santa Clara», n'A Comarca (23 de janeiro) e «Por Coimbra! Ainda o Convento de Santa Clara-a-Velha», por Adolfo de Freitas, n'O Despertar (10 de novembro).

⁸⁹⁹ Proposta de trabalhos de Manuel Jesus Cardoso, de 24 de maio de 1956, no valor de 1950 escudos. OS n.º 6676, de 7 de junho de 1956. DGEMN (SIPA), TXT. 01043306 e 01043316.

⁹⁰⁰ Orçamento e Memória Descritiva, de 20 de abril de 1962. DGEMN (SIPA), TXT.01043309-15.

⁹⁰¹ A proposta de Manuel Jesus Cardoso foi, mais uma vez, aprovada para obras consideradas urgentes, com parte da dotação orçamentária vinda da comparticipação de 3.750\$00 pelo Fundo de desemprego. Portaria de 20 de maio de 1962. DGEMN (SIPA), TXT.01043318-28.

⁹⁰² 1964: Houve seleção de propostas no primeiro semestre, porém sem saldo que possibilitasse as obras. Por isso, a proposta de Manuel Jesus Cardoso foi aprovada apenas em 16 de outubro, no valor atualizado de 4.000\$00. 1966: as obras totalizaram 3.000\$00, dos quais 1.500\$00 coparticipados pelo Fundo de Desemprego. Outros trabalhos de cantaria foram confirmados, num total liquidado de 4.300\$00. 1968: foi aceite a proposta de Anselmo Costa, no total de 3.800\$00 para limpeza e arranque de ervas. 1970: a limpeza, o arranque de ervas e pequenas obras de beneficiamentos ficou a cargo, mais uma vez, de Anselmo Costa, no valor de 9.800\$00. 1971: novas obras semelhantes ao ano anterior, incluindo a remoção de entulhos, no valor de 8.500\$00, adjudicadas a Anselmo Costa. DGEMN (SIPA), TXT.01043332; 01043338; 01043342; 01043354; 00128497; 00128503-12. Of. 687, de 16 de outubro de 1964. DGEMN, P 2597 (060316/002), n.p.

Dentre os assuntos tratados, destacamos a urgência de mais obras, a realidade das cheias e os avultados valores da salvaguarda do monumento, sempre no mote da sua preservação.

4.3.3 Sobre as águas e o mosteiro

A partilha das cartas e dos jornais na DGEMN, como visto, desencadeavam argumentos acerca das obras concluídas e daquelas que poderiam decorrer. Os textos empregues para responder aos remetentes poderiam tornar-se a base para novos projetos de valorização. Nesse contexto, retomamos a vedação em estacaria metálica, proposta por Amoroso Lopes no segundo semestre de 1952⁹⁰³, reiterada na tentativa malograda do escoamento das águas da igreja a 30 de outubro do mesmo ano, com o apoio dos bombeiros municipais⁹⁰⁴. O recurso às bombagens não foi suficiente, dado o restabelecimento das águas.

Assim, durante o espaço de duas horas procedeu-se ao escoamento das águas com 6 mangueiras de 3", que fizeram baixar o nível em 0,35m. verificando-se também que na primeira hora o nível baixou mais do que na segunda. No dia seguinte à mesma hora, feita nova medição o nível tinha subido 0,15 m. e nas 14 horas imediatas a água estava na altura que tinha antes da experiência. Verificando que sem um grande dispêndio, não se pode retirar a água da Igreja de Santa Clara-a-Velha, esta Direcção julga que se pode encarar a hipótese de manter aquela sempre limpa no interior da igreja, retirando todos os entulhos até ao nível do antigo pavimento⁹⁰⁵.

O resultado da experimentação creditou o problema secular aos lençóis de água da área ou no rio, que poderiam contribuir para a elevação do nível da água, bem como a própria área do charco, propensa ao acúmulo da água por ser mais baixa do que o patamar das edificações circundantes. No seguimento desse raciocínio, as delimitações da proteção do monumento finalmente desgarraram-se da cantaria aparente, considerando primeiro o planeamento da área envolvente do monumento. A determinação dos limites da *zona non aedificanti*⁹⁰⁶ foi concluída, derivada do estudo de Amoroso Lopes e Álvaro da Fonseca, intitulado «Protecção da Igreja de Santa Clara Antiga e Arranjo circundante» (1954)⁹⁰⁷. Uma demanda recorrente e que gerou, por décadas, atritos entre a Direcção dos Monumentos do Centro e a população da freguesia de Santa Clara, nomeadamente aqueles mais próximos do mosteiro.

⁹⁰³ Of. n.º 5372, de 3 de outubro de 1952. DGEMN (SIPA), TXT.01043278, mencionado na resposta aos protestos do Sr. Mário Ribeiro, expostos em carta ao Presidente do Conselho.

⁹⁰⁴ Of. n.º 568-A, de 20 de outubro de 1952. DGEMN. P. 2597 (060316/002), n.p.

⁹⁰⁵ Of. n.º 6594, de 24 de novembro de 1952, DGEMN (SIPA), TXT.01043280. O experimento data de 30 de outubro de 1952, com quatro bombas para escoamento das águas.

⁹⁰⁶ Portaria de 07 de julho de 1954, publicada no DG, II Série, n.º 174, de 26 de julho de 1954.

⁹⁰⁷ Vide Figuras 42 e 43 (Apêndice).

Após a visita do ministro das Obras Públicas a 25 de setembro de 1957, houve a investigação sobre as possibilidades de impedimento das águas, juntamente com a Direção das Estradas de Coimbra, na pessoa do engenheiro Lamas de Oliveira. Este último devolveria o estudo sobre a alternativa da estrada nacional n.º 1 (à saída da ponte de Santa Clara) na retificação do eixo ou no projeto de dique para a defesa das águas, além de uma possível ensecadeira a contornar o monumento⁹⁰⁸, conforme ponderado em reunião posterior, ocorrida em 10 de dezembro de 1957⁹⁰⁹. Contudo, o plano de estradas permaneceu inexistente até o ano seguinte⁹¹⁰, em 1958.

O relatório produzido pelo LNEC, «Estudo de Protecção das cheias de Santa Clara (Coimbra)» (abril de 1959), expõe o carácter geotécnico da área envolvente do mosteiro, considerado de alta permeabilidade após a realização de sondagens na ponte. Nesses termos, o imbróglio da inundação do mosteiro não advinha apenas do rio, mas do solo permeável, para o qual uma conservação a seco seria deveras onerosa, pois um dique não seria totalmente eficiente. A solução haveria de ser dupla, um dique com cortina de corte, pois «O dique com cortina defenderá o Mosteiro das águas da cheia vindas pela superfície e condicionará, entre limites apertados, o nível da água no lado em que ele ficará parcialmente submerso»⁹¹¹, segundo José Folque, engenheiro chefe da Secção de Fundações.

O ministro Arantes e Oliveira autorizou as mudanças na estrada nacional por despacho de 10 de abril de 1963, com posterior atuação principal dos Serviços de Estradas e de Hidráulica, mas sem maiores aplicações práticas. Enquanto parte dos estudos realizados, realçamos o croqui de Amoroso Lopes, emblemático por ter descrito cada cota das águas e lodos acumulados na igreja conforme as cheias correspondentes⁹¹². A recorrência das inundações era uma questão inerente àquelas margens, como também à própria freguesia de Santa Clara; a sua apresentação em imagem sintetizava, de certo modo, os porquês das críticas ao seu aspecto abandonado, mesmo após os restauros.

No *Diário de Notícias* de 04 de março de 1963, manifestava-se a vontade de sua preservação romântica, uma vez impossível a recuperação total do mosteiro, pelo que «(...) a própria água emprestará invulgar realce, enchendo-o de ressonâncias e suspensa[s] perspectivas refletidas na superfície de um espelhado chão líquido»⁹¹³. As recentes cheias confirmavam a urgência do plano de recuperação que comungava a estrada de Lisboa e a

⁹⁰⁸ Of. n.º 5829, de 12 de setembro de 1957. DGEMN (Forte Sacavém), P. 2597 (060316/002), n.p.

⁹⁰⁹ Of. n.º 6813, de 16 de novembro de 196X. DGEMN, P. 2597 (060316/002), n.p.

⁹¹⁰ Of. n.º 794, de 18 de outubro de 1958. DGEMN, P. 2597 (060316/002), n.p.

⁹¹¹ Estudo da protecção contra as cheias do Mosteiro de S. Clara (Coimbra), Relatório, II Serviço, Secção de Fundações, Proc. 638-II. DGEMN, P. 2597 (060316/002), n.p.

⁹¹² Vide Figura 44 (Apêndice).

⁹¹³ «O Mosteiro de Santa Clara-a-Velha», *Diário de Notícias*, 4 de março de 1963.

derivação da Avenida João das Regras. A permanência inundada do monumento, em águas límpidas seria possível com a instalação de um dique, cuja canalização permitiria apenas as águas pluviais.

Em paralelo, os estudos e o processo de expropriações das construções ao norte da igreja, em andamento desde 1966⁹¹⁴, juntaram-se às negociações para a compra do terreno do Mosteiro pelo Estado, concluída a 17 de outubro de 1976⁹¹⁵, já finda a ditadura. Apesar da aquisição concluída, registamos o desconhecimento do facto por funcionários da DGEMN até ao ano seguinte⁹¹⁶, o que nos leva a questionar o impacto imediato de tamanha compra na DGEMN, ou se a comunicação interna entre a direção nacional e as direções regionais padeciam de algumas lacunas.

A construção do Açude de Coimbra e a valorização do Vale do Mondego na década de 1970, possibilitavam o sucesso do processo de valorização do mosteiro e gestão das águas, pois eram uma realidade cidadina. O projeto «Defesa e Enxugo da Zona de Coimbra» estudou os meios para a drenagem das águas do monumento, na esperança da valorização a seco do interior da igreja, conjugando os serviços dos Monumentos e da Hidráulica⁹¹⁷. O primeiro estudo e plano prático foi o de retirada das águas e dos entulhos na área da igreja, para que ficasse abaixo da cota do pavimento, plano esse tão acertado como exequível, inclusive se estendido para a área conventual, conforme as conclusões da reunião entre o Serviço e o engenheiro Fernando Sobral, da Direcção Hidráulica do Mondego (1977)⁹¹⁸.

Ano	Descrição	Verba
1976	Gradeamento, escadas e passadiço da igreja	100.000\$00
	Sondagens nas ruínas de Santa Clara-a-Velha	149.500\$00
1977	Reparos no telhado da igreja, com fechamento de aberturas e remoção de ervas	99.900\$00
1978	Terraços do telhado e cobertura da nave da igreja	99.890\$00

Quadro 2: Obras realizadas na década de 1970.

⁹¹⁴ Várias expropriações em casas e terrenos próximos ao monumento tiveram lugar em 1966, ou seja, antes da compra do terreno, tendo como motivação principal o desafogo e o possível arranjo da igreja do convento. DGEMN (SIPA), TXT.01043815-55.

⁹¹⁵ As negociações para a compra do imóvel foram iniciadas a 19 de janeiro de 1972, a partir da consulta sobre o seu valor para a proprietária do imóvel, a senhora Maria do Carmo Alarcão Júdice, seguida pelo debate sobre o valor a pagar pelo monumento. Escritura do imóvel. DGEMN (SIPA), TXT.01061205-15.

⁹¹⁶ Doc. n.º 12837, de 15 de dezembro de 1977. DGEMN (SIPA), TXT.01061185.

⁹¹⁷ OS n.º 1318, Comunicação 748, de 31 de agosto de 1977; Of. n.º 1506, 23 de setembro de 1977. DGEMN (SIPA), TXT.01061173-77.

⁹¹⁸ A primeira reunião sobre o tema data de 19 de agosto de 1977. DGEMN (SIPA), TXT.01061171-72.

No primeiro semestre de 1976, as obras implementadas no primeiro semestre destinaram-se ao gradeamento móvel, em ferro, das janelas e do vão de entrada, além da substituição do material do passadiço e das escadas do acesso principal, e à torre, que passou da madeira para o ferro⁹¹⁹. A drenagem das águas foi apresentada como plano de fundo das obras realizadas entre o segundo semestre de 1976, já com as sondagens necessárias para a implementação do projeto, e 1978. As demais intervenções se concentraram, mais uma vez, na área da igreja.

No segundo semestre do mesmo ano, após efetivada a aquisição do mosteiro pelo Estado, foram adjudicadas obras de sondagens na área interna da igreja, próxima à parede da frente, considerada a área mais protegida das inundações e tratada por ruínas na Memória Descritiva. O objetivo era chegar ao patamar primitivo, por meio da remoção de águas, terra e lodo já em nível médio, com a ajuda da regulação do açude. A escavação seria mecânica e manual, sempre registada e fiscalizada, prescrevendo-se o maior cuidado para a primeira, e foi anunciada como uma contribuição para a sondagem do planeamento da gestão das águas⁹²⁰.

As demais ações, com orçamento do Estado, integraram o Plano de Drenagem e Enxugo da área na cidade de Coimbra e vislumbraram o «(...) início de um plano de valorização que culminará com a sua total recuperação, quando da drenagem do terreno onde se situa (...)»⁹²¹. As obras de 1977 preconizaram a vedação, refechamento de aberturas, que poderiam deixar entrar água e detritos na igreja, e a remoção de plantas e ervas⁹²². As obras de 1978, por sua vez, ampararam-se em reparos no terraço da cobertura e, por fim, na cobertura da nave central – concluída com a impermeabilização das estruturas reparadas⁹²³.

Mesmo verificadas as sondagens (1977)⁹²⁴, a obra continuava com atrasos na libertação de verbas. É possível que o desconhecimento sobre o tema⁹²⁵ e a escassez de

⁹¹⁹ A obra alcançou o valor de cem mil escudos, dotada pelo orçamento do Estado, adjudicada a Lumel por meio de concurso limitado. Memória descritiva e Orçamento, de 7 de maio; Proposta n.º 508, de 15 de julho; Of. n.º 573, de 28 de julho de 1976. DGEMN (SIPA), TXT.00128525-44.

⁹²⁰ A obra foi executada pelo tarefeiro Anselmo Costa, adjudicada no valor de 149.500\$00, pelo orçamento do Estado, por meio de concurso limitado, Memória descritiva, Orçamento e Condições especiais, de 4 de agosto; Proposta, de 16 de agosto; Concurso limitado, de 18 de agosto de 1976. DGEMN (SIPA), TXT.001225 53-77.

⁹²¹ Memória descritiva, de 12 de novembro de 1977. DGEMN (SIPA), TXT.00128590.

⁹²² As obras foram cumpridas por Anselmo Costa, pelo valor de 99.999\$00. Memória descritiva e Condições especiais, de 12 de novembro; Proposta, de 18 de novembro; Concurso limitado, de 21 de novembro; Comunicação n.º 1001, de 5 de dezembro; Comunicação n.º 1014, de 19 de dezembro de 1977. DGEMN (SIPA), TXT.00128593-00128601.

⁹²³ A obra foi adjudicada por Anselmo Costa, no valor de 99.890\$00, por meio de concurso limitado. Memória descritiva, Orçamento, Condições especiais, de 6 de setembro de 1978; Proposta, de 22 de setembro; Concurso limitado, de 25 de setembro de 1978. DGEMN (SIPA), TXT.00128606-20.

⁹²⁴ Of. n.º 1774, de 10 de novembro de 1977. DGEMN (SIPA), TXT.01061179-80.

⁹²⁵ Como no Of. n.º 14X, de 1º de março de 1967. DGEMN, P. 2597 (060316/002), n.p.

um diálogo interno e externo sobre o assunto culminaram na morosidade, ou no arrefecimento, das tarefas e dos estudos para a drenagem e a preservação a seco. Importa sublinhar a magnitude da empreitada em termos científicos, financeiros e de material e mão de obra.

Em 1980, sabe-se que o projeto ainda prosseguia em andamento, como anunciou Amoroso Lopes no jornal *Expresso*, sobre a importância da possibilidade de drenagem das águas e a valorização a seco do monumento⁹²⁶. A matéria foi repercutida em comunicação do até então silencioso Museu Machado de Castro, sobre o futuro de S^{ta}. Clara-a-Velha. Em comunicação oficial, a então diretora do museu, Maria Passos de Figueiredo, asseverou a proposta díspar e menos onerosa do arquiteto inglês Donald W. Insall, da «(...) utilização de S^{ta} Clara com água, como local lúdico (...)»⁹²⁷.

A documentação relativa às obras de limpeza, remoção de entulhos e reparos diversos ocorridas em 1981 não referenciou o planeamento das águas, apenas a degradação do monumento como resultante do desenvolvimento de ervas, devido à grande humidade e às cheias, como também o facto de a igreja ser «(...) mal guardada e defendida, ser o local favorito do lazer de imensas crianças e adolescentes do local e que nem sempre tratam da melhor maneira a devassada ruína»⁹²⁸. A listagem das ações no monumento, nas palavras oficiais do Serviço dos Monumentos Nacionais, em resposta à carta de Celina B. Pinheiro (1982)⁹²⁹, apreciava o que já fora executado, como as expropriações de terrenos ao norte da igreja, a compra do terreno do mosteiro, os planos com base em sondagens realizadas, a integração do monumento na drenagem da margem esquerda do Mondego, o desvio na EN1 e, por fim, a «(...) conservação das Seculares ruínas através de regulares e aturadas intervenções; a de preservar o conjunto das fundações de todo o Convento, Hospício Velho e Paço da Rainha (...)»⁹³⁰. A partir do que foi descrito em resposta à Sra. Pinheiro, dispomos da confirmação dos desvios na EN1, que foram executados sem maiores clarificações sobre o programa de drenagens.

Parte do projeto fora realmente concluído, mas a continuidade dos planos da Hidráulica do Mondego passou a depender da necessidade de sondagens arqueológicas na

⁹²⁶ Amoroso Lopes. O Património que temos – Santa Clara-a-Velha. Jornal Expresso, 5 de julho de 1980.

⁹²⁷ Of. n.º 573/22, de 23 de dezembro de 1982, tomado conhecimento pela DGEMN e pelo IPPC; Comunicação JN6/18-3(57), de 20 de janeiro de 1983. DGEMN (SIPA), TXT.01061251-52.

⁹²⁸ Memória Descritiva, de 19 de maio de 1981. DGEMN (SIPA), TXT.00128642. As obras foram executadas por Anselmo Costa, vencedor do concurso público com proposta no valor de 225.000\$00, considerando limpeza, remoção de entulhos e reparos no telhado, nas beiradas, nas portadas de acesso ao telhado, além de trabalhos de reparos e pinturas em trechos de madeira e tapeamento de ressaltos existentes na capela-mor. Memória descritiva, Orçamento e Condições especiais, de 19 de maio; Of. n.º 496, de 11 de junho de 1981. DGEMN (SIPA), TXT.00128631-44.

⁹²⁹ Carta de Celina Pinheiro. DGEMN (SIPA), TXT.01061230-31.

⁹³⁰ Of. n.º 381/MC, de 25 de junho de 1982. DGEMN (SIPA), TXT.01061239.

área sul da igreja, conforme solicitado a 19 de junho de 1984⁹³¹, porém travado por indisponibilidade de financiamento – a aguardar o ano de 1985, enquanto o monumento prosseguia fechado ao público⁹³². A lentidão burocrática para a continuidade das atividades relativas à drenagem legou o projeto ao esquecimento. O mosteiro passou, então, por um novo interregno, ausente de intervenções.

O primeiro concurso de ideias, por consulta pública, foi uma solução encontrada para o monumento cujas feições e particularidades dificultaram a sua preservação. Em 1989, o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha foi alvo de um novo – e dispendioso – projeto de valorização cuja presença das águas foi paradoxalmente exigida⁹³³.

4.4 O processo de valorização do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha

O lançamento do Concurso de Ideias para a valorização do Mosteiro de Sta. Clara-a-Velha, em 1989, anunciava um projeto cujo mote se assemelhava à asserção de Donald W. Insall, acautelada pelo Museu Machado de Castro seis anos antes. No âmbito do envio dos projetos apresentados, o IPPC exigiu a manutenção das águas, do respeito ao contexto físico do monumento e da integridade da construção⁹³⁴. Os vencedores, os arquitetos portugueses João Rapagão e César Fernandes, utilizaram a visibilidade do monumento em seus ambientes, mesmo os submersos, através de passadiços. A água, nesse sentido, era o trajeto percorrido e parte da história do monumento – como não deixava de o ser.

O elemento água e os sedimentos por ela arrastados ao longo dos séculos fazem parte da verdadeira História deste conjunto monástico. Quatro séculos a ele associados tiveram o condão de manter intactas estruturas hoje postas à luz do dia, sem interferências de conceitos e correntes estéticas, potenciando, desta forma, a análise e interpretação de um dos mais originais edifícios do gótico mendicante⁹³⁵.

A empreitada foi iniciada em janeiro de 1992, ocupando-se, mais uma vez, da igreja conventual, nomeadamente a recuperação da cobertura; a limpeza, a substituição de pedras e a impermeabilização de paredes, vãos em vidro e trabalhos diversos (eliminação vegetal, desinfecção e vedações)⁹³⁶, cujas ações adicionais envolveram o refechamento de juntas, a

⁹³¹ Of. n.º 10679, de 22 de maio de 1984. DGEMN (SIPA), TXT.01061257.

⁹³² Of. n.º 678, de 19 de novembro de 1984; Of. 96, de 1º de fevereiro de 1985. DGEMN (SIPA), TXT.01061263; 01061265-66. No último documento, recordava-se a falta de um guarda para o monumento.

⁹³³ Of. DPA, de 1º março de 1989. DGEMN (SIPA), TXT.01061270-71.

⁹³⁴ IPPC. Concurso de Ideias para a Valorização da Igreja de Santa Clara-a-Velha em Coimbra, 1989, 7.

⁹³⁵ Côte-Real, «Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra», 2001, 17.

⁹³⁶ Programa definitivo de trabalhos, P. Empreitada n.º 5, 1º Vol.

estrutura elétrica e o tratamento de pedra com hidrófobo⁹³⁷. Os recursos do Quadro Comunitário de Apoio I (1989-1993, com pagamentos extensíveis até 1995)⁹³⁸ situavam-se no âmbito da Comunidade Europeia, e eram aqueles destinados à primeira fase de valorização do mosteiro, que futuramente contaria com as versões II e III.

O cuidado das primeiras intervenções foi antecedido pelo levantamento arquitetónico do imóvel, com as ressalvas da análise da cota do pavimento submerso⁹³⁹. O conhecimento cadastral não impediu a destruição de uma pintura mural existente no altar, possivelmente do século XVIII, conforme crítica entoada pelo deputado João Rui G. Almeida, que requereu clarificações sobre o desastre ocorrido após os recentes trabalhos na igreja. A descoberta do painel pictórico remontava a 1990, durante uma visita de estudo sob o comando da arqueóloga Maria Antónia Ataíde Amaral, porém foi ignorada dois anos depois, nos primeiros momentos do restauro do monumento, sem as responsabilidades terem sido julgadas⁹⁴⁰.

4.4.1 Inopinadamente, o convento

Os trabalhos arqueológicos, adiados desde 1989⁹⁴¹, prescindiam da drenagem das águas e dos sedimentos há séculos depositados no local. Os primeiros testes para o bombeamento das águas foram realizados por meio do sistema «air lift», na igreja – conforme o caderno de encargos. Os trabalhos mostraram-se ineficazes – pelo menos na primeira camada – ou seriam morosos, consoante a argila compactada no solo, como confirmado por um mergulhador em exercício no local. O problema da precisão arqueológica estava similarmente posto à prova, devido ao risco de destruição ou deslocamento dos vestígios arqueológicos. Optou-se pela retirada do material sólido submerso por escavação, no que deveriam, para o efeito, baixar o nível da água por patamares até o ambiente a seco⁹⁴².

⁹³⁷ A empreitada tinha o custo inicial de 626.014\$81, com o valor do investimento global do FEDER (Prodiatec) de 144.440\$00, que deveriam ser utilizadas até 1993. Ainda em 1992, houve um pedido de prorrogação das primeiras obras em quatro meses e, depois, mais um mês e meio pela empresa responsável, Seth, que foi concedido; e a necessidade de novas obras adicionais, pagas em dois adicionais, de 976.672\$00 e de 9.522.037\$50 sem impostos. A obra foi entregue a 16 de junho de 1993. Inf. n.º 133/IPPC/Cbr (92), Santa Clara a Velha - Objetivos de intervenção; Inf. n.º 178/IPPAR/Cbr(92). DRCC, P. Empreitada n.º 5, 1º Vol, n.p.; Memória descritiva, Inf. n.º 20/94, Inf. n.º 187/93, Contrato 126-1, Inf. n.º 114/93. DRCC, P. Empreitada n.º 5, 2º Vol, n.p.

⁹³⁸ A 1ª fase de valorização do mosteiro contou com 131.262.086\$00, com a comparticipação de 39.419.803\$00 do FEDER em 65%; 91.842.283\$00 coparticipados em 75%, ficando o restante para o orçamento privativo do IPPAR. Relatório de Auditoria, de 29 de novembro de 1999. DRCC, P. CP n.º 1; Mosteiro de Santa Clara-a-Velha. DRCC, Relatório de Auditoria (QCAII).

⁹³⁹ Of. n.º 58/90, de 30 de janeiro de 1990. DRCC, P. Igreja de Santa Clara I, n.p.

⁹⁴⁰ Não é possível identificar ao certo qual erro levou à destruição das pinturas, pois enquanto o IPPAR alegava que havia informado à empresa sobre a pintura, a empresa contratada afirmou nada ter ouvido sobre o tema. Inf. n.º 175/IPPAR/Cbr(92), Requerimento n.º 574/VI/2ª, Of. Refª IPPAR/Cbr-44-30(92). DRCC, P. Empreitada n.º 5, 2º Vol, n.p.

⁹⁴¹ Ajudicados pelo valor de 1.800.000\$00. Inf. n.º 331/93 e Doc. n.º 05536, de 12 de maio de 1993. DRCC, P. Empreitada n.º 5, 2º Vol, n.p.

⁹⁴² Acta de reunião n.º 6, de 24 de fevereiro de 1995. DRCC, P. Concurso Público n.º1, 1º vol; Parecer n.º 92/GAB/JUR/95; Inf. n.º 286-DRCC/96. DRCC, P. Concurso Público n.º1, 4º vol, n.p.

A drenagem das águas pluviais e de infiltração foi executada por meio de eletrobombas submersíveis⁹⁴³, num sistema de bombagem em captações, que levava a água à cota superior e, em seguida, um novo conjunto de bombas até o Rio Mondego⁹⁴⁴. Eram, portanto, quatorze bombas de captação a quinze metros de profundidade e três poços superficiais para as águas, em atividade até, pelo menos, 1998⁹⁴⁵.

A operação arqueológica liderada pelo Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, iniciada em fevereiro de 1995, tinha o objetivo de «(...) recolha, registo e estudo do espólio arqueológico existente no interior e exterior próximo da igreja, tendo em consideração a sua inserção espacial e, quando possível, estratigráfica»⁹⁴⁶. A transversalidade da investigação arqueológica (1995-1999), favorecida pela proximidade com a universidade e a particularidade do ambiente húmido, contribuiu para a conservação dos objetos encontrados⁹⁴⁷.

O trabalho de seriação de solos para a detecção de objetos arqueológicos resultou na coleta, acomodação e conservação de um avultado espólio, sendo alguns desses objetos completos e, em sua maioria, de cerâmica e do século XVII. As quadras seriadas também apresentaram fragmentos de cantarias, rosáceas, esculturas, capitéis e, entre outros, peças do túmulo da Rainha num bom estado de conservação – fruto das condições estáveis de humidade e temperatura⁹⁴⁸. O registo fotográfico e o relatório sobre as condições do espólio monasterial foram os primeiros trabalhos realizados no seguimento da descoberta, acompanhados pela limpeza e consolidação de todas as peças, feita por colagem com produtos químicos ou inox e, finalmente, o abrigo de todas as peças (1997-1998)⁹⁴⁹. A averiguação das condições favoráveis de conservação das estruturas, expostas a um novo ambiente e passíveis de deterioração, foi atestada em visita à obra por um técnico do LNEC a 19 de maio de 1998⁹⁵⁰.

⁹⁴³ Empreitada executada pela firma Teixeira Duarte, no valor de 91.052.914\$00 (contrato n.º 272/REPO), com adicional posterior de 28.986.856\$00 com inpostos. Inf. n.º 92-DRC/96. DRCC, P. Concurso público n.º1, 4º vol, n.p.

⁹⁴⁴ Drenagem das águas pluviais e de infiltração. DRCC, P. Concurso Público n.º1, 1º vol, n.p.

⁹⁴⁵ Controle dos níveis de água das captações; LNEC. Mosteiro de Santa-a-Clara-a-Velha – avaliação da exequibilidade da contenção hidráulica periférica, Relatório n.º 248/98, Lisboa, outubro de 1998. DRCC, P. Concurso Público n.º1, n.p.

⁹⁴⁶ Côrte-Real, «Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra», 2001, 11.

⁹⁴⁷ Côrte-Real, 11–15.

⁹⁴⁸ Memória descritiva; Inf. n.º 178-DRC/97; Memorandum; Of. CC/01.97.0891. DRCC, P. Concurso Livre (CL) n.º 2/n.º 23/n.º 38, n.p. Como era de se esperar, os achados arqueológicos foram acondicionados para posterior limpeza, restauro e conservação. A atenção inicial foi dada aos restos da rosácea e os colunelos e, depois, as peças com patologias encontradas.

⁹⁴⁹ Memória descritiva e justificativa. DRCC, P. CL n.º2/n.º 23/n.º 38, n.p. A empreitada foi realizada pela Teixeira Duarte S.A. entre setembro de 1997 e fevereiro de 1998, no valor total de 4.932.500\$00, com IVA. Controlo físico-financeiro; Inf. n.º 587-DRC/97, de 26 de junho de 1997. DRCC, P. Ajuste Directo (AD) n.º 4, n.p.

⁹⁵⁰ LNEC. Mosteiro de Santa-a-Clara-a-Velha – avaliação da exequibilidade da contenção hidráulica periférica. Relatório 248/98 – NF. Lisboa, outubro de 1998, 1-2.

Já se considerava no IPPAR, desde 1996, a necessidade da investigação exaustiva de tudo o que havia sido descoberto após a retirada das águas e dos sedimentos do monumento⁹⁵¹. O conhecimento da cota primitiva «veio a alterar a perspectiva e a escala facultando um novo olhar sobre as estruturas arquitetónicas»⁹⁵². Por isso, o levantamento arquitetónico novamente se tornou central no processo de valorização do mosteiro, além de crucial para a continuidade das intervenções. Acertadamente, o IPPAR decidiu pela conclusão do levantamento arquitetónico da igreja, entre março e julho de 1997, pela Artop, que fora iniciado em 1988⁹⁵³, e pelo levantamento das zonas postas a descoberto, entre junho e julho de 1998, pela Oz Lda.⁹⁵⁴. A produção de dados e a garantia das informações eram assim certificadas, o que evidencia uma preocupação diante do futuro do projeto em causa.

A perícia com que os vestígios eram registados, coletados e geridos denotou o rigor arqueológico dos trabalhos, dirigidos por Artur Côrte-Real, da DRCC, entre 1996 e 2001, pois tratava-se de «um campo arqueológico monumental»⁹⁵⁵. E, de certo modo, tratava-se da descoberta do monumento de S^{ta}. Clara, antes reduzido à igreja, constantemente referenciado em sua monumentalidade. As estruturas encontradas lançavam uma nova luz para o aprofundamento dos estudos sobre o Gótico Mendicante no país, em que «O parco número de claustros medievais de frades menores atualmente existentes em Portugal veio enriquecer-se com a descoberta da ruína do monumental claustro de Santa Clara-a-Velha (...)»⁹⁵⁶. Ademais, os vestígios contribuíram para a investigação sobre a vida monasterial medieval/moderna, sobre o país, a cidade e seus costumes⁹⁵⁷.

Em termos patrimoniais, o achamento dos vestígios ressaltou o valor histórico do monumento, além do valor de antiguidade, atribuído por Alöis Riegl (2014) às ruínas. Louvada na comunicação social e no meio científico, a autenticidade histórica salientada pela ruína tornou-se um dos maiores predicados da obra em vigor na segunda metade da década

⁹⁵¹ Inf. n.º 242-DRC/96, de 29 de março de 1996. DRCC, P. Concurso Livre, Ajuste Directo (CL/AD) n.º 7/n.º 1/n.º 39, n.p.

⁹⁵² Levantamento das áreas postas a descoberto/Memória descritiva e justificativa. DRCC, P. CL AD n.º 7/n.º 1/n.º 39, n.p.

⁹⁵³ O levantamento arquitetónico da igreja datava de 1988, realizado antes do Concurso de Ideias do então IPPC, entretanto as limitações proporcionadas pelo nível da água tornaram-no apenas parcial – sem alguns paramentos e sem a planta baixa. Inf. n.º 27-DRC/97, de 7 de janeiro de 1997; Controlo físico-financeiro (04 docs.). DRCC, P. CL/AD n.º 7/n.º 1/n.º 39, n.p.

⁹⁵⁴ Houve igualmente o levantamento dos riscos gravados nas paredes da fachada norte da igreja, posteriormente restaurados por Sofia Basta, e o levantamento das estruturas postas a descoberto através da estereofotogrametria. As áreas incluíam a igreja e o claustro. Of. n.º 799/OZ, de 1º de julho de 1998, Levantamento das zonas postas a descoberto - Memória descritiva e justificativa, de agosto de 1997. DRCC, P. CL/AD n.º 7/n.º 1/n.º 39, n.p.

⁹⁵⁵ Mourão, *Santa Clara-a-Velha: reflexos do património*, 61.

⁹⁵⁶ Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra*, 2015, 100.

⁹⁵⁷ Como: Queiroz, Mateus, e Ruas (2007); Mourão (2004).

de 1990 – o mosteiro era, então, um espaço duplo, tanto estaleiro quanto sítio arqueológico. O fascínio despertado pelas ruínas atingia o âmbito estético, histórico e patrimonial no seu reconhecimento enquanto testemunho material e fonte histórica, autêntica em sua revelação. Em tempo, toda ruína é, por conceito, arqueológica.

Não obstante, como todo o património cultural, as ruínas são passíveis de destruição ou desaparecimento, consoante a fragilidade inerente aos fragmentos e os próprios procedimentos do restauro. Sublinhamos a crítica de Arthur Côrte-Real sobre a implantação das estacas destinadas ao passadiço metálico na igreja, concomitante com os trabalhos arqueológicos⁹⁵⁸, com possíveis prejuízos para o claustro.

A solução proposta, assumida pelos autores como minimalista e cuja filosofia estaria implícita no discurso formulado nos documentos apresentados, veio a manifestar-se gravosa para as estruturas do claustro, porquanto foram implantadas sapatas de sustentação dos passadiços, em betão armado, com cerca de 90 cm de diâmetro, as quais perfuraram pavimentos e destruíram parcelamento estruturas⁹⁵⁹.

O posicionamento e a estabilidade das estruturas do passadiço metálico foram permitidos por uma plataforma em aterro antecedida por uma manta geotêxtil. É digno de nota o escoramento da abside, de modo que ficasse estável⁹⁶⁰, na igreja.

4.4.2 A monumentalização do claustro

No momento da revelação dos claustros (maior e menor) e das restantes estruturas conventuais submersas, surgiu uma nova possibilidade de conservação, num ambiente a seco. Diante disso, esperava-se de todos os envolvidos que, pelo menos, refletissem as condições de preservação das estruturas do Mosteiro «(...) considerando as suas particularidades, que o tornam “sui-generis” no panorama da recuperação de património nacional e mesmo internacional»⁹⁶¹. E, por isso, o fórum “*O Estaleiro de Santa Clara-a-Velha – Questões e soluções*. O elemento água: problemas de conservação e valorização” decorreu entre os dias 10 e 12 de julho de 1997.

Os arquitetos projetistas, João Rapagão e César Fernandes, anunciaram o ponto de situação e as possibilidades de encarar o futuro do monumento no «Estudo de Soluções alternativas para o claustro do Mosteiro», considerando o espaço como ativo e didático, em que o passado seria percebido na ruína, e o futuro, no museu a ser construído. Havia três

⁹⁵⁸ Houve a espera da autorização de proprietários locais para a colocação de algumas estacas que atingiram o território além do pertencente ao Estado.

⁹⁵⁹ Côrte-Real, «Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra», 2001, 97–98.

⁹⁶⁰ Inf. n.º 925-DRC/95. DRCC, P. Concurso Público (CP) n.º 1, 4º vol, n.p.

⁹⁶¹ Doc. n.º 0001719, de 27 de junho de 1997. DRCC, P. Igreja de Santa Clara I, n.p.

possibilidades de prosseguimento das obras: a conservação das ruínas a seco, em ambiente húmido (ou húmido e esporadicamente seco), e enterradas.

Na opção pelo ambiente seco, a proposta vencedora, Mourão defendeu a sua fruição segundo a sua «verdadeira escala gótica»⁹⁶². Tal-qualmente a proposta didática de Rapagão e Fernandes, no percurso a seco, anunciavam a perspectiva da obra como respeito à fonte histórica, identicamente chamada ruína. Dever-se-ia instalar uma cortina de contenção e ordenar o acesso pela Rua de Baixo, de onde os visitantes partiriam para um percurso de cariz didático pelo monumento⁹⁶³ – premissas aceites pelo IPPAR.

No seguimento da decisão tomada, as constantes bombagens e os trabalhos arqueológicos continuaram em andamento⁹⁶⁴. Em paralelo, houve a realização de estudos a fim de implementar a etapa seguinte, como o «Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, Documentos Arqueológicos e Definição daquelas Existências» e o «Mosteiro de Santa Clara-a-Velha – Ensaio Geofísico», da Universidade de Aveiro (1999)⁹⁶⁵, documentos que foram anexados ao próprio concurso da empreitada. A empresa Teixeira Duarte realizou sondagens de reconhecimento geotécnico, a fim de arrancar com a empreitada.

Mais uma vez, os fundos europeus cooperaram para a conclusão da obra, no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio II (1994-1999), com o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) a 75% de financiamento. Os gastos destinados às bombagens entre os anos de 1996 e 1999, cabe realçar, atestaram a vontade política de se manter as ruínas descobertas, cenário improvável caso não fossem libertados os investimentos. Os recursos do IPPAR e do FEDER foram discriminados em relatório de auditoria de 1999, o que nos permitiu ponderar o rigor aplicado à aprovação do fundo europeu, como também a aceitação institucional dos valores maiores, face à importância das ruínas, posto que a sua descoberta se revelou «(...) uma das mais interessantes, importantes e estimulantes revelações no quadro da arqueologia medieval portuguesa recente, tanto pela qualidade e quantidade dos vestígios encontrados, como também pelo seu valor testemunhal do ponto de vista da história das edificações monásticas femininas góticas»⁹⁶⁶.

⁹⁶² Mourão, *Santa Clara-a-Velha: reflexos do património*, 64.

⁹⁶³ Estudos de Soluções de Arquitectura – princípios de orientação para uma intervenção aberta, de João Rapagão e César Fernandes, s.d., 2-5. DRCC, P. CP n.º 1, 3º vol, n.p.

⁹⁶⁴ Vide Figuras 45 e 47 (Apêndice).

⁹⁶⁵ A UNAVE, da Universidade de Aveiro, executou uma prospeção geofísica por pseudo-seções elétricas, radar e sondagens entre maio e outubro de 1999, a fim de estudar as condições para a implantação de uma «ensecadeira» no lado sul, como também para melhor definir as estruturas arqueológicas das áreas que não foram escavadas. Controlo físico-financeiro (04 docs.); Inf. n.º 1104/DRC-DOCR/98, de 17 de dezembro de 1998. DRCC, P. CL/AD n.º 7/n.º 1/n.º 39, n.p.

⁹⁶⁶ Relatório de Auditoria, de 29 de novembro de 1999, p. 2. DRCC, P. CP n.º 1. Mosteiro de Santa Clara-a-Velha. DRCC, P. Relatório de Auditoria (QCAII), n.p.

Ano	Contrato	Descrição	Verba
1994	272/Repo	Implantação do passadiço metálico, iluminação, limpeza e remoção de entulho, consolidação das abóbadas	157.822.016\$00
1996	Ajuste 17/IPPAR/C/96	Trabalhos arqueológicos e de captação das águas	317.446.423\$00
	56/Piddac-1	Revisão do projeto inicial de valorização do mosteiro	28.597.368\$00
1997	Contrato 441/Redi	Reconhecimento geotécnico	7.787.520\$00
	Protocolo IPPAR/CCG	Criação de um ambiente virtual	102.375.000\$00
	Contrato 446/Redi	Restauro e conservação em pedra	4.972.500\$00
	Ajuste 26/D/97	Bombagens e trabalhos de arqueologia	89.257.709\$00
1998	Contrato 469/Redi	Levantamento estereofotogramétrico da igreja e claustro	8.307.000\$00
	Ajuste 26/D/97-1	Bombagens e trabalhos de arqueologia	155.577.826\$00
1999	Ajuste 2/IPPAR/C/E/99	Bombagens e trabalhos de arqueologia	69.686.095\$00

Quadro 3: Trabalhos da 1ª e 2ª fase de valorização do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha. Fonte: Relatório de Auditoria, 1999⁹⁶⁷.

O projeto de criação de um ambiente virtual para Santa Clara-a-Velha foi ponderado desde agosto de 1997, entre o IPPAR e o Centro de Computação Gráfica, com a prevista cessação da documentação técnica, descritiva e narrativa do mosteiro, além dos subsídios requeridos. A produção do «Projeto de Modelação Virtual de Santa Clara-a-Velha», criou o ambiente virtual para a representação do monumento, em quatro circuitos, divididos por séculos (XIV/XV; XVI; XVII e XX)⁹⁶⁸. O proposto ambiente virtual 3D (2007-2008), do CCG da Universidade do Minho⁹⁶⁹, expôs os diferentes períodos e ambientes do monumento, complementado por um vídeo da trajetória do edifício à ruína.

Uma verdadeira diligência científica ocupou o monumento a partir da decisão sobre a sua manutenção a seco, um projeto ambicioso no campo da engenharia, em termos financeiros e científicos, destinado à construção de uma estrutura circundante impermeabilizante para o monumento. A implantação da cortina de contenção periférica, aliada a um sistema de bombeamento permanente, foi consignada em 11 de setembro de 2001, sete meses após as cheias do Mondego⁹⁷⁰. O projeto visava à minimização da

⁹⁶⁷ DRCC, P. CP n.º 1; Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, P. Relatório de Auditoria (QCAII), n.p.

⁹⁶⁸ Doc. n.º 70741/IPPAR, de 18 de abril de 2002 [com anexos]. DRCC, P. CP n.º 66, 3º vol, n.p.

⁹⁶⁹ Disponível em <<https://www.ccg.pt/my-product/santa-clara-a-velha/>>, acedido a 01 de dezembro de 2020.

⁹⁷⁰ É digno de nota o pedido de explicações sobre os possíveis danos ao monumento após o evento natural, em fevereiro de 2001, pelo deputado Fernando Pereira Marques (PS). A resposta oficial do IPPAR rejeitava a existência de elementos arqueológicos danificados ou condições de trabalho desfavoráveis, com o processo de adjudicação da ensecadeira também em andamento. Requerimento n.º 912/VIII/2ª-Ac, de 22 de fevereiro de 2001; Inf. n.º 383/DRC-DIR/2001, de 16 de maio de 2001. DRCC, P. CP n.º 66, 1º vol, n.p.

afluência das águas na área claustral e da igreja, em que a bombagem permanente se restringiria a um nível de dez por cento do caudal vigente⁹⁷¹.

A estrutura da cortina de contenção periférica⁹⁷² foi construída de modo a contornar o monumento, no que a parede moldada de betão resguardou parte do lado norte e oeste, e a parede autoendurecedora de betonite-cimento acautelava as partes restantes. Esta chegou ao máximo de 19.6 metros de profundidade, atingindo a camada do maciço margo calcário, com injeções de até 15 metros a partir deste ponto, de modo que a parede permanecesse firme e impermeabilizada⁹⁷³. Ao todo, foram 526 metros de cortina periférica, dos quais 358 metros foram constituídos pela parede moldada autoendurecedora e 168 metros pela parede moldada em betão armado, projetada também como contenção⁹⁷⁴. A urgência do projeto destoava da sua complexidade, no que as alterações efetuadas entre 2001 e 2002 condisseram com os desafios impostos a cada minúcia construtiva da estrutura em questão, dos quais destacamos as especificações geofísicas e o dilema arqueológico.

Por vezes, a intervenção de conservação de um monumento denota também a sua destruição. Tal contradição envolvia a instalação de uma estrutura periférica, que levaria à salvaguarda a seco dos achados arqueológicos e, pelo caminho, também destruiria prováveis vestígios arqueológicos ao longo da área intervencionada. O diagnóstico do comportamento físico e hidrológico do sítio, bem como a metodologia de cálculo das quantidades de cimento e de betonite aplicados eram, portanto, condição *sine qua non* para o andamento das obras⁹⁷⁵, bem como os levantamentos geotécnicos e sondagens realizados desde 1999, entre outros⁹⁷⁶.

O impasse arqueológico foi acautelado por instituições fora do âmbito contratante/contratado, como o LNEC, o Instituto Pedro Nunes (Universidade de Coimbra) e a Universidade de Aveiro, concluindo-se que a destruição de vestígios seria inevitável face

⁹⁷¹ A firma vencedora do concurso foi novamente a Teixeira Duarte, com a colaboração científica dos trabalhos prévias, assim como durante a empreitada, como o Instituto Pedro Nunes e equipas de fiscalização. O total adjudicado na obra foi de 4.191.433,00 euros (sem IVA), com encargos adicionais projetados em 844.426,98 euros. O IPPAR contou com relatórios do Prof. Dr. Maranhã Neves sobre a obra, especificamente após o primeiro adiamento, para 10 de abril de 2002. Inf. n.º 221-DRC/DOCR/02, de 18 de março de 2002; Inf. n.º 543/DRC-DOCR/2002, de 11 de setembro de 2002; Despacho e Parecer à Inf. n.º 390/DOCR-DRC/2002, s.d.; Inf. n.º 390/DOCR-DRC/2002, de 21 de maio de 2002; Inf. n.º 98-DRC/DOCR/02 de 4 de fevereiro de 2002. DRCC, P. CP n.º 66, 2º vol, n.p.

⁹⁷² Vide Figuras 48-50 (Apêndice).

⁹⁷³ Os furos foram subdivididos em primários, secundários, terciários (alcançando os 15 metros) em intervalos de aproximadamente três metros. Contudo, foram executados também furos quarternários (chegando a 10 metros). Inf. n.º 543/DRC-DOCR/2002, de 11 de setembro de 2002; Despacho e parecer à Inf. n.º 390/DOCR-DRC/2002, s.d., DRCC, P. CP n.º 66, 2º vol, n.p.

⁹⁷⁴ Vilar et al., «Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra», 86.

⁹⁷⁵ Of. n.º 9205/7901, de 12 de dezembro; Of. n.º 21375, de 4 de dezembro de 2001; Inf. n.º 390/DOCR-DRC/2002, de 21 de maio de 2002. DRCC, P. CP n.º 66, 2º vol, n.p.

⁹⁷⁶ Outros elementos do sítio foram investigados, como a própria água da igreja, submetida à análise química. Of. n.º 1756/7901, de 11 de março de 2002. DRCC, P. CP n.º 66, 3º Vol., n.p.

à nova empreitada, devendo-se o cuidado para que as perdas fossem as mínimas possíveis – isso aliado à ausência, no momento, de sondagens ou da investigação e do registo arqueológico.

Foi aceite que seria admitido que se destruiriam estruturas arqueológicas nesta situação, porque o que será afectado será apenas uma zona de cerca de 1 a 1,20 metros de largura (a largura da cortina estimava-se naquela altura em 60cm), e essa destruição seria contrabalançada pela salvaguarda dum vasto conjunto de alto valor patrimonial⁹⁷⁷.

Nesses termos, o alinhamento da cortina de contenção periférica no lado poente foi alterado para junto dos muros dos edifícios vizinhos, com a intenção de distanciar a estrutura das possíveis zonas arqueológicas dos dormitórios. O processo que levou a indemnizações e atrasos permitiu a sobrevida das estruturas ainda por serem escavadas⁹⁷⁸. Inclusive, as estruturas de um forno de uma fábrica de cerâmica foram encontradas aquando da instalação das paredes moldadas, no que foi proposto uma semana para que pudessem proceder a investigação arqueológica⁹⁷⁹. Houve mais atrasos na obra, devido à alteração e a própria complexidade do traçado. Os encargos a mais representaram um ônus para o IPPAR, porém eram esperados face ao desenrolar da instalação da cortina⁹⁸⁰.

4.4.3 A valorização a seco do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha

O ato público de consignação e início da obra da cortina de contenção hidráulica foi também o momento em que o IPPAR anunciou um novo concurso para valorização do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha e terrenos envolventes (2001), desta vez com abrangência internacional. A equipa vencedora, Alexandre Alves Costa, Sérgio Fernandes e Luís Urbano, do Atelier 15, apresentou uma proposta de trabalho integrado de conservação da igreja e das ruínas, prosseguimento das pesquisas arqueológicas, paisagismo e construção de um Centro Interpretativo, cujos recursos incluíam o auditório, loja, laboratórios, espaço para armazenamento de materiais e espaço pedagógico⁹⁸¹.

A adaptação para visitação da igreja e das ruínas foram centrais no projeto vencedor, tanto nos âmbitos da conservação e restauro, como no usufruto público. Os caminhos pelos espaços monumentais foram projetados de modo a permanecerem livres para circulação e fruição, pois «Foi nossa posição de princípio que qualquer obra de arquitetura por mais importante que seja do ponto de vista patrimonial, íntegra ou arruinada, deve ser visitada livremente, sem imposições de percursos que obriguem a visões parciais ou tenham

⁹⁷⁷ Inf. n.º 916/DRC-DIR/01, de 19 de dezembro de 2001. DRCC, P. CP n.º 66, 2º vol, n.p.

⁹⁷⁸ Memória descritiva e justificativa, s.d. DRCC, P. CP n.º 66, 2º vol, n.p.

⁹⁷⁹ Inf. n.º 98-DRC/DOCR/02, de 4 de fevereiro de 2002. DRCC, P. CP n.º 66, 3º vol, n.p.

⁹⁸⁰ Inf. n.º 148/DRC-DIR/02, de 21 de fevereiro de 2002. DRCC, P. CP n.º 66, 3º vol, n.p.

⁹⁸¹ Côte-Real, «Valorização do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra», junho de 2009, 30.

implícitas interpretações não verificáveis senão por quem teve acesso a toda a informação»⁹⁸².

O edifício foi contruído distante dos vestígios arqueológicos, quase contíguo à antiga cerca do convento, com paisagismo. O uso do betão branco aparente foi uma estratégia para distinguir os materiais utilizados, com superfície vítrea aberta à igreja, de modo que o «o edifício enquadra a ruína e ela passa a ganhar a importância de objeto principal do museu»⁹⁸³. A linguagem contemporânea, a escala e os materiais utilizados foram centrais para evitar o embate de uma nova construção no sítio, conforme o acompanhamento dado às obras, iniciadas após a realização de um novo concurso, mais uma vez internacional.

O Concurso Público Internacional (CPI) n.º 93/IPPAR-C/E/2004, destinado à «Valorização do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha»⁹⁸⁴ destinou-se à contratação de empresa para a realização de «(...) trabalhos de construção de edifício para instalação de Centro Interpretativo / Núcleo Museológico, conservação e restauro do Claustro e Igreja, trabalhos em escavação arqueológica, arranjos exteriores e infraestruturas hidráulicas»⁹⁸⁵, com o preço base de 7.500.000 euros⁹⁸⁶ e estimativa de 24 meses para o cumprimento da empreitada.

Os critérios de conservação e restauro do Caderno de Encargos do concurso pormenorizaram as condições das peças estruturais e escultóricas⁹⁸⁷, em dados e imagens sobre o estado de conservação e as intervenções anteriores, como também na proposta de tratamento apontavam o rigor exigido para com as abordagens técnicas da valorização do sítio. Procurava-se «(...) restituir-lhes, não só a sua integridade física, como também de as devolver ao seu local de origem, ajudando elas próprias à valorização de todo o conjunto de ruínas que compõem o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha»⁹⁸⁸.

⁹⁸² Costa, «O espaço do olhar», 40. Relativamente a este projeto de valorização, ver: Costa e Fernandez, «Valorização do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha e Terrenos Envolventes».

⁹⁸³ De acordo com a entrevista de Mariana Vetrone a Alexandre Alves Costa, em: Vetrone, «Diálogos com a Preexistência», Apêndice B-4.

⁹⁸⁴ Concurso promovido no âmbito do IPPAR, por meio da Direcção Regional de Coimbra, Divisão de Obras, Conservação e Restauro.

⁹⁸⁵ Programa de concurso para a execução de empreitadas de obras públicas, 2004, 2. DRCC, CD-ROM n.º 401.

⁹⁸⁶ Os custos previstos anteriormente somavam 4.041.850€, alterados para 7.500.000€ – sob a justificativa da complexidade do projeto e das condições ambientais do monumento, soterrado, além da iluminação do monumento, novo projeto para os terrenos adquiridos pelo IPPAR e, por fim, a necessidade de integração com outras empreitadas concluídas ou em andamento, como a ensecadeira, as escavações e o Programa Pólis. Inf. n.º 922/DRC/DOCR/2004, de 16 de julho de 2004. DRCC, P. Concurso Público Internacional (CPI) n.º 93, vol. 1, n.p.

⁹⁸⁷ Nomeadamente os capitéis e colunelos que se encontravam em depósito e que pertenciam ao lavabo e às alas sul, este e norte do Claustro, além dos elementos escultóricos em depósito, como o dragão, as pilastras, o pináculo da fonte e a taça do lavabo.

⁹⁸⁸ Caderno de Encargos (Especificações técnicas complementares da conservação e restauro dos elementos pétreos e ornamentais), 2004, 3. DRCC, CD ROM n.º 401.

As metodologias, operações e técnicas exigidas no concurso, dispostas nos volumes técnicos do Caderno de Encargos, restringiam os programas de trabalhos colocados a concurso. As Cláusulas técnicas Restauro e Conservação clarificavam sobre os procedimentos técnicos e os materiais permitidos para utilização no âmbito da limpeza, tratamento e manutenção dos elementos pétreos e de cerâmica, bem como a caracterização e a tipificação das patologias encontradas, as especificações técnicas gerais, os estudos preliminares, a descrição do tratamento dos azulejos *in situ* e o plano de manutenção. Estas recomendações, entre outras⁹⁸⁹, aliadas à possibilidade de um planeamento plurianual para a monitorização da ruína, em seus materiais e na sua estrutura, podem ser consideradas enquanto critérios para a atuação em ruínas, conforme as recomendações internacionais, como a Carta de Veneza de 1964.

Depois de retificações no anúncio do concurso e adiamentos provocados pelo processo judicial movido por empresa concorrente⁹⁹⁰, a obra foi consignada ao consórcio HCI/Nova Conservação a 15 de maio de 2006⁹⁹¹, para múltiplas obras em 21 meses⁹⁹², sob a fiscalização do consórcio Grafermonte/ECG⁹⁹³. A comparticipação comunitária da União Europeia foi novamente decisiva para os vultuosos investimentos destinados a conclusão da obra, por meio do Programa Operacional de Cultura (POC)⁹⁹⁴.

⁹⁸⁹ Cabe realçar a pormenorização, no Caderno de Encargos, dos projetos do centro interpretativo, fundações e estruturas, equipamento elétrico, rede de gás, infraestruturas hidráulicas, telecomunicações, elevadores, sistemas térmicos, plantação e rega, segurança, como também a descrição do estado de conservação da igreja, claustro, mosaicos e azulejos.

⁹⁹⁰ O anúncio do concurso publicado no DR, III Série, n.º 246, 2288-2290 a 19 de outubro de 2004, retificado nos dias 26 de novembro (Idem, n.º 123, 26407) e 14 de dezembro (Idem, n.º 291, 27604). A abertura do concurso foi adiada devido às questões judiciais envoltas na exclusão da empresa Teixeira Duarte, por incumprimento das exigências do Programa do Concurso, nomeadamente o tempo de experiência profissional dos arqueólogos contratados. Por isso, a abertura dos projetos prevista para 16 de fevereiro foi reagendada para 04 de abril de 2005, mesmo com o prosseguimento da contenda por parte da empresa, através de recurso hierárquico argumentativo sobre a experiência dos arqueólogos envolvidos. Inf. n.º 191/DRC/05, de 05 de março de 2005; Acto Público do Concurso, de 04 de abril de 2005; Recurso Hierárquico, s.d. DRCC, P. CPI n.º 93, 1º Vol., n.p.

⁹⁹¹ O contrato n.º 815/REDI foi firmado após a necessária autorização do Primeiro Ministro, dado o seu vultuoso valor, 7.679.089,54€. Cabe realçar que o consórcio apresentou nota máxima na análise das adequações técnicas do programa de trabalhos. O 1º Termo Adicional ao contrato, assinado a 15 de dezembro de 2008, aumentava o valor em 143.605,04 €, devido aos trabalhos a mais executados entre 2006 e 2008. Análise das Propostas, Centro de Conservação e Restauro de Viseu, s.d.; Inf. n.º 522/DRC/05, de 29 de junho; Nota de Serviço Interno n.º 314/DRC/05, de 29 de junho; Auto de Consignação, de 15 de maio de 2005. DRCC, P. CPI n.º 93, 2º Vol. n.p. Primeiro Termo Adicional, 15 de dezembro de 2008. DRCC, P. CPI n.º 93, 13º Vol., n.p.

⁹⁹² Declaração do director técnico da empreitada, 5 de junho de 2006. DRCC, P. CPI n.º 93, 3º Vol., n.p. O projeto foi apresentado publicamente em 30 de junho de 2006. O prazo menor do que o proposto em concurso, 24 meses, era interessante diante das solicitações registadas para a urgência da continuidade das obras desde 2003, aquando da limpeza do sítio. Inf. s.n.º, fevereiro de 2003. DRCC, P. Informação Restauro, CD-ROM 429.

⁹⁹³ Selecionado através do concurso público n.º 28/IPPAR-C/S/2005, firmado no contrato n.º 846/REDI, conforme documento sem título ou data e Declaração de Rectificação, s.d., disponíveis no Arquivo da DRCC, P. CPI n.º 93/IPPAR-C/E/04, 2º Vol., n.p.

⁹⁹⁴ Com 5.020.944,00€ investidos. Cartaz Ministério da Cultura. DRCC, P. CPI n.º 93, 11º vol., n.p.

Nesse contexto, o andamento do projeto de valorização do mosteiro decorreu em diversas frentes coetâneas. As tarefas específicas foram adjudicadas a subempreiteiros contratados, indispensáveis à vista da complexidade ou complementaridade da obra tanto no monumento ou edifício novo, como no âmbito da arqueologia, dos serviços de implantação de sistema de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC), de elevadores, do sistema de afugentamento de aves, além dos pormenores construtivos⁹⁹⁵.

Os trabalhos de conservação e restauro envolveram os alçados exteriores da igreja, seguidos cronologicamente pelo interior e pelo claustro – entre junho de 2006 e julho de 2008. As atividades contemplaram a limpeza por via húmida e/ou seca, a aplicação de biocida e/ou herbicida, a remoção de vegetação, de terras ou de argamassas não funcionais, além dos tratamentos estruturais e de superfície, como abertura e refecimento de juntas, consolidação ou reposição de elementos de pedra soltos ou em falta, impermeabilização, retirada ou tratamento de elementos metálicos, entre outras ações particulares⁹⁹⁶.

A implantação do sistema de escoamento das águas nas coberturas, portais e cornijas e do sistema electroestático para afugentamento de aves na igreja foram coevos às ações, evidenciando a confluência de vertentes técnicas da empreitada.

O claustro destacou-se por ações distintas de conservação e restauro, como a consolidação e o revestimento do pavimento cerâmico e a estabilização de áreas de azulejos com regulação cromática (novembro e dezembro de 2007) e, entre outros, o assentamento de azulejos e a recolocação de colunelos, capitéis, pilastras e demais estruturas, a partir de janeiro de 2008. Os dois canteiros, os dois fontanários e as cinco floreiras foram restaurados, reconstruídos e/ou recompostos de modo que o claustro continuasse «(...) remetendo para uma ruína, mas unificando os seus elementos»⁹⁹⁷, como discutido em reunião sobre o tema⁹⁹⁸.

⁹⁹⁵ Destacamos os seguintes subempreiteiros: GAIAA (Gabinete de Investigação Arqueológica e Antropológica, Lda), para os trabalhos arqueológicos; MT – Instalações Elétricas, para as instalações de águas e saneamentos; Tophl – Estudos Topográficos Unipessoal, para os trabalhos de topografia; Kone, para instalação do elevador; GEPAE (Estudos e Projectos, Lda.), para a implantação do sistema electroestático de afugentamento de aves.

⁹⁹⁶ Compilação Técnica – Trabalhos de Conservação e Restauro, 2006-2008, HCI/Nova Conservação. DRCC, CD-ROM n.º 426. No âmbito do CPI n.º 93, foram realizadas: ações no Núcleo Museológico, Paço, Igreja e Arranjos exteriores (orçados em 1.951.265,50 €), fundações e estruturas do centro interpretativo, igreja e arranjos exteriores (1.362.719,10 €), instalações e equipamentos elétricos no museu, paço e ruína (470.354,97€), Instalação de gás (10.263,81€), distribuição da rede de água, equipamentos e drenagem das águas residuais (323.713,84€), instalações de equipamentos de telecomunicação (20.202,76€), instalação do sistema térmico e AVAC (429.918,77€), equipamentos de vigilância e segurança (65.592,12€), paisagismo e sistema de rega (197.928,84€), conservação e restauro da igreja, claustro e demais (2.441.711,01€) e as escavações arqueológicas (296.519,40€). Orçamento de concurso (HCI/Nova Conservação), s.d. DRCC, CD-ROM n.º 431.

⁹⁹⁷ Reunião de Conservação e Restauro, 13 de dezembro de 2007. DRCC, P. CPI n.º 93, 11º Vol., n.p.

⁹⁹⁸ Idem.

O restauro, colagem e montagem no sítio de elementos em pedra seguiu conforme as regras listadas no Caderno de Encargos ou conforme as reuniões e/ou clarificações dirigidas ao IPPAR/IGESPAR pela empreiteira – como igualmente se procedia nas demais frentes da empreitada. Apesar disto, houve críticas por parte da empresa contratada no que se refere à ausência de regras mais detalhadas, de maiores esclarecimentos e de assistência científica mais alargada relativamente à História de Arte e «(...) especialmente no que respeita à interpretação de novos dados e ao aprofundar do conhecimento sobre a ruína»⁹⁹⁹.

A frente arqueológica¹⁰⁰⁰, liderada pela subempreiteira GAIAA, apresentava duas zonas para escavação manual e mecânica, além do acompanhamento da obra, conforme o método estratigráfico¹⁰⁰¹: o norte da igreja e a nave oeste do claustro. A pesquisa foi alargada para um total de oito áreas, com o aditamento do acompanhamento da remoção dos solos no interior da igreja, de que se esperava o achamento e o registo de remanescentes, assim como dos trabalhos no caminho antigo; do acompanhamento arqueológico da remoção dos solos e inclinação do talude (previsto para 45°) nas zonas sul e este do claustro, da implantação da obra nova (edifício centro interpretativo) e dos arranjos exteriores¹⁰⁰².

Previstas para 19 de julho de 2006¹⁰⁰³, as escavações do segundo semestre deste ano foram reservadas às zonas norte da igreja e nave oeste do claustro. O recurso a máquina foi utilizado conforme a análise das terras escavadas – ora manual, ora mecânica. A zona norte destacou-se pelo registo de faianças do século XIX, mas também nas questões relativas ao escoamento da água e às fronteiras da *Coimbra Pólis*, cujos muros eram contíguos à obra¹⁰⁰⁴.

Em setembro de 2006, foram concluídas as escavações na zona do Coro da igreja, próximas da porta poente e dos enterramentos, tendo sido identificada uma falange. Neste mesmo mês, foram encontradas estruturas antigas na zona oeste da Igreja, que implicou uma reformulação do projeto arquitetónico, a fim de incluir o tratamento e a preservação

⁹⁹⁹ Compilação Técnica – Trabalhos de Conservação e Restauro, 2006-2008, HCI/Nova Conservação, p. 10. DRCC, CD-ROM n.º 426. Apesar da crítica, registamos que houve o acompanhamento na perspectiva da história e outras áreas do conhecimento, dos quais realçamos profissionais cedidos por outros órgãos públicos, no campo da história. É o caso do acordo entre o IPPAR/IGESPAR e a Câmara de Anadia pelo auxílio técnico de A. P. P. Santos, um dia por semana, entre fevereiro de 2006 e dezembro de 2008, com posterior prorrogação face à sua importância também para o núcleo museológico. Inf. n.º 75, de 18 de novembro de 2008. DRCC, P. CPI n.º 93, 12º Vol., n.p.

¹⁰⁰⁰ Vide Figura 51 (Apêndice).

¹⁰⁰¹ Nomeadamente o defendido por Edward Harris, em *Principles of Archaeological Stratigraphy*, 2nd edition – como anunciado pela GAIAA em seu programa técnico.

¹⁰⁰² Programa técnico GAIAA, setembro de 2006. DRCC, P. CPI n.º 93, 3º Vol., n.p.

¹⁰⁰³ OS n.º 057/462/LC, de 18 de julho de 2006. DRCC, P. CPI n.º 93, 3º Vol., n.p.

¹⁰⁰⁴ Ponto de Situação dos trabalhos, 16 de maio de 2007. DRCC, P. CPI n.º 93, 6º Vol., n.p.

destas estruturas¹⁰⁰⁵. As escavações nas áreas sul, este e oeste arrancaram em fins de 2006, prolongando-se pelo ano seguinte, também marcado pelos trabalhos no interior da igreja¹⁰⁰⁶ e pelo reinício das escavações da área do novo edifício, antes suspensas¹⁰⁰⁷.

A descoberta de estruturas no talude norte (lado sul – adro) em março de 2007¹⁰⁰⁸ e, mais uma vez, na zona oeste, a 06 de agosto de 2007¹⁰⁰⁹, provocaram novas alterações no projeto arquitetónico, nomeadamente no passadiço. Já as duas realidades arqueológicas encontradas no *Caminho Antigo*, por sua vez, adensaram o acervo de cerâmica doméstica e faianças, como também da evolução da construção do caminho pedonal¹⁰¹⁰. Com isto, o conhecimento sobre a relação entre o local e o rio foi aprofundado, dado o progressivo aumento das cotas demonstradas no caminho¹⁰¹¹.

As intervenções arqueológicas estavam concluídas a 03 de julho de 2008, enquanto o acompanhamento arqueológico da obra seguiu até 17 de julho¹⁰¹². Os atritos referentes ao pagamento, à guarda do espólio arqueológico e aos relatórios a serem produzidos, contudo, prosseguiram mesmo após o fim das obras e da inauguração do mosteiro – pelo menos, até 2014¹⁰¹³.

4.4.4 Os reflexos da destruição: novamente, as águas

A empreitada que tinha o seu término previsto para 31 de março de 2008 foi prorrogada duas vezes – para 10 de março (100 dias a mais) e, depois, 30 de setembro (80

¹⁰⁰⁵ As escavações manuais nesta zona foram concluídas a 12 de outubro de 2006 e o relatório entregue ao IPPAR a 18 de outubro. Ponto de Situação dos trabalhos, 16 de maio de 2007. DRCC, P. CPI n.º 93, 6º Vol., n.p.

¹⁰⁰⁶ Realçamos a presença de água no interior da igreja, resolvida apenas após alterações no sistema computacional do sistema de bombagem.

¹⁰⁰⁷ Ponto de Situação dos trabalhos, 16 de maio de 2007. DRCC, P. CPI n.º 93, 6º Vol., n.p.

¹⁰⁰⁸ Fax 289/517/NP/07, de 29 de março de 2007. DRCC, P. CPI n.º 93, 6º vol., n.p.

¹⁰⁰⁹ As estruturas foram encontradas durante as escavações para a implantação de uma escada, posteriormente limpas. OS n.º 1338/462/CP [fax], 31 de agosto de 2007. DRCC, P. CPI n.º 93, 8º Vol., n.p.

¹⁰¹⁰ OS n.º 1735/462/CP [fax], 13 de dezembro de 2007. DRCC, P. CPI n.º 93, 9º Vol., n.p.

¹⁰¹¹ Parecer Avaliação dos elementos patrimoniais relacionados com o Caminho Velho que contorna o Mosteiro pelo lado nascente, de Paulo Dordio e Artur Côrte-Real, 2 de janeiro de 2008. DRCC, P. CPI n.º 93, 10º Vol., n.p.

¹⁰¹² Apesar da conclusão dos trabalhos, a crítica por parte da GAIAA ao que considerava a falha no pagamento dos trabalhos não previstos – no Caminho Velho e na crivagem, tratamento de espólio e relatórios sobre as zonas que não foram previstas em relatório – levou a fricções entre o consórcio, o dono da obra e a subempreiteira Of. n.º 841/GJ/DRCC/09, s.d. DRCC, P. CPI n.º 93, 3º Vol., n.p.

¹⁰¹³ A ausência dos relatórios de seis zonas de pesquisa arqueológica e o prolongado prazo para a entrega do espólio arqueológico assentavam-se nos pagamentos dos trabalhos considerados a mais pela subempreiteira, o que o IGESPAR rejeitava, e na prioridade científica. Após as tentativas de recuperação do material recolhido para o Mosteiro em 2009 e 2011, a DGPC recorreu aos tribunais na procura de uma resolução. Of. n.º 113.GAIAA.12.08, de 09 de dezembro de 2008; Correspondência João Pedro Cunha Ribeiro para Alexandra Soares, em 29 de abril de 2009 e 01 de abril de 2011; Of. n.º 841/GJDRCC/09, s.d.; Inf. n.º 58, de 25 de março de 2011; Inf. n.º 111/GJ/DRC, de 15 de outubro de 2014. DRCC, P. CPI n.º 93, 13º Vol., n.p.

dias a mais)¹⁰¹⁴. As cheias ocorridas aquando das obras e o atraso nas respostas aos pedidos de esclarecimentos feitos pela empresa foram as razões colocadas pela HCI/Nova Conservação para o prolongamento do estaleiro de obras – explicação rejeitada pelo IPPAR/IGESPAR. O acúmulo das águas pluviais no monumento provocou a destruição de estruturas arqueológicas logo no primeiro inverno do estaleiro de obras e levou a alterações e atrasos no decurso da empreitada. A instabilidade incitada pelas águas pluviais¹⁰¹⁵ manteve-se constante na documentação relativa às zonas da igreja e do claustro, no que a subida das águas e cheias ocorridas desde julho de 2006¹⁰¹⁶ lembravam a vulnerabilidade do sítio às águas e a possível insuficiência das bombagens de manutenção. Por esse motivo, as bombas defeituosas foram reparadas em julho, numa conjuntura de procura de outras soluções para a drenagem da zona exterior e norte do mosteiro em 2006¹⁰¹⁷.

As cheias foram sentidas durante as obras de arqueologia, conservação/restauro e na própria obra do novo edifício. A implantação das fundações para o edifício museológico teve início marcado pela pressão das águas subterrâneas, culminando na queda de uma máquina a 20 de outubro de 2006, estando outra sob risco de queda a 17 de novembro de 2006¹⁰¹⁸. Nesses termos, a subempreiteira Fundasol procedeu as sondagens, que confirmaram a plasticidade do terreno, para o qual seriam executadas microestacas nas áreas mais vulneráveis¹⁰¹⁹, de modo a que a construção pudesse prosseguir.

O contato entre o IGESPAR, ex-IPPAR, e a empresa municipal Águas de Coimbra, no primeiro semestre de 2007, ocorreu no sentido da redução ou desvio dos caudais pluviais afluentes à área do mosteiro, dentre as quais a Rua de Baixo e a Rua António Augusto Gonçalves, devendo-se verificar os sistemas de drenagem do projeto Pólis e da Câmara Municipal, assim como o assoreamento dos coletores da Rua das Parreiras, cuja manutenção era de responsabilidade da Águas de Coimbra. Não obstante, a empresa

¹⁰¹⁴ Inf. n.º 402, de 02 de maio, e Inf. n.º 30, de 21 de agosto de 2008. DRCC, P. CPI n.º 93, 10º e 11º Vols., n.p.

¹⁰¹⁵ Os momentos de inundação devido às chuvas ou às falhas no sistema de bombeamento e drenagem das águas tiveram lugar nos dias 23 de outubro, 20 de novembro e 05 de dezembro de 2006; 6, 7, 11, 22 e 27 de fevereiro, 8 e 30 de março, 17 de abril, 7, 22 e 27 de agosto de 2007; 18 de agosto e, entre outras, a grande inundação de 25 de outubro de 2008. Compilação Técnica – Trabalhos de Conservação e Restauro, 2006-2008, HCI/Nova Conservação, 186. DRCC, CD-ROM n.º 426.

¹⁰¹⁶ A situação foi revertida apenas com o reparo das bombas, sem a especificação sobre qual equipamento conforme o Fax n.º 019/030/TP/06, de 19 de julho de 2006. DRCC, P. CPI n.º 93, 3º Vol., n.p. Acreditamos que a bomba em causa foi a do poço n.º 3, dado que em setembro do mesmo ano o IPPAR recebeu as indicações sobre o seu reparo, cf. Doc. n.º 438/FB, de 28 de setembro de 2006. DRCC, P. CPI n.º 93, 6º Vol., n.p.

¹⁰¹⁷ Como através de um dreno ou por meio de bombagem no fosso do elevador breves tentativas de solução ainda em 2006. Fax n.º 097/181/NP/06, de 27 de outubro de 2006; Comunicação de Obra n.º 113/266/NP/06, de 27 de novembro de 2006. DRCC, P. CPI n.º 93, 4º Vol., n.p.

¹⁰¹⁸ Fax n.º 462/462/CP, de 12 de dezembro de 2006. DRCC, P. CPI n.º 93, 4º Vol., n.p.

¹⁰¹⁹ Inf. n.º 266, de 06 de março de 2007. DRCC, P. CPI n.º 93, 6º Vol., n.p.

municipal, comprometida com os projetos em causa, evidenciou a cota do monumento, mais baixa que a da margem do rio Mondego, o que favorecia a formação de lagos, creditando uma solução final apenas na elevação da cortina periférica¹⁰²⁰.

O incómodo das águas incitou o uso de instrumentos provisórios para auxílio da drenagem e as indicações pontuais durante a obra, a fim de minimizar a pressão pluvial, como a realocação da caleira, instalação de gárgulas impercetíveis¹⁰²¹, e a captação das águas das bombagens para a rega das plantas¹⁰²². Três novos editais de ajuste directo (n.ºs 16, 17, 18) foram lançados para a manutenção e assistência técnica do sistema de bombagem, nos seus quatro furos de captação, pelo período de um ano, como também da aquisição de uma bomba submersível e uma bomba de elevação de água suja¹⁰²³. A empresa responsável pela manutenção, a MT Instalações Técnicas, recomendou por sua vez, em relatório, a realização de mais um furo de captação, além de uma bomba suplente – o que não deixa claro se as bombas anteriormente mencionadas foram de facto compradas¹⁰²⁴.

A inauguração da obra ocorreu a 18 de abril de 2009, sob elogios e críticas ao decurso da empreitada, visto tanto como redentor como desvirtuador do monumento¹⁰²⁵. O avultado esforço financeiro foi traduzido num monumento ativo na cidade de Coimbra, cujo elevado número de visitantes refletia a rentabilidade turística e, mais, o usufruto cidadão. Por outro lado, o risco das cheias era perceptível, mesmo com a manutenção dos contratos anuais para assistência técnica às bombagens. Esta vulnerabilidade foi posta à prova durante as cheias ocorridas entre 11 de janeiro a 14 fevereiro de 2016, cujos danos foram largamente divulgados na comunicação social¹⁰²⁶. A destruição causada pelas cheias de 2016 não votou

¹⁰²⁰ De acordo com o Diretor de Serviços, Carlos Santos Rodrigues, em Reunião IPPAR (Santa Clara-a-Velha) – Águas de Coimbra, s.d. Águas pluviais na zona do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, de 23 de maio de 2007. DRCC, P. CPI n.º 93, 6º Vol., n.p.

¹⁰²¹ Fax n.º 520/814/CT/07, de 25 de outubro de 2007. DRCC, P. CPI n.º 93, 8º Vol., n.p.

¹⁰²² Fax n.º 310/550/NP07, de 07 de maio de 2007. DRCC, P. CPI n.º 93, 4º Vol., n.p.

¹⁰²³ Os ajustes diretos mencionados eram solicitados desde março de 2007, aprovados em fins do mesmo ano. Inf. n.º 385, de 29 de março de 2007 e Inf. n.º 428, de 04 de dezembro de 2004. DRCC, P. CPI n.º 93, 6º Vol., n.p.

¹⁰²⁴ O documento também orientava a substituição das varas galvanizadas por varas em hidroroscado e a alteração válvulas de seccionamento – conforme Relatório dos Serviços de Manutenção dos Furos 1 a 4 do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, de 7 de abril de 2008. DRCC, P. CPI n.º 93, 11º Vol., n.p.

¹⁰²⁵ As críticas são mencionadas na reportagem «Arquitectos descontentes com mosteiro de Santa Clara-a-Velha em Coimbra», Jornal Público, 18 de abril de 2009. Todavia, os arquitetos responsáveis pelo projeto de Valorização em questão foram galardoados com o prémio Diogo Castilho 2009, da Câmara Municipal de Coimbra.

¹⁰²⁶ Como as matérias do jornal Público, «Baldes e esfregonas para reabrir o Convento de Santa Clara-a-Velha», de Lucinda Canelas, 11 de janeiro e «Mosteiro de Santa-Clara-a-Velha mantém-se inundado e fechado ao público», de Sérgio Andrade, 13 de janeiro; do Diário As Beiras, «Coimbra inundada após a barragem da Aguieira ter aberto as comportas», de António Rosado, 12 de janeiro; do jornal Diário de Coimbra, «Mosteiro de Santa Clara-a-Velha voltou a inundar», 14 de fevereiro; ou n'O Observador, «Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, Coimbra, fechado "durante meses"», de Paulo Novais, 18 de janeiro de 2016.

o monumento ao abandono, como outrora. O mosteiro conservou-se aberto, uma vez todas as dependências secas, apesar dos estragos no próprio monumento e na maquinaria de apoio, incluindo as bombas.

Síntese do capítulo

Nas palavras de José Saramago, há «uma atmosfera particular de gineceu (...)»¹⁰²⁷ em Santa Clara-a-Velha. E não poderia deixar de o ser, uma vez que a história do mosteiro é feminina, na iniciativa e na procura por meios próprios para professar a religiosidade por D. Mor Dias e pela rainha S^{ta}. Isabel. A transferência das clarissas para Santa Clara-a-Nova, em 1677, cessou os anos de luta contra o Mondego. O então antigo mosteiro, votado ao abandono e às novas cheias, adaptou-se a uma quinta, ao uso enquanto armazém, palheiro ou mesmo criadouro de animais.

Os novos usos suscitavam a «vergonha» na sociedade coimbrã, devido às condições em que se encontrava o património cultural citadino. Ademais, a degradação não abstraiu os ares de santidade conferidos ao mosteiro pela rainha S^{ta}. Isabel, beatificada e celebrada santa e padroeira da cidade. Nesse contexto, as primeiras páginas e aventuras sobre o cenóbio remontam ao século XIX, na escrita de António de Vasconcelos e na expedição de Filipe Simões, em que a narrativa histórica foi uma forma de promover a preservação do mosteiro, como posteriormente praticado por Tomás da Fonseca.

Segundo Mourão, a vivência do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha pode ser distinguida em quatro fases: a fundação e a vida religiosa; o abandono; a "restauração" e o "renascimento"¹⁰²⁸. Assertivamente, os processos de valorização foram distinguidos, pois o primeiro, a repriminção da igreja, não compactua com a valorização posterior do emblemático mosteiro. A metáfora do renascimento, por sua vez, indica a relevância atribuída aos vestígios arqueológicos encontrados, elementos centrais para a alteração do projeto de valorização do monumento a seco. A periodização proposta pela autora aponta os meios para distinguirmos os dois contextos políticos por trás dos processos de valorização, assim como os seus arbítrios – da glorificação nacional pelo passado, no salazarismo; à consideração da arqueologia no contexto pós-25 de abril.

A história da preservação do monumento representa as diferentes políticas aplicadas ao património cultural português no âmbito da administração imposta pela DGEMN (1929), aprimorada com as verbas cedidas às obras pelo Fundo do Desemprego – mesmo que pulverizadas a cada ano económico – e incentivada aquando dos preparativos para as celebrações do Duplo Centenário. O restabelecimento do ideal original e primitivo, consoante

¹⁰²⁷ Saramago, *Viagem a Portugal*, 143.

¹⁰²⁸ Mourão, *Santa Clara-a-Velha: reflexos do património*, 17-18.

as possibilidades de repriminção, nesse sentido, não foram exclusividade do antigo cenóbio de Santa Clara, mas alusivos a uma política nacional.

A reintegração e a reconstrução da igreja, à luz da teoria estilística de Viollet-le-Duc, restabeleceu-a ao seu estado primitivo, com a remoção das adições construídas ao longo dos séculos, inclusive o pavimento intermédio. A reconstrução dos elementos de maior apreço estético e segurança estrutural arremataram os primeiros trabalhos (1932-1934), tais como a abóbada, o campanário, a cabeceira e, entre outros, os trabalhos em cantaria – com novas intervenções prolongadas até 1942.

A mácula do abandono encobria o mosteiro, apesar da igreja restaurada. As críticas dirigidas ao Estado promoviam a reflexão sobre quais novas condutas seriam tomadas no monumento. A partir da década de 1950, os estudos sobre a possível drenagem e conservação a seco foram liderados por Amoroso Lopes em união com outros serviços públicos, como o de Estradas e o Hidráulico, e começaram como uma resposta às reclamações transitadas dentro dos serviços de monumentos.

A segunda metade do século passado, entretanto, experimentou as mudanças advindas dos eventos internacionais. O alargamento do debate patrimonial em muito se deveu às ruínas produzidas pelos combates e bombardeamentos após as Grandes Guerras, e ao que foi decidido em termos da sua preservação¹⁰²⁹. O célere avanço da temática patrimonial em contexto internacional foi expresso na criação da UNESCO e do ICOMOS e na realização de congressos internacionais. As teorias de restauro foram igualmente representativas devido ao seu desenvolvimento e rápida disseminação, sendo também referenciadas nas cartas patrimoniais, a exemplo do restauro crítico e do seu peso incutido na Carta de Veneza de 1964, da qual Portugal é signatário e que contou com Luís Benavente na sua redação. Nacionalmente, os quadros patrimoniais após o 25 de abril de 1974 encontravam um regime político diferente, nos âmbitos interno e externo, com o advento democrático.

A lei n.º 13/85, de 06 de julho, colocava o património cultural material ou imaterial em sua importância para a cultura portuguesa ao longo do tempo, além de especificar o património arqueológico, encetando um período de otimismo na arqueologia portuguesa, continuado na década seguinte.

As alterações proporcionadas pela legislação no âmbito do património e da arqueologia, culminaram na «encruzilhada» da arqueologia da década de 1990, nas palavras de Vitor O. Jorge¹⁰³⁰, sendo o estaleiro de Santa Clara-a-Velha um exemplo desse momento auspicioso para a arqueologia medieval, entre a preservação, pesquisa e exposição arqueológica.

¹⁰²⁹ Como já mencionado no capítulo 01.

¹⁰³⁰ Jorge, *Arqueologia, património e cultura*, 166.

O Concurso de Ideias de 1989, cuja preservação uniria o mosteiro às suas águas, apresentava o único elemento visível do mosteiro, a igreja, como a atração principal, a ser visitada por meio de passadiços. As obras começaram na própria igreja, em 1992, como assim o fora durante todo o século vigente, seguidas pela drenagem do sítio, de modo a permitir a já atrasada investigação arqueológica, prevista desde 1989. Após a drenagem das águas, entre 1995 e 1996, as estruturas arqueológicas despontaram, em condições favoráveis de conservação, compondo um grande *corpus* documental sobre a vida das antigas cenobitas.

A decisão de manter o monumento a seco, após o Fórum sobre a água (1997), deve ser lida à luz desses avanços e na presença da arqueologia no IPPAR, reunindo pesquisas existentes desde a década de 1950 e as interrogações relativamente ao que seria feito com as estruturas arqueológicas encontradas. A ensecadeira, para tanto, foi instalada ao longo do perímetro cenobítico entre 2001 e 2002.

Cumprе sublinhar o ingresso de Portugal na Comunidade Europeia (1986), que permitiu o acesso aos fundos europeus essenciais para as intervenções da década de 1990, a ensecadeira e a nova valorização de 2006-2008.

A aplicação da cortina de contenção atribuiu um novo caráter ao estaleiro da obra, enquanto projeto experimental de engenharia aplicada às barragens voltada ao património, além de um caso único em termos de proteção de ruínas. O novo projeto para o mosteiro foi, por isso, reconfigurado em um novo concurso, incluindo a exposição e a compreensão do que foi posto a descoberto, notadamente a arqueologia medieval. O centro interpretativo serviu para concentrar as atividades e os estudos num espaço que, consoante as premissas da arquitetura moderna, se apresentava em simbiose com o ambiente natural e cultural.

A história da preservação do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha sintetiza a história da preservação patrimonial no país, seu desenvolvimento e seus percalços. Entre a consultoria de Vergílio Correia e o trabalho à frente do sítio arqueológico por Artur Côrte-Real passaram-se, aproximadamente, oitenta anos de mudanças na política, no património cultural e na atuação dos arqueólogos e da arqueologia. Uma trajetória que realçou a força celebrativa dos monumentos, como também a participação popular através das críticas direcionadas ao abandono de Santa Clara-a-Velha em cartas e na comunicação social, responsáveis por manter a atenção e a reflexão sobre o mosteiro – ou, antes, a igreja – e os meios em que ele se afiguraria mais preservado.

O século XX trouxe, para Santa Clara-a-Velha, um brado pela sobrevivência em diferentes estados de degradação e diferentes ambientes, húmido ou seco. As intervenções ocorridas no monumento apontavam os ditames de cada contexto político-económico, no que perpassaram o nacionalismo estilístico do Estado Novo, os estudos hidráulicos e os desafios de manutenção e exposição no pós-redemocratização.

Paulatinamente, o papel adquirido pela ciência, pela interdisciplinaridade e pelo intercâmbio entre as instituições públicas após o 25 de abril de 1974 assinalou a recente conservação do monumento em seus diferentes espaços, a igreja e as ruínas, por si próprias, frágeis, de modo que fossem mantidas em concordância com o registo histórico e a contextualização do sítio. Igualmente, assinala a mudança das teorias do restauro e das políticas direccionadas à gestão dos monumentos, numa diferente sensibilidade patrimonial, em maior concordância com o que vinha sendo desenvolvido internacionalmente, nomeadamente a valorização da proteção das ruínas e dos vestígios arqueológicos.



Capítulo 05: Pedras espirituais, pedras históricas: as Ruínas Jesuítico-Guarani de São Miguel das Missões

(Terra) Basta! Basta! Não é preciso mais palavras. Os estranhos que vos olhem, catedral de vento. É eloquente o bastante a imagem da vossa ruína.

(Ruínas) As estrelas continuam no céu, que se vejam ou não. Assim continuará a luta do cacique de São Miguel e de seus irmãos assassinados. Enquanto sobreviver no coração do homem o desejo infinito de ser livre, de lutar contra a opressão, há de se ouvir no dia a dia o grito do índio Sepé.

Trecho do roteiro do espetáculo *Som e Luz*, renovado em 2000.

A diferença do trabalho nos sítios missioneiros é que ele não é uma obra com começo, meio e fim. Mas um processo permanente de preservação. O conceito é de preservação integrada: identificação, proteção e promoção.

Processo n.º 01450.012507/2006-74, fl. 142

As ruínas religiosas coloniais possuem um *status* distinto do das demais estruturas sacras, dado que remontam similarmente a pontos militares e/ou estratégicos e, sobretudo, a espaços de crítica e de reflexão sobre as identidades, as memórias e o fazer histórico, desde o âmbito local até ao transnacional. Esse é o caso das ruínas de São Miguel das Missões, localizadas no município homónimo, no noroeste do Rio Grande do Sul, Brasil¹⁰³¹, e cujos remanescentes remontam aos jesuítas, enquanto missionários coloniais, e aos Guarani, enquanto Tava.

Nacionalmente, o sítio desponta entre a valorização nacional pelas Belas Artes, na pesquisa arqueológica e enquanto património imaterial no *Livro de Registro dos Lugares*, com a oficialização do valor dos remanescentes para os antepassados Guarani. O avanço da investigação da arqueologia missioneira e, entre outros, os esforços na integração regional e transfronteiriça demarcaram modos inéditos de salvaguarda patrimonial no Cone Sul, tendo como uma das suas balizas as ruínas de São Miguel das Missões. A integração enquanto *Património Cultural do Mercosul* e nos *Circuitos Culturais* da região decorreu de modo a incentivar o Património Cultural Comum.

¹⁰³¹ Ver Figura 59 (Apêndice).

Nesse sentido, diante do grande volume de intervenções e decisões políticas tomadas desde 1937, em âmbito nacional, julgamos pertinente descrever o modo como as políticas patrimoniais se adaptaram à situação de ruína do monumento – sem esquecermos a trajetória dos fragmentos, das suas origens ao seu abandono, e como este percurso interferiu na sua valorização. Os principais arquivos consultados para este capítulo são provenientes do IPHAN, em diferentes níveis de atuação, do nacional ao local: o Arquivo Noronha Santos (ANS), ou Arquivo Central do IPHAN, o Arquivo da Superintendência Estadual do IPHAN-RS e o Escritório Técnico do Parque Histórico Nacional das Missões (AETPHNM).

Nestes, o monumento foi considerado em suas idiossincrasias, permeadas pelos não ditos e pelas ausências de dados ou informações situadas na trajetória do IPHAN, em suas diferentes designações e atribuições, e alinhadas com o contexto político-económico em que se encontravam. O reconhecimento internacional, mundial e regional, conduziu-nos à investigação em arquivos internacionais, como o centro de Documentação da UNESCO e do Mercosul Cultural, a fim de pormenorizar a patrimonialização e o aproveitamento económico dos sítios missioneiros jesuíticos Guarani, especificados nas Ruínas de São Miguel das Missões.

5.1 «Totus mundus nostra habitatio fit»¹⁰³²

A história da Companhia de Jesus na Europa do século XVI foi escrita de acordo com as suas deslocações, desde a sua criação (1534) até à oficialização papal (1540), sempre num cenário religioso conturbado, rubricado pela crítica aos excessos do catolicismo institucional aliada ao surgimento e crescimento de novas religiões ou leituras do cristianismo.

Iñigo López de Recaldo, ou Inácio de Loyola (1491-1556), abdicou da vida nobre e militar após a defesa de Pamplona (1521), convertido enquanto se recuperava de ferimentos de batalha. Depois de um período de reclusão num mosteiro beneditino basco e em cavernas próximas da cidade de Manresa, Espanha, Loyola seguiu em peregrinação para Jerusalém enquanto praticava e escrevia os seus *Exercícios Espirituais* ¹⁰³³.

Retornado à Europa, o religioso basco frequentou as universidades de Barcelona, Alcalá e Salamanca, entre 1524 e 1527, concluindo os estudos na Universidade de Paris (1528-1535). Na capital francesa, ainda com sede de peregrinação à cidade santa, Loyola juntou-se a Francisco Xavier, Pedro Fabro, Afonso Bobadilha, Diogo Laínez, Afonso

¹⁰³² Frase escrita por Jerónimo Nadal (1507-1580) na *Epistolae et Monumenta P. Hieronymi Nadal*, Vol. 5 (Rome: MHSI, 1962), citada em Corradi, «Jesuit Missionaries and Missions in the Iberian Colonial World», 379.

¹⁰³³ Alden, *The Making of an Enterprise*, 4–5.

Salmeirão e Simão Rodrigues¹⁰³⁴ para fundar a Companhia de Jesus a 15 de agosto de 1534¹⁰³⁵.

A relação inicial com as cruzadas, nesses termos, não se deveu apenas à figura inaciana, mas também ao compromisso dos sete jovens que, inspirados na difusão da fé católica, creditaram às cruzadas os propósitos da Companhia de Jesus. Esta foi aprovada pelo Papa Paulo III a 25 de setembro de 1540, na bula *Regimini Militantis Ecclesiae*, e, enquanto ordem religiosa, manteve uma postura mais ativa que contemplativa, pelo que defendia a difusão da fé a partir da palavra divina, dos exercícios espirituais, da caridade, da instrução das crianças e da obediência ao Papa¹⁰³⁶. Loyola, eleito o Primeiro Geral da Ordem, estruturou-a consoante as regras publicadas na *Fórmula do Instituto* (1539, 1540, 1550)¹⁰³⁷, reforçando os valores mencionados.

Luiz Sabeh destaca a importância de dissociarmos os dois momentos, o da criação e o da pós-oficialização papal, para o entendimento das teses sobre a congregação em questão, amparando-se na conjuntura reformista da época: o anseio pelas cruzadas, manifestado por Loyola em Paris, e a atuação enquanto «ponta-de-lança» da Contrarreforma. A procura por uma resposta à Reforma Protestante impulsionou o projeto evangelizador missionário institucionalizado pela Igreja Católica nas colônias e despontou como uma ferramenta para a angariação de novos fiéis. A Companhia de Jesus quebrava, assim, os paradigmas monásticos medievais ao abdicar da espada e ao pensar a «cruzada» pela palavra, atuando duplamente: de modo contemplativo, pela prática dos Exercícios Espirituais, e de modo ativo, pela evangelização – característica que atribuía à ordem religiosa uma feição «moderna»¹⁰³⁸.

Entre a palavra e a obra, o apoio oferecido pelos monarcas católicos, como Carlos V e D. João III, aos jesuítas unificou fé e poderio militar em prol da dominação colonial, tão católica quanto mercantilista. A proximidade entre os inacianos e as coroas de Portugal e, mais tarde, de Espanha foi estabelecida de modo que os primeiros se convertiam em agentes imperiais, uma realidade igualmente verdadeira para outras ordens nos trópicos e aproveitada pelos jesuítas, que «(...) in the early days clearly took advantage of it, first and foremost, to outline their multiple strategies of evangelization with less dependence from Rome»¹⁰³⁹.

¹⁰³⁴ Este, responsável pela fundação da Ordem em Portugal.

¹⁰³⁵ Pedro, «História da Companhia de Jesus no Brasil», 8–11; O'Malley et al., *The Jesuits*, 3–6; Alden, *The Making of an Enterprise*, 5–6.

¹⁰³⁶ Alden, *The Making of an Enterprise*, 7.

¹⁰³⁷ As três versões receberam os títulos de *Prima Instituti Summa* (1539), *Regimini Militantis Ecclesiae* (1540) e *Exposcit Debitum* (1550), sendo as duas primeiras aprovadas pelo Papa Paulo III e a terceira, por Júlio III, cf. Souza, «Espiritualidade inaciana e reconciliação», 80–83.

¹⁰³⁸ Sabeh, «Uma nova ordem religiosa», 99–117.

¹⁰³⁹ Marcocci, «Jesuit Missions between the Papacy and the Iberian Crowns», 254.

Os primeiros jesuítas chegaram aos territórios dominados por Portugal na América em 1549. A Província Jesuítica do Brasil foi fundada quatro anos depois, sob a direção do Frei Manuel da Nóbrega. Já nos domínios americanos espanhóis, os jesuítas fundaram as suas missões durante o reinado de Filipe II (vida 1527-1598; reinado 1559-1598), primeiro na Flórida (malograda em 1568), no vice-reino do Peru (1568) e no vice-reino do México (1572). Do Peru, as missões foram estendidas para outros territórios, alcançando Paraguai (1585), Quito (1586), Tucumán (1589), Chile (1593) e Nova Granada (1598)¹⁰⁴⁰. O poder e a autoridade religiosa dos jesuítas assistiram o projeto colonizador pela conversão dos fiéis e pelo trabalho nas missões durante os séculos XVI e XVIII. Nesse contexto, a expansão jesuítica instituiu seis províncias sob a bandeira espanhola: as Províncias Jesuíticas do Peru (1568), do México (1572), de Bogotá e de Quito (1604), do Paraguai (1607) e do Chile (1624, enquanto província dependente; 1683, enquanto província independente)¹⁰⁴¹.

A atividade missionária coexistia com outros aspectos da cultura jesuíta, principalmente a partir da segunda metade do século XVII, a exemplo das escolas fundadas pelos religiosos¹⁰⁴², cuja relevância foi destacada no século XVIII, ou das *haciendas*, vistas como fomento para a economia no México, no Equador e no Chile¹⁰⁴³. O envolvimento educacional pôde ser percebido na Universidade de Córdoba, Argentina, onde o dinamismo científico, literário e educacional alcançou as missões em formatos distintos. A estreita relação com as ciências apontava as razões do conhecimento linguístico e local por parte dos religiosos, que também produziram estudos sobre a região e sobre a sua própria trajetória nela, como foi a obra de José de Acosta (1540-1600)¹⁰⁴⁴. Na Província Jesuíta do Paraguai, a existência de um acervo livresco nas missões de aproximadamente 56 mil volumes, ou as pesquisas científicas, como as do astrônomo jesuíta Buenaventura Suárez (1679-1750) na Missão de San Cosme y Damián, são paradigmáticas no que se refere ao dinamismo científico ali existente, que não se dissociava dos objetivos religiosos dos jesuítas¹⁰⁴⁵.

¹⁰⁴⁰ Rafael Corradi descreve três fases para a ocupação jesuíta na América durante o século XVI: a prudência e a adaptação sob a liderança de Francisco de Borgia (1568-1572), a fim de consolidar os estabelecimentos no Peru conforme as normas de Roma; o generalado de Everard Mercurian (1573-1580), em que se aumentou o conhecimento dos problemas enfrentados, inclusive nas periferias, e a evangelização dos agentes, como discutido na Primeira Congregação Provincial de 1576; por fim, o generalado do italiano Claudio Acquaviva (1581-1593), as missões – vistas enquanto apostolado – estenderam-se ao longo das fronteiras sul-americanas, a partir do Peru, cf. Corradi, «Jesuit Missionaries and Missions in the Iberian Colonial World», 381–86.

¹⁰⁴¹ Pereira, «A Companhia de Jesus nas fronteiras da América Espanhola», 113.

¹⁰⁴² Como a Universidade de Córdoba, criada a partir do colégio jesuíta Máximo, em 1622.

¹⁰⁴³ Corradi, «Jesuit Missionaries and Missions in the Iberian Colonial World», 389.

¹⁰⁴⁴ Como «De Procuranda Indorum Salute» (1588) e «Historia Natural y Moral de los Indias» (1590).

¹⁰⁴⁵ Asúa, *Science in the Vanished Arcadia*, 3. Relativamente à ciência e à educação jesuítica entre os séculos XVI e XVIII, ver: Asúa, *Science in the Vanished Arcadia*; Carolino e Camenietzki, *Jesuítas ensino e ciência*; Zupanov, *The Oxford Handbook of the Jesuits*, 637–830.

O termo «estilo jesuítico» foi utilizado desde o século XIX para caracterizar e criticar os edifícios da Companhia de Jesus relativos aos fins do Renascimento e ao Barroco. Desde as primeiras citações do termo, na Alemanha e na França, ele foi utilizado de modo a depreciar o excesso e o imperialismo retratado nas edificações da ordem religiosa¹⁰⁴⁶. A análise uníssona e alargada da congregação por meio dos traços arquitetônicos indica o equívoco do uso do termo na bibliografia subsequente. Ora, as manifestações artísticas jesuíticas apresentaram formas diferentes, envolvendo uma produção sacra vária entre os séculos XVI e XVIII, utilizando-se dos recursos locais e características de cada período¹⁰⁴⁷, pois não existe um estilo particular que possa ser atribuído aos religiosos¹⁰⁴⁸.

A arquitetura e a ornamentação dos edifícios jesuítas foram tema nas Congregações Gerais da Ordem, cujas decisões pautaram a importância do despojamento do traço arquitetônico (1548) e da submissão dos planos a Roma (1565), a fim de serem aprovados. Alguns desses planos podem ser vistos na Biblioteca Nacional de Paris, num total de cinco volumes, com 1.122 desenhos. Não obstante, houve uma maior liberdade de envio dos projetos por parte das províncias (1585), bem como uma maior autonomia na adequação do «modo nostro» jesuíta ao barroco¹⁰⁴⁹.

Por esses motivos, descreveremos de modo mais aprofundado apenas a história, a arquitetura e as características particulares da Província Jesuíta do Paraguai, nomeadamente a missão de São Miguel Arcanjo, localizada na margem oriental do Rio Uruguai, nos Sete Povos das Missões, cujas sede, posse e utilização foram alteradas consoante os ditames coloniais.

5.1.1 *Paraquaria: Guerra, Terra e Poder*

A Província Jesuítica do Paraguai situava-se onde, atualmente, estão a Argentina, o Paraguai, o Uruguai, o leste da Bolívia e o sudoeste do Brasil. A edificação das missões na região «reduziu» os Chiquitanos (Bolívia) e, sobretudo, os Guarani. Das reduções destes últimos, originaram-se os 30 Povos das Missões, dos quais se encontram atualmente quinze na Argentina¹⁰⁵⁰, oito no Paraguai¹⁰⁵¹ e sete no Brasil¹⁰⁵².

A região transfronteiriça entre os rios Uruguai e Paraguai, dentro da província mencionada, estava sujeita aos ataques dos bandeirantes, provenientes principalmente de

¹⁰⁴⁶ Levy, *Propaganda and the Jesuit Baroque*, 28–35.

¹⁰⁴⁷ Costa, «A arquitetura dos jesuítas no Brasil», 2010, 128.

¹⁰⁴⁸ Ceballos, *La arquitectura de los jesuitas*, 22.

¹⁰⁴⁹ Ceballos, 21–33.

¹⁰⁵⁰ Missões de Apóstoles, Candelaria, Concepción de la Sierra, Corpus, La Cruz, Loreto, Mártires, San Carlos, San Ignacio Miní, San Javier, San José, Santa Ana, Santa María la Mayor, Santo Tomé e Yapeyú.

¹⁰⁵¹ Missões de Encarnación, San Jesús de Tavarangue, San Cosme y Damián, San Ignacio, Santa María, Santa Rosa, Santiago de las Misiones e de La Santísima Trinidad de Paraná.

¹⁰⁵² Missões de São Borja (1682), São Miguel, São Nicolau, São Luiz Gonzaga (1687), São Lourenço (1691), São João Batista (1697) e Santo Ângelo (1706).

São Paulo, à procura de metais preciosos ou da escravização de indígenas por meio da «Guerra Justa». A destruição e os saques provocados pelas bandeiras forçavam a alteração da sede ou a realização de novas obras nas missões durante os séculos XVII e XVIII – a exemplo do Povo de São Miguel, fundado em 1632, que teve a sua localização alterada para a outra margem do Rio Uruguai, em 1687.

A fluidez das deslocações e dos ataques em territórios colonizados entrelaçava as «fronteiras» e os objetivos das coroas ibéricas, além das próprias forças locais, ainda regidas pelo obsoleto Tratado de Tordesilhas (1492). Nesse contexto, os portugueses instalaram-se na Colônia do Sacramento (1680), na Península de São Gabriel, localizada no atual sudoeste uruguaio, nas margens do Rio da Prata. O Tratado de Madrid foi, por isso, firmado em 1750, de modo a que o impasse das fronteiras nas duas colônias fosse resolvido, pelo que a Colônia do Sacramento seria entregue aos espanhóis, enquanto as missões jesuíticas orientais¹⁰⁵³ transferir-se-iam para a posse portuguesa¹⁰⁵⁴.

Com a vigência do tratado de 1750, os missionários jesuítas e aproximadamente 30 mil indígenas Guarani, que viviam nas missões orientais, deveriam abandonar tais terras, deslocando-se para o lado espanhol. Entretanto, a decisão foi refutada principalmente pelos Guarani, sob a alegação de que as terras lhes pertenciam, deflagrando a Guerra Guaranítica. As primeiras operações de guerra dos colonizadores, em 1754, foram repulsas pelos indígenas e jesuítas que permaneceram na terra, em luta. Dois anos mais tarde, a invasão das terras pelos exércitos ibéricos pôs fim à Guerra Guaranítica (1754-1756), com cerca de mil e quinhentos índios Guarani mortos¹⁰⁵⁵.

As missões orientais, hoje conhecidas como Sete Povos das Missões, passaram para a posse portuguesa, tendo posteriormente retornado à posse espanhola pelo Tratado de El Pardo (1761). O Tratado de Santo Ildefonso (1777) reafirmou a permuta das terras estabelecidas no Tratado de Madrid. Por fim, o Tratado de Badajoz (1801), que selou o fim da Guerra das Laranjas (1801), ocorrida na margem lusitana do Atlântico, entre as coroas ibéricas, encerrou os arranjos territoriais com as margens orientais do Rio Uruguai. Enfim, o espaço foi entregue à colonização portuguesa¹⁰⁵⁶ – quarenta anos após o primeiro acordo.

A contenda fronteiriça colonial luso-espanhola e o raciocínio jesuítico em que a autoridade divina era manifestada no povo, à parte dos monarcas, despontaram a crise que

¹⁰⁵³ Relativamente às margens orientais do Rio Uruguai.

¹⁰⁵⁴ Stello, «Além das reduções», 126–36. Relativamente ao tema, ver: Custódio e Stello, «Preservación de las misiones», 142–45; Soster, «Missões jesuíticas como sistema», 27–37.

¹⁰⁵⁵ Vainfas, *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*, 274–75. O líder Guarani e alferes real Sepé/José Tiarajú (aprox. 1723-1756), também conhecido como São Sepé, tentou encerrar o conflito pela via diplomática, pela negociando para que não precisassem sair de suas casas. Ele foi posteriormente registado no Panteão da Pátria como herói oficial do Brasil, como também teve o início do processo de canonização autorizado pelo Vaticano em 2018, tendo já recebido o título de «Servo de Deus», cf. Sperb, «Guarani morto ao defender território pode ser primeiro santo indígena brasileiro».

¹⁰⁵⁶ Marchi, «O patrimônio antes do patrimônio em São Miguel das Missões», 69–70.

levou efetivamente à extinção da ordem¹⁰⁵⁷. A campanha antijesuítica liderada pelo Marquês de Pombal ocorreu ao sabor desses acontecimentos, utilizando-os como argumento para justificar a desconfiança e o descrédito jesuítico, nos campos político e intelectual, na segunda metade do século XVIII, como na *Relação abreviada da república, que os religiosos jesuítas das províncias de Portugal, e Espanha, estabelecerão nos domínios ultramarinos das duas monarquias* (1758), um panfleto bilingue (francês, português), posteriormente atribuído ao Marquês de Pombal¹⁰⁵⁸.

A expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses ocorreu a 03 de setembro de 1759, com 550 jesuítas retirados do Brasil a 14 de março de 1760. A Espanha, por sua vez, expulsou os jesuítas em 1767, dando seguimento ao antijesuitismo, que não era restrito aos ibéricos. Seis anos mais tarde, o Papa Clemente XIV extinguiu a Companhia de Jesus, conforme determinado na bula *Dominus Ac Redemptor Noster*, a 23 de julho de 1773. Em 1814, a Ordem foi restabelecida pelo Papa Pio VII¹⁰⁵⁹.

5.1.2 A missão de São Miguel Arcanjo

Os Sete Povos das Missões possuem características arquitetônicas diferentes daquelas implementadas na Província Jesuítica do Brasil. Estes, relativos aos povos Jesuíticos dos Guaraní, antes ligados à Província Jesuítica do Paraguai, ficaram «encravados» no país enquanto monumentos autônomos em relação ao conjunto patrimonial brasileiro, nas palavras de Lúcio Costa¹⁰⁶⁰.

A primeira missão de S. Miguel foi implantada na região do Guairá¹⁰⁶¹ (1632-1637), pelos padres Cristovão de Mendoza e Pablo Benavides. O encalço bandeirante provocou a rápida mudança para a região de Itaitim¹⁰⁶², numa área atualmente argentina, onde novos reveses, naturais, causaram a destruição da missão (1642). Reconstruída após o vendaval,

¹⁰⁵⁷ Furlong, *Misiones y sus pueblos de guaraníes*, 1962, 23.

¹⁰⁵⁸ Domingues, «As missões jesuíticas entre os guaranis no contexto da Ilustração», 44–48. Dentre os assuntos tratados no panfleto, uma atenção especial foi dada à relutância dos jesuítas e índios Guaraní em saírem das suas terras após o Tratado de Madrid, bem como o aprendizado militar demonstrado pelos indígenas nas Guerras Guaraníticas. Cabe realçar que a respostas de Josef Cardiel, «Declaración de la verdad contra un Livélio infamatorio contra os PP. Jesuitas Missioneros del Paraguay, y Marañon» (1758), em franca oposição às ideias pombalinas, cf. Domingues, 44–56.

¹⁰⁵⁹ Flores, *Dicionário de história do Brasil*, 145–46.

¹⁰⁶⁰ Costa, «A arquitetura dos jesuítas no Brasil», 1941, 91. O texto *Arquitetura dos Jesuítas no Brasil*, de Lúcio Costa, foi primeiro publicado na Revista do SPHAN, n.º 5, de 1941, 9-103. O texto foi republicado na íntegra, com plantas removidas e a disposição das imagens alterada, na Revista *Ars*, cf. Costa, «A arquitetura dos jesuítas no Brasil», 2010, 126–97. O trecho do texto correspondente a «Os Sete Povos das Missões», foi publicado na coletânea autobiográfica *Registro de uma Vivência*, inicialmente publicado em 1995 (1ª edição), atualmente na 3ª edição Costa, *Registro de uma vivência*, 2018, 488–94, com plantas, desenhos e fotografias da publicação original removidas.

¹⁰⁶¹ Atualmente, a região do estado do Paraná e adjacências.

¹⁰⁶² Atualmente, a região do estado do Mato Grosso do Sul e adjacências, no que a Missão de São Miguel teria ficado no lado argentino.

os bandeirantes forçaram uma nova retirada, desta vez, para a região do Tape¹⁰⁶³, no atual Rio Grande do Sul (1687). A missão permaneceu ali definitivamente, com mais de quatro mil pessoas já em 1690¹⁰⁶⁴.

O formato retangular da missão de S. Miguel apresentava como centro a praça de aproximadamente 130 metros de largura destacada pela igreja, conforme fundamentado no plano geral das *Leis das Índias* e na doutrina jesuítica da região, implantada desde Juli (1609), no Peru¹⁰⁶⁵. Numa breve descrição, as casas dos índios situavam-se ao redor da praça principal, estando o cabildo no lado oposto à igreja. A oeste da igreja, estava o cemitério, o hospital, e o cotiguaçu. Já a leste, a casa dos padres, o colégio e as oficinas. Atrás da igreja, existia a quinta dos padres, que foi utilizada para jardinagem e agricultura.

A igreja de S. Miguel foi projetada por Gian Battista Primoli, assistido por Andrea Bianchi, entre aproximadamente 1730 e 1747, sendo ela comparada à de Gesù – a primeira igreja jesuíta romana, entendida como modelo para os jesuítas missionários¹⁰⁶⁶. Construída em etapas, possui três naves, sendo a nave central mais alta e larga. A igreja foi levantada em pedra arenítica, que é responsável pela coloração avermelhada do conjunto, porém anteriormente branqueada com argila tabatinga¹⁰⁶⁷. A torre sineira, na lateral este, e o pórtico são possivelmente posteriores¹⁰⁶⁸.

Desprovida de estruturas de madeira, a igreja foi edificada com paredes portantes, logo mais densas, no que «a parte externa das paredes era feita com pedras mais bem acabadas e com alguns adereços e elementos decorativos, e a parte interna era feita com pedras mais irregulares preenchidas com barro. O interior possuía decoração colorida feita com pinturas e esculturas de arenito»¹⁰⁶⁹.

A construção foi concluída em quatro etapas, primeiro pela capela-mor, sacristia, contrassacristia e transepto, seguidas pela edificação das naves até à fachada. A torre, cuja construção se deve ter iniciado em 1739, apresentava uma composição vertical de pilastras, gárgulas zoomórficas e capitéis. A cobertura, em duas águas, possuía telha cerâmica do tipo capa-canal, tipicamente missioneira, que deveria ser semelhante às telhas componentes da

¹⁰⁶³ Há dúvidas quanto à possibilidade de uma instalação provisória na Serra de Jaguari, antes da implantação definitiva, cujas ruínas conhecemos Custódio, «A redução de São Miguel Arcanjo», 2002, 55.

¹⁰⁶⁴ Custódio, «A redução de São Miguel Arcanjo», 2002, 53–56. Relativamente ao tema, ver também: Furlong, *Misiones y sus pueblos de guaraníes*, 1962, 141.

¹⁰⁶⁵ Custódio, «A redução de São Miguel Arcanjo», 2002, 78–84.

¹⁰⁶⁶ A comparação entre a igreja de São Miguel a de Gesù é constante na literatura acadêmica. A igreja em questão também é comparada com a Catedral de Buenos Aires, mas em menor escala.

¹⁰⁶⁷ Stello, «Sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo», 2005, 39–40. Relativamente à pedra arenítica em São Miguel, ver: Sfalcin e Benedetti, «Biodeterioração de arenitos na redução jesuítica de São Miguel Arcanjo».

¹⁰⁶⁸ Stello, «Sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo», 2005, 46–47.

¹⁰⁶⁹ Olivo, «São Miguel das Missões: o atraso, o regresso e o reinício», 8.

igreja. Estima-se que o pórtico tenha sido construído entre 1744 e 1752, por José Grimmau, mas que um raio (1886) o tenha destruído parcialmente¹⁰⁷⁰.

5.2 A decadência, a natureza, a ruína

A pujança económica da missão persistiu até à expulsão dos jesuítas (1767). A administração jesuítica foi sucedida, durante a posse espanhola, após o cancelamento do Tratado de Madrid, pelo regime da «Instrução», seguido pela «Adição». As missões foram divididas em quatro departamentos, com padres dominicanos e Esteban Vergara entre os administradores, num projeto malogrado, segundo Luiz Custódio, devido à «voracidade» desses gestores, à ausência de autoridade dos religiosos e ao abandono indígena¹⁰⁷¹.

O retorno ao controlo português dos Sete Povos das Missões, documentado pelo Tratado de Badajoz (1801), foi caracterizado pela depredação do local¹⁰⁷², face à tomada da região por Borges do Canto e Manoel Pedroso, cujos numerosos saques se estenderam até 1809, seguidos pelas pilhagens da Campanha da Cisplatina (1825-1828)¹⁰⁷³. Outrossim, as escavações irregulares e o uso das pedras caídas em novas edificações evidenciaram o abandono e o arruinamento das missões orientais ao longo do século XIX.

5.2.1 As crónicas do abandono

Os Sete Povos das Missões, votados ao abandono, tornaram-se um ponto de paragem, visitação e apreciação de viajantes ao longo do século XIX¹⁰⁷⁴, como uma nova forma de *Grand Tour*. Esses viajantes em roteiros sul-americanos eram, em sua maioria, estrangeiros ávidos por cr nicas, desenhos e narrativas do ainda «Novo Mundo», interessados nas pessoas, na natureza e, entre outros, na política e na economia locais, eurocêntricos e etnocêntricos em níveis distintos, sobretudo perante os indígenas. Esses viajantes não deixaram de expressar as suas reflexões sobre as ruínas, cujos pensamentos já eram influenciados pela noção de patrim nio presente na Europa do XIX, e registavam a incúria diante dos edifícios históricos e cristãos implantados no meio da selva¹⁰⁷⁵.

¹⁰⁷⁰ Stello, «Sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo», 2005, 46–49.

¹⁰⁷¹ Custódio, «A redução de São Miguel Arcanjo», 2002, 58.

¹⁰⁷² Pôrto, *História das missões orientais do Uruguai*, III:34-35.

¹⁰⁷³ Marchi, «O patrim nio antes do patrim nio em São Miguel das Missões», 70.

¹⁰⁷⁴ Um século politicamente significativo para a Col nia, marcadamente no período posterior   transferência da corte portuguesa para o Brasil (1808), e para o Império Brasileiro (1822), independente de Portugal. Cabe realçar que a estrutura fundiária, escravocrata e monocultora, cuja economia pujante da região sudeste apostava no café e em São Paulo como centro dinamizador permaneceu inalterada após a independência político-econ mica brasileira.

¹⁰⁷⁵ Baptista e Santos, *As ruínas*, 117–26. Baptista e Santos destacam os relatos de Auguste de Saint-Hilaire, Nicolau Dreus, Ars ne Isabelle, Robert Av -Lallement, e, entre outros, do brasileiro Hemetério José Velloso da Silveira, em que apenas o liberal Ars ne Isabelle não lamentou a perda de uma civilização cristã destruída no meio   selva, cf. Baptista e Santos, 126.

A situação de conservação da igreja de S. Miguel foi discutida ainda no primeiro quartel do XIX, com Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), em «Viagem ao Rio Grande do Sul» (1820-1821), enquanto narrava os vestígios dos sete povos por ele visitados, juntamente com os rios, os bosques ou, entre outros, os encontros com habitantes das vilas. O botânico e naturalista francês visitou a região dos Sete Povos das Missões, considerando a de São Miguel a mais conservada por ele vista, com o curralhão em bom estado, o hospital ainda existente e a casa do cabildo a precisar de reparos.

Na igreja, inteiramente feita em pedra, ele salientou «(...) une tour qui servait de cocher, mais il y a déjà plusieurs années, le tonnerre tomba sur le toit et le détruisit entièrement»¹⁰⁷⁶. O governador da província, João de Deus, teria iniciado as reparações no templo, interrompidas na gestão pública seguinte. O desinteresse em reparar os prédios públicos por parte das administrações locais e da população era, segundo ele, a razão por trás da degradação das missões.

S.-Miguel est le premier village où je vois faire quelques réparations. Si, dans les commencements, on en eût fait partout, lorsque cela était nécessaire, les villages ne seraient pas aussi près d'une destruction totale, mais dans un pays où l'on ne répare point sa propre maison, pouvait-on espérer que des administrateurs qui ne songeaient qu'à leurs intérêts se donnassent la peine de faire faire des réparations à des bâtiments qui ne leur appartiennent point et dont ils se souciaient fort peu¹⁰⁷⁷.

A semelhança das missões visitadas na Argentina, no Brasil e no Uruguai entre 1830 e 1835 tornava a explicação destas mais simples, segundo o biólogo e comerciante francês Arsène Isabelle (1806-1888), posto que se relatasse apenas sobre uma, compreender-se-iam as demais¹⁰⁷⁸. Tendo descrito São Borja, afirmou que havia autoridades e comerciantes a habitar nas casas dos índios e que, dos outros edifícios em ruínas, como o hospital, as lojas e as oficinas, «(...) os habitantes, em vez de pensarem em reconstituí-los, tiram os materiais para empregá-los em construções novas»¹⁰⁷⁹.

Ademais, as escavações exploratórias à procura de «tesouros» agravavam o arruinamento das missões. O médico francês Alfred Demersay (1815-1891) conheceu as missões jesuíticas na América Meridional entre 1844 e 1847, destacando a prosperidade das missões sob a administração da Companhia, referindo as suspeitas de acumulação de riquezas pelos religiosos, nomeadamente ouro e prata. Essas suspeições sobre os jesuítas,

¹⁰⁷⁶ Saint-Hilaire, *Voyage a Rio-Grande do Sul, (Brésil)*, 394.

¹⁰⁷⁷ Saint-Hilaire, 395.

¹⁰⁷⁸ Isabelle, *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul*, 195.

¹⁰⁷⁹ Isabelle, 196.

segundo ele, incentivaram as escavações exploratórias que, aliadas ao tempo e à natureza, provocavam as ruínas¹⁰⁸⁰, dentre elas, S. Miguel¹⁰⁸¹:

Nulle part en revanche, je n'eus le spectacle déplorable de ces fouilles entreprises par les rares habitants des Missions brésiliennes, qui bouleversent le sol des édifices échappés aux ravages du temps, à l'action destructive des phénomènes atmosphériques, dans l'espoir de découvrir les trésors que la tradition accuse les Jésuites d'y avoir enfouis. La tour de Saint-Michel s'écroulera quelque jour, sapée par la pioche de ces chercheurs avides qu'aucune considération n'arrête¹⁰⁸².

Robert Avé-Lallement também encontrou moradores nas ruínas, estando esses empenhados em cavar os «tesouros ocultos dos jesuítas»¹⁰⁸³. O médico alemão descrevia melancolicamente a sua viagem em 1858, anunciando as «tristes ruínas» da igreja, já desprovidas de teto e abóbadas e tomadas pela vegetação.

(...) havia veredas de arco a arco, de pilar a pilar. A torre está rachada em muitos lugares e as colunas e pilastras angulares estão cobertas de fetos, no solo, ao passo que sobre as cornijas, nas fendas das pedras e nas volutas crescem viçosamente cactos gigantescos, uma floresta de criptógamas e até árvores, pouco ficando a dever aos jardins suspensos de Semíramis. Maravilhosas borboletas esvoaçavam sobre as ruínas e no alto, nos mais elevados pontos, os pássaros da floresta chilreavam a sua canção sobre a solidão profunda, grave, premonitória¹⁰⁸⁴.

Os mesmos contratempos foram descritos pelo juiz de São Borja, Hemetério José V. da Silveira (1824-1913), entre 1855-1886, que chegou a conhecer e a descrever a vida dos caçadores de tesouros¹⁰⁸⁵. O desaprumo da fachada e do pórtico da igreja de São Miguel já era expressivo «(...) não só por causa da vegetação das parasitas, mas também por causa das escavações subterrâneas, em procura dos tesouros dos jesuítas»¹⁰⁸⁶.

O colégio, ao inverso das outras reduções, ficava à direita da igreja, o cemitério do lado oposto. Os demais edifícios, como as escolas, o hospital, o recolhimento das meninas e das viúvas sem filho (...), o quartel, os armazéns, oficinas e casa dos visitantes leigos, tudo isso, estava reduzido a escombros assim como a

¹⁰⁸⁰ Demersay, *Histoire physique, économique et politique du Paraguay et des établissements des Jésuites*, 1:LVII–LVIII.

¹⁰⁸¹ Ver Figura 62 (Apêndice). A repercussão da imagem pode ser percebida nas versões coetâneas e/ou posteriores (Figuras 63 e 64), semelhantes a primeira. Relativamente às figuras, ver também: Demersay, *Histoire physique, économique et politique du Paraguay et des établissements des Jésuites*, 1: XXI; Demersay, *Fragments d'un voyage au Paraguay*, 4: 100; Marchi e Ferreira, «Paisagem e patrimônio cultural em imagens», 109; Marchi, «O patrimônio antes do patrimônio em São Miguel das Missões», 77.

¹⁰⁸² Demersay, *Histoire physique, économique et politique du Paraguay et des établissements des Jésuites*, 1:LVIII.

¹⁰⁸³ Avé-Lallement, *Viagem pelo sul do Brasil no ano de 1858*, 222.

¹⁰⁸⁴ Avé-Lallement, 220.

¹⁰⁸⁵ Como o ex-capitão de navio Joaquim José Pereira ou o comerciante Antônio Silveira, que procurava oitenta quilos de ouro em cortes e escavações profundas no sítio de São Miguel, cf. Silveira, *As Missões orientais e seus antigos domínios*, 198.

¹⁰⁸⁶ Silveira, 191.

enorme casaria de povoação. O mato havia crescido por toda a parte: dificilmente por entre a folhagem, divisava-se algumas colunas dos alpendres com seus capitéis de pedra polida¹⁰⁸⁷.

O arruinamento, nesse meio, despertou a atenção dos viajantes e do magistrado que já descreviam o lugar enquanto ruína, sob o deslumbramento ainda romântico, se considerarmos, no caso de Avé-Lallemant, a melancolia da narrativa. A selva e a pedra foram largamente esmiuçadas nas crônicas, numa amálgama de porquês, a fim de se compreender a trajetória do arruinamento das missões. Ainda assim, as missões permaneceram votadas ao abandono até ao século seguinte, quando as de São Miguel das Missões foram classificadas primeiro pelo governo estadual, depois pelo então SPHAN.

5.3 O «heroísmo missioneiro» e a propaganda nacional

As Ruínas de São Miguel foram reconhecidas «lugar histórico» pelo governo estadual do Rio Grande do Sul¹⁰⁸⁸ a 10 de agosto de 1922, antes mesmo da criação do SPHAN. A limpeza e as primeiras intervenções ocorreram no seguimento dessa valorização estadual, pela Comissão de Terras de Santa Rosa e Secretaria de Obras Públicas (1925-1927)¹⁰⁸⁹.

O engenheiro João de Abreu Dahne liderou as reparações, entre 1925 e 1927, que foram também chefiadas pelo pedreiro Baptista de Almeida e depois por Alexandre Jacintho, que era morador local. As intervenções limitaram-se à frontaria, ao pórtico, à torre e à parte interna da igreja, a fim de estabilizar as estruturas desaprumadas. As reparações consistiram na amarração da torre com trilhos de aço e vergalhões de ferro, na estabilização da fachada e do pórtico¹⁰⁹⁰, no revestimento de brechas e no escoramento dos arcos do evangelho e da epístola, e na limpeza da vegetação do interior da igreja. Na fachada, foram construídos blocos de alvenaria de pedra acima da porta principal e da janela central, já a zona de carga do maciço sobre o vão da porta (na lateral do evangelho) foi reconstruída. No pórtico, houve a remontagem da parede sobre o arco lateral oeste. O monumento foi cercado e um guarda foi contratado para concluir as ações votadas à segurança do lugar, sob a justificação da coibição de vandalismos ou depredações¹⁰⁹¹.

¹⁰⁸⁷ Silveira, 189.

¹⁰⁸⁸ Conforme o Decreto n.º 3004 [Regulamentação das Terras Públicas e seu povoamento, RS], de 10 de agosto de 1922, Capítulo VII.

¹⁰⁸⁹ Custódio e Stello, «Trajetória da Preservação do Patrimônio das Missões Jesuíticas dos Guarani no Rio Grande do Sul», 8. Vide Figuras 67-68 (Apêndice), que atestam a existência das intervenções da década de 1920.

¹⁰⁹⁰ Foram utilizados trilhos de ferro para as estabilizações. Na fachada, eles foram instalados na janela central, nas vergas das portas e nos vãos de acesso às escadas.

¹⁰⁹¹ Stello, «Sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo», 2005, 65–72; 150–51.

5.3.1 O reconhecimento nacional

A criação do SPHAN, por meio do Decreto n.º 25, de 30 de novembro de 1937, oficializou a articulação política do diretor do Serviço, Rodrigo Melo Franco de Andrade, e do então Ministro de Educação, Gustavo Capanema, unida ao quadro contratado de intelectuais, sob o signo da «urgência» e da «retórica da perda»¹⁰⁹². No contexto de «salvamento» do passado pátrio e pétreo, conhecido como Fase Heroica (1937-1967), as Ruínas de São Miguel das Missões foram tombadas num processo¹⁰⁹³ unido ao do acervo do Museu Julio de Castilho e ao do Forte Caçapava (Forte D. Pedro II)¹⁰⁹⁴, que durou apenas cerca de três meses entre a notificação, realizada a 18/19 de fevereiro, e a inscrição no *Livro do Tombo*, oficializada a 16 de maio de 1938¹⁰⁹⁵.

A inscrição no *Livro do Tombo das Belas Artes*, excluído o *Livro Histórico*, regista a tendência de valorização estética das ruínas, iniciada nas Ruínas da Casa da Torre Garcia D'Ávila¹⁰⁹⁶. Durante as três décadas da Fase Heroica do SPHAN, as ruínas foram inscritas enquanto património histórico-cultural ora no *Livro das Belas Artes*¹⁰⁹⁷, ora no *Livro Histórico*¹⁰⁹⁸, ou em ambos¹⁰⁹⁹. A relação entre o livro e o vaticínio de obras de restauro pode ser uma das razões para a escolha de um ou de outro livro. No caso específico de S. Miguel, já era defendida desde antes do próprio tombamento, por Rodrigo de Andrade e por Lúcio Costa.

(...) nenhuma obra de defesa dos valores que constituem o patrimônio histórico e artístico nacional é mais urgente nem seria mais meritória que a reclamada para preservar o que resta daquele admirável monumento vinculado à história de nossa formação. – A importância excepcional das ruínas de S. Miguel, do ponto de vista artístico, histórico e social, tem sido assinalada desde muitos anos não só por numerosos especialistas brasileiros, mas também posta em destaque pela considerável bibliografia estrangeira (...). De resto, ninguém melhor do que o próprio Senhor Presidente da República, natural da região missioneira, ajuizará do valor dos vestígios da arquitetura jesuítica subsistentes no Rio Grande, dos quais os de S. Miguel são os únicos que conservam alguma

¹⁰⁹² Gonçalves, *A Retórica da Perda*.

¹⁰⁹³ Processo 0141-T-38, inscrição n.º 063 no Livro do Tombo das Belas Artes a 16 de maio de 1938. A inscrição descrevia o monumento apenas enquanto arquitetura religiosa, que incluía as ruínas de São Miguel, a área da antiga praça fronteira e o Museu das Missões. Existe uma certidão de tombamento atualizada em 1985, que atesta o título Ruínas de São Miguel (Igreja e Povo) ao monumento, os documentos restantes seguem o título original: Ruínas e Remanescentes de São Miguel das Missões.

¹⁰⁹⁴ Cabe realçar que o processo de tombamento em questão conta com cinquenta documentos, dos quais apenas cinco não são exclusivamente dedicados ao Forte D. Pedro II.

¹⁰⁹⁵ ANS, processo n.º 0141-T-38, Docs. 3316 - 3318.

¹⁰⁹⁶ ANS, processo n.º 0128-T-38, com inscrição n.º 43 no *Livro das Belas Artes*, em 30 de abril de 1938.

¹⁰⁹⁷ Outros exemplos de ruínas inscritas unicamente no *Livro das Belas Artes* durante a fase heroica: Casa da Torre Garcia D'Ávila (1938); Ruínas e Remanescentes de São Miguel das Missões (1938); Igreja de Nossa Senhora do Rosário e ruínas da Igreja de São José do Tocantins (1955); Convento Carmelita: ruínas e Igreja de Nossa Senhora de Nazaré (1961).

¹⁰⁹⁸ Como, por exemplo, as Ruínas da Fábrica de Ferro Patriótica (1938); as Ruínas de Forte Velho (1938), Ruínas de Nossa Senhora de Nazaré do Almagre (1938) e Engenho dos Erasmos (1963).

¹⁰⁹⁹ Tais como as ruínas baianas do Convento de S^{to}. Antônio de Paraguaçu (1941) e a Capela de N. S^a. da Pena e ruínas do sobrado anexo (1943).

coisa do aspecto da imponente construção primitiva. Daí, a urgência acima encarecida das obras de conservação naquele monumento de arte e de história, uma vez que os seus elementos se acham cada dia mais ameaçados de ruir e de perecer irreparavelmente, enquanto outras peças importantes do conjunto se encontram dispersos pelo Estado, reclamando, por sua vez, medidas de preservação e de remoção¹¹⁰⁰.

O apoio solicitado por R. M. F. de Andrade ao presidente aponta a importância dada ao tombamento aliado ao restauro do monumento, para o qual foi requerida a libertação de Cr\$ 250.000,00, via o orçamento dos ministérios da Educação e da Saúde. Mais tarde, em correspondência com Augusto Meyer a 13 e 25 de outubro de 1937, o diretor confirma a libertação das dotações pela educação e o acordo com Lúcio Costa, para que este orientasse o restauro nos remanescentes das missões¹¹⁰¹.

A visita de Lúcio Costa aos Sete Povos das Missões¹¹⁰² esteve na base do relatório escrito a 20 de dezembro de 1937, que assentou o processo de valorização nacional da região missioneira, centralizado na missão de S. Miguel. Este último, de acordo com o arquiteto, não seria reconstruído ou recomposto, pois «(...) os trabalhos deverão limitar-se, tão somente, a consolidar e conservar»¹¹⁰³. Os apontamentos do arquiteto franco-brasileiro sobre restauração revelavam o conhecimento da Carta de Atenas (1931).

Não só por ficarem aí mais acessíveis, mas por serem os vestígios de São Miguel – capital dos Sete Povos – os únicos que ainda apresentam interesse como conjunto arquitetônico e também porque, assim reunidas, as peças ganharão outro sentido, porquanto limpo o terreno e postos em valor os traços já tão apagados – panos de paredes, sequência de bases ou simples contornos de fundações – do colégio, das oficinas, da quinta e das casas (celulas, diríamos melhor, pois que a soma de um certo número delas formava verdadeiros blocos de habitação coletiva, à maneira dos modernos apartamentos), a impressão que nos dará São Miguel, com a velha igreja articulada de novo aos restos daquilo que foi simplesmente um prolongamento do seu corpo, será de muito maior significação¹¹⁰⁴.

Para o efeito, deveriam ser escavados os sítios de S. João, S. Lourenço, S. Nicolau e S. Miguel. Este último também seria alvo de limpeza, levantamento arquitetônico, consolidação das ruínas e, por fim, da construção de um museu e da Casa do Zelador. No que se refere ao museu, um «simples abrigo», projetado de modo que não interferisse na visão das ruínas, seria composto por vestígios arquitetônicos dos Sete Povos juntamente

¹¹⁰⁰ Ofício de Rodrigo Melo F. de Andrade para o presidente Getúlio Vargas, s.d., transcrito em Xavier, «Patrimônio em prosa e verso», 84.

¹¹⁰¹ Xavier, 90, 96-97.

¹¹⁰² A viagem de Lúcio Costa às missões foi realizada em novembro de 1937, na companhia da sua esposa Julieta Modesto Guimarães, e Augusto Meyer, poeta e funcionário do SPHAN no Rio Grande do Sul. Durante a viagem, foi realizada uma roçada e limpeza da vegetação no local das ruínas, com o custo de Cr\$ 400,00s, conforme a correspondência de Rodrigo de Andrade a Augusto Meyer, a 25 de novembro de 1937 Xavier, 110. O único povo que não foi visitado foi o de São Borja.

¹¹⁰³ Relatório de 20 de dezembro de 1937, Lúcio Costa, 3. ANS, Série Inventário, Cx. 0745 (atual RS027), P. 2811, Doc. 04.

¹¹⁰⁴ Idem, 10-11.

com mapas e documentos diversos, e, principalmente, pela estatuária sacra jesuítica recolhida na região – expostos com a intenção de promover o melhor entendimento do sítio¹¹⁰⁵.

O poeta Augusto Meyer, responsável pela então 7ª Região do SPHAN, dedicou-se aos estudos preliminares para as obras de conservação na igreja de São Miguel e na construção do Museu das Missões e da Casa do Zelador (1938-1940), sempre em correspondência com o diretor do SPHAN. As obras, executadas conforme o projeto de Lúcio Costa, começaram a 06 de março de 1938¹¹⁰⁶, sob a responsabilidade do arquiteto carioca Lucas Mayerhofer (1902-1973) e do engenheiro David Carneiro (1904-1990), incumbido por Rodrigo M. F. de Andrade para a direção das obras¹¹⁰⁷. Quanto ao museu, Leônidas Cheferrino organizou a exposição, enquanto Aurelio Pôrto e Sérgio Buarque de Holanda escreveram os resumos históricos das peças que comporiam o seu acervo¹¹⁰⁸.

As condições degradadas da torre e do pórtico foram tomadas em consideração, posto que a torre da igreja estivesse fora do prumo da base (1.37m cunhal NE e 1.57m cunhal SE) e apresentasse fendas, e o pórtico, se encontrasse em processo de desmoronamento, mesmo com o escoramento anterior. A consolidação das estruturas da torre foi antecedida pela demolição e recomposição das partes, todas elas previamente numeradas. Já o pórtico, teve de ser reconstruído conforme o original, devido à perda de pedras primitivas. As condições dos alicerces, com pedras sem amarração e buracos abertos por formigas, impuseram a construção de novos alicerces, em betão ciclópico. No seguimento das ações de restauro na igreja, foram executados: a retirada da vegetação, o preenchimento de fendas e a substituição de pedras, e a instalação de fundações em betão armado e de um canal de escoamento de água da chuva ao longo da nave¹¹⁰⁹.

O projeto do Museu das Missões¹¹¹⁰ e da Casa do Zelador foi concebido para que representasse o antigo passeio alpendrado das casas dos Guarani. A construção em alvenaria de pedra e de tijolo contou com o aproveitamento de elementos pétreos e de madeira para a composição arquitetónica do museu. Foram recolhidos colunas, bases, pilares em pedra, lajes de pedra e capiteis de outros povos, como os de S. Luiz e de S. João. A cruz de dois braços, que estava originalmente em S^{to}. Ângelo, foi escolhida para ornar o espaço lateral do museu. Mais de 146 esculturas foram recolhidas em igrejas ou com

¹¹⁰⁵ Idem, 13-14.

¹¹⁰⁶ Vide Figuras 72, 74, 75 (Apêndice).

¹¹⁰⁷ Em correspondência com Augusto Meyer, Andrade reporta a ida do engenheiro para as missões, pelo que também levava «(...) o texto do relatório, do projeto e dos desenhos do Lúcio [Costa](...)» Xavier, «Patrimônio em prosa e verso», 118., assinalando a fidelidade com que o projeto do arquiteto foi encarada. A mesma dedicação foi percebida no relatório de Lucas Mayerhofer.

¹¹⁰⁸ Of. n.º 963, 20 de outubro de 1941. ANS, Série Inventário, Cx. 0745, P. 2811, doc. 02.

¹¹⁰⁹ Of. n.º 963, de 20 de outubro de 1941. ANS, Série Inventário, Cx. 0745, P. 2811, doc. 02; e Mayerhofer, Lucas. 1947. Reconstituição do Povo de São Miguel, 25-37. ASIRS, Área Técnica, Vol. 03, n.p.

¹¹¹⁰ Criado a partir do Decreto-lei n.º 2077, de 8 de março de 1940.

particulares em 31 localidades da região, para que compusessem o acervo museológico. Os dois processos de recolha de peças contaram com o próprio Mayerhofer e o primeiro zelador do monumento, o Sr. Hugo Machado¹¹¹¹, que também trabalhou nas intervenções¹¹¹².

Apesar do seu acervo ainda homogêneo, o Museu das Missões pode ser considerado uma mudança nos paradigmas da memória nacional à época, principalmente pela exposição das obras no seu contexto de origem, e não isoladas em grandes museus nacionais. A austeridade no fechamento em vidros e nas paredes brancas do museu, em contraste com a Casa do Zelador, mais fechada, atribuíram uma noção de continuidade entre o monumento e o museu¹¹¹³, como planeado por Lúcio Costa¹¹¹⁴.

Após a execução das obras, Mayerhofer descreveu as intervenções na tese com a qual se inscreveu no concurso para provimento da cadeira de Arquitetura Analítica da Faculdade Nacional de Arquitetura, UFRJ (1947)¹¹¹⁵, onde se tornou professor emérito e diretor (1954-1957). Nesse trabalho, o arquiteto realçou as dificuldades enfrentadas durante as primeiras obras, nomeadamente os vazios do sítio, provocados pela ruína em si, e pela retirada de elementos por parte de visitantes, que iam diariamente ao local, inclusive em grupos com o uso de transportes coletivos.

Muitas molduras e ornatos foram subtraídos como relíquias, ou guardados como curiosidades pelos visitantes (diariamente chegam ali, ainda hoje, em visita, caminhões com cerca de trinta passageiros, que vêm, às vezes, de doze léguas de distância). Contaram-nos que há poucos anos estivera nas ruínas um pedreiro, que cortou à talhadeira os curiosos florões dos capitéis do corpo da igreja e os carregou para Porto Alegre. Com efeito, esses capitéis, lindíssimos, estão em sua maioria desprovidos dos florões, e o corte recente feito nas pedras atesta realmente o atentado¹¹¹⁶.

Não se sabe ao certo se os buracos foram atos de «caçadores de tesouros» do século XIX, descritos pelos cronistas, ou novos «exploradores» durante o intervalo temporal entre as duas intervenções (1927-1938). Entretanto, era certo para Mayerhofer que uma das razões para a ruína da igreja «(...) consistia nos muitos buracos cavados ao pé dos muros por pessoas em busca de ouro ou de relíquias»¹¹¹⁷.

¹¹¹¹ Of. n.º 963, de 20 de outubro de 1941. ANS, Série Inventário, Cx. 0745, P. 2811, Doc. 02; e Mayerhofer, Lucas. 1947. Reconstituição do Povo de São Miguel, 42-49. ASIRS, Área Técnica, Vol. 03, n.p.

¹¹¹² Sobre a atuação do zelador Hugo Machado nas intervenções e, principalmente, na recolha das peças sacras, ver Bauer, «O arquiteto e o zelador».

¹¹¹³ Carrilho, «A Transparência do Museu das Missões»; Silva, «Modernismo brasileiro e a devolução do patrimônio à sociedade», 5-6.

¹¹¹⁴ Vide Figuras 74-76 (Apêndice).

¹¹¹⁵ Mayerhofer, Lucas. 1947. Reconstituição do Povo de São Miguel, 42-49. ASIRS, Área Técnica, Vol. 03, n.p.

¹¹¹⁶ Idem, 25-6.

¹¹¹⁷ Idem, 37.

Nota-se que o problema não era exclusivo de S. Miguel, mas dos Sete Povos das Missões. A retirada de estruturas e objetos das missões, para embelezamento, culto ou reuso, permaneceu como um problema e foi frequentemente mencionado no cotidiano do SPHAN, relativamente à região e ao período. Um exemplo emblemático foi o de uma casa feita com o aproveitamento dos materiais missioneiros em Entre-Ijuís, RS, que chegou a ser inscrita no *Livro das Belas Artes*¹¹¹⁸ em 1938, apoiada na recomendação de Lúcio Costa após a sua visita de 1937. A casa foi, contudo, demolida algures durante ou depois do processo¹¹¹⁹.

5.3.2 Novos arranjos, velhas inquietações

Na década seguinte ao fim das obras de Mayerhofer, novos problemas eram impostos à conservação das ruínas, ainda limitados à igreja, cujos vestígios eram os mais proeminentes do sítio histórico. A insuficiência do espaço do museu perante o acervo existente, como constatado por Leônidas Cheferrino em visita ao local (1945), levou à contratação de Maurício Dias da Silva e Victor N. Saldanha Marinho pelo DPHAN. Com três soluções encontradas, os arquitetos consideraram o possível aumento da unidade primitiva; a construção de um museu idêntico, ao lado do atual, ou o aproveitamento das ruínas¹¹²⁰.

A instalação de um módulo do museu nas ruínas ocorreu entre 1954 e 1955. A célula do museu, localizada na nave lateral da igreja, junto à torre – na segunda e terceira capela da igreja, possuía um telhado pequeno e pé direito reduzido, facilitando a adaptação da nova estrutura às ruínas. Nela, foram reunidas peças de pedra e outros fragmentos, expostas com intenções didáticas, a considerar o interesse dos visitantes do Estado¹¹²¹.

Houve também trabalhos no Museu e Casa do Zelador iniciados a 15 de setembro de 1954, embora prejudicados pelas chuvas, bem como, na igreja, as escavações para o nivelamento nas ruínas¹¹²². Maurício Dias sugeriu que fossem consolidados os trechos da parede lateral esquerda, do cunhal esquerdo da fachada e da parede do pórtico encostada no lado esquerdo da fachada, propostas aceites por Lúcio Costa¹¹²³. As obras foram

¹¹¹⁸ Inscrição n.º 29 no Livro do Tombo das Belas Artes, em 20 de abril de 1938. ANS, Processo n.º 104-T-1938, fl. 53.

¹¹¹⁹ Meira, «O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX», 220.

¹¹²⁰ Povo de S. Miguel, s.d., 6. ANS, Série Inventário, Cx. 0745, P. 2811, Doc. 1.

¹¹²¹ Custódio e Stello, «Trajetória da Preservação do Patrimônio das Missões Jesuíticas dos Guarani no Rio Grande do Sul», 12.

¹¹²² Of. n.º 1093, de 04 de novembro 1954. ANS, Série Obras, Cx. 0627, P. 2507.4, fls. 260-62.

¹¹²³ Inf. n.º 33, de 31 de janeiro; Doc. n.º 155/55, de 9 de janeiro de 1955. ANS, Série Obras, Cx. 0628, P. 2508.1, fls. 279; 284-286.

concluídas aproximadamente em março de 1955¹¹²⁴, com orçamento total de Cr\$ 631.929,50¹¹²⁵.

A existência de elementos destoantes no sítio conforme a apreciação de Maurício Dias da Silva fez com que os relatórios por ele redigidos contivessem críticas e recomendações para a preservação do monumento, dos quais destacamos a existência de um cemitério ativo e do estacionamento de carros junto às ruínas.

Sobre o primeiro, o assunto mais recorrente, sublinhou o péssimo estado em que o cemitério se encontrava, inclusive com algumas tumbas abertas. Por esse motivo, o arquiteto defendeu que os novos enterramentos fossem impedidos¹¹²⁶, sendo a remoção das tumbas o passo seguinte¹¹²⁷ – que ocorreu, efetivamente, em 1975¹¹²⁸.

O estacionamento dos carros era, na verdade, um espaço debaixo de uma árvore grande na praça do museu, em que os veículos ficavam estacionados, chegando a parar muito próximos das ruínas. Em dias de grande movimento, o monumento chegava a não ser visto desde o museu, segundo Maurício Dias, que alvitrou a alteração do estacionamento para outro local, propondo uma delimitação do sítio por uma cerca viva¹¹²⁹. Rodrigo M. F. de Andrade concordou com as sugestões¹¹³⁰ apontadas, tendo procurado resolver a questão do cemitério, em solicitação ao prefeito, Odão Pippi¹¹³¹.

O contato do diretor do SPHAN com o monumento foi constante, pelo que se pode perceber na troca de correspondências entre Rodrigo M. F. de Andrade e o Sr. Hugo Machado – zelador das ruínas desde as obras que seguiram ao tombamento – com informações rotineiras, como a entrega dos ordenados e o número de visitantes do museu, a necessidade de verbas para limpeza, obras pontuais no museu ou na casa do zelador¹¹³².

¹¹²⁴ Leal, «São Miguel das Missões estudo de estabilização e conservação das ruínas da igreja», 81. Neste artigo, Fernando M. Leal adicionou as recomposições do dreno central e do arco de descarga da janela da frontaria às obras de 1954 e 1955.

¹¹²⁵ Boletim Mensal de Informações, n.º 1, setembro de 1974. ANS, Série Obras, Cx. 0627, P. 2507.4, fl. 267.

¹¹²⁶ Of. n.º 1093, 04 de novembro 1954. ANS, Série Obras, Cx. 0627, P. 2507.4, fl. 260-62.

¹¹²⁷ Doc n.º 147/55, de 17 de janeiro de 1955. ANS, Série Obras, Cx. 0628, P. 2508.1, fls. 269-270.

¹¹²⁸ Kolecza, Carlos Alberto. «O Passado jogado no lixo», *Jornal Zero Hora*, 14 de novembro de 1975.

¹¹²⁹ Doc n.º 155/55, de 9 de janeiro de 1955. ANS, Série Obras, Cx. 0628, P. 2508.1, fls. 284-286.

¹¹³⁰ Of. n.º 20, 3 de fevereiro de 1955. ANS, Série Obras, Cx. 0628, P.2508.1, fls. 276-277.

¹¹³¹ Carta n.º 52, 27 de janeiro de 1954. ANS, Série Obras, Cx. 0627, P. 2507.1, fl. 166.

¹¹³² A solicitação de verbas para limpezas e/ou reparos no museu foram recorrentes na comunicação entre o zelador e o diretor do SPHAN, apesar de dependerem da dotação orçamental, disponível ou não. A exemplo das verbas atendidas referente ao museu, destacamos: em 1950: os envios de Cr\$ 9.000,00 para reparos no telhado, após tempestade, em 1951 e 1954, o envio de Cr\$ 825,60 e de Cr\$ 2.400,00 para o transporte e instalação de vidros. Em 1959, houve a designação de 59.763,40 para limpeza, reparos no museu e viagens e despesas gerais dos técnicos em atividade. Já em 1964-1965, foram libertados Cr\$ 1.184.600,00 para fornecimento de madeira, fornecimento e instalação de vidros e substituição de peças do telhado do museu, cujas intervenções foram concluídas em 1965, juntamente com a limpeza do sítio, no valor de Cr\$ 815.000,00. ANS, Série Obras, Cx. 0627, P. 2505.4, fl. 64; Cx. 0627, P. 2506.1, fl. 105; Cx. 0627, P. 2507.1, fl. 168; Cx. 0627, P. 2506.2, fls. 128-129; Cx. 0629, P. 2511.02 [1959], fl. 520; Cx. 0629, P. 2513.3, fls. 785-787; P. 2514.1, fl. 817.

Pode-se, assim, inferir que ele estivesse a par dos problemas do sítio, bem como articulasse, desde as primeiras obras, a dotação de verbas e a contratação de profissionais para as empreitadas, que eram dificultadas pela distância entre a vila de São Miguel das Missões e a capital do estado¹¹³³.

Nesse sentido, o contato estabelecido entre Rodrigo M. F. de Andrade e o deputado estadual Unírio Machado, entre 1955 e 1956, alvitava uma hospedagem singela, a fim de atender às necessidades do serviço no local, sem que a paisagem ou as ruínas fossem alteradas. Primeiro, julgou-se necessária a quantia de Cr\$ 2.000.000,00, libertada do Congresso Nacional, para a construção¹¹³⁴. Após o malogro neste financiamento federal¹¹³⁵, a prefeitura de Santo Ângelo procurou recursos junto do Ministério da Indústria e Comércio, por meio do deputado Daniel Faraco, alegando a relevância turística da obra¹¹³⁶.

O financiamento, celebrado a 31 de dezembro de 1966¹¹³⁷, deu seguimento ao convênio da obra, assinado a 10 de novembro de 1965, tendo a construção da pousada arrancado em 1967 e 1968. Ainda assim, o montante recebido foi bem inferior ao que fora planeado, NCr\$ 35.700,00, de um total de NCr\$ 250.000,00. Por isso, a empreitada foi dividida em etapas, sem a anuência do SPHAN, em que foi construída uma pousada, com um restaurante na primeira fase, em 1968¹¹³⁸. As obras realizadas eram, entretanto, discordantes do projeto de Sabino Barroso, como verificado pelo próprio em vistoria de obra¹¹³⁹. Contudo, a indisponibilidade de documentação posterior sobre a pousada indica a possível descontinuidade dos investimentos federais, o que teria suspenso as obras. Atualmente, o prédio foi adaptado para a Secretaria de Turismo do município¹¹⁴⁰.

A insistente demanda por um sítio de pouso foi a razão por trás da construção de «ocas indígenas» em alvenaria na praça ao lado do monumento pela prefeitura de Santo Ângelo, no início dos anos 1970, durante a gestão do prefeito Siegfried Ritter. A ação foi rejeitada pelo IPHAN¹¹⁴¹, alegando a falta de entrosamento com o ambiente e o uso de materiais e técnicas atuais. Segundo Renato Soeiro, então diretor do instituto, eram estas as

¹¹³³ Muitos dos arquitetos não permaneciam todos os dias na obra, sendo esta responsabilidade apenas do mestre de obras.

¹¹³⁴ Carta n.º 206, de 23 de junho; Carta n.º 338, de 8 de agosto de 1956. ANS, Série Obras, Cx. 0628, P. 2508.2, fls. 311-312, e P. 2509.2, fl. 388.

¹¹³⁵ Em 1962, Rodrigo M. F. de Andrade requereu as verbas da hospedagem para o então Ministro da Educação, Darcy Ribeiro. Of. n.º 1168, de 19 de setembro de 1962. ANS, Série Obras, Cx. 0629, P. 2512-06, fls. 699-700.

¹¹³⁶ Doc. n.º 1106/12-10-65, de 4 de outubro de 1965. ANS, Série Obras, Cx. 0631, P. 2519.2, fl. 1328.

¹¹³⁷ Doc. n.º 89/16-1-67, de 31 de dezembro de 1966. ANS, Série Obras, Cx. 0631, P. 2519.2, fl. 1335.

¹¹³⁸ Doc. n.º 638/19-04-68, de 31 de março de 1938 [assinado pelo prefeito de Santo Ângelo, Siegfried Ritter]. ANS, Série Obras, Cx. 0631, P. 2519-4, fls. 1346-1347.

¹¹³⁹ Relatório, 20 de dezembro de 1967. ANS, Série Obras, Cx. 0631, P. 2519-2, fls. 1340-1341.

¹¹⁴⁰ Marchi, «O patrimônio antes do patrimônio em São Miguel das Missões», 159.

¹¹⁴¹ A manutenção das ocas foi defendida, em 1975, pelo senador Jarbas Passarinho, quando, segundo ele, 2 ou 3 ocas achavam-se finalizadas. Doc. n.º 3040/15-8-75, 7 de agosto de 1975. ANS, Série Obras, Cx. 0630, P. 2515-4, fl. 1020.

razões para o malogro das «ocas»¹¹⁴², posteriormente demolidas. Os motivos da demolição foram aceites na comunicação social, mas, como percebido na matéria do jornal *Zero Hora*, de Carlos Alberto Kolecza, não justificavam o distanciamento existente entre o instituto e as autoridades estaduais e municipais, pelo que o primeiro poderia ter agido antes¹¹⁴³.

5.3.3 Sobre o restauro e a arqueologia nas missões

«Quer os muros das ruínas da igreja, quer os muros das ruínas do colégio, encontravam-se tomados pela vegetação (...)»¹¹⁴⁴. As primeiras palavras do relatório do arquiteto Fernando Leal lembram um dos desafios da preservação das ruínas, a sua manutenção constante¹¹⁴⁵. A crítica chegou à comunicação social, como na reportagem de Adhemar Chaves para o jornal *Correio do Povo*¹¹⁴⁶, que circulou entre os quadros do DPHAN. Segundo o geógrafo, seriam importantes oito recomendações para «as mais belas ruínas do Brasil», das quais Fernando Leal, arquiteto do DPHAN, concordava com cinco: a existência de apenas um zelador para assegurar todo o sítio, as exigências pela conservação das ruínas – com paredes desmontadas, as necessidades de aprimoramento da exposição museológica, a possível oferta de impressos e a baixa qualidade do amadeiramento do telhado do museu¹¹⁴⁷.

O alerta para pedras soltas e para o vandalismo contra as ruínas (1959) aprofundou-se em 1966, quando o arquiteto gaúcho alarmou o diretor do SPHAN, a 29 de novembro, quanto ao desaprumo na frontaria da igreja, cujas causas, segundo ele, eram os recalques nas fundações¹¹⁴⁸. O orçamento já fora reclamado seis anos antes, em 1960, para o qual foi aprovada a verba de Cr\$ 1.800.000,00¹¹⁴⁹, destinados às obras de consolidação nas paredes da igreja e no retelhamento do museu¹¹⁵⁰.

Sem explicações sobre o porquê da remoção, o módulo do museu construído na igreja (1954-1955) foi destruído no seguimento das novas intervenções no local (1967-1970), coordenadas pelo chefe do 4º Distrito do SPHAN (São Paulo), arquiteto Luiz Saia, assistido

¹¹⁴² Carta n.º 66/75, de 19 de setembro de 1975. ANS, Série Obras, Cx. 0630, P. 2515-4, fls. 1018-1019.

¹¹⁴³ Kolecza, Carlos Alberto. «O Passado jogado no lixo», Jornal *Zero Hora*, 14 de novembro de 1975.

¹¹⁴⁴ Relatório de Inspeção de Fernando Leal, com a companhia de Júlio Curtis [9, 10 de fevereiro e 23 de março de 1959]. ANS, Série Obras, Cx. 0628, P. 2508-3, fls. 342-344.

¹¹⁴⁵ No caso de São Miguel, inclusive a própria continuidade das limpezas, realizadas aquando da visita do arquiteto, com o apoio do zelador Carlos Alberto Machado, filho do antigo zelador, o Sr. Hugo Machado.

¹¹⁴⁶ Chaves, Adhemar. «O DPHAN precisa olhar por São Miguel das Missões». Jornal *Correio do Povo*, 1 de novembro de 1959, 24-26.

¹¹⁴⁷ Idem; Inf. n.º 247, de 18 de dezembro de 1959. ANS, Série Obras, Cx. 0629, P. 2511-04, fl. 556.

¹¹⁴⁸ Leal, «São Miguel das Missões estudo de estabilização e conservação das ruínas da igreja», 83.

¹¹⁴⁹ Inf. n.º 121, de 6 de abril de 1960. ANS, Série Obras, Cx. 0629, P. 2512-01, fl. 595. Michel Parent, consultor da Unesco, mencionou em relatório o valor de 50.000 dólares para as intervenções emergenciais nesse momento, cf. Parent, «Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e económico», 153.

¹¹⁵⁰ Carta n.º 262, de 20 de maio de 1960. ANS, Série Obras, Cx. 0629, P. 2512-01, fl. 600.

pelo seu homônimo no RS, Júlio Curtis¹¹⁵¹. As intervenções centraram-se na consolidação das paredes, com a aplicação de betão armado no interior da frontaria, a adaptação da sacristia antiga a museu, a impermeabilização por meio do capeamento com betão na parte superior das paredes da igreja, da casa dos padres, das oficinas, do cemitério e do cotiguaçu, a plantação de relvado em áreas destituídas de construções, o cercamento da área protegida do monumento com arame farpado e, por fim, a realização de escavações em áreas de casas indígenas¹¹⁵² e na igreja¹¹⁵³. Estas últimas ficaram a cargo de José Proenza Brochado, Danilo Lazzarotto e Rolf Steinmetz (1967-1969), investigando sobretudo os vestígios cerâmicos¹¹⁵⁴ no âmbito do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA)¹¹⁵⁵.

Na fase final das obras na igreja de S. Miguel (1967-1970), Lúcio Costa entrou em contato com Luiz Saia, incumbindo-o da responsabilidade pelo tombamento dos restos missioneiros de S. João, S. Lourenço e S. Nicolau. Os dois primeiros sítios estavam em área sem ocupação e com vegetação abundante, o último, numa praça. L. Costa, que vistoriou os locais e entrevistou o prefeito local, concluiu que «(...) eles [os sítios missioneiros aqui citados] ultrapassam o nível de uma pura indicação do local onde existiram as aldeias missioneiras: ainda há paredes, peças de cantaria, restos de portais e colunas e, especialmente, o desenho no chão das edifica[ções]»¹¹⁵⁶.

No seguimento do contato entre os funcionários públicos, em janeiro de 1969, Luiz Saia defendeu o alargamento das pesquisas aos três sítios missioneiros e o seu reconhecimento nacional, via tombamento, augurando as possibilidades do aproveitamento turístico internacional associado entre Brasil, Argentina e Paraguai, relativamente aos antigos 30 Povos das Missões¹¹⁵⁷.

O pedido realizado no âmbito do 4º Distrito do IPHAN/SPHAN, em São Paulo, que era então responsável pelos escritórios no sul do país, comprovava a continuidade da

¹¹⁵¹ Custódio e Stello, «Trajetória da Preservação do Patrimônio das Missões Jesuíticas dos Guarani no Rio Grande do Sul», 12.

¹¹⁵² *Conservação e Preservação dos Remanescentes Arquitetônicos do antigo Povo de São Miguel*, 8 de setembro de 1989, de Vladimir Stello, VII CRECE – Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos [Trabalho final de especialização], 28. ASIRS, P. Área Técnica, Vol. 12, n.p.

¹¹⁵³ Leal, «São Miguel das Missões estudo de estabilização e conservação das ruínas da igreja», 84.

¹¹⁵⁴ Os restos cerâmicos foram analisadas em termos espaciais e temporais, comparadas com as demais cerâmicas encontradas no Rio Grande do Sul e no Paraná, sendo identificadas como pertencente à «Fase Missões», Tradição Neobrasileira. Brochado, Lazzarotto e Steinmetz apresentaram os resultados obtidos na pesquisa de 1967-1969, no texto «A cerâmica das Missões Orientais do Uruguai, um estudo de aculturação indígena através da mudança na cerâmica. Arqueologia da Área do Prata», no Simpósio de Arqueologia da área do prata e adjacências (1969), cf. Moraes, «Preservação arqueológica e ação educativa nas Missões», 74; Carle, «Arqueologia histórica brasileira e o estudo missioneiro de 50 anos (1966-2016).», 115–16., evidenciando uma articulação e divulgação científica sobre a matéria.

¹¹⁵⁵ Lima, «Arqueologia Histórica no Brasil», 227; Moraes, «Pergunte ao pó», 109-110; Moraes, «Preservação arqueológica e ação educativa nas Missões», 74.

¹¹⁵⁶ Of. n.º 215/68, 26 de dezembro de 1968. ANS, Processo 0813-T-69, doc. 01.

¹¹⁵⁷ Marchi, «O patrimônio antes do patrimônio em São Miguel das Missões», 113.

influência de Lúcio Costa nas ações de valorização do património da região, neste caso, por meio do tombamento. Em 1970, as Ruínas Povos de São Lourenço Mártir, São João Batista e São Nicolau foram inscritas no *Livro do Tombo Histórico*¹¹⁵⁸ (1970), com rápidas anuências de tombamento, num processo breve – como o de São Miguel das Missões.

As quatro ruínas tombadas foram escavadas durante a década de 1970, sob a coordenação do arquiteto chefe do 4º Distrito, Luiz Saia. No mesmo período, houve danos nos monumentos, como a perfuração do piso e dos fundos dos restos da igreja de S. Lourenço Mártir (1974), questões que não foram invulgares ao dealbar das atividades arqueológicas do DPHAN/SPHAN, pois «(...) a exigência de arqueólogos nas atividades de restauro apenas recentemente havia começado a abrir portas para atividades integradas»¹¹⁵⁹ – crítica existente desde a década anterior.

5.4 A globalização dos fragmentos históricos

A UNESCO promoveu a consultoria intelectual e operacional durante a década de 1960, especialmente, sobre a preservação do património cultural nos países subdesenvolvidos, versando sobre conservação, planeamento e turismo cultural, e introduzindo o desenvolvimento económico enquanto estratégia para a salvaguarda dos monumentos¹¹⁶⁰.

A implantação do escritório da UNESCO (1964) e a consultoria de Michel Parent¹¹⁶¹ (1966-1967) no Brasil fizeram parte desta política mais aproximada da América do Sul. A missão de Parent apresentou como motivação principal o estímulo ao turismo cultural, pelo que foram visitados monumentos em mais de trinta e cinco cidades, em todas as regiões do país¹¹⁶².

As ruínas da igreja de S. Miguel das Missões foram visitadas pelo consultor durante as obras já aqui citadas, ocorridas entre 1967 e 1970. De acordo com o perito da UNESCO, estas conservavam o testemunho da epopéia jesuítica, cuja atenção era justificada pela sua espetacularidade. Para tanto, dever-se-ia planejar a sua apresentação, propaganda e estadia, além dos arranjos nas ligações viárias, férreas ou aéreas, a fim de estimular as

¹¹⁵⁸ ANS, Processo de tombamento n.º 0813-T-69, concluído em 22 de janeiro de 1970, para os Povos de São João e São Nicolau, e em 18 de março de 1970, para o Povo de São Lourenço das Missões.

¹¹⁵⁹ Moraes, «Preservação arqueológica e ação educativa nas Missões», 75.

¹¹⁶⁰ Pereira, «O turismo cultural e as missões UNESCO no Brasil», 21–24.

¹¹⁶¹ Michel Parent (1916–2009) era inspetor do Serviço Principal de Inspeção dos Monumentos e de Inspeção de Sítios na França aquando de sua missão no Brasil, alcançando o posto de Inspetor Geral em 1969. Ele participou da escrita do texto final da Convenção do Património Mundial (1972) e presidiu o Comitê do Património Mundial da UNESCO (1980) e o ICOMOS (1981-1987), cf. Leal, «Apresentação», 7–8; UNESCO, «In Memoriam».

¹¹⁶² Leal, «A missão de Michel Parent», 28–30; Leal, «As missões da UNESCO no Brasil», 1–4.

viagens no estado gaúcho e no contexto interamericano, como para a Argentina e para o Paraguai¹¹⁶³.

O relatório de Parent foi recebido no DPHAN como incentivo à preservação conjunta entre os sítios transnacionais, em referência ao testemunho jesuíta – tema cujo interesse já tinha sido demonstrado pela OEA, pela UNESCO¹¹⁶⁴, e pelo próprio IPHAN, aquando do tombamento das Ruínas de S. Luiz, S. Nicolau e S. Lourenço. Mesmo assim, só na década de 1980 houve desenvolvimentos relativos ao reconhecimento transfronteiriço das antigas missões, enquanto eram procuradas soluções para o persistente desaparecimento na fachada da igreja de S. Miguel das Missões.

A Fundação Pró-Memória, por meio do seu diretor, Aloisio Magalhães, e o SPHAN, com Augusto C. da Silva Telles e Júlio Curtis, diversificaram as contratações para além dos quadros regulares do instituto, a fim de solucionar o problema estrutural da fachada arruinada, designando o arquiteto consultor da UNESCO, Roberto di Stefano. A reunião entre os órgãos nacionais, com a presença do consultor contratado e do arquiteto Fernando Leal, a 07 de agosto de 1980, concluiu que a ação imediata de desmontagem e remontagem da frontaria da igreja estava rejeitada, pois eram necessários estudos analíticos preliminares, conforme indicados por Roberto di Stefano¹¹⁶⁵. Unidos destes estudos, montar-se-ia um plano geral de restauro e de valorização das ruínas, unindo também as esferas estaduais e municipais¹¹⁶⁶. Três meses depois, o mesmo consultor sugeria agilidade nas providências técnicas, administrativas e financeiras¹¹⁶⁷.

As novas intervenções ocorreram entre agosto de 1980 e fevereiro de 1982, adaptadas às exigências dos estudos realizados – com a análise fotogramétrica¹¹⁶⁸ –, sobre o desaparecimento da fachada, a investigação sobre os materiais constitutivos¹¹⁶⁹, a listagem das

¹¹⁶³ Parent, «Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico», 152–55.

¹¹⁶⁴ Carta n.º 66/75, de 19 de setembro de 1975. ANS, Série Obras, Cx. 0630, P. 2515-4, fls. 1018-1019.

¹¹⁶⁵ Análise histórica, levantamento gráfico e fotográfico do monumento, levantamento fotogramétrico da fachada principal, a análise dos materiais constitutivos dos maciços das paredes e dos caracteres construtivos; o exame estático do sólido da fachada principal.

¹¹⁶⁶ Termo de Referência, de 7 de agosto de 1980. ASIRS, P. Área Técnica, Vol. 6, n.p.

¹¹⁶⁷ Termo de Referência n.º 2, de 17 de novembro de 1980. ASIRS, P. Área Técnica, Vol., 6, n.p.

¹¹⁶⁸ O levantamento fotogramétrico da fachada principal e da torre foi executado pela Aero-Sul fora executado pela primeira vez no sítio. Primeiro conclui-se o cadastro da frontaria, por métodos tradicionais, seguido pela fotogrametria. Após a comparação dos dois resultados, analisaram o desaparecimento do local. A preocupação com o desaparecimento da fachada foi constante, com estudos complementares liderados pela empresa Tecnosolo SA, para que fosse a progressão deformativa da fachada, sem alterações percebidas até novembro de 1981.

¹¹⁶⁹ A análise dos materiais constitutivos dos maciços das paredes foi realizada pela Fundação de Ciências e Tecnologia (CIENTEC), que também fez os estudos de resistência mecânica, e a Fundação Universidade – Empresa de Tecnologia e Ciência (FUNDATEC). A análise petrográfica apontou que os blocos eram compostos por rocha arenito arcoseano a sub-lítico e, após a análise química, a rocha poderia ser qualificada de arenito silicoso – sendo o arenito de clima sub-tropical húmido. Recomendava-se, por isso, a escolha de blocos em arenito silicoso.

características construtivas¹¹⁷⁰ e, entre outros, a análise histórica, com a cronologia das intervenções: 1925-1927, 1938-1940, 1954-1955, 1968-1970, sendo o último intervalo o mais criticado¹¹⁷¹.

As obras foram lideradas por Fernando Leal, sendo a empresa Rescon responsável pela análise histórica. Houve a desmontagem e a reconstrução da alvenaria dos blocos de arenito entre a capela lateral e a nave, e das alvenarias de blocos de arenito desaprumadas; além da execução de viga de betão para amarração das alvenarias reconstruídas no trecho desaprumado, a desmontagem de parte da parede que veda o arco entre a capela lateral e a nave, e a aplicação de verga de betão armado sobre a porta entre nave lateral e central¹¹⁷².

Após o término da empreitada, Ulysses Pernambucano, do 1º Distrito do SPHAN, vistoriou o monumento, entre 26 e 29 de abril, anunciando em reunião¹¹⁷³ a conclusão de dois documentos sobre arqueologia e preservação patrimonial na região. O primeiro documento, técnico, dissertava sobre a pesquisa arqueológica, pois «(...) que esta deve ser iniciada simultaneamente às obras necessárias à consolidação da igreja de São Miguel, dentro porém do planejamento global de intervenção para todo o povo de São Miguel considerando um conjunto único em suas múltiplas perspectivas (...)»¹¹⁷⁴.

O segundo documento proposto por Pernambucano, o *Compromisso de São Miguel*, destacava-se pela promessa da Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo do Rio Grande do Sul a planejar e executar pesquisas arqueológicas na antiga missão jesuítica, com recursos financeiros próprios e coordenação técnica do SPHAN. Em termos mais amplos, foi sugerido um projeto global para as missões do estado e um pormenorizado para São Miguel, assim como a escolha de um local onde poderiam ser guardados os vestígios arqueológicos das pesquisas realizadas¹¹⁷⁵. Apesar da divulgação do *Compromisso de São Miguel* na comunicação social, em reuniões e na Câmara dos Vereadores de Santo Ângelo, não encontramos maiores desenrolamentos sobre o documento em questão.

¹¹⁷⁰ Também foi realizada a análise das características construtivas a partir de 3 prospecções, pelo que foi percebido que «Nas três escavações o teor de umidade era elevado, e constatou-se que o arenito do maciço vai até certa profundidade, em torno de 30cm; desta cota para baixo se mistura ao basalto, que predomina no alicerce da frontaria». Ruínas de S. Miguel das Missões, município de Santo Ângelo, RS – Relatório Final (RESCON), 3 de fevereiro de 1982. ASIRS, P. Área Técnica, Vol. 5.

¹¹⁷¹ Ruínas de S. Miguel das Missões, município de Santo Ângelo, RS – Relatório Final (RESCON), de 3 de fevereiro de 1982, ASIRS, P. Área Técnica, Vol. 5, n.p.

¹¹⁷² Idem.

¹¹⁷³ Reunião promovida pela Fundação Pró-Memória, com Augusto Silva Telles, Julio Curtis, Maria de Lourdes Castro Moreira, José Raimundo Oliva, Theodoro Joels, Roberto di Stefano, entre outros membros da prefeitura e do IPHAN

¹¹⁷⁴ Relatório de viagem, Ulysses Pernambucano de Mello Neto, 10 de maio de 1982. ASIRS, P. Área Técnica, Vol. 5, n.p.

¹¹⁷⁵ Idem.

5.4.1 A consagração mundial e transfronteiriça

A campanha e a candidatura de São Miguel das Missões para *Patrimônio da Humanidade*, segundo Luiz Custódio¹¹⁷⁶, foi o resultado do esforço e da contribuição de diversas pessoas e lugares, em diferentes contextos no decurso de quase um século de proteção¹¹⁷⁷. Neste, o papel fundamental do arquiteto italiano Roberto di Stefano surgiu como um encorajamento à propositura.

A candidatura ao título de *Patrimônio da Humanidade* foi iniciativa de diferentes personagens. Um deles foi Aloísio de Magalhães, então presidente da Fundação Pró-Memória. Outro foi Roberto di Stefano, consultor da UNESCO que avaliou a estabilidade da antiga igreja em 1980 e declarou que as ruínas de São Miguel tinham “tanta importância para a América quanto o Paternon para a cultura grega”. Foi fundamental, também, a atuação do Diretor Regional, Julio Curtis. O relator da reunião realizada em Florença entre 5 e 9 de dezembro de 1983 foi Augusto da Silva Teles, Diretor do IPHAN¹¹⁷⁸.

A candidatura de S. Miguel das Missões arrancou em dezembro de 1982¹¹⁷⁹, alinhada com o reconhecimento a partir do critério IV do *Patrimônio da Humanidade* [*to be an outstanding example of a type of building, architectural or technological ensemble or landscape which illustrates (a) significant stage(s) in human history*]. Para o efeito, a justificativa da valorização mundial amparava-se na beleza do monumento, juntamente com o valor das ruínas para a arquitetura e enquanto «(...) testimony to European civilization, namely education, in the forests of the New World»¹¹⁸⁰, em que a educação significava a ação civilizatória jesuítica. O apelo acrítico à colonização prosseguiu no documento, com a afirmação do monumento como uma das mais notáveis contribuições para a conquista e o melhoramento do Cone Sul americano¹¹⁸¹.

A descrição romântica das ruínas entre as florestas ratifica a estética das ruínas latino-americanas, pré-hispânicas, pelo que o diagnóstico do sítio, exigida pela UNESCO, indicava para a condição extremamente ruínosa; no entanto, sem nenhuma possibilidade de colapso de estruturas no curto prazo¹¹⁸². O parecer do ICOMOS sobre a proposta brasileira recomendou a classificação mundial, embora salientasse o caráter global das missões, aptas para uma proposta associada a outros Estados latino-americanos¹¹⁸³.

¹¹⁷⁶ Discurso de Luiz Antônio Custódio a 21 de dezembro de 2008. ASIRS, P. Área Técnica, Vol. 15, n.p.

¹¹⁷⁷ Idem.

¹¹⁷⁸ Idem.

¹¹⁷⁹ O dossier foi assinado por Marcos Vinícios Vilaça a 16 de dezembro de 1982, com a confirmação de receção pela UNESCO a 30 de dezembro de 1982.

¹¹⁸⁰ AETPHNM, WHC Nomination Documentation, n.º 275, 8.

¹¹⁸¹ Idem.

¹¹⁸² Idem, 5.

¹¹⁸³ Advisory Body Evaluation, WHL n.º 275, ICOMOS, 2. World Heritage List, Documents, <<https://whc.unesco.org/en/list/275/documents/>>, acedido a 01 de dezembro de 2020.

O interesse argentino em propor a sua candidatura, em concordância com o formato transfronteiriço, foi apontado no relatório da 7ª Sessão Ordinária da UNESCO, ocorrida em Florença entre os dias 05 e 09 de dezembro de 1983¹¹⁸⁴. A sessão foi aberta por Jorge Osvaldo Gazaneo e relatada por Augusto Silva Telles. Poucos dias depois, a inscrição argentina foi formalizada, sob a justificativa da relevância arqueológica das ruínas de San Ignacio Miní, Santa Ana, Nuestra Señora de Loreto e Santa María Mayor¹¹⁸⁵.

As conclusões do relatório de J. O. Gazaneo, arquiteto argentino e representante do ICOMOS¹¹⁸⁶, influenciaram o comitê internacional a sugerir uma proposta que associasse o Brasil e a Argentina ao Paraguai, que não ratificara a Convenção de 1972. O parecer do ICOMOS aprovava a candidatura pelo seu interesse histórico e arqueológico, bem como a complementaridade entre os sítios. A decisão oficial foi registrada a 02 de novembro de 1984, no término da 8ª Sessão Ordinária, em Buenos Aires, mais uma vez a pedir por um número maior de inscrições no âmbito latino-americano.

It considered it would be desirable that certain missions located in Paraguay and Uruguay also be included in the World Heritage List, so that the whole group of monuments might provide a representative illustration of the Jesuit missions of the Guaranis. The Committee took this opportunity to invite the governments of Paraguay and of Uruguay to adhere to the World Heritage Convention. In addition, the Committee drew the attention of the authorities concerned to the necessity of protecting the surroundings of the missions¹¹⁸⁷.

A classificação conjunta das Missões Jesuíticas-Guarani foi o primeiro registo transfronteiriço no *Patrimônio da Humanidade* nas Américas, pelo que cabe realçar a coetânea valorização mundial do Parque Nacional Iguazu (1984-1986) separadamente, nos lados argentino e brasileiro¹¹⁸⁸. Outro exemplo, ainda mais peculiar, foi a inscrição isolada das Missões Jesuíticas dos Guarani de La Santíssima Trinidad e Jesús de Tavarangué¹¹⁸⁹

¹¹⁸⁴ SC/83/CONF.009/8, janeiro de 1984, 6. World Heritage List, Documents, <<https://whc.unesco.org/archive/repcom83.htm#275>>, acessado a 01 de dezembro de 2020.

¹¹⁸⁵ Nomination to the World Heritage List submitted by the Argentine Republic, n.º 291, 20 de dezembro de 1983, 5. AETPHNM.

¹¹⁸⁶ A autoria de Jorge Gazaneo é citada no Advisory Body Evaluation, WHL n.º 291 (agora 275 bis), ICOMOS, 1, World Heritage List, Documents, <<https://whc.unesco.org/en/list/275/documents/>>, acessado a 01 de dezembro de 2020.

¹¹⁸⁷ Relatório da 8ª Sessão Ordinária do Comitê do Patrimônio da Humanidade, SC/84/CONF.004/9, de 2 de novembro 1984, 9, disponível em World Heritage List, Documents, <<https://whc.unesco.org/archive/repcom84.htm#291>>, acessado a 01 de dezembro de 2020.

¹¹⁸⁸ A candidatura argentina, n.º 303, foi recebida a 31 de dezembro de 1983 e aprovada no ano seguinte. Já a brasileira, n.º 355, foi recebida a 27 de dezembro de 1984 e aprovada em 1986. O parecer da candidatura brasileira recomendava a sua incorporação ao já inscrito bem argentino, sob o título «Iguazu, Iguazu National Park of Argentina and Brazil», entretanto sem prosseguimento. Advisory Body Evaluation, WHL n.º 355, ICOMOS, 33. World Heritage List, Documents, <<https://whc.unesco.org/en/list/355/documents/>>, acessado a 01 de dezembro de 2020.

¹¹⁸⁹ A candidatura também incluiu a missão de San Cosme y Damián, uma igreja incompleta e de atual uso religiosa cuja inscrição no Patrimônio Mundial não foi aceita. WHC-93/CONF.002/14, 6 de dezembro de 1993, 4. WHL, Documents, <<https://whc.unesco.org/archive/1993/whc-93-conf002-7bise.pdf>>, acessado a 01 de dezembro de 2020.

(1992-1993), até à data, os únicos monumentos classificados enquanto *Patrimônio da Humanidade* no Paraguai. Sobre estas últimas, houve, como antes, o convite para uma candidatura conjunta dos três países, que malogrou. Mesmo assim, o incentivo da UNESCO à integração regional das missões teve como um dos efeitos o anúncio por parte do Brasil sobre a iniciativa integrada no âmbito do Mercosul¹¹⁹⁰.

A Bolívia apresentou candidatura para as Missões Jesuíticas dos Chiquitos de San Francisco Javier, Concepción, Santa Ana, San Miguel, San Rafael e San José (1990), já estas diferentes das demais missões por se referirem aos Povos Chiquitos. A candidatura boliviana preteriu os vestígios dos assentamentos face às igrejas, que foram restauradas na segunda metade do século XX, pelo arquiteto suíço Hans Roth. Assim, os remanescentes foram postos como um «patrimônio vivo» no parecer do ICOMOS, e não arqueológico, o que não os aproximava das Missões Jesuíticas-Guarani já classificadas e, por isso, não justificava uma classificação conjunta com estas últimas¹¹⁹¹. Cabe sublinhar a incoerência da existência do embate entre monumentos vivos ou mortos nos quadros do ICOMOS, que promoveu a crítica a essa diferenciação antiquada no seu congresso inaugural, decorrido em Veneza (1964).

5.4.2 O local, o regional e o global: as escolhas da gestão patrimonial

É notória a repercussão positiva da classificação mundial das ruínas jesuíticas dos Guarani no país, no estado e no próprio município de São Miguel das Missões, emancipado de Santo Ângelo a 29 de abril de 1988¹¹⁹². O aumento nos projetos e ações de conservação alinhou-se com o atendimento às novas exigências internacionais de conservação, para manutenção do título, bem como com a angariação de recursos e, entre outras iniciativas, à regionalização da valorização, visitação e exposição das missões.

Os primeiros apoios financeiros datam de 1988, quando o Brasil pleiteou trinta mil dólares para projetos de conservação, gestão do sítio e inventário da documentação¹¹⁹³. O

¹¹⁹⁰ WHC-93/CONF.002/14, Convention concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage, Cartagena, 1993, 39. WHL, Documents, <<https://whc.unesco.org/archive/1993/whc-93-conf002-14e.pdf>>, acedido a 01 de dezembro de 2020. Relativamente à classificação mundial e a integração regional, ver: Williams, «Além da História-Pátria»; Loyola, «As Missões Jesuítico-Guaranis», 2016.

¹¹⁹¹ Advisory Body Evaluation (ICOMOS), n.º 529, 60. WHL, Documents, <<https://whc.unesco.org/en/list/529/documents/>>, acedido a 01 de dezembro de 2020.

¹¹⁹² Através da Lei estadual n.º 8.584, de 29 de abril de 1988. Houve dois processos emancipatórios de São Miguel das Missões. O primeiro (1978-1981), que foi arquivado sem desfecho, era destinado à criação do município de São Miguel, posto como a capital dos Sete Povos das Missões. Já o segundo, foi iniciado em 1985, utilizando-se da documentação anterior, estendendo-se até 1988, quando foi aprovado e publicado em Lei Estadual, cf. Vitor e Mumbach, «Memória e Patrimônio na região das Missões do Rio Grande do Sul», 7. Para maiores informações sobre o tema, ver Mumbach, «O processo de emancipação de São Miguel das Missões na década de 1980».

¹¹⁹³ O inventário da documentação foi apenas citado na documentação referente ao recebimento dos últimos 10.000 dólares. Decision 12COM XIII58-59, de 8 de dezembro de 1988, WHL, International Assistance, <<https://whc.unesco.org/en/intassistance/395/>>, acedido a 03 de dezembro de 2020.

pedido foi aceite em sessões distintas, no mesmo ano, nos valores de vinte mil¹¹⁹⁴ e dez mil¹¹⁹⁵ dólares, respectivamente. Cinco anos depois, o remate final do restauro das Ruínas de São Miguel era anunciado pela delegação brasileira na Comissão de 1993, que também relatou sobre o andamento da cooperação regional no Mercosul¹¹⁹⁶.

Aprovação dos recursos	Objetivo	Verba
17 de junho de 1988	Conservação e restauro	US\$ 20.000
08 de dezembro de 1988	Inventário de documentação	US\$ 10.000
05 de maio de 2003	Capacitação	US\$ 20.000

Quadro 4: Verbas solicitadas junto da UNESCO.

O acompanhamento do estado de conservação dos monumentos pela UNESCO foi implementado em quatro missões nos dois países – em 1993, 1999, 2003 e 2005. Já uma missão especial (2002) incluiu o Paraguai, votada à análise do estado de conservação e ao financiamento formativo na região.

As ameaças à preservação dos sítios, notadas pelos emissários do órgão, envolviam os planos de gestão, ausentes, mesmo perante um ambiente natural agressivo¹¹⁹⁷. O problema foi citado novamente, em 2003 e 2004, unido às decisões financeiras, à disponibilidade de recursos humanos e, *in situ*, aos impasses quanto à interpretação e à visita das ruínas¹¹⁹⁸. Outrossim, a legislação que rege os monumentos foi listada como obstáculo a ser superado, assim como a falta de capacidade de conservação de pedra, a pressão turística, que não se dissociavam da administração dos monumentos e da cooperação institucional¹¹⁹⁹. O estreitamento regional, sugerido desde o processo de classificação mundial, foi reiterado nos relatórios de acompanhamento de 1988¹²⁰⁰, 1999 e

¹¹⁹⁴ Decision 12BUR IX25, de 17 de junho de 1988, disponível em: WHL International Assistance, <<https://whc.unesco.org/en/intassistance/316/>>, acessado a 03 de dezembro de 2020.

¹¹⁹⁵ Decision 12COM XIII58-59, de 8 de dezembro de 1988, disponível em: WHL International Assistance, <<https://whc.unesco.org/en/intassistance/395/>>, acessado a 03 de dezembro de 2020.

¹¹⁹⁶ WHC-93/CONF.002/14, Convention concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage, Cartagena, 1993, 26 [World Heritage List, Documents, <<https://whc.unesco.org/archive/1993/whc-93-conf002-14e.pdf>>, acessado a 01 de dezembro de 2020]. Convém realçar que neste mesmo relatório foram classificadas as ruínas das Missões Jesuíticas-Guarani paraguaias.

¹¹⁹⁷ State of Conservation (1999), World Heritage Centre, Reporting & Monitoring, <<https://whc.unesco.org/en/soc/2353>>, acessado a 05 de dezembro de 2020. Cabe realçar que os relatórios envolviam as missões brasileiras e argentinas, a única ruína citada diretamente foi a de Santa Ana, cuja implantação de área industrial foi registada em 1999, com o desconhecimento sobre os encaminhamentos da questão mantido no relatório seguinte (2003).

¹¹⁹⁸ State of Conservation (2003), World Heritage Centre, Reporting & Monitoring, <<https://whc.unesco.org/en/soc/2776>>, acessado a 05 de dezembro de 2020.

¹¹⁹⁹ State of Conservation (2004), World Heritage Centre, Reporting & Monitoring, <<https://whc.unesco.org/en/soc/1501>>, acessado a 05 de dezembro de 2020.

¹²⁰⁰ Não há relatório de acompanhamento específico para o ano de 1988, pelo que o período é citado no relatório de acompanhamento de 1999.

2004, e nas avaliações do corpo consultivo de 1983 e 1984, pelo que se apontava a falta de esforços para a cooperação sub-regional à época¹²⁰¹.

A proposta do *Programa de Capacitação para a Conservação, Gestão e Desenvolvimento Sustentável das Missões Jesuíticas dos Guarani* foi um dos resultados da expedição interdisciplinar a dez Missões Jesuíticas-Guarani, existentes na Argentina, no Brasil e no Paraguai, entre 16 e 26 de outubro de 2002, a convite do World Monuments Fund (WMF). A sugestão instrutiva foi aprovada pelos países anfitriões e executada entre 2003 e 2007¹²⁰², com o apoio do WMF, da UNESCO e de órgãos públicos e privados dos três países¹²⁰³. A aprovação de US\$ 20.000,00¹²⁰⁴ para capacitações nos três países destacavam o fator regional para as iniciativas do programa, em termos de conservação, sustentabilidade e gestão (2003-2005). Os temas foram ordenados consoante os impasses identificados nos relatórios de acompanhamento (1999-2004) e bem recebidos pelo Comité do Património da Humanidade, que se mantinha reticente quanto aos impactos locais, nacionais ou regionais da classificação mundial nas decisões relativas às missões visitadas, sem identificarem o apoio mútuo institucional ou profissional¹²⁰⁵.

As oficinas e cursos especializados, principalmente em conservação, consolidação e tratamento de estrutura, nomeadamente pedra e cerâmica, decorreram em Montevideu (ainda em 2002) em S. Miguel, Brasil (2003), Posadas, Argentina (2004), Capitán Miranda e Trinidad, Paraguai (2005 e 2007)¹²⁰⁶. Estes, resultaram na publicação do *Manual Básico de Conservação para as Missões Jesuíticas dos Guarani*¹²⁰⁷.

As repercussões dos investimentos nas Ruínas de São Miguel, em termos individuais, proporcionaram a conservação e a exposição das estruturas, sistematizadas a partir dos estudos e inventários documentais. Nesse sentido, as Ruínas de São Miguel das Missões foram reconhecidas pelos avanços na documentação e na conservação do sítio, como reportado na aprovação da *Declaração Retrospectiva de Valor Universal*, documento escrito conjuntamente entre Brasil e Argentina, exigido pela UNESCO e por ela aceite em 2016. Como avaliado pela UNESCO, houve progressos na estabilidade estrutural e no

¹²⁰¹ State of Conservation (2004). World Heritage Centre, Reporting & Monitoring, <<https://whc.unesco.org/en/soc/1501>>, acedido a 05 de dezembro de 2020.

¹²⁰² O término do Programa tinha prazo previsto para 2005.

¹²⁰³ Charola e Magadán, *Manual Básico de Conservação para as Missões Jesuíticas dos Guarani*, 7–8.

¹²⁰⁴ A aprovação dos \$ 22.500 dólares para a capacitação nos parques dos três países foi anunciada na 27ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, a 12 de junho de 2003; já os registos financeiros apontam a redução da quantia das mesmas atividades, no mesmo período, para o valor de \$ 20.000 dólares, aprovado a 05 de maio de 2003. WHL, International Assistance, <<https://whc.unesco.org/en/intassistance/1656>>, acedido a 05 de dezembro de 2020.

¹²⁰⁵ Twenty-seventh session World Heritage Committee, WHC-03/27.COM/7B, de 12 de junho de 2003, 68. WHL, Documents, <<https://whc.unesco.org/archive/2003/whc03-27com-07be.pdf>>, acedido a 05 de dezembro de 2020.

¹²⁰⁶ Hoff, «Apresentação», 9.

¹²⁰⁷ Charola e Magadán, *Manual Básico de Conservação para as Missões Jesuíticas dos Guarani*.

entendimento espacial dos remanescentes, facilitando a sua compreensão. Ademais, «The series of interventions executed since the time the reducción was in operation have all been duly recorded and mapped»¹²⁰⁸.

5.5 Pesquisa e celebração: os caminhos do patrimônio

Em S. Miguel das Missões, o galardão mundial trouxe mudanças em campos distintos na região missioneira. Os caminhos para a integração regional, defendidos aquando da candidatura brasileira ao *Patrimônio da Humanidade*, começaram no âmbito local, nos Sete Povos das Missões, em diversas frentes, das quais destacamos a Arqueologia Histórica Missioneira; a maior participação da Universidade, das Associações e da população local nas atividades das Ruínas de S. Miguel das Missões e, entre outros, das paradoxais celebrações centenárias.

5.5.1 Arqueologia Histórica Missioneira: Um por Sete, Sete por Um

A incipiente pesquisa em arqueologia histórica no país apresentava dois pólos: na Região Nordeste, em igrejas de Pernambuco, e na Região Sul, nas missões, durante as décadas de 1970-1980. Nestas últimas, foram priorizadas as pesquisas sobre os contatos interétnicos e os processos de aculturação. A projeção nacional do tema, ainda desconhecido e criticado, ganhou novos contornos com o Seminário de Arqueologia Histórica, no Rio de Janeiro (1985), em que a programação dos trabalhos ensejava a interligação entre a pesquisa arqueológica, a arquitetura e a preservação do patrimônio, embora dispersos, isolados e com questões metodológicas e técnicas por serem resolvidas¹²⁰⁹.

Não se sabe até onde a classificação mundial influenciou os trabalhos arqueológicos na região missioneira. Contudo, é impossível dissociá-los. A distância entre as universidades e o SPHAN, tema criticado nos anos 1960, alargou-se consoante a inserção dos arqueólogos nos quadros do órgão aliado às exigências do *Patrimônio da Humanidade* e aos avanços na arqueologia histórica, percebida na «multidisciplinaridade necessária entre a arqueologia e a história»¹²¹⁰.

O projeto «Arqueologia Histórica Missioneira» (1985-1995)¹²¹¹ amparou-se na relevância da etapa histórica platina (séculos XVII-XVIII), exigente pelo aprofundamento dos

¹²⁰⁸ Adoption of retrospective Statements of Outstanding Universal Value, WHC/16/40.COM/8E.Rev, de 10 de junho de 2016, 86-7. WHL, Documents, <<https://whc.unesco.org/archive/2016/whc16-40com-8E.Rev-en.pdf>>, acedido a 05 de dezembro de 2020.

¹²⁰⁹ Lima, «Arqueologia Histórica no Brasil», 227–28.

¹²¹⁰ Kern, «A Arqueologia Histórica, a História e os Trinta Povos das Missões», 365.

¹²¹¹ Decorrente do Acordo de Cooperação Técnica entre a UFRGS, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul (posteriormente substituída pela Universidade Regional Integrada URI – Campus Santo Ângelo) e o SPHAN/FNPM a 10 de outubro de 1985.

estudos e pela interdisciplinaridade, além da aproximação entre o patrimônio nacional e as comunidades locais. O financiamento do projeto solicitado ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e à Fundação de Amparo à Pesquisa no estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) foi oscilante, com dificuldades na liberação de verbas específicas para os estudos arqueológicos, concentrados em São Miguel, São João, Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga¹²¹².

O atendimento de novas frentes de preservação patrimonial, principalmente após a classificação mundial, não foi de todo harmônico. A reordenação, desapropriação ou mesmo a demolição de imóveis na vila de São Miguel gerava conflitos entre o SPHAN e a população local, pois o lema da preservação dos bens culturais das missões era paralelo às decisões unilaterais na vila pelo órgão federal¹²¹³.

Por outro lado, o alargamento dos temas trabalhados no patrimônio nacional na postura da Fundação Pró-Memória, direcionou-a para o trabalho nas comunidades locais, por meio da educação patrimonial, a exemplo do Projeto «Nosso Patrimônio» em cidades conhecidas por seu passado barroco, como Olinda (PE), Ouro Preto (MG) e São Miguel das Missões (RS). Na última, foram reunidas crianças em palestras sobre a história local, gincanas e brincadeiras tradicionais entre 27 de outubro e 15 de novembro de 1984¹²¹⁴.

5.5.2 Os 300 anos das Missões

O terceiro centenário da fundação definitiva das reduções de S. Miguel, S. Luiz e S. Nicolau foi celebrado entre 1987 e 1988. Para a organização das celebrações nas áreas educacional, bibliográfica, museológica e turística foi criada a Comissão Executiva «Missões: 300 anos»¹²¹⁵, em setembro de 1987. O mote central da comissão foi o projeto de um novo

¹²¹² Kern, «Pesquisas Arqueológicas nas Missões Jesuítico-Guaranis (1984-1994)», 63–66, 87–88. Outro desdobramento do projeto foi a interação entre comunidade arqueológica e o local, vivenciada no Sítio-Escola Internacional das Missões, criado em 1992, cf. Kern, 89–90. Cláudio B. Carle destaca a relevância do projeto «Arqueologia Histórica Missioneira», apoiado na escola francesa de arqueologia, na formação de uma nova geração de arqueólogos, também com um alto número de publicações e pesquisas de pós-graduação relativamente à matéria, cf. Carle, «Arqueologia histórica brasileira e o estudo missioneiro de 50 anos (1966-2016)», 119. Um dos subprojetos de Arqueologia Histórica Missioneira, a «Pesquisa histórica, arqueológica e arquitetônica da missão de São Lourenço Mártir, São Luiz Gonzaga, RS», foi coordenada por Mentz Ribeiro, entre 1986 e 1988. Na pesquisa, foram coletados restos cerâmicos da Tradição Neobrasileira, Fase Missões, bem como peças arquitetônicas e material lítico, em vidro, louça, metal e osso – correspondentes aos vestígios de São Nicolau e das missões espanholas da Segunda Fase (desde 1682). Ribeiro et al., «Escavações arqueológicas na Missão de São Lourenço Mártir, São Luiz Gonzaga, RS, Brasil», 135–42.

¹²¹³ Marchi, «O patrimônio antes do patrimônio em São Miguel das Missões», 132–33.

¹²¹⁴ SPHAN/Pró-Memória, «Lançando “Nosso Patrimônio”», 39.

¹²¹⁵ A Comissão foi presidida por Evelyn Berg Ioschpe, diretora da Coordenadoria Estadual de Museus, e composta por Luiz Custódio (10ª DR SPHAN/FNPM), José Alberto F. de Medeiros (senador), Carlos J. Appel (Centro de Operações da Defesa Civil), Günther S. Sclieper (Companhia Rio-Grandense de Turismo), Arno A. Kern (Pontifícia Universidade Católica - RS), Maria Regina Rösler (Fundação Missioneira de Ensino Superior - Santo Ângelo). Em 1989, o governo estadual gaúcho designou a Comissão para a articulação sobre o patrimônio missioneiro nas esferas públicas municipais, estaduais e federais, além das instituições

Museu, que seria igualmente um sítio-escola e um centro de documentação e pesquisa, cujo terreno de 10.000 m², próximo ao sítio, foi doado pela prefeitura de São Miguel. Era previsto que o projeto arquitetônico do novo museu fosse escolhido através de concurso internacional, com convênio entre o governo estadual, a prefeitura de São Miguel das Missões e o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) para a sua organização¹²¹⁶.

No âmbito nacional, a organização do centenário promoveu mais de 50 eventos¹²¹⁷ comunitários, desportivos, acadêmicos¹²¹⁸, concertos musicais variados¹²¹⁹, exposições artísticas¹²²⁰, peças teatrais¹²²¹ e acervo audiovisual¹²²², num contexto celebrativo que «(...) propiciou una difusión amplia de la cultura misionera y una discusión nacional acerca del uso público y educativo»¹²²³. Outrossim, foram lançados um logotipo celebrativo institucional, um selo postal e publicações didáticas sobre as Missões¹²²⁴, entre outros projetos turísticos¹²²⁵

privadas, por meio de publicação do Diário Público a 6 de junho de 1989. Of. n.º 261/89SPHAN/RJ, 23 de junho de 1989. ASIRS, P. Área Técnica, Vol. 23, n.p.

¹²¹⁶ Comissão Missões, Relatório 1987-1990, jan. 1991, 24-25. ASIRS, P. Área Técnica, Vol. 23.

¹²¹⁷ É possível que o número de eventos seja maior, em aproximadamente 90 atividades e eventos, como afirmado por Luiz Custódio em entrevista Santos, «O Patrimônio de São Miguel das Missões na gestão do IPHAN na década de 1980», 3.

¹²¹⁸ Entre os encontros, jornadas e ciclos de estudo acadêmicos, destacamos o I Simpósio Internacional celebrativo aos 300 anos, ocorrido entre 05 e 10 de novembro de 1987.

¹²¹⁹ Dentre os concertos musicais, realçamos os concertos com o Coral da UFRGS, a Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, a Orquestra infanto-juvenil da UFRGS, o Coral 25 de Julho. Houve igualmente concerto de música e dança folclórica do Brasil, da Argentina e do Paraguai e um concerto com Jorge Preiss, com músicas do compositor jesuíta Domenico Zipoli. Conforme Comissão Missões, Relatório 1987-1990, jan.1991, 15-16. ASIRS, P. Área Técnica, Vol. 23, n.p.

¹²²⁰ A profícua produção artística rendeu exposições como: «A Visão do Artista», produzida por 10 artistas brasileiros e um argentino; «Fragmentos Missioneiros», com 60 fotografias de 4 artistas gaúchos contemporâneos e 7 fotos antigas; «O Rever das Missões»; «São Miguel à moda Miguelão»; «A família Treme-Treme nas Missões»; «Os Sete Povos das Missões», com 15 painéis explicativos sobre a história local; «Missões: o renascer de uma imagem», com 8 painéis explicativos sobre o restauro da escultura de N. Sra. da Conceição; «Fragmentos de uma civilização», juntamente com as duas anteriores, executados pela 10ª DR SPHAN/Pró-Memória; «Visões das Missões»; «Missões»; e «Iconográfica», produzido pelo Centro de Cultura Missioneira/FUNDAMES, cf. Comissão Missões, Relatório 1987-1990, jan.1991, 11-14. ASIRS, P. Área Técnica, Vol. 23, n.p.

¹²²¹ No teatro, sublinhamos as peças «A lenda da cobra grande», de Carlos de Carvalho, e «A Fonte», de Luiz A. Nunes, uma adaptação do «O Tempo e o Vento», de Érico Veríssimo, que foi premiada a melhor peça de 1988, pelo Sindicato dos Artistas e Técnicos de Teatro-RS, cf. Comissão Missões, Relatório 1987-1990, jan.1991, 14. ASIRS, P. Área Técnica, Vol. 23, n.p.

¹²²² No audiovisual, apesar da Comissão possuir mais de uma dezena de vídeos produzidos, alguns deles apresentam má qualidade de reprodução, cf. Comissão Missões, Relatório 1987-1990, jan.1991, 14-15. ASIRS, P. Área Técnica, Vol. 23, n.p.

¹²²³ Custodio e Stello, «Preservación de las misiones», 148.

¹²²⁴ Como os livros «Missões: uma história de 300 anos», com 55.000 exemplares impressos para distribuição em escolas públicas e privadas, e «Missões: passado, presente e futuro», entre outras obras editadas ou lançadas ou promovidas pela Comissão Missões, cf. Comissão Missões, Relatório 1987-1990, jan.1991, 20-23; 29. ASIRS, P. Área Técnica, Vol. 23, n.p.

¹²²⁵ Como os Guias de turismo mirins e a criação de uma Oficina de Cerâmica. Havia a iniciativa de criação de um projeto de desenvolvimento turístico, sem prosseguimento, cf. Comissão Missões, Relatório 1987-1990, jan.1991, 25-28. ASIRS, P. Área Técnica, Vol. 23, n.p.

e de inventário¹²²⁶. As Ruínas de S. Miguel receberam também projetos de sinalização e de computação gráfica¹²²⁷.

A Comissão Missões procurou o apoio internacional, solicitando verbas à UNESCO, com destino ao projeto *Proteção e Preservação das Missões Jesuíticas dos Guarani*, votado à realização do Inventário dos bens móveis das Missões Jesuíticas dos Guarani, instalação, procura por equipamentos e premiação do projeto do novo Museu das Missões. As verbas foram disponibilizadas em 1988, como já visto, embora empregues no inventário e em intervenções de conservação e restauro no sítio¹²²⁸. A Comissão Missões procurou também outros países, representações e institutos¹²²⁹, como o IPPC português, primeiro para investimentos destinados ao novo Museu das Missões¹²³⁰. Para o efeito, a diretora Manoela Barata¹²³¹ visitou o Rio Grande do Sul e as missões, sem data indicada na documentação. Já a presidente da Comissão Missões foi recebida no Palácio da Ajuda (1990), a fim de acordar a instalação das exposições itinerantes «A visão do Artista» e «Fragmentos Missioneiros» em Portugal, além do intercâmbio de arqueólogos nas missões, com objetivos formativos¹²³².

O biénio das comemorações dos 300 anos das Missões reuniu os projetos planeados para as ruínas das missões, dentre eles, o projeto de computação gráfica e o do novo Museu e Centro de documentação e pesquisa. O primeiro seria concluído, o segundo caiu no esquecimento, possivelmente por falta dos investimentos necessários.

O projeto de computação gráfica visava a reconstituição gráfica computadorizada do sítio, e dele participaram a PUCRS e a Unisinos em convénio com a Comissão Missões e o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), com apoio da IBM Brasil. O projeto foi subdividido em 3 programas: «Missões: Serviço», «Missões: uma história de 300 anos»,

¹²²⁶ Inventário de bens móveis produzidos nas Missões Jesuíticas dos Guarani, com o financiamento da UNESCO (primeira fase), apoio da Fundação Iochpe e patrocínio da Fundação Vitae, cf. Comissão Missões, Relatório 1987-1990, jan.1991, 25. ASIRS, P. Área Técnica, Vol. 23, n.p.

¹²²⁷ Comissão Missões, Relatório 1987-1990, janeiro de 1991, 4-28. ASIRS, P. Área Técnica, Vol. 23, n.p.

¹²²⁸ Idem, 7-8.

¹²²⁹ O governo espanhol e representações brasileiras em França foram contactados pela Comissão Missões, contudo, sem retorno. O contato com a Argentina, por outro lado, levou à encontros e ao desenvolvimento comum do Protocolo 23 [Protocolo n.º 23 Regional Transfronteiriço, de 1988], assinado na alçada do Mercosul, cf. Comissão Missões, Relatório 1987-1990, jan. 1991, 9-10. ASIRS, P. Área Técnica, Vol. 23, n.p.

¹²³⁰ Os pedidos de apoio foram apontados por Ítalo Campofiorito, então presidente da Fundação Pró-Memória: apoio técnico e de equipamentos, organização de estudos, formação de pessoal técnico, apoio à publicação e realização de material técnico e ilustrativo, e, por fim, recursos financeiros ou equipamentos, que poderiam ser efetivados por empresas portuguesas no país, utilizando-se da Lei 7505/86 – ou Lei Sarney, de benefícios fiscais concedidos a investimentos culturais ou artísticos.

¹²³¹ Diretora do IPPC e, posteriormente, do IPPAR – Região do Centro aquando do Concurso de Ideias e das intervenções ocorridas no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha. Não foi possível constatar se a viagem influenciou ou não a tomada de decisões quanto ao mosteiro coimbrão.

¹²³² Comissão Missões, Relatório 1987-1990, jan. 1991, 8-10. ASIRS, P. Área Técnica, Vol. 23, n.p.

«Missões, Patrimônio Cultural da Humanidade», com previsão da conclusão da primeira etapa para 1993¹²³³.

O projeto para a criação do Museu e do Centro de documentação e pesquisa, inicialmente proposto em 1987, foi promovido pelos governos federal e estadual. Depois, em 1989, nos mesmos moldes do anterior, com orçamento detalhado em US\$ 45.000,00 para o concurso internacional para definição do projeto de arquitetura a ser construído, US\$ 760.000,00 para a construção do Centro e US\$ 88.500,00 para a instalação de equipamentos para os laboratórios de Arqueologia e Fotografia¹²³⁴.

O financiamento foi solicitado aos diferentes níveis do poder público, à UNESCO e à iniciativa privada. Contudo, o esgotamento dos prazos levou à escrita de um «Aditivo ao Convênio para a organização de um concurso internacional», sendo o governo estadual cobrado para a promoção do concurso, ao contrário de antes, com a atribuição de verba de 100.000 bônus do tesouro (BTN), o que seria aproximadamente Cr\$ 108.218.610,00¹²³⁵.

Entretanto, a extinção da Fundação Pró-Memória e as demissões decorrentes nas Secretarias Estaduais por todo o país paralisaram as decisões e os projetos em patrimônio no Brasil e no estado gaúcho, afetando as Ruínas de S. Miguel. Para tanto, uma ação judicial popular foi aberta, alegando a ilegalidade do ato da administração pública, posto que o encerramento do órgão tivesse levado ao abandono do monumento, e de lesividade no ato da administração pública, devido aos atos e omissões subsequentes ao evento. Do seguimento judicial, foi aprovada uma medida liminar que sustava os atos decorrentes da Lei 8.029, de 12 de abril de 1990¹²³⁶, dando vitória à ação popular a 30 de julho do mesmo ano¹²³⁷.

A conturbação política e econômica de 1990 estava entre os principais motivos por trás do malogro do concurso internacional, resolvido com um projeto institucional, no âmbito da 12ª Superintendência Regional do IPHAN-RS, do governo estadual, da Associação Amigos das Missões (AAM), do Museu Imperial, do Museu Histórico Nacional e do Museu

¹²³³ Projeto Missões – Computação Gráfica, s.d.; Detalhamento das metas Projeto “Informatização do Sítio de São Miguel Arcanjo”, Convênio 12ºCR/IBPC-IBM Brasil, s.d. ASIRS, P. Área Técnica, Vol. 3, n.p.

¹²³⁴ Projeto Proteção e Preservação das Missões Jesuíticas dos Guaranis, Projeto Específico: Museu das Missões, 1989. ASIRS, P. Área Técnica, Vol. 4, n.p.

¹²³⁵ Museu das Missões: Concurso Internacional de Arquitetura, 1991. ASIRS, P. Área Técnica, Vol. 4, n.p. Foi firmada uma parceria com a seção gaúcha do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB/RS) para a realização do concurso internacional, cf. Of. n.º 129/88.89 IAB/RS, de 8 de agosto de 1989. ANS, Série Obras, Cx. 0630, P. 2517-5, fls. 1162-1164. A minuta do convênio foi encontrada sem assinatura ou data, pelo que acreditamos que ela não foi concluída. Convênio que entre si celebram a 10ª Diretoria Regional do SPHAN e o Departamento do Rio Grande do Sul do Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB-RS, para a realização de concurso internacional [minuta, sem assinaturas]. ANS, Série Obras, Cx. 0631, P. 2518-1, fls. 1206-1209.

¹²³⁶ Lei que extinguiu a FNPM, disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8029cons.htm>, acedido a 10 de março de 2021.

¹²³⁷ Decisão do Juiz Substituto da 14ª Vara da Seção Judiciária do estado do RS, 30 de julho de 1990. ASIRS, P. Área Técnica, Vol. 4, n.p.

das Missões. O projeto, em arquitetura contemporânea, resgatou a estrutura do claustro, com referências missioneiras no telhado, no alpendre e nos materiais locais, como a pedra arenítica, com previsão orçamentária de Cr\$ 2.500.000,00¹²³⁸.

O Ministério da Cultura financiara a transferência de mais de dez residências em S. Miguel, na intenção de ampliar a área tombada e de refazer o acesso ao sítio, pelo que o Centro de documentação funcionaria também como apoio ao turismo cultural, inclusive para eventos internacionais, sendo este aprovado no Foro de Ministros do Mercosul (Canela, RS, 1996), com pedra fundamental lançada a 30 de novembro de 1997 – durante os *60 anos do IPHAN*¹²³⁹. Contudo, o projeto não foi concluído.

5.5.3 Os 500 anos do Brasil

A viragem do século marcou, no país, a celebração acrítica dos *500 anos do Brasil*, ou *V Centenário de Descobrimento*¹²⁴⁰. Nesse contexto, a prefeitura de S. Miguel das Missões candidatou-se à libertação de verbas para a reestruturação do espetáculo *Som e Luz*, com orçamento de R\$ 137.847,97¹²⁴¹.

O *Som e Luz* começou como um projeto temporário em 1978, transformado em espetáculo permanente face ao sucesso com o qual foi recebido. O projeto inicial, de autoria de Darwin Gazzana, promovido pela CRTur, proprietária do espetáculo¹²⁴², foi mantido e revisto nos anos de 1985 e 1995. As últimas alterações, com o apoio do IPHAN, Associação dos Amigos das Missões e da Prefeitura Municipal¹²⁴³, já estavam aprovadas desde 1993, tendo sido apenas parcialmente executadas em 1995, com verbas da proprietária e da AAM¹²⁴⁴.

As alterações técnicas do espetáculo em 2000, apresentadas *no Natal de Luz e Som*, envolveram o aprimoramento dos recursos de memória e áudio e a iluminação cênica, além do projeto técnico e de adaptação da renovação da apresentação¹²⁴⁵. O roteiro, previsto para ser traduzido em três idiomas não especificados, contou com a voz de artistas renomados¹²⁴⁶

¹²³⁸ Museu das Missões: Centro de Documentação e Pesquisa, s.d. ASIRS, P. Área Técnica, Vol. 4, n.p.

¹²³⁹ Idem.

¹²⁴⁰ Criado pelo Decreto de 15 de abril de 1999.

¹²⁴¹ O projeto apresentava um orçamento total de R\$ 137.127,00, dos quais R\$ 27.425,40 seriam fornecidos pela prefeitura municipal e R\$ 109.701,60 reais, pelo governo federal. Os novos rendimentos auferidos pela prefeitura foram adicionados ao orçamento final, de R\$ 137.847,97, com projeto executado pela firma Gerry Paulo Gonçalves Marquez. Of. n.º 037/200, 27 de janeiro de 2000 e o Anexos IV e IX do Processo 01400.009543/99-19. ASIRS, P. Área Técnica, Vol. 5, n.p.

¹²⁴² A prefeitura municipal detém a concessão do espetáculo e, em troca, é responsável pelos banheiros e pelas contas de fornecimento de água e energia. Diagnóstico dos sítios arqueológicos das reduções jesuíticas, RS, Délcio Roque Braun e Victor Hugo Travi. ASIRS, P. Área Técnica, Vol. 24, n.p.

¹²⁴³ Processo 01400.009543/99-19, 14-5. ASIRS, P. Área Técnica, Vol. 5, n.p.

¹²⁴⁴ Projeto Som e Luz de São Miguel, 27 de setembro de 1999, 15-17. ASIRS, P. Área Técnica, Vol. 5, n.p.

¹²⁴⁵ Idem, 22-25.

¹²⁴⁶ Como, por exemplo, a voz da atriz Fernanda Montenegro representando a Catedral, enquanto Paulo Gracindo os jesuítas e Antônio Sepp. Lima Duarte representa Sepé Tiarajú.

e enfatizou a Guerra Guaranítica e, nela, personagens como o índio Sepé Tiarajú, o padre Antônio Sepp e a Catedral, que ganha vida como outros elementos inanimados projetados nas ruínas. A narrativa presente no roteiro dissecava a história uníssona pela qual a educação brasileira se pautou, anunciando a importância do conhecimento sobre a história e a resistência indígena, os heróis da apresentação – como na citação em epígrafe do capítulo.

5.6 Novas propostas de valorização

A assinatura do Tratado de Assunção¹²⁴⁷, a 26 de março de 1991, marcou o início da cooperação e da assistência sul-americana em termos comerciais, administrativos e aduaneiros, por meio do Mercado Comum do Sul (Mercosul). O bloco, arregimentado nos tratados subsequentes¹²⁴⁸, segundo a estrutura apontada no *Protocolo de Ouro Preto* (1994)¹²⁴⁹, começou quadripartido, tendo como Estados-Parte Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Depois, recebeu como Estados Associados o Chile (1996), o Peru (2003), a Colômbia (2004), o Equador (2004), a Guiana (2013), o Suriname (2013) e a Bolívia (2015). A Venezuela aderiu aos Estados-Parte em 2015, mas encontra-se suspensa do bloco desde 2017.

As primeiras manifestações de interesse no âmbito cultural datam do *Memorando de Entendimento*, resultante da primeira *Reunião Especializada de Cultura*, em Buenos Aires, a 15 de março de 1995, e, cinco meses depois, da criação da *Reunião de Ministros de Cultura* (RMC)¹²⁵⁰ e a organização do *Programa de Ação do Mercosul até o ano de 2020*¹²⁵¹. Os dois últimos traçaram os objetivos da integração cultural no Cone Sul, promovendo a divulgação das artes, dos valores e das formas de vida dos povos componentes dos Estados-Parte, bem como do «patrimônio cultural comum» e do desenvolvimento da cultura¹²⁵².

¹²⁴⁷ Tratado de Assunção, disponível no Banco de documentos do Ministerio de Relaciones Exteriores do Paraguai:

<https://www.mre.gov.py/tratados/public_web/DetallesTratado.aspx?id=0GXnoF+V0qWCz+EoiVAdUg==>, acessado a 01 de fevereiro de 2021.

¹²⁴⁸ A lista dos Tratados assinados pelo Mercosul pode ser consultada nos Portais do Mercosul, <<https://www.mercosur.int/pt-br/>>, e do MRE-Paraguai, <https://www.mre.gov.py/tratados/public_web/ConsultaMercosur.aspx>, acessado a 01 de fevereiro de 2021.

¹²⁴⁹ Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a estrutura institucional do Mercosul, assinado a 17 de dezembro de 1994 (Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil), disponível em <https://www.mre.gov.py/tratados/public_web/DetallesTratado.aspx?id=QvE8z5bllxmQDCfTQ9YVBA==>, acessado a 01 de fevereiro de 2021.

¹²⁵⁰ Reunião de Ministros de Cultura, de 05 de agosto de 1995. Normativa Mercosul, <<https://normas.mercosur.int/public/normativas/1901>>, acessado a 01 de fevereiro de 2021.

¹²⁵¹ «Programa de Ação do Mercosul até o ano de 2020», de 07 de dezembro de 1995. Normativa Mercosul, <<https://normas.mercosur.int/public/normativas/1908>>, acessado a 01 de fevereiro de 2021.

¹²⁵² Idem, p. 12. Os dois documentos foram aprovados pelo Conselho do Mercosul.

Efetivamente, a promoção de programas e projetos conjuntos na área da cultura foi oficializada no *Protocolo de Integração Cultural do Mercosul*¹²⁵³, em Fortaleza, Ceará, a 16 de dezembro de 1996, assinado pelos Estados-Parte e com a adesão do Peru em 2010. A assistência técnica, intelectual e institucional no bloco foi preconizada, defendendo a proteção à propriedade intelectual.

5.6.1 Dos Itinerários Culturais ao *Patrimônio do Mercosul*

As propostas de integração na área cultural passaram uma década incólume. A necessidade de um programa intersectorial e multinacional em zonas de fronteira do Mercosul foi mencionado em 2006, na *III Reunião Intermediária do Comitê Coordenador Regional do Bloco* e na *XXIII RMC*, e, novamente, em 2008, na *XXVI RMC*. Nesta última, recomendou-se a apresentação dos desenhos dos *Itinerários Culturais* pela *Comissão Técnica do Patrimônio Cultural* (CTPC), fundada em 1995. A responsabilidade por essa exposição foi assumida pelas comitivas do Brasil e da Argentina nas reuniões seguintes da CTPC e da RMC¹²⁵⁴.

O anteprojeto dos *Itinerários Culturais do Mercosul* foi apresentado entre 23 e 24 de janeiro de 2009, em Salvador, Bahia, por representantes da Argentina e do Brasil, com consultoria técnica da UNESCO¹²⁵⁵. O documento foi representativo para a integração cultural do bloco, pelo que realçava a importância da articulação regional por meio dos roteiros culturais, no seguimento dos desafios lançados internacionalmente, no intuito de promover a valorização e o conhecimento integrado do passado na região¹²⁵⁶.

O projeto-piloto, o *Itinerário Cultural na região das Missões Jesuítico-Guarani*, considerava os caminhos físicos, os trajetos entre as missões, os seus elementos, aliados ao imaterial. Para o efeito, deveria caracterizar-se a região nos marcos histórico-culturais, ambientais, socioeconómicos, legislativos e nas ações já existentes, analisando igualmente as paisagens culturais, o «espírito do lugar» e suas fragilidades¹²⁵⁷.

O anteprojeto foi analisado e aprovado na primeira reunião da *Comissão do Patrimônio Cultural* (CPC, 2009), que substituiu a CTPC¹²⁵⁸. O texto dos *Itinerários Culturais*

¹²⁵³ Documento firmado pelos Estados-Parte a 16 de dezembro de 1996 pelos Estados-Parte, aderido pelo Peru a 02 de agosto de 2010. Normativa Mercosul, <<https://normas.mercosur.int/public/normativas/2057>>, acedido a 01 de fevereiro de 2021.

¹²⁵⁴ AETPHNM, Anteprojeto de Itinerários Culturais do Mercosul, 23 e 24 de janeiro de 2009, Salvador-BR, p. 3-4.

¹²⁵⁵ Maria Cecília Calderon Puento, do Escritório Regional da UNESCO para o Mercosul.

¹²⁵⁶ Anteprojeto de Itinerários Culturais do Mercosul, 23 e 24 de janeiro de 2009, Salvador-BR, 10-12. Os rascunhos de projetos sobre o Pampa e sobre a Erva Mate também foram apresentados.

¹²⁵⁷ Idem.

¹²⁵⁸ Momento em que foi também planeada a instalação de um Centro Regional de Formação para Gestão do Patrimônio no Rio de Janeiro. O Centro Regional de Formação em Gestão do Patrimônio, de Categoria II da UNESCO, funciona no Centro Lúcio Costa, que também abriga o Mestrado Profissional e a Capacitação Corporativa do IPHAN.

das Missões foi revisto e aprimorado consoante o andamento do projeto, as visitas de campo¹²⁵⁹ e, principalmente, a entrada de novas missões e países – as missões jesuítas da Bolívia, Moxos e Chiquitos¹²⁶⁰. Nesse meio, o título do projeto foi alterado para *Itinerários Culturais das Missões da América Meridional*¹²⁶¹ e, em novembro de 2012, foi definitivamente mudado para *Itinerário Cultural das Missões Jesuíticas Guaranis, Moxos e Chiquitos*¹²⁶².

Após deliberações internas¹²⁶³, o novo formato do projeto foi lançado em Brasília, com representantes dos países envolvidos¹²⁶⁴ e Ramon Gutiérrez¹²⁶⁵. O documento remodelado (2012), mais robusto do que o anterior (2009), apresentava a procura do equilíbrio entre as capacidades instaladas em cada país, a formação técnica e administrativa para o projeto, a criação de uma base de dados integrada sobre as missões, votada ao *Patrimônio Cultural no MERCOSUL*, e a criação de uma coordenação internacional para o desenvolvimento do *Itinerário Cultural*¹²⁶⁶. O orçamento previa um custo de US\$ 2.784.757,51¹²⁶⁷.

Após a procura por investimentos junto da UNESCO e do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM¹²⁶⁸), o Brasil dispôs-se a financiar integralmente o projeto na sexta reunião do CPC, entre 29 e 30 de maio de 2012, com execução a partir de 2013¹²⁶⁹. Ainda assim, o projeto caiu no esquecimento devido, entre outros, à morosidade na

¹²⁵⁹ Houve visita às missões de Itapúa, Paraguai, em fins de maio de 2009, e à manzana jesuítica, em Córdoba, Argentina, em maio de 2012.

¹²⁶⁰ III Reunión de la Comisión de Patrimonio Cultural del Mercosur Cultural, 22-23 de junho de 2010, disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Ata_III_mercosul_reuniao_CPC_2010_argentina.pdf>, acessado a 20 de março de 2021.

¹²⁶¹ IV Reunión de la Comisión de Patrimonio Cultural del Mercosur Cultural, entre 31 maio e 01 jun 2011, em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Ata_IV_mercosul_reuniao_CPC_2011_paraguai.pdf>, acessado a 20 de março de 2021.

¹²⁶² Itinerário Cultural das Missões Jesuíticas Guaranis, Moxos e Chiquitos no Mercosul: Projeto de fortalecimento institucional para sua definição e desenvolvimento, Brasília, 2012.

¹²⁶³ O projeto transnacional foi analisado nas reuniões do CPC, em seminários (2011) e reuniões técnicas (2011, 2012), a fim de concluir o texto do anteprojeto.

¹²⁶⁴ Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia.

¹²⁶⁵ O projeto foi inicialmente elaborado na Reunião Técnica Internacional sobre o Projeto de Itinerário Cultural da Região das Missões (23-26 de maio de 2011), com revisões ocorridas em Montevideo (outubro de 2011), Córdoba (maio de 2012) e Brasília (novembro de 2012), conforme Itinerário Cultural das Missões Jesuíticas Guaranis, Moxos e Chiquitos no Mercosul: Projeto de fortalecimento institucional para sua definição e desenvolvimento, Brasília, 2012, disponível no Portal IPHAN, <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Itinerario_cultural_das_missoes_2012_espanhol.pdf>, acessado a 1 de março de 2021.

¹²⁶⁶ Itinerário Cultural das Missões Jesuíticas Guaranis, Moxos e Chiquitos no Mercosul: Projeto de fortalecimento institucional para sua definição e desenvolvimento, Brasília, 2012, p. 7.

¹²⁶⁷ Idem, 18-19.

¹²⁶⁸ A sigla provém do título em espanhol: Fondo para la convergência estrutural del Mercosur.

¹²⁶⁹ VI Reunião da Comissão do Patrimônio Cultural do Mercosul Cultural, 29-30 de maio de 2012, em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Ata_VI_reuniao_cpc_mercosul_portugues.pdf>, Portal IPHAN, acessado a 21 de março de 2021.

execução, à ausência de resposta prática por parte dos países envolvidos e ao elevado intervalo entre as reuniões práticas¹²⁷⁰.

Nesse interregno, a candidatura das Missões Jesuíticas Guaranis, Moxos e Chiquitos enquanto *Patrimônio Cultural do Mercosul*, categoria de valorização do bloco instaurada em 2012¹²⁷¹, foi aprovada em 2015. As missões ou *haciendas* Jesuíticas dos três Povos citados na Argentina, no Brasil, na Bolívia, no Paraguai e no Uruguai receberam o *Selo do Mercosul*, mas, como visto, ainda exigem um maior empenho para a integração delineada¹²⁷².

No Brasil, as concepções de patrimônio e de preservação modificaram-se, decorrentes também do reconhecimento do patrimônio imaterial no país, por meio do Decreto n.º 3.551, de 4 de agosto de 2000¹²⁷³, dos estudos de paisagem cultural e, dentre outras, das novas formas de refletir o patrimônio cultural. Ainda assim, é preciso notar as dificuldades de dotação orçamental entre os monumentos tangíveis e intangíveis, com a até então priorização dos primeiros.

O sítio de São Miguel das Missões não deixaria de estar no meio desse novo debate cultural, no que se refere à implantação do Parque Histórico Nacional das Missões e, principalmente, o registo da Tava de São Miguel das Missões enquanto patrimônio imaterial, registrando as ruínas em seu simbolismo sociocosmológico para os Guaranis.

5.6.2 O Parque Histórico Nacional das Missões

A proposta de criação do Parque das Missões, votado ao desenvolvimento sustentável da região, foi refletida desde 1996. A administração «em constelação» das quatro missões valorizadas nacionalmente foi planeada de modo a consolidar a gestão integrada dos sítios e, de certo modo, a interdisciplinaridade dos projetos e programas previstos ou em andamento na região. Destes últimos, são exemplos os programas: *Integrado de Valorização dos Sítios Missionários do Brasil*, *de Educação Patrimonial*, *de Resgate da Memória*, *de Conservação da Biodiversidade*, *de Valorização da Cultura*

¹²⁷⁰ Por exemplo, a reunião de instalação do Projeto apenas em maio de 2015, em Foz do Iguaçu, e a queixa da delegação brasileira em 2017 sobre a reduzida procura por financiamento do projeto, mesmo que tenha confirmado o interesse, pelo menos, da realização de uma exposição itinerante e dos estudos cartográficos nas missões, cf. XI Reunião da Comissão do Patrimônio Cultural do Mercosul Cultural, 27-29 de maio de 2015; XIV Reunión de la Comisión de Patrimonio Cultural del Mercosur Cultural, 30-31 de maio de 2017; XV Reunião da Comissão do Patrimônio Cultural do Mercosul Cultural, 8-10 de novembro de 2017, disponíveis, respectivamente, em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Ata_XI_mercosul_reuniao_CPC_2015_brasil.pdf>, <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Ata_XIV_mercosul_reuniao_CPC_2017_argentina.pdf> e <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Ata_XV_mercosul_reuniao_CPC_2017.pdf>, Portal IPHAN, acedidos a 21 de março de 2021.

¹²⁷¹ VI Reunião da Comissão do Patrimônio Cultural do Mercosul Cultural, 29-30 de maio de 2012, em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Ata_VI_reuniao_cpc_mercosul_portugues.pdf>, Portal IPHAN, acedido a 21 de março de 2021.

¹²⁷² Vide Figura 78 (Apêndice).

¹²⁷³ Decreto n.º 3.551, de 4 de agosto de 2000, disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_n_3.551_de_04_de_agosto_de_2000.pdf>, acedido a 1 de março de 2021.

*Guarani, de Turismo Ecológico, de comunicação, e de Proteção, Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural*¹²⁷⁴.

O *Programa Integrado de Valorização dos Sítios Missionários do Brasil* continha como um dos seus pontos a existência do «Mutirão Missões», ocorrido primeiro em outubro de 1994¹²⁷⁵, que sistematizava as ações nos quatro sítios de modo coletivo, com destaque à participação local. Eram tarefas práticas, como a substituição da arquibancada do *Som e Luz* ou a continuidade do projeto paisagístico em São Miguel, e atividades formativas e teóricas, como a realização de palestras no museu e escola de 1º grau ou reuniões com a comunidade local acerca das diretrizes para o Parque em questão¹²⁷⁶.

A proposta de criação do *Parque Histórico Nacional das Missões*, resultante da parceria entre o Ministério da Cultura e o IPHAN, ocorreu primeiro com a tentativa de regulamentação via decreto presidencial (IPHAN), para o qual foi apresentada a *Exposição de Motivos* a 20 de outubro de 2006. A proposta apresentava a valorização dos remanescentes na junção entre o desenvolvimento territorial e o patrimônio arqueológico, de modo que destacasse as relações culturais ao longo do tempo, nos sítios. Nesse sentido, o desenvolvimento das questões antropológicas reconheceria os distintos e multiculturais grupos sociais da região, numa base territorial descontínua, propício à formação e capacitação dos técnicos do patrimônio. Em termos econômicos, a estrutura do Parque facilitaria a captação de investimentos públicos e privados e a consolidação de parcerias com estes entes, incentivando o desenvolvimento sociocultural e econômico da região¹²⁷⁷.

A proposta legislativa foi aprovada nos quadros internos do IPHAN¹²⁷⁸ a 13 e 16 de outubro de 2006, embora não tivesse respaldo jurídico segundo a análise executada na Casa Civil¹²⁷⁹ e no Ministério da Cultura¹²⁸⁰. A impossibilidade de criação do parque por meio de decreto no IPHAN e a inexistência de uma lei que regulamentasse os parques históricos nacionais – ou que regulamentasse as «outras formas de acautelamento e preservação»¹²⁸¹

¹²⁷⁴ Parque das Missões, uma proposta para o desenvolvimento sustentável da região: cultura, natureza e turismo, 1996, 1-45. ASIRS, P. Área Técnica, Vol. 15, n.p.

¹²⁷⁵ Encontramos, em documentação, o registro de seis edições do evento, tendo a última ocorrido em 2002.

¹²⁷⁶ Parque das Missões, uma proposta para o desenvolvimento sustentável da região: cultura, natureza e turismo, 1996, 31-35. ASIRS, P. Área Técnica, Vol. 15, n.p.

¹²⁷⁷ *Exposição de Motivos* n.º 00024, Brasília, 20 de outubro de 2006. AETPHNM, Processo 01450.012507-2006-74, Vol. I, fls. 5-8.

¹²⁷⁸ Aprovação no Departamento de Patrimônio Material de Fiscalização (DEPAM) e no Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI), cf. Memorando n.º 015/2006, de 13 de outubro; Memorando n.º 0635/06 GAB/DPI, de 16 de outubro; Memorando n.º 236/06 GAB/DEPAM, de 01 de novembro; de 2006. AETPHNM, Processo 01450.012507/2006-74, Vol. II, fls. 209; 210; 211; 214.

¹²⁷⁹ Nota SAJ n.º 2721/2006, 31 de outubro de 2003; Of. n.º 1110/2016 SAG/SAJ/C. Civil, de 5 de dezembro de 2006. AETPHNM, Processo 01450.012507/2006-74, Vol. I, fls. 21-26 (ou Vol., II, fls. 323-328) e Vol. I, fl. 31, respectivamente.

¹²⁸⁰ Parecer n.º 196/2007 CONJUR/MinC, 14 de março de 2007. AETPHNM, Processo 01450.012507/2006-74, Vol. II, fls. 222-227.

¹²⁸¹ Constituição de 1988, art. 216º, 1º parágrafo.

– eram os principais impedimentos para a continuidade do processo. Por esse motivo, foi recomendado ao IPHAN o encaminhamento da minuta do projeto de lei reformulada, de modo que atendesse às recomendações jurídicas¹²⁸².

O anteprojeto de Lei do *Parque Histórico Nacional das Missões*, que continha a definição de parque histórico nacional na última seção do texto, foi aprovado pela procuradora-geral¹²⁸³ e pelo presidente¹²⁸⁴ do IPHAN, com a análise favorável da consultoria jurídica do Ministério da Cultura¹²⁸⁵. O parecer favorável foi conseguido, após alterações no texto¹²⁸⁶, e encaminhado ao Gabinete do Ministro, a 24 de julho, e ao Presidente, a 11 de setembro de 2009¹²⁸⁷.

Na Casa Civil, entretanto, o anteprojeto não foi aceite, no entendimento de que deveria existir uma lei precedente, a regular os parques históricos nacionais, e não um texto complementar como disposto no anteprojeto¹²⁸⁸, retornando ao IPHAN, para nova análise técnica e jurídica, em janeiro de 2011¹²⁸⁹. Posto isto, o anteprojeto de lei foi defendido em sua legalidade¹²⁹⁰, apesar do seguimento da decisão do setor jurídico da Casa Civil, ter se direcionado para a criação de uma lei acerca dos parques históricos nacionais no Brasil, em fevereiro de 2012¹²⁹¹.

Após transitar por setores distintos do IPHAN, o *Parque Histórico Nacional das Missões* foi citado como já existente no processo em questão, em setembro de 2013, posto

¹²⁸² Parecer n.º 03/2008-PF/OMB/IPHAN/RS, de 8 de julho de 2008. AETPHNM, Processo 01450.012507/2006-74, Vol. II, fls. 230-259.

¹²⁸³ Despacho n.º 10/2009-PF/IPHAN/GAB, 13 de março de 2009. AETPHNM, Processo 01450.012507/2006-74, Vol. II, fl. 261.

¹²⁸⁴ Of. n.º 69/2009-PRESI-IPHAN, 25 de março de 2009. AETPHNM, Processo 01450.012507/2006-74, Vol. II, fl. 262.

¹²⁸⁵ Parecer n.º 281/2009-CONJUR/MinC, de 24 de abril de 2009. AETPHNM, Processo 01450.012507/2006-74, Vol. II, fls. 266-270.

¹²⁸⁶ As alterações sugeridas no Parecer n.º 281, acatadas pela 12ª Superintendência do IPHAN, foram seguidas pelas propostas de Antônio F. L. Neri, da Procuradoria Federal/IPHAN, por meio do Despacho n.º 58/2009-PF/IPHAN/GAB, de 8 de julho de 2009. AETPHNM, Processo 01450.012507/2006-74, Vol. II, fls. 294-296. A aprovação ocorreu na Consultoria Jurídica do Ministério da Cultura, por meio do Parecer 607/2009-CONJUR/MinC, de 24 de julho de 2009, assinado por Eduardo M. Teixeira. AETPHNM, Processo 01450.012507/2006-74, Vol. II, fls. 307-308.

¹²⁸⁷ Despacho n.º 914/2009-CONJUR/MinC, de 24 de julho de 2009. AETPHNM, Processo 01450.012507/2006-74, Vol. II, fl. 309. O Anteprojeto de Lei foi enviado ao presidente juntamente com a Exposição de Motivos, assinada pelo Ministro da Cultura João Luiz Silva Ferreira (Juca Ferreira), com o pedido de «Urgente», apontando a vontade política por trás da burocracia legislativa, cf. Exposição de Motivos n.º 00037/MinC, de 11 de setembro de 2009; e Anteprojeto de Lei. AETPHNM, Processo 01450.012507/2006-74, Vol. II, fls. 333-369.

¹²⁸⁸ Of. n.º 834/2010-SAG-Casa Civil-PR, de 16 de novembro de 2010. AETPHNM, Processo 01450.012507/2006-74, Vol. II, fl. 392.

¹²⁸⁹ Of. n.º 36 GM/MinC, de 19 de janeiro de 2011. AETPHNM, Processo 01450.012507/2006-74, Vol. II, fl. 375.

¹²⁹⁰ Nota 13/11 PF/OMB/IPHAN/RS, de 12 de setembro de 2011. AETPHNM, Processo 01450.012507/2006-74, Vol. III, fls. 430-434.

¹²⁹¹ Despacho n.º 53/2012, de 13 de fevereiro de 2012. AETPHNM, Processo 01450.012507/2006-74, Vol. II, fl. 435.

que o parque estivesse fundamentado pelo Decreto nº 6.843, de 7 de maio de 2009 (Regimento Interno do IPHAN), e pela Portaria nº 92, de 5 de julho de 2012¹²⁹².

Em 2013, foi produzido um novo projeto de cooperação tendo como centro o Parque Histórico Nacional das Missões, entre o Governo Brasil/IPHAN e a UNESCO, intitulado *Valorização da Paisagem Cultural e do Parque Histórico das Missões Jesuíticas dos Guaranis*¹²⁹³. O projeto foi anexado ao memorando supracitado como uma oportunidade para a reflexão sobre a implementação e a estruturação institucional do parque, apesar dos desafios orçamentários federais¹²⁹⁴.

5.6.3 «Tupi or not tupi, that's the question»¹²⁹⁵

A ampliação do conceito de «patrimônio cultural» no Brasil deve-se sobretudo à inclusão dos bens imateriais na composição do patrimônio cultural nacional, primeiro citada no artigo 216 da Constituição Federal de 1988¹²⁹⁶. A inscrição dos bens imateriais enquanto *Patrimônio Cultural do Brasil*, diferentemente dos bens materiais¹²⁹⁷, faz-se por meio dos *Livros de Registro dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão* e, por fim, dos *Lugares*. Neste último, podem incluir-se, conforme o Decreto nº 3.551, «(...) mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas»¹²⁹⁸. No mesmo decreto, foi criado o *Programa Nacional do Patrimônio Imaterial* em 2000¹²⁹⁹.

¹²⁹² Memorando n.º 086/2013 CGPN/DEPAM, de 09 de setembro de 2013. AETPHNM, Processo 01450.012507/2006-74, Vol. III, fls. 436-441. A Portaria n.º 92, de 5 de julho de 2012, do Ministério da Cultura, realmente apresenta as competências do Parque Histórico Nacional das Missões, são elas: art. 114º: « Ao Parque Histórico Nacional das Missões compete: I - preservar a memória histórica e os remanescentes do antigo povo de São Miguel Arcanjo; II - gerir os Sítios Históricos e Arqueológicos Missionários; e III - executar as diretrizes e ações técnico-administrativas emanadas da Superintendência do IPHAN no Estado do Rio Grande do Sul». A portaria está disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/atos-normativos-secult/2012/portaria-minc-no-92-de-5-de-julho-de-2012>>.

¹²⁹³ Stello, «Além das reduções», 110.

¹²⁹⁴ Memorando n.º 086/2013 CGPN/DEPAM, de 09 de setembro de 2013. AETPHNM, Processo 01450.012507/2006-74, Vol. III, fls. 440-441; Projeto de Cooperação Técnica Internacional Valorização da Paisagem Cultural e do Parque Histórico Nacional das Missões Jesuíticas dos Guaranis, Brasília-DF, abril de 2013. AETPHNM, Processo 01450.012507/2006-74, Vol. II, fls. 441-469.

¹²⁹⁵ Aforismo de Oswald de Andrade, em: Manifesto Antropofágico, *Revista de Antropofagia*, ano I, n.º 1, maio de 1928, 3. Os Guaraní-Mbyá, mencionados neste capítulo, são da família linguística Tupi-Guarani.

¹²⁹⁶ De acordo com este artigo, «Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]», art. 216, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>, acessado a 1 de março de 2021.

¹²⁹⁷ Sobre o tombamento e inscrições nos Livros do Tombo para bens materiais, ver o Capítulo 02 desta tese.

¹²⁹⁸ Decreto n.º 3.551, de 4 de agosto de 2000, disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_n_3.551_de_04_de_agosto_de_2000.pdf>, acessado a 1 de março de 2021.

¹²⁹⁹ Idem. Cumpre realçar que se estava à frente do contexto internacional, pois o decreto brasileiro foi lançado três anos antes da *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial* (UNESCO, 2003).

A inscrição da «Tava, Lugar de referência do Povo Guarani»¹³⁰⁰, colocou o sítio de São Miguel das Missões no *Livro de Registro dos Lugares* a 03 de dezembro de 2014 e distinguiu as alterações nas políticas patrimoniais no sítio ao longo do século passado, que resgataram os Guarani enquanto sujeitos históricos das Missões. Dentre os projetos, destacamos a *Valorização do Mundo Cultural Guarani* (2009), cujo inventário cultural foi executado pelo Instituto Andaluz de Patrimônio Histórico (IAPH)¹³⁰¹, e o projeto *Universo Cultural Guarani*, no âmbito do Mercosul Cultural.

A primeira solicitação de inscrição no Patrimônio Cultural Imaterial foi encaminhada por 12 lideranças Guarani reunidas em São Miguel das Missões, provenientes do Paraguai, da região sul do Brasil, além de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, no *Encontro Internacional Valorização do Mundo Cultural Guarani*¹³⁰², em setembro de 2007¹³⁰³. O pedido foi endossado pelo IPHAN a 31 de outubro de 2007, dando seguimento ao processo de estudos e produção do *dossier* para candidatura, augurado desde o *Inventário Nacional de Referências Culturais*, entre o IPHAN-RS e os Guarani, entre 2004 e 2005¹³⁰⁴.

A solicitação da inscrição da Tava resultou de um processo decenal, pelo qual o valor sociocosmológico da Tava para os Guarani-Mbyá fundamentou-se na relevância destes como narradores de um «evento marcante», que «(...) não se resume a um projeto missioneiro colonizador, no qual os Mbyá aparecem em uma posição secundária com relação aos jesuítas e à sociedade dos não-indígenas, mas, sim o da construção de uma ‘casa de pedra’ [Tava] singular, voltada para a superação da condição humana»¹³⁰⁵.

A sensibilidade para essa proteção surgiu com o inventário cultural (2004-2005), tendo como contexto a difusão da antropologia aliada ao patrimônio cultural no Brasil nos anos 1990, ainda que de modo lento. Os desafios para a conservação atrelada à imaterialidade ainda persistem, pois é notória a existência de atitudes preconceituosas

¹³⁰⁰ A Tava é entendida como a morada de pedra, que reverbera a Tava Miri, onde Nhaderu Miri habita e que, por isso, é perfeita. São Miguel das Missões é um exemplo de Tava, pois foi construída pelos Guarani-Mbyá antigos e lá fizeram a sua Tekoa. Contudo, é uma Tava imperfeita, visto que foi destruída pelos não-indígenas. Atualmente, os Guarani retornaram ao município de São Miguel, fundando a Tekoa Koenju, distantes cerca de 30 quilômetros das ruínas. IPHAN, Dossiê de Registro, TAVA – Lugar de Referência para os Guarani, 2014, 31-38, disponível no Portal do IPHAN, em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/507/>>, acessado a 1 de março de 2021.

¹³⁰¹ O inventário foi financiado pelo IPHAN e pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID).

¹³⁰² Evento promovido pelo IPHAN, com parceria do CRESPIAL.

¹³⁰³ IPHAN, Dossiê de Registro, TAVA – Lugar de Referência para os Guarani, 2014, 36, disponível no Portal do IPHAN, em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/507/>>, acessado a 1 de março de 2021.

¹³⁰⁴ IPHAN, Dossiê de Registro, Parecer n.º 85/2014 – DPI, de 24 de outubro de 2014, no Portal do IPHAN, em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/507/>>, acessado a 1 de março de 2021. O inventário decorrido entre 2004 e 2005 custou R\$ 204.685,50. AETPHNM, Processo 01450.012507/2006-74, Vol. I, fl. 164.

¹³⁰⁵ IPHAN, Dossiê de Registro, TAVA – Lugar de Referência para os Guarani, 2014, 47, disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/507/>>, acessado a 1 de março de 2021.

perante os Guarani-Mbyá no sítio de São Miguel das Missões, enquanto estavam no alpendre do Museu a vender artesanato¹³⁰⁶.

O Parque Histórico Nacional das Missões representou um novo capítulo da história dos Sete Povos das Missões, principalmente S. Miguel, S. Luiz, S. Nicolau e S. Lourenço das Missões. O tombamento das Ruínas de S. Miguel das Missões enquanto *Tava*, lugar sagrado, em 2014, após uma longa luta por sua validação, formaliza o respeito aos Guarani, enquanto sujeitos da história.

Essa menção conjunta rompe com uma gestão da memória que excluía os povos indígenas de boa parte da memória e da história em pedra e cal da América Latina¹³⁰⁷, que vem sendo reescrita mais democraticamente e que deve ser estendida para o patrimônio cultural.

O tombamento imaterial das Ruínas de São Miguel das Missões revelou-se, assim, numa rutura na história uníssona, também narrada por meio da cultura material. Uma rutura também no modo como a memória era gerida no Cone Sul. Tendo em conta que o trabalho de enquadramento das memórias vale-se também pela coesão das fronteiras¹³⁰⁸, o respeito à ancestralidade e à luta indígena é um meio de redirecionar a memória para dentro, para a união e herança comum regional. A reunião de memórias comuns, fora do âmbito colonizador, poderia servir no fortalecimento dos laços sul-americanos e no desenvolvimento de uma noção mais alargada e democrática de patrimônio cultural.

A Tava Guarani também foi reconhecida como *Património Cultural Imaterial do Mercosul* a 31 de outubro de 2018, reunindo o Brasil, a Argentina e o Paraguai, no território Yvy Rupá, com a candidatura incentivada pelo IPHAN. A classificação transfronteiriça foi novamente cumprida, no entendimento que «Como tavas, são marcos da trajetória do povo Guarani, presentes em todo seu antigo território que, embora cindido pelas fronteiras geopolíticas, continua sendo por eles vivenciado, tanto por meio da fundação de aldeias, quanto pela prática do trânsito, que caracteriza a territorialidade guarani»¹³⁰⁹.

Síntese do capítulo

Na sua nona tese, Walter Benjamin descreve o *Angelus Novus*, de Klee. O anjo olhava para o passado, mas conseguia ver mais do que um acúmulo de ruínas. O ser

¹³⁰⁶ IPHAN, Dossiê de Registro, Parecer do Conselho Consultivo do IPHAN sobre o Registro da Tava Miri São Miguel Arcanjo – Lugar de Referência Cultural para os Guarani, de 03 de dezembro de 2014, por Carla Maria Casara, em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/507/>>, acedido a 1 de março de 2021.

¹³⁰⁷ Como refletido por de M. Augé, «En los países en los que tradicionalmente trabaja el antropólogo, las ruinas no tienen nombre ni estatuto. Siempre tienen que ver con los europeos, que en ocasiones son sus autores, con frecuencia sus restauradores e, invariablemente, sus visitantes», cf. Augé, *El tiempo en ruinas*, 27.

¹³⁰⁸ Pollak, «Memória, Esquecimento, Silêncio», 10.

¹³⁰⁹ Alencar, *Saberes, fazeres, gingas e celebrações*, 254.

celestial tentava em vão reconstituir tudo o que estava destruído, pois era sempre impedido pelo vendaval, que denotava o progresso¹³¹⁰. As ruínas vislumbradas significavam as ruturas, os cortes na linearidade da história, anunciando os obstáculos de uma história uníssona. Nesse contexto, na leitura de Rosa Maria Godoy, «As ruínas são dissonantes, fragmentárias e, para Benjamin, não poderiam ser incorporadas a uma narrativa linear e totalizadora da História»¹³¹¹.

A relação das ruínas com o passado – neste caso, de São Miguel das Missões – não se processa de modo linear ou celebrativo, mas conflituoso. Nesses enfrentamentos, a visão descontinuada do passado pode ser posta à prova de inúmeras formas, inclusive no reforço das nacionalidades. O caráter simbólico e as múltiplas temporalidades da ruína são explicados pela alegoria.

A fisionomia alegórica da natureza-histórica, posta no palco pelo drama, só está verdadeiramente presente como ruína. Como ruína, a história se fundiu sensorialmente com o cenário. Sob essa forma, a história não constitui um processo de vida eterna, mas de inevitável declínio. Com isso, a alegoria reconhece estar além do belo. As alegorias são no reino dos pensamentos o que são as ruínas no reino das coisas. Daí o culto barroco das ruínas¹³¹².

A história missionária e itinerante dos jesuítas encontrou na Província Jesuítica do Paraguai um espaço para divulgação do credo católico e para a prática científica. A Missão de São Miguel Arcanjo, refundada nas margens orientais do Rio Uruguai (1687), decorrente da fuga dos religiosos e dos indígenas dos bandeirantes, tem o seu traço marcado pela Guerra Guaranítica e, posteriormente, pelo abandono.

O início do processo de arruinamento do monumento coincide com a expulsão dos jesuítas por parte das coroas ibéricas, posto que a degradação já se fazia perceber na primeira metade do século XIX. Abandonados, os sítios missioneiros estiveram suscetíveis a saques, além dos danos provocados pelas más administrações públicas e/ou pela própria força da natureza, aliados à perda do material construtivo e aos saques à procura de supostos tesouros, como descrito pelos cronistas oitocentistas aqui analisados, em viagens ao sul do Brasil.

São Miguel, nesse meio, era a missão que apresentava a igreja ainda relativamente de pé e, por isso, foi reconhecida enquanto lugar histórico para o Rio Grande do Sul (1922) e como monumento nacional nos primeiros anos do SPHAN (1938), no *Livro do Tombo das Belas Artes*, sem justificativa conhecida na documentação sobre o tema. É possível que as suas raízes estejam no discurso da iminência da queda, anunciada com fins de tombamento

¹³¹⁰ Benjamin, *Obras Escolhidas Magia e Técnica, Arte e Política*, 1:226.

¹³¹¹ Godoy, «Prefácio», 14–15.

¹³¹² Benjamin, *Origem do drama barroco alemão*, 199–200.

– a «retórica da perda»¹³¹³ – ou na ilação da beleza das ruínas, estando a arquitetura tomada pela natureza, como descrito pelos cronistas, sendo o pitoresco das ruínas coloniais evocado pela presença da vegetação¹³¹⁴.

Nas primeiras décadas da preservação nacional das ruínas, a atuação de Lúcio Costa e Rodrigo M. F. de Andrade atestou a importância política do monumento da região natal do então presidente, Getúlio Vargas, e símbolo do “passado distante” nacional. A proteção oficial, nos níveis estadual e nacional, foi invulgarmente seguida por intervenções de restauração consideradas urgentes e essenciais por Lúcio Costa, aquando dos estudos para o tombamento do bem, em 1937. De acordo com o arquiteto, «E o arrasamento teria sido total, não fossem a intervenção de urgência procedida pela Comissão de Terras, em 1928, em São Miguel, e, finalmente, as obras de estabilização e recomposição do que ainda resta das ruínas desse povo, realizadas pelo SPHAN desde 1938 (...)»¹³¹⁵.

Os trabalhos posteriores no monumento, em 1954-1955 e em 1967-1970, continuaram centrados na igreja, nos vestígios mais visíveis e expressivos. A missão só foi inteiramente conhecida – em seu traço urbanístico – consoante o andamento dos trabalhos de arqueologia implementados em São Miguel, estendidos às três ruínas classificadas no *Livro do Tombo Histórico*, em 1970: São Luiz, São Nicolau e São Lourenço. As pesquisas arqueológicas destacaram-se no contexto da *Fase Moderna* do IPHAN, ao longo das décadas 1970 e 1990. Contudo, reiteramos as dificuldades existentes para a afirmação da arqueologia no Brasil, como na crítica de Astrogildo Fernandes e Fernando la Salvia (1964) em prol da sistematização dos estudos, da pesquisa documental e da localização de jazidas, construções e outros monumentos no Rio Grande do Sul¹³¹⁶.

Diante do desaprumo da fachada da igreja, os novos trabalhos na década de 1980 contaram com a experiência exitosa da consultoria da UNESCO, no trabalho de Roberto di Stefano. As obras de intervenção alcançaram resultados mais palpáveis em termos de técnica de conservação dos blocos de pedra e delimitaram um segundo momento de São Miguel das Missões enquanto monumento, mais documentado, estudado e planeado do que antes – um reflexo da adaptação do mesmo ao título de *Património da Humanidade*.

Os projetos e estudos sobre as Ruínas de S. Miguel aumentaram em número e diversidade, um reflexo da promoção do monumento à valoração mundial, conseguida após conjugação de forças nos diferentes níveis burocráticos do então Pró-Memória/SPHAN, que mesmo assim não fugiu dos preceitos aplicados ao património e às ruínas coloniais. A

¹³¹³ Gonçalves, *A Retórica da Perda*.

¹³¹⁴ Goven, «Ruines et vestiges», 22.

¹³¹⁵ Costa, «A arquitetura dos jesuítas no Brasil», 1941, 91–92.

¹³¹⁶ Fernandes e Salvia, «Tentativa de sistematização da defesa do patrimônio histórico do Rio Grande do Sul», 431–33.

história jesuítica e a presença de ruínas «na selva» foram mencionadas na candidatura brasileira, apesar da vila, depois município, de São Miguel não apresentar área florestal.

Regionalmente, os distintos governos dos municípios com remanescentes das Missões da antiga Província Jesuítica do Paraguai, em sua maioria, compuseram redes de apoio mútuo no campo cultural, iniciadas desde a década de 1960 (como com a visita de Michel Parent), desenvolvido após o reconhecimento mundial transfronteiriço das missões do Brasil e da Argentina.

A influência da UNESCO, nesse contexto, foi recorrente, especialmente no que se refere à promoção de projetos em comum, dos quais se sublinha os de turismo cultural e da formação regional, no Cone Sul americano. Sob o entendimento de que «Não há uma solução “perfeita” e “única” para cada problema, mas muitas soluções entre as quais algumas serão mais apropriadas. É responsabilidade do conservador definir a melhor opção para cada caso, considerando para tanto, não apenas os aspectos técnicos, mas também os aspectos teóricos e operacionais da questão»¹³¹⁷.

Os interesses do Mercosul Cultural numa maior participação internacional, nomeadamente nos debates sobre património cultural, na formação em conservação e restauro, e no incentivo ao turismo foram definidos como prioridade desde os primeiros acordos transnacionais. O Mercosul Cultural e, nele, os projetos relativos às Ruínas de São Miguel das Missões, mostrou-se profícuo enquanto órgão cultural regional, com a inscrição no *Patrimônio Cultural do Mercosul das Ruínas das Missões Jesuíticas dos Guaranis, Moxos e Chiquitos* e com a tentativa de criação de um circuito integrado entre elas, mais recentemente restringido a uma rota cultural. Mantém-se, assim, um bloco incipiente nas iniciativas práticas.

A valorização dos Sete Povos das Missões revelou-se integrada em um sistema de projetos em comum, como nas negociações concluídas no âmbito do Mercosul, a exemplo das rotas turísticas e da aprovação regional do projeto do Museu e Centro de Documentação, embora nem sempre bem-sucedidos.

A integração regional deixou as suas marcas na região e no município de S. Miguel das Missões, pois «(...) as missões jesuíticas dos índios guaranis foram escolhidas como o elo de ligação cultural dos países membros. Desde então, tem sido abordada pelos diferentes setores como elementos importantes para a integração da região»¹³¹⁸.

Entretanto, as decisões locais sobre a preservação das Ruínas de São Miguel foram, antes de tudo, políticas. Resultaram da negociação entre prefeitura, estado e governo federal. Na procura de verbas e financiamentos por caminhos distintos, como por meio da

¹³¹⁷ Charola, Custódio, e Magadán, «Conclusões», 124.

¹³¹⁸ Parque das Missões, uma proposta para o desenvolvimento sustentável da região: cultura, natureza e turismo, 1996, 1. ASIRS. P. Área Técnica, Vol. 15, n.p.

Lei Sarney – mais tarde, Lei Rouanet –, dos pedidos a políticos gaúchos no Congresso Federal, ou mesmo dos investimentos internacionais. Mesmo assim, muitos projetos foram interrompidos, abortados ou esquecidos, dentre os quais o mais representativo foi o projeto do novo museu e centro de documentação, que não saiu do papel, apesar do terreno doado pela prefeitura e do projeto arquitetônico concluído.

A influência da UNESCO e do Mercosul Cultural em S. Miguel, em termos formativos e de investimentos, foi combinada com as decisões no âmbito nacional, crescentes principalmente durante a celebração dos «300 anos das Missões», em âmbito regional, entre 1987 e 1988. Os «500 anos do Brasil», repercutido nacionalmente, levaram financiamentos destinados ao espetáculo *Som e Luz*, em São Miguel, mas não superou os investimentos públicos e particulares. Nota-se o incremento de projetos locais, distintos da intervenção de conservação recorrente no sítio, a exemplo do *Projeto de Arqueologia Histórica Missioneira* e da fundação de associações e centros de pesquisa, como o Centro de Cultura Missioneira e a Associação dos Amigos das Missões.

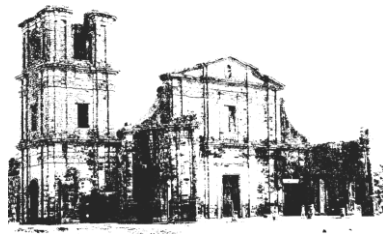
Nos Sete Povos das Missões, o entrelaçamento dos planos de preservação das Ruínas de São Luiz, São Lourenço e São Nicolau com o de São Miguel estava no seio da fundação do Parque Histórico Nacional das Missões. A relação entre o monumento e o município e os monumentos entre si atestam a continuidade da relevância dada às ruínas missioneiras, tendo um Escritório Técnico que foi transformado em Parque Nacional, juntando as quatro ruínas sob sua égide, com o claro destaque aos remanescentes de S. Miguel das Missões.

A oficialização do *Patrimônio Cultural Imaterial* (2000) e a consagração da Tava de São Miguel enquanto lugar de referência, tanto nacional como, mais uma vez, regional, exemplifica a democratização do passado, em seus diversos sujeitos históricos, mesmo em ruínas religiosas coloniais. A conjugação desses novos valores e projetos no monumento evidencia as deslocções do IPHAN, em suas diferentes nomenclaturas, que, de outro modo, não foram as mesmas em outros monumentos, dado que ainda se atentava mais aos monumentos barrocos e galardoados *Patrimónios da Humanidade*.

A descrição dos Guarani nos documentos institucionais sobre São Miguel excedeu em eurocentrismo, aquando das primeiras obras no local, entre 1938 e 1940, representativas do Estado Novo de Getúlio Vargas, principalmente nas primeiras décadas do SPHAN/DPHAN – Lucas Mayerhofer, por exemplo, aludiu às dificuldades dos jesuítas devido ao «temperamento infantil e bastante instável dos nativos»¹³¹⁹.

¹³¹⁹ Mayerhofer, «A Igreja de São Miguel das Missões», 14. A citação pode ser vista na tese para ingresso na FAU-UFRJ de Lucas Mayerhofer, sendo reiterada pelo arquiteto na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, em 1969. Portanto, foram dois espaços acadêmicos em que permitiram o tratamento preconceituoso.

O património tangível, ainda imaleável desde as políticas do Estado Novo brasileiro relativamente a tudo o que for «histórico e artístico nacional», tornou-se cultural principalmente graças à presença da arqueologia e da antropologia nos quadros do IPHAN e nos estudos patrimoniais – sem os quais seria impossível a promoção de uma exposição e reconhecimento alargado dos vestígios missioneiros, como também as suas reinterpretações. Esses, passaram a representar mais grupos, nem sempre visíveis na escrita da história brasileira, que foi redigida ao lado dos monumentos nacionais e celebrativos, reconhecendo mais democraticamente os sujeitos históricos, enquanto se promove o debate sobre o tempo para os monumentos.



Capítulo 06: O fragmento franciscano: Ruínas do Convento de Santo Antônio do Paraguaçu

As ruínas silenciosas na mata verdejante que lhes cresce em volta recordam um passado esplendoroso, onde a grandeza dos atos humanos foi fazer morada e o culto à divindade resplandeceu, iluminando de sabedoria os que por ali passaram. (...) Que antigos segredos guardam aquelas paredes denegridas pelo tempo?

Fernando L. Pessoa (em folheto turístico, s.d.)

O Convento de Santo Antônio do Paraguaçu significou nos ermos daquela região, uma luz e um arrimo para a pobreza abandonada.

Hugo Fragoso, 2018

O Convento de Santo Antônio de Paraguaçu localiza-se na vila de Santiago do Iguape, município de Cachoeira, no Recôncavo Baiano¹³²⁰. O conjunto arquitetônico desponta como um interessante estudo de caso, devido à patrimonialização dos restos da área conventual, que permaneceu em ruínas, e da igreja, que das «ruínas» foi salva. Os maiores desafios para a pesquisa deste monumento foram as fontes lacunares e a grande dispersão do conteúdo, pelo que esperamos contribuir para novos e mais amplos estudos sobre o tema.

Os fundos documentais existentes sobre o Convento de Santo Antônio do Paraguaçu¹³²¹ no Arquivo Noronha Santos e no Arquivo da Superintendência do IPHAN-BA foram estudados em conjunto, com documentos duplicados, mas em diferentes modos de organização documental – o que indica uma autonomia dos escritórios estaduais em relação ao escritório central. No caso específico do Arquivo do IPHAN-BA, os documentos foram organizados diversamente, de acordo com a década e a pasta a que pertenciam.

Em complemento, o processo do Ministério Público Federal (MPF), com *corpus documental* extenso, assoma-se e contribui para uma descrição mais alargada sobre o que foi realmente cumprido no convento antoniano, como também atesta o abandono praticado pela instituição que o representa, a Arquidiocese de São Salvador da Bahia. Apesar de recente, a ação pública não deixa de ser um epílogo da narrativa de um monumento que, como Hugo Fragoso lembra, não possui um ponto final, mas reticências, de «(...) um longo silêncio de abandono»¹³²².

¹³²⁰ Vide Figura 79 (Apêndice).

¹³²¹ Ou Paraguassú.

¹³²² Hugo Fragoso *Apud* Garcia, *São Francisco do Paraguaçu*, 32.

6.1 Mais pedras franciscanas

O ideal franciscano rapidamente se instalou na Europa no século XIII, enquanto uma nova proposta para a Igreja Católica, mendicante¹³²³. No Brasil, a presença de religiosos tornou-se uma realidade desde os primeiros oito franciscanos que atracaram na Bahia, juntamente com a esquadra cabralina, e que, em terra, rezaram a primeira missa, a 22 de abril de 1500.

Os primeiros cenáculos franciscanos ergueram-se a partir do último quartel do século XVI, na condição de produto e instrumento da expansão e do domínio português. Ora, «Colégios, conventos e mosteiros significavam não apenas centros de escolaridade e catequese, mas de milícia religiosa, proteção territorial e desenvolvimento urbano»¹³²⁴.

A Custódia de S^{to}. Antônio no Brasil foi instalada em 1584, com sede em Olinda, Pernambuco, vinculada à Província portuguesa de S^{to}. Antônio dos Currais, sendo o primeiro cenáculo o Convento de Nossa Senhora das Neves, fundado na então sede mendicante (1585). Entre o último quartel do século XVI e o início do século XVIII, os cenáculos franciscanos estenderam-se territorialmente, principalmente ao longo do século XVII, efeito resultante do alargamento mendicante pela colônia e, entre 1630 e 1654, do domínio holandês, estando a máquina administrativa batava concentrada em Pernambuco¹³²⁵.

A independência da Custódia franciscana brasileira (1649), por autorização do Papa Inocêncio X, com casa capitular sediada em Salvador, abriu caminho para a posterior elevação da mesma a Província (1657). O contexto dessa emancipação religiosa não deixou de ser notado na arquitetura conventual, cujas inovações construtivas dos conventos de Cairu (1654) e de S^{to}. Antônio do Paraguaçu (1658), na Bahia, encetaram um novo modelo de frontispício no Nordeste, segundo Paulo O. de Azevedo, que as compara a um grito de liberdade¹³²⁶.

A Província de Santo Antônio do Brasil criou e vinculou a si um novo corpo administrativo, a Custódia da Imaculada Conceição (1659), que abrangeu os conventos à sul do Espírito Santo, cuja primeira sede foi o Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro. Em 1675, essa Custódia também foi elevada à Província, pela prosperidade dos conventos a ela

¹³²³ Relativamente ao tema, ver o Capítulo 04 desta tese.

¹³²⁴ Carvalho, «Os conventos e igrejas franciscanas do nordeste brasileiro no período colonial», 17.

¹³²⁵ Carvalho, 18; Bourdette, «O legado arquitetônico conventual franciscano no Brasil», 5–6. Realçamos a fundação de conventos pelos franciscanos em Salvador (1587), em Igaraçu (1588), na Cidade da Paraíba, atual João Pessoa (1589-90), em Vitória (1590-91), no Rio de Janeiro (1606-07), em Recife (1606), em Ipojuca (1606), em São Francisco do Conde (durante a 2ª metade do século XVII), em Serinhaém (1630), Santos (1639), em Cairu (1654), no Espírito Santo (1650), em Itanhaém (1655), em Santiago do Iguape, o convento aqui estudado (1658), em Sergipe (1658), em Penedo (1682 ou 1689); em Alagoa, atual Marechal Deodoro (1660 ou 1684), em Itaboraí (1660), e novamente no Rio de Janeiro (1705), entre outras estruturas mendicantes, Carvalho, 18; Bourdette, 5–7.

¹³²⁶ Azevedo, «Ruínas do Convento e Igreja de Santo Antônio (Paraguaçu), Cachoeira e São Félix, Bahia, Brasil».

associados e pela própria extensão das estruturas religiosas, para os quais a existência de uma única Província administrativa mostrou-se insuficiente¹³²⁷.

Os conventos localizados no Nordeste, entre Salvador e João Pessoa, derradeiros no jugo da Província de S^{to}. Antônio do Brasil, agruparam-se na *Escola Franciscana do Nordeste*, como proposto por Germain Bazin (1956)¹³²⁸. A indicação de uma escola de construtores pertencente à Ordem decorria do conjunto de características autóctones comuns, seja na disposição da planta, seja nas estruturas arquitetônicas. Quanto ao frontispício das igrejas, por exemplo, haveria dois modelos: o do Convento de Ipojuca, modelo pernambucano, com feição clássica e triangular; e o do Convento de Cairu, modelo baiano, com composição monumental e piramidal¹³²⁹.

À luz desse termo, os conventos franciscanos nordestinos foram aproximados em características comuns, dentre as quais a presença do claustro à direita da igreja, a existência de galilé, de nave e torre únicas, sendo esta recuada em relação à fachada e situada à esquerda, de adro com cruzeiro e da Capela dos Terceiros perpendicular ao convento. As lacunas existentes no que se alude às construções conventuais¹³³⁰ e, não menos importante, aos construtores impedem uma visão plena da *Escola franciscana* ou a multiplicação de interpretações sobre esse estilo, que deve ser estudado com cautela, como analisado por Ana M. Guzzo, que ainda sublinha a hipótese de possíveis «oficinas ambulantes»¹³³¹ no seio do Nordeste franciscano¹³³².

A inegável repercussão da pesquisa de G. Bazin destaca a sua importância para a bibliografia sobre o tema, dificultada pela escassez das fontes, como mencionado. A utilização dessa teoria para a promoção do património brasileiro pode ser exemplificada com a bem-sucedida proposta de inscrição da Praça São Francisco, em São Cristóvão, Sergipe para a lista do *Património da Humanidade* (2010), da UNESCO¹³³³.

¹³²⁷ Belo, «As Ordens Terceiras de São Francisco na Zona da Mata», 66.

¹³²⁸ Pesquisa que foi resultante de negociações entre o historiador de arte francês e o IPHAN, quando o primeiro estava em viagens pelo Brasil, cf. Uribarren, «Germain Bazin e o Iphan», 118–19.

¹³²⁹ Bazin, *L'architecture religieuse baroque au Brésil*, 1956, 1: 112–24.

¹³³⁰ Carla M. Oliveira considera que as fontes franciscanas são breves e escassas para os séculos XVII e XVIII se comparadas às fontes jesuíticas. Dentre as fontes indispensáveis para o estudo do tema, ela destaca a *Narrativa da Custódia de Santo Antônio do Brasil* ([1584-1621] 1975), de Frei Manuel da Ilha, para o período entre 1584 e 1621; o *Novo Orbe Seráfico Brasília* (1761; 1858), de Frei Antonio de Santa Maria Jaboatão; os *Estatutos da Província de S. Antonio do Brasil* (1709); as *Atas Capitulares da Província de Santo Antônio do Brasil* (1649-1893), em estudo de Frei Venâncio Willeke para a RIHGB (1970); além de documentos avulsos existentes no Arquivo Histórico Ultramarino e no Arquivo Provincial Franciscano do Recife, cf. Oliveira, «Os franciscanos na Paraíba», 122.

¹³³¹ Guzzo, «Arquitetura Franciscana no Brasil», 56.

¹³³² Guzzo, 52–56.

¹³³³ Executive Summary for the inscription on the World Heritage List, 2010. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/uploads/nominations/1272rev.pdf>>, acedido a 10 de junho de 2021.

6.1.1 Convento de Santo Antônio do Paraguaçu

A fundação da casa – que se tornaria o Convento de Sto. Antônio do Paraguaçu, aqui estudado – fora autorizada a 24 de fevereiro de 1649, pelo custódio Frei Pantaleão Bautista, a pedido dos moradores da freguesia. Tendo-se passado quatro anos da autorização, os religiosos deslocaram-se do Sítio do Pontal para implantar o recolhimento no lugar onde agora se encontra, já com a entrada de dois noviços em 1654. A primeira pedra do Convento de S^{to}. Antônio do Paraguaçu foi lançada a 04 de fevereiro de 1658, para a construção da igreja nova, além de corredores e dormitórios. Frei Daniel de São Francisco foi o escolhido para dispor a planta e para estar presente na solenidade de início das obras do noviciado, mas não se sabe o momento ao certo do fim das obras ou da passagem dos religiosos para as instalações definitivas¹³³⁴. Bazin argumenta que elas foram possivelmente rápidas, tendo o frontispício sido cumprido numa única campanha, juntamente com os trabalhos no adro¹³³⁵.

O conjunto mendicante foi edificado voltado para o Rio Paraguaçu, no lagamar do Iguape, um lugar que não era urbano, nem próximo de povoamentos, com um adro que encontrava seus limites nas águas do rio e escadas, para superar o aclive entre o rio e o conjunto. O cruzeiro e os muros laterais adornados com coruchéus e volutas completavam a entrada no espaço religioso, que a seguir apresentava a igreja em pedra e cal. De acordo com Bazin, o frontispício tipo piramidal e escalonado do Convento de Cairu é quase idêntico ao desta igreja¹³³⁶, que também possuía galilé com 5 arcadas, nave única, planta com sacristia transversal, e torre única recuada.

O bloco conventual também se pronunciava para o rio, paralelamente ao adro, à esquerda da igreja, com a qual se comunicava por um claustro quadrangular, ao redor do qual estavam a sala do capítulo, o refeitório e a portaria com capela. O convento era abastecido por um aqueduto nos fundos do terreno construído, próximo da cozinha, que ainda possui uma chaminé cônica¹³³⁷.

Com o serviço de seminário e com um hospital em funcionamento, o convento manteve-se, após a criação da Província de S^{to}. Antônio do Brasil, com a permissão estatutária de 20 frades residentes. Em 1764, a Província alcançava a marca de 470 frades em seus quadros, quando a admissão de noviços foi proibida por 14 anos. O terramoto de Lisboa (1755) e as reformas pombalinas dificultaram o funcionamento dos conventos franciscanos, particularmente se considerarmos o aumento na cobrança de impostos pela metrópole. Em 1797, havia 8 sacerdotes, 5 coristas e 2 donatos no convento; já em 1824,

¹³³⁴ Jaboatão, *Novo orbe serafico brasilico, ou, chronica dos frades menores da provincia do Brasil*, 1:536–38.

¹³³⁵ Bazin, *L'architecture religieuse baroque au Brésil*, 1956, 2:15.

¹³³⁶ Bazin, *L'architecture religieuse baroque au Brésil*, 1956, 1:124.

¹³³⁷ Relativamente à estrutura conventual, vide Figura 80 (Apêndice); Silva, «O Convento de Santo Antônio do Paraguaçu. Proposta de valorização e revitalização do espaço», 9.

dois anos depois da independência brasileira e da fundação do Império, encerrava-se o noviciado no local¹³³⁸.

6.2 O silêncio da queda: abandono e arruinamento

A segunda metade do século XIX representou a decadência do Convento de S^{to}. Antônio do Paraguaçu, quando, em 1857, havia 5 religiosos residentes. Já com o convento degradado, surgiram propostas para atenuar o seu estado, todas elas malogradas, como o plano para a sua transformação num seminário arquiépiscopal ou a concessão de 5 loterias, em 1878, destinadas ao seu conserto¹³³⁹. Nos últimos momentos do Império Brasileiro, registava-se o abandono do convento na passagem do Conselheiro da Província Manoel do Nascimento pelo Iguape, em que o «(...) imponente e grande edifício, que revela a magestade das construções antigas, acha-se hoje abandonado, servindo apenas de guarita às aves nocturnas»¹³⁴⁰.

A determinação do Estado laico pela Constituição de 1891, a primeira Carta a inaugurar a República instaurada a 15 de novembro de 1889, não significou a tomada de bens da Igreja pela República, mas a dispensa das responsabilidades para com a mesma. Com isto, abriam-se as possibilidades para que a Ordem Franciscana no Brasil arranjasse novos meios para a recuperação material dos seus conventos, como o compromisso acordado com a Província de S^{ta}. Cruz da Saxónia, que enviou 30 frades para reocuparem o convento cachoeirense em 1896, providenciando alguns reparos urgentes¹³⁴¹.

Os religiosos europeus logo abandonariam o convento, mas não sem deixar o relato sobre as péssimas condições em que o mesmo se encontrava, como feito pelo Frei Damião Klein. O convento também receberia brevemente frades doentes com febre amarela, transferidos de Salvador. Com essas duas últimas despedidas, descontinuava-se o uso conventual de S^{to}. Antônio do Paraguaçu, enquanto comunidade religiosa regular¹³⁴².

Com a autorização do Papa Bento XV (1914), a Província de S^{to}. Antônio do Brasil entregava, no ano seguinte, a posse do conjunto conventual para a Arquidiocese de São Salvador da Bahia, representada pelo arcebispo Dom Jerônimo Tomé da Silva¹³⁴³. Uma comissão especial foi criada a 19 de janeiro de 1915 para a recuperação da igreja e uso por parte dos moradores, enquanto trechos distantes do terreno seriam alienados e a parte

¹³³⁸ Flexor, *Igrejas e conventos da Bahia*, 54–57.

¹³³⁹ Silva, «O Convento de Santo Antônio do Paraguaçu», 2016, 46. Hugo Fragoso menciona que o Arcebispo da Bahia, D. Joaquim G. de Azevedo, cogitou transformar o espaço numa «Casa de Educação» em 1878, cf. Fragoso, *São Francisco do Paraguaçu*, 198.

¹³⁴⁰ Alfredo V. Pimentel 1938, 428 *apud* Silva, «O Convento de Santo Antônio do Paraguaçu», 2016, 46.

¹³⁴¹ Flexor, *Igrejas e conventos da Bahia*, 58–59; Silva, «O convento de Santo Antônio do Paraguaçu», 2016, 46–47.

¹³⁴² Flexor, 58–59; Silva, 46–47.

¹³⁴³ Silva, 47.

conventual seria demolida para a venda do material considerado irrecuperável, no que era expectável que o dinheiro fosse convertido para a recuperação da igreja. Com as obras paralisadas, alega-se que o convento foi vendido para José Mariano Filho em 1916, que teria retirado boa parte do seu recheio, a fim de decorar o *Solar Monjope*, residência da família no Rio de Janeiro, hoje demolido¹³⁴⁴. Entretanto, possivelmente apenas o recheio foi parte do negócio, dado que o convento continuou sob a posse da Arquidiocese, nas mãos da qual arruinar-se-ia ainda mais devido ao encerramento prolongado das atividades religiosas ou de qualquer outro uso.

6.3 O monumento enquanto objeto de valorização

6.3.1 O tombamento e a avidez pelo restauro

O tombamento do Convento de Santo Antônio do Paraguaçu, de suas ruínas e da igreja, foi oficializado no quarto ano de atuação do SPHAN, sendo o processo breve e, como outros do período, sem estudos prévios. O processo que originou a proteção oficial tem início na própria notificação de tombamento, seguida pela anuência por parte da Arquidiocese de São Salvador da Bahia, proprietária do imóvel, e a inscrição nos Livros do Tombo Histórico e das Belas Artes, a 25 de setembro de 1941¹³⁴⁵.

O tombamento duplo poderia representar uma inovação diante das proteções anteriores, mas não é possível analisar a questão com clareza na documentação institucional, onde não foi dado conhecimento sobre o porquê destas escolhas, ou mesmo a reflexão das possíveis regras ou condições necessárias para a inscrição nos Livros do Tombo, caso existissem. Diante desse *status quo*, acreditamos que a nomeação dos valores de cada monumento era mais uma interpretação individual do técnico, ou do escritório do qual este fazia parte, do que uma política sistemática nacional.

É digno de nota o destaque no cenário nacional e internacional, a exemplo da descrição do convento no catálogo do Museum of Modern Art, de Nova York, *Brazil Builds* (1943), em que consta: «Only a noble building could leave such magnificent ruins»¹³⁴⁶.

Três anos depois da proteção oficial, em 1944, as primeiras reclamações por obras no local faziam-se presentes, com a solicitação da Arquidiocese de São Salvador, por meio do Arcebispo Primaz, entendendo que o convento estava arruinado e a igreja, no início deste percurso. A instituição, como proprietária, carecia de verbas para tamanha empreitada,

¹³⁴⁴ Parecer técnico n.º 618/03, 01 de dezembro de 2003. ASIBA, Controle de Processos e Documentos (CPROD), Processo n.º 01502.000463/2003-34, fls. 2-3.

¹³⁴⁵ Notificação n.º 477, 21 de agosto de 1941; Correspondência Paço Arquiepiscopal da Bahia, 17 de setembro de 1941; Inscrições n.º 173 [Livro do Tombo Histórico] e 239-A [Livro das Belas Artes], 25 de setembro de 1941. ANS, Processo 280-T-41, fls. 2-4. Vide figuras 81-84 (Apêndice).

¹³⁴⁶ Goodwin e Smith, *Brazil Builds*, 66.

requerendo que o SPHAN assumisse essa responsabilidade¹³⁴⁷. Num apelo emotivo, o Arcebispo Primaz recorreu ao sentimento dos baianos pelas tradições da terra que era, por eles, considerada o berço da nacionalidade, e do monumento que, portanto, era um símbolo «de fé e de brasilidade»¹³⁴⁸. O pedido pela reintegração total ou parcial, desse modo, era como o restabelecimento da tradição e da fé perdidas – uma argumentação constante nos processos de valorização de monumentos religiosos no Brasil, inclusive até à atualidade, em que a degradação simbolizaria a perda da fé, ou mesmo a diminuição da religiosidade no país¹³⁴⁹.

A resposta de Rodrigo M. F. de Andrade à Arquidiocese sugeria o interesse do diretor do SPHAN pelo local, visitado em 1939, e, especialmente, o alerta dado sobre a existência de normas que restringiam as intervenções em ruínas, pelo que o monumento poderia apenas ser estabilizado¹³⁵⁰. O mesmo aviso foi dado ao diretor da 5ª Região do Serviço patrimonial, centrada na Bahia, Godofredo Filho, «(...) uma vez que o estado de ruína atingido pelo monumento não mais permite a sua restauração»¹³⁵¹, apontando a preocupação teórica ainda latente no contexto do SPHAN. Nesse momento, pede-se a contratação de um vigilante para o local, acatado no ano seguinte, em 1945, pela 5ª Região do SPHAN.

O possível descrédito¹³⁵² da Arquidiocese para com as premissas defendidas por Rodrigo M. F. de Andrade, relativas às ruínas e ao que já havia sido procedido, no Brasil, nas Ruínas de São Miguel das Missões, fez com que este último contactasse novamente a instituição religiosa, reiterando as premissas conservativas e o interesse do órgão no monumento¹³⁵³. A persistência no tema, a pedido da 5ª Região (BA), a nosso ver, alia a fé à cultura material – principalmente a colonial¹³⁵⁴.

Diante do aumento da degradação e da impossibilidade de realização de missas na igreja, o pároco local reportou as suas preocupações à 5ª Região do DPHAN, em 1949,

¹³⁴⁷ Doc n.º 1961/44/SPHAN, 27 de novembro de 1944. ANS, Série Obras, Cx. 7, 35, Env. 1, fls. 1-2.

¹³⁴⁸ Idem.

¹³⁴⁹ Como no processo de tombamento e valorização das Ruínas do Almagre, em Cabedelo, Paraíba.

¹³⁵⁰ Of. n.º 1101, de 2 de dezembro de 1944. ANS, Série Obras, Cx. 7, P. 35, Env. 1, fl. 5.

¹³⁵¹ Idem, fl. 6.

¹³⁵² Of. n.º 96, de 28 de maio de 1945. ANS, Série Obras, Cx. 7, P. 35, Env. 2, fl. 7.

¹³⁵³ Of. n.º 772, 13 de junho de 1945. ANS, Série Obras, Cx. 7, P. 35, Env. 2, fl. 8.

¹³⁵⁴ Sem embargo, a degradação do monumento não foi vista pelo como acentuada nesse momento pelo diretor da 5ª Região, apesar do desabamento de um muro encimado por ornatos Godofredo Filho descreveu o estado do monumento em comunicação a Rodrigo M. F. de Andrade, juntamente com a contratação do zelador, mas não confirmou se o telhado da igreja de S. A. do Paraguaçu tinha sido reparado pela Arquidiocese. Acreditamos que a manutenção do monumento foi repassada ao zelador recentemente contratado, devido à falta de documentação descritiva sobre os trabalhos de manutenção e devido à descrição dos trabalhos executados pelo mesmo, que incluíam, além da limpeza, conserto de goteiras, reparos de esquadrias e outros serviços. Of. n.º 96, de 28 de maio de 1945. ANS, Série Obras, Cx. 7, P. 35, Env. 2, fl. 7.

alegando que não seriam despendidas quantias vultosas e que as obras eram necessárias diante a eventual queda do telhado e a perda da azulejaria setecentista lá existente¹³⁵⁵.

A vistoria solicitada por Renato Soeiro, então diretor da Divisão de Conservação e Restauração (DCR)¹³⁵⁶, foi executada por Pedro Ghislandi, que orçou o conserto do telhado em Cr\$ 45.000,00, a 06 de outubro de 1949. Mais uma vez, a restauração total do conjunto arquitetônico foi anunciada¹³⁵⁷. Soeiro encaminhou o relatório a Lúcio Costa e Paulo Thedim Barreto, a fim de obter novas sugestões sobre o tema, solicitando que Ghislandi refizesse o orçamento para o telhado, consoante as reflexões dos arquitetos supracitados¹³⁵⁸ sobre «S. Francisco dos Mosquitos» – outro possível nome para o monumento, segundo o engenheiro civil, dado o alto número de insetos no local¹³⁵⁹.

A centralização das decisões da DCR, em âmbito nacional, nas figuras de Lúcio Costa e Paulo T. Barreto, desenrolava-se em conformidade com a estrutura do órgão e o modo como operava nesse período. Ainda em 1949, Barreto procurou pormenorizar o trabalho no telhado¹³⁶⁰, cuja apresentação foi assinalada como impraticável por Costa.

Mais uma vez, Lúcio Costa dissertava sobre as possibilidades de ação institucional em ruínas. O arquiteto modernista criticou a ideia de restauro presente no texto de Ghislandi, pois «Embora não se possa pensar na restauração da igreja, uma vez que já foi despojada, internamente, de toda a obra de talha, é absolutamente necessário preservá-la de maior ruína»¹³⁶¹. Por isso, sugeriu a limpeza do terreno, além do reforço e da desinfecção do madeiramento, da recomposição do telhado e da vedação dos vãos mais expostos¹³⁶².

Apesar da intensa comunicação em 1949, a ausência de novos desenvolvimentos leva-nos a crer na inexistência de um planejamento de obras, nomeadamente no telhado. As ausências identificadas na própria sequência documental do instituto – nos âmbitos federal e estadual – indicam a continuidade do abandono local, interrompida apenas por uma limpeza e retelhamento em 1952¹³⁶³. Nesse contexto, um abaixo-assinado foi elaborado a

¹³⁵⁵ Carta n.º 21, de 10 de junho de 1949. Arquivo da Superintendência do IPHAN na Bahia (ASIBA), mod. 03-A, Cx. 8, P. 315/99-63, n.p.

¹³⁵⁶ Of. n.º 626, de 22 de junho de 1949. ASIBA, mod. 03-A, Cx. 8, P. 315/99-63, n.p.

¹³⁵⁷ Relatório Monumento – “Santo Antonio do Paraguassú”, 6 de outubro de 1949. ANS, Série Obras, Cx. 7, P. 35, Env. 3, fls. 10-19.

¹³⁵⁸ Of. n.º 1302, 11 de novembro de 1949. ANS, Série Obras, Cx. 7, P. 35, Env. 3, fl. 22.

¹³⁵⁹ Relatório Monumento – “Santo Antonio do Paraguassú”, 6 de outubro de 1949. ANS, Série Obras, Cx. 7, P. 35, Env. 3, fls. 10-19.

¹³⁶⁰ Inf. n.º 172, de 1 de novembro de 1949. ANS, Série Obras, Px. 7, P. 35, Env. 3, fls. 23-24.

¹³⁶¹ Inf. n.º 176, de 8 de novembro de 1949 [assinada por Lúcio Costa]. ANS, Série Obras, Cx. 7, P. 35, Env. 3, fls. 20-21.

¹³⁶² Idem.

¹³⁶³ Como, por exemplo, a limpeza e o retelhamento ordenados por Godofredo Filho aquando da sua visita ao local e consequente surpresa quanto à altura da vegetação em 1952, no valor de Cr\$ 500,00, segundo reportado por ele ao diretor do DPHAN, Rodrigo M. F. de Andrade. Conforme: Carta nº 57, 3 de maio de 1952. ANS, Série Obras, Cx. 7, P. 35, Env. 4, fl. 26.

04 de outubro de 1954, cabendo à 5ª Região do SPHAN a atenção à «grande obra nacional», setecentista, ímpar no estado, mas que tendia a ruir¹³⁶⁴.

Ainda conforme o texto do abaixo-assinado, «Já não queremos nos referir à reconstrução da parte do convento, pois desta só restam as paredes, mas à parte do templo, que já se encontra em estado o mais desolador: telhado na iminência de desabar; torre do campanário, abalada na sua estrutura; parte do santuário completamente sem teto»¹³⁶⁵. O possível conhecimento sobre os delineamentos das comunicações relativas ao monumento sugere algum vínculo por parte daquele(a) que incentivou o abaixo-assinado e/ou porventura escreveu o seu texto. A primeira assinatura no documento, por Edson Rubem Ivo de Santana, e um documento posterior escrito pelo mesmo asseveram a suspeição. Mesmo assim, o abaixo-assinado só chegou ao conhecimento do DPHAN no ano seguinte, a 30 de março de 1955 – sem explicações para a comunicação tardia.

Uma carta posterior de Edson de Santana, a 10 de junho de 1955¹³⁶⁶, corroborava a insistência no tema, exigindo compaixão pela grande obra arquitetônica setecentista, então em estado de desolação. Relembrando o abaixo-assinado do ano anterior, Santana afirmou escrever «em nome de toda a população», requerendo os cuidados na igreja – conserto da fachada, das colunas básicas e do teto – enquanto confirmava o apelo do povo e alertava para a possível demolição das estruturas, caso as obras tão logo não se iniciassem¹³⁶⁷.

Os «apelos» foram rotulados como os «(...) novos rogos e patéticos apelos dos moradores locais, os mesmos autores do abaixo-assinado (...)», quando reencaminhados ao DPHAN pelo representante da secção baiana, G. Filho¹³⁶⁸. Não se sabe o porquê da animosidade gerada a partir destas solicitações, mas cabe sublinhar que eram as primeiras solicitações individualizadas – e não em nome de instituições – para o local. Podem, também, ter provocado atritos dentro dos quadros burocráticos do serviço patrimonial, principalmente na 5ª Região do DPHAN.

¹³⁶⁴ Abaixo-assinado, 4 de outubro de 1954 [anexado ao Of. n.º 43, de 30 de março de 1955]. ASIBA, mod. 03-A, Cx. 8, P. 315/99-63, n.p.

¹³⁶⁵ Idem.

¹³⁶⁶ Edson R. Ivo de Santana é médico, proprietário rural e ex-prefeito (1973-1976) de Cachoeira. Ele atuou na proteção e guarda do Convento de Paraguassú até 2006, quando repassou a responsabilidade para um grupo de cinco mulheres pertencentes à comunidade católica de Santiago do Iguape, com documento assinado por todos e pelo pároco local. Termo de Transmissão de Responsabilidade, ASIBA, mod. 03-A, Cx. 8, P. 315/99-63, n.p.

¹³⁶⁷ Carta de Edson Ivo de Santana endereçada ao DPHAN em Salvador, em 10 de junho de 1955. ASIBA, mod. 03-A, Cx. 8, P. 315/99-63, n.p.

¹³⁶⁸ Of. n.º 62, 10 de junho de 1955. ASIBA, mod. 03-A, Cx. 8, P. 315/99-63, n.p.

6.3.2 As primeiras intervenções na igreja

Após atraso provocado pelo mau tempo¹³⁶⁹, o engenheiro civil P. Ghislandi vistoriou o monumento novamente a 14 de agosto de 1955, momento em que também contratou o serviço de limpeza do local, aproveitando-se para criticar as 380 assinaturas do abaixo-assinado de 1954, assim como o seu diretor regional fizera, pois encontrou o monumento tomado pela vegetação – cabe lembrar que a limpeza local não era da responsabilidade dos moradores locais. As dificuldades provocadas pela distância e isolamento do monumento encareciam o valor da mão de obra e do material, segundo o engenheiro, pelo que acreditava que as obras seriam orçadas em, no mínimo, Cr\$ 80.000,00, sendo estas relevantes para que a ruína fosse estancada¹³⁷⁰.

Os serviços considerados urgentes foram autorizados, mesmo que não estivessem pormenorizados, sendo listadas apenas a reconstrução da cobertura da igreja, a limpeza da vegetação e a preparação do monumento para restauros futuros¹³⁷¹. Previstas para 1956, devido aos trâmites orçamentários¹³⁷², as obras foram efetivadas no ano seguinte, sob a coordenação de P. Ghislandi. A partir de então, as ações no monumento foram bianuais (1957, 1959, 1961-1962), sempre iniciadas com ações de limpeza, dentre as quais incluem-se a roçagem e o destocamento, e de drenagem do terreno¹³⁷³.

As obras que decorreram entre janeiro e outubro de 1957, custeadas em Cr\$ 350.000,00, foram concentradas na igreja, considerada uma «semi-ruína», em contraposição ao convento já em fragmentos¹³⁷⁴. Foram executadas a reconstrução do telhado e a consolidação do coroamento das paredes perimetrais na nave, a colocação de gradeamentos em janelas sem esquadrias e os escoramentos e reparos emergenciais nos anexos do monumento, que não foram detalhados¹³⁷⁵. Cabe sublinhar o mau tempo¹³⁷⁶ durante as obras e a insistência do escritório nacional, do DPHAN, sobre a relevância de um plano detalhado de intervenção¹³⁷⁷, mesmo que este fosse redigido no seguimento das obras. Acreditamos que o alerta não surtiu efeito, dada a inexistência do plano de obras na

¹³⁶⁹ A vistoria fora requerida em documentação duas vezes, a 30 de março e a 10 de junho de 1955, por isso a explicação sobre o atraso da mesma. Bilhete assinado por P. Ghislandi, 20 de junho de 1955; Carta n.º 210, em 24 de junho de 1955. ANS, Série Obras, Cx. 7, P. 35, Env. 5, fl. 32.

¹³⁷⁰ VS/Of. n.º 337 e 565, 31 de agosto de 1955. ANS, Série Obras, Cx. 7, P. 35, Env. 5, fls. 34-35.

¹³⁷¹ Carta n.º 289, em 30 de setembro de 1955; Inf. n.º 253, de 28 de setembro de 1955. ANS, Série Obras, Cx. 7, P. 35, Env. 5, fls. 36-38.

¹³⁷² Doc n.º 588/55, 14 de outubro de 1955. ANS, Série Obras, Cx. 7, P. 35, Env. 5, fl. 43.

¹³⁷³ Idem.

¹³⁷⁴ Boletim Mensal de Informações, n.º 1, jan./fev. 1957. ANS, Série Obras, Cx. 7, P. 35, Env. 6, fl. 44.

¹³⁷⁵ Boletim Mensal de Informações n.º 2, mar./jun. 1957 e n.º 3, jul./ago. 1957. ANS, Série Obras, Cx. 7, P. 35, Env. 6, fls. 49 e 54.

¹³⁷⁶ Idem.

¹³⁷⁷ Nota sem localização institucional, de 1 de abril; Of. n.º 465, de 6 de abril de 1957. ANS, Série Obras, Cx. 7, P. 35, Env. 6, fls. 48 e 53.

documentação pesquisada. O rico registro fotográfico foi constante durante as intervenções¹³⁷⁸.

Dois anos depois, entre novembro e dezembro de 1959, o monumento foi novamente inspecionado por P. Ghislandi, no âmbito do serviço de assistência aos monumentos restaurados da Bahia, com o serviço de manutenção da pintura aplicada na igreja e a desinfecção de cupins e formigas, com o custo de Cr\$ 25.895,10¹³⁷⁹.

Entre 1961 e 1962, as novas intervenções mantiveram as preocupações das obras de 1957, ou das próprias vistorias anteriores, com o custo de Cr\$ 400.000,00. Assim, em 1961, os telhados já restaurados foram inspecionados, levando à reposição de telhas partidas e à desinfecção de cupim. Os telhados das abóbadas laterais do pórtico, da entrada da igreja e das tribunas, na nave lateral esquerda, foram reconstruídos; já as bases das paredes da igreja (ala das tribunas e nave), os arcos superiores, a fachada principal, o maciço da torre e outros pontos próximos, foram consolidados¹³⁸⁰.

Os trabalhos considerados emergenciais foram concluídos em 1962, votados ao impedimento do desmoronamento da ala proeminente sobre a maré e no acesso ao nicho situado no ápice do frontão, de modo a evitar a entrada de romeiros e «turistas vadios», como descritos em documentação¹³⁸¹. Num local em que a força da natureza sobrepujava a pedra calcária, realçamos que a limpeza, o retelhamento e a drenagem do terreno foram, nessas últimas intervenções, realizadas também após o término das obras – seja por disponibilidade de verbas, seja pela força dos ventos e da rapidez com que a vegetação crescia e afetava o local¹³⁸².

6.4 Todas as ruínas precisam de pessoas: as críticas e as obras

No artigo *Ruínas Notáveis*, publicado na *Revista de Cultura da Bahia* (1970), Fernando Leal alertava para o desaparecimento gradual do acervo monumental baiano, acumulado durante a colonização, que se transformava em «ruínas tristes e feias»¹³⁸³, desgastadas e tomadas pela vegetação, decorrentes do seu uso inadequado e impróprio, do tempo ou da ignorância daqueles que desconheciam o valor destes bens. A preservação dos bens do passado, revelava um avanço na civilização, segundo ele. Para alcançá-la, deveria investir-se em tombamentos, em legislação e na educação voltada à valorização dos

¹³⁷⁸ Boletins Fotográficos. ANS, Série Obras, Cx. 7, P. 35, Env. 6, fls. 45-47, 50-52 e 55.

¹³⁷⁹ Boletim Mensal de Informações n.º 18, nov./dez.1959. ANS, Série Obras, Cx. 7, P. 35, Env. 7, fls. 64.

¹³⁸⁰ Boletim Mensal de Informações n.ºs. 5-8, nov. 1960/dez.1961. ANS, Série Obras, Cx. 7, P. 35, Env. 8, fl. 83; Env. 9, fls. 85, 91, 92.

¹³⁸¹ Boletim Mensal de Informações n.º 9, jan./fev.1962; Of. n.º 4/1962, 5 de março de 1962. ANS, Série Obras, Cx. 7, P. 35, Env. 10, fls. 95 e 99.

¹³⁸² Boletim Mensal de Informações n.º 10, mai./jun.1962. ANS, Série Obras, Cx. 7, P. 35, Env. 10, fl. 100.

¹³⁸³ Fonseca, «Ruínas Notáveis», 79.

monumentos. A consolidação das estruturas, por sua vez, só se tornaria um instrumento de preservação quando seguida pelo uso adequado do monumento¹³⁸⁴.

O distanciamento entre a população e os monumentos, particularmente os coloniais, foi um tema recorrente nos ciclos de estudos patrimoniais na Bahia, como, por exemplo, no âmbito do Conselho Estadual de Cultura da Bahia, órgão do qual Fernando Leal era membro. Os atritos percebidos nos pronunciamentos dos técnicos da 5ª Região, que desconsideraram os anseios da população local, não eram destoantes do que era discutido à época nos círculos letrados, que defendiam a educação enquanto forma de preservar os monumentos do passado, mas segregavam os pedidos comunitários.

A ditadura civil-militar já era uma realidade quando, durante a *Fase Moderna* do DPHAN/IPHAN, foram incluídas novas disciplinas e novas normativas para áreas antes esquecidas, como a arqueologia. Os avanços científicos surtiram efeitos no campo prático da preservação patrimonial, apesar da insistência na descrição ufanista e elitizada do passado, reforçada inclusive nos quadros técnicos do SPHAN. A população, esquecida, muitas vezes abandonou – uma segunda vez – os monumentos.

Diante disso, presenciava-se o abandono institucional dos monumentos, mesmo que tombados, no Recôncavo Baiano, pois não havia recursos suficientes para abranger todas as necessidades materiais, ainda mais sem o apoio comunitário. Assim, «Na zona rural do Recôncavo, as capelas e as casas de engenhos de um período pretérito estão hoje abandonadas e vão sendo destruídas pela vegetação, ficando como marcos de uma civilização do passado, até que sejam englobados por novos núcleos urbanos»¹³⁸⁵, dentre os quais o Convento de Santo Antônio de Paraguaçu.

A guarda do monumento por parte da família Santana fez com que Edson R. Ivo de Santana mantivesse um contato regular com os serviços do IPHAN na Bahia, enquanto seu protetor, seja para as denúncias contra o abandono ou degradação do local, seja para a colaboração em trabalhos locais. Após as críticas de 1954/1955, que antecederam as primeiras intervenções na igreja, este alertou para o desabamento da parede lateral norte e um trecho da parede lateral leste da sacristia, em 1970. Adicionalmente, reiterou o pedido de reposição de pedras angulares na ala conventual que fica à frente do rio, posto o alto risco de degradação diante do «bater das ondas» e da erosão eólica¹³⁸⁶ – como confirmado em vistoria posterior ao monumento¹³⁸⁷.

¹³⁸⁴ Fonseca, 79–83; 88.

¹³⁸⁵ Fonseca, 88.

¹³⁸⁶ Doc n.º 27, carta de Edson de Santana para Godofredo Filho, de 17 de setembro de 1971. ANS, mod. 03-A, Cx. 8, P. 315/99-63, n.p.

¹³⁸⁷ Também nesta vistoria se constatou a queda de parte do telhado da capela-mor. Inf. s.l., de 19 de agosto de 1971. ASIBA, mod. 03-A, Cx. 8, P. 315/99-63, n.p.

Quatro anos depois, Edson R. Ivo de Santana assinava o documento da Associação em que era presidente, o Rotary Club, para criticar a morosidade na preservação do Convento do Paraguaçu¹³⁸⁸. O recurso por ele utilizado para denunciar a ruína do monumento a partir de locais diferentes aponta a tentativa de comunicação política do arguidor, mas também a possível ausência de informações sobre as intervenções no local, como percebido nos lacunares fundos arquivísticos pesquisados no IPHAN-BA.

O exemplo mais contundente dos vazios presentes nos fundos consultados foi a identificação de uma quitação de três faturas relativas ao restauro da «Igreja de Santo Antônio do Paraguaçu e Ruínas do Respectivo Convento», em 1975, com fotografias comprovativas¹³⁸⁹, mas sem a descrição escrita das ações executadas. Vê-se, pelas imagens¹³⁹⁰, que a fachada da igreja foi pintada e que trechos do convento foram possivelmente estabilizados. Sabe-se também que o cais próximo ao monumento foi restaurado em 1976, com obra financiada pela prefeitura local, durante a gestão do mesmo Edson de Santana (1973-1976)¹³⁹¹.

Uma vistoria executada no dealbar da década seguinte, a 10 de dezembro de 1982, em atendimento ao pedido de E. de Santana, descreveu o então estado do monumento. Na igreja, o telhado da nave e da capela-mor estavam em péssimas condições, com forros, portas e assoalhos inexistentes – nem vestígios do retábulo do altar-mor. O coro da nave e, na parte exterior, o cruzeiro precisavam de restauro. As portas e janelas almofadas estavam em condições deterioradas, tendo a vegetação tomado o adro e a escadaria, que apresentava trechos destruídos. Uma questão urgente era, mais uma vez, a reconstrução do telhado¹³⁹².

Quanto ao convento, as paredes de alvenaria de pedra da área externa e interna estavam de pé, com o registo de lavabos de pedra, restos de painéis de azulejos e de colunas do claustro. As conversadeiras dos vãos das janelas e as cercaduras de pedras dos vãos de esquadrias da fachada permaneciam intactos. A área interna fora tomada pela vegetação, com a ameaça inclusive de raízes de plantas de maior porte, que poderiam desestabilizar as estruturas. Eram trabalhos urgentes, nesse espaço, a limpeza, a prospeção arqueológica e a estabilização total dos trechos da fachada. Mesmo com o alargamento das teorias do restauro e das restrições quanto às intervenções em ruínas, vislumbrava-se a possibilidade

¹³⁸⁸ Doc. n.º 70/75, 15 de agosto de 1975 [assinado por Edson R. I. de Santana]. ASIBA, mod. 03-A, Cx. 8, P. 315/99-63, n.p.

¹³⁸⁹ Vide Figuras 85 e 86 (Apêndice).

¹³⁹⁰ Idem.

¹³⁹¹ Of. n.º 206-75-SSA, 24 de julho; Of. n.º 362-75-SSA, 7 de outubro; Of. n.º 435/75-SSA, 29 de outubro de 1975. ASIBA, mod. 03-A, Cx. 8, P. 315/99-63, n.p.

¹³⁹² Relatório sobre inspeção efetuada à Igreja de Santo Antônio do Paraguaçu e Ruínas do Convento Anexo, de 13 de dezembro de 1982, 1-3. ASIBA, mod. 03-A, Cx. 8, P. 315/99-63, n.p. ou ANS, Série Obras, Cx. 38, P. 97, Env. 03, docs. 5-9. Vide Figuras 87 e 88 (Apêndice).

de «Pelos elementos existentes, haveriam condições de efetuar-se a reconstrução do majestoso e imponente Convento, vez que os espaços apresentam-se íntegros»¹³⁹³, a qual poderia ser financiada com a participação de empresas privadas, como a Fundação Roberto Marinho.

No ano seguinte, mais uma informação técnica atestou o quadro de arruinamento local, após requerimento de E. de Santana a 04 de agosto de 1983. As condições da igreja foram detalhadas no documento, confirmando a degradação da nave, da área externa, da cobertura, das esquadrias e das janelas. Além do telhado da igreja e da estabilidade das paredes laterais, foi dada atenção aos problemas de segurança do local¹³⁹⁴.

Como a preservação da memória não se faz apenas via instituições, um tombamento não possui eficácia alguma se isolado e, no caso do património arquitetónico, que exige significativos investimentos conservativos, o papel da população faz-se não só relevante, mas um ponto-chave para a conservação do bem – seja completo ou em ruínas. No caso do Convento de Sto. Antônio do Paraguaçu, é digno de nota o apoio da população local à sua preservação, a exemplo da atuação de um pároco e, em especial, o trabalho do zelador Sr. Antônio Gonçalves Garcia. O então funcionário da Arquidiocese foi responsável pela manutenção do monumento, mesmo que com varrições e limpezas esporádicas, pela receção de visitantes, dentre os quais a pesquisadora em questão, e por estudos realizados no monumento, tendo concedido entrevistas, recebido meios de comunicação e publicado o livro *São Francisco do Paraguaçu: história e cultura de um povo esquecido* (2018)¹³⁹⁵.

É notória a preocupação patrimonial com que as ruínas são descritas e invocadas por Garcia, enquanto detentoras das histórias do povo e da cidade de Cachoeira, para o qual o tempo histórico se entrelaça, entre passado e presente. Nas suas palavras, «Nós existimos, nós fizemos história e nós ainda estamos aqui»¹³⁹⁶.

6.4.1 A urgência da falta de manutenção

A solicitação de verbas para as intervenções necessárias no telhado foi protocolada pela 5ª Diretoria Regional (antes, 5ª Região) apenas em 1984¹³⁹⁷, após mais um relatório interno, desta vez por Francisco de Santana, a 13 de julho de 1984¹³⁹⁸. O pedido de Cr\$ 15.000.000,00 – que contaria também com a ajuda da população no fornecimento de

¹³⁹³ Relatório sobre inspeção efetuada à Igreja de Santo Antônio do Paraguaçu e Ruínas do Convento Anexo, de 13 de dezembro de 1982, 5. ASIBA, mod. 03-A, Cx. 8, P. 315/99-63, n.p. ou ANS, Série Obras, Cx. 38, P. 97, Env. 03, doc. 8.

¹³⁹⁴ Inf. Téc. nº 108/83, de 22 de agosto de 1983. ASIBA, mod. 03-A, Cx. 8, P. 315/99-63, n.p.

¹³⁹⁵ Garcia, *São Francisco do Paraguaçu*.

¹³⁹⁶ Garcia, 7.

¹³⁹⁷ Of. n.º 436/84, de 01 de agosto de 1984. ASIBA, mod. 03-A, Cx. 8, P. 315/99-63, n.p.

¹³⁹⁸ Relatório de Inspeção e Orçamento, 13 de julho de 1984. ASIBA, mod. 03-A, Cx. 8, P. 315/99-63, n.p.

materiais¹³⁹⁹ – foi libertado no ano seguinte, em 1985, com valor inferior, mas considerável¹⁴⁰⁰.

A liberação de Cr\$ 2.000.000,00 em 1985 permitiu o planejamento das obras no monumento, repensadas diante do desabamento do telhado da igreja, ocorrido aproximadamente em abril do mesmo ano. Neste mesmo mês, 15 pessoas realizaram um mutirão para a roçagem do local, como um meio de reforçar o apoio da população local para as futuras obras¹⁴⁰¹.

Concluídas em 1987, as obras decorreram por meio de administração direta e empreitada, com a limpeza, transporte de pedras das ruínas para o interior da nave da igreja, fechamento de vãos das janelas, execução do telhado, com madeira imunizada, nas áreas da nave, capela-mor – assim como o cravejamento dos beirais, cumeeiras e algerozes nos espaços mencionados, estando o trecho da capela-mor com beirais provisórios. Houve o assoalhamento da área do coro; fechamento provisório das envasaduras da capela-mor com alvenaria dos blocos, conserto de peças do coro e degraus da escada. O arquiteto Francisco de Assis Santana também registou, em relatório, o interesse da comunidade local na recuperação do monumento para uso provisório enquanto classes de 1º grau¹⁴⁰², com o registo de apoio material local¹⁴⁰³.

Dois anos depois, um novo plano de trabalhos estaria em execução pela 5ª DR, estendendo as obras para o convento. A prefeitura de Cachoeira contratou, em 1989, um funcionário para tratar da limpeza permanente do local e que demonstrava interesse na continuação das obras, desta vez, no convento¹⁴⁰⁴. O compromisso foi confirmado pela 5ª DR, na pessoa da sua diretora substituta, Nadir G. F. Lima, juntamente com a instalação da escola de 1º grau no interior do monumento, que nunca foi efetivada¹⁴⁰⁵.

Essas obras foram contratadas por administração direta ainda em 1989, sob a justificativa de serem emergenciais. Estimamos que foram iniciadas no segundo semestre de 1989 e que já estivessem em andamento em outubro, devido ao acompanhamento das intervenções pela comunicação social no período indicado, sob a expectativa de um projeto turístico para o local, destinado à transformação da área conventual num hotel de luxo,

¹³⁹⁹ Idem.

¹⁴⁰⁰ Of. n.º 128/84, de 12 de setembro de 1984. ASIBA, mod. 03-A, Cx. 8, P. 315/99-63, n.p.

¹⁴⁰¹ Doc. n.º 172/85, de 21 de abril de 1985. ASIBA, mod. 03-A, Cx. 8, P. 315/99-63, n.p.

¹⁴⁰² Inf. Téc. N.º 200/87, de 15 de setembro de 1987. ASIBA, mod. 03-A, Cx. 8, P. 315/99-63, n.p.

¹⁴⁰³ Edson de Santana e a empresa de óleo Opalma contribuíram com o fornecimento do madeiramento pesado.

¹⁴⁰⁴ Of. n.º 099/89, de 3 de março de 1989 [do Prefeito de Cachoeira, Salustiano C. de Araújo, para Eduardo Simas, da 5ª DR]. ASIBA, mod. 03-A, Cx. 8, P. 315/99-63, n.p.

¹⁴⁰⁵ Of. n.º 370/89, 17 de julho de 1989. ASIBA, mod. 03-A, Cx. 8, P. 315/99-63, n.p.

ficando a igreja para uso escolar. Para tanto, teriam sido disponibilizados NCr\$ 85.000,00 pelo Ministério da Cultura¹⁴⁰⁶.

Os recursos eram escassos para o plano de trabalho de 1989, segundo Francisco de Assis S. de Santana, que decorria da extensão e das condições físicas do monumento. Por esse motivo, nesse ano foram executadas apenas a limpeza, a remoção do entulho acumulado, a reconstrução de trechos de alvenaria da sacristia e do telhado da sacristia, galilé e corredores laterais da igreja, com rede elétrica instalada. No convento, foram estabilizados trechos de alvenaria, pelo que se esperava o prosseguimento a partir de novos recursos provenientes da FNPM, bem como da iniciativa particular, por meio da *Lei Sarney*¹⁴⁰⁷.

Numa vistoria em fins de dezembro do mesmo ano, o consultor técnico do SPHAN/FNPM, Cyro Lyra, sugeriu o apoio de um historiador da arte ao restauro e, quanto ao madeiramento, um novo tratamento, porque já surgiam cupins¹⁴⁰⁸.

Em 1989, trabalhava-se ora na igreja, ora no convento. As intervenções consistiram no fechamento das brechas de trechos deteriorados, principalmente na fachada conventual, nos escoramentos emergenciais de trechos que apresentavam perigo de desabamento no convento e no adro da igreja; na seleção e guarda de elementos artísticos existentes no local, como azulejos e pedras de cantaria; na recuperação do piso da igreja, em pedra lioz; na revisão do telhado a fim de averiguar novas infestações de cupins; na execução de cercas de madeira externa e emparedamento de tijolos e blocos em vãos de acesso ao monumento; e na recuperação de esquadrias e do sino da igreja¹⁴⁰⁹.

O início da década de 1990 foi marcado pelo seguimento das obras no monumento, também sob a responsabilidade do arquiteto cachoeirense Francisco de Santana. Entre janeiro e dezembro de 1990, foram aplicados Cr\$ 292.592,57¹⁴¹⁰, valores que justificariam o baixo número de profissionais que foram empregues neste ano, além da negativa à continuação da dotação de verbas por parte da FNPM¹⁴¹¹.

O apoio do Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos (CECRE), onde Santana se especializara com projeto sobre o

¹⁴⁰⁶ Lôbo, Júlio César. «Convento é recuperado para dar lugar a hotel de luxo», *Jornal A Tarde*, 9 de outubro de 1989. ANS, Série Inventário, Cx. BA 010 [antiga 019], P. 0002, Env. 11, n.p.

¹⁴⁰⁷ «Ponto de Encontro» [entrevista com o arquiteto Francisco de Assis Santana], *Jornal Tribuna da Bahia*, 15 de outubro de 1989. ANS, Série Inventário, Cx. BA 010 [antiga 019], P. 0002, Env. 11, n.p.

¹⁴⁰⁸ Comunicado Interno nº 301/89, 27 de dezembro de 1989. ASIBA, mod. 03-A, Cx. 8, p. 315/99-63, n.p.

¹⁴⁰⁹ Relatório de Viagem de Inspeção efetuada à Igreja de Santo Antônio do Paraguaçu, 19 de fevereiro de 1990. ASIBA, mod. 03-A, Cx. 8, P. 315/99-63, n.p.

¹⁴¹⁰ Identificação da ação, 5ª Representação Regional da FNPM – em extinção, Obras na Igreja e Convento de Santo Antônio do Paraguaçu, Cachoeira – Bahia. ASIBA, mod. 03-A, Cx. 8, P. 315/99-63, n.p.

¹⁴¹¹ Em vistoria realizada em fevereiro de 1990, existiam um mestre carpinteiro e um servente trabalhando para a obra, justificado pelas razões já mencionadas. Conforme: Relatório de Viagem de Inspeção efetuada à Igreja de Santo Antônio do Paraguaçu, 19 de fevereiro de 1990. ASIBA, mod. 03-A, Cx. 8, P. 315/99-63, n.p.

convento, foi relevante para a realização de pesquisa de arqueologia histórica na área conventual, entre os dias 19 e 30 de novembro de 1990. Os trabalhos ocorreram no seguimento do estágio orientado dos alunos e profissionais do VII CECRE, com a participação de várias entidades nacionais e internacionais, como o SPHAN/FNPM, a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE) e o Mary Washington College¹⁴¹² (Virgínia, EUA)¹⁴¹³.

Os estudos foram concentrados na área chamada Pontal, no lado sul do adro, onde estaria a antiga capela e o hospital, identificando as fundações da capela, os sepultamentos inviolados e uma canaleta de tijolos de barro cozidas, destinada à condução das águas – além de objetos encontrados, como azulejos, loiças, vidros, entre outros, que foram armazenados na zona do coro da igreja. Um processo que incluiu também a comunidade de Santiago do Iguape, com a realização de palestras, e o futuro do trabalho de campo, cujas reuniões consideravam a transformação do local em um sítio-escola¹⁴¹⁴.

O contraponto entre as possibilidades de uso, estudo e interpretação do monumento, principalmente na área do convento, e a escassez de investimentos manteve a morosidade acentuada nas obras de 1990. Os planos de novos trabalhos só possuíam validade se incluídos no cronograma de libertação das verbas – até ao momento indisponíveis por parte do SPHAN/FNPM e ausentes por parte da proprietária do imóvel, a Arquidiocese de São Salvador da Bahia.

Outro problema identificado foi a arbitrariedade documental sobre a disposição das propostas e das obras, que não foram acompanhadas por faturas ou planos dos trabalhos – restando a dúvida sobre o andamento das mesmas. A escolha pela administração direta pode ter sido uma das causas que levou à limitação documental, mas não a única, ou mesmo a principal – pois outras lacunas foram identificadas na documentação consultada.

A proposta da Mehlen no valor de Cr\$ 1.481.388,48 para mais quatro meses de trabalho, a 17 de dezembro de 1990¹⁴¹⁵, por exemplo, que poderia apontar novas ações no extenso convento de Paraguaçu. Já no ano seguinte, a mesma empresa seria encarregue de uma empreitada global entre novembro de 1991 e janeiro de 1992, no valor de Cr\$ 2.056.004,86 – entretanto, com os serviços elencados como já executados¹⁴¹⁶. Eram eles: a

¹⁴¹² A equipa foi composta por dez estudantes do VII CECRE; duas estudantes do Mary Washington College; Edna June Morley, Cypriano Alves Leal (SPHAN/FNPM); Eugênio de Ávila Lins, Ana Maria C. de Lacerda (UFBA); Ulysses Pernambucano de Mello, Expedito José de Freitas (FUNDARPE). Os arqueólogos Carlos Etchevarne (UFBA), Carter Hudgins e Douglas Sanford (Mary Washington College) foram os responsáveis pelas prospecções. Cf. Comunicado Interno n.º 039/91, 04 de fevereiro de 1991. ASIBA, mod. 03-A, Cx. 8, P. 315/99-63, n.p.

¹⁴¹³ Comunicado Interno n.º 039/91, 04 de fevereiro de 1991. ASIBA, mod. 03-A, Cx. 8, P. 315/99-63, n.p.

¹⁴¹⁴ *Idem*.

¹⁴¹⁵ Proposta de execução de obras no Convento e Igreja de Santo Antônio do Paraguassú, 17 de dezembro de 1990. ASIBA, mod. 03-A, Cx. 8, P. 315/99-63, n.p.

¹⁴¹⁶ Atestado, 25 de novembro de 1992. ASIBA, mod. 03-A, Cx. 8, P. 315/99-63, n.p.

estabilização de alvenarias portantes (edícula do lavado, muro do adro); a conservação da estrutura do telhado da capela-mor e da nave; os escoramentos emergenciais na ala conventual e o fechamento das brechas da cúpula da torre sineira¹⁴¹⁷.

Independentemente das questões administrativas, as obras emergenciais prosseguiram, pelo que podemos inferir, com a realização frequente de vistorias, mesmo com a existência de problemas logísticos, como a disponibilidade de transporte para as visitas técnicas ao local. Em março, estavam realizadas, além da limpeza, desinfecção e aplicação de herbicida, a revisão e imunização das estruturas do telhado, serviços de pintura em trechos da igreja, restauro do lavabo do refeitório, escoramentos emergenciais na área conventual, assentamento do sino, fechamento das brechas da abóbada de berço da edícula e de trechos de alvenaria da ala conventual, estabilização do muro do adro¹⁴¹⁸ e da edícula do lavabo, cujos testes comprovaram a sua estabilidade¹⁴¹⁹.

O baixo número de funcionários foi comprovado nas vistorias, como a 10 de janeiro de 1992, quando trabalhavam um carpinteiro/mestre e dois serventes¹⁴²⁰. Nesse contexto, a prefeitura e os moradores locais colaboraram com o IBPC para o custeio da mão de obra e do material, sem especificações sobre o total do montante doado. A empresa responsável pela empreitada – a Mehlen – doou Cr\$ 250.000,00 para, entre outros, a reinstalação do sino; um morador local, doou Cr\$ 29.000,00. Houve o apoio científico de particulares, como nos cálculos para as estruturas de betão armado utilizadas na edícula do lavabo pelo arquiteto Eduardo D. de Cerqueira Filho. Em resposta aos pedidos dos funcionários da secção baiana do serviço patrimonial, foram devolvidos pelos moradores elementos pétreos antes pertencentes ao espaço monumental¹⁴²¹.

6.5 Entre religiosidade, turismo e responsabilidades

A proposta da construção de um hotel no Convento de S^{to}. Antônio do Paraguaçu foi anunciada na comunicação social em 1988, cinco anos depois da readaptação de outro monumento cachoeirense a hospedaria. Com a *Pousada do Convento* já em atividade no Convento do Carmo, no centro da cidade, existente até aos dias atuais, não era estranho um novo projeto arquitetónico num município – e estado – que tem no turismo uma das suas principais atividades económicas. Ademais, o resultado económico esperado com o projeto

¹⁴¹⁷ Idem.

¹⁴¹⁸ Relatório de viagem, município de Cachoeira-Bahia, 24 de fevereiro; 2 de março; 23 de março de 1992; Relatório de conclusão de obras, 24 de março de 1992. ASIBA, mod. 03-A, Cx. 8, P. 315/99-63, n.p.

¹⁴¹⁹ Relatório de viagem, município de Cachoeira-Bahia, 9 de março de 1992. ASIBA, mod. 03-A, Cx. 8, P. 315/99-63, n.p.

¹⁴²⁰ Relatório Viagem efetuada ao município de Cachoeira – Bahia, 13 de janeiro de 1992. ASIBA, mod. 03-A, Cx. 8, P. 315/99-63, n.p.

¹⁴²¹ Relatório de viagem, município de Cachoeira-Bahia, 24 de fevereiro; Relatório de conclusão de obras, 24 de março de 1992. ASIBA, mod. 03-A, Cx. 8, P. 315/99-63, n.p.

amparava a recente procura por novos empregos, face aos despedimentos decorrentes do encerramento da fábrica Opalma¹⁴²².

O projeto do hotel, elaborado pelo arquiteto Francisco de Santana, foi distinguido no *VI Curso de Especialização em Recuperação de Núcleos Históricos* (CECRE, UFBA), e estaria orçado em US\$ 1.000.000,00, destoante dos recursos libertados pelo Ministério da Cultura, num total de NCr\$ 85.000,00¹⁴²³. O projeto apresentava como mote o uso social da ruína, que nesse caso seria o ponto de partida para a sua reintegração total, em que os elementos novos seriam distinguidos dos antigos, estando a igreja votada a outros propósitos, como a escola e a atividade religiosa¹⁴²⁴.

O meu projeto [de Francisco de Assis S. de Santana] prevê, inicialmente, sustar o processo de arruinamento generalizado do imóvel – acentuado depois que ele foi esvaziado em 1888 – e, em segundo lugar, procurar encontrar soluções que facilitem a sua integral restauração, adaptando os seus espaços internos e externos às necessidades atuais das comunidades do Recôncavo, adequando-os às novas funções, quer sejam de natureza cultural, educacional ou de lazer, como um hotel que projetei com 30 apartamentos, 16 cabanas individuais, áreas para esporte e estacionamento amplo e marina, entre outras coisas. É indispensável que, depois de recuperado integralmente, dê-se ao imóvel uma destinação social, porque, do contrário, ele poderá entrar novamente em processo de arruinamento¹⁴²⁵.

A 7ª Coordenação Regional (CR), do então IBPC na Bahia (antes 5ª DR e, posteriormente, 7ª SR), procurou meios de angariar mais verbas em julho de 1992, para o projeto, em duas frentes: a física, votada ao restauro da igreja, estabilização do convento e o restauro do sistema de abastecimento de água; e a económico-social, destinada ao uso dos espaços da igreja pela comunidade e a ocupação dos espaços do convento (por entidades ou particulares). Assim, o projeto foi apresentado ao Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), para obter recursos junto do Fundo Nacional de Cultural (FNC)¹⁴²⁶.

Em março de 1993, foram solicitados Cr\$ 2.484.853.700,00 ao IBPC, para serviços técnicos considerados emergenciais nos telhados, pisos e outros trechos da igreja, mais uma vez a realçar o possível uso futuro da igreja pela comunidade (escola ou salas de reunião) e do convento, como pousada¹⁴²⁷.

Outra manifestação de interesse sobre a hospedaria no local surgiu com Carlos Eduardo R. Diniz Gonçalves, a 10 de julho de 1995, primeiramente solicitando uma cópia do

¹⁴²² Idem.

¹⁴²³ Lôbo, Júlio César. «Convento é recuperado para dar lugar a hotel de luxo», *Jornal A Tarde*, 9 de outubro de 1989. ANS, Série Inventário, Cx. BA 010 [antiga 019], P. 0002, Env. 11, n.p.

¹⁴²⁴ Idem.

¹⁴²⁵ Idem [trecho da entrevista à Francisco de Assis Salgado de Santana].

¹⁴²⁶ Of. nº 449/92, de 21 de julho; Comunicado Interno e Formulário PRONAC, de 20 de julho de 1992. ASIBA, mod. 03-A, Cx. 8, P. 315/99-63, n.p.

¹⁴²⁷ Quadro Utilização/Intervenção proposta/Recursos, s.l, de 02 de abril de 1993. ASIBA, mod. 03-A, Cx. 8, P. 315/99-63, n.p.

projeto ao IPHAN, como orientado em contacto com o autor do projeto e funcionário do órgão, F. de Santana¹⁴²⁸. De posse dos documentos e face aos recursos que deveria investir na fase seguinte, no projeto do *Resort Hotel*, solicitou uma Carta de Intenções à 7ª Coordenação Regional do IPHAN¹⁴²⁹, para que tivesse prioridade no empreendimento até aos nove meses seguintes, comprometendo-se a investir cerca de R\$ 5.000.000,00¹⁴³⁰.

Apesar da negativa à assinatura do documento, após aconselhamento jurídico¹⁴³¹, o IPHAN assegurou a prioridade solicitada e o total apoio ao empreendimento, recomendando o contato com a proprietária do imóvel, a Arquidiocese de São Salvador¹⁴³². Esta última, por sua vez, não foi rápida na resposta ao empresário, o que fez com que este requeresse um novo prazo para o seu pleito junto ao IPHAN, enquanto aguardava a comunicação da representação religiosa baiana¹⁴³³ sobre o tema.

Em paralelo às negociações para a implantação do *Santo Antônio do Paraguassu Resort Hotel*, o IPHAN retomou as obras no local em 1996, com os recursos libertados pelo PRONAC, com contrato firmado novamente com a empresa Mehlen, no valor de R\$ 153.699,00. As intervenções foram iniciadas em meados de janeiro de 1996, com o término das atividades previsto a 05 de julho¹⁴³⁴, porém prorrogado até outubro do mesmo ano, em decorrência do mau tempo¹⁴³⁵.

As obras incluíram a consolidação estrutural de trechos do convento; a execução de zonas com telhado e de novas alvenarias de pedra e de tijolo em áreas deterioradas; o restauro da escadaria, de paredes laterais, da base do cruzeiro e de elementos do adro frontal à fachada principal da igreja; além da limpeza de todo o monumento¹⁴³⁶, que estava sempre suscetível ao rápido crescimento da vegetação. Entre 27 e 31 de janeiro de 1997, dois muros em frente à igreja foram recuperados¹⁴³⁷.

¹⁴²⁸ Doc. n.º 536, 10/11 de julho de 1995. ASIBA, mod. 03-A, Cx. 8, P. 315/99-63, n.p.

¹⁴²⁹ Como era preciso uma pessoa jurídica, Carlos Eduardo Gonçalves usou o nome da empresa em que era Sócio Diretor, a MD Som Comércio e Serviços Lda. Nos documentos subsequentes, trata-se por grupo empresarial liderado por Carlos Eduardo Gonçalves.

¹⁴³⁰ Doc 661/95, de 01 de agosto; Protocolo de intenções [assinado por Carlos Eduardo Gonçalves]; Protocolo Proc. 194/95, 09 de agosto de 1995. ASIBA, mod. 03-A, Cx. 8, P. 315/99-63, n.p. O protocolo aberto no mesmo dia junto à 7ª CR do IPHAN, sobre o tema em questão, recebeu o n.º 01502 000194/95-17.

¹⁴³¹ Doc. n.º 194/95, 7 de agosto de 1995. ASIBA, mod. 03-A, Cx. 8, P. 315/99-63, n.p.

¹⁴³² Of 329/95, 16 de agosto de 1995. ASIBA, mod. 03-A, Cx. 8, P. 315/99-63, n.p.

¹⁴³³ A negociação prolongada entre Arquidiocese e o grupo empresarial – assinando *Santo Antônio do Paraguassu Resort Hotel* – foi encontrada na solicitação da prorrogação da prioridade do investimento hoteleiro ao IPHAN por mais quatro meses, que foi aceite pelo IPHAN. Doc 419/96, 20 de maio; Of. n.º 295/96, 21 de maio de 1996. ASIBA, mod. 03-A, Cx. 8, P. 315/99-63, n.p.

¹⁴³⁴ Termo de Atingimento do Objetivo, 11 de abril de 1996. ASIBA, mod. 03-A, Cx. 8, P. 315/99-63, n.p.

¹⁴³⁵ Inf. COFIC/CISET/MinC n.º 41/96, 9 de setembro de 1996; Memo. n.º 280/96, de 16 de setembro de 96. ASIBA, mod. 03-A, Cx. 8, P. 315/99-63, n.p.

¹⁴³⁶ Of. n.º 681/96, 09 de outubro de 1996. ASIBA, mod. 03-A, Cx. 8, P. 315/99-63, n.p.

¹⁴³⁷ Também o madeiramento foi concluído e duas imagens de madeira policromada foram recuperadas. Inf. n.º COFIC/CISET/MinC n.º 76/97, de 19 de março de 1997. ASIBA, mod. 03-A, Cx. 8, P. 315/99-63, n.p.

Paralelamente, a concordância da 7ª CR do IPHAN com o projeto hoteleiro¹⁴³⁸, com intermediação por parte da coordenação nas conversas sobre o empreendimento, entre a Arquidiocese e os empresários interessados. Ademais, «(...) é fundamental registrar que, durante todos estes anos, o IPHAN tem efetuado várias intervenções de consolidação e restauração, conseguindo resgatar totalmente a igreja e estabilizar as ruínas do Convento, permitindo que sua recuperação total seja viabilizada»¹⁴³⁹.

Apresentando-se com o nome social, o *Santo Antônio do Paraguassú Resort Hotel* (SAPRH) abriu protocolo na então 7ª Superintendência Regional (SR) do IPHAN na Bahia, a 22 de setembro de 1999, na intenção de celebrar um *Termo de Compromisso* com o órgão que, nestes últimos anos, demonstrou concordância com o projeto hoteleiro no Lagamar do Iguape. Realçando ter encontrado um investidor para o projeto, após três anos de procura, o SAPRH protocolou o pedido de cadastro do monumento no IPHAN, utilizando o projeto de autoria de Francisco Santana¹⁴⁴⁰.

A resposta jurídica da 7ª SR, entretanto, apontava a ausência de avaliação ou parecer técnico dos órgãos competentes para a implantação do *resort* no monumento, da comprovação de funcionamento regular do SAPRH ou mesmo de um procedimento licitatório que validasse o contrato administrativo. Além do mais, os interesses entre as partes não coincidiam mais, pois «Enquanto o IPHAN se preocupa com a restauração e recuperação que possibilite um uso compatível com a integridade do bem tombado, a postulante como empresa, naturalmente almeja a exploração comercial e turística do sítio histórico»¹⁴⁴¹, pelo que, nesses termos, recomendava-se o indeferimento da proposta a 08 de outubro de 1999¹⁴⁴².

A negativa do setor jurídico congelou, mais uma vez, o projeto em questão. Por outro lado, cumpre enfatizar a mudança de posicionamento da secção baiana do serviço patrimonial, a 7ª SR, que não mais apoiava o projeto hoteleiro.

6.5.1 Um monumento ameaçado

Apesar das declarações da coordenação baiana do IPHAN e do quadro propenso a novas e faustosas ações, o monumento foi incluído na lista *100 most endangered sites*, da World Monuments Fund (WMF), para o biênio 2000-2001. A confirmação da participação no World Monuments Watch (WMW), segundo o WMF em carta à 7ª CR, não implicava

¹⁴³⁸ Inf. COFIC/CISET/MinC n.º 76/97, 19 de março de 1997; Of. n.º 667/97, 12 de setembro de 1997. ASIBA, mod. 03-A, Cx. 8, P. 315/99-63, n.p.

¹⁴³⁹ Inf. COFIC/CISET/MinC n.º 76/97, 19 de março de 1997. ASIBA, mod. 03-A, Cx. 8, P. 315/99-63, n.p.

¹⁴⁴⁰ Doc n.º 1196/99, 22 de setembro de 1999, com a abertura do processo n.º 01502.000315/99-63. ASIBA, mod. 03-A, Cx. 8, P. 315/99-63, n.p.

¹⁴⁴¹ Parecer Projur/7ª SR-IPHAN/nº 007/99 [Doc 315/99], 08 de outubro de 1999. ASIBA, mod. 03-A, Cx. 8, P. 315/99-63, n.p.

¹⁴⁴² Idem.

diretamente o financiamento de projetos no local, pelo que se deveria enviar um ensaio sobre o monumento até junho de 1999, para que a decisão sobre o subsídio fosse deliberada em abril de 2000¹⁴⁴³.

De acordo com a candidatura entregue em 1999, o conjunto religioso (igreja e convento) estava abandonado e em risco de colapso, posto que o plano de emergência de 1988 ainda não estivesse implementado. O IPHAN estava em processo de atualização da documentação e das pesquisas sobre o local, enquanto procurava reunir condições de financiamentos das obras. A nomeação apontava a necessidade de estabilização das estruturas assim que os financiamentos para o restauro fossem obtidos. No entanto, o projeto nunca foi desenvolvido, mantendo-se apenas na *Lista de Observação*¹⁴⁴⁴ – como é possível constatar no sítio institucional do WMF¹⁴⁴⁵. Não há registros de avanço documental do IPHAN junto do WMF, com fins de angariação internacional de verbas – o que não deixava de postergar o arranque das obras, sempre consideradas emergenciais.

Nesse contexto de ausência institucional, um plano de obras foi aprovado juridicamente a 08 de dezembro de 2003¹⁴⁴⁶, novamente com a dispensa de licitação, justificada pelo risco iminente de colapso de trechos de estruturas portantes, como os da ala conventual, do cais do adro e da alvenaria do cais a sul do adro¹⁴⁴⁷. O *Plano de obras*, de novembro de 2003, discriminava os serviços a serem realizados na igreja, nos objetos móveis que compunham o seu acervo, no aqueduto, no poço, no cais e no convento. Após a limpeza e preparação do terreno, as obras seguiriam, na igreja, com a demolição do reboco de alvenarias nos trechos a serem apontados pelo fiscal do IPHAN; a remoção de pisos de tijoleira na área da portaria, capela, parlatório, torre sineira e sala capitular, como também da cobertura dos telhados da galilé e do trecho do degrau em tijolo maciço no adro; a pintura das paredes, das esquadrias e outras superfícies, com os materiais específicos; o envernizamento do coro e do púlpito; a restauração das pinturas artísticas na cantaria do arco cruzeiro, nas bacias das tribunas da nave e nas cercaduras da capela mor; e a

¹⁴⁴³ Doc 0636/99 [Correspondência WMF-7ªCR-IPHAN], 4 de junho de 1999. ASIBA, mod. 03-A, Cx. 8, P. 315/99-63, n.p.

¹⁴⁴⁴ Stephanie Ortiz (WMF), email enviado à autora, 14 de junho de 2021. Agradecemos à Dra. Stephanie Ortiz pela cordialidade e presteza na descrição da nomeação do Convento de Santo Antônio do Paraguaçu.

¹⁴⁴⁵ WMF, <<https://www.wmf.org/project/santo-antonio-do-paragua%C3%A7u>>, acedido a 20 de maio de 2021.

¹⁴⁴⁶ Neste âmbito, o Plano de Obras estabelecia as condições das obras, a especificação dos materiais, das instalações da empreitada e de cada etapa a ser implementada, pormenorizando-a. Parecer n.º 026/03-GAB/PROJUR/IPHAN. ASIBA, CPROD, Processo 01502.000463/2003-34, fls. 94-97.

¹⁴⁴⁷ Memorando n.º 0903/03; Parecer técnico n.º 618/03, ambos de 01 de dezembro de 2003. ASIBA, CPROD, Processo 01502.000463/2003-34, fls. 1-4.

restauração em trechos da nave e nos locais apontados pelo responsável técnico do IPHAN¹⁴⁴⁸.

O plano previa também a execução de fundações, conforme o projeto estrutural. No aqueduto e no poço, as alvenarias de tijolo maciço seriam recompostas. No convento, seriam realizadas a escavação manual com e sem o expurgo de material, para averiguar as condições das estruturas de betão e no intuito de encontrar resquícios de alvenaria de pedra antes existentes; a estabilização da alvenaria de pedra do cais do adro; a execução de alvenaria no muro interno e externo norte; a recomposição da alvenaria do claustro (tijolo maciço e pedra); a escarificação e fechamento de brechas do trecho sul do cais, junto à ponte; a recomposição da cruz e voluta do frontão; a implantação de 4 soleiras e 2 blocos de arenito rústico no claustro; e a anastilose de 6 colunas de arenito no claustro e da bacia do lavabo da ala conventual¹⁴⁴⁹.

A cotação de preços para a empreitada foi vencida pela Mehlen Construções Ltda., com o valor total de R\$ 313.886,63¹⁴⁵⁰, estando a fiscalização da obra sob a alçada do mesmo arquiteto do IPHAN responsável pelo *Plano de Obras*, Francisco Santana. As obras foram entregues em caráter definitivo, a 24 de maio de 2004¹⁴⁵¹.

6.5.2 As exigências da memória: a alteração judicial

O procedimento administrativo n.º 1.14.000.000715/2011-82, destinado a apurar o estado de abandono em que o monumento se encontrava, foi aberto pelo Ministério Público Federal (MPF) contra a Arquidiocese de São Salvador da Bahia, a 29 de março de 2011¹⁴⁵², transformado em inquérito civil público, a 29 de julho do mesmo ano¹⁴⁵³. A preocupação com o nível de degradação do Convento de Santo Antônio do Paraguaçu já era averiguada pela Procuradoria Pública de Cachoeira-BA desde 2010, tendo esta solicitado informações e responsabilidades à Arquidiocese e ao IPHAN, culminando na notificação responsável pela abertura do processo junto ao MPF, uma vez que um órgão estadual não possuía jurisdição no monumento tombado nacionalmente.

¹⁴⁴⁸ Dentre os objetos do acervo da igreja, seriam restaurados um sino pequeno e duas imagens de madeira policromada. Plano de Obras [Arquiteto Francisco de Assis Salgado Santana], de novembro de 2003. ASIBA, CPROD, Processo 01502.000463/2003-34, fls. 5-21.

¹⁴⁴⁹ Idem. Um ponto invulgar do Plano em questão foi a exigência da qualidade dos materiais, pelo que foi ventilada a recusa destes para os casos em que fossem considerados inadequados.

¹⁴⁵⁰ O valor estava um pouco abaixo do que fora previsto no Plano de Obras, R\$ 317.608,95. Parecer técnico n.º 0626/03, de 03 de dezembro de 2003. ASIBA, CPROD, Processo 01502.000463/2003-34, fl. 87.

¹⁴⁵¹ Cumpre realçar que foram primeiro entregues em caráter provisório, a 23 de abril de 2004. Termo de recebimento provisório de obra, de 23 de abril; Termo de recebimento definitivo de obra, de 24 de maio de 2004. ASIBA, CPROD, Processo 01502.000463/2003-34, fls. 253; 276. Vide Figuras 89-90 (Apêndice)

¹⁴⁵² Despacho MPF, Caroline Rocha Queiroz (Procuradora da República), de 29 de março de 2011. Justiça Federal. Seção de Justiça da Bahia (SJBA). Processo Judicial Eletrônico (PJe) n.º 1003602-15.2017.4.01.3300, P. 2473885, fls. 2-3.

¹⁴⁵³ Portaria n.º 127, de 29 de julho de 2011. Justiça Federal, SJBA, PJe n.º 1003602-15.2017.4.01.3300, P. 2473911, fls. 94-95.

O IPHAN foi primeiro contactado pelo MPF, a 11 de abril de 2011, para que o informasse sobre as condições do convento franciscano. O parecer oficial do órgão, em resposta tardia (25 de agosto), lembrava a extensão da área conventual, de 5.590,00 m², onde trabalhava apenas um zelador – o Sr. Antônio Gonçalves Garcia¹⁴⁵⁴. Havia missas nos quintos domingos do mês, o que ocorria aproximadamente quatro vezes ao ano, estando fechado ao público nos demais momentos. Ainda de acordo com o parecer de João L. Leal, que realçou as obras findas em 2004, não havia condições para que o monumento fosse reutilizado, de algum modo, uma vez que isso exigiria esforços bem maiores do que os já realizados até o momento, devido às dimensões do bem, às dificuldades logísticas das obras e à falta de investimentos e de infraestrutura local¹⁴⁵⁵.

A Arquidiocese, ré no inquérito, defendeu-se alegando que pouco tinha feito para a manutenção do monumento, devido ao dispêndio financeiro que a tarefa implicava. De outra forma, lembrava o interesse hoteleiro no local, com altos investimentos previstos para Cachoeira entre 2010 e 2013, sem considerar que já estivessem a 14 de janeiro de 2012.

Possivelmente estimulada pelos requerimentos de novas informações e ações por parte do MPF-BA no âmbito do inquérito¹⁴⁵⁶, a Arquidiocese estabeleceu convênio com a empresa Nova Dimensão Gestão e Desenvolvimento Imobiliário Lda., em agosto de 2012, em regime de exclusividade, no intuito de analisar a viabilidade de restauração e reabilitação total do convento e da implantação e operação de um projeto turístico e cultural no monumento¹⁴⁵⁷. A empresa contratada protocolou no IPHAN um estudo preliminar para execução de obras no Convento de Santo Antônio do Paraguaçu em março de 2014¹⁴⁵⁸, dos arquitetos Wolney Ortiz de Oliveira e Pedro Cedraz Nery¹⁴⁵⁹.

¹⁴⁵⁴ O documento registava que Garcia fazia varrições esporádicas da igreja, mas alegava que o mesmo não possuía vínculos empregatícios, sendo remunerado pela comunidade, o que não correspondia com o que foi informado pela Arquidiocese. Esta última alegou possuir um funcionário no local, em documento posterior a este, cuja missão, segundo ela, era «(...) impedir o acesso de pessoas não autorizadas e zelar permanentemente pelas distintas dependências do convento, conservando e monitorando as edificações com o intuito de avisar à Arquidiocese frente a qualquer anomalia». Carta da Arquidiocese de São Salvador da Bahia, 25 de março de 2013. Justiça Federal, SJBA, PJe n.º 1003602-15.2017.4.01.3300, P. 2473911 Fls. 130-131.

¹⁴⁵⁵ Parecer técnico nº 0300/11, de 16 de agosto de 2011, Justiça Federal, SJBA, PJe n.º 1003602-15.2017.4.01.3300, P. 2473911, fls. 99-103.

¹⁴⁵⁶ Ao longo do processo judicial, os pedidos de informação do MPF eram constantes, principalmente endereçados ao IPHAN e à Arquidiocese. A articulação política e as demandas do órgão junto à Arquidiocese, principalmente, fazia com que as respostas desta última paulatinamente contivessem mais ações do que explicações – culminando na contratação da empresa Nova Dimensão.

¹⁴⁵⁷ Cta. da Arquidiocese de São Salvador da Bahia [em resposta ao MPF], 25 de março de 2013; Instrumento particular de ajuste de intenções, obrigações e outros pactos (...), 28 de agosto de 2012. Justiça Federal, SJBA, PJe n.º 1003602-15.2017.4.01.3300, P. 2473911, fls. 130-136

¹⁴⁵⁸ Protocolo n.º 01502.000794/2014-27, recebido pelo IPHAN a 28 de março de 2014. Justiça Federal, SJBA, PJe n.º 1003602-15.2017.4.01.3300, P. 2473914, fl. 21.

¹⁴⁵⁹ Convento de Santo Antônio de Paraguaçu [Nova Dimensão e Arquidiocese de São Salvador da Bahia], março de 2014. ASIBA, Protocolo n.º 01502.000794/2014-27, fls. 11- 24. Ver Figuras 91 e 92 (Apêndice).

O *Convento de Santo Antônio Resort, Congressos & Marina* seria um complexo construído sobre as ruínas do convento, aproveitando-as e adaptando-as no pavimento térreo, sendo o primeiro pavimento inteiramente construído, a compor uma estrutura com sabor colonial, que conteria: centro de convenções, marina com atracadouro flutuante, centro de negócios, sala de leitura, piscina, *spa*, restaurante, sala de jogos, salas de estar, além de um total de 23 quartos. A igreja não foi incluída no projeto¹⁴⁶⁰.

Apesar das aquiescências anteriores por parte do IPHAN, o projeto foi indeferido em parecer da arquiteta Karina Monteiro de Lira, ratificado pelo superintendente do IPHAN da Bahia, Bruno Cesar Sampaio Tavares (2014)¹⁴⁶¹. A condição arruinada do convento impossibilitava a aprovação do projeto, pois «acarretaria na transformação de um documento histórico em um pastiche (falso histórico)»¹⁴⁶², pelo que se propunha que a proposta fosse reformulada, de modo que o monumento fosse tratado enquanto ruína, respeitando a sua pátina, promovendo a consolidação estrutural¹⁴⁶³.

A proposta pretende 'restaurar' as ruínas do convento, através de sua recomposição, e intervenções pontuais, para adequação dos espaços ao novo uso. Dentro de todo o processo de formação do pensamento preservacionista, o tratamento das ruínas sempre se colocou como uma polêmica. Mas atualmente, já se tem como consenso, vastamente difundidos nos teóricos do restauro mais recentes, e nas conhecidas cartas patrimoniais, de que **ruína não se restaura (nem se faz qualquer intervenção direta), se consolida**¹⁴⁶⁴.

Não consta, no documento, o porquê da mudança de pensamento do órgão patrimonial diante do empreendimento de luxo, antes bem-visto, mas decerto o parecer inseria-se num período diferente do fim do século passado, e a viragem do milénio também representou alterações institucionais – seja sobre o Convento do Paraguaçu, seja sobre os monumentos na Bahia e no país.

A Bahia tornou-se um estado-referência nos estudos de conservação e restauro, devido ao papel desempenhado pelo CECRE, pela UFBA e pelo IPHAN, como também, entre outros, pelo grande *corpus* monumental existente no estado. Os tombamentos ou processos de valorização dos monumentos tornaram-se elementos de reflexão teórica e técnica, nos quais a teoria do restauro científico galgou espaço, amparados pelas mudanças institucionais, doutrinárias e técnicas das últimas três décadas do século passado no serviço patrimonial nacional, impulsionada pelas consultorias das UNESCO, pela maior formação

¹⁴⁶⁰ Idem.

¹⁴⁶¹ Parecer técnico nº 0242/14, Karina Monteiro de Lira (arquiteta IPHAN), de 15 de maio de 2014. Justiça Federal, SJBA, PJe n.º 1003602-15.2017.4.01.3300, P. 2473914, fls. 30-31.

¹⁴⁶² Idem, fl. 30.

¹⁴⁶³ Idem.

¹⁴⁶⁴ Idem. Destaque da autora.

científica e participação dos técnicos do IPHAN em eventos científicos, entre outros – que não deixam de ser um fenômeno nacional, do qual a Bahia era referência.

Ademais, a noção de patrimônio cultural e o método por trás de sua exposição, conservação e restauro foram objetos de análise e de mudanças. Dentre os momentos-chave dessas alterações na atitude do órgão na Bahia, destacamos os tombamentos do Terreiro Casa Branca, Salvador, e da Cidade das Pedras (Igatu), Andaraí, e a restauração da Casa da Torre Garcia D'Ávila, Mata de São João.

O tombamento do terreiro de candomblé da Casa Branca, ou Ilê Axé Iyá Nassô Oká, a 14 de agosto de 1986, foi um momento-chave no alargamento da noção de patrimônio cultural no Brasil¹⁴⁶⁵. O tombamento do monumento soteropolitano, para Gilberto Velho, representava o pluralismo sociocultural da sociedade brasileira, multiétnica, bem como uma reparação estatal frente às perseguições e à intolerância religiosa afro-brasileira. O reconhecimento de um número maior de monumentos que não advinham da tradição luso-brasileira posteriormente ao tombamento, é digno de nota¹⁴⁶⁶.

O conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Igatu, ou Xique-Xique do Igatu, ou Cidade das Pedras, foi tombado a 20 de junho de 2000¹⁴⁶⁷, unindo materialidade e imaterialidade, como na salvaguarda das ruínas das antigas locas dos garimpeiros, que se mantiveram arruinadas mesmo com a urbanização turística iniciada na década de 1990, que atualmente é regulada pelo IPHAN¹⁴⁶⁸.

Outro marco emblemático do patrimônio cultural baiano e brasileiro, no campo da conservação e restauro, foi o processo de proteção e revitalização da Casa da Torre Garcia D'Ávila, concluído em 2002¹⁴⁶⁹. A defesa da proteção dos remanescentes do «castelo» baiano esteve presente desde os primeiros tempos do então SPHAN, com Lúcio Costa. O bem, tombado desde 1938, juntamente com a capela de Nossa Senhora da Conceição, foi alvo de intervenções no local entre 1957 e 1959 e 1979 e 1981, ambas com Fernando Machado Leal como arquiteto responsável, que também atuou nas Ruínas de São Miguel das Missões. O último processo de valorização (1999-2002) no local contou com R\$ 7.000.000,00 para serem investidos na consolidação das estruturas, para a construção de um centro de recepção e de um novo acesso ao local, entre outros. O novo acesso, por sua

¹⁴⁶⁵ Inscrição n.º 504 no Livro do Tombo Histórico e n.º 093 no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, a 14 de agosto de 1986, resultante do Processo de tombamento n.º 1067-T-82.

¹⁴⁶⁶ Velho, «Patrimônio, negociação e conflito», 240. Cabe sublinhar que G. Velho foi o redator do tombamento do terreiro Casa Branca no CC-IPHAN, em 1984. As tensões no processo decisório, segundo o antropólogo, perpassaram os salões do Conselho do órgão, envolvendo a sociedade civil – tanto a favor como contra o reconhecimento nacional, cf. Velho, 238–39.

¹⁴⁶⁷ Inscrição n.º 618 no Livro do Tombo de Belas Artes, n.º 122 no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, e n.º 557 no Livro Histórico, a 20 de junho de 2000, como disposto no processo de tombamento n.º 1411-T-98.

¹⁴⁶⁸ Oliveira e Carvalho, «Urbanização turística e ressurgimento da Vila de Igatu, Andaraí/Bahia», 7-11.

¹⁴⁶⁹ Vide Figura 54 (Apêndice).

vez, provocou críticas, pois desfez a articulação antes existente entre o monumento, o porto e o povoado local, descaracterizando a escala do monumento e a sua relação com a topografia local, o sítio – em nome da atividade turística¹⁴⁷⁰.

A efervescência cultural da Bahia, juntamente com o papel científico do CECRE e da UFBA, tornava-a um centro inovador para o patrimônio cultural brasileiro, favorecendo a reflexão sobre as formas de preservação dos bens culturais. A consciência patrimonial, desse modo, apresentava alargamentos no momento da rejeição do projeto de infraestrutura hoteleira no Convento de S^o. Antônio de Paraguaçu por parte do IPHAN, para o qual poder-se-iam incluir outras críticas, como o incentivo a formas mais sustentáveis de turismo, como aquele que é praticado pelas comunidades quilombolas próximas ao convento aqui estudado.

Nesse sentido, pode considerar-se o estudo e a exposição como outras formas de valorização. Por exemplo, o *Projeto de Documentação Arquitetônica e do Sítio Histórico de São Francisco de Paraguaçu*, coordenado por Fabiano Nogueira, na UFBA, entre 2016-2017¹⁴⁷¹, e a escolha do monumento para a transmissão de uma novela diária na rede nacional, denominada *Velho Chico*, em 2016.

O MPF voltou a procurar explicações junto da Arquidiocese e da Nova Dimensão após o indeferimento dos estudos preliminares dessa empresa, além de solicitar novas vistorias ao IPHAN. Em contrapartida, a empresa Nova Dimensão abriu mão do convênio antes firmado com a Arquidiocese, proprietária do monumento¹⁴⁷², considerando a crise econômica vigente, que impossibilitava a captação de investimentos para um novo projeto.

A Arquidiocese prosseguiu a procura por novas empresas parceiras, focada no uso turístico¹⁴⁷³, tendo malogrado as negociações decorridas entre 2016 e 2017 com a Jaya empreendimentos Ltda. Nesse contexto, empregou advogados para intermediarem o processo junto do MPF-BA¹⁴⁷⁴, que transformou o inquérito numa ação civil. O rigor tardio nas medidas do MPF para com a Arquidiocese, a fim de que a ré cumprisse a exigência de manutenção do local, não surtiram efeito imediato. Ora, a Arquidiocese de São Salvador

¹⁴⁷⁰ Azevedo, «O Castelo Revisitado», 128–30.

¹⁴⁷¹ Nogueira, Fabiano Mikalauskas de Souza (coord.), 2017. Relatório de Atividades. *Projeto de Documentação Arquitetônica e do Sítio Histórico de São Francisco de Paraguaçu*, UFBA, Salvador. Vide Figura 93 (Apêndice).

¹⁴⁷² Resposta ao Of. n.º 1.321/2015-PRBA/19QF/MA/DDN, de 14 de março de 2016. Justiça Federal, SJBA, PJe n.º 1003602-15.2017.4.01.3300, P. 2473921, fls. 40-41.

¹⁴⁷³ Of. 002/2017, de 10 de julho de 2017. Justiça Federal, SJBA, PJe n.º 1003602-15.2017.4.01.3300, P. 2473926, fl. 37.

¹⁴⁷⁴ Manifestação 20170049147, de 07 de julho de 2017. Justiça Federal, SJBA, PJe n.º 1003602-15.2017.4.01.3300, P. 2473926, fls. 32-33.

alegou a insuficiência financeira como impedimento, tese prontamente contestada pelo MPF, ou pediu a dilação de prazos. Com isto, chegou a ter o bloqueio de bens determinado¹⁴⁷⁵.

A estratégia do MPF tinha como bases a garantia da permanência e integridade do monumento, assim como a sua harmonia estética, paisagística e histórica, vulneráveis diante da precariedade de sua conservação¹⁴⁷⁶. O inquérito, ainda em andamento nos dias atuais, apresentou na sua fundamentação jurídica o «deixar ruir» como um ato de mutilação do bem e, por isso, um «dano irreparável ao patrimônio histórico-cultural nacional»¹⁴⁷⁷.

A ruína da ruína, neste caso, correspondia à falha na manutenção e na conservação do sítio – negligenciando a sua «integridade», no caso. Decerto, as ruínas arruinam-se ainda mais, em casos de incúria prolongada, ou de outros acontecimentos, podendo desaparecer. No documento, como em outros processos patrimoniais no Brasil, a incúria no trato com o patrimônio, ou a negligência, ou a omissão conceber-se-iam enquanto o «deixar ruir», ou enquanto arruinamento – o que não é parte do conceito de ruína, mas é do modo como cada monumento é preservado. E, mais uma vez, a polissemia do termo incorre em novos desenrolamentos, pelo que uma leitura cautelosa é exigida.

Síntese do capítulo

A presença dos franciscanos no Brasil confunde-se com o domínio português no Novo Mundo, tendo os religiosos tomado parte na primeira esquadra cabralina e rezado a simbólica primeira missa na Bahia. Esta, celebrada por Frei Henrique Soares de Coimbra juntamente com sete outros franciscanos, foi posteriormente alegorizada por Victor Meirelles (1858-1860), pintor do Império Brasileiro, atestando que o poder da fé católica manter-se-ia, enquanto religião, identidade e marca da «brasilidade», como também defendido nas políticas patrimoniais do Brasil, desde 1937.

A Arquidiocese de São Salvador serviu-se do apelo e da emoção para tratar das ruínas, mas a indisponibilidade de angariação de verbas prolongou e acentuou as vulnerabilidades do sítio, por si só bastante exposto às intempéries – como se nota na frequente recomposição do telhado da igreja. A população de Santiago do Iguape, o pároco local, o zelador Antônio Garcia e Edson de Santana também requereram a atenção do IPHAN relativamente à degradação do Convento de Santo Antônio do Paraguaçu, embora concentrassem a descrição dos problemas na igreja.

¹⁴⁷⁵ Bloqueio de R\$ 823.709,72, cf. Despacho de 12 de abril de 2019; Certidão de Bloqueio de Bens Justiça Federal, SJBA, PJe n.º 1003602-15.2017.4.01.3300, P. 47020991, fl.1 e P. 47833988, fl.1.

¹⁴⁷⁶ O MPF é um órgão distinto do IPHAN, cuja consciência patrimonial não deve ser posta em causa, sendo estudado apenas no âmbito jurídico de suas responsabilidades.

¹⁴⁷⁷ Pedido de liminar, 04 de agosto de 2017. Justiça Federal, SJBA, PJe n.º 1003602-15.2017.4.01.3300, P. 2473870, fl. 7.

As críticas dos técnicos do serviço patrimonial aos apelos da população cachoeirense podem indicar uma inabilidade – ou falta de vontade – dos primeiros para a comunicação direta com os moradores, o que poderia facilitar a vigilância do monumento, pelo que não se serviram sequer da presença política de Edson de Santana, enquanto o mesmo era prefeito, para parcerias ou trabalhos integrados. As primeiras intervenções (1957, 1959, 1961-1962) expuseram outras dificuldades recorrentes na preservação do monumento ao longo do século passado e até à instalação do Escritório Técnico de Cachoeira (2013), como a localização da comunidade lagamar, distante da capital baiana, e o mau tempo. Ambos foram fatores que dificultaram as visitas e demais tarefas a serem efetivadas no local, também válidos para o transporte de materiais. O monumento permanecia, então, isolado das realidades urbanas – como antes pretendido pelos franciscanos.

As dificuldades em recolher os fundos reforçavam as soluções paliativas, fazendo com que as ações fossem, em sua maioria, emergenciais, desprovidas de um plano de intervenção e concentradas na igreja. As obras ocorridas entre 1985 e 1987, por exemplo, tiveram de ser repensadas diante do desabamento do telhado da igreja.

A valorização, desde os primeiros anos do SPHAN, do património material colonial não impediu que este monumento fosse abandonado. As lacunas documentais ao longo do século XX são disso um exemplo. O abandono do monumento fez-se, nesses termos, pelos silenciamentos institucionais, do SPHAN/DPHAN/IPHAN, enquanto órgão regulador, e da Arquidiocese da Bahia, enquanto proprietária, que não tomou responsabilidade para a manutenção, venda ou disponibilização do espaço para outros serviços. Num contraponto, a comunidade reafirmava o seu interesse no local, a exemplo das doações realizadas, dos pedidos por intervenções e da solicitação de implantação de escola primária no espaço religioso.

A partir de 1989, o interesse antes centralizado na igreja deslocou-se para a área conventual em ruínas. O desenvolvimento de um projeto hoteleiro era respaldado pelo seu autor, o arquiteto Francisco de Santana, e pelo âmbito em que este tinha sido produzido, o CECRE. O bom recebimento do projeto nos quadros do IPHAN na Bahia, assinalou as possibilidades de investimentos privados, como anunciado na comunicação social, com uma atuação dupla: na retomada do processo de valorização do monumento e na procura por investidores dispostos a aplicar o seu capital no projeto hoteleiro.

Nesse contexto, a área conventual, antes esquecida, despontou nos planos da 5ª Região (posteriormente designada 7ª CR e 7ª SR), exposto no alargamento das intervenções para a área conventual, provisoriamente transformada num sítio-escola, durante os estudos arqueológicos lá decorridos, em 1990. As ruínas, antes omitidas, foram estabilizadas em trechos específicos, em 1990 e 1996.

Em mais um hiato institucional, sem maiores resoluções quanto ao futuro do monumento, o empreendimento *Convento de Santo Antônio Resort, Congressos & Marina* solicita o projeto de 1989 e a parceria do IPHAN, antes louvados, pois encontrara um novo investidor (1999). O departamento jurídico do IPHAN, por sua vez, travou as possibilidades de celebração de um convênio com os investidores, sob a argumentação de que a cultura destoava da exploração econômica para qual o hotel seria concebido.

O processo de valorização das ruínas da Casa da Torre Garcia e D'Ávila (1999-2002) foi bem conseguido em termos de consolidação das estruturas e anastilose, um avanço em termos técnicos. Contudo, as falhas cometidas no entorno, principalmente nos acessos e na correspondência entre as estruturas locais, foram largamente criticadas. A partir de críticas como esta, também se refletia sobre como expor as ruínas de modo contextualizado, como também é exemplo a própria ação civil pública movida pelo MPF contra a Arquidiocese diante do abandono do Convento de Santo Antônio do Paraguaçu (2011), que não é invulgar no sistema judicial nacional e baiano.

Afinal, após as intervenções de 2003, o monumento caíra num novo esquecimento institucional, pelo que a Arquidiocese de São Salvador foi legalmente acusada pelo MPF por negligência na preservação do Convento de S^{to}. Antônio do Paraguaçu. O projeto de instalação de um hotel foi, nesse contexto, retomado pela Arquidiocese em parceria com a Nova Dimensão, sendo o estudo introdutório protocolado no IPHAN, em 2014. O objetivo do documento era, mais uma vez, a instalação da estrutura hoteleira nas ruínas, deixando a igreja à parte. A resposta dada pelo IPHAN, em parecer, demarca o deslocamento das reflexões e das teorias patrimoniais nas decisões e pareceres da secção baiana do IPHAN, pois não se poderia continuar na medida em que não se restauravam ruínas.

As Cartas patrimoniais *de Atenas* (1931) e *de Veneza* (1964), que justificavam o parecer, eram amplamente conhecidas em 2014, estando a última ratificada pela *Norma de Quito*, para orientação e uso na América Latina, desde 1967. Não obstante, estas mesmas Cartas já eram conhecidas aquando do primeiro projeto hoteleiro local, em 1988.

Por esse motivo, acreditamos que a mudança percebida nas reflexões técnicas quanto à preservação de ruínas decorre das alterações na própria noção de património cultural, no qual a Bahia foi um estado inovador e representativo para todo o país, com os tombamentos do Terreiro Casa Branca, em Salvador (1986), e da Cidade das Pedras, em Andaraí (2000). Esses tombamentos delimitaram a discussão da imaterialidade e das seleções e prioridades no património tangível brasileiro, sendo o primeiro o mais polémico e o divisor de águas, pois foi o primeiro espaço afro-brasileiro classificado enquanto monumento nacional. O segundo, a Cidade das Pedras, colocou em causa a proteção das ruínas recentes e contemporâneas, com o objetivo de valorizar a história garimpeira de Igatu.

A ampliação dos estudos patrimoniais; a participação das pesquisas brasileiras em âmbito nacional e internacional; a consultoria de organismos internacionais, principalmente a UNESCO e o ICOMOS, ambos com escritórios no país; e, não menos importante, a realização de novos concursos públicos para a entrada de novos técnicos nos quadros do IPHAN contribuíram para o desenvolvimento de novas reflexões no campo do património cultural, presente nos novos pareceres e em projetos culturais, em que a ruína passou a ser defendida em seu aspecto fragmentado. Os deslocamentos na noção de património cultural, mais alargada em termos de proteção e cuidados de conservação, também se propõem superar os desafios do património material colonial em ruínas, em termos de conservação, nos estudos e na exposição contextualizada dos fragmentos enquanto fonte histórica.



Capítulo 07: As ruínas e a consolidação de estruturas: o Convento Carmelita de Cabo de Santo Agostinho

A simples ancianidade do monumento justificaria sua inscrição no Livro do Tombo Histórico, uma vez que o integra no contexto social da época da construção – os séculos 17 e 18.

Carlos Drummond de Andrade, a serviço do DPHAN, 1961.

As características geográficas do Cabo de Santo Agostinho¹⁴⁷⁸, favoráveis à navegação, selaram a relevância que o mesmo possuiria nos âmbitos económico, militar e religioso – da colónia aos dias atuais, como os numerosos remanescentes históricos locais atestam. A Vila de Nazaré, desenvolveu-se circundada por fortes, quartéis e baterias, responsáveis pela segurança do promontório, e, principalmente, do Porto de Nazaré, um dos pontos de escoamento do açúcar da capitania que mais o produzia, Pernambuco. Por esse motivo, as ruínas do Convento Carmelita são as únicas ruínas tombadas nacionalmente, apesar da existência de vários remanescentes coloniais no local, responsáveis pela frequente associação do Cabo de Santo Agostinho ao seu período de apogeu económico, nos tempos coloniais.

A história do abandono e da preservação das Ruínas do Convento de Nazaré, ou Convento Carmelita do Cabo de Santo Agostinho, acompanham a preocupação despendida aos outros bens locais. Consideraremos, por isso, o processo de valorização deste em aliança com os demais remanescentes do promontório, uma vez que eles se entrelaçaram nas estratégias promovidas nos âmbitos municipal, estadual e, principalmente, federal.

Nesse entendimento, o processo de tombamento do Cabo de Santo Agostinho e a instalação do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti (PMAHC) devem ser revistos, não apenas como uma reação ao grandioso Porto de Suape, mas também como um conjunto de esforços para a preservação de ruínas. Essa preocupação foi considerada na recolha das fontes, principalmente no Arquivo Noronha Santos e no arquivo da secção estadual, pernambucana, do SPHAN-IPHAN, pelo que incluímos o processo de tombamento do Suape, entendendo-o como essencial para se descrever o percurso das ruínas daquela região – dentre elas, as do Convento Carmelita do Cabo de Santo Agostinho.

7.1 Entre o templo e os embates da colonização

Os quatro primeiros carmelitas que desembarcaram no Brasil, em 1580, partiram do Convento do Carmo de Lisboa, Sede da Província do Carmo de Portugal, para se lançarem

¹⁴⁷⁸ Vide Figuras 94 e 95 (Apêndice).

no território brasileiro. Os religiosos do Monte Carmelo, primeiro os observantes, carmelitas calçados e, depois, os reformados, carmelitas descalços, expandiram-se para o continente americano, em aliança com as monarquias ibéricas, sob o padroado régio¹⁴⁷⁹.

A rápida expansão dos observantes no Brasil era notável já no último quartel do século XVI, mesmo com a construção de conventos distantes entre si, com as construções primitivas ou com o lançamento das pedras fundamentais dos conventos de Olinda (1583), de Salvador (1586), de Santos (1589), do Rio de Janeiro (1590), de São Paulo (1594) e de São Cristóvão (1600) – para os quais foram enviados mais religiosos, em novas expedições¹⁴⁸⁰.

Os carmelitas calçados deram seguimento ao profícuo estabelecimento da ordem religiosa no Brasil, com novos conventos fundados em João Pessoa e em Angra dos Reis¹⁴⁸¹ (1608), em São Luiz (1616); em Belém do Pará (1624), em Mogi das Cruzes (1629), no Recife (1631), em Goiana (1636); no Rio Real (1683), e, entre outras construções, em Vitória (anterior a 1685). No séc. XVIII, realçamos o Convento do Carmo em Itú (1719)¹⁴⁸².

Os carmelitas descalços chegaram ao Brasil em outubro de 1668, nomeadamente à Bahia, onde fundaram o Mosteiro de Santa Teresa de Jesus, cuja edificação foi encetada naquele mesmo ano. Os reformados também se estabeleceram em Olinda (1686), no Rio de Janeiro¹⁴⁸³ (1714) e no Recife (1742), apesar deste último convento ter sido encerrado dois anos depois¹⁴⁸⁴.

As construções carmelitas no Brasil acompanharam a tradição monástica da Idade Média, caracterizada por seus elementos robustos e sólidos, com claustro, celas, dependências e serviços, sacristia, capela conventual, uma fachada com galilé, torre sineira, e, no caso de existência da Ordem Terceira, um templo anexo ao convento – exceto em Minas Gerais, onde os templos terceiros foram erigidos separadamente dos conventos. No

¹⁴⁷⁹ Os carmelitas portugueses não encontraram dificuldades para ingressar no Brasil, ao contrário dos carmelitas espanhóis, para ingressar nos domínios americanos da Espanha. Frutuoso Barbosa ficou encarregue do transporte dos carmelitas para a recém-fundada Paraíba, pelo que recorreu ao Carmo de Lisboa, prontamente assistido pelo vigário provincial, o Pe João Cayado. Em fins de janeiro de 19580, partiram de Lisboa os padres Bernardo Pimentel, António Pinheiro, Alberto de Santa Maria e Domingos Freyre. A expedição rumo ao Brasil foi comandada por Frutuoso Barbosa, no âmbito da recente fundação da Paraíba. Já no Brasil, preferiram embelezar-se em Olinda, cf. Bayón, «História da origem do Carmo em Portugal», 177–81; Baratta, *História Ecclesiastica de Pernambuco*, 13–14.

¹⁴⁸⁰ Orazem, «Arquitetura, cidade e território no Brasil colonial», 66–70; Pedras, «Uma leitura do I Livro de Tombo do Convento do Carmo em Salvador: contribuição à construção histórica da Ordem dos Carmelitas na Bahia-colonial», 25–26.

¹⁴⁸¹ Há discordâncias com relação à fundação do Convento de Angra dos Reis, Adalgisa Campos, por exemplo, defende que a mesma ocorreu apenas em 1623, Campos, «A ordem Carmelita», 58.

¹⁴⁸² Pedras, «Uma leitura do I Livro de Tombo do Convento do Carmo em Salvador: contribuição à construção histórica da Ordem dos Carmelitas na Bahia-colonial», 25–26.

¹⁴⁸³ Há discordâncias com relação à fundação do convento dos carmelitas reformados no Rio de Janeiro, pelo que Adalgisa Campos defende o assentamento destes no local em 1744, cf. Campos, «A ordem Carmelita», 58.

¹⁴⁸⁴ Silva, «Os carmelitas descalços em Braga e a real irmandade de Nossa Senhora do Carmo (1758-1834)», 15.

âmbito dos carmelitas descalços, a austeridade e a modéstia foram valores cultuados desde Teresa D'Ávila e João da Cruz, cuja rigidez nas medidas conventuais foi frequente nos seus mosteiros. Entretanto, é preciso ter em conta que as edificações carmelitas decorreram, muitas vezes, de doações ou incentivos da monarquia portuguesa, fossem terrenos ou mesmo construções primitivas, o que ofuscava e influenciava as características arquitetónicas dos conventos da ordem¹⁴⁸⁵.

A organização da Ordem do Carmo no Brasil ocorreu de modo vinculado à Província do Carmo de Portugal, tendo a Vigararia do Carmo do Estado do Brasil sede em Olinda, desde 1595. No último ano da União Ibérica, foi dividida em Vigararia do Estado do Maranhão e Vigararia do Estado do Brasil. Os carmelitas adquiriam uma «independência prática» a partir de 1683, conforme Bayón, com uma maior autonomia conquistada face à Província do Carmo de Portugal. Em 1685, os conventos, exceto aqueles da Capitania do Maranhão, foram divididos nas Vice-Províncias do Rio de Janeiro¹⁴⁸⁶ e da Bahia e Pernambuco¹⁴⁸⁷.

A entrada e assimilação da Estrita Observância nos conventos no Brasil, por outro lado, trouxe atritos internos à Ordem. Os carmelitas turônicos¹⁴⁸⁸ assumiram conventos na Capitania de Pernambuco, como os conventos da Vila de Goiana e, depois, da Paraíba (1684) e de Recife (1686), com o reconhecimento tardio desses religiosos por parte da Coroa portuguesa, em 1699. Apesar da rápida disseminação no Brasil, os turônicos foram resistentes à organização interna que fosse dependente dos demais carmelitas¹⁴⁸⁹. A Reforma Turonense foi elevada a Vicariato em 1724, estando subordinada ao Provincial da Bahia e conseguiu a independência almejada a 20 de março de 1744, com a criação da Província reformada de Pernambuco¹⁴⁹⁰.

Concomitantemente, a coroa portuguesa anunciou medidas para controlar o lucro de grupos religiosos, proibindo a fundação de novas casas religiosas sem uma prévia autorização do rei, a 18 de dezembro de 1685. Nesse sentido, entre o controlo régio e as contendas internas, as novas fundações em Pernambuco foram dificultadas e, ao mesmo tempo, ambicionadas, em fins do século XVII e no século XVIII. Optou-se pela fundação de

¹⁴⁸⁵ Campos, «A ordem Carmelita», 58.

¹⁴⁸⁶ Reunindo os conventos do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Santos, de Angra dos Reis, de Mogi das Cruzes e de Vitória (Espírito Santo).

¹⁴⁸⁷ Reunindo os conventos de Olinda, de São Cristóvão, da Paraíba, de Recife, de Goiana, da Bahia e do Rio Real, cf. Bayón, «História da origem do Carmo em Portugal», 189.

¹⁴⁸⁸ Trata-se dos religiosos que seguiram a Estrita Observância, proposta pela Reforma Turónica, liderada dos frades Pierre Behourt e Philippe Thibault, decorrida na primeira metade do século XVII em Tourane, França, a partir do qual se expandiram com a proposta de reforma dos conventos observantes, sem uma cisma na Ordem do Carmo. De acordo com William Martins, a Reforma Turónica da Estrita Observância guiou-se «(...) pela recusa dos privilégios associados aos graus académicos; pelo fortalecimento da vida em comum; pelo desenvolvimento da oração mental, da meditação e da contemplação; e pelo revigoramento do voto de pobreza», cf. Martins, «Conflitos entre a Ordem Terceira e os religiosos carmelitas na Vila do Recife, Capitania de Pernambuco (c. 1746 – c. 1796)», 88.

¹⁴⁸⁹ Orazem, «Arquitetura, cidade e território no Brasil colonial», 109–13.

¹⁴⁹⁰ Bayón, «História da origem do Carmo em Portugal», 194–95.

hospícios ou, entre outros, missões, que poderiam tornar-se conventos, no futuro – quando a sua fundação não estivesse mais estorvada. Nesse *status quo*, D. Francisca Cavalcanti e D. Messia Rolim de Moura doaram, em 1687, um terreno com meia légua de extensão na Povoação do Outeiro de Nazaré, no Cabo de Santo Agostinho, Capitania de Pernambuco, juntamente com a capela de Nossa Senhora de Nazaré¹⁴⁹¹, construída por Pedro Dias da Fonseca, avô das patronas. O hospício lá fundado foi elevado a convento em 1744, onze anos após o primeiro requerimento para o efeito, justificado pelo alto número de religiosos no local. A medida, ainda realizada em meio das disputas internas dos carmelitas, consolidava a sua separação¹⁴⁹².

Acreditamos que a criação do Hospício de Nazaré foi uma estratégia do Convento de Olinda, e, mais ainda, da Vigararia, para reforçar a presença desta naquele território e para que o Convento de Olinda não fosse cedido aos turônicos de Pernambuco. Nossa hipótese vai se confirmando à medida que visualizamos alguns documentos sobre o Hospício do Carmo de Nazaré, principalmente, quando, em 1744, o hospício passou à patente de convento e a Província Carmelitana da Bahia e Pernambuco assumiu que, dessa forma, se desmembrariam, definitivamente, dos turônicos, isso porque teriam, em toda a Capitania de Pernambuco, pelo menos dois conventos, em face dos três conventos dos turônicos¹⁴⁹³.

A escolha do local não pode deixar de ser analisada. O Cabo de Santo Agostinho, área habitada pelos índios Caetés, era amplamente conhecido pelos navegadores¹⁴⁹⁴, sendo a região conquistada aos índios pelos portugueses, em 1570. O Porto de Nazaré foi logo instalado a sul do acidente geográfico que dá nome ao lugar, pelo que se tornou um ancoradouro bastante protegido, disputado¹⁴⁹⁵ e frequentado, principalmente para o escoamento da produção do açúcar – razão pela qual o local foi alvo do domínio neerlandês

¹⁴⁹¹ Não se sabe ao certo a data da fundação da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré, sendo o relato mais antigo um livro de pilotagem de um navegador português, *Roteiro de Navegação* (1597), em que se descreve a existência de uma ermida semelhante a uma vela branca, na ponta do Cabo de Santo Agostinho. Há também a versão do Padre Dionísio de Carli, do século XVII, sobre as origens da igreja. De acordo com ele, em suas memórias de viagem (1674), a igreja teria sido construída por Francisco de Brito, após visões de uma bela mendiga no local, que acreditou ser a Virgem Maria. A igreja foi doada para os carmelitas pelas duas netas de Pedro Dias da Fonseca, juntamente com o terreno para a construção do Hospício de Nazaré, posteriormente alçado a Convento, cf. Mello Neto, «O Cabo de Santo Agostinho e a Baía do Suape: Arqueologia e história», 45–48.

¹⁴⁹² Orazem, «Arquitetura, cidade e território no Brasil colonial», 114–15; Prat, «Dados históricos sobre o extinto Convento do Carmo de Nazareth, sit no Cabo de Santo Agostinho (Pernambuco)», 33–34.

¹⁴⁹³ Orazem, «Arquitetura, cidade e território no Brasil colonial», 114.

¹⁴⁹⁴ O local já era bastante conhecido pelos navegantes, sempre mencionado nos roteiros de viagens e em mapas, como nas Cartas de Caverio, Magiollo (1504), Américo Vespúcio (1505), Kunstmann II, Waldseemüller (1508), Ruysch (1508), ou mesmo em livros de pilotagem dos séculos XVI e XVII, cf. Mello Neto, «O Cabo de Santo Agostinho e a Baía do Suape», 38. Foram as primeiras impressões do espanhol Vicente Pinzón, que lá chegou a 26 de janeiro de 1500, por outro lado, as mais mencionadas na bibliografia sobre o tema e, inclusive, em projetos turísticos e nas gestões municipais, como com a construção um monumento celebrativo ao navegador pela prefeitura municipal em fins do século passado.

¹⁴⁹⁵ O alto número de construções militares dos domínios neerlandês e português atendia às necessidades de proteção ou disputa local, no que destacamos o Castelo do Mar, as baterias de São Jorge e a bateria da calheta, o Forte do Pontal de Suape, o Forte Gaibu e o Forte Ghijselin.

em dois momentos, 1632 e 1635¹⁴⁹⁶, e porque foi considerado o segundo porto de Pernambuco. Por isso, foram construídos o Forte de Nazaré (1631), com o Quartel homónimo em área próxima, as baterias de São Jorge (1632), o Forte do Pontal (1633) e o Forte de São Francisco Xavier de Gaibu (1630, recuperado em 1706) pelos portugueses. Já no âmbito do avanço e domínio batavo, foram instalados o Forte Van der Dussen, sobre o Forte do Pontal, e o Forte Ghijsselin¹⁴⁹⁷.

A relevância da fundação e da elevação do hospício a Convento de Nazaré no Cabo de S^{to}. Agostinho, ia ao encontro dos interesses dos carmelitas de Recife, que ordenaram a construção do mesmo entre 1692 e 15 de outubro de 1731, data de término gravada numa das pilastras do claustro conventual, conforme registado pelo Frei André Prat. Este descreveu o Convento de Nazaré como um relevante centro dos carmelitas, que chegou a possuir 20 religiosos, dedicados à catequese de indígenas e de moradores locais, servindo também como capelães nas fortalezas lá existentes, pelo que prestavam serviços religiosos aos soldados, inclusive cedendo o convento para os seus sepultamentos. Mesmo com o avanço dos turônicos nos conventos da Capitania de Pernambuco, o Convento do Cabo de S^{to}. Agostinho, juntamente com o de Olinda, não adotou a reforma da Estrita Observância, pelo que se subordinou à Província da Antiga e Regular Observância da Bahia¹⁴⁹⁸.

7.2 O convento à deriva do tempo: abandono e arruinamento

O processo de definhamento, nas palavras de Augustin Wernet, das ordens religiosas tradicionais, como os carmelitas, os beneditinos e os franciscanos, ao longo do século XIX, teve como marco inicial o período pombalino, desde finais do século anterior, agravando-se com a independência brasileira. De modo geral, a assimilação das ideias iluministas e a identificação das ordens religiosas tradicionais com a escravidão contribuíram para um contexto anticlerical no país, assim como na Europa. Mais especificamente, os interesses do Império não se alinharam com os das ordens tradicionais, pelo que a legislação diminuía o poder desses religiosos. O Ato Adicional de 1834, por exemplo, autorizava as assembleias provinciais a legislarem sobre os conventos no mesmo ano em que as ordens religiosas foram extintas nas terras lusitanas, repercutindo-se nos cenóbios brasileiros ainda obedientes a Portugal. Já o "Aviso Circular" de 19 de maio de 1855, de Joaquim Nabuco,

¹⁴⁹⁶ Mello Neto, «O Cabo de Santo Agostinho e a Baía do Suape», 40–44.

¹⁴⁹⁷ Matos, «Transformações tecnológicas das fortificações portuguesas da Capitania de Pernambuco, Brasil, nos séculos XVI e XVII», 93–94, 98.

¹⁴⁹⁸ Prat, «Dados históricos sobre o extinto Convento do Carmo de Nazareth, sit no Cabo de Santo Agostinho (Pernambuco)», 35–36.

então Ministro da Justiça, predestinou os conventos à desocupação, ao proibir a admissão de noviços¹⁴⁹⁹.

O Convento de Nazaré, que registava 18 religiosos em 1764, exibia um número reduzido no século seguinte. O último prior do local, Frei João do Amor Divino, eleito em 1856 e reeleito em 1859, exonerou-se do cargo, frente às diminuídas condições de sobrevivência no convento esvaziado, pelo que as atividades na casa religiosa cessaram, confirmando o seu isolamento¹⁵⁰⁰.

Mesmo abandonado, o convento permaneceu na posse da Ordem Carmelita do Brasil, até aos dias atuais. O arruinamento na área conventual apresentou-se mais acentuado do que na igreja, graças às iniciativas de reparos por parte dos vigários, dos moradores locais e de personalidades, como foi o caso das obras de 1872, pelo comendador Paulino Pires Falcão, então proprietário do engenho Massangana. Em 1871, foi construído um cemitério perpendicularmente ao convento, ainda em atividade¹⁵⁰¹, dedicado principalmente à memória dos moradores da Vila de Nazaré¹⁵⁰²

Acéfalo, despovoado e completamente abandonado como ficara o velho convento foi paulatinamente desmoronando-se. Hoje [1942] não é mais que uma tapera entregue aos morcegos e corujas.

Da ruína escapou apenas uma das séries laterais das arcadas do claustro e duas dependências, que foram aproveitadas, até há bem pouco tempo, para instalação e funcionamento do Telégrafo¹⁵⁰³.

Não encontramos maiores informações sobre o telégrafo que Frei André Prat mencionou, pelo que consideramos que o convento permaneceu votado ao abandono, sem uso, tendo sido tomado pela vegetação. A igreja, que se manteve em uso, permaneceu de pé, enquanto o convento desaparecia até os fins da década de 1950, quando o conjunto carmelita foi intervencionado, sob a liderança do 1º Distrito do DPHAN¹⁵⁰⁴.

7.3 Entre teoria e prática: a consolidação das estruturas

O Convento Carmelita de Nazaré foi alvo de intervenções antes mesmo do tombamento nacional, tal como aconteceu nas Ruínas de São Miguel das Missões, RS. Entretanto, desta vez, o DPHAN foi o responsável pelas obras, através do 1º Distrito, sob a

¹⁴⁹⁹ Wernet, «Crise e definhamento das tradicionais ordens monásticas brasileiras durante o século XIX», 122–25.

¹⁵⁰⁰ Prat, «Dados históricos sobre o extinto Convento do Carmo de Nazareth, sit no Cabo de Santo Agostinho (Pernambuco)», 37–38; Mello Neto, «O Cabo de Santo Agostinho e a Baía do Suape: Arqueologia e história», 48.

¹⁵⁰¹ Vide Figuras 103 e 104 (Apêndice).

¹⁵⁰² Lima, «A tomada de decisões referente ao uso de uma atração turística», 10.

¹⁵⁰³ Prat, «Dados históricos sobre o extinto Convento do Carmo de Nazareth, sit no Cabo de Santo Agostinho (Pernambuco)», 37.

¹⁵⁰⁴ Vide Figuras 96-98 (Apêndice).

chefia de Ayrton de Carvalho. Não fica claro, na documentação pesquisada, o porquê da iniciativa federal num espaço cujo tombamento não fora sequer sugerido na documentação da década de 1950, pelo que acreditamos que muito se deve ao trabalho realizado pelo 1º Distrito do DPHAN nos monumentos da área metropolitana de Recife.

O início das obras de recuperação do Convento Carmelita seria comunicado ao DPHAN pelo 1º Distrito a 25 de abril de 1958, bem depois dos primeiros boletins descritivos das verbas. A intervenção permaneceu concentrada na igreja, pelo que Ayrton de Carvalho assumia o grande volume de obras necessárias, devido ao aspecto degradado do monumento, assegurando o resultado compensador da empreitada, desde que a pureza e a simplicidade da construção pudessem ser recuperadas – segundo ele¹⁵⁰⁵.

As primeiras intervenções sistemáticas no monumento tiveram lugar entre abril de 1958 e maio de 1960¹⁵⁰⁶, segundo a lista de *Boletins Mensais de Informação*, na igreja e nas ruínas do convento, sempre precedidas pela limpeza do local e das adjacências, com o custo provável das ações em aproximadamente Cr\$ 2.175.321,20¹⁵⁰⁷.

A maioria das intervenções aconteceu na área da igreja, como mencionado, cuja cobertura foi demolida e reconstruída, após o tratamento e imunização da madeira, com o retelhamento e a substituição de trechos degradados, como parte da cumeeira. Além disto, o assoalho foi instalado¹⁵⁰⁸; o coro foi restabelecido; as janelas e portas foram refeitas, rebocadas, restauradas e/ou assentadas, com a instalação de soleiras e, nas da fachada principal, de ferrolhos. A cornija da nave foi restaurada, a cornija de empena da fachada principal foi reconstruída, e outros reparos de ordem construtiva, como os serviços de reboco em diversos trechos¹⁵⁰⁹. O escoamento das águas foi uma pauta importante na igreja e no

¹⁵⁰⁵ Os primeiros documentos da Série Obras (ANS) sobre a Igreja de N. S. de Nazaré do Cabo remontam a 1954-1955, mas sem intervenções reais, apenas transferências e reembolsos de verbas mencionadas nos *Boletins Mensais de Informação*. A possibilidade da realização do levantamento arquitetônico do imóvel foi ventilada por Carvalho, com a responsabilidade da tarefa possivelmente atribuída aos estudantes da disciplina de «Arquitetura no Brasil», da Escola de Belas Artes, questão posteriormente esquecida na documentação institucional da secção distrital do DPHAN, apesar das cobranças por informações por parte do escritório nacional do mesmo órgão. Of. n.º 69/58, 25 de abril de 1958. Série Obras, Cx. 0337, P. 1435.01, fl. 15.

¹⁵⁰⁶ Consideramos o mês de maio de 1960 como o término das obras no local, devido ao informe de pagamento de operários no mês referido, além das despesas de passagem – cf. Boletim Mensal de Informações n.º 33/60, Julho de 1960. Série Obras, Cx. 0339, P. 0989, doc. 87.

¹⁵⁰⁷ Este é o valor encontrado no Boletim Mensal de Informações n.º 29, relativo ao mês de dezembro, de 1959. Destacamos que, em novembro de 1957, foram gastos Cr\$ 1.300,00, segundo o Boletim Mensal de Informações n.º 08/57, quantia que, acreditamos, foi somada ao montante total, cf. Boletim Mensal de Informações n.ºs 08 ao 29 e n.ºs 30-33. Série Obras, Cx. 0337, P. 1435.01, fls. 10-11, 17-36; Cx. 0339, P. 0989, docs. 87-91.

¹⁵⁰⁸ Com o nivelamento de trecho da sacristia e o assentamento de ladrilhos, no que destacamos o uso do barro queimado.

¹⁵⁰⁹ A frequência do serviço de reboco exemplifica o estado degradado em que a igreja se encontrava, sendo esse aplicado nas paredes da sacristia, na empena da cabeceira, na fachada principal e sineira, no andar térreo e na parte externa da torre sineira, nas galerias superior e inferior do claustro e na parte interna da nave, na parte interna da igreja, nas paredes laterais e na parede do fundo da igreja. Dentre outros reparos diversos decorridos na igreja, destacamos o fechamento de fendas e juntas; a aplicação de escoadores para as águas nas janelas, a raspagem e lixagem do lavabo; a restauração do pedestal do

claustro, onde foram instaladas as calhas e manilhas, entre outros meios de escoamento das águas pluviais¹⁵¹⁰.

No claustro, a vegetação e o entulho dominavam as paredes e as dependências do convento, tendo estes sido retirados, no que notabilizamos as cantarias dispersas, que foram separadas em pedras brutas e pedras esculpidas ou trabalhadas. Na continuidade da remoção do entulho relativo ao desmoronamento do convento, foram encontradas peças esculpidas, consideradas como dignas de nota, conforme registo dos boletins do 1º Distrito do DPHAN. As ruínas do convento foram, então, consolidadas nas paredes delimitadoras e divisórias. Foram refeitos o piso de laje de pedra da antiga portaria do convento, duas colunas e um arco de tijolo do claustro, de um trecho de parede do cemitério e de trecho do perímetro desmoronado do convento (ao lado da sacristia). Houve também o restabelecimento dos assentos ao longo das paredes de algumas divisões do antigo convento; a correção de sete colunas do claustro (sem detalhes sobre o que seria a correção); a recomposição da soleira do contorno do claustro, com o término do assentamento das pedras do claustro; e a reconstrução do arco de acesso a uma divisão do convento, cuja cantaria – que estava espalhada pelo cemitério contíguo – foi aproveitada¹⁵¹¹.

Na sequência do término das obras, foi realizado o seu registo fotográfico, em agosto de 1960¹⁵¹², com novos serviços de conservação e limpeza assinalados em outubro do mesmo ano, como também em fevereiro, entre maio e julho e entre agosto e outubro de 1961¹⁵¹³. Apesar da atenção recorrente ao monumento, invulgar à época, os serviços não foram pormenorizados institucionalmente, na documentação interna do DPHAN.

A contradição na gestão do património cultural no 1º Distrito do DPHAN não destoava do escritório central, de âmbito nacional, no que devemos realçar a peculiaridade do monumento, intervencionado antes de ser tombado, cujo financiamento provinha do mesmo órgão responsável nacional pelas duas formas de preservação – física e institucional. Esse *status quo* não passou despercebido ao escritório nacional do DPHAN, que recorreu à secção distrital, à procura dos elementos necessários para a efetivação do tombamento a 22 de fevereiro de 1961.

A continuidade do processo foi prontamente assegurada, dada a exposição de argumentos para o tombamento do conjunto carmelita do Cabo de S^{to}. Agostinho

cruzeiro grande; o rebaixamento de 3 seteiras da nave; o aparelhamento de 3 capiteis de pedra; o início da restauração de uma janela localizada na parte traseira do convento; a recomposição de molduras do intradorso da abóbada.

¹⁵¹⁰ Boletim Mensal de Informações n.ºs 08 ao 29 e n.ºs 30-33. Série Obras, Cx. 0337, P. 1435.01, fls. 12-13, 17-36; Cx. 0339, P. 0989, docs. 87-91.

¹⁵¹¹ Idem.

¹⁵¹² Boletim Mensal de Informações n.º 35, agosto de 1960. Série Obras, Cx. 0339, P. 0989, doc. 83. Cumpre mencionar que as fotografias se encontram disponíveis na Série Inventário, das quais destacamos as Figuras 99-102 (Apêndice).

¹⁵¹³ Boletim Mensal de Informações n.º 36-45. Série Obras, Cx. 0339, P. 0989, docs. 72-74, 76-82.

encaminhada para a Divisão de Estudos e Tombamento (DET) a 03 de abril de 1961. Porém, o documento argumentativo, assinado por Ayrton de Carvalho, fora protocolado no DPHAN desde o ano precedente¹⁵¹⁴. Não há maiores informações sobre se o documento foi erroneamente protocolado ou se permaneceu esquecido até à atenção da diretoria do DPHAN, mas podemos ventilar que a iniciativa do tombamento do Convento de Nazaré de Cabo de S^{to}. Agostinho se desenvolveu a partir da vontade política no âmbito federal.

A solicitação de A. de Carvalho concentrava-se na igreja da Vila de Nazaré, com menção às ruínas contíguas, pertencentes à Ordem Carmelita, então subordinadas à Paróquia do Cabo, do Arcebispado de Olinda e Recife. Apesar das intervenções de preservação não terem sido mencionadas na carta em questão, destacamos a peculiaridade desse pedido de tombamento, posto que considerasse a proteção oficial do bem a partir dos valores estético e paisagístico, como também a relevância do próprio tombamento em si, para o local, que deveria, inevitavelmente, ser loteado¹⁵¹⁵.

Os apontamentos de A. de Carvalho foram aceites por Carlos Drummond de Andrade, na Seção de História, a 04 de abril de 1961, que afirmou o valor histórico, pela ancianidade do monumento, como mencionado em epígrafe, e os valores sugeridos para o bem. Paulo Thedim Barreto, da Seção de Arte, e Rodrigo M. F. de Andrade deram o mesmo parecer. Entretanto, o último solicitou ao diretor do 1º Distrito mais dados sobre o valor do monumento enquanto paisagem, no que se necessitaria de mais elementos de análise¹⁵¹⁶.

O diretor do SPHAN notificou o arcebispo de Olinda e Recife sobre o tombamento do monumento, então a ser preservado apenas no *Livro do Tombo das Belas Artes*, cujo recebimento foi prontamente confirmado pelo religioso. De seguida, R. M. F. de Andrade informou a Ayrton de Carvalho a decisão do tombamento do monumento consoante os seus valores estéticos, conforme a decisão da DET, omitindo qualquer reflexão sobre o valor histórico do bem e solicitando novamente o envio de apontamentos indispensáveis para o processo. Estes incluíam dados do conjunto sob o valor paisagístico, como o nome do proprietário do terreno e a delimitação da área a ser tombada, sem o registo de respostas referentes a este tema por parte de Carvalho¹⁵¹⁷.

O tombamento do Convento e da Igreja de Nazaré do Cabo de S^{to}. Agostinho foi confirmado no *Livro das Belas Artes* a 06 de julho de 1961¹⁵¹⁸, sem maiores desenvolvimentos sobre um novo tombamento, que contemplasse os valores histórico ou paisagístico. Esta conclusão formal não significou que o Convento deixou de receber atenção

¹⁵¹⁴ Carta., 22 de fevereiro de 1961; Carta., s.d. [protocolo n.º 443/60]. ANS. Processo de tombamento n.º 0619-T-61, docs. 2-5.

¹⁵¹⁵ Carta., s.d. [protocolo n.º 443/60]. ANS. Processo de tombamento n.º 0619-T-61, docs. 2-5.

¹⁵¹⁶ Despacho, 5 de abril de 1961. ANS. Processo de tombamento n.º 0619-T-61, doc. 6.

¹⁵¹⁷ ANS. Processo de tombamento n.º 0619-T-61, doc. 7-14.

¹⁵¹⁸ Inscrição de tombamento n.º 458, Livro do Tombo das Belas Artes, de 6 de julho de 1961.

institucional, mesmo que isso não se repercutisse numa maior pormenorização das intervenções e ações lá executadas.

No mesmo ano de 1961, uma nova proposta de revitalização local foi encaminhada a 07 de agosto, com orçamento total de Cr\$ 1.499.932,40, tendo sido aprovada e financiada pelo DPHAN a 30 de outubro. O novo conjunto de trabalhos abrangia a renovação de revestimentos e de pisos, com o uso do solo-cimento no claustro do convento, o manilhamento, para escoamento das águas fluviais, a execução de guarda-peitos em madeira, a pintura a óleo e demais serviços considerados «especiais» (demolições e reconstruções)¹⁵¹⁹. A existência de serviços já realizados, como o manilhamento, a pintura e a renovação do piso, aponta a possível complementarização da empreitada anterior, como também a possível manutenção desses recursos¹⁵²⁰.

As obras de 1958-1960 foram sistematicamente pormenorizadas, a cada *Boletim Mensal de Informação* enviado pelo escritório distrital ao nacional, sempre assinado por Ayrton de Carvalho. A rotina de comunicação institucional foi alterada nas obras de 1961-1962, pelo que notamos o baixo número de viagens de estudos das empreitadas, mesmo estando o monumento localizado na área metropolitana de Recife, sede do 1º Distrito do DPHAN.

Entre 1968 e 1974, os serviços de manutenção e conservação (1968, 1969)¹⁵²¹, de reparações (1972)¹⁵²² e de emergência (1974)¹⁵²³ existentes no Convento de Nazaré foram realizados em conjunto com outros monumentos afetos ao Distrito em questão. Estas intervenções foram, por sua vez, registadas apenas no Arquivo da Superintendência

¹⁵¹⁹ Proposta de Severino de Lima Barros, de 7 de agosto de 1961; Of. n.º 1581, 30 de outubro de 1961. ANS. Série Obras, Cx. 0339, P. 0989, docs. 69-71, 75.

¹⁵²⁰ Os *Boletins Mensais de Informação* subsequentes à aprovação e ao envio das verbas descrevem os serviços realizados apenas como de conservação e/ou limpeza do monumento, sem maiores pormenorizações.

¹⁵²¹ A firma empreiteira João Augusto de Carvalho realizou os serviços de conservação e limpeza e, 1968, em conjunto com outros 8 monumentos, pelo valor de NCr\$ 12.000,00. Já em 1969, a mesma firma executou serviços de limpeza, remoção de vazamentos e goteiras e imunização dos elementos de madeira, num programa de ações destinado realizado com outros 7 monumentos, no valor total de NCr\$ 31.500,00. Igreja de Nossa Senhora de Nazaré e Convento dos Carmelitas (ruínas) – Cabo de Santo Agostinho, s. d. ASIPE, P. Convento Carmelita do Cabo, n.p.

¹⁵²² A firma João Augusto de Carvalho executou, mais uma vez, os serviços para o ano de 1972, dessa vez apenas no Convento e Igreja de N. Sra. de Nazaré do Cabo. Além da limpeza do convento e da igreja, houve reparações na cobertura da igreja, com o retelhamento da galeria e a substituição de materiais danificados (caibros e telhas na nave, de 8 metros de capote e de aproximadamente 10 metros de algeroz); a imunização do madeiramento de trechos da cobertura e dos soalhos; e a recuperação do passeio. No total, foram gastos Cr\$ 10.000,00. Igreja de Nossa Senhora de Nazaré e Convento dos Carmelitas (ruínas) – Cabo de Santo Agostinho, s. d. ASIPE, P. Convento Carmelita do Cabo, n.p.

¹⁵²³ A firma L. B. Engenharia Lda. foi a responsável pelas obras entendidas como emergenciais, mesmo que fossem semelhantes às obras realizadas apenas dois anos antes. Os serviços consistiram no retelhamento e imunização do madeiramento da nave da igreja, com substituição de materiais degradados (caibros, ripas, telhas); imunização dos assoalhos da galeria e do consistório, revisão de trechos da cobertura (galeria, consistório, torre inconclusa). As obras foram incluídas num processo comum, com 11 monumentos ao todo, no valor total de Cr\$ 180.000,00. Igreja de Nossa Senhora de Nazaré e Convento dos Carmelitas (ruínas) – Cabo de Santo Agostinho, s. d. ASIPE, P. Convento Carmelita do Cabo, n.p.

Estadual do IPHAN em Pernambuco. A comunicação entre os escritórios distrital e nacional do IPHAN nesse período foi deveras reduzida, apenas com a comunicação, por parte do 1º Distrito, das obras de 1972. Podemos ventilar uma independência institucional do 1º Distrito, que possuía um número considerável de monumentos afetos. Outrossim, em específico, consideramos que a expressividade estética e as proporções do monumento, bem menos aclamadas do que as ruínas aqui antes vistas, possam ter contribuído para uma menor atenção dispensada por parte dos serviços nacionais ou mesmo dos serviços distritais de património.

7.4 Mar à vista: o complexo portuário, o turismo e a valorização cultural

A localização do Convento de Nazaré – numa área turística, delimitada por um cabo, na Região Metropolitana de Recife (RMR)¹⁵²⁴ – foi um dos elementos mais determinantes para a história do monumento e, pode dizer-se, do município. É, por isso, que a relação entre o convento e a paisagem local, já corretamente anunciada desde o pedido de tombamento, estende-se aos demais bens existentes no Cabo de S^{to}. Agostinho, todos eles coloniais, referentes aos domínios português e neerlandês no Brasil¹⁵²⁵.

A Barra de Suape, no mesmo promontório, entre os municípios do Cabo de S^{to}. Agostinho e de Ipojuca, foi delimitada para a implantação de um complexo fabril e portuário. A estrutura ambiciosa a ser instalada no Suape abrangia um distrito industrial, destinado à exportação de mercadorias, um polo de fertilizantes e, outro, da indústria sucroquímica, um estaleiro naval, o porto e, caso possível, uma refinaria da Petrobras. Nesses termos, o espaço costeiro, antes amparado na atividade turística, tornou-se uma área de disputa de interesses, expondo os impasses entre a preservação natural e cultural, de um lado, e o crescimento económico, do outro.

A nova estrutura portuária foi planeada para suprir a sobrecarga do Porto de Recife desde a década de 1950, pelo que era esperado que esta fosse maior e mais moderna do que a anterior, para os interesses económicos estatais¹⁵²⁶. Havia duas opções disponíveis:

¹⁵²⁴ Por isso, distante cerca 50 quilómetros do centro político e económico pernambucano.

¹⁵²⁵ Relativamente a alguns desses monumentos, vide Figuras 105-07 (Apêndice).

¹⁵²⁶ As disparidades regionais, o subdesenvolvimento do Nordeste e das reformas sociais foram temas frequentes no contexto pernambucano no século passado, pelo que se procurava alterar o quadro negativo a partir, por exemplo, da consulta a especialistas fora dos quadros funcionais. Em 1954, por exemplo, o padre dominicano e sociólogo francês, Louis Joseph Lebreton, viajou para o Recife a convite da Comissão de Desenvolvimento Económico de Pernambuco (CONDEPE), a fim de refletir – a grosso modo – o desenvolvimento por meio da industrialização, pelo que seria possível reduzir os níveis de subdesenvolvimento do estado. O «Estudo sobre desenvolvimento e implantação de indústrias, interessando a Pernambuco e ao Nordeste» (1954) colocava a capital pernambucana como uma metrópole regional, que trazia propostas para a ampliação da cidade em termos industriais e portuários, com planeamento urbano aos moldes do Movimento Economia e Humanismo, no qual o desenvolvimento seguia um *mise-en-valeur* regional, em que as estruturas económicas, as residências e os equipamentos urbanos eram correlacionados às populações e os seus deslocamentos diários, cf. Pontual, «O urbanismo no Recife», 98–99.

ou se ampliava o porto existente ou se construía uma nova estrutura, próxima de Recife, mas sem pressionar o seu sistema urbano. A Barra do Suape, nesse contexto, acumulava os requisitos para a empreitada, como as características geográficas do promontório em que estava situada¹⁵²⁷, a herança histórica da atividade portuária na área, desde os tempos coloniais, e os pareceres favoráveis em pesquisas encomendadas no âmbito da gestão pública¹⁵²⁸.

O embate entre o investimento económico e a preservação natural e sociocultural – ainda latente na atualidade, no campo do património cultural – atingiu o seu auge na década de 1970, ainda na ditadura civil-militar, prolongando-se pela década seguinte. De um lado, uma grande empreitada para a implantação do complexo industrial e portuário, do outro, a crítica do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP), com o novo pedido de tombamento da área (1973), resgatando o valor de paisagem, e a de intelectuais, a exemplo do Manifesto dos Cientistas (1975).

7.4.1 Coletar, pesquisar e salvar, ou somente investir?

A controvérsia decorrente da escolha do local para a instalação do Complexo Industrial e Portuário de Suape (CIPS) – ou somente Complexo de Suape – ganhou destaque no campo político e intelectual pernambucano, pois ali encontravam-se o Convento Carmelita e outros bens naturais ou culturais locais¹⁵²⁹. As demandas pela preservação patrimonial no Cabo de S^{to}. Agostinho consistiram na relação entre os bens culturais – em sua maioria, arruinados – com o ambiente natural imponente, que uniu a terra e o mar, historicamente cobiçados justamente pelas características náuticas do promontório.

Nesse contexto, destacamos a atuação do IAHGP e de José Antônio Gonsalves de Mello, seu presidente, ao tentar salvaguardar o património cultural do Cabo de S^{to}. Agostinho e de Ipojuca, seja ao promover a coleta e pesquisa arqueológica nos remanescentes de

¹⁵²⁷ O geógrafo José Alves destaca o quebra-mar natural, resultante do cordão de arrecifes existente no local, as águas profundas próximas à costa, a extensa área plana como relevantes requisitos geográficos. Além do mais, a proximidade com os portos da Europa e dos EUA e centralidade da localização da Barra do Suape no nordeste brasileiro torna o local propenso a transações internacionais, cf. Alves, «Suape e sua trajetória histórica», 79.

¹⁵²⁸ Alves, 70–79. José Alves cita o parecer positivo do Grupo Interministerial de Trabalho, do então governo de Ernesto Geisel, para que a empreitada fosse tratada como prioritária para o nordeste brasileiro, em 1976, cf. Alves, 95–96.

¹⁵²⁹ Cabe realçar que a maioria dos bens culturais eram ruínas de construções coloniais, integradas com a paisagem natural, relativas aos séculos XVII e XVIII, como: o Castelo do Mar (1632); o Forte do Pontal ou Van der Dussem (1633); o Forte Ghijsselim (1634), na Ilha de Borges; o próprio Convento Carmelita do Carmo e, entre outros, o antigo porto, do século XVII. Dentre outros locais notados por seu valor cultural, que não estavam nem estão em ruínas, cabe realçar a igreja anexa ao Convento Carmelita e a Vila de Nazaré. Dentre os lugares naturais, destacamos: a foz do Rio Suape; as praias de Suape, Gaibu e Calhetas; e, entre outros, a barra de arrecifes que contornava a faixa litorânea, por onde se procedeu a entrada e o domínio batavo na região.

construções coloniais, em 1973 e em 1978-1979, seja ao liderar o pedido de tombamento da área, por seu valor paisagístico.

Face ao risco de descaracterização da paisagem do Cabo de S^{to}. Agostinho, devido às obras do complexo industrial e portuário, o IAHGP encomendou uma pesquisa a Ulysses Pernambucano de Mello Neto e Virgínia Maria Carvalheira Mendonça, que coletaram material arqueológico na superfície das praias em torno do Forte do Pontal do Suape, ou Forte Van der Dussen, e dos armazéns da alfândega, com documentação fotográfica de Gilvan Silva. Do resultado da coleta, destacaram-se a cerâmica portuguesa e holandesa, chumbo e objetos de ferro, alguns então identificados como do século XVII, que foram expostos entre os dias 31 de março e 10 de abril de 1973¹⁵³⁰, na sede do mesmo instituto¹⁵³¹. A pesquisa, portanto, cumpriu duas missões: a de recolha de evidências históricas, como augurado pelo IAHGP¹⁵³², e a mostra de parte da história do município de Cabo de S^{to}. Agostinho, onde futuramente seria implantado o porto industrial do Suape.

Não foram realizadas as escavações arqueológicas no primeiro momento da coleta arqueológica encomendada pelo IAGHP, face à carência de autorização prévia do IPHAN. Contudo, o mesmo IAHGP solicitou a autorização e o apoio financeiro do IPHAN para a realização de uma investigação mais alargada a fim de descobrir, entre outros, a localização do forte holandês Ghijselin e do reduto de São Jorge, além da delimitação da área do Forte de Nazaré¹⁵³³. Em resposta ao IAHGP e ao 1º Distrito, que endossou a proposta do primeiro, o escritório central do IPHAN concedeu o apoio financeiro de Cr\$ 10.000,00 ainda em 1973¹⁵³⁴. A investigação arqueológica, por sua vez, só ocorreu cerca de cinco anos depois, em 1978.

O posicionamento crítico ao empreendimento industrial e portuário no Suape sempre esteve pautado na comunicação entre o IAHGP e o IPHAN. A ameaça da descaraterização da paisagem natural e dos monumentos lá existentes era a razão por trás da apreciação do IAHGP, respaldada pelo 1º Distrito em comunicações com o IPHAN¹⁵³⁵. Portanto, podemos

¹⁵³⁰ Em outro documento, o presidente do IAHGP informou ao IPHAN que a exposição ocorreu entre 30 de março e 18 de abril de 1973. Carta de José A. G. de Mello, 30 de abril de 1973. ANS, Processo de tombamento n.º 865-T-73, Vol. 01, fl. 2.

¹⁵³¹ IAHGP, «Exposição de fotografias e objetos do Forte Seiscentista do Pontal de Suape, do Cabo de Santo Agostinho», Aberta de 31 de março a 10 de abril de 1973. ANS, Processo de tombamento n.º 865-T-73, Vol. 01, fls. 19-20.

¹⁵³² Carta de José A. G. de Mello, 30 de abril de 1973. ANS, Processo de tombamento n.º 865-T-73, Vol. 01, fls. 1-2.

¹⁵³³ Idem.

¹⁵³⁴ Of. n.º 3070, 28 de novembro de 1973. ANS, Processo de tombamento n.º 865-T-73, Vol. 01, fls. 43-44.

¹⁵³⁵ Como, por exemplo: Of. n.º 041/73/P, de 23 de abril; Of. n.º 045/73/P, de 9 de maio de 1973. ANS, Processo de tombamento n.º 865-T-73, Vol. 01, fls. 4-5; 8. Além do IAHGP e do 1º Distrito do IPHAN, o então comandante da 7ª Região Militar e da 7ª Divisão de Infantaria, general Carlos Alberto C. Ribeiro solicitou informações detalhadas sobre a área do Cabo de Santo Agostinho, caracterizada como área histórico-militar. A solicitação de informações ocorria no atendimento à preservação da área, pelo que a resposta dada pelo 1º Distrito reforçava a presença de monumentos já reconhecidos para o país,

considerar uma sinergia entre os dois institutos no âmbito estadual¹⁵³⁶, em Pernambuco, quanto à devastação que o Complexo de Suape representava para a história local do Cabo de Sto. Agostinho – apesar deste município contar com apenas um monumento nacional, justamente o Convento Carmelita e a igreja anexa.

O tombamento foi requerido no entendimento de que a área contava com atributos naturais e históricos. Apesar da referência ao incontestado valor natural da região, o texto trazia igualmente o apelo à história, com a descrição mais pormenorizada das ruínas de várias fortificações ou construções seiscentistas, como o Porto do Cabo ou de Nazaré, o Forte de Nazaré, o Castelo do Mar, o Forte do Pontal, o Forte Ghijselin, na Ilha do Borges, e a própria Ermida de Nossa Senhora de Nazaré, que, juntamente com o Convento Carmelita do Cabo, era o único monumento nacional. Destes monumentos, apenas a igreja anexa ao Convento Carmelita não estava em ruínas.

O IAHGP oficializou o pedido de tombamento a 22 de junho de 1973, alegando o risco iminente para a paisagem local e seus monumentos, juntamente com a confirmação de que os planos estaduais para o Suape ainda estavam em fase preliminar. Tendo em conta o art. 180º da *Constituição do Brasil*, o IAHGP recorria também à proteção nacional do Cabo de S^{to}. Agostinho como uma forma de promoção e incentivo ao turismo como fator de desenvolvimento social e económico. Com isto, conseguiu que uma Comissão Interministerial nacional abordasse o tema, recebendo a aprovação presidencial para a reconstrução dos monumentos históricos nordestinos, com fins turísticos¹⁵³⁷.

As duas tentativas de preservação do local por parte do IAGHP, por meio do salvamento arqueológico e do pedido de tombamento, apesar de fundamentadas, caíram no esquecimento. O texto com o pedido de tombamento chegou a ser publicado no *Diário de Pernambuco*¹⁵³⁸, a 02 de julho de 1973, sendo este desacreditado no dia seguinte, pela Companhia de Desenvolvimento Industrial de Pernambuco (DIPER). Para tal, alegou que a

nomeadamente o Convento Carmelita e igreja anexa, bem como de outros monumentos, de natureza militar, como era o caso do Castelo do Mar – que poderiam ser restaurados e aproveitados para fins turísticos. Of. n.º 108-SPR, 11 de maio; Of. n.º 78/73/D, 4 de junho de 1973. ASIPE, P. Convento Carmelita do Cabo, n.p.

¹⁵³⁶ Um exemplo dessa cooperação entre os órgãos públicos foi a solicitação de concordância e apoio no tombamento da área do Cabo de Santo Agostinho e Baía de Suape, a sul do município, a 22 de junho de 1973, de José A. G. de Melo a Ayrton de Carvalho e ao 1ª Distrito, justificando a união de forças para a proteção oficial do local. O pedido foi atendido por A. de Carvalho, que reiterou o teor grave do assunto, a 26 de junho. Of. n.º 060.73.P, de 26 de junho de 1973. ASIPE, P. Convento Carmelita do Cabo, n.p.

¹⁵³⁷ Carta de José A. Gonsalves de Mello, 22 de junho de 1973. ANS, Processo de tombamento n.º 865-T-73, Vol. 01, fls. 15-18. O pedido foi reforçado 10 dias depois pelo diretor do Departamento de Economia do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Clóvis Cavalcanti, em crítica à violência imposta ao Suape, caracterizando como «cada vez mais abusivo» os ataques ao meio ambiente e às riquezas da paisagem natural, sendo contrário à transformação do Suape num «entrepasto fabril-exportador». A carta de Clóvis Cavalcanti, endereçada a José A. Gonsalves de Mello, foi também recebida pelo 1º Distrito do IPHAN e encaminhada para o escritório central, para conhecimento. Cta. de Clóvis Cavalcanti, 2 de julho; Of. n.º 075.73.P, 18 de julho de 1973. ASIPE, P. Convento Carmelita do Cabo, n.p.

¹⁵³⁸ Diário de Pernambuco, 2 de julho de 1973. ANS. Processo n.º 875-T-73, Vol. 1, Parte 1, fl. 29.

escolha da área do Suape foi resultante de uma pesquisa executada pela Fundação de Estudos do Mar, coordenada pelo almirante Paulo Moreira da Silva, que abrangeu toda a costa entre os estados da Bahia e do Ceará, tendo sido o Suape o único com as «condições favoráveis e tecnicamente viáveis para o empreendimento de tal porte (...)»¹⁵³⁹.

Com maior repercussão, a proteção da paisagem de Cabo de S^{to}. Agostinho e, em posição contrária, a empreitada do Complexo de Suape alcançaram as páginas d'*O Globo*, de abrangência nacional, que anunciou o embate entre as duas decisões, intrinsecamente opostas¹⁵⁴⁰. Este periódico, a 04 de julho de 1973, declarou que a direção do 1º Distrito do IPHAN, mesmo tendo concordância com o pensamento do IAHGP, resolveu encerrar a campanha para evitar a construção do complexo industrial e portuário, que somava US\$ 1.000.000.000 em investimentos¹⁵⁴¹. Como se poderia esperar, a desistência do IPHAN foi lamentada pelo Secretário do Programa de Reconstrução de Cidades Históricas, enquanto era celebrada pela bancada do partido militar, o ARENA¹⁵⁴².

O tema manteve-se sempre presente na comunicação social, com a forte participação de Gilberto Freyre, então presidente do Conselho Estadual de Cultura, declarando que o mesmo não era contrário ao terminal industrial de Suape, a 12 de julho de 1973¹⁵⁴³. Três dias depois, reforçou, por sua vez, o seu apoio particular, considerando que a sua execução não deveria sequer ser retardada. O problema do Suape, segundo ele, era nacional, pelo que se poderia preservar um trecho da beleza da praia, sem necessariamente interromper o desenvolvimento económico da região.

É preciso que se deixe de pensar no conjunto de problemas nacionais como constituídos pelos tecnológico-econômicos, rigidamente, de um lado, e, de outro, perturbando sempre a solução deles, os estéticos ou culturais ou socioculturais e sobretudo os ecológicos. O justo é que se pense neles todos, problemas nacionais, em termos de conciliação dos valores que cada grupo representa, dando-se, é claro, prioridade, ao desenvolvimento brasileiro e admitindo-se, por vezes, o necessário sacrifício de relíquias preciosas, não como tais, mas nas suas situações tradicionais, a esse mesmo desenvolvimento¹⁵⁴⁴.

O interesse do governo estadual na continuidade do plano era inegável, com a desapropriação da área onde seria construído o Complexo do Suape, entendido como de

¹⁵³⁹ Diário de Pernambuco, 3 de julho de 1973. ANS. Processo n.º 875-T-73, Vol. 1, Parte 1, fl. 30.

¹⁵⁴⁰ «O Globo», do RJ, de 3 de julho de 1973. ANS. Processo n.º 875-T-73, Vol. 1, Parte 1, fl. 31.

¹⁵⁴¹ «Patrimônio desiste da luta pela preservação do Suape». *O Globo*, 4 de julho de 1973. ANS. Processo n.º 875-T-73, Vol. 1, Parte 1, fl. 32, 35.

¹⁵⁴² «Nordeste espera solução que preserve monumentos na região do Suape». *Jornal do Brasil*. 5 de julho de 1973. ANS. Processo n.º 875-T-73, Vol. 1, Parte 1, fl. 33-34.

¹⁵⁴³ «Freyre esclarece posição do Conselho». *Diário de Pernambuco*, 12 de julho de 1973, 2.

¹⁵⁴⁴ Freyre, Gilberto. «A propósito de Suape». *Diário de Pernambuco*, 15 de julho de 1973, p. 4. ANS. Processo n.º 875-T-73, Vol. 1, Parte 1, fl. 36.

utilidade pública, por meio do Decreto n.º 2845, de 27 de julho de 1973¹⁵⁴⁵. O documento público não deixava de ser mais um passo para cumprir a meta do governo no Programa de Ação Coordenada (PRAC), concentrado no terminal marinho e no distrito industrial. A execução do decreto ficou a cargo da DIPER, uma sociedade de economia mista. No ano seguinte, o governador Eraldo Gueiros ventilava a construção do Complexo de Suape e da infraestrutura rodoviária e energética correspondente, enquanto implantava o Complexo, em ato a 01 de maio de 1974, «de forma irreversível», como reproduzido em matéria jornalística¹⁵⁴⁶.

O projeto, ainda em planeamento institucional, atendia aos anseios de grupos políticos e empresariais locais e nacionais, pelo que continuava a ser ambicionado na comunicação social. Em contraposição a esse *status quo*, o *Manifesto dos Cientistas*, assinado por Clóvis Cavalcanti, juntamente com outros académicos, fez a primeira página do *Jornal da Cidade*, em abril de 1975, em denúncia aos possíveis impactos ambientais e socioculturais do «superporto»¹⁵⁴⁷. De acordo com Luciana Silva, a publicação revelou-se um momento de resistência e de viragem frente ao discurso desenvolvimentista e redentor do empreendimento, tendo em conta o contexto ditatorial, na política, e os silenciamentos dos possíveis impactos ambientais do Porto no Suape, na comunicação social¹⁵⁴⁸.

O património natural e cultural da região passou a ser equacionado e repercutido relativamente ao Complexo de Suape, pelo que destacamos as explicações dadas por Gilberto Freyre sobre o porquê de não ter assinado o *Manifesto dos Cientistas*, a 13 de abril de 1975. O sociólogo indicou o seu aceno positivo anterior à empreitada, porque se sensibilizara com a argumentação do representante governamental sobre a imprescindibilidade do porto para a economia pernambucana¹⁵⁴⁹.

Freyre não deixou de criticar o carácter absolutista do projeto, em que os cientistas ou os serviços públicos, como o Conselho Estadual de Cultura, onde era presidente, o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, o Seminário de Tropicologia, da Universidade

¹⁵⁴⁵ Decreto n.º 2845, de 27 de julho de 1973, publicado no Diário Oficial do estado de Pernambuco de 28 de junho de 1973, 3042. Disponível em <http://200.238.101.22/docreader/DO_197306/746>, acedido a 20 de setembro de 2021.

¹⁵⁴⁶ Ramalho, Heleno. «Construção do Complexo Suape será iniciada ainda este ano». Diário de Pernambuco, 1 de maio de 1974, 10.

¹⁵⁴⁷ «Cientistas lançam manifesto contra o Complexo de Suape», *Jornal da Cidade*, ano II, nº 24, 6-12 de abril de 1975. O Manifesto dos Cientistas, como ficou conhecido, foi escrito por Clóvis Cavalcanti, economista, ecólogo e professor da UFPE, juntamente com os académicos Renato C. Campos, do departamento de Sociologia do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, João de Vasconcelos Sobrinho, chefe da Estação Ecológica de Tapacurá e professor de Ecologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Renato S. Duarte, professor de Economia na UFPE, Roberto M. Martins, professor de Sociologia, Nelson Chaves, professor de Medicina, José Antônio Gonsalves de Mello, professor de História na UFPE, assim como Martins e Chaves, cf. Silva, «Os impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) ao meio ambiente e a mídia pernambucana», 40–41.

¹⁵⁴⁸ Silva, 40–41; 158–61.

¹⁵⁴⁹ Freyre, Gilberto. «O Caso Suape». *Diário de Pernambuco*. 13 de abril de 1975, 4.

Federal de Pernambuco (UFPE), e o IAHGP não foram consultados¹⁵⁵⁰. Mais tarde, o sociólogo pôs em dúvida o projeto portuário, considerando a escolha de outro lugar para a empreitada¹⁵⁵¹.

7.4.2 A federação, as unidades federativas e o património

O papel do IPHAN foi relegado para segundo plano nas intervenções do Suape. As decisões relativas aos bens culturais e naturais da área do Cabo de S^{to}. Agostinho e Ipojuca foram tomadas, maioritariamente, em âmbito estadual, seja pelo governo, seja pelos órgãos de administração pública estaduais.

Numa ebulição de decisões públicas e privadas, a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE) ¹⁵⁵² liderou os investimentos estaduais na região, ainda na década de 1970, nomeadamente no desenvolvimento de um plano diretor para o património cultural local e na realização de uma investigação arqueológica, requisitada publicamente desde 1973. Isto foi decorrente da associação entre órgãos de âmbito nacional e estadual, para financiamento ou aprovação de medidas previamente planeadas. Quanto a este último ponto, realçamos que era – e continua a ser – obrigatório o contato com o IPHAN, seguido da sua aprovação, antes da realização de pesquisas arqueológicas e, entre outros, intervenções diversas em espaços protegidos pelo órgão – como era o caso do Convento Carmelita e da igreja a ele anexa.

A FUNDARPE celebrou convénio com a Secretaria de Planejamento do Estado (SEPLAN/PR) e o Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco (CONDEPE) a 17 de fevereiro de 1977, destinado a «realização de projetos de restauração da área e de monumentos históricos e artísticos¹⁵⁵³ do Cabo de S^{to}. Agostinho, no estado de Pernambuco»¹⁵⁵⁴. Após o Termo Aditivo, no ano seguinte, o convénio resultou num total de Cr\$ 3.000.000,00, dos quais 80% caberiam à Secretaria de Planejamento do Estado (SEPLAN/PR), a fundo perdido, e 20%, à FUNDARPE. No «Plano de Aplicação dos

¹⁵⁵⁰ Idem.

¹⁵⁵¹ E, com isto, «Resguardando-se de descaracterizações evitáveis à beleza única de Suape. Ou, a instalar-se aí o superporto, defendendo-se melhor do que no plano atual a paisagem e a tradição de praia supremamente bela e histórica como é essa». Freyre, Gilberto. «Sem zanga nem rancor». *Diário de Pernambuco*. 27 de abril de 1975, p. 4.

¹⁵⁵² Cabe realçar que a FUNDARPE foi criada a 17 de julho de 1973, pelo que foi, a partir de então, uma fundação de âmbito estadual, responsável pela política cultural pernambucana.

¹⁵⁵³ Os projetos tinham como objetivos a preservação do Forte de Nazaré; o Castelo do Mar, juntamente com o quartel; o reduto de São Jorge; o Forte do Pontal de Suape (ou Van der Dussen); o Forte de São Francisco Xavier de Gaibu; a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré; o agenciamento do sítio histórico; as pesquisas arqueológicas e, um elemento da letra g do contrato, que acreditamos era referente à recuperação do casario. Convénio entre FUNDARPE, SEPLAN/PR e CONDEPE, 17 de fevereiro de 1977. ASIPE, P. Convento Carmelita do Cabo, n.p.

¹⁵⁵⁴ Convénio entre FUNDARPE, SEPLAN/PR e CONDEPE, 17 de fevereiro de 1977. ASIPE, P. Convento Carmelita do Cabo, n.p.

Recursos do Convênio (...)»¹⁵⁵⁵, a aplicação das verbas destinava-se para os Serviços de Planejamento Urbanístico, Paisagístico e Arquitetônico, os serviços de pesquisas arqueológicas e, além de outros estudos complementares, os serviços de estudos topográficos e de demarcações¹⁵⁵⁶.

No âmbito da execução dos serviços urbanísticos, a firma Sena Caldas & Polito Arquitetos Associados Ltda. foi contratada para a realização de estudos e, a partir destes elaborar o *Plano Diretor para Preservação e Valorização do Cabo de Santo Agostinho*, no qual se incluíam a Vila de Nazaré e os povoados de Gaibu e Suape, como destacado em contrato, no valor de Cr\$ 2.296.400,00, assinado a 07 de agosto de 1978¹⁵⁵⁷.

O relatório preliminar foi entregue em setembro do ano seguinte, sendo sucedido por seminários, destinados a analisar a sua pertinência, com a participação de instituições distintas, inclusive da 3ª Direção Regional do IPHAN¹⁵⁵⁸, alterando o nome do plano em questão para *Plano Diretor de Preservação, Valorização e Reativação da área do Cabo de Santo Agostinho*¹⁵⁵⁹.

O documento, disponibilizado para o escritório central do IPHAN, delimitou os aspectos físicos e infraestruturais do município, com uma breve descrição da história local e dos seus monumentos. Após alterações propostas, o *Projeto de Revalorização do Cabo de Santo Agostinho* apresentou como mote central a revalorização do local por meio da restauração dos monumentos e da ambiência local, como refletido no trabalho do arquiteto Hélio Polito Lopes. Com isto, se deveria atentar à infraestrutura básica e à cobertura vegetal local, a partir da proteção das encostas, bem como o agenciamento, a restauração e a utilização das edificações. Neste último ponto, a igreja de Nª. Sª. de Nazaré seria adaptada para também ser um espaço para reuniões, espetáculos e centro de convenções. Já o convento, seria adaptado para a realização de representações populares e eruditas¹⁵⁶⁰.

¹⁵⁵⁵ Of. DA-094/78, 5 de setembro de 1978; Plano de Aplicação dos recursos do Convênio entre FUNDARPE e Secretaria de Planejamento do Estado para projeto de restauração no Cabo de Santo Agostinho, s.d. ASIPE, P. Convento Carmelita do Cabo, n.p.

¹⁵⁵⁶ Idem.

¹⁵⁵⁷ A lista dos serviços técnicos contratados, a fim de obter o Plano Diretor como documento final, eram: o planejamento físico do estudo do traçado viário, do uso do solo e do zoneamento, o estudo das edificações com propostas de restauro e de uso, sugestões de novas edificações, agenciamento e paisagismo, ambientação, proteção e segurança, além de pesquisa sobre a estrutura e organização do Parque de Santo Agostinho; de estudos geológicos e de hidrografia, de drenagem das águas pluviais, para o abastecimento d'água e da cobertura vegetal local, para recomposição e proteção da flora; estudos, pareceres e sugestões estruturais; cadastro técnico de uso e ocupação do solo. Ainda, solicitava-se estudos socioeconômicos de realização e revitalização local, estudos de sinalização e identidade visual, normas sobre aspectos jurídicos e institucionais, e uma maquete. Contrato de Locação de Serviços Técnico-Especializados, de 07 de agosto de 1978. ASIPE, P. Convento Carmelita do Cabo, n.p.

¹⁵⁵⁸ Of. n.º 98.79, de 22 de outubro de 1979. ANS. Série Obras, Cx. 0334, P. 0977, doc. 4.

¹⁵⁵⁹ Of. n.º DA-381/79, de 03 de outubro de 1979. ASIPE, P. Convento Carmelita do Cabo, n.p.

¹⁵⁶⁰ Relatório. ANS, Série Obras, Cx. 0334, P. 0977, docs. 7-22.

A iminência dos trabalhos de construção do Complexo Industrial e Portuário de Suape, juntamente com a dragagem da Baía de Suape, requeria a existência de um projeto de prospecção arqueológica, terrestre e submarina¹⁵⁶¹. Nesse contexto, foram realizadas pesquisas históricas e arqueológicas no Cabo de S^{to}. Agostinho e na Baía de Suape entre 1978 e 1979, no âmbito do «Plano Diretor para a Preservação, Valorização e Reativação da Área do Cabo de Santo Agostinho»¹⁵⁶², então em andamento.

Relembrando os primeiros trabalhos na região, em 1973, aquando do salvamento de bens arqueológicos encomendado pelo IAGHP, não houve a realização de escavações arqueológicas, face à carência de autorização prévia do IPHAN¹⁵⁶³. Ainda em 1973, o instituto em questão autorizara e apoiara financeiramente a execução de uma pesquisa arqueológica no local, com o investimento de Cr\$ 10.000,00¹⁵⁶⁴. A pesquisa seria liderada por Ulysses Pernambucano de Mello Neto e Virgínia Maria Carvalheira Mendonça, com duração prevista para dois meses e meio, tendo como objetos de estudo as áreas do Pontal e Ilha de Borges, na Baía do Suape; áreas do Forte de N. Sra. de Nazaré, Castelo do Mar, baterias e redutos menores, do Forte de São Francisco e Xavier do Gaibu¹⁵⁶⁵.

Após cerca de 05 anos, as dimensões e as propostas de pesquisa solicitadas eram maiores, pelo que consideramos que esse era um novo projeto, sob a responsabilidade da FUNDARPE – e não uma retomada do plano anterior, do IAHGP, apesar dos mesmos cientistas envolvidos e da existência de objetivos semelhantes.

O «Projeto de Pesquisa de Arqueologia e História na Área do Cabo de Santo Agostinho e Baía de Suape» foi visto como essencial desde 1977, graças à continuidade das obras de implantação e dragagem do porto – como destacado na comunicação institucional, pelo IPHAN e pelo Programa Cidades Históricas do Nordeste. A sua realização decorreu de mais um convénio firmado entre a FUNDARPE e a SEPLAN/PR, com a aprovação

¹⁵⁶¹ Of. n.º 300/77, de 04 de novembro de 1977. ASIPE, P. Convento Carmelita do Cabo, n.p.

¹⁵⁶² Convénio entre a FUNDARPE e a SEPLAN/PR, recebendo o título PE-020 neste último. Cabe realçar que o projeto contou com parecer do Programa Cidades Históricas do Nordeste.

¹⁵⁶³ Carta de José A. G. de Mello, 30 de abril de 1973. ANS, Processo de tombamento n.º 865-T-73, Vol. 01, fls. 1-2.

¹⁵⁶⁴ O orçamento previsto por Ulysses e Virgínia Maria Carvalheira Mendonça foi apresentado num total de Cr\$ 9.000,00, tendo o IPHAN central financiado a pesquisa com Cr\$ 10.000,00, a 28 de novembro de 1973, sem referências sobre o porquê de terem enviado Cr\$ 1.000,00 a mais. O acompanhamento da responsável pela Arqueologia do IPHAN na região, Marcos Albuquerque, foi contactado pelo escritório central do IPHAN, pelo que se disponibilizou em colaborar com a pesquisa. Of. n.º 3070, de 28 de novembro; Of. n.º 3028, de 29 de novembro de 1973. ANS, Processo de tombamento n.º 865-T-73, Vol. 01, fls. 43-44; 46-47.

¹⁵⁶⁵ Em linhas gerais, objetivava a comprovação da existência dos “passos” ou armazéns no antigo Porto de Nazaré, a localização do Forte Ghijselin, na Ilha do Borges; a delimitação do perímetro do Forte de N. Sra. de Nazaré do Cabo (1633-1645); o estudo sobre as fases da ocupação do Castelo do Mar, levantando a sua planta baixa; a localização das baterias e os redutos indicados em mapas e documentos, como o de São Jorge; o estudo sobre o período de ocupação militar do Forte de São Francisco Xavier do Gaibu (séc. XVIII). Orçamento, de 7 de agosto de 1973. ANS, Processo de tombamento n.º 865-T-73, Vol. 01, fls. 38-40.

institucional do IPHAN¹⁵⁶⁶ para a pesquisa e com o parecer positivo do *Programa de Cidades Históricas do Nordeste*¹⁵⁶⁷ para o financiamento da investigação, orçada em Cr\$ 1.797.140,00¹⁵⁶⁸.

A pesquisa histórica e arqueológica subdividiu-se na análise da documentação histórica, na arqueologia de campo, na arqueologia de laboratório e nos trabalhos de composição gráfica – entre abril de 1978 e julho de 1979. Cabe destacar que a firma contratada para a pesquisa, a *Pesquisa, Arqueologia e História Lda.*, tinha como responsáveis os mesmos pesquisadores de 1973¹⁵⁶⁹.

Apesar do prolongamento do tempo desde o projeto de pesquisa defendido no contexto do IAHGP, em 1973, é possível encontrarmos as mesmas críticas proferidas cinco anos antes, contra o Complexo de Suape. O relatório da investigação, publicado na Revista do IAHGP (1981), Ulysses Pernambucano de Mello Neto, coordenador da pesquisa¹⁵⁷⁰, criticava a incoerência entre a destruição de sítios históricos e paisagens e a proteção, por vezes com investimentos vultuosos, de outros bens culturais, cuja salvaguarda advém da sua antiguidade.

No caso do Cabo de Santo Agostinho, preserva-se a paisagem, detém-se a erosão, revitaliza-se a vegetação, estabiliza-se, restaura-se e reutiliza-se a edificação histórica. Em Suape, destroem-se os valores da ambiência, negam-se os da paisagem, enterram-se os históricos. (...) Trabalhando no projeto “Suape”, encarregados que fomos da pesquisa de Arqueologia e de História, cremos, no entanto, haver cumprido nosso dever: salvar o que fosse possível, buscar as informações que estivessem ao nosso alcance, enfim, garantir uma memória, criar um documento mesmo pequeno e incompleto, para os vindouros¹⁵⁷¹.

¹⁵⁶⁶ Inf. n.º 157, de 10 de novembro de 1977. ASIPE, P. Convento Carmelita do Cabo, n.p.

¹⁵⁶⁷ Parecer solicitado no âmbito federal, pela SEPLAN/PR. Programa Cidades Históricas do Nordeste. Projeto PE-020. Parecer, de 25 de janeiro de 1978. ASIPE, P. Convento Carmelita do Cabo, n.p.

¹⁵⁶⁸ A SEPLAN/PR assumiu o pagamento de 80% do total, através do Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados (FDPI), do Programa Cidades Históricas do Nordeste. Os 20% restantes eram de responsabilidade da FUNDARPE. «Convênio que entre si fazem a SEPLAN-PR e a FUNDARPE com a finalidade de alocar recursos financeiros do programa das Cidades Históricas, para a realização de uma pesquisa de arqueologia e história na área de Cabo de Santo Agostinho e Baía de Sauepe no estado de Pernambuco», 8 de março de 1978. ASIPE, P. Convento Carmelita do Cabo, n.p.

¹⁵⁶⁹ A pesquisa contou com o apoio do Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco e Fotografia de Sidney Waisman, cf. Mello Neto, «O Cabo de Santo Agostinho e a Baía do Suape», 31.

¹⁵⁷⁰ A investigação contou com a seguinte equipa profissional: Ulysses Pernambucano de Mello Neto (coordenador), Virgínia Pernambucano de Mello, que antes assinada como Virgínia Maria Carvalheira Mendonça (responsável pela secção de História), Jeanette Maria Dias de Lima (responsável pela secção de Arqueologia), Daniel Lins Menucci (Fotografia), Nathanael Maranhão Vale (Desenho), José Antônio Gonsalves de Mello (Consultoria). A pesquisa ocorreu no âmbito do «Plano Diretor para Preservação, Valorização e Reativação da Área do Cabo de Santo Agostinho», conforme proposto pelo governo do estado de Pernambuco, pela SEPLAN/PR e pela FUNDARPE, contando com a colaboração do Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco e com o apoio e autorização do IPHAN, cf. Mello Neto, «O Cabo de Santo Agostinho e a Baía do Suape: Arqueologia e história», 32–33.

¹⁵⁷¹ Mello Neto, 32.

Com o decorrer de quase cinco anos entre planeamento e prática, o governo estadual passou a ser o contratante da pesquisa, cujos objetivos e universo foram ampliados. A investigação alargava o conhecimento da região e de seus monumentos, sendo um meio de angariar dados para possíveis projetos de restaurações desses bens históricos. Nas metas, considerava-se também o interesse na organização de um museu local, onde as peças encontradas seriam dispostas, o que não foi concretizado. Dentre os sítios pesquisados, encontramos semelhanças com aqueles monumentos mencionados na proposta de tombamento, incluindo a arqueologia submarina¹⁵⁷²: 1) Quartel do Castelo do Mar; 2) Castelo do Mar; 3) 1ª Bateria de São Jorge; 4) 2ª Bateria de São Jorge; 5) Capela Velha; 6 e 7) Igreja de N. Sra. de Nazaré e Forte de Nazaré; 8) Farol Velho; 9) Forte do Pontal de Suape; 10) Forte Ghijselin (na Ilha de Borges); 11) Acampamento holandês; 12) Bateria de Calheta; 13) Quartel do Forte de Gaibu; 14) Forte de Gaibu; 15) Sítios Arqueológicos Submarinos de Naufrágio, ou antigas ocupações possivelmente cobertas pelo mar¹⁵⁷³.

As áreas 6 e 7 incluíram a Igreja e o Forte de Nazaré em conjunto, sob a alegação de que a pesquisa no forte estaria incompleta sem o templo religioso homónimo, situado no seu antigo perímetro. Nesse sentido, foi realizado o levantamento fotográfico aéreo do conjunto carmelita, pelo que foi possível vislumbrar o convento¹⁵⁷⁴. Houve também tentativas de se levantar o perímetro da igreja, mesmo com as alterações ocorridas ao longo do tempo, como o aumento da capela primitiva, a construção posterior do convento e a construção do cemitério, mais recente e que, por sua vez, é adjacente ao convento.

Na capela, foram escavadas trincheiras ao redor das fachadas, com sondagens para delimitar a área de atuação do templo e a profundidade das camadas de ocupação. A considerável quantidade de material arqueológico recolhida datava principalmente do século XVII, tendo o lado norte da igreja, contíguo ao convento, sido excluído da pesquisa. A tentativa de encontrar uma fortificação mais antiga no entorno da capela foi malograda, devido ao cronograma do trabalho de campo¹⁵⁷⁵.

Os objetos arqueológicos foram temporariamente armazenados na Igreja de N. Sra. de Nazaré, na expectativa de que fosse instalado um museu no mesmo local de guarda. O seu abrigo seria apenas temporário, enquanto a iniciativa museológica ficaria a cargo da FUNDARPE¹⁵⁷⁶. No entanto, esta iniciativa não se concretizou.

¹⁵⁷² Mello Neto, 36.

¹⁵⁷³ Mello Neto, 33.

¹⁵⁷⁴ Vide Figura 103 (Apêndice).

¹⁵⁷⁵ Mello Neto, «O Cabo de Santo Agostinho e a Baía do Suape», 71–72.

¹⁵⁷⁶ A FUNDARPE ventitou a celebração de um acordo com o IPHAN quanto à guarda definitiva dos objetos arqueológicos, num museu sob sua responsabilidade. A iniciativa, que também foi mencionada no «Plano Diretor de Valorização, Preservação e Reativação de Cabo de Santo Agostinho», foi refutada nos quadros da 3ª DR do IPHAN – como, por exemplo, na avaliação feita por Menezes Cruz no *Seminário para estudo do Relatório Preliminar de Caso Santo Agostinho* (1979). Of. n.º 011/78, de 05 de janeiro de 1978; Inf. n.º 46/79/AMC, de 19 de outubro de 1979. ASIPE, P. Convento Carmelita do Cabo, n.p.

Em paralelo à investigação arqueológica e ao próprio desenvolvimento do «Plano Diretor de Valorização, Preservação e Reativação de Cabo de Santo Agostinho», a 3ª DR do IPHAN recebia indicação do escritório central para receber propostas de intervenção de restauro na Igreja de N. Sra. de Nazaré, por meio do Convite n.º 16/78, com as proposições recolhidas a serem analisadas a 01 de setembro de 1978¹⁵⁷⁷. Em fins do mesmo mês, o IPHAN e a L. B. Engenharia Ltda. firmaram contrato no valor de Cr\$ 58.000,00, para obras de reparos da cobertura da nave, da sacristia e da galeria lateral, além da substituição de telhas danificadas, suprimindo as goteiras existentes, e da imunização de toda a cobertura da igreja – com a expectativa de conclusão das mesmas a 18 de dezembro de 1978¹⁵⁷⁸.

A listagem das ações realizadas no ano de 1978 demonstra o quão corriqueiras estas foram. Ainda assim, deixaram transparecer a inadequabilidade da gestão pública do patrimônio cultural, nos âmbitos nacional e estadual, em termos de comunicação e gestão de ações. Por exemplo, a investigação arqueológica encontrava-se na fase do trabalho de campo aquando das intervenções na cobertura da igreja, sob o risco de precisarem de recorrer ao espaço físico do monumento nacional – situação que não foi contemplada na comunicação institucional, a fim de garantir a atualização das informações.

O «empilhamento» de decisões sobre o monumento atesta a inexistência de uma organização conjunta das ações e intervenções, mas iniciativas espaçadas, com ensaios pontuais de uma administração integrada da preservação local. Dessas, realçamos os Seminários para discussão do «Plano Diretor para a Preservação, Valorização e Reativação da Área do Cabo de Santo Agostinho», que contaram com a participação de instituições dos diferentes graus da federação, sob o comando da FUNDARPE. O plano, que foi concluído em 1980, permaneceu estagnado. Mais tarde, Antônio de Menezes e Cruz descreveu que a primeira fase de implementação chegou a ser preparada para licitação, pelo que se desconhece a razão da cessação do plano, reconhecendo que o mesmo possuía uma grande envergadura para um prazo breve, num contexto de ausência de verbas¹⁵⁷⁹.

A pressão resultante das questões acerca dos impactos ambientais, sociais e culturais decorrentes da implantação do porto industrial do Suape incitou, mais uma vez, a uma resposta pública estadual para a área do promontório, com a criação de um parque histórico-ambiental¹⁵⁸⁰, fundado a 06 de fevereiro de 1979, pelo Decreto estadual n.º 5554. O recém-criado *Parque Metropolitano de Cabo de Santo Agostinho* foi renomeado *Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti* (PMAHC) poucos meses depois, em

¹⁵⁷⁷ Of. n.º 091/78/CC, de 25 de agosto de 1978. ASIPE, P. Convento Carmelita do Cabo, n.p.

¹⁵⁷⁸ Termo de Contrato, de 26 de setembro de 1978. ANS, Série Obras, Cx. 0339, P. 0989, docs. 54-55.

¹⁵⁷⁹ Inf. n.º 29/AMC/87, de 14 de outubro de 1987. ASIPE, P. Convento Carmelita do Cabo, n.p.

¹⁵⁸⁰ Cunha e Lapa, «Conflito na apropriação do patrimônio cultural», 220–21.

homenagem póstuma ao arquiteto Armando de Holanda Cavalcanti, um dos responsáveis pela fundação do espaço público¹⁵⁸¹.

No total, o governo estadual desapropriou 270 hectares do promontório do Cabo para o PMAHC, uma área circundada pelas praias de Gaibu, Calhetas, Nazaré, Paraíso e Suape¹⁵⁸², onde se encontravam o Convento Carmelita do Cabo de S^{to}. Agostinho e a igreja anexa, a Vila de Nazaré e um conjunto de ruínas coloniais, das quais destacamos o Forte Castelo do Mar, as baterias de S. Jorge e de Calhetas, o Forte do Pontal (ou Forte Van der Dussen), as Ruínas da Capela Velha e, entre outros, as Ruínas da Casa do Faroleiro¹⁵⁸³. O espaço do parque também abrangia o perímetro onde o porto industrial seria instalado, ligando-se à empreitada do Suape, sendo administrado pela CONDEPE por meio do *Programa Ecológico e Cultural do Complexo Industrial e Portuário de Suape*.

O movimento contestatário ao Complexo de Suape, a criação do PMAHC e os planos de preservação e investimento na região por parte dos governos estaduais e municipais, realizados ou não, são exemplos da apreciação conjunta dos remanescentes do promontório do Cabo, inerentemente ligados ao passado colonial brasileiro. Esses remanescentes, por sua vez, eram percebidos como elementos a serem valorizados e mantidos na paisagem cultural do Cabo de S^{to}. Agostinho e da Baía de Suape, em associação com os recursos naturais. Nesses termos, os recursos investidos na proteção do património natural e cultural eram anunciados sob o vaticínio do desenvolvimento local e do complemento ao emprego e à renda, como elementos potencializadores do turismo local.

A história da preservação do Convento Carmelita do Cabo, portanto, não pode ser desvinculada dos bens existentes no PMAHC e da área do promontório do Cabo de S^{to}. Agostinho, especialmente o agrupamento de remanescentes coloniais arruinados, cuja antiguidade foi persistentemente divulgada em junção com a figura do navegador Vicente Pinzón, sem maiores menções aos povos indígenas lá residentes – antes ou depois de 1494¹⁵⁸⁴.

O Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, que aqui chamamos Complexo do Suape, foi instituído no Decreto Estadual n.º 7.763, a 07 de novembro de 1978, com as primeiras atividades portuárias a 09 de novembro de 1982, data em que o petroleiro

¹⁵⁸¹ Decreto n.º 5765, de 16 de maio de 1979, publicado no Diário Oficial de Pernambuco, 17 de maio de 1979, 2, disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/DO_197905/578>, acedido a 20 de setembro de 2021. O arquiteto pernambucano Armando de Holanda Cavalcanti, falecido em 1979, trabalhou no Programa Ecológico e Cultural do Complexo Industrial e Portuário de Suape, destinado à implantação do Parque, pelo que a atribuição do nome ao Parque foi uma homenagem póstuma.

¹⁵⁸² Cunha e Lapa, «Conflito na apropriação do património cultural», 219.

¹⁵⁸³ Vide Figuras 105 e 106 (Apêndice).

¹⁵⁸⁴ A presença da narrativa colonial pode ser exemplificada com a comunicação institucional do último quartel do século passado, em todos os âmbitos de gestão – federal, estadual ou municipal –, no monumento celebrativo ao navegador, encomendado pelo município. A escultura *La Niña*, de Vandenkolk Tinoco, leva o nome da caravela usada por Pinzon em 1492, quando acompanhava Cristóvão Colombo. Outro exemplo é a denominação da escola primária da Vila de Nazaré, também alusiva a Vicente Pinzón.

«Araxá» atracou no cais de granéis líquidos e gasosos dessa empresa pública estadual¹⁵⁸⁵. Tendo em conta que o porto industrial se situava nos limites do PMAHC, este último foi abrangido no zoneamento do solo, enquanto *Zona de Preservação Cultural* no âmbito das *Normas de Uso do Solo do Complexo Industrial Portuário de Suape*¹⁵⁸⁶.

A garantia de proteção do património natural e cultural foi alcançada no âmbito estadual, como uma representação do compromisso estadual para com as demandas e críticas referentes à instalação da empreitada do Suape. Ora, o processo n.º 1.730, de tombamento estadual do «Sítio Histórico do Cabo de Santo Agostinho e Baía de Suape», fora aberto a 29 de novembro de 1982, poucos dias depois do início formal das atividades do complexo portuário. É digno de nota, entretanto, a morosidade com que o processo foi tratado, sendo finalmente concluído em 1993, já em tempos democráticos.

No contexto da preservação dos monumentos naturais e culturais do Cabo de S^{to}. Agostinho e da Baía de Suape no último quartel do século passado, o crescimento económico esteve em primeiro lugar e sempre entendido em relação ao complexo industrial e portuário. A existência dos monumentos naturais e culturais foi relegada para um segundo plano, mesmo com o interesse público na atividade turística local. O Convento Carmelita do Cabo e a igreja anexa, como ruínas (no caso do convento) e como monumento nacional, foram igualmente postos de lado, juntamente com os demais monumentos do promontório.

7.5 A preservação em tempos de democracia

O contexto político nacional alterou-se em 1985, com o término da ditadura civil-militar, representada pela eleição indireta de Tancredo Neves, que morreu antes de assumir a presidência, sendo esta encarregada ao vice candidato, José Sarney. O vislumbre de democracia trouxe a esperança de novos tempos, menos sombrios. Todavia, a economia brasileira ainda amargaria péssimos índices nas décadas de 1980 e 1990, dos quais destacamos a inflação alta. Diante da crise financeira, o turismo manteve-se aclamado como uma atividade capaz de gerar receitas para Cabo de S^{to}. Agostinho, pela administração municipal.

A prefeitura municipal exibiu um protagonismo maior a partir dos primeiros momentos da abertura política brasileira, pelo que destacamos a procura por atividades económicas, como o sempre visado turismo. Nesse contexto, a gestão do prefeito Elias Gomes da Silva

¹⁵⁸⁵ «Petroleiro já atraca em Suape». *Diário de Pernambuco*, 10 de novembro de 1982, ano 158, n.º 309, A-1.

¹⁵⁸⁶ O Complexo de Suape reservava essa zona especial para «(...) a preservação dos valores culturais, incluindo-se os da comunidade que reside no local, restauração do Patrimônio Histórico e adaptação da área para visitação turística, preservando os valores ambientais existentes, ficando proibidos os demais usos». Decreto n.º 8447, de 2 de março de 1983, disponível em: <<http://www2.cprh.pe.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/de8447.pdf>>, acedido a 01 de novembro de 2021.

(1982-1988; 1996-2004) contactou o Ministério da Cultura, por meio da 4ª DR do SPHAN/FNPM, em consideração ao «momento político de democracia plena», no intuito de implementar o *Plano de Preservação Histórica e Turismo*¹⁵⁸⁷, a 19 de março de 1987. No documento, o aproveitamento turístico do promontório do Cabo de Santo Agostinho representava o retorno dos investimentos no uso e na manutenção do património cultural local, em complemento ao ainda incipiente Complexo do Suape, numa proposta de projeto integrado, sem a descaracterização do local, e que vaticinava a participação popular na execução e na operação do plano mencionado¹⁵⁸⁸.

Recentemente, com a criação do Complexo Industrial e Portuário de Suape, há a perspectiva de criação de novos empregos e oportunidades de trabalho para a população local, extrapolando-se esta perspectiva em termos de desenvolvimento a nível estadual e regional. Entretanto, este complexo ainda se encontra em fase de implantação, não se tendo dados que confirmem estas expectativas.

Por outro lado, representa o turismo um incremento ao desenvolvimento econômico do município, a partir da exploração do elevado potencial histórico-cultural existente, com vestígios de engenhos, igrejas e fortes, concentrados, principalmente, na área histórica do Cabo de Santo Agostinho, conforme demonstra este documento¹⁵⁸⁹.

O plano era dividido em quatro categorias: 1) a conservação e manutenção dos monumentos, com os serviços previstos de limpeza, conservação e sinalização; 2) a infraestrutura, com propostas para o sistema viário, para a estabilização das encostas e a drenagem das águas pluviais, além do reflorestamento e dos serviços urbanos (saneamento básico e abastecimento de água, energia elétrica e iluminação); 3) os equipamentos de conforto, com a implantação de equipamentos comunitários e de lazer, como restaurantes, lojas de artesanato, um parque infantil e, entre outros, blocos sanitários públicos; 4) o projeto comunitário, com a integração da população local no planeamento e na sua execução, pelo que seria formada uma comissão partidária prefeitura-comunidade¹⁵⁹⁰.

O custo total destes serviços foi orçado em Cr\$ 17.910.050,00, em 1987, com prazo de conclusão das intervenções de 27 meses¹⁵⁹¹. A categoria «Conservação e manutenção

¹⁵⁸⁷ Registada no IPHAN com o processo n.º 40000.001315/87-03, elaborada pela Planor – Planejamento, Consultoria e Organização Lda., cuja equipa era composta pelo arquiteto Renato Azevedo, pela ecologista Nêda Boaventura, pela engenheira Márcia Vilela, pelo administrador Fernando Júnior, pelo sociólogo Rido Serpa e pelo arquiteto Gustavo Furtado.

¹⁵⁸⁸ Of. n.º 53/87-GP, 19 de março de 1987. ANS, Cx. 0334, P. 0978, doc. 12.

¹⁵⁸⁹ Cabo Santo Agostinho Preservação Histórica e Turismo Cabo PE - Termo de Referência, fevereiro de 1987, 13. ANS, Cx. 0334, P. 0978, doc. 43.

¹⁵⁹⁰ Cabo Santo Agostinho Preservação Histórica e Turismo Cabo PE - Termo de Referência, fevereiro de 1987, 1-74. ANS, Cx. 0334, P. 0978, docs. 31-104.

¹⁵⁹¹ Esperava-se que o plano de preservação estimulasse o aumento da renda da população, a geração de empregos, a captação de investimentos públicos e privados, o aumento da receita municipal, a valorização do património histórico, graças à conscientização da população, e o enriquecimento do «acervo turístico regional», cf. Cabo Santo Agostinho Preservação Histórica e Turismo Cabo PE - Termo de Referência, fevereiro de 1987, 1-74. ANS, Cx. 0334, P. 0978, docs. 31-104.

dos monumentos» apresentava como objetivos a fácil identificação dos acervos, monumentos e áreas de interesse do município, juntamente com a garantia da integridade dos monumentos, a maioria deles em ruínas, com o custo total de Cr\$ 11.050.000,00, distribuídos conforme o quadro abaixo:

Monumento	Área	Objetivo	Verba
Forte Castelo do Mar	90 m ²	Estabilização das ruínas	Cr\$ 720.000,00
Quartel do Forte Castelo do Mar	672 m ²	Restauração	Cr\$ 5.376.000,00
Baterias de S. Jorge	50 m ²	Estabilização das ruínas	Cr\$ 400.000,00
Igreja de N ^a . S ^a . de Nazaré	108 m ²	Limpeza e pequenos reparos	Cr\$ 18.950,00
Convento de N ^a . S ^a . de Nazaré	234 m ²	Limpeza e pequenos reparos	Cr\$ 41.050,00
Antiga Casa do Faroleiro	252 m ²	Restauração	Cr\$ 2.016.000,00
Ruínas da antiga Capela de Nazaré	–	Estabilização das ruínas	Cr\$ 60.000,00
Casario da Vila de Nazaré	390 m ²	Restauração	Cr\$ 2.418.000,00

Quadro 5: Propostas da prefeitura de Cabo de S^{to}. Agostinho para a conservação e manutenção dos monumentos. Fonte: *Projeto de Preservação Histórica e Turismo, 1987*¹⁵⁹².

O Convento e a Igreja de N. Sra. de Nazaré apresentavam a menor fatia dos investimentos nas intervenções uma vez que, segundo o *Projeto de Preservação Histórica e Turismo*, estavam em bom estado, devido à restauração que completava, à altura, 27 anos. A igreja passaria apenas por ações de limpeza e de pequenos reparos, com o possível arranjo museográfico no altar-mor. Já o convento, necessitava de um estudo de iluminação para a sua valorização, posto que as ruínas já estivessem estabilizadas¹⁵⁹³.

Apesar do registo do *Plano de Preservação Histórica e Turismo* pela prefeitura junto do SPHAN/FNPM no primeiro semestre de 1987¹⁵⁹⁴, o projeto ficou institucionalmente estagnado, devido ao seu arquivamento indevido na 4^a DR do SPHAN/FNPM. O erro foi descoberto apenas no ano seguinte¹⁵⁹⁵, momento em que a comunicação institucional sobre o tema foi retomada, com os valores atualizados para Cr\$ 181.033.008,00, em maio de 1988¹⁵⁹⁶. Para o projeto em questão, a diretoria regional e o escritório nacional do SPHAN/FNPM apoiaram a participação dos diversos níveis da administração pública no projeto municipal, bem como a obtenção de investimentos públicos e privados, para a qual foram sugeridos, internacionalmente, o governo da Espanha e o Instituto de Cooperação

¹⁵⁹² Projeto Cabo Santo Agostinho – Preservação Histórica e Turismo, fevereiro de 1987. ANS, Cx. 0334, P. 0978, docs. 21-26.

¹⁵⁹³ Idem.

¹⁵⁹⁴ A prefeitura entrou em comunicação diretamente com o Ministério da Cultura, a 4 de maio de 1987, para o seu cadastro como pessoa jurídica, tendo como objetivo obter os benefícios da Lei n.º 7.505, de 2 de julho de 1986. Of. n.º 021/87-SG, de 4 de maio de 1987. ANS, Cx. 0334, P. 0978, doc. 14.

¹⁵⁹⁵ Of. n.º 79/88/F, de 30 de maio de 1988. ANS, Cx. 0334, P. 0978, docs. 7-8.

¹⁵⁹⁶ Inf. n.º 07/HPL/88, de 24 de maio de 1988. ANS, Série Obras, Cx. 0334, P. 0978, doc. 9.

Iberoamericana¹⁵⁹⁷, e, nacionalmente, a Caixa Econômica Federal, através do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano (PRODURB)¹⁵⁹⁸.

Nesse contexto, temos uma inversão na sensibilidade e nas percepções para com as intervenções nos monumentos locais. Ora, as primeiras intervenções no conjunto carmelita aqui estudado (1958) não necessitaram da institucionalização da proteção patrimonial, sendo o mesmo tombado apenas quatro anos depois (1961). Todavia, nos fins da década de 1980, o conjunto de N. Sra. de Nazaré era assinalado como o único monumento tombado nacionalmente no município, pelo que também se realçava a excepcionalidade das demais construções históricas, da paisagem e do patrimônio natural¹⁵⁹⁹. O destaque para a existência de *apenas* um monumento nacional de Cabo de S^{to}. Agostinho por parte do escritório nacional do IPHAN é digno de nota, pelo que inferimos uma possível relação entre o baixo número de monumentos tombados no local e o marasmo institucional nacional.

O poder público local promoveu a pavimentação, sinalização e iluminação do Cabo de S^{to}. Agostinho, tendo como justificativa a atividade turística¹⁶⁰⁰. Contudo, não encontramos mais documentos relativos ao prosseguimento do projeto liderado pela prefeitura nas comunicações internas da FNPM/SPHAN após 1988, pelo que consideramos a possibilidade de falhas na comunicação entre os níveis de poder.

Outrossim, esse hiato documental tornou-se mais perceptível na documentação entre o escritório nacional e o escritório estadual do SPHAN/FNPM e destes com os governos municipal e estadual relativamente ao Convento de N. Sra. de Nazaré e ao próprio Cabo de S^{to}. Agostinho desde 1989 e ao longo de toda a década de 1990. Cumpre destacar que esse silêncio se densificou mesmo com a existência de eventos relevantes, como as alterações na gestão do PMAHC¹⁶⁰¹ e a conclusão do tombamento estadual do *Sítio Histórico de Santo*

¹⁵⁹⁷ A escolha internacional acompanhou a recorrente alusão utilizada no Cabo de Sto. Agostinho ao navegador Vicente Pinzón. As sugestões foram escritas pelo arquiteto Hélió Polito Lopes, da 4^a DR, acatadas pela Coordenação Geral de Preservação de Bens Culturais e Naturais, na pessoa da arquiteta Dora M. S. de Alcântara. Notamos que a primeira sugestão citava o Instituto de Cultura Interamericano (ICI), que foi corrigido por Dora Alcântara para Instituto de Cooperação Iberoamericana, nome mencionados nos demais documentos. Inf. n.º 07/HPL/88, de 24 de maio; C.I. n.º 328/88, de 16 de junho de 1988. ANS, Série Obras, Cx. 0334, P. 0978, docs. 9 e 5.

¹⁵⁹⁸ Com.Int. n.º 328/88, de 16 de junho de 1988. ANS, Série Obras, Cx. 0334, P. 0978, doc. 5.

¹⁵⁹⁹ Inf. n.º 07/HPL/88, de 24 de maio de 1988. ANS, Série Obras, Cx. 0334, P. 0978, doc. 9.

¹⁶⁰⁰ Cunha e Lapa, «Conflito na apropriação do patrimônio cultural», 220.

¹⁶⁰¹ Em 1989, o Complexo de Suape cedeu onerosamente para uso, durante 99 anos, a propriedade Tiriri – uma área de 117 hectares dentro dos limites do empreendimento – para a empresa PREFASA. Esta, por sua vez, foi sucedida pela Fundação dos Economistas Federais (FUNCEF), em 1998, que concluiu a implantação de um hotel de luxo na Praia de Suape, o Blue Tree Park Resort – atualmente chamado Caesar Park Eco Resort do Cabo. A PREFASA e, depois, a FUNCEF teriam como responsabilidades a preservação e a vigilância do ambiente natural local, a restauração de edifícios públicos, equipamentos e monumentos históricos, além de cumprir os impostos e as taxas do PMAHC. A FUNCEF – que ficou incumbida de gerir o PMAHC ao longo da década de 1990 – desrespeitou o que fora acordado e desprezou a gestão do parque metropolitano, então votado ao abandono. O descumprimento dessas obrigações contratuais foi analisado pelo Ministério Público Estadual, tendo sido este acionado pela FUNDARPE, pela prefeitura do Cabo de Santo Agostinho, a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social (FIDEM) e o Complexo de Suape. O Ministério Público Estadual que liderou a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta

Agostinho e Baía de Suape, com a inscrição do local no Livro do Tombo Estadual dos Conjuntos Urbanos e Sítios Históricos, a 16 de novembro de 1993¹⁶⁰².

O tombamento estadual não deixava de estar associado ao que foi anteriormente requerido pelo IAHGP ao IPHAN, no pedido de tombamento nacional, processo este que permanecia inconcluso.

(...) o tombamento estadual acontece somente nas áreas consideradas como de maior concentração de vestígios da ocupação inicial do sítio, que remonta ao século XVI. A estratégia de classificação utilizada pode ser entendida como equivocada ou reduzida, pois desconsidera importantes sítios arqueológicos a exemplo das áreas de ocupações holandesas ocorridas no século XVI, como é o caso do forte holandês Ghijselin e do acampamento holandês; além de fragmentar a própria unidade geográfica e paisagística formada pela baía de Suape, cabo e linha de arrecifes¹⁶⁰³.

O foco colonial da preservação do promontório e, neste, do Convento Carmelita, foi evidente nas primeiras ações no monumento nacional, tendo permanecido o mesmo ao longo do último quartel do século passado, mesmo com a visão conjunta dos monumentos locais a partir do PMAHC. Nesse contexto, cabe ainda salientar o «esquecimento» de outros domínios e, principalmente, de outros povos nos tombamentos nacional e estadual estava em concordância com as políticas de memória local, mesmo que dispersas e espaçadas.

O estudo de Cássia da Cruz et al. permite uma análise mais ampla sobre a proteção de partes da região metropolitana de Recife – o Parque dos Guararapes, Parque Arraial Novo do Bom Jesus, Parque Arraial do Bom Jesus (Sítio Trindade) e o PMAHC –, em que foram identificados os elementos comuns da valorização dos parques, como a pressão da especulação imobiliária, a influência de personalidades públicas, e a alusão dos parques ao período da chamada Restauração Pernambucana. Essas questões caracterizavam o conjunto dos espaços como elementos de um grupo homogêneo e unívoco no qual a memória nacional era construída¹⁶⁰⁴.

O processo de tombamento estadual (1993) manteve a proteção do PMAHC no papel, enquanto o seu abandono era ampliado graças ao continuo desinteresse demonstrado pela administradora, a FUNCEF, inclusive diante do *Plano Estratégico para o PMAHC*,

em julho de 2006, a fim de que as obrigações dadas à FUNCEF e à empresa Suape fossem cumpridas. Contudo, o desinteresse da FUNCEF manteve-se o mesmo, cf. Barreto, «Processo nº 875-T-73», 25.

¹⁶⁰² Tombamento estadual da mesma área do parque, como Sítio Histórico do Cabo de Santo Agostinho e da Baía de Suape, pelo Decreto estadual n.º 17.070, de novembro de 1993, que homologou a Resolução n.º 02/93, do Conselho Estadual de Cultural, positiva quanto ao tombamento do sítio em questão. Decreto estadual n.º 17.070, de 16 de novembro de 1993, publicado no Diário Oficial de Pernambuco, 17 de novembro de 1993, 7, disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/DO_199311/803>, acedido a 20 de setembro de 2021. Cabe realçar que o nosso corpus documental abrange a documentação nacional concernente à proteção de ruínas, de modo que continuemos uma tese em História Comparada.

¹⁶⁰³ Barreto, «Processo nº 875-T-73», 22.

¹⁶⁰⁴ Cruz, Castro, e Medeiros, «Parques Históricos da Região Metropolitana do Recife», 138–39.

lançado pela FIDEM em 1999. A crítica à incúria local tornou-se mais presente, proporcional aos problemas do PMAHC, progressivamente mais visíveis.

O Convento de N. Sra. de Nazaré prosseguia como um monumento nacional envolto num conjunto de remanescentes locais, ainda indefinidos quanto ao processo de tombamento nacional, pendente desde 1973. Diante disto, foi lançado um edital do *Programa de Especialização em Patrimônio* (PEP), do IPHAN em parceria com a UNESCO, para a realização de um estudo que retomasse o processo de tombamento nacional na Superintendência do IPHAN em Pernambuco, especificamente com a definição dos perímetros para o tombamento e para a zona de proteção especial, ou seja, a poligonal do tombamento e o entorno de proteção, entre março de 2006 e janeiro de 2007.

A arquiteta Rosyonne Barreto, sob a supervisão de Cremilda Martins de Albuquerque, apresentou estudos direcionados para a defesa da inscrição das Áreas de Cabo de S^{to}. Agostinho e da Baía de Suape nos Livros do Tombo Histórico e do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, com a retificação da proposta apresentada pelo então DPHAN, em 1973, e uma proposta para a poligonal do entorno¹⁶⁰⁵. Eram eles: a pesquisa intitulada «Processo nº 875-T-73: Continuidade de estudos para instrução do processo de tombamento federal do "Conjunto das áreas da Baía de Suape e do Cabo de Santo Agostinho"», de 23 de janeiro de 2007, o estudo «Conjunto das áreas da Baía de Suape e do Cabo de Santo Agostinho: proposição das poligonais de proteção», de 15 de fevereiro de 2008, e as fichas descritivas e das plantas dos 12 monumentos integrantes da paisagem a ser preservada¹⁶⁰⁶.

A poligonal de tombamento abrangeria o estuário do Rio Suape (Massangana), a ilha de Cocaia, a linha de recifes naturais, no que estariam incluídos os sítios arqueológicos submersos, além da área já classificada estadualmente, do Sítio Histórico de Santo Agostinho, no qual se incluía o PMAHC. Estavam excluídos dos seus limites a área do Porto de Suape, exceto numa futura expansão, a área de acesso dos navios ao porto, o complexo turístico-hoteleiro *Caesar Park Eco Resort do Cabo*, as ocupações irregulares e as construções que não apresentassem valor cultural, que não foram listadas. Já a poligonal do entorno, circundaria a área preservada, inclusive até à cota batimétrica de 30 metros no mar e a faixa de 50 metros ao longo da margem do Rio Massangana, a fim de que se resguardasse dos impactos das áreas vizinhas ao sítio a ser tombado¹⁶⁰⁷.

O andamento do processo de tombamento do promontório do Cabo de S^{to}. Agostinho, passou a contar com um novo recurso a partir de 2008, em razão da sua adequação a um

¹⁶⁰⁵ Cabe realçar que Barreto defendeu a proteção dos sítios consoante os valores arqueológico, histórico, paisagístico, imaterial e, inclusive, geológico do sítio, pelo que sugeriu a criação de novos Livros do Tombo, capazes de abranger a pluralidade dos monumentos no país Barreto, «Processo nº 875-T-73», 27–36. Vide Figuras 108 e 109 (Apêndice).

¹⁶⁰⁶ Todos os trabalhos de Barreto, aqui citados, estão disponíveis no Processo n.º 875-T-73, nos anexos 2 e 3. Uma versão preliminar do texto de «Processo nº 875-T-73(...)» foi catalogada no Vol. 1, Parte 2.

¹⁶⁰⁷ Barreto, «Processo nº 875-T-73», 36–38.

processo de valorização de fortificações, posto que a maioria dos monumentos fossem remanescentes de fortes coloniais, de origem portuguesa ou batava. O novo direcionamento no processo de tombamento augurava uma resposta mais rápida à demanda pela conclusão do mesmo¹⁶⁰⁸, que, entretanto, não ocorreu.

A comunicação institucional relativa ao processo de tombamento era intervalada na ordem dos anos. Apenas em 2009, por exemplo, as poligonais do tombamento e do entorno foram analisadas pelas suas dificuldades, pois impediam a continuidade do processo, apesar da presumível aprovação do tombamento por parte da Superintendência Regional do IPHAN em Pernambuco (SR-PE/IPHAN). De acordo com Adler Homero F. de Castro, o processo de tombamento carecia da descrição das poligonais de tombamento e de entorno, não sendo suficiente a parte gráfica criada na então SR-PE/IPHAN, cujas plantas foram elaboradas no âmbito do PEP. A inexistência de uma explicação sobre os limites da poligonal impedia, portanto, a continuidade do processo¹⁶⁰⁹. A análise foi reiterada 3 anos depois, pelo mesmo historiador, comprovando também os interstícios dos estudos e decisões sobre o Convento Carmelita ou, neste caso, os monumentos do Cabo de S^{to}. Agostinho¹⁶¹⁰.

A situação do processo não era, contudo, invulgar. A SR/IPHAN-PE criou um *Grupo de Trabalho* para analisar os processos de tombamento que constavam como pendentes no estado em 2016. Este, por sua vez, reencaminhou ao escritório do DEPAM-IPHAN as pesquisas realizadas anteriormente¹⁶¹¹, sendo favorável a novos estudos externos¹⁶¹². Era de se esperar que o processo continuasse inconcluso, dada a ausência de novas pesquisas na região, no âmbito do IPHAN.

O novo século não significou mudanças nas perspectivas da proteção do Cabo de S^{to}. Agostinho, da Baía de Suape, ou mesmo o nosso objeto de estudo: o Convento Carmelita. O PMAHC apresentou uma solução conjunta para a preservação dos remanescentes lá existentes, porém subtraídos de articulação institucional e privada.

O PMAHC foi apontado por Renata Cavalcanti em seu potencial natural, cultural e histórico, entretanto, com projetos e trabalhos descontinuados, no que se destacou a persistência da erosão do solo e, entre outros, os problemas relativos à ocupação do mesmo,

¹⁶⁰⁸ Memorando GProt/DEPEM/n.º 263/08, de 5 de setembro de 2008. ANS. Processo n.º 875-T-73, Vol. 1, Parte 3, fls. 109-110.

¹⁶⁰⁹ Doc. Proteção/DEPAM/n.º 218/09, de 20 de julho de 2009. ANS. Processo n.º 875-T-73, Vol. 1, Parte 3, fls. 111-6.

¹⁶¹⁰ Nas palavras de Adler H. F. de Castro, «Em nossa opinião, não há dúvidas quanto ao valor do bem, só faltando para seu encerramento a descrição da poligonal». Memorando Proteção/DEPAM/n.º 84/12, de 5 de junho de 2012. ANS. Processo n.º 875-T-73, Vol. 1, Parte 3, fl. 118.

¹⁶¹¹ Memorando n.º 0419/2016, de 22 de abril de 2016. ANS. Processo n.º 875-T-73, Vol. 1, Parte 3, fl. 131.

¹⁶¹² Memorando n.º 0580/2013/IPHAN/PE, de 04 de junho de 2013. Memorando Proteção/DEPAM/n.º 84/12, de 5 de junho de 2012. ANS. Processo n.º 875-T-73, Vol. 1, Parte 3, fl. 124.

cujas «invasões» seriam postas como uma ameaça à realidade¹⁶¹³. Importa referir que não havia alternativas sustentáveis apresentadas para a ocupação do solo.

Os problemas na gestão, uso e ocupação do PMAHC não envolviam apenas os silêncios institucionais, mas também os embates entre a administração pública e os grupos sociais envolvidos no quotidiano do parque. A empresa Suape e o empreendimento hoteleiro local continuaram a progredir, enquanto o PMAHC, já protegido a nível estadual, prosseguia como uma aposta em nome do turismo, contra a habitação irregular¹⁶¹⁴. Nesse meio, regista-se a visão divergente dos moradores locais, que distinguiram o parque como um espaço que pode ser votado para os pontos considerados relevantes pelos mesmos: a moradia, o lazer e o turismo – conforme o estudo de Cunha e Lapa¹⁶¹⁵.

O estudo de Flávia Lima sobre o uso turístico da Igreja de N. Sra. de Nazaré identificou o mesmo desequilíbrio e falta de consenso entre os atores sociais¹⁶¹⁶, algo que consideramos igualmente válido para o Convento homónimo. A visão do turismo como redentor da economia era predominante – o que se pode perceber no favorecimento dos projetos que desconsideravam os impactos decorrentes da própria atividade ou no silêncio quanto ao bem-estar da população local, ao património natural e ao planeamento e desenvolvimento integrado da região¹⁶¹⁷.

A situação do Convento Carmelita do Cabo de S^{to}. Agostinho e igreja anexa equiparava-se aos demais remanescentes do promontório em termos de abandono institucional, porém com ressalvas: era o único monumento nacional local e era um espaço do quotidiano da comunidade da Vila de Nazaré, devido ao uso religioso.

Síntese do capítulo

Os remanescentes, quaisquer que sejam, não devem ser analisados isoladamente, mas em conjunto com o local em que se encontram. A relação estabelecida entre as ruínas

¹⁶¹³ Cavalcanti, «Parque metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti», 112.

¹⁶¹⁴ A habitação irregular era possivelmente o maior imbróglio local, para o qual os serviços de preservação assumiram uma postura uníssona de vigilância e retirada das ocupações, tendo o Complexo do Suape, proprietário da área, a responsabilidade do controle e vigilância do local – fazendo-o com agentes armados e motorizados. Ainda mais, havia uma ação quinzenal da prefeitura municipal em parceria com a polícia militar, para que o controle e verificação da necessidade ou não de ações demolitórias. Enquanto isso, os moradores persistiram na ocupação e construção de novas habitações. Em 2016, 130 hectares da área do Parque foram cercados, a fim de evitar novas ocupações, cf. Cunha e Lapa, «Contribuições da memória para a gestão da conservação: o caso do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti em Pernambuco, Brasil», 167–68.

¹⁶¹⁵ Cunha e Lapa, «Conflito na apropriação do património cultural», 225.

¹⁶¹⁶ Conforme a autora, os atores sociais eram a Ordem dos Carmelitas do Brasil, proprietários do Convento e Igreja de N. Sra. de Nazaré, o IPHAN, a empresa Suape, a FUNDARPE, a FUNCEF, a FIDEM, a prefeitura de Cabo de Santo Agostinho, o Ministério Público Estadual e a Associação dos Moradores de Nazaré, cf. Lima, «A tomada de decisões referente ao uso de uma atração turística», 12–14.

¹⁶¹⁷ Lima, 77–78.

e o sítio em que se encontram é de tal importância que, como lembra Ashurst¹⁶¹⁸, a sua preservação só ocorre em conformidade com esse entrelaçamento, ao contrário dos objetos arqueológicos móveis. Essa relação *ruína versus sítio*, presente na Carta de Veneza de 1964 relativamente à compreensão das ruínas, deve ser considerada nos trabalhos de conservação do bem e nas pesquisas arqueológicas, dado o pressuposto de que «(...) a site can still yield information and should never be considered as fully and finally read»¹⁶¹⁹.

Em Cabo de Santo Agostinho, a instalação do projeto colonial fez-se imbricado com o mar, em conformidade com as necessidades económicas, militares e religiosas do domínio português – características estas que foram, posteriormente, também visadas pelos batavos. Nesse contexto, a relação entre os monumentos e o sítio – a parte e o todo – é indissociável da história do promontório.

O antigo hospício de Nazaré, uma vez alteado a Convento, não deixava de ser um elemento nas disputas de influência entre a Estrita e a Antiga Observância, se se considerar a angariação de fiéis que cada nova casa religiosa conseguia para si. O convento setecentista, fundado e mantido pelos carmelitas calçados, representaram um ponto de força no promontório do Cabo de S^{to}. Agostinho, mesmo em dimensões bastante menores do que os demais conventos pernambucanos da ordem, numa relação que perdura até à atualidade, na sua escritura de posse e na manutenção do espaço conventual enquanto espaço religioso. Tal como nas ruínas brasileiras estudadas anteriormente, são realizados eventos religiosos no espaço conventual, com destaque para as festas de casamento.

O paradoxo entre o abandono do convento e a manutenção da igreja realça o debate sobre como o uso do espaço e a manutenção da sua função social podem auxiliar proveitosamente o combate à degradação das estruturas. Ora, mesmo tendo mantido o estatuto de convento, a casa religiosa fora encerrada após 1859, num processo de perda da forma e das estruturas semelhante aos das ruínas militares do Cabo de S^{to}. Agostinho, da Baía de Suape e dos arredores.

Após aproximadamente um século de abandono, as primeiras intervenções ocorreram entre 1958 e 1960, com a consolidação das estruturas conventuais aliada às intervenções na igreja, mesmo antes do tombamento oficial do conjunto, concluído em 1961 – num processo rápido, característico da *Fase Heroica* do SPHAN (1937-1967), e votado unicamente para o valor estético do monumento. Cabe realçar que a valorização histórica e paisagística do monumento foi ventilada por Ayrton de Carvalho, do 1º Distrito do DPHAN, desde 1960. Entretanto, essa valorização mais complexa do monumento nunca chegou a ser efetivada pela repartição nacional do património cultural.

¹⁶¹⁸ Ashurst, Introduction, *Conservation of Ruins*, XXVI.

¹⁶¹⁹ Ashurst, XXVI.

Os valores omitidos no tombamento do Convento de Nazaré, em 1961, foram reconsiderados nas duas décadas seguintes, perante a expectativa da construção do Porto de Suape, que viria a impactar profundamente o Cabo de S^{to}. Agostinho e a Baía de Suape. A atuação de um grupo específico de intelectuais e políticos, em que destacamos o IAHGP, e o impacto do «Manifesto dos Cientistas», em 1975, tornou pública a preocupação quanto aos possíveis impactos que a empreitada industrial e portuária poderia acarretar para o local.

O avanço das obras do Complexo do Suape diversificou as responsabilidades pela proteção dos remanescentes do Cabo de S^{to}. Agostinho e da Baía de Suape. A FUNDARPE, pela administração pública estadual, assumiu a realização de pesquisas arqueológicas, entre 1978-1979, em continuidade às anteriores sondagens de salvamento arqueológico, realizadas em 1973. O mesmo órgão, por meio de convênios, financiou os estudos para a elaboração do Plano Diretor para proteção e preservação do lugar, concluído em 1980 – porém sem maiores efeitos de ordem prática.

Apesar do malogro do Plano Diretor e de um novo projeto de intervenções no local, a criação do *Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti* (PMAHC), em 1979, promoveu a desapropriação e a delimitação de uma zona de proteção, alusiva aos bens naturais e culturais. Nesse sentido, o parque em questão pode ser considerado a primeira alternativa prática para a proteção dos remanescentes locais após o início das atividades do Complexo de Suape, iniciadas na década de 1980, em contraciclo com a economia brasileira, em crise.

O Convento de Nazaré, como um monumento já com as estruturas consolidadas, encontrava-se numa situação distinta das restantes ruínas do promontório, mais degradadas. Outrossim, a comunicação entre os escritórios distrital e nacional não foi inteiramente eficaz, com o registo de intervenções que não foram comunicadas pelo escritório regional ao nacional.

O fim da ditadura civil-militar, em 1985, levou a administração pública do património cultural a novos prismas, especialmente à maior discussão sobre a participação popular. Imbuídos desse espírito, a prefeitura municipal reativou o que havia sido proposto no *Plano Diretor* da FUNDARPE, lançando o *Plano de Preservação Histórica e Turismo*. Como mencionado anteriormente, o Convento e a Igreja de Nazaré contavam com a menor alocação de verbas, por serem considerados os bens em melhor estado de conservação, estando há 27 anos sem obras.

O dealbar do século XXI marcou a retomada do processo de tombamento encetado por José A. G. de Mello, então presidente do IAHGP, apoiado pelo 1º Distrito, mas já com o complexo do Suape estabelecido. Iniciado em 1973, o processo incidia na valorização dos elementos naturais e culturais, sob o valor paisagístico.

Destacamos, principalmente, os trabalhos desenvolvidos no Programa de Especialização do Patrimônio (PEP): «Processo nº 875-T-73: Continuidade de estudos para instrução do processo de tombamento federal do "Conjunto das áreas da Baía de Suape e do Cabo de Santo Agostinho"» e o trabalho «Conjunto das áreas da Baía de Suape e do Cabo de Santo Agostinho: proposição das poligonais de proteção», por Rosyonne Barreto, realizados entre 2006 e 2008, respectivamente.

Os desafios na preservação do promontório de S^{to}. Agostinho e, conseqüentemente, do Convento de Nazaré convergem no elevado número de projetos de valorização, em contraposição à inexistência de uma aplicação prática ou, quando existentes, à sua proficuidade. A falta de comunicação entre as esferas da administração pública, nos níveis federal, estadual e municipal, e a falta de vontade política para atuação no local foram as duas razões fundamentais por trás da ausência de novas ações nas ruínas do Convento Carmelita de Cabo de S^{to}. Agostinho.

Ora, não é possível entender o processo de valorização das ruínas sem as situar num âmbito mais geral, da proteção do patrimônio cultural. No caso das ruínas aqui analisadas, elas não fugiram aos problemas e às negligências da política de gestão da memória federal brasileira.



Terceira Parte: Salvar a ruína ou salvar da ruína?

À guisa de conclusão, procuramos sistematizar as discussões sobre ruínas patrimoniais nesta parte. A nossa reflexão tem como balizas os estudos de caso analisados no Brasil e em Portugal, perscrutados a partir do conceito de ruínas patrimoniais aqui proposto, respeitando as vicissitudes e o referencial teórico sobre a preservação de ruínas, tendo em apreço a investigação sobre os porquês das decisões de intervenção e de reuso, para as quais se desenvolveram ou não técnicas aplicadas.



Balanco final e Perspetivas em aberto

*Fortune rota volvitur;
Descendo minoratus;
Alter in altum tollitur;
Nimis exaltatus
Rex sedet in vertice
Caveat ruinam!*

Carmina Burana (trecho), de Carl Orff

Neste espaço reservado às reflexões finais, consideramos que os nossos objetivos foram alcançados ao longo da tese. Desde logo, enfatizamos que o presente estudo não se pretende conclusivo relativamente às noções de definição e preservação de ruínas ou mesmo à preservação das ruínas investigadas. Pelo contrário, propõe-se lançar diálogos num campo tão variado como o património cultural.

Nessa mesma senda, parece-nos pertinente sistematizar o que foi pesquisado até ao momento, mesmo que já disposto nas sínteses do fim de cada capítulo. Partindo da complexidade do tema e do respeito pelo trabalho comparado, que a tese se propôs cumprir, torna-se necessário colmatar as matérias aqui referidas, que consideramos norteadoras e clarificadoras para os objetivos desta investigação.

Almejamos também aproveitar este espaço para propor novos panoramas de investigação, suscitados no decurso do nosso trabalho, a partir das inúmeras interrogações reveladas. Tendo em mente o campo fértil à frente, esperamos que algumas destas proposições possam vir a contribuir para o desenvolvimento de novos estudos ruinistas,

relacionados com a História e com o Património Cultural – independentemente da variante do português ou da margem do Atlântico.

As ruínas patrimoniais no Brasil e em Portugal

As ruínas que aludem a algo, que inquietam ou que servem algum propósito, inclusive o reforço de tradições, adequam-se mais regularmente no quadro dos remanescentes protegidos. Toda a ruína patrimonial, deste modo, só assim se torna valorizada socialmente e/ou institucionalmente – e por isso, patrimonializada¹⁶²⁰.

A designação das ruínas patrimoniais adequa-se bem aos cinco estudos de caso aqui referidos, pois possuem estruturas despedaçadas, que são remanescentes de obras humanas e valorizadas nesse formato nos seus países. A ausência da forma e do uso original são percebidos inclusive nas ruínas que mantiveram a posse religiosa, mas que perderam o *status* de convento¹⁶²¹. A alusão à construção anterior, ou mesmo, ao modo como a obra foi arruinada é evidente, inclusive em referência às ordens religiosas que determinaram as invocações de cada construção original.

Nestes cinco estudos de caso, percebemos como as ruínas cotejadas estiveram no cerne de políticas culturais e de memória sob diferentes orientações, sem se evadirem do âmbito do património cultural, pelo que aqui as retomamos de acordo com as propostas de classificação sugeridas: origens, causa de arruinamento e forma de preservação e reuso.

A alusão às origens nas ruínas patrimoniais estudadas

Tendo em consideração a obsessão dos historiadores pelas origens, como escrito por Marc Bloch¹⁶²², temos aqui um ponto de partida e um paradoxo. Os remanescentes que, uma vez valorizados, se tornam ruínas patrimoniais contam com uma existência dupla, à partida, entre a obra original e os restos do presente.

Desse modo, não há uma linearidade histórica quando se trata das ruínas patrimoniais, mas justamente uma rutura com o tempo, dada a possibilidade de múltiplas temporalidades, expostas num único monumento. O próprio arruinamento pode vir a ser um momento-chave na trajetória da obra humana – especialmente quando se trata de um acontecimento trágico.

Nesse sentido, as origens construtivas não devem ser consideradas isoladamente, mas apenas em conjunto com a trajetória das ruínas patrimoniais e em atenção à alegoria

¹⁶²⁰ Como já mencionámos, as ruínas efémeras são provisórias, como assim devem ser no ritmo das construções, que cedem espaço para outras. Pois nem todo resto ou fragmento da obra humana é passível de conservação e valorização.

¹⁶²¹ No caso, as Ruínas do Convento de S^{to}. António do Paraguaçu e as Ruínas do Convento Carmelita do Cabo de S^{to}. Agostinho, ambas no nordeste brasileiro.

¹⁶²² Bloch, *Apologia da História*, 56.

dos fragmentos. Assim, concluímos também que as ruínas não precisam distar temporalmente, na ordem dos séculos, para serem patrimonializadas.

As origens religiosas destacadas nesta tese comprovam esta estreita relação entre a construção original e a ruína no tempo presente. Nas duas margens do Atlântico, as ruínas carmelitas e franciscanas, acrescidas de uma Jesuítica-Guarani, no lado brasileiro, são exemplos de como tais invocações ainda se fazem presentes.

A extinção das ordens e o fim do uso religioso não fez com que os santos padroeiros deixassem de ser invocados nas ruínas. As Ruínas do Carmo possuem o Condestável D. Nuno Álvares Pereira (beatificado em 1918 e santificado em 2009), o Mosteiro de Santa-Clara-a-Velha, a rainha D. Isabel (beatificada em 1516 e canonizada em 1665), e as Ruínas de São Miguel das Missões, o herói e mártir Sepé Tiaraju (com processo de canonização autorizado em 2018), um dos líderes da Guerra Guaranítica, da qual a antiga missão foi símbolo.

Isto não significou a preservação por parte da Igreja Católica, o que também é válido para as ruínas brasileiras do Convento de Santo Antônio do Paraguaçu e do Convento Carmelita do Cabo de S^{to}. Agostinho, cuja posse é das respetivas arquidioceses, justamente as duas ruínas que não possuem santos associados às suas histórias. A manutenção do caráter sacro das ruínas, por outro lado, é outra realidade digna de nota, existente nos países, vista na documentação principalmente a partir da realização de missas ou celebrações religiosas.

A patrimonialização de uma ruína, portanto, envolve aspectos socioculturais e científicos que variam consoante os remanescentes protegidos. A valorização deste tipo peculiar de património cultural não está subjugada a uma época de construção, técnica construtiva ou estilo artístico. Afinal, a ruína remete a um estado de degradação – e não a uma escola construtiva. Por isso, as falsas ruínas, construções de raiz alusivas às ruínas, não foram parte de nosso objeto de estudo.

A causa do arruinamento e as suas relações com o monumento no presente

Ainda sobre as múltiplas temporalidades da ruína patrimonial, a causa do arruinamento pode igualmente ser aludida na ruína, especialmente nos casos de bombardeamentos, de grandes cataclismos, ou de outros acontecimentos inolvidáveis. Não nos referimos aqui às leituras e interpretações que pulularam sobre cada monumento, mas à ligação estabelecida entre o acontecimento e a ruína, da qual as Ruínas do Carmo são um exemplo expressivo, a rememorar a sua origem carmelita, o seu fundador e o Terramoto de 1755.

O processo do arruinamento¹⁶²³, desenvolvido a partir de uma causa, tem como delineamentos: o efeito, a duração (do acontecimento provocador da ruína), a solidez da construção original e a reação sociocultural ou institucional. O arruinamento pode, então, ser breve ou de longa duração, a depender da causa, com efeitos distintamente mensurados nas construções originais, abreviados, ou interrompidos, consoante a ação conservativa para com a ruína. Estes fatores interferem nas sensibilidades relativas ao monumento, pelo que são intrinsecamente dependentes da causa inicial.

Certamente, há um impasse na identificação do momento exato em que a construção degradada se torna uma ruína, exceto por casos bastante peculiares e catastróficos. Esta indefinição facilita erros no registo do património cultural nos dois países aqui cotejados, pelo que, a nosso ver, esta distinção deve ser categorizada a partir do enfoque científico, social ou cultural, dado o carácter impreciso de uma atribuição *per se*. O conceito de ruínas patrimoniais contribui nesta medida.

Não há ruínas de guerra em Portugal ou no Brasil, que levariam a distintas derivações da memória, principalmente quanto à sensibilidade patrimonial. Paralelamente, no que se refere à duração, um cataclismo na proporção do sismo de Lisboa, em 1755, ou um bombardeamento destroem e deformam rapidamente, mas o primeiro, por não ter sido produzido por mãos humanas, provoca sensibilidades mais brandas, diferentes das do segundo. Uma associação já há muito descrita, como por François-René Chateaubriand e, em Portugal, por Almeida Garrett¹⁶²⁴.

Todas as ruínas aqui estudadas, portanto, foram arruinadas por razão natural, seja pelo avanço do tempo (significando igualmente o acometimento pela natureza), como no caso das ruínas brasileiras aqui estudadas, seja por eventos naturais, como as constantes inundações provocadas pelas cheias do rio Mondego e o supracitado cataclisma de 1755, no caso do Mosteiro de S^{ta}. Clara-a-Velha e das Ruínas do Carmo.

Ainda acerca deste tema, a classificação foi o primeiro instrumento institucional utilizado nas campanhas de preservação dos nossos estudos de caso, com exceção das Ruínas do Convento Carmelita do Cabo de S^{to}. Agostinho, conservadas antes do tombamento enquanto monumento nacional (1961). Em termos particulares, cabe lembrar a iniciativa dos monges carmelitas no pós-sismo.

¹⁶²³ O processo de arruinamento também foi apresentado por Ângela Rodrigues, que distinguiu o arruinamento em causa, grau e tempo decorrido, além da idade e das condições de uso das edificações, cf. Rodrigues, «Ruína e património cultural no Brasil», 278.

¹⁶²⁴ Como disposto nos capítulos 1 e 2 desta tese, Chateaubriand não considerou as ruínas do tempo desagradáveis, justamente pela natureza que cerceava a morte. Já Almeida Garrett – possivelmente influenciado pelo primeiro, assumiu a beleza por trás das ruínas do tempo, cf. Chateaubriand, *Génie du Christianisme*, Tomo II:41; Garrett, *Viagens na Minha Terra*, 141.

A classificação da ruína, nesse sentido, demarca o início da patrimonialização, implicando a tomada de medidas conservativas¹⁶²⁵, a fim de interromper o processo de arruinamento – como percebemos nas ruínas aqui estudadas. As Ruínas do Convento de S^{to}. Antônio do Paraguaçu são, talvez, o exemplo mais paradigmático, por terem passado mais de quinze anos sem intervenção após o tombamento. A ausência de ações de conservação, por sua vez, pode levar ao arruinamento ainda maior da ruína.

Formas de preservação e reuso

No jogo entre a memória e a história, a *vontade de memória* – que é condição *sine qua non* para os *lugares de memória*, como proposto por Pierre Nora¹⁶²⁶ – é possivelmente mais tangível nas ruínas. Os atributos que coexistem nos *lugares de memória* propostos pelo historiador – material, simbólico ou funcional¹⁶²⁷ –, valem-se de novos contornos nas ruínas patrimoniais, dado o predomínio dos dois últimos, enquanto espaço aurático e ritualístico. Nas ruínas, essa vontade de conservação pode ser mais pungente, dada a fragilidade do traço disforme.

As formas de preservação possíveis para as ruínas foram, nesta tese, subdivididas em: sem intervenções, estruturalmente consolidada (e/ou com anastilose) e alterada. Enquanto reuso, há também uma série de possibilidades, como comprovado pelos usos aqui estudados (sem uso, centro de visitação, museu, posse particular e, inclusive, espaço de realização de eventos católicos).

O enfoque vai antes para o léxico regularmente utilizado, demasiado binomial, frequente nos documentos internacionais e relativos aos países estudados sobre a preservação de ruínas. Ora, de um lado, os *monumentos vivos* estariam no domínio dos monumentos; do outro, os *monumentos mortos* estariam para as ruínas ou monumentos antigos. Tal analogia, algo já muito referenciado ao se falar de ruínas – inclusive pela pesquisadora em questão, em estudos anteriores – pode ser prejudicial à investigação e à conservação das ruínas, pois remete-se a uma suposta passividade dos escombros, nem sempre existente.

Essa distinção envolta de poesia, como nos versos de Carlos Drummond de Andrade, na epígrafe da tese, faz-se assente numa analogia humana, a nosso ver, prejudicial para as ruínas que são ativas e em nada jazem finadas nas sociedades. Luigi Crespi lembra que muitas ruínas são mais vivas do que muitos outros monumentos, pelo que propõe a distinção binomial em monumentos «de uso» ou «de valor documental», como já aqui mencionado¹⁶²⁸.

¹⁶²⁵ Como defendido por C. Brandi, as ruínas implicam a vontade ou a decisão de conservação, cf. Brandi, *Teoria do restauro*, 40.

¹⁶²⁶ Nora e Khoury, «Entre Memória e História», 22.

¹⁶²⁷ Nora e Khoury, 21–22.

¹⁶²⁸ Crespi, «Monumento vivo o morto», 1971, 136–39. Vide capítulo 01, p. 47.

Já B. M. Kühl, que referenciou a Carta de Veneza, nomeadamente na designação dos monumentos do passado como «testemunhos vivos», o que, segundo ela, sepultaria esta dicotomia¹⁶²⁹. Cumpre sublinhar que o valor documental é relativo a todo e qualquer monumento e que o valor de uso, como no sentido funcional proposto por P. Nora¹⁶³⁰, pode ter uma feição ritualística, cujo simbolismo intrínseco enlaça as ruínas mais fragmentadas ou frágeis.

As ruínas parecem mortas quando se situam numa bifurcação entre a destruição ou, como uma redenção, a conservação. Entretanto, estes caminhos mais coexistem do que são absolutos. A morte e a vida dos monumentos são mais pendulares do que lineares. A obra humana mais oscila entre a morte e a vida, apesar das analogias de John Ruskin entre a arquitetura e a vida humana¹⁶³¹. Ora, o esquecimento também faz parte da memória, pelo que essas alternâncias cabem, mais uma vez, a todo os monumentos, e não apenas às ruínas.

O vivo ou o morto, categorias humanas, não competem aos objetos inanimados, poderiam servir à investigação das ruínas caso fosse desconsiderada a ideia plana da vida, enquanto começo, meio e fim. Como num pêndulo, consideramos que as ruínas patrimoniais estão num caminho a meio, alternando entre a morte e a vida ou, numa possível melhor analogia, entre a passividade e a vivacidade, a depender de como são valorizadas, mantidas e visitadas/interpretadas.

Foi nesta ótica que as ruínas patrimoniais foram aqui estudadas.

A propósito da patrimonialização das ruínas no Brasil e em Portugal, da ditadura à atualidade, importa relacionarmos as semelhanças e as diferenças percebidas ao longo da pesquisa. Ora, são dois países com um passado em comum, porém com diferenças.

Nas políticas de memória dos governos ditatoriais estudados, as ações em ruínas figuraram como uma retomada do passado antes abandonado. As ruínas serviram enquanto objetos de reforço e reafirmação de nacionalidades, a legitimar as origens da nação nos dois Estados Novos, o português e o brasileiro – um a salvar da ruína, pelo restauro, pela repristinação ou pela reconstrução de estruturas; o outro, a salvar a ruína, pelo tombamento e, em menor número, pela recomposição, estabilização e restauro.

As ações de proteção ou classificação das ruínas cotejadas significaram um resgate do tempo, a superar o abandono. Eram tradições inventadas, nas palavras de Hobsbawn¹⁶³², tendo em conta o uso das ruínas num reavivamento da memória de índole nacional, cujas

¹⁶²⁹ Kühl, «Notas sobre a Carta de Veneza», 305.

¹⁶³⁰ Nora e Khoury, «Entre Memória e História», 21–22.

¹⁶³¹ Ruskin, *The Stones of Venice*, I:346.

¹⁶³² Hobsbawn, «Introdução: a Invenção das Tradições», 9.

fronteiras temporais se situavam nas origens da nacionalidade medievais e modernas/coloniais e na ideia de memória nacional pretendida.

Nas políticas da DGEMN, a mensagem transmitida era a da restauração redentora, por isso a repriminção no Mosteiro de Santa-Clara-a-Velha, em Coimbra, a ser exibido no *Duplo Centenário*, e a maior solidez dos arcos das Ruínas do Carmo, mesmo com as celebrações já decorridas. Já as políticas do SPHAN, com o amparo da retórica da perda¹⁶³³, foram inseridas num projeto de memória nacional, destinado à salvaguarda de um alto número de monumentos, principalmente com o tombamento rápido, entre as décadas de 1930 e 1960¹⁶³⁴.

Ainda assim, constatámos a devolução de verbas por falta de uso no âmbito português¹⁶³⁵, mesmo que isso não tenha significado a solidez dos monumentos. No Brasil, os intervalos prolongados de tempo entre as intervenções demonstraram a insuficiência no atendimento aos tombamentos.

Ao elencar a sobreposição de concepções de ruínas em Portugal e no Brasil, verificamos a relevância dos Oitocentos para o debate patrimonial – e, neste, para as ruínas – especialmente em Portugal. O século XIX foi, assim, fulcral para a designação das principais ideias e dos principais problemas referentes aos monumentos nacionais, com o papel crucial dos intelectuais¹⁶³⁶ e dos periódicos oitocentistas¹⁶³⁷.

A influência romântica modelou a concepção de ruínas, principalmente em Portugal, de modos distintos, mas envoltos na ideia de monumentalidade. Um à procura dos vislumbres de um passado glorioso e, primeiramente, indígena; o outro, na melancolia da perda, no lamento do abandono, dos maus reparos e da fúria das revoltas e revoluções. A influência de Victor Hugo esteve presente no léxico – como as referências ao vandalismo nas ponderações da primeira geração de românticos, em Portugal, e do monarca leitor/tradutor de Victor Hugo, no Brasil.

A influência de intelectuais, figuras públicas e de periódicos foi, portanto, conduzida aos séculos seguintes, desta vez, com mais similaridades nas duas margens do Atlântico, principalmente se considerarmos a permanência do uso dos periódicos, como os boletins e as revistas institucionais, para a discussão patrimonial. O grande aparato bibliográfico encontrado reforça este pensamento, com o alto número de pesquisas, independentemente

¹⁶³³ Gonçalves, *A Retórica da Perda*.

¹⁶³⁴ Portanto, em período de ditadura e de redemocratização.

¹⁶³⁵ Importa lembrar o elevado número de obras entre as décadas de 1930 e 1940, e, por isso, podemos ponderar uma provável indisponibilidade de mão de obra para o feito.

¹⁶³⁶ Como Alexandre Herculano, Almeida Garrett e, entre outros, a Geração de 70, em Portugal, e o próprio D. Pedro II e os historiadores e intelectuais no âmbito do IHGB, como Karl von Martius, no Brasil.

¹⁶³⁷ Como *O Panorama*, em Portugal, e a Revista do IHGB, no Brasil.

da conjuntura – exceto pelas Ruínas Carmelitas de Cabo de S^{to}. Agostinho, cujo volume livresco é menor do que as demais.

Os intelectuais continuaram com um papel acentuado no respaldo de intervenções em monumentos ou nos pedidos destas, como o encorajamento de António de Vasconcelos e Vergílio Correia às primeiras intervenções de repriminção da igreja do cenóbio franciscano coimbrão, entre 1932 e 1942. Em Lisboa, a Comissão de Reparação do Carmo (1934), os constantes ofícios, críticas e solicitações da AAP reforçam o tema.

Relativamente às ações conservativas nas ruínas, destacam-se Raul Lino, apesar de em franca oposição a Henrique G. da Silva, e Lúcio Costa, mais especificamente no âmbito das primeiras ações das Ruínas de São Miguel das Missões, cujo projeto moderno do museu é discutido mundialmente.

A redemocratização foi seguida pelo avanço da interdisciplinaridade nos quadros dos serviços patrimoniais, tendo este processo sido iniciado no Brasil ainda durante a ditadura civil-militar, na gestão de Renato Soeiro, com a abertura dos quadros para a arqueologia no DPHAN e para a antropologia no Centro Nacional de Referência Cultural. O desenvolvimento de campos mais interdisciplinares, para além da arquitetura, colaborou para uma nova noção do património cultural, consolidada legislativamente, sobretudo em Portugal, a exemplo das Leis do Património de 1985 e de 2001. A assinatura de convenções internacionais¹⁶³⁸, por parte dos dois países, também assinala a tomada de compromissos internacionais.

Ainda no âmbito das mudanças epistemológicas desenvolvidas desde o século passado, no quadro da abertura científica interdisciplinar, é digno de nota o avanço técnico voltado para a conservação de ruínas, a exemplo dos estudos de drenagem do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha e, neste âmbito, a própria ensecadeira instalada no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha (2001-2002). Outro exemplo foi a realização de trabalhos conjuntos entre diferentes campos do saber, com a consultoria da UNESCO, que se fizeram presentes em fins da ditadura civil-militar brasileira, para reverter o desaprumo da fachada das Ruínas de São Miguel das Missões, na década de 1980.

Com isto, as sensibilidades patrimoniais também foram alteradas. A minúcia com que os trabalhos arqueológicos foram tratados em Santa Clara-a-Velha, por exemplo, aponta uma nova sensibilidade patrimonial, desenvolvida a partir da descoberta do claustro, também graças às outras áreas, entre a Teoria do Restauro e a História, facilitando a maior abertura para a exposição *in situ* das ruínas medievais.

Ainda assim, as diretrizes internacionais, como as Cartas Patrimoniais, citadas em alguns documentos pesquisados, com maior destaque nos documentos brasileiros, foram mais utilizadas enquanto argumento, quando associados a uma determinada vontade

¹⁶³⁸ Como a Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural (1972) e a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (2003).

política. Também não foi produzido nenhum guião teórico-prático ou legislativo relativamente à preservação de ruínas nos contextos estudados.

Deste modo, não se pode falar de uma linha de atuação específica para as ruínas patrimoniais nas conjunturas ditatoriais, mas de uma inserção destas nas políticas nacionais votadas à memória nacional.

Concomitantemente, a comunicação da população com os serviços do património foi uma realidade que atravessou as conjunturas, por exemplo, com cartas, abaixo-assinados, manifestos¹⁶³⁹ e, entre outros, ensaios jornalísticos, em que o tema do abandono e da necessidade de obras era recorrente. A circulação interna destes textos indica uma atenção aos anseios destes cidadãos – ora atendidos, ora não. O único embate encontrado, porém, entre população e serviço do património, ocorreu na Bahia, devido ao abaixo-assinado da população de Cachoeira contra a falta de manutenção do Convento de Santo Antônio do Paraguaçu, preterido pela subsecção do IPHAN da Bahia. No pós-redemocratização, destacamos o uso da Justiça no Brasil para a defesa dos monumentos, a exemplo do processo do MPF contra a Arquidiocese de São Salvador, na Bahia, relativamente à negligência na manutenção do mesmo monumento.

Nesse contexto finissecular, envolto não apenas pela redemocratização, mas também pela inserção dos países analisados em comunidades regionais, como a entrada portuguesa na União Europeia, antes Comunidade Económica Europeia (1985), e a fundação do MERCOSUL pelo Brasil, juntamente com Argentina, Paraguai e Uruguai (1991). Este contexto permitiu novas e profícuas trocas no campo do património cultural, em termos de financiamentos e projetos regionais.

Após a classificação transnacional das Missões Jesuíticas Guarani¹⁶⁴⁰ enquanto *Património da Humanidade* (1984), o desenvolvimento regional ganhou novos contornos. A menção à memória bifurcada, entre os missioneiros jesuítas e os Guarani, está no cerne dos contatos regionais e de uma nova forma de conceção de património na região, pelo *Mercosul Cultural*. Desde então, surgiram programas comuns, nos quais as Ruínas de São Miguel das Missões, juntamente com missões ou haciendas da Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia, foram tombadas enquanto *Património Cultural do Mercosul* (2015), e fazem parte dos *Itinerários Culturais do Mercosul*.

Ainda sobre o projeto brasileiro de candidatura ao galardão mundial, percebe-se uma continuidade na visão romântica das Ruínas de São Miguel das Missões, sendo descritas como se estivessem situadas no meio da selva. O recurso lembra os relatos de cronistas do

¹⁶³⁹ Como o Manifesto dos Cientistas, contra o Porto de Suape e, portanto, a favor dos monumentos do Cabo de Santo Agostinho, em 1975.

¹⁶⁴⁰ Ruínas de São Miguel das Missões, juntamente das Ruínas de San Ignacio Mini, Santa Ana, Nuestra Señora de Loreto e Santa María La Mayor, na Argentina.

século XIX, que não corresponde à década de 1980, posto que não estivesse em área florestal.

A associação das ruínas com a natureza pode ser considerada recorrente nas decisões relativas às ruínas americanas aqui estudadas, tanto que as Ruínas do Convento Carmelita de Cabo de S^{to}. Agostinho, as próprias Ruínas de São Miguel das Missões localizam-se em parques¹⁶⁴¹, e o Convento de S^{to}. Antônio do Paraguaçu tem uma forte relação com o rio homónimo e a própria região, repleta de áreas verdes – mas em nenhum dos casos estão cercadas pela selva. Tais considerações podem fazer valer os significados estéticos e metafísicos defendidos por Simmel, que lembrou a antítese entre a mão humana, que levanta o prédio, e a natureza, que o põe abaixo¹⁶⁴², ou as referências ao pitoresco, num apelo romântico, a fim de angariar a classificação mundial. Mas não deixa de suscitar novas indagações, sobre o apelo estético das ruínas e, noutro âmbito, pela forte associação da ruína ao espaço que ela ocupa.

Em todas as cinco ruínas estudadas, não havia dúvidas quanto à necessidade da ambiência para se entender a ruína. O Mosteiro de Santa Clara-a-Velha não poderia ser compreendido sem o Mondego, as Ruínas do Carmo estão imbricadas na história da Baixa Pombalina, motivo pelo qual estiveram inseridas no projeto *Ligação Pedonal do Pátio B do Chiado ao Largo do Carmo e Terraços do Quartel do Carmo* (2009-2015).

A sobrevivência das ruínas, o conflito das temporalidades nelas existente, irrompe com a História linear ou total. O declínio e o embotamento dos primeiros atrativos da obra tornam-se, segundo Walter Benjamin, um ponto de partida, pois a beleza efémera cede espaço para a afirmação da ruína¹⁶⁴³. Nesse sentido, os fragmentos, que não são mais o que eram, porém representam-no, despertam variadas interpretações, o que pode possibilitar uma escrita da história à contrapelo, como pugnado na sétima argumentação de Benjamin¹⁶⁴⁴.

A partir da rutura com o tempo, inclusive enquanto conflito, as ruínas podem tornar-se espaços de crítica e de reflexão acerca de novas sensibilidades, com a inclusão de novos sujeitos históricos, representando a presença da arqueologia no serviço do património e as aproximações entre o património material e imaterial. Neste sentido, uma associação bem conseguida entre lugar, história e cultura foi a classificação das Ruínas de S. Miguel das Missões enquanto *Tava Guarani*, no *Livro de Registro de Lugares*, do Património Imaterial Brasileiro (2014). O título cede espaço para os Guarani enquanto sujeitos históricos do lugar, reconhecendo que as ruínas também como um espaço deste povo.

¹⁶⁴¹ O Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti e o Parque Histórico Nacional das Missões, respectivamente.

¹⁶⁴² Simmel, «Two Essays», 381.

¹⁶⁴³ Benjamin, *Origem do drama barroco alemão*, 200–204.

¹⁶⁴⁴ Benjamin, *Obras Escolhidas Magia e Técnica, Arte e Política*, 1:225.

Em termos de reuso, é possível constatar uma tendência para a manutenção da mesma função ao longo das conjunturas estudadas, exceto pelo Mosteiro de S^{ta}. Clara-a-Velha, tendo sido estruturado para visitação, com um centro de exposições (2009). De modo díspar, a intenção da transformação das Ruínas do Convento de S^{to}. Ant nio do Paraguaçu num complexo hoteleiro expõe o paradigma do turismo dirigido aos monumentos em geral e, de modo mais alarmante, às ruínas. A negativa para a instalação veio tardia (2014), tendo como base a Carta Patrimonial de Veneza de 1964, pela mesma subsecção baiana do IPHAN que antes apoiara a ideia.

A atividade turística, que foi muito utilizada para justificar as ações de preservação, pode vir a ser um algoz, dadas as possíveis transfigurações e adaptações necessárias para se adequarem ao alto número de visitantes. As Ruínas do Convento Carmelita do Cabo de S^{to}. Agostinho também estiveram no centro de um plano turístico, que não demonstrou ter resultados, devido à pujante atividade econ mica instalada próxima ao monumento, o Porto de Suape.

Assim, concluímos que as origens e as causas do arruinamento das ruínas patrimoniais contrib ram para a patrimonialização das ruínas, mas não a determinam. Esta depende da vontade política, científica, social e/ou cultural. Logo, as ruínas medievais e modernas/coloniais estudadas não deixaram de ser alvo de negociações entre interlocutores diversos, dentre os quais os próprios governos, mesmo em conjunturas diversas.

No campo do patrim nio cultural, também percebemos uma série de planos frustrados e medidas pausadas por razões diversas, em sua maioria, financeiras. Nem toda a tentativa de exposição e contextualização coordenada *in situ*   eficaz, pelo que as ruínas portuguesas e brasileiras passaram por momentos de reveses, como a queda de elementos pétreos, desalinhamento das paredes, entre outros.

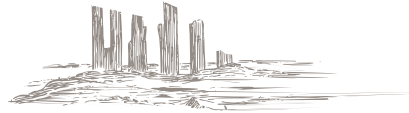
O maior desafio para a preservação das ruínas patrimoniais, a nosso ver, foi a falta de verba adjudicada para a manutenção, seja em termos estruturais, seja ao reunir as condições básicas para a visitação e a compreensão destes fragmentos repletos de passados.

Perspetivas em aberto

Os cinco estudos de caso escolhidos nesta tese são muito significativos para as suas realidades nacionais, porém, são uma seleção e, só por si, insuficientes para cingir um tema tão vasto. A singular extensão do assunto, ainda por ser desbravado, apesar da alta necessidade teórica e prática, mostra-nos o quanto ficou por investigar relativamente ao tema e para além dos objetivos do trabalho.

Partindo do ainda ineditismo do tema, torna-se interessante a continuidade de pesquisas em distintas valências, das quais realçamos a musealização de ruínas

patrimoniais, dentre elas, as Ruínas do Carmo e as Ruínas de São Miguel das Missões; a relação entre o turismo e as ruínas patrimoniais, a reconhecer também as possíveis alterações, entre outros impactos, advindos desta atividade económica; e, entre tantas outras possíveis sugestões, os processos de regionalização do património arqueológico, no âmbito das ruínas, dentro das realidades nacionais ou fora delas.



Fontes e Referências Bibliográficas

Fontes

1. Fontes manuscritas¹⁶⁴⁵

1.1 Arquivos localizados no Brasil

Arquivo Central do IPHAN (Arquivo Noronha Santos e Portal IPHAN)¹⁶⁴⁶

A) Arquivo Noronha Santos (ANS):

Atas Conselho Consultivo do IPHAN (1938-2018).

Série Personalidades, Lúcio Costa.

Série Inventário, Cx. BA 010, Pasta 0002; Cx. PE006, Pasta 002, Envelopes 1-7; Cxs. RS017-RS022.

Série Obras, Cx. 07, Pasta 35; Cx. 08, Pasta 97; Cxs. 627-631.

Série Tombamento, Processos n.ºs 942-T-76; 231-T-41; 272-T-41; 128-T-38; 665-T-62; 371-T-47; 692-T-63; 666-T-62; 439-T-50; n.º 678-T-62; 31-T-38; 392-T-48; 447-T-51; 048-T-38; 041-T-38; 813-T-69; 141-T-38; 365-T-46; 487-T-53; 1017-T-80; 877-T-73; 280-T-41; 0619-T-61; 875-T-73.

B) Portal IPHAN¹⁶⁴⁷:

Anteprojeto Itinerários Culturais do Mercosul ¹⁶⁴⁸.

Atas das Reuniões da Comissão do Patrimônio Cultural (I – XV).

Decisões Mercosul CMC n.º 15/12 e CMC n.º 55/12.

Declarações de Assunção e de Montevideu.

Dossier da Tava, Lugar de Referência para o Povo Guarani ¹⁶⁴⁹.

Estructura Orgánica y Reglamento Interno del Mercosur Cultural.

¹⁶⁴⁵ Organizadas por ordem alfabética, conforme a localização geográfica.

¹⁶⁴⁶ Avenida Rio Branco, 46, Centro, 20090-002, Rio de Janeiro, BR (endereço temporário em 2020, devido às obras no Palácio Capanema, Rio de Janeiro, BR).

¹⁶⁴⁷ Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>>.

¹⁶⁴⁸ A documentação do IPHAN sobre o Mercosul Cultural está disponível on line, no endereço eletrônico <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/411>>, acessado a 01 fevereiro de 2019. Cabe realçar que parte da documentação foi encontrada repetida nos Arquivos da Superintendência Estadual do IPHAN-RS e do Escritório Técnico do Parque das Missões.

¹⁶⁴⁹ A documentação sobre a Tava, Lugar de Referência dos Guarani, encontra-se disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/507>>, acessado a 20 de janeiro de 2021.

Itinerários Culturais do Mercosul - 2012 – 2013.

Manual da Marca do Patrimônio Cultural do Mercosul (PCM).

Manual de Orientações Técnicas para Aplicação da Sinalização do PCM.

Parecer do Departamento do Patrimônio Imaterial; Parecer do Conselho Consultivo; e Certidão da Tava, Lugar de Referência para o Povo Guarani.

Patrimônio Cultural do Mercosul.

Plano de Ação para o Diálogo e a Cooperação em Cultura entre Brasil e Uruguai.

Regulamento do Fundo Cultural do Mercosul.

Relatório de Atividades da Presidência Pro Tempore do Brasil (PPTB 2015).

Rota das Missões Jesuíticas Guaranis, Moxos e Chiquitos.

Arquivo da Superintendência do IPHAN na Bahia (ASIBA)¹⁶⁵⁰

Igreja e Convento de Santo Antônio do Paraguaçu, Módulo 03-A, Cx. 8; Pasta 315/99-63.

Processos n.º 01502.000463/2003-34 e n.º 01502.000151/2009-16.

Protocolos n.º 01502.000794/2014-27 e n.º 01502.002763/2016-72.

Arquivo da Superintendência do IPHAN em Pernambuco (ASIPE)¹⁶⁵¹

Pasta Convento Carmelita do Cabo.

Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Sul (ASIRS)¹⁶⁵²

Pastas Área Técnica Vols. 3-8, 11-17, 21, 23-24.

Arquivo do Escritório Técnico Parque Nacional Histórico das Missões (AETPNHM)¹⁶⁵³

Processo n.º 01450.012507-2006-74, Vols. 1-3;

Candidatura de São Miguel 1982;

Caixas Área Técnica Vols. 12, 13, 15, 18-20, 33, 35.

Arquivo Histórico Municipal Augusto César Pereira dos Santos¹⁶⁵⁴

Coleção fotográfica sobre São Miguel das Missões.

¹⁶⁵⁰ Solar Berquó, Rua Visconde de Itaparica, n.º 8, Barroquinha, 40024-082, Salvador – BA, BR.

¹⁶⁵¹ Avenida Oliveira Lima, n.º 824, Soledade, 50050-390, Recife – PE, Brasil.

¹⁶⁵² Avenida Independência, n.º 867, Independência, 90035-070, Porto Alegre – RS, BR.

¹⁶⁵³ Avenida Borges do Canto, n.º 699, Centro, 98865-000, São Miguel das Missões, RS, BR.

¹⁶⁵⁴ O Arquivo pertence à Secretaria Municipal de Cultura, Prefeitura Municipal de Santo Ângelo-RS. As fotos foram enviadas por meio digital, pelo que agradecemos ao Sr. Paulo Menezes.

Justiça Federal do Brasil¹⁶⁵⁵

Ação Civil Pública Cível n.º 1003602-15.2017.4.01.3300 (Ministério Público Federal - Bahia)¹⁶⁵⁶.

1.2. Arquivos localizados em Portugal

Arquivo da antiga DGEMN ¹⁶⁵⁷

Castelo de Portel, Évora, IPA.00006510.

Mosteiro da Flor da Rosa, Portalegre, IPA.00004573.

Castelo de Vila Viçosa, Évora, IPA.00003927.

Castelo de Penela, Coimbra, IPA.00001597.

Paço dos Duques de Bragança (Guimarães), Braga, IPA.00001139.

Igreja do Carmo (ruínas), Lisboa, IPA.00006521, nas seguintes pastas:

Pastas digitalizadas:

DSARH-010/125-0005/01-8;

DSARH-010/125-0005/10-11;

DSARH-010/125-0005/14-34;

DSARH-010/125-0005/36-45;

DSARH-010/125-0005/47-50;

DSID-001/011-1259-64.

Pastas que não foram digitalizadas:

DREL-5152/1-14;

DREL-5154/1-9;

DRML-002-1603/26;

DRML-002-1604/27;

DRML-0278/1;

DRML-003-1204/1;

DRML-002-1599/1-20;

DRML-002-1602/21-25;

¹⁶⁵⁵ Agradecemos ao Ministério Público Federal da Bahia a permissão de consulta ao processo em questão.

¹⁶⁵⁶ Também parcialmente disponível em ANS, SEI-IPHAN n.º 01502.000097/2018-08.

¹⁶⁵⁷ O Arquivo SIPA/Forte Sacavém encontra-se disponível para consulta virtual, através do endereço <www.monumentos.pt> e presencial, no Forte de Sacavém, Rua Forte Monte Cintra, 2685, Sacavém, PT.

DSARH-010/125-1858/3;
DSARH-010/125-1860/2;
DSEP-2374/1;
DSEP-3076/12-13;
DSEP-3085;
DREL-6072/11;
DREL-6072/20;
DREL-6072/22.

Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, Coimbra, IPA.00002807, nas seguintes pastas:

Pastas digitalizadas:

DREMNI-0337/17;
DSARH-010/079-0112-7;
DSARH-010/079-0521-4;
DSID-001/006-0486-8;
DSMN/SE-0051/01.

Pastas que não foram digitalizadas:

Pastas 2597 e 2598;
Envelope DG-GAB-0134/58.

Arquivo da Direção Regional de Cultura do Centro¹⁶⁵⁸

Pastas: Ajuste Directo n.º4; Concurso Livre, Ajuste Direto n.º7/n.º 1/n.º39; Concurso Livre n.º 2; Concurso Público n.º 1, 3 vols.; Concurso público n.º 66, 3 vols.; Empreitada n.º 5, 3 vols.; Igreja de Santa Clara I; Relatório de Auditoria (QCAII); Concurso Público Internacional n.º 93, 13 vols.

Documentos avulsos: IPPAR/LNEC. Mosteiro de Santa-a-Clara-a-Velha – avaliação da exequibilidade da contenção hidráulica periférica, Relatório 248/98, Lisboa, outubro de 1998; IPPC, 1989. Concurso de Valorização da Igreja de Santa Clara em Coimbra.

Arquivo da Salvaguarda – DGPC¹⁶⁵⁹

Processo 114422, Código do Sistema (CS) 114422; 122142; 134899;
Processo nº 9823-6 (349), Vol. I, CS 20893;

¹⁶⁵⁸ Rua Olímpio Nicolau Rui Fernandes, n.º 208, 3000-274, Coimbra, PT.

¹⁶⁵⁹ Palácio Nacional da Ajuda, Largo da Ajuda, 1349-021 Lisboa, PT. Importa sublinhar que o processo 87/23-6 CS 9643, intitulado Reparação do pavimento da Capela Mor da Igreja do Carmo, ano 1987, Vol. I não foi encontrado no Arquivo.

Processo nº 9823-6 (349), Vol. II, CS 140849;
Processo 86/23-6 (109), Vols. I-V CS 5749.

Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa (AHPL, Fundo Cerejeira)¹⁶⁶⁰

AHPL/PAT14-SP/A-03-01/02/Cx. 005; 03/Cx 005.
AHPL/PAT14-SP/C-03/01/Cx 16.
AHPL/PAT14-SP/C-06/01/Cx 18.
AHPL/PAT14-SP/C-11/01/Cx 20.
AHPL/PAT14-SP/D-01/01/Cx 21.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo¹⁶⁶¹

Arquivo Salazar, OP-1 Cx. 476.
Arquivo Salazar, OP-12 Cx. 485.
Arquivo Salazar, OP-1A Cx. 477.
Arquivo Salazar, OP-1C Cx. 479.
Arquivo Salazar, OP-1D Cx. 480.
Arquivo Salazar, OP-9 Cx. 482.
Arquivo Salazar, PC-3C, Cx. 599.
Arquivo Salazar, PC-56, Cx. 632, capilha 33.
Ministério das Obras Públicas, maço 468.
JNE.IV.35.
JNE-LIV 11; 70-71.
JNE-LIVRO 10; 103; 108-109; 111; 130.
PT/MNAA/AJF/DC-CM-LF/003/00012 (Correspondência de Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, quando ele era presidente do Conselho de Arte e Arqueologia, 2ª Circunscrição, 1917-1921).

1.3 Arquivos de âmbito transnacional

Centro de Documentação World Heritage List - UNESCO¹⁶⁶²

Documentos n.º 275bis [Jesuit Missions of the Guaranis: San Ignacio Mini, Santa Ana, Nuestra Señora de Loreto and Santa Maria Mayor (Argentina), Ruins of Sao Miguel das Missoes (Brazil)] e n.º 648 [Jesuit Missions of La Santísima Trinidad de Paraná and Jesús

¹⁶⁶⁰ Mosteiro de São Vicente de Fora, Campo de Sta. Clara, 1100-472, Lisboa, PT.

¹⁶⁶¹ Alameda da Universidade, 1649-010 Lisboa, PT.

¹⁶⁶² Disponível em <<https://whc.unesco.org/en/list/>>.

de Tavarangue]: «Advisory Bodies Evaluations»; «Maps»; «Decisions»; «Mission Reports» e «State of Conservation Reports».

Documentos n.º 529 [Jesuit Missions of the Chiquitos]: «Advisory Bodies Evaluations»; «Decisions» e «State of Conservation Reports».

UNESDOC fotografias.

Ministério das Relações Exteriores – Paraguai (MERCOSUL)¹⁶⁶³

Centro de depósito das normas, acordos e tratados do Mercosul Cultural.

2. Fontes impressas

2.1. Cartas patrimoniais

BR-PT. Carta de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada, 1995¹⁶⁶⁴.

CIAM. Carta de Atenas, Atenas: 1933.

Cone Sul. Carta de Brasília. Brasília:1995.

Conselho da Europa. Convenção Cultural Europeia. Paris, 1954.

Conselho da Europa. Convenção europeia para a proteção do património arqueológico. La Valleta (Malta), 1992.

Conselho da Europa. Convenção europeia para proteção do património arqueológico. Londres, 1969.

Conselho da Europa. Convenção sobre o Valor do Património Cultural para a sociedade. Faro, 2005.

ICOMOS. Carta de Turismo Cultural. Bruxelas, 1976.

ICOMOS. Carta de Veneza sobre a Conservação e o Restauro de monumentos e sítios. Veneza, 1964.

ICOMOS. Carta Internacional sobre a proteção e a gestão do património arqueológico. Lausanne, 1990.

ICOMOS. Carta Internacional sobre Turismo Cultural. Cidade do México, 1999.

ICOMOS. Declaração de Sofia,1996.

ICOMOS. Declaração do México. México: 1985.

ICOMOS. Historical Ruins Protection Charter. Polónia, 2012.

Itália [Consiglio Superiore Per Le Antichità e Belle Arti]. Norme per il restauro dei monumenti, Roma, 1932.

¹⁶⁶³ Disponível em <www.mre.gov.py/tratados/public_web/ConsultaMercosur.aspx>

¹⁶⁶⁴ A Carta em questão é resultante do 1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana Lisboa, 21 a 27 de Outubro de 1995.

Itália [Ministério da Instrução Pública]. Carta Italiana do Restauro, 1972.

OEA. Norma de Quito. Quito: 1967.

OEA. Resolução de São Domingos, República Dominicana, 1974.

Sociedade das Nações. Carta de Atenas, Atenas: 1931.

Sociedade das Nações. Resolução sobre a conservação de monumentos históricos e de obras de arte, Genebra:1932.

UNESCO. Convenção da Haia para a proteção dos bens culturais em caso de conflito armado. Haia, 1954.

UNESCO. Convenção de Paris – Convenção relativa às medidas a adotar para proibir e impedir a importação, a exportação e a transferência ilícitas da propriedade de bens culturais. Paris, 1970.

UNESCO. Convenção para a proteção do património mundial, cultural e natural. Paris, 1972.

UNESCO. Declaração de Paris. Paris: 2003.

Unesco. Recomendação de Cracóvia para a Proteção do Património Cultural Cracóvia, 2017.

UNESCO. Recomendação de Nova Deli. Nova Deli, 1956.

UNESCO. Recomendação sobre a salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e dos sítios. Paris, 1962.

UNESCO. Recomendação sobre preservação de bens culturais ameaçados por obras públicas ou privadas. Paris: 1968.

2.2. Legislação brasileira:

Constituições:

Brasil. Constituição de 1824.

Brasil. Constituição de 1891.

Brasil. Constituição de 1934.

Brasil. Constituição de 1937.

Brasil. Constituição de 1946.

Brasil. Constituição de 1967.

Brasil. Constituição Federal de 1988.

Legislação Geral:

Brasil. Lei, de 16 de dezembro de 1830 [Código criminal brasileiro].

Brasil. Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937.

Brasil. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 [Código penal de 1940].

Brasil. Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961.

Brasil. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000.

2.3. Legislação portuguesa:

Constituições:

Portugal. Constituição de 1933.

Portugal. Constituição de 1976.

Decretos de classificação de monumentos:

Portugal. Decreto de 16.06.1910, DG n.º 123, de 23.06.1910.

Portugal. Decreto n.º 6644, DG, I Série, n.º 109, de 27.05.1920.

Portugal. Decreto n.º 11454, DG, I Série n.º 35, de 19.02.1926.

Portugal. Decreto n.º 14985, DG, I Série, n.º 28, de 03.02.1928.

Portugal. Decreto n.º 36383, DG I Série, n.º 147, de 28.06.1947.

Portugal. Decreto n.º 37450, DG, I Série, n.º 129, de 16.06.1949.

Portugal. Decreto n.º 37728, DG, I Série, n.º 4, de 5-01-1950.

Portugal. Decreto n.º 40684, DG, I Série, n.º 146, de 13.07.1956.

Portugal. Decreto n.º 47508, DG, I Série, n.º 20, de 24.01.1967.

Portugal. Decreto n.º 251/70, DG, I Série, n.º 129, de 03.06.1970.

Portugal. Decreto n.º 129/77, DR, I Série, n.º 226, de 29.09.1977.

Portugal. Decreto n.º 95/78, DR, I Série, n.º 210, de 12.09.1978.

Portugal. Decreto n.º 26-A/92, DR, I Série-B, n.º 126, de 01.06.1992.

Portugal. Decreto n.º 45/93, DR, I Série-B, n.º 280, de 30.11.1993.

Legislação Geral:

Portugal. Decreto de 19.11.1910, DG nº 41, de 22.11.1910.

Portugal. Decreto-Lei de 20.04.1911 (Lei de Separação do Estado da Igreja), DG nº 92/1911, Série I de 21.04.1911.

Portugal. Decreto nº 1, de 26.05.1911, DG nº 124/1911, de 29.05.1911.

Portugal. Decreto nº 2, de 26.05.1911, DG nº 124/1911, de 29.05.1911.

Portugal. Decreto-Lei nº 3856, DG nº 34/1918, Série I de 23.02.1918.

Portugal. Decreto nº 5541, de 9.05.1919 (Rectificação), DG nº 98/1919, 5º Suplemento, Série I de 10.05.1919.

Decreto nº 7038, de 17 de outubro de 1920, publicado no DG nº 209/1920, Série I de 17 de outubro de 1920.

Portugal. Decreto nº 7038, de 17.10.1920 (Rectificação), DG nº 214/1920, Série I de 22.10.1920.

Decreto nº 7396, de 14 de março de 1921, publicado no DG nº 53/1921, Série I de 14 de março de 1921.

Portugal. Decreto nº 1700, de 18.12.1924, nº 281/1924, Série I de 18.12.1924.

Decreto nº 10426, de 02.01.1925, DG nº 2/1925, Série I de 02.01.1925.
Decreto nº 10600, de 07.03.1925, DG nº 51/1925, Série I de 07.03.1925.
Portugal. Decreto nº 10711, de 23.04.1925, DG nº 88/1925, Série I de 23.04.1925.
Portugal. Decreto nº 11445, de 13.02.1926, DG nº 34/1926, Série I de 13.02.1926.
Portugal. Decreto nº 15216, de 22.03.1928, DG nº 67/1928, Série I de 22.03.1928.
Portugal. Decreto nº 16791 de 30.04.1929, publicado no Diário do Governo n.º 97/1929, Série I de 30.04.1929.
Portugal. Decreto 20.985, de 07.03.1932, DG nº 56/1932, Série I de 07.03.1932.
Portugal. Concordata entre Santa Sé e República Portuguesa, assinada a 07.05.1940.
Portugal. nº 13/85 (Lei do Património Cultural Português), DR nº 153/1985, Série I, de 06.06.1985.
Portugal. Lei nº107/01 (Lei das bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural), DR nº 209/2001, Série I-A, de 08.09.2001.

AAP

Portugal. Decreto n.º 8.630, Diário do Governo n.º 28/1923, Série I de 09.02.1923 (Ministério da Instrução Pública - Direcção Geral de Belas Artes).

2.4. Periódicos¹⁶⁶⁵

Arqueologia & História (1999-2016).
Boletim da DGEMN. 1935-1990. Lisboa: DGEMN.
Boletim do IPHAN. 1979-1989. Rio de Janeiro: IPHAN.
Diário de Pernambuco (1970-1979).
Gazeta de Coimbra (1911-1935).
Mundo da Arte (1982).
O Arqueólogo Português. 1895. Lisboa: Museu Ethnographico Português/Imprensa Nacional.
O Instituto: jornal científico e litterario. 1853. Coimbra: Imprensa da Universidade.
O panorama: jornal litterario e instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis. 1837-1839; 1854; 1855. Lisboa: Imprensa da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis.
Portugalia: materiaes para o estudo do povo portuguez. 1899-1903. Porto: Imprensa Portuguesa.
Revista de Antropofagia. 1928-1929. São Paulo: [s. n.].
Revista de Cultura da Bahia (1968-1970).

¹⁶⁶⁵ Os artigos científicos com citação direta ou indireta no texto estão listados na Bibliografia.

Revista do Brasil. 1916-1925. São Paulo: [s. n.].

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1839-1878. Rio de Janeiro: IHGB.

Revista Klaxon. 1922-1923. São Paulo: [s. n.].

Revista Universitas – Revista de Cultura da Universidade Federal da Bahia (1968-1991).

Referências Bibliográficas

Abreu, Mila Simões de, Luísa de Orey Capucho Arruda, e Paulo Pereira. *História da Arte Portuguesa: Da pré-história ao «modo» gótico*. Vol. I. III vols. Temas e Debates, 1995.

Ackerman, Jane. «Stories of Elijah and Medieval Carmelite Identity». *History of Religions* 35, n.º 2 (1995): 124–47.

Aguiar, Veronica Aparecida Silveira. «A construção da norma no movimento franciscano: Regulae e Testamentum nas práticas jurídicas mendicantes (1210-1323)». Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2010. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-08122010-145402/>.

———. «Clara de Assis: reflexões sobre o debate historiográfico e a dinâmica da sua normativa». Em *Anais da Jornada de Estudos Antigos e Medievais*, 1:1–10. Universidade Estadual de Maringá: Huma Multimídia, 2013.

Alarcão, Pedro. *Construir na ruína: entre a reconstituição e a reabilitação*. Porto: Edições Afrontamento, 2018.

Alden, Dauril. *The Making of an Enterprise: The Society of Jesus in Portugal, Its Empire, and beyond 1540-1750*. Stanford: Stanford University Press, 1996.

Alencar, Rívia Ryker Bandeira de, ed. *Saberes, fazeres, gingas e celebrações: ações para a salvaguarda de bens registrados como patrimônio cultural do Brasil 2002-2018*. IPHAN, 2018.

Alho, Albérico Afonso Costa. «Não se dão esmolas; procura dar-se trabalho». Em *As oportunidades perdidas da oposição (1946-1948)*, 46–56. Planeta DeAgostini, 2008.

Almeida, António Betânio de. «Um Terramoto em Lisboa (1755). Uma reflexão de agora, 260 anos depois». Em *Terramoto de Lisboa de 1755: O que Aprendemos 260 Anos Depois?*, editado por Luciano Lourenço e Ângela Santos, 13-34. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015. <https://digitalis-dsp.uc.pt/handle/10316.2/38268>.

Alves, José Luiz. «Suape e sua trajetória histórica: um olhar geográfico». Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, 2011. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/6054>.

Andrade, Maria Filomena Pimentel de Carvalho. «In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura: a ordem de Santa Clara em Portugal (séc. XIII-XIV)». Tese de Doutorado, Universidade Nova de Lisboa, 2011. <https://run.unl.pt/handle/10362/6119>.

———. «Mulheres sob custódia: as comunidades de clarissas como espaços de obediência e autonomia (séculos XIII e XIV)». *Lusitania Sacra*, n.º 31 (junho de 2015): 33–50.

- Andrade, Mário de. *O turista aprendiz*. Editado por Telê Porto Ancona Lopez e Tatiana Longo Figueiredo. Reedição. Brasília: IPHAN, 2015.
- Andrade, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o SPHAN - coletânea de textos sobre patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: MinC/Fundação Pró-Memória, 1987.
- . *Rodrigo e seus tempos*. Rio de Janeiro: MinC/Fundação Pró-Memória, 1986.
- Arnaud, José Morais. «Associação dos Arqueólogos Portugueses/Museu Arqueológico do Carmo». Em *Actas das Conferências Chiado: efervescência urbana, artística e literária de um lugar*, editado por Fernando Dias e José Quaresma Pedro, 1:20–21. Lisboa: Centro de Investigação e de Estudos em Belas Artes, Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, 2010.
- , ed. *Memória e intervenção: 150 anos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2013.
- . «Memória e intervenção: a propósito dos 150 anos da Associação dos Arqueólogos Portugueses (1863-2013)». *Público*, 18 de dezembro de 2013, sec. Cultura Ípsilon. <https://www.publico.pt/2013/12/18/culturaipsilon/opiniao/memoria-e-intervencao-a-proposito-dos-150-anos-da-associacao-dos-arqueologos-portugueses-18632013-1616649>.
- . «Museu Arqueológico do Carmo: passado, presente e futuro». Em *Actas das Conferências Chiado: efervescência urbana, artística e literária de um lugar*, editado por Fernando Dias e José Quaresma Pedro, 1:146–58. Lisboa: Centro de Investigação e de Estudos em Belas Artes, Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, 2010.
- . «Relatório da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses referente ao ano de 2005». *Arqueologia & História*, Vale do Côa 10 anos, 56–57 (2005/2004): 181–83.
- . «Relatório de Actividades da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses 2008». *Arqueologia & História* 60–61 (2009/2008): 229–31.
- . «Relatório de actividades da Direcção referente ao ano de 2002». *Arqueologia & História* 55 (2003): 225–27.
- . «Relatório de actividades da Direcção referente ao ano de 2003». *Arqueologia & História* 55 (2003): 235–38.
- Arnaud, José Morais, José Baptista Domingos, e Jacinta Bugalhão. «Relatório da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses Ano associativo de 1996/1997». *Arqueologia & História* 51 (1999): 273–75.
- Arnaud, José Morais, A. Monge Soares, e João Muralha. «Relatório da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses Ano associativo de 1995/1996». *Arqueologia & História* 51 (1999): 261–63.
- Arruda, Virgílio. *O “fazendeiro” e o “rei filósofo”: Herculano e o Imperador do Brasil*. Braga, 1978.
- Ashurst, John, ed., ed. *Conservation of Ruins*. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2007.

- . Introduction – continuity and truth. Em *Conservation of Ruins*, XXIV-XXIX. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2007.
- Aston, Margaret. «English Ruins and English History: The Dissolution and the Sense of the Past». *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes* 36 (1973): 231–55. <https://doi.org/10.2307/751164>.
- Asúa, Miguel de. *Science in the Vanished Arcadia: Knowledge of Nature in the Jesuit Missions of Paraguay and Río de La Plata*. Scientific and Learned Cultures and Their Institutions 11. Leiden: Brill, 2014.
- Augé, Marc. *El tiempo en ruinas*. Traduzido por Tomás Fernández Aúz e Beatriz Eguibar. Barcelona: Gedisa Editorial, 2003.
- Avé-Lallemant, Robert. *Viagem pelo sul do Brasil no ano de 1858*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1953.
- Azevedo, Paulo Ormino de. «O Castelo Revisitado: contexto e percepção». *Revista de Urbanismo e Arquitetura* 6, n.º 1 (2003): 128–30.
- . «Ruínas do Convento e Igreja de Santo António (Paraguaçu), Cachoeira e São Félix, Bahia, Brasil». Fundação Calouste Gulbenkian, 2012. <https://hpi.org/pt/heritage/details/967>.
- Baptista, Jean, e Maria Cristina Santos. *As ruínas: a crise entre o temporal e o eterno (Dossiê missões, v. 3)*. Brasília: IBRAM, 2015.
- Barata, Filipe Themudo, José Manuel Fernandes, Renata Malcher de Araujo, Walter Rossa e António Castro Nunes. *Património de origem portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo* Índices. Editado por José Mattoso e Mafalda Soares da Cunha. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.
- Baratta, José do Carmo. *História Ecclesiastica de Pernambuco*. Recife: Imprensa Industrial, 1922.
- Barbosa, Ignacio de Vilhena. *Monumentos de Portugal: históricos, artísticos e archeologicos*. Lisboa: Castro Irmão, 1886. <https://purl.pt/6252>.
- Barreto, Regiane Gambim. «Da Gestão do Património Arqueológico, à gestão do território, com recurso a sistemas de informação geográfica no Brasil». Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Tomar, 2019.
- Barreto, Rosyonne Rebouças de Oliveira Lustosa. «Processo nº 875-T-73: Continuidade de estudos para instrução do processo de tombamento federal do “Conjunto das áreas da Baía de Suape e do Cabo de Santo Agostinho”». Programa de Especialização em Patrimônio IPHAN/UNESCO, 2007.
- Barros, José D’Assunção. *História comparada*. Editora Vozes Ltda., 2014.
- . «História Comparada - da Contribuição de Marc Bloch à Constituição de um Moderno Campo Historiográfico». *Revista História Social* 13 (2007): 7–21.
- . «História Comparada: um novo modo de ver e fazer a história» *Revista de História Comparada* 1, n.º 1 (2007): 1-30.

- Bauer, Leticia. «O arquiteto e o zelador: Patrimônio cultural, História e Memória São Miguel das Missões (1937-1950)». Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006. <http://hdl.handle.net/10183/11112>
- Bayón, Balbino Velasco. «História da origem do Carmo em Portugal». traduzido por Manuel R. Freitas. Lisboa: Paulinas, 2001.
- . «San Nuño Alvarez Pereira Frey Nuno de Santa Maria, Carmelita». *Carmelus*, n.º 58 (2011): 55–105.
- Bazin, Germain. *L'architecture religieuse baroque au Brésil*. Vol. 1. 2 vols. São Paulo; Paris: Museu de Arte ; Plon, 1956.
- . *L'architecture religieuse baroque au Brésil*. Vol. 2. 2 vols. São Paulo; Paris: Museu de Arte ; Plon, 1956.
- Belo, Albertina Marques Pires. «As Ordens Terceiras de São Francisco na Zona da Mata : implantação da Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil ao longo dos séculos XVII e XVIII». Tese de Doutorado, Universidade Lusíada de Lisboa, 2013. <http://repositorio.ulusiada.pt/handle/11067/621>.
- Beltrami, Luca. *Indagini e documenti riguardanti la Torre principale del Castello di Milano : ricostrutta in memoria di Umberto I*. Milão: U. Allegratti, 1905. <http://archive.org/details/indaginiedocumen00belt>.
- Benjamin, Walter. *Obras Escolhidas Magia e Técnica, Arte e Política*. Traduzido por Sérgio Paulo Rouanet. 3ª. Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- . *Origem do drama barroco alemão*. Traduzido por Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- Betts, P., e C. Ross. «Modern Historical Preservation - Towards a Global Perspective». *Past & Present* 226, n.º suppl 10 (1 de janeiro de 2015): 7–26.
- Bloch, Marc. *Apologia da História*. Traduzido por André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- Boito, Camillo. *Os Restauradores: conferência na exposição de Turim (07.06.1884)*. Traduzido por Beatriz Mugayar Kühl e Paulo Mugayar Kühl. Coleção Artes & Ofícios. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- Bourdette, Eleine. «O legado arquitetônico conventual franciscano no Brasil». *Pesquisa e Educação a distância*, n.º 1 (4 de agosto de 2013): 1–13.
- Boyce, James John. «The Medieval Carmelite Office Tradition». *Acta Musicologica* 62, n.º 2/3 (1990): 119–51. <https://doi.org/10.2307/932630>.
- Branco, Rui. «A Construção Nacional 1834-1890». Em *História Política Contemporânea – Portugal 1808-2000*, coord. por Pinto, António Costa e Nuno Gonçalo Monteiro, 81–138. Carnaxide: Objectiva, 2019.
- Brandão, Manuel José da Cunha. *As Ruínas do Carmo*. Lisboa: Typ. da Casa da Moeda e Papel Sellado, 1908.
- Brandi, Cesare. *Teoria do restauro*. Traduzido por Cristina Prats. Amadora: Edições Orion, 2006.

- Bueno, Lucas de Melo Reis. «Arqueologia, patrimônio e sociedade: quem define a agenda?» *Esboços: histórias em contextos globais* 18, n.º 26 (2 de dezembro de 2011): 55–72.
- Bugalhão, Jacinta da Conceição Marques. «A Arqueologia em Portugal entre o final do século XX e o início do século XXI (1970 – 2014)». Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa, 2021. <http://hdl.handle.net/10451/50041>.
- Caetano, Maria Teresa. «O Rei D. Fernando II e a Arqueologia Portuguesa: mecenato régio e associativismo patrimonial». *Al-Madan Online*, II, 2, n.º 21 (29 de janeiro de 2017): 54–62.
- Calò, Sergio, Maurizio Malè, e Eugenio Tamburrino, eds. «Developed Legal and Regulatory Framework for Protection of Medieval Ruins». Venetian Heritage Cluster, 2018. [https://www.interreg-central.eu/Content.Node/RUINS/Deliverable-D.-T3.3.1-Rev-2.1-\(1\)-1.pdf](https://www.interreg-central.eu/Content.Node/RUINS/Deliverable-D.-T3.3.1-Rev-2.1-(1)-1.pdf).
- Campos, Adalgisa Arantes. «A ordem Carmelita». *Per Musi*, n.º 24 (dezembro de 2011): 54–61. <https://doi.org/10.1590/S1517-75992011000200007>.
- Cardoso, João Luís. «O General Conde de S. Januário (1827-1901): um português de excepção». *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, Edição Especial (2018): 1–208.
- Carle, Cláudio Baptista. «Arqueologia histórica brasileira e o estudo missionário de 50 anos (1966-2016)» *Revista Arqueologia Pública* 11, n.º 1 [18] (2017): 106–29.
- Carolino, Luís Miguel, e Carlos Ziller Camenietzki, eds. *Jesuítas Ensino e Ciência: séc. XVI-XVIII*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2005.
- Carrilho, José Marcos. «A Transparência do Museu das Missões». *Vitruvius* 7, n.º 076.06 (setembro de 2006). <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.076/322>.
- Carvalho, Anna Maria F. Monteiro de. «Os conventos e igrejas franciscanas do nordeste brasileiro no período colonial. Urbanismo–Arquitetura–Artes Plásticas». Em *Os Franciscanos no Mundo Português. Artistas e Obras*, I:17–35. Porto: Cepese–Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2009.
- Carvalho, Cibele. «Francisco de Assis entre duas regras (1221-1223)». Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, 2005.
- Cascaes, Joaquim da Costa. «Monumentos». *O Panorama. Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, III, 3ª Série, n.º 27, (8 de julho de 1854): 210–12.
- Cavalcanti, Lauro. «Modernistas, arquitetura e patrimônio». Em *Repensando o Estado Novo*, 179–89. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- Cavalcanti, Renata Maria de Melo. «Parque metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti: estratégias para gestão do turismo». Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, 2006.
- Ceballos, Alfonso Rodriguez G. de. *La arquitectura de los jesuitas*. [S.l.]: Edilupa Editores, 2002.
- Cezar, Temístocles Américo Corrêa. «Lição sobre a escrita da história: historiografia e nação no Brasil do século XIX». *Diálogos* 8, n.º 1 (2004): 11–29.

- Chalante, Susana. «“Demolimania”, a Real Associação de Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses e a “cruzada de honra e brio” (1866-1880)». *Ler História*, n.º 55 (1 de outubro de 2008). <https://journals.openedition.org/lerhistoria/2287>.
- Charnay, Désiré. *Cités et ruines américaines: Mitla, Palenqué, Izamal, Chichen-Itza, Uxmal / recueillies et photographiées par Désiré Charnay ; avec un texte par M. Viollet-le-Duc*. Paris: Gide; A. Morel & Cie, 1863.
- Charola, A. Elena, Luiz Antonio Custódio, e Marcelo L. Magadán. «Conclusões». Em *Manual Básico de Conservação para as Missões Jesuíticas dos Guarani*, 124–25. Nova York: World Monuments Fund, 2009.
- Charola, A. Elena, e Marcelo L. Magadán, eds. *Manual Básico de Conservação para as Missões Jesuíticas dos Guarani*. New York: World Monuments Fund, 2009.
- Chateaubriand, François-René. *Génie du Christianisme*. Vol. II. Paris: Garnier-Flammarion, 1966.
- Chicó, Mário Tavares. *A arquitectura gótica em Portugal*. 4a ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.
- Choay, Françoise. *A Alegoria do Património*. Traduzido por Teresa Castro. Arte & Comunicação. Lisboa: Edições 70, 2021.
- . *Património e Mundialização*. Traduzido por Paula Seixas. Évora: Casa do Sul Editora, 2005.
- Chuva, Marcia Regina Romeiro. *Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.
- Cloquet, Louis. «La restauration des monuments anciens». *Revue de l'Art Chrétien*, 1901, 498–503.
- Cordeiro, Luciano. *Relatório dirigido ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios do Reino pela Comissão nomeada por Decreto de 10 de novembro de 1875 para propor a reforma do ensino artístico e a organização do serviço de museus, monumentos históricos e arqueologia*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1876.
- Corradi, Rafael Gaune. «Jesuit Missionaries and Missions in the Iberian Colonial World». Em *The Oxford Handbook of the Jesuits*, 1:379–99. Oxford: Oxford University Press, 2019.
- Correia, Luís Miguel Maldonado de Vasconcelos. «Monumentos, Território e Identidade no Estado Novo: da definição de um projecto à memorização de um legado». Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, 2016. <http://hdl.handle.net/10316/28997>.
- Côrte-Real, Artur. «Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra: novos dados para o seu conhecimento - operação arqueológica 1995-1999». Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, 2001.
- . «Valorização do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra». *Revista Pedra e Cal*, n.º 42 (junho de 2009): 29–31.

- Côrte-Real, Artur, Lígia Inês Gambini de Sousa Guedes, José Parreira, e Leonor Gambini. *Olhares ocultos, olhares submersos: Mosteiro de Santa Clara-A-Velha*. Coimbra: Quarteto, 2003.
- Costa, Alexandre Alves. «O espaço do olhar». *Joelho Revista de Cultura Architectonica*, n.º 6 (25 de dezembro de 2015): 36-49. https://doi.org/10.14195/1647-8681_6_14.
- Costa, Alexandre Alves, e Sergio Fernandez. «Valorização do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha e Terrenos Envolventes». Em *Atelier 15*, 160–91. Uzina Books, 2014.
- Costa, Lúcio. «A arquitetura dos jesuítas no Brasil». *Revista do SPHAN*, n.º 5 (1941): 9–103.
- . «A arquitetura dos jesuítas no Brasil». *ARS (São Paulo)* 8, n.º 16 (2010): 126–97. <https://doi.org/10.1590/S1678-53202010000200009>.
- . *Registro de uma vivência*. 3ª ed. São Paulo: Editora 34; Edições Sesc, 2018.
- Crespi, Luigi. «Monumento vivo o morto». Em *Il monumento per l'uomo, org. por ICOMOS. Atti del II Congresso Internazionale del Restauro. Venezia 25-31 maggio 1964*, 136–39. Padova: ICOMOS, Marsilio, 1971.
- Cristinelli, Giuseppe, e Vittorio Foramitti. «The “Restitution” of the Castle of Colloredo Di Monte Albano (Udine, Italy)». *International Journal of Heritage and Sustainable Development* 4, n.º 1 (2015): 75–87.
- Cruz, Cássia Kelly Maria da, Viviane Maria Cavalcanti de Castro, e Ricardo Pinto de Medeiros. «Parques Históricos da Região Metropolitana do Recife: Processos de Tombamento e Preservação do Patrimônio Arqueológico». *Fundamentos XIII* (2016): 131–40.
- Cunha, Cláudia dos Reis e. «Restauração: Diálogos entre teoria e prática no Brasil nas experiências do IPHAN». Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2010. <https://doi.org/10.11606/T.16.2010.tde-26052010-090302>.
- Cunha, Paulo José de Albuquerque Marques da, e Tomás de Albuquerque Lapa. «Conflito na apropriação do patrimônio cultural: a conservação do parque Armando de Holanda». *Bitácora Urbano Territorial* 31, n.º 2 (16 de abril de 2021): 215–27.
- . «Contribuições da memória para a gestão da conservação: o caso do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti em Pernambuco, Brasil». *Patrimônio e Memória* 16, n.º 1 (junho de 2020): 162–81.
- Custódio, Jorge Manuel Raimundo. «A obra patrimonial da Primeira República (1910-1932)». Em *100 anos de Património. Memória e Identidade*, 85–104. Lisboa: IGESPAR, 2010.
- . «“Renascença” Artística e Práticas de Conservação e Restauro Architectónico em Portugal, durante a 1ª República Vol I, Tomo I». Tese de Doutorado, Universidade de Évora, 2008. <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/11082>.
- . «“Renascença” Artística e Práticas de Conservação e Restauro Architectónico em Portugal, durante a 1ª República Vol I, Tomo II». Tese de Doutorado, Universidade de Évora, 2008. <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/11082>.
- . «Salvaguarda do Património - Antecedentes Históricos: de Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)». Em *Dar Futuro ao Passado*, 33–71. Lisboa: SEC/IPPAR, 1993.

- Custódio, Luiz Antônio Bolcato. «A redução de São Miguel Arcanjo: contribuição ao estudo da tipologia urbana missioneira». Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.
- Custódio, Luiz Antonio Bolcato, e Vladimir Fernando Stello. «Preservación de las misiones: trayectoria de Brasil». *Apuntes: Revista de Estudios sobre Patrimonio Cultural - Journal of Cultural Heritage Studies* 20, n.º 1 (junho de 2007): 142–53.
- . «Trajetória da Preservação do Patrimônio das Missões Jesuíticas dos Guarani no Rio Grande do Sul – 1922-2006». Centro Lúcio Costa/IPHAN [Texto policopiado], 2017.
- Debanné, Nicolas. «D. Pedro II no Egypto». *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* 75, n.º 2 (1912): 131–57.
- Demersay, Alfred. *Histoire physique, économique et politique du Paraguay et des établissements des Jésuites*. Vol. 1. Paris: Librairie Hachette et Cie, 1861.
- . *Fragments d'un voyage au Paraguay*. Vol. 4. Le Tour du monde. Paris: Hachette et Cie, 1860.
- DGEMN. *15 anos de Obras Públicas*. Porto: Maranus, 1948.
- , «IV - Obras de restauro». *Boletim da DGEMN – Paço dos Duques de Bragança* 102, dezembro de 1960: 25-27.
- . «O Boletim dos Monumentos Nacionais». *Boletim da DGEMN – Igreja de Leça do Bailio*, n.º 1, setembro de 1935: 5-7.
- Dias, Pedro. «Domingos Domingues, Arquitecto régio do século XIV». *Mundo da Arte*, n.º 5 (1982): 2–7.
- Diderot, Denis. *Oeuvres complètes de Diderot, revues sur les éditions originales. Étude sur Diderot et le mouvement philosophique au XVIIIe siècle*. Editado por Jules Assézat. Vol. 12. Paris: Garnier Frères, Libraires-Éditeurs, 1876.
- . *Ruines et Paysages [Salons de 1767]*. Paris: Hermann, 1995.
- Didron, Adolphe-Napoléon. «Réparation de la cathédrale de Paris». *Annales Archéologiques* III (1845): 113–28.
- Domingues, Beatriz Helena. «As missões jesuíticas entre os guaranis no contexto da Ilustração». *História (São Paulo)* 25, n.º 1 (2006): 44–69. <https://doi.org/10.1590/S0101-90742006000100003>.
- Duarte, Paulo. «Contra o vandalismo e o extermínio». *O Estado de São Paulo*, 11 de junho de 1937.
- Erviti, Federico García. «La ruina edificatoria». Em *Tratado de rehabilitación (Metodología de la restauración y la rehabilitación)*, 02:329–44. Editorial Munilla-Lería, 1999.
- Fabião, Carlos. *Uma História da Arqueologia Portuguesa - Das origens à descoberta da Arte do Côa*. Lisboa: Edição do Clube do Coleccionador dos Correios, CTT, 2011.
- Fernandes, Astrogildo, e Fernando La Salvia. «Tentativa de sistematização da defesa do patrimônio histórico do Rio Grande do Sul: jazidas e monumentos». *Revista de*

- História* 29, n.º 60 (21 de dezembro de 1964): 431–38. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1964.123260>.
- Fernandes, Isabel Cristina Ferreira. «Arqueologia medieval em Portugal: 25 anos de investigação». *Portvgalia: Revista de Arqueologia do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da FLUP* 26 (2005): 149–74.
- Ferreira, Fernando Rodrigues. «Escavações Arqueológicas da Igreja do Convento do Carmo». *Arqueologia & História*, 11ª, 51 (1999): 73–164.
- Ferreira, João Pedro da Silva. «A ruína de hoje: memória e transformação». Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, 2018. <https://hdl.handle.net/10216/111587>.
- Ferreira, Maria de Simone. «Percursos da memória: narrativas sobre patrimônio no Museu de Arqueologia de Itaipu». Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2017.
- . «Um museu e seus sítios: a contribuição de Luiz de Castro Faria para a delicada relação do Museu de Arqueologia de Itaipu e seus vizinhos sambaquis». Em *Arqueologia: memória del 56º Congreso Internacional de Americanistas*, editado por Manuel Alcántara, Mercedes García Monteiro, e Francisco Sánchez López, 1:734–45. Universidade de Salamanca, 2018.
- Filho, Hilario Figueiredo Pereira. «Documento e patrimônio entre usos e reflexões». *Tempo Social* 34, n.º 3 (28 de dezembro de 2022): 295–313. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2022.201919>.
- Flexor, Maria Helena Ochi. *Igrejas e conventos da Bahia*. Roteiros do Patrimônio 3. Brasília: Iphan/Programa Monumenta, 2010.
- Flores, Moacyr. *Dicionário de história do Brasil*. Coleção História 8. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- Fonseca, Fernando L. «Ruínas Notáveis». *Revista de Cultura da Bahia*, julho de 1970.
- Fonseca, Maria Cecília Londes. *O Patrimônio em Processo*. Editora UFRJ/MinC-IPHAN. Rio de Janeiro, 2005.
- Fonseca, Tomás da. *Santa Clara-a-Velha de Coimbra*. Coimbra: Comissão de Turismo, 1926.
- Ford, C. «The Inheritance of Empire and the Ruins of Rome in French Colonial Algeria». *Past & Present* 226, n.º suppl 10 (1 de janeiro de 2015): 57–77.
- Forero-Mendoza, Sabine. *Le temps des ruines. Le goût des ruines et les formes de la conscience historique à la Renaissance*. Paris: Champ Vallon, 2002.
- Foulquier, Laura. «Entre disparition et apparition: souvenir des ruines, mémoires des pierres: les spolia». Em *La ruine et le geste architectural*, editado por Pierre Hyppolite, 27-37. Paris: Presses Universitaires de Paris Nanterre, 2015.
- Fragoso, Hugo. *São Francisco do Paraguaçu Uma história sepultada sob ruínas*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, 2004.

- França, José-Augusto. *A Reconstrução de Lisboa e a Arquitectura Pombalina*. 3ª. Biblioteca Breve 12. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa-Ministério da Educação, 1989.
- . *Lisboa: urbanismo e arquitectura*. 1ª. Biblioteca Breve 53. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa-Ministério da Educação, 1980.
- Freyre, Gilberto. *Olinda: 2º Guia Prático, Histórico e Sentimental de Cidade Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.
- Funari, Pedro Paulo Abreu, e Tamima Orra Mourad. «Curadores do Império: patrimônio como pilhagem colonialista». *Heródoto: Revista do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Antiguidade Clássica e suas Conexões Afro-asiáticas* 1, n.º 1 (2016): 019–036.
- Furet, François. *Ensaio sobre a Revolução Francesa*. Traduzido por Alfredo Margarido. Lisboa: A Regra do Jogo, 1978.
- Furlong, Guillermo. *Misiones y sus pueblos de guaraníes*. Buenos Aires: Bibliotheca Curiae Societatis Iesu, 1962.
- Gamito, Teresa Júdice. «Homenagem aos membros desta Associação que mais se distinguiram na remodelação da Associação dos Arqueólogos Portugueses e do Museu Arqueológico do Carmo» 55 (2003): 187–88.
- Garcia, Antônio Gonçalves. *São Francisco do Paraguaçu: história e cultura de um povo esquecido*. Salvador: Editora e Gráfica Vento Leste, 2018.
- Garrett, João Batista de Almeida. *Camões*. 5ª. Vol. I. Lisboa, 1858. https://purl.pt/17/4/l-24827-p_PDF/l-24827-p_PDF_24-C-R0150/l-24827-p_0000_1-318_t24-C-R0150.pdf.
- . *Viagens na Minha Terra*. Porto: Porto Editora, 1999.
- Gazzola, Piero, e Roberto Pane. «Proposte per una carta internazionale del restauro». Em *Il monumento per l'uomo, org. por ICOMOS. Atti del II Congresso Internazionale del Restauro. Venezia 25-31 maggio 1964*, 14–19. Padova: ICOMOS, Marsilio, 1971.
- Giovannoni, Gustavo. *Gustavo Giovannoni: Textos Escolhidos*. Editado por Beatriz Mugayar Kühl. Traduzido por Renata Campello Cabral, Carlos Roberto M. de Andrada, e Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, 2013.
- Godoy, Rosa Maria. «Prefácio». Em *As Ruínas da Tradição*. Editora UFPB, 2016. <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/book/88>.
- Gomes, J. Pinharanda. «O Galaaz do Carmelo – Heroísmo e Santidade». Em *Actas do Colóquio Comemorativo*, 21–36. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1989.
- Gonçalves, António Nogueira. *Estudos de história da arte medieval*. Coimbra: Epartur, 1980.
- Gonçalves, José Reginaldo. *A Retórica da Perda*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Minc/IPHAN, 1996.
- . «Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais». *Revista Estudos Históricos* 1, n.º 2 (1 de dezembro de 1988): 264–75.

- Goodwin, Philip Lippincott, e G. E. Kidder Smith. *Brazil Builds: Architecture New and Old 1652-1942*. 2ª. New York: The Museum of Modern Art, 1943.
- Gori, Annarita. «Festa da Pátria: Nun'Álvares Pereira, herói e santo». Traduzido por Oscar Mascarenhas. *Ler História*, n.º 59 (15 de outubro de 2010): 139–59.
- Goven, François. «Ruines et vestiges: la politique Du Service Français des Monuments Historiques». Em *Que faire avec les ruines? Poétique et politique des vestiges*, dir. por Chantal Liaroutzos, 19–22. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2015.
- Guimarães, Manoel Luis Lima Salgado. «Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional». *Revista Estudos Históricos* 1, n.º 1 (30 de janeiro de 1988): 5–27.
- Guzzo, Ana Maria Moraes. «Arquitetura Franciscana no Brasil: uma revisão historiográfica a partir de Germain Bazin». Thesis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020. <http://www.proarq.fau.ufrj.br/teses-e-dissertacoes/1649/arquitetura-franciscana-no-brasil-uma-revisao-historiografica-a-partir-de-germain-bazin>.
- Hearn, Millard Fillmore, ed. *The Architectural Theory of Viollet-Le-Duc: Readings and Commentary*. Cambridge: The MIT Press, 1990.
- Hell, Julia. «Imperial Ruin Gazers, or Why Did Scipio Weep?» Em *Ruins of Modernity*, Ed. Por Julia Hell e Andreas Schönle, editado por Julia Hell e Andreas Schönle, 169–92. Durham, Londres: Duke University Press, 2010.
- Hell, Julia, e Andreas Schönle. «Introduction». Em *Ruins of Modernity*, editado por Julia Hell e Andreas Schönle, 1–14. Durham, Londres: Duke University Press, 2010.
- Herculano, Alexandre. «A arquitetura gótica». *O Panorama Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis* 1, 6 de maio de 1837: 2-4.
- . «Mais um Brado a Favor dos Monumentos (I)». *O Panorama Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis* 93, 9 de fevereiro de 1839: 43-45.
- . «Mais um Brado a Favor dos Monumentos (II)». *O Panorama Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis* 94, 16 de fevereiro de 1839: 50-52.
- . *Opúsculos*. Vol. II. Lisboa: Bertrand, 1873.
- . «Os Monumentos». *O Panorama Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis* 69, 25 de agosto de 1838: 266-268.
- . «Os Monumentos (II)». *O Panorama Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis* 70, 1 de setembro de 1838: 275-277.
- Hobsbawn, Eric. «Introdução: a Invenção das Tradições». Em *A Invenção das Tradições*. Traduzido por Celina Cardim Cavalcante, 9–23. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- Hoff, Herman van. «Apresentação». Em *Manual Básico de Conservação para as Missões Jesuíticas dos Guarani*, 9. New York: World Monuments Fund, 2009.
- Holstein, Sousa. *Observações sobre o Actual Estado do Ensino das Artes em Portugal, a Organização dos Museus e o Serviço de Monumentos Historicos e da Archeologia*.

- Lisboa: Imprensa Nacional, 1875.
<https://archive.org/details/observacoessobre00cord/mode/2up?view=theater>.
- Honor, André Cabral. «Cultura carmelita em ação: a construção da origem eliana da Ordem de Nossa Senhora do Carmo». *Sæculum – Revista de História* 37, n.º 37 (20 de dezembro de 2017): 1-18. <https://doi.org/10.22478/ufpb.2317-6725.2017v37n37.39326>.
- How, Chris. «Stability and Survival». Em *Conservation of Ruins*, editado por John Ashurst, 10-43. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2007.
- Hugo, Victor. «Guerre aux démolisseurs». *Revue Des Deux Mondes*, 1832. <https://www.revuedesdeuxmondes.fr/guerre-aux-demolisseurs/>.
- . *Notre-Dame de Paris*. Traduzido por Isabel F. Hapgood. The Project Gutenberg EBook, 1831. <https://www.gutenberg.org/files/2610/2610-h/2610-h.htm>.
- Huyssen, Andreas. «Nostalgia for Ruins». *Grey Room*, n.º 23 (2006): 6–21.
- Hyppolite, Pierre, org. «Préface». Em *La ruine et le geste architectural*, 11–15. Paris: Presses Universitaires de Paris Nanterre, 2015.
- Ingold, Tim. *Making Anthropology, Archaeology, Art and Architecture*. Nova York: Routledge, 2013.
- IPHAN. *Bens tombados e processos de tombamento em andamento*. Brasília, Rio de Janeiro, 2016. http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_Bens_Tombados_marco_2016.pdf.
- . *Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória*. Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 31. Brasília, Rio de Janeiro: SPHAN/Fundação Pró-Memória, 1980. [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural(1).pdf).
- Ireland, ed. *Ruins: The Conservation and Repair of Masonry Ruins*. Advice Series. Dublin: Stationery Office, 2010.
- Isabelle, Arsène. *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul*. Traduzido por Teodemiro Tostes. Brasília: Edições do Senado Federal, 2006. <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/188907>.
- Jaboatão, Antonio de Santa Maria. *Novo orbe serafico brasilico, ou, chronica dos frades menores da provincia do Brasil*. 1858.^a–1862.^a ed. Vol. 1. 3 vols. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Maximiliano Gomes Ribeiro, 1858. <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182923>.
- Jackson, John Brinckerhoff. «The Necessity for Ruins». Em *The Necessity for Ruins and Other Topics*, 89–102. Amherst: University of Massachusetts Press, 1980.
- Jesus, Anderson Bezerra de. «A Patrimonialização e as Atribuições de Valor nos Processos de Tombamento do Forte do Buraco (Olinda-PE)». Em *Anais Eletrônicos do XIV Encontro Estadual de História da ANPUH-PE: «Fome, Direitos Humanos e Democracia»*, 1–16, XIV Encontro Estadual de História: Fome, Direitos Humanos e Democracia.

- Jesus, Edinha Maria de. «Do silêncio à palavra: o discurso de Santa Clara de Assis». Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Sergipe, 2012.
- Jokkilehto, Jukka. «A History of Architectural Conservation - The Contribution of English, French, German and Italian Thought Towards an International Approach to the Conservation of Cultural Property». University of York, 1986.
- Jorge, Vitor Oliveira. *Arqueologia, património e cultura*. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.
- Kern, Arno Alvarez. «Pesquisas Arqueológicas nas Missões Jesuítico-Guaranis (1984-1994)». *Estudos Ibero-Americanos* 20, n.º 1 (1994): 63–106.
- . «A Arqueologia Histórica, a História e os Trinta Povos das Missões». *Estudos Ibero-Americanos* 15, n.º 2 (1989): 357–68.
- Kessel, Carlos. «Estilo, Discurso, Poder: Arquitetura Neocolonial no Brasil». *Revista História Social*, n.º 6 (1999): 65–94.
- Khatlab, Roberto. *As viagens de D. Pedro II Oriente Médio e África do Norte, 1871 e 1876*. São Paulo: Benvirá, 2015.
- Kozák, Jan, e Vladimír Čermák, eds. «Great Lisbon Earthquake of 1755». Em *The Illustrated History of Natural Disasters*, 131–41. Dordrecht: Springer Netherlands, 2010. https://doi.org/10.1007/978-90-481-3325-3_30.
- Kühl, Beatriz Mugayar. «Notas sobre a Carta de Veneza». *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material* 18 (dezembro de 2010): 287–320.
- . «Quatremère de Quincy e os verbetes Restauração, Restaurar, Restituição e Ruína de sua Encyclopédie méthodique. Architecture». *Rotunda*, n.º 2 (agosto de 2003): 100–117.
- Lachi, Antonio Luiz. «Nuno Álvares Pereira: o Galaaz Português». *Fronteiras: revista de História* 3, n.º 5 (junho de 1999): 27–50.
- Lacroix, Sophie. «Le pouvoir de poétisation et la fonction critique des ruines». Em *La ruine et le geste architectural*, editado por Pierre Hyppolite, 39–48. Paris: Presses Universitaires de Paris Nanterre, 2015.
- Langer, Johnni. «As origens da Arqueologia Clássica». *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n.º 9 (1999): 95–110.
- Le Goff, Jacques. *As raízes medievais da Europa*, traduzido por Jaime A. Clasen. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- . *História e Memória*, traduzido por Suzana Ferreira Borges. Coleção Repertórios. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- Leal, Claudia Feierabend Baeta. «A missão de Michel Parent». Em *As Missões da Unesco no Brasil: Michel Parent*, 28–32. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.
- . «Apresentação». Em *As Missões da Unesco no Brasil: Michel Parent*, 7-9. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.
- . «As missões da UNESCO no Brasil: Michel Parent». Em *Anais XXV Simpósio Nacional de História*, 1:1–11. Fortaleza, 2009.

- , ed. *As Missões da Unesco no Brasil: Michel Parent*. Tradução por Rejane Maria Lobo Vieira. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.
- Leal, Fernando Machado. «São Miguel das Missões estudo de estabilização e conservação das ruínas da igreja». *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.º 19 (1984): 70–96.
- Leal, José Maria da Silva. *As ruínas do Carmo: breves considerações*. Lisboa: Typ. de Thomaz Quintino Antunes, 1876.
- Leite, Silvia. «O Inventário do Património Imóvel em Portugal». Em *100 anos de Património: Memória e Identidade*, coord. por Jorge Custódio, 341–43. Lisboa: IGESPAR, 2010.
- Levy, Evonne. *Propaganda and the Jesuit Baroque*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 2004.
- Lima, Alceu Amoroso. «Pelo Passado Nacional». *Revista do Brasil*, ano 1, V. 3, n.º 9 (1916): 1-15.
- Lima, Flávia Viviana Cavalcanti Gonçalves de. «A tomada de decisões referente ao uso de uma atração turística: estudo de caso sobre a Igreja Nossa Senhora de Nazaré (Cabo de Santo Agostinho-PE)». Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, 2002. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3370>.
- Lima, Madalena Costa, e Maria João Baptista Neto. «Duas catástrofes históricas: o Grande Incêndio de Londres e o Terramoto de Lisboa de 1755 - efeitos no Património Artístico e atitudes de recuperação». *Conservar Património*, n.º 25 (julho de 2017): 37–41.
- Lima, Maria Madalena Gonçalves da Costa. «Conceitos e atitudes de intervenção arquitetónica em Portugal (1755-1834)». Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa, 2013.
- Lima, Tania Andrade. «Arqueologia Histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991)». *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material* 1, n.º 1 (1993): 225–62. <https://doi.org/10.1590/S0101-47141993000100015>.
- Lind, Tuija. «How to treat ruins?», 1–4. Greenwich, 14 de setembro de 2007. https://www.kalkforum.org/uploads/pdf/artikler/Tuija__ruins_pdf.pdf
- Lino, Raul. *Auriverde jornada: recordações de uma viagem ao Brasil*. Lisboa: Valentim de Carvalho, 1937.
- Lobo, Matilde Barreira da Costa. «Estratégias de Reconstrução Urbana a experiência do Chiado em discurso directo». Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, 2014.
- Loyola, Érico Teixeira de. «As Missões Jesuítico-Guaranis: o patrimônio histórico-cultural e a integração regional (1979-1987)». Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.
- Macaulay, Rose. *Pleasure of Ruins*. Nova York: Walker and company, 1966.
- Macedo, Francisco Pato de. «A arquitectura gótica na bacia do Mondego nos séc. XIII e XIV». Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, Universidade de Coimbra, 1988.

- . *Santa Clara-a-Velha de Coimbra: singular mosteiro mendicante*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2015.
- Maia, Maria Helena. *Património e restauro em Portugal 1825-1880*. Lisboa: Colibri, Universidade Nova de Lisboa, 2007.
- Makarius, Michel. *Ruines: representations dans l'art de la Renaissance à nos jours*. ChampsArts. Paris: Flammarion, 2011.
- Marchi, Darlan de Mamann. «O patrimônio antes do patrimônio em São Miguel das Missões: dos jesuítas à UNESCO.» Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pelotas, 2018. <http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/6190>.
- Marchi, Darlan de Mamann, e Maria Leticia Mazzucchi Ferreira. «Paisagem e patrimônio cultural em imagens: um estudo sobre São Miguel das Missões, Brasil», *Territórios*, n.º 33, p.103–122 (2015).
- Marcocci, Giuseppe. «Jesuit Missions between the Papacy and the Iberian Crowns». Em *The Oxford Handbook of the Jesuits*, 241–65. Oxford: Oxford University Press, 2019.
- Marconi, Paolo. «La restauración arquitectónica en Italia, hoy». *Loggia, Arquitectura & Restauración* 0, n.º 3 (6 de setembro de 1997): 8–15. <https://doi.org/10.4995/loggia.1997.5713>.
- Marques, António Augusto da Cunha, e Margarida Almeida Bastos. «Subsídios arqueológicos para a história da Igreja do Convento do Carmo (Lisboa)». Em *Arqueologia em Portugal 150 anos*, 1091–96. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2013.
- Martins, Ana Cristina. «A memória da ruína, ou a ruína da memória?» Em *8ª Mesa-redonda de Primavera*, editado por Vitor Oliveira Jorge, 1:113–26. Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Centro de Estudos Arqueológicos das Universidade de Coimbra e do Porto/Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2005.
- . «Entre a metamorfose e a adaptação De Associação dos Arquitectos Civis Portugueses a Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses (1863-1896)». *Arqueologia & História*, 150 anos da Associação dos Arqueólogos Portugueses, 64–65 (2013 de 2012): 15–29. <https://doi.org/10.13140/2.1.4660.9921>.
- . «Estudos pré-históricos e nacionalismo: uma perspectiva possidoniana». *Revista Portuguesa de Arqueologia* 1, n.º 4 (2001): 61–93.
- Martins, Armando Alberto. *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*. 1a ed. Textos Universitários 2. Lisboa: Universidade, 2003.
- Martins, Maria, Fernando de Azevedo, e Pedro Dias. *Convento de Santa Clara-a-Velha em Coimbra: tempo submerso*. Lisboa: Bertrand, 1997.
- Martins, William de Souza. «Conflitos entre a Ordem Terceira e os religiosos carmelitas na Vila do Recife, Capitania de Pernambuco (c. 1746 – c. 1796)». *Lusitania Sacra*, n.º 41 (2020): 85–110. <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.2020.10120>.
- Martius, Karl Friedrich Philipp von. «Como se deve escrever a história do Brasil». *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* 6 (1844): 381–403.

- Matos, Madalena Cunha, e Tânia Beisl Ramos. «Um encontro, um desencontro. Lúcio Costa, Raul Lino e Carlos Ramos». Em *Anais do 7º Seminário DOCOMOMO-Brasil*, 1–18. Porto Alegre, 2007.
- Matos, Manuela Xavier Gomes de. «Transformações tecnológicas das fortificações portuguesas da Capitania de Pernambuco, Brasil, nos séculos XVI e XVII». Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, 2016.
- Matos, Sérgio Campos. «Nação». *Ler História*, n.º 55 (1 de outubro de 2008). <https://journals.openedition.org/lerhistoria/2249>.
- Mattoso, José. «O enquadramento social e económico das primeiras instituições franciscanas em Portugal». *Colóquio Antoniano*, 1982. <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/4430>.
- Mayerhofer, Lucas. «A Igreja de São Miguel das Missões». *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n.º 6 (1969): 7–32. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i6p7-32>.
- Meira, Ana Lúcia Goelzer. «O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX: atribuição de valores e critérios de intervenção». Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/14319>.
- Mello, Joana. *Ricardo Severo: da Arqueologia portuguesa à Arquitectura brasileira*. Coimbra: Annablume, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.
- Mello Neto, Ulysses Pernambucano de. «O Cabo de Santo Agostinho e a Baía do Suape: Arqueologia e história». *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco* LIII (1981): 31–112.
- Mello Neto, Ulisses Pernambucano de, e Antônia da Silva Mota. *A Sedução das Ruínas*. São Luís: IPHAN; EDUFMA, 2015.
- Melo, Isabel, Maria João Baptista Neto, Maria da Graça Pereira Araújo, e Amadeu de Carvalho Homem. *Obras de Santa Engrácia: o Panteão na República*. Traduzido por Paula Vilafanha. Lisboa: Panteão Nacional, 2010.
- Mendes, Teresinha Maria Duarte. «As primeiras Clarissas portuguesas e suas vivências cotidianas». *Territórios e Fronteiras* 9, n.º 1 (2016): 68–82.
- Mendonça, Ana Waleska P. C., Ivone Goulart Lopes, Jefferson da Costa Soares, e Luciana Borges Patroclo. «A criação do Colégio de Pedro II e seu impacto na constituição do magistério público secundário no Brasil». *Educação e Pesquisa* 39 (dezembro de 2013): 985–1000. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022013000400011>.
- Meneguello, Cristina. *Da ruína ao edifício: neogótico, reinterpretação e preservação do passado na Inglaterra Vitoriana*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2008.
- Mimoso, João Manuel, Alexandre Pais, António Marques, Maria de Lurdes Esteves, Sílvia R. M. Pereira, Maria Augusta Antunes, Ana Margarida Cardoso, e António Candeias. «16th Century Azulejos Excavated in Lisbon: A Tile with Arabesque Designs Found at Terraços Do Carmo». *Studies in Heritage Glazed Ceramics*, n.º 2 (novembro de 2019): 35–49.
- Miranda, Marcos Paulo de Souza. *Tutela do Patrimônio Cultural Brasileiro*. Belo Horizonte: DelRey, 2006.

- Moitero, Gilberto Coralejo. «Sobre Nun'Álvares Pereira... Notas historiográficas». *Lusitania Sacra*, n.º 22 (2010): 203–21. <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.2010.5672>.
- Monteiro, Nuno Gonçalo. «Liberal-Liberalismo». *Ler História*, n.º 55 (1 de outubro de 2008). <https://journals.openedition.org/lerhistoria/2242>.
- Moraes, Tobias Vilhena de. «Pergunte ao pó: Considerações sobre o início da preservação arqueológica em São Nicolau/RS». *Revista Arqueologia Pública* 9, n.º 1[11] (5 de agosto de 2015): 107–20. <https://doi.org/10.20396/rap.v9i1.8639475>.
- . «Preservação arqueológica e ação educativa nas Missões». Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014. <http://tede2.pucrs.br:80/tede2/handle/tede/2501>.
- Mori, Victor Hugo. «Arqueologia e Restauração: anotações para debate». Em *Patrimônio: Atualizando o debate*, 119–38. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2006.
- Mourão, Teresa da Paz Sanches de Miranda. «Entre murmúrios e orações: aspectos da vida quotidiana do Convento de Santa-Clara-a-Velha captados através do espólio funerário (séculos XVI e XVII) proposta de exposição». Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, 2004.
- . *Santa Clara-a-Velha: reflexos do património*. Coimbra: Ministério de Cultura; Instituto de Gestão do Património Arquitectónico, 2000.
- Mumbach, Sandi. «O processo de emancipação de São Miguel das Missões na década de 1980: o património em disputa», Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria. <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/15920>.
- Neto, Maria João Baptista. «A consciência do Património Artístico Nacional: Políticas de Salvaguarda no reinado de D. Maria II». Em *D. Maria II, princesa do Brasil, rainha de Portugal: Arte, Património e Identidade*, editado por Clara Moura Soares e Marize Malta, 192–202. Lisboa: Artis, 2019.
- . *Memória, propaganda e poder: o restauro dos monumentos nacionais [1929-1960]*. Porto: FAUP, 2001.
- Nogueira, Fabiano Mikalauskas de Souza (coord.), 2017. Relatório de Atividades. Projeto de Documentação Arquitetônica e do Sítio Histórico de São Francisco de Paraguaçu, UFBA, Salvador.
- Nora, Pierre, e Tradução: Yara Aun Khoury. «Entre Memória e História: a Problemática dos Lugares». *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História* 10 (1993): 7–28.
- Oliveira, Almir Félix Batista de. «Memória, História e Patrimônio Histórico (Políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico)». Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, 2002.
- Oliveira, Carla Mary S. «Os franciscanos na Paraíba: formação religiosa, instrução e livreria conventual (séculos XVIII e XIX)». *História da Educação* 21 (dezembro de 2017): 120–43. <https://doi.org/10.1590/2236-3459/64462>.
- Oliveira, Eduardo Romero de. «A ideia de império e a fundação da monarquia constitucional no Brasil (Portugal-Brasil, 1772-1824)». *Tempo* 9 (junho de 2005): 43–63.

- Oliveira, Gabriel Araujo de, e Daniela Alves Carvalho. «Urbanização turística e ressurgimento da Vila de Igatu, Andaraí/Bahia». Em *Anais do IV Simpósio Nacional sobre Cidades Pequenas*, 1:1–16. Universidade Federal de Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2016.
- Oliveira Martins, J. P. (Joaquim Pedro). *A vida de Nun' Alvares: historia do estabelecimento da dynastia de Aviz*. Lisboa: Liv. de Antonio Maria Pereira, editor, 1893. <http://archive.org/details/vidadenunalvares00oliv>.
- Olivo, Paula. «São Miguel das Missões: o atraso, o regresso e o reinício». Em *13º DOCOMOMO*, 20. Salvador, 2019.
- O'Malley, John W., SJ. Gauvin Alexander Bailey, Steven J. Harris, e T. Frank Kennedy, SJ. *The Jesuits: Cultures, Sciences, and the Arts, 1540-1773*. 1 2. Toronto: University of Toronto Press, 1999.
- Orazem, Roberta Bacellar. «Arquitetura, cidade e território no Brasil colonial: a contribuição dos carmelitas calçados da Bahia e Pernambuco (1580-1800)». Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/20756>.
- Ortigão, José Ramalho. *O culto da arte em Portugal*. The Project Gutenberg EBook, 2009. <https://www.gutenberg.org/files/30456/30456-h/30456-h.htm>.
- Pane, Roberto. «Roberto Pane, entre história e restauro, arquitetura, cidade e paisagem». Entrevista e tradução por Renata Campello Cabral e Carlos Roberto Monteiro de Andrade. *Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)*, n.º 15 (01 de janeiro de 2012): 105–11.
- Parent, Michel. «Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico», traduzido por Rejane Maria Lobo Vieira. Em *As Missões da Unesco no Brasil: Michel Parent*, 35-191. Rio de Janeiro: COPEDOC, 2008.
- Parreira, Rui. «A conservação e o restauro do património arqueológico imóvel em Portugal». Em *100 anos de Património: memória e identidade*, coord. por Jorge Custódio, 353–57. Lisboa: IGESPAR, 2010.
- Pedras, Beatriz Junqueira. «Uma leitura do I Livro de Tombo do Convento do Carmo em Salvador: contribuição à construção histórica da Ordem dos Carmelitas na Bahia-colonial». Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.
- Pedro, Livia Carvalho. «História da Companhia de Jesus no Brasil Biografia de uma obra». Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2008.
- Peixoto, Fernanda. «A cidade e seus duplos: os guias de Gilberto Freyre». *Tempo Social* 17, n.º 1 (01 de junho de 2005): 159–73.
- Peregrino, Miriane da Costa. «SPHAN/Pró-Memória: abertura política e novos rumos para a preservação do patrimônio nacional». *Revista Confluências Culturais* 1, n.º 1 (24 de setembro de 2012): 85–100.
- Pereira, Cecília Ribeiro. «O turismo cultural e as missões UNESCO no Brasil». Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, 2012. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11381>.

- Pereira, Célia Nunes. *A Igreja e o Convento de Santa Maria do Carmo de Lisboa (1389-1755)*. Vol. 1. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2016.
- . *A Igreja e o Convento de Santa Maria do Carmo de Lisboa (1389-1755)*. Vol. 2. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2016.
- Pereira, Gabriel. *Monumentos nacionais: conferencia realizada na Sala da Real Associação de Agricultura em 9 de maio de 1909*. Lisboa: Livraria Ferreira, 1909.
- Pereira, Ione Aparecida Castilho. «A Companhia de Jesus nas fronteiras da América Espanhola». *Revista História e Diversidade* 8, n.º 1, 2016: 107-125. <https://periodicos.unemat.br/index.php/historiaediversidade/article/view/1623>.
- Pereira, José António Correia, trad. *Santa Clara de Assis: escritos, biografia, documentos*. Braga: Editorial Franciscana, 1985.
- Pereira, Paulo. «A Igreja e Convento do Carmo: do Gótico ao Revivalismo». Em *Actas do Colóquio Comemorativo*, 87–112. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1989.
- . *Arquitetura Portuguesa - História Essencial*. 1ª. Lisboa: Temas e Debates - Círculo de Leitores, 2022.
- . *Arte Portuguesa: da pré-história ao século XX - A Arquitetura Gótica*. Editado por Dalila Rodrigues e José Pessoa. Vol. 3. 20 vols. Vila Nova de Gaia: Fubu, 2009.
- , ed. *Decifrar a arte em Portugal: Idade Média*. Círculo de Leitores. Vol. II. IV vols. Lisboa: Temas e Debates, 2014.
- . *Enigmas Lugares Mágicos de Portugal Arquiteturas Sagradas*. 1ª. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2004.
- . «O Convento e Igreja de Santa Maria do Carmo». Em *Actas das Conferências Chiado: efervescência urbana, artística e literária de um lugar*, editado por Fernando Dias e José Quaresma Pedro, 1:140–44. Lisboa: Centro de Investigação e de Estudos em Belas Artes, Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, 2010.
- . «Sob o signo de Sísifo. Políticas do património edificado em Portugal, 1980-2010». Em *100 anos de Património, memória e identidade, coord. por Jorge Custódio*, 261–80. Lisboa: IGESPAR, 2010.
- Pereira, Sonia Gomes. «Revisão historiográfica da arte brasileira do século XIX». *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n.º 54, março de 2012, 87–106.
- Pessoa, Ângelo Emílio da Silva. «Ruínas da Tradição: a Casa da Torre de Garcia D'Ávila - Família e Propriedade no Nordeste Colonial». Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2003. <https://doi.org/10.11606/T.8.2006.tde-03102005-103312>.
- Pessôa, José, ed. *Lúcio Costa: Documentos de Trabalho*. 2ª. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.
- Picchia, Menotti del. «Caetés». *Revista de Antropofagia*, n.º 5, setembro de 1928: 4.
- Pimentel, António Filipe. «Santa Clara-a-Velha de Coimbra. Das origens aos presentes trabalhos de recuperação». *Munda. Coimbra*, n.º 27 (Maio 1994), 1994: 3–13. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/85077>.

- Pires, Luís Madureira. «30 anos de Fundos Estruturais (1986-2015)». *Relações Internacionais (R:I)*, n.º 53 (março de 2017): 19–38.
- Pollak, Michael. «Memória, Esquecimento, Silêncio». *Revista Estudos Históricos* 2, n.º 3 (1989): 3–15.
- Pontual, Virgínia Pitta. «O urbanismo no Recife: entre idéias e representações». *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n.º 2 (31 de março de 2000): 89–108. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2000n2p89>.
- Pôrto, Aurélio. *História das missões orientais do Uruguai*. Vol. III. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1954. <http://archive.org/details/historiadasmisso01port>.
- Prat, Frei André. «Dados históricos sobre o extinto Convento do Carmo de Nazareth, sit no Cabo de Santo Agostinho (Pernambuco)». *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco*, 1941-1942: 33-40.
- Queirós, Francisco Alberto Fortunato. «Carta de D. Pedro II, Imperador do Brasil, ao Rei D. Fernando II». *História: revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* 2, (7 de maio de 2019): 217-234.
- Queiroz, Paula, José Mateus, e José Ruas. *Santa Clara-a-Velha. O Quotidiano para além da Ruína. Frutos e Sementes recolhidos nos trabalhos de escavação arqueológica (1996-2001)*. Lisboa: Trabalhos do CIPA nº. 111, 2007.
- Quincy, Antoine Quatremère de. «Dictionnaire historique de l'architecture comprenant dans son plan les notions historiques, descriptives, archéologiques, biographiques, théoriques, didactiques et pratiques de cet art: Tome second». Bibliothèque de l'Institut National d'Histoire de l'Art, collections Jacques Doucet, 1832. <http://bibliotheque-numerique.inha.fr/idurl/1/12015>.
- Ramos, Paulo Oliveira. «O alvará régio de 20 de Agosto de 1721 e D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses, o 1º Marquês de Abrantes: uma leitura». *Discursos: língua, cultura e sociedade* 3, n.º 6, outubro de 2005, 87–97.
- Raposo, Luís. «As origens da arqueologia científica portuguesa no século XIX». Em *100 anos de património: memória e identidade*, coord. por Jorge Custódio, 47-56. Lisboa: IGESPAR, 2011.
- Rebelo, António Manuel Ribeiro. «O apreço da Rainha Santa Isabel pela espiritualidade franciscana». *Itinerarium* LXIV (2018): 73–108.
- Regier, Alexander. «Foundational Ruins: The Lisbon Earthquake and the Sublime». Em *Ruins of Modernity*, editado por Julia Hell e Andreas Schönle, 357–74. Durham, Londres: Duke University Press, 2010.
- Remédio, Maria Margarida Rodrigues. «A lição de Salazar e a iconografia do Estado Novo: contributo para a História da Educação em Portugal (1933-1939)». Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, 2013. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/9382>.
- Rezende, Maria Beatriz, Bettina Grieco, Luciano Teixeira, e Analucia Thompson. «Secretaria e Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (verbete)». Em *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

- Ribeiro, Ana Isabel de Melo. «Arquitectos portugueses: 90 anos de vida associativa, 1863-1953». Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 1993. <https://run.unl.pt/handle/10362/26757>.
- Ribeiro, João Pedro Cunha, e João Zilhão. «O Escândalo do Côa». Em *Trabalhos de Antropologia e Etnologia Actas VIII*, 35 (fascículo 4): 615–18. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 1995.
- Ribeiro, Pedro Augusto Mentz, Catharina Torrano Ribeiro, Sergio Celio Klamt, e Joaquim Jorge Silveira Buchaim. «Escavações arqueológicas na Missão de São Lourenço Mártir, São Luiz Gonzaga, RS, Brasil». *Estudos Ibero-Americanos* 15, n.º 1 (1989): 135–52.
- Riegl, Alois. *O culto moderno dos monumentos*. Traduzido por Werner Davidsohn. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- Rodrigues, Ângela Rosch. «Ruína e património cultural no Brasil». Tese de Doutoramento, Universidade de São Paulo, 2017. <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-12062017-085725/pt-br.php>.
- Rodrigues, Leandro Garcia. «D. Pedro II e Alexandre Herculano – aproximações». *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra* 96, n.º 1 (2020): 497–516.
- Rodrigues, Paulo Simões. «O longo tempo do património. Os antecedentes da República (1721-1910)». Em *100 anos de Património: memória e identidade*, coord. por Jorge Custódio, 19–28. Lisboa: IGESPAR, 2010.
- Rosa, Maria de Lurdes. «A devoção de Nuno, a construção de São Nuno – a compreensão histórica de fenómenos complexos». *Viragem*, n.º 61 (junho de 2010): 26–27.
- Rosas, Lúcia. «Monumentos pátrios: a arquitectura religiosa medieval - património e restauro (1835-1928)». Tese de Doutoramento, Universidade do Porto, 1995.
- Rosenwein, Barbara H., e Lester K. Little. «Social Meaning in the Monastic and Mendicant Spiritualities». *Past & Present*, n.º 63 (1974): 4–32.
- Rubino, Silvana. «O mapa do Brasil passado». *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.º 24 (1996): 97–105.
- Ruskin, John. *The Seven Lamps of Architecture*. New York: Dover Publications, 1989.
- . *The Stones of Venice*. Vol. I. Boston: D. Estes & Co, 1911. <https://archive.org/details/stonesofvenice01rusk/mode/2up>.
- Sabeh, Luiz Antonio. «Uma nova ordem religiosa: o nascimento da Companhia de Jesus em tempo de reformas religiosas». *Revista Relegens Thréskeia* 4, n.º 2 (11 de dezembro de 2015): 97–120. <https://doi.org/10.5380/rt.v4i2.41775>.
- Saint-Hilaire, Auguste de. *Voyage a Rio-Grande do Sul, (Brésil)*. Orléans: H. Herluison, 1887. <http://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6672>.
- Sala, Dalton. «Mário de Andrade e o Anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional». *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n.º 31 (31 de dezembro de 1990): 19–26.

- Saladino, Alejandra. «Prospecções: o patrimônio arqueológico nas práticas e trajetórias do IPHAN». Tese de Doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.
- Salazar, António de Oliveira. *Discursos e notas políticas*. Vol. I. 5 vols. Coimbra: Coimbra Editora, 1945.
- . *Discursos e notas políticas*. Vol. II. 5 vols. Coimbra: Coimbra Editora, 1945.
- . *Discursos e notas políticas*. Vol. III. 5 vols. Coimbra: Coimbra Editora, 1945.
- . *Discursos e notas políticas*. Vol. IV. 5 vols. Coimbra: Coimbra Editora, 1945.
- . *Discursos e notas políticas*. Vol. V. 5 vols. Coimbra: Coimbra Editora, 1945.
- Salcedo, Rosio Fernández Baca. «Teoria e métodos na restauração arquitetônica». Em *Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo: contexto contemporâneo e desafios*, editado por Renata Cardoso Magagnin, Rosio Fernández Baca Salcedo, e Norma Regina Truppel Constantino, 2: 26–43. Cultura Acadêmica, 2013.
- Santos, Ana Paula Figueira. «A fundação do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra: da instituição por D. Mor Dias à intervenção da Rainha Santa Isabel». Vol. 1. Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, 2000.
- . «A fundação do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra: da instituição por D. Mor Dias à intervenção da Rainha Santa Isabel». Vol. 2. Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, 2000.
- Santos, Jeaniny dos. «O Patrimônio de São Miguel das Missões na gestão do IPHAN na década de 1980». Em *Anais do VI Encontro de Pesquisas Históricas da PUCRS*, 1-5. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019.
- Santos, Joaquim Rodrigues dos, e Sofia Braga. «As Falsas Ruínas do Romantismo em Portugal: Evolução e Contextos». *ARTIS - Revista de História da Arte e Ciências do Património* 4 (2016): 58–67.
- Saramago, José. *Viagem a Portugal*. Ebook. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- Schnapp, Alain. *Ruines: essai de perspective comparée*. Paris: Les presses du réel, 2015.
- . «What Is a Ruin? The Western Definition». *KNOW: A Journal on the Formation of Knowledge* 2, n.º 1 (1 de março de 2018): 155–73. <https://doi.org/10.1086/696339>.
- Schwarcz, Lilia. *As Barbas do Imperador - D. Pedro II um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- Sengupta, I. «Culture-Keeping as State Action: Bureaucrats, Administrators, and Monuments in Colonial India». *Past & Present* 226, n.º suppl 10 (1 de janeiro de 2015): 153–77.
- Sequeira, Gustavo de Matos. *O Carmo e a Trindade - Subsídios para a História de Lisboa*. Vol. 1. 3 vols. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1939.
- . *O Carmo e a Trindade - Subsídios para a História de Lisboa*. Vol. 2. 3 vols. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1939.
- . *O Carmo e a Trindade - Subsídios para a História de Lisboa*. Vol. 3. 3 vols. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1941.

- Serrão, Vítor. *A Cripto-História de Arte*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- . «Portugal Em Ruínas - Uma História Cripto-Artística do Património Construído». Em *Portugal em Ruínas, Gastão de Brito e Silva*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2014.
- Sfalcin, Inaê Carolina, e Verônica Di Benedetti. «Biodeterioração de arenitos na redução jesuítica de São Miguel Arcanjo: relato de experiência». *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul* 0, n.º 157 (23 de abril de 2020): 17–31.
- Silva, Daniela José da. «Modernismo brasileiro e a devolução do patrimônio à sociedade: as intervenções em São Miguel das Missões (RS) e Solar do Unhão (BA)». Em *Anais do II Congresso Internacional de História da UFG/ Jataí*, 1–9. Jataí, 2011.
- Silva, Gastão de Brito e. *Portugal em Ruínas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2014.
- Silva, Henrique Gomes. «A Reintegração dos Monumentos». *Boletim da DGEMN - Igreja de Atalaia*, n.º 24 (junho de 1941): I–XIV.
- . «Monumentos Nacionais Orientações a seguir no seu restauro». *Boletim da DGEMN – Igreja de Leça do Bailio*, n.º 1, setembro de 1935: 9-20.
- Silva, Joaquim Possidónio. «Monumentos Nacionais. Extracto do Relatório da Comissão dos Monumentos Nacionais apresentado ao Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Ministro das Obras Publicas, Commercio e Industria, em 1884, pelo presidente da referida comissão, que foi auctorizado a fazer esta publicação», Em *Boletim da RAACAP* 10, 2ª Série, Tomo IV, 1885, 153-158.
- Silva, Luciana Pereira da. «Os impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) ao meio ambiente e a mídia pernambucana: entre o silenciamento e os efeitos de sentido». Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, 2019.
- Silva, Raquel Henriques da. «A candidatura da Baixa Pombalina a Património da Humanidade». *Revista de História da Arte, Cidades Portuguesas Património da Humanidade*, 4 (2007): 308–20.
- Silva, Sara Manuela Correia Rodrigues da. «Os carmelitas descalços em Braga e a real irmandade de Nossa Senhora do Carmo (1758-1834)». Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, 2014.
- Silva, Valéria Fernandes da. «A construção da verdadeira religiosa no século XIII: o caso de Clara de Assis». Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, 2008.
- Silva, Virgínia de Cerqueira. «O convento de Santo António do Paraguaçu: proposta de valorização e revitalização do espaço». Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora, 2016. <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/18260>.
- . «O Convento de Santo Antônio do Paraguaçu. Proposta de valorização e revitalização do espaço». Em *Anais eletrônicos IV Encontro Estadual de Ensino de História*, 1:1–22. UNEB, Campus XIV: ANPUH-BA, 2017.
- Silveira, Hemeterio José. *As Missões orientais e seus antigos domínios*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1979.

- Simmel, Georg. «Two Essays». *The Hudson Review* 11, n.º 3 (1958): 371–85. <https://doi.org/10.2307/3848614>.
- Simões, Augusto Filipe. «Navegar em Ruínas». Em *Escritos diversos*, 110–17. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1888.
- Soares, Clara Moura, e Maria João Neto. *Almeida Garrett, a viagem e o Património*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2015.
- Soares, Margarida Maria do Vale Jordão Gonçalves. «A Igreja de Santa Maria do Monte de Lisboa - Memória e Ruína». Vol. 1. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, 2001.
- . «A Igreja de Santa Maria do Monte de Lisboa - Memória e Ruína». Vol. 2. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, 2001.
- Soeiro, Jaqueline Monique Fantini. «Espírito na arquitectura: o pensamento arquitectónico em Raul Lino», junho de 2012. <http://hdl.handle.net/10316/20587>.
- Soster, Sandra Schmitt. «Missões jesuíticas como sistema». Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2014. <https://doi.org/10.11606/D.102.2014.tde-13112014-151234>.
- Souza, Carlos Eduardo Dias. «Ensinando a ser brasileiro: o Colégio D. Pedro II e a formação dos cidadãos na corte imperial (1837-1861)». Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro, 2010. <https://doi.org/10.17771/PUCRio.acad.16707>.
- Souza, Marcos Vinícius Sacramento de. «Espiritualidade inaciana e reconciliação: conversão, perdão e missão». Universidad Pontificia Comillas, 2018. <https://repositorio.comillas.edu/xmlui/handle/11531/31304>.
- Souza, Rosane de. «A gênese de um processo tradutório: As Mil e Uma Noites de D. Pedro II». Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/94197>
- Speer, Albert. *O III Reich por dentro: memórias*. Vol. 1. Traduzido por Virgínia Mota. Lisboa: Livros do Brasil, 1969.
- Sperb, Paula. «Guarani morto ao defender território pode ser primeiro santo indígena brasileiro». *Folha de São Paulo*, 22 de setembro de 2019, sec. Poder. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/guarani-morto-ao-defender-territorio-pode-ser-primeiro-santo-indigena-brasileiro.shtml>.
- SPHAN/Pró-Memória. «Definidas as ações para a consolidação das ruínas de São Miguel». *Boletim do SPHAN*, n.º 17 (abril de 1982): 2–4.
- . «Lançando “Nosso Patrimônio”». *Boletim do SPHAN*, n.º 33 (dezembro de 1984): 39.
- . «Rio Grande do Norte Vila Flor, patrimônio em reconstituição». *Boletim do SPHAN*, n.º 14 (outubro de 1981): 1–3.
- Starobinski, Jean. «A Melancolia das Ruínas». Em *A Invenção da Liberdade*. São Paulo: Unesp, 1994.

- Stello, Vladimir Fernando. «Sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo: avaliação conceitual das intervenções 1925-1927 e 1938-1940». Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/7964>.
- . «Além das reduções: a paisagem cultural da região missioneira». Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/97863>.
- Teixeira, Vítor. «Os Frades Menores em Portugal desde 1217». *Archivo Ibero-Americano* 77, n.º 284 (2017): 161–220.
- Thompson, Michael Welman. *Ruins Reused: Changing Attitudes to Ruins since the Late Eighteenth Century*. King's Lynn: Heritage Marketing & Publications Ltd, 2006.
- . *Ruins: Their Preservation and Display*. London: British Museum Publications, 1981.
- Tomé, Miguel. «Baltazar da Silva Castro (1891-1967)». Em *100 anos de Património: memória e identidade*, coord. por Jorge Custódio, 206–207. Lisboa: IGESPAR, 2010.
- . *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*. Série 02 - Argumentos, 21. Porto: FAUP, 2002.
- Torgal, Luís Filipe Rodrigues dos Reis. «Tomás da Fonseca (1877-1968). Educador do povo». Tese de doutoramento, Universidade de Coimbra, 2016. <http://hdl.handle.net/10316/29275>.
- Trindade, Sara Dias, Artur Côrte Real, Lígia Inês Gambini de Sousa Guedes, e Ana Paula Figueira Santos. *Mosteiro de Santa Clara de Coimbra: do convento à ruína, da ruína à contemporaneidade*. 2a ed. Coimbra: Direcção Regional de Cultura do Centro, 2009.
- UNESCO, World Heritage Centre. «In Memoriam: Michel Parent». *UNESCO World Heritage Centre*. Acedido 12 de abril de 2021. <https://whc.unesco.org/en/news/517/>.
- Uribarren, Maria Sabina. «Germain Bazin e o Iphan: redes de relações e projetos editoriais sobre o barroco brasileiro». *Revista CPC* 13, n.º 25 esp (21 de setembro de 2018): 108–34. <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v13i25esp108-134>.
- Vainfas, Ronaldo, ed. *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- Vairo, Giulia Rossi. «O túmulo de Isabel de Aragão, rainha de Portugal: propostas para uma cronologia antecipada». Em *O fascínio do Gótico. Um tributo a José Custódio Vieira da Silva*, 17–32. Lisboa: ARTIS – Instituto de História da Arte, 2016.
- Vasconcelos, António de. *Dona Isabel de Aragão (a rainha santa)*. Facsimile da edição de 1891-1894. Vol. 01. 02 vols. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993.
- . *Dona Isabel de Aragão (a rainha santa)*. Facsimile da edição de 1891-1894. Vol. 02. 02 vols. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993.
- . *História popular da Rainha Santa Isabel: protectora de Coimbra*. Coimbra: Typ. de M. C. da Silva (sucessores), 1892.
- Velho, Gilberto. «Patrimônio, negociação e conflito». *Mana* 12 (abril de 2006): 237–48. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132006000100009>.

- Vetrone, Mariana Lunardi. «Diálogos com a Preexistência: Leitura crítica de projetos de intervenção no patrimônio cultural edificado de Coimbra nas últimas décadas». Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, 2018. <http://hdl.handle.net/10316/86665>.
- Vilar, Ivo Rosa Costa, Eduardo Fortunato, Mateus de Brito, e Nelson Rodrigues. «Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra - Cortina de contenção hidráulica». *Estudos Patrimônio*, n.º 3 (2002): 84–91.
- Villamariz, Catarina Madureira. «A Arquitectura das Ordens Mendicantes dos Séculos XIII e XIV». *Academia das Ciências de Lisboa*, 2018, 1–23.
- Viltart, Franck. «Naissance d'un patrimoine : les projets de classement des ruines, vestiges et souvenirs de guerre (1915-1918)». In *Situ. Revue des patrimoines*, n.º 23 (20 de fevereiro de 2014). <https://doi.org/10.4000/insitu.10990>.
- Viollet-le-Duc, Eugène Emmanuel. *Description du château de Pierrefonds*. 3ª ed. Paris: A. Morel et Cie, éditeurs, 1863.
- . *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XIe au XVIe siècle*. Vol. 8. A. Morel, éditeur, 1866.
- . «Ruines de Mitla». Em *Cités et ruines américaines: Mitla, Palenqué, Izamal, Chichen-Itza, Uxmal / recueillies et photographiées par Désiré Charnay ; avec un texte par M. Viollet-le-Duc*. Paris: 74-104. Gide; A. Morel & Cie, 1863.
- Vitor, Amílcar Guidolim, e Sandi Mumbach. «Memória e Patrimônio na região das Missões do Rio Grande do Sul: os usos do passado nos processos de emancipação de São Miguel das Missões e na criação do Memorial Coluna Prestes em Santo Ângelo». *Estudios Históricos - CDHRPyB XI*, n.º 22 (Diciembre de 2019): 1–20.
- Volney, Constantin François de. *The Ruins, or Meditation on the Revolutions of Empires: and The Law of Nature*. Project Gutenberg EBook, 2013. <https://www.gutenberg.org/files/1397/1397-h/1397-h.htm>.
- Wehling, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Editora Nova Fronteira; UNIRIO, 1999.
- Wernet, Augustin. «Crise e definhamento das tradicionais ordens monásticas brasileiras durante o século XIX». *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n.º 42 (31 de janeiro de 1997): 115–31. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i42p115-131>.
- Williams, Daryle. «Além da História-Pátria - As Missões Jesuítico-Guaranis, o Patrimônio da Humanidade e Outras Histórias». *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.º 34 (2012): 281–301.
- Xavier, Laura Regina. «Patrimônio em prosa e verso: a correspondência de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Augusto Meyer». Dissertação de Mestrado profissionalizante em Bens Culturais e Projetos Sociais, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, 2008. <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2149/CPDOC2008LauraReginaXavier.pdf>.
- Zupanov, Ines G. *The Oxford Handbook of the Jesuits*. Oxford: Oxford University Press, 2019.